Alexandre Fortes

'- Nós do Quarto Distrito...'

A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Michael McDonald Hall

Este exemplar corresponde à redação final defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 17/01/2001

BANCA:

Prof. Dr. Michael McDonald Hall (Orientador)

Prof. Dr. Cláudio Henrique Moraes Batalha (membro)

Prof[a]. Dr[a]. Maria Célia Paoli (membro)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (membro)

Prof[a]. Dr[a]. Sílvia Regina Ferraz Petersen (membro)

Prof. Dr. Ricardo Antunes (suplente)

Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho (suplente)

Janeiro de 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
F776m
V. Ex.
TOMBO BC/43754
PROC. 16-392/01
C D X
PREÇO R$ 11,00
DATA 13/02/01
N.º CPD

CM-00154000-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

F 789 d
F776m

Fortes, Alexandre
Nós do quarto distrito...: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas / Alexandre Fortes. - - Campinas, SP : [s. n.], 2001.

Orientador: Michael McDonald Hall.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. História social. 2. Movimento operário – Porto Alegre – História. 3. História oral. 4. Sindicalismo. 5. Comunismo. 6. Etnicismo. 7. Imigração. 8. Brasil – Política e governo, 1920-1950. I. Hall, Michael M. (Michael McDonald), 1941- . II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

À memória de Lídia Feijó e Cecília Ramires que, antes de serem donas-de-casa, trabalharam na Renner.
À memória de Miguel Fortes, telegrafista da Viação Férrea e de Arno Otto Jochade, guarda-livros de oficina mecânica.
À Maia, ao Renan e às futuras gerações de trabalhadoras e trabalhadores do Brasil.

Resumo:

Na primeira metade do século XX Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, experimentou um acelerado processo de crescimento urbano e expansão industrial, consolidando-se como o terceiro parque industrial do Brasil. Esse processo deu origem a um conjunto de bairros operários conhecido genericamente como 'Quarto Distrito'. A população destes bairros formou-se, basicamente, a partir da confluência de uma grande diversidade de fluxos migratórios internos e externos. Como a grande maioria dos industriais da cidade era composta de teuto-brasileiros, estabelecia-se uma sobreposição entre relações de classe e relações inter-étnicas. Era com esta situação que tanto os trabalhadores "brasileiros" quanto os imigrantes recém-chegados, como os vindos do leste europeu, tinha de lidar para definir seu espaço social e cultural na cidade, processo que foi bastante afetado pela evolução dos conflitos internacionais e pela emergência do nacional-desenvolvimentismo no país.

A existência de uma oferta de emprego constante e a possibilidade limitada, porém real, de mobilidade social ascendente, associados à forte influência de modelos paternalistas de relação de trabalho, forneceram a base para a hegemonia cultural do empresariado sobre a comunidade trabalhadora do 'Quarto Distrito'. Por outro lado, a criação de espaços de sociabilidade, práticas culturais e a solidariedade derivada da exposição a riscos comuns ou surgida da defesa de direitos sociais criou uma identidade comunitária abrangente, que possibilitou aos setores populares da região se constituírem em atores sociais e políticos relevantes, particularmente após a democratização de 1945. O movimento operário organizado revelou limitações em canalizar a resistência cotidiana dos trabalhadores e abrir brechas que lhes possibilitassem exercer, de forma articulada, a cidadania no local de trabalho. Mesmo assim, a primeira metade do século foi marcada por uma longa série de lutas que, com maior ou menor sucesso imediato, avançaram a médio prazo no sentido da conquista, efetivação e generalização de direitos. Deste modo os trabalhadores, intervindo no espaço público e contribuindo para o seu próprio alargamento, redefiniram as próprias bases da legalidade e legitimidade das suas demandas.

Abstract

Trough the first half of the 20th Century, Porto Alegre, the state capital of Rio Grande do Sul, experienced an accelerated process of urban and industrial expansion, becoming Brazilian third industrial nucleus. That process originated a set of working-class neighborhoods usually referred to by the generic denomination "*Quarto Distrito*" ("Fourth District"). The population of these neighborhoods was constituted, basically, from the confluence of variegated internal and external migratory streams. As most industrialists in town were German-Brazilians, class relations mixed with inter-ethnic relations. That was the situation "Brazilian workers", as well as the new-coming eastern European immigrants, had to face on attempting to define their social and cultural space in the town, process that was affected by the evolution of international conflicts and by the rise of nationalism as a leading political force at the country.

The enduring availability of jobs and the possibility, limited but real, for ascending social mobility, associated to the strong influence of paternalistic labor relations, provided the basis for employers cultural hegemony over the "Fourth District" working-class community. On the other hand, the creation of public spaces of leisure and cultural practices, as well as the solidarity generated by the common exposure to risks, or generated by the struggle for social rights, gave birth to a comprehensive community-based identity. The local popular groups in their search to become socially and politically relevant actors used this general collective identity as a common basis, particularly after the 1945 democratization process. By the way, organized labor movement was not fully able to canalize workers everyday resistance to exploitation and to open room to the exercise, in an articulated way, of citizenship at the workplace. Anyway, the first half of the century was pointed by a series of struggles that, having succeeded better or worse from an immediate perspective, in the long run went ahead toward the conquest, implementation and generalization of social rights. Acting in the public sphere and contributing to its reshape, workers redefined the very basis of the legality and legitimacy of their claims.

Agradecimentos

Tentar enumerar todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, no processo de realização de um trabalho desta natureza envolve, sem dúvida, assumir o risco de cometer injustiças. Espero, portanto, que os não mencionados se sintam contemplados através daqueles que o são e acreditem que a gratidão do autor é maior do que a sua memória.

A atividade acadêmica que resultou na produção desta tese foi apoiada, durante o período de realização de disciplinas, pesquisa e redação pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. Gostaria de agradecer em particular ao assessor ou assessora responsável pela análise do projeto e dos relatórios, cujos pareceres pertinentes, simpáticos e estimulantes foram sempre um fator a mais de motivação. Já a Programa de Doutorado com Estágio no Exterior (PDEE) da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior do Ministério da Educação – Capes patrocinou uma prazerosa e proveitosa temporada de intercâmbio na Duke University, localizada na cidade de Durham, Carolina do Norte, Estados Unidos, que tanto contribuiu para o aprofundamento teórico-metodológico do projeto quanto possibilitou a realização de diversas visitas ao Nacional Archives and Records Administration II, diversificando e enriquecendo a base documental da pesquisa.

Não apenas a tese, mas a própria formação intelectual e profissional do autor deve muito a Michael McDonald Hall, mais do que um orientador, um mestre do ofício, cuja postura de respeito, estímulo e apoio às novas gerações de pesquisadores é absolutamente exemplar. Durante a estada nos Estados Unidos, me beneficiei imensamente do acolhimento pessoal e da instigação intelectual de John D. French, que contribuiu de modo decisivo para situar muitas das indagações presentes nas origens da pesquisa no contexto geral da história do trabalho brasileira e latino-americana. Todos os demais professores das disciplinas cursadas na Unicamp e em Duke deram também importantes contribuições para iluminar aspectos particulares ou para um repensar mais global do projeto, o mesmo ocorrendo com os colegas da linha de pesquisa Movimentos Sociais, nas nossas reuniões periódicas.

Contei também com o apoio decisivo, em várias fases do projeto, de auxiliares de pesquisa, nas funções de transcrição de fitas e de documentos, assim como de fichamento de jornais. O trabalho competente de Eliane Rosa Garcia, Flávia Campany do Amaral, Flávia Ferraiolo e Helena Weiss Gonçalves viabilizou a ampliação do escopo da pesquisa e o bom aproveitamento dos registros orais. O atendimento e orientação proporcionados pelos funcionários dos arquivos e bibliotecas mencionados ao final deste volume foi também fundamental. Agradeço ainda aos funcionários da Unicamp e da Duke University pelo seu trabalho no suporte às atividades acadêmicas integrantes do programa de doutoramento.

Inúmeros foram os colegas pesquisadores que, com suprema generosidade, cederam fontes inéditas e indicações preciosas para a localização e seleção de documentação. Gostaria de agradecer particularmente à Prof[a] Sílvia R. F. Petersen, pelo levantamento inédito de matérias da imprensa diária porto-alegrense entre 1923 e 1932 e a Maria Elizabeth Grimberg, pela coleção de recortes de jornais e entrevistas do início dos anos 50.

As linhas gerais e vários aspectos particulares deste trabalho foram discutidos em congressos, encontros, simpósios, conferência e seminários, assim como publicados como artigos ao longo dos últimos anos. Agradeço a todos os participantes dos debates ocorridos nestes eventos, especialmente aos comentaristas que se dedicaram a analisar as comunicações que apresentei, assim como aos membros do conselho editorial das publicações que acolheram os artigos. Do mesmo modo, agradeço ao Prof. Dr. Cláudio Henrique Moraes Batalha, à Prof[a]. Dr[a]. Maria Célia Paoli, ao Prof. Marco Aurélio Garcia, ao Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos e à Prof[a]. Dr[a]. Sílvia R. Ferraz Petersen a disposição em participarem da banca examinadora a quem caberá a análise do produto final deste processo.

A perspectiva de análise adotada neste trabalho amadureceu, em grande medida, na troca de idéias com integrantes e dirigentes de partidos, sindicatos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, instituições públicas e outros participantes de atividades educacionais e de consultorias nas quais participei nos últimos anos, assim como com colegas de trabalho em diferentes projetos e instituições, com destaque particular para a equipe gestora da Universidade Federal de São Carlos - Ufscar.

Um agradecimento todo especial vai para os entrevistados que compartilharam comigo sua experiência de vida, suas memórias e seu desejo em transformá-las em patrimônio coletivo. Espero que o registro e as análises estejam à altura da riqueza de que me fizeram depositário. Muitos destes depoimentos só foram possíveis através da ação de eternos apoiadores que desta vez se transformaram em assistentes: minha mãe, Mercedes, e meu pai, Aimoré. Contei também com uma rede ampliada de familiares e amigos da família interessados em resgatar a memória do Quarto Distrito, com destaque para tia Jovita e tio Bira.

Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes, com quem formo um grupo de historiadores do trabalho "que não ousa dizer seu nome", são a prova de que bom humor e seriedade intelectual, prazer de viver e engajamento, podem e devem andar juntos. Esses amigos e comparsas, através do seu trabalho e da sua presença, ajudaram a estabelecer e a superar os desafios intelectuais envolvidos na produção desta tese.

Socorro Rangel, amiga, colega e, nos últimos tempos, vizinha próxima, sempre me inspirou com sua sensibilidade para a experiência histórica popular e, na nossa troca cotidiana de muitas estórias, boa parte da redação deste trabalho se foi configurando.

Helena acompanhou as origens deste projeto e boa parte do seu desenvolvimento. Espero que identifique nele a presença dos valores e das esperanças que compartilhamos, assim como do carinho que nos une.

Maia, que cresceu vendo seu pai fazer teses, é uma fonte de felicidade permanente. Mal consigo imaginar os desafios que se colocam para a sua geração, mas espero que busquem forças na história para enfrentá-los.

Cris, cujo sorriso aquece meu coração, despertou as energias afetivas e intelectuais necessárias para que a árdua tarefa da redação da tese se desse com tranqüilidade e segurança, e para lembrar o tempo todo que a vida é muito mais.

Índice

Introdução:Direitos, cidadania e cultura operária ____ *XV*

Autonomia e questões do presente: a historiografia dos anos 80 ____ **XVI**

O momento da cidadania ____ **XXI**

Costume e reapropriação nas origens da consciência de direitos ____ **XXXI**

Diferença e cidadania: o desafio da história dos subalternos ____ **XXXVIII**

Comunidade e configuração de classe ____ **XLIII**

Capítulo I - "Uma cidade dentro da cidade": Desenvolvimento dos bairros industriais e recomposição da classe trabalhadora ____ *1*

O Navegantes-São João: industrialização e urbanização ____ **3**

"Caminhos cruzados": experiência e construção de identidades ____ **22**

A enchente de 1941: um marco da memória coletiva ____ **82**

Capítulo II - Os "polacos" e os outros: Classe e identidade étnico-nacional entre imigrantes do leste europeu ____ *105*

O contexto que os "polacos" encontraram ____ **110**

Trabalho, austeridade e comunismo: os "polacos" vistos pelos brasileiros ____ **117**

Ser "polaco" em Porto Alegre ____ **126**

Ucranianos, Russos-Brancos, ... ou eslavos ? ____ **135**

Considerações finais: ____ **171**

Capítulo III - As Indústrias Renner: "capitalismo social" ou "monumento à reação"? ____ *177*

Origens e evolução da empresa ____ **177**

"Uma organização perfeita": Produtividade, salários e adequação à demanda ____ **188**

Relações étnicas e nacionalismo: o capitalismo teuto-brasileiro em tempo de conflitos ____ **196**

"O Ford Riograndense": Capitão de indústria e pai mitológico ____ **201**

A. J. Renner: o político e o intelectual ____ **207**

Políticas de atendimento e sua contextualização ____ **239**

O desafio da organização dos trabalhadores ____ **250**

A crise e suas explicações: família, futebol e economia ____ **274**

Capítulo IV - O caso Varig: Relações internacionais e interesses estratégicos nas origens de um sistema de 'welfare empresarial' ____ *279*

Origens: a versão institucional e suas lacunas ____ **283**

Lealdades nacionais, ideologia e inteligência ____ **295**

Amor à pátria-mãe, mas pragmatismo e defesa de interesses ____ **305**

Nacionalização sob tutela americana, o caráter "paraestatal" da Varig no pós-guerra ____ **313**

De empresa regional a companhia internacional ____ **321**

Aviação e política: natureza da atividade e influência sobre os trabalhadores ____ **327**

O "programa social" nacional-socialista fora do seu contexto original ____ **331**

"Patriotismo de empresa", condições de trabalho e consciência de direitos ____ **337**

Capítulo V – "Pela grandeza da nossa organização": O movimento sindical e o operariado fabril ____ *349*

Da solidariedade à assistência: Estratégias organizativas e mutualidade ____ **350**

Construindo o sindicato de massas ____ **385**

Capítulo VI - Os direitos, a lei e a ordem: Greves e mobilizações gerais na luta pela cidadania operária ____ *439*

"O ramo de oliveira e a dinamite": as greves de 1906, 1917 e 1919 ____ **439**

"Nossos direitos de homens, de cidadãos e de proletários": as greves de 1929, o Bloco Operário e Camponês e a Revolução de 1930 ____ **448**

"Os direitos que se dizia existir em lei": a greve dos padeiros de 1933/1934 ____ **470**

Negociação e conflito: a greve geral abortada de 1935 e a luta pela efetivação da lei ____ **503**

Greves e movimentos 1945-1952 ____ **510**

A greve geral de 1954 e o primeiro fim da "Era Vargas" ____ **544**

Epílogo: Trabalhadores e participação política na República Populista ____ *561*

Fontes ____ *589*

Bibliografia ____ *593*

Introdução:

Direitos, cidadania e cultura operária

Para alguns dos grande mestres do ofício, explicitar a influência das questões do presente na investigação sobre o passado é parte dos compromissos do historiador para com a sociedade em que vive. Quando se trata de apontar a atualidade de estudos sobre o processo de formação da classe trabalhadora, institucionalização dos seus direitos sociais e sua incorporação ao processo político, a produção do conhecimento histórico têm tido grandes aliados, voluntários e involuntários. Contrariando clássicas demonstrações "científicas" sobre a apatia e subordinação do operariado nacional, as dezenas de milhões de votos obtidos em sucessivas eleições por um líder metalúrgico, dirigente de um partido socialista implantado em todo o país, tem sido a única variável estável do cenário político da última década, e o risco de sua chegada ao poder tem levado nossas classes dominantes a patrocinarem candidaturas e alianças *sui generis*.

Ao mesmo tempo, a coalização de forças políticas que hoje detêm o poder na esfera federal não cansa de se auto-identificar como a protagonista do final de um ciclo histórico aberto em 1930 embora, como lembra Luís Fernando Veríssimo:

> "No futuro observarão que acabaram com o melhor legado da Era Vargas, apesar dos seus defeitos paternalistas e das suas deturpações, que era a legislação social, retocada pela Constituição de 88, enquanto triunfava no país o pior exemplo da Era Vargas, o estilo de governar pela manipulação de opostos e alianças heterodoxas, que na má imitação virou pseudo-esperteza e rendição à oligarquia".[1]

Vivemos portanto mais um capítulo da relação entre o processo de recomposição e organização da classe trabalhadora e o tortuoso desenvolvimento da cidadania no Brasil republicano, questões que têm sido profundamente imbricados tanto na experiência histórica quanto na produção intelectual.

---

[1] Veríssimo, Luís Fernando. *Aquele estranho dia que nunca chega: As melhores crônicas de política e economia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. P. 29.

No plano histórico, enquanto os golpes de 1937 e 1964 se inseriram em uma reação contra momentos de ascensão e radicalização das lutas sociais, os processos de democratização vivenciados em conjunturas como as de 1945 e do pós-1978 estiveram intimamente vinculados a ondas de greves e a uma renovação sindical.

Por sua vez, a atividade acadêmica foi marcada pela derrota do movimento pelas reformas de base em 1964 e pela ditadura militar que se seguiu. Refletiu essa marca, particularmente, a historiografia do trabalho, pois a classe operária foi considerada fracassada no papel, a ela atribuída pela intelectualidade, de fiadora da democracia no país. Deste modo, debilidades da cidadania e do operariado andaram lado a lado no imaginário acadêmico que se debruçou criticamente sobre as origens e os significados do golpe. A cidadania brasileira seria marcada pela continuidade de supostas relações de mando e submissão originárias do período escravista (em tese nunca rompidas na ausência de uma "verdadeira" revolução liberal), matriz de um contexto em que os direitos jamais teriam vindo a se afirmar. Quanto aos operários, suas fraquezas viriam tanto das descontinuidades entre diferentes conjunturas históricas (responsáveis pelo cancelamento de suas tradições) quanto da suposta passividade advinda com a origem rural, característica do período pós-imigração.

Esses dois raciocínios se articulam num teorema geral: não temos cidadania porque não houve ruptura com uma ordem política "pré-moderna", e esta se mantém porque a classe operária é débil, inconsciente ou satisfeita. O resultado desta combinação entre ausência de rupturas e falta de consciência de classe seria identificável na implantação do populismo e na longa persistência de alguns de seus legados, como a estrutura sindical corporativa.

Os caminhos recentemente percorridos pela história social no Brasil têm buscado refutar este teorema, questionando os axiomas que pretendem embasá-lo.

Autonomia e questões do presente: a historiografia dos anos 80

No final da década de 70 e início da década de 80, a crítica às visões tradicionais da "passividade" e "acomodação" do operariado brasileiro ganhou um poderoso impulso a partir das greves desencadeadas no ABC e São Paulo, que rapidamente se estenderam a diferentes categorias profissionais, rurais e urbanas. À medida que a onda grevista

configurava o amplo movimento que veio a ser denominado de "novo sindicalismo", crescia seu poder como base de sustentação de uma ampla revisão historiográfica.[2]

Em 1980, um dos textos marcantes desse processo de revisão afirmava que "o principal fato político do primeiro semestre deste ano foram as greves do ABC".[3] Oito anos após, num momento em que esta tendência já se consolidara, o notável livro de Eder Sader, que oferecia a primeira grande interpretação da natureza tanto do "novo sindicalismo" quanto dos "novos movimentos sociais", recorria em sua abertura àquele mesmo trecho.[4] Outra obra de referência, do início da década, comentava na sua introdução que "a realidade cedeu sob os [...] pés" da intelectualidade.[5]

Uma das principais características deste momento era o uso de "autonomia" como um conceito-chave, que salientava as semelhanças do "novo sindicalismo" tanto com as tendências obreiristas européias, surgidas nos anos 60, quanto com o movimento operário brasileiro do início do século. Ao mesmo tempo, esta forma de identificação buscava consagrar uma ruptura com tradições do sindicalismo comunista e trabalhista, hegemônicos entre 1930 e 1964.[6]

No Brasil, o "sindicalismo autêntico" emergia nacional e publicamente definindo sua identidade com a defesa da autonomia dos movimentos sociais diante do Estado, patrões e partidos políticos. Ao mesmo tempo, a defesa da autonomia opunha esse "novo sindicalismo" à estratégia política de abertura democrática do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que defendia uma frente com partidos de centro e apregoava a frenagem dos movimentos sociais.

---

[2] Não assumimos aqui uma determinação unilateral da produção acadêmica pela evolução do movimento operário, como ficará explícito mais adiante, e é importante salientar que críticas à idéia da passividade dos trabalhadores brasileiros já vinham se desenvolvendo com base em uma importante ampliação das pesquisas históricas, particularmente no que diz respeito ao período da Primeira República (1889-1930). Cfe: Hall , Michael, e Pinheiro, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930).* Vol. I: *O movimento operário.* Vol. II: *Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o estado.* São Paulo: Brasiliense/Alfa-Ômega, 1979.

[3] Munakata, Kazumi. "O Lugar do movimento operário". *In: Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo.* Anpuh-Unesp, 1980.

[4] Sader, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[5] De Decca, Edgar. *1930: O silêncio dos vencidos.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

[6] Alguns dos textos autonomistas europeus de maior influência no período foram: Tronti, Mario, *Operários e capital.* Porto: Afrontamento, 1976. Castoriadis, Cornelius, *A experiência do movimento operário.* São Paulo: Brasiliense, 1985. Negri, Toni. *Del obrero-masa al obrero-social.* Barcelona: Anagrama, 1980. O paralelo entre o desenvolvimento europeu do conceito de autonomia e a realidade brasileira do período é explicitado em Maroni, Amnéris. *A estratégia da recusa.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

A centralidade do conceito de autonomia, nas suas múltiplas acepções, na revisão historiográfica de início dos anos 80 estava em sintonia, e em intercâmbio, com os parâmetros de autodefinição empregados pelos movimentos sociais na elaboração de sua novidade. Simultaneamente, possibilitava sua articulação discursiva com movimentos sociais e políticos de tempos e lugares diversos, mas com preocupações e discursos políticos similares. Possibilitava, igualmente, a crítica ao sindicalismo anterior a 1964, até então indiscriminadamente classificado de "populista" pela academia.

Esta mudança de abordagem teve um impacto decisivo nos rumos percorridos pela história social brasileira desde então. A quebra dos modelos normativos herdados da sociologia da década de 60 e da ciência política da década de 70 levou a uma multiplicação dos problemas colocados à investigação e, logo, a uma expansão de pesquisas empíricas relativas a diferentes períodos e aspectos da experiência histórica das classes subalternas. Com isso, sobreveio uma nova ênfase na capacidade de os trabalhadores inserirem sua agência no processo histórico e uma contraposição ao determinismo das análises dominantes então vigentes, embora elas formem um poderoso senso comum de fácil e ampla difusão na sociedade e ainda hoje sirvam de referência para alguns trabalhos acadêmicos.

Todavia, se a revisão trazia novidades, pode-se dizer, outrossim, que manteve elementos de continuidade. Um deles foi a identificação de uma ruptura profunda entre o movimento operário do pré e do pós-1930, data em que o Estado passa a, progressiva e paulatinamente, implementar uma política nacional de regulação e concertação das relações de trabalho e da organização sindical. Mesmo trabalhos centrados no questionamento da periodização que estabelece a Revolução de 30 como "origem do Brasil contemporâneo" acabaram por, de certo modo, reavivar a idéia de uma cesura no âmbito da experiência operária. De Decca, por exemplo, propõe a identificação de um processo revolucionário em 1928, frente ao qual a Revolução de 30 seria, de fato, uma reação. Tolhido por atitudes centralizadoras capitaneadas pelo PCB — e pela imersão deste partido em um universo discursivo comum com a burguesia paulista (em torno de idéias como democracia, industrialização e mesmo revolução) — a sedição de 1928 teria sido não apenas abortada mas também teria sua memória apagada pela "memória oficial", consagrada pela academia, que instituiu 1930 como um marco divisor.

Esse argumento, em um tom característico da historiografia do pós-78, reagia às visões que identificavam nos fatores estruturais, como a substituição da imigração européia por operários de origem rural, a explicação para a passagem de um movimento militante sob influência "anarquista" para um movimento manipulado sob influência "populista".[7]

Porém, a afirmação da existência de uma mudança substantiva no caráter do movimento restou intocada. A passagem da "autonomia" para a "heteronomia" identificava uma descontinuidade, situada ora em 1930, ora em 1945. Já a idéia de que ela teria sido revertida apenas pelo "novo sindicalismo" criava uma ponte imaginária entre este movimento e a imagem, algo mitificada, da rebeldia "anarquista". Nesse sentido, de certo modo o período 1930-1964 era colocado entre parênteses, e as raízes do "novo sindicalismo" buscadas apenas nas experiências dissidentes em relação às tradições comunista e trabalhista dominantes, como as trotskistas, marxistas-leninistas e eclesiais.[8]

A grande questão pendente, salientada com o vigor atribuído às lutas do pré-30, era: como o movimento operário teria se sujeitado à perda de autonomia para reconquistá-la apenas no final da década de 70? Teriam sido suprimidas as energias expressas nas greves da Primeira República? Não surpreende que fatores externos continuaram a ter papel fundamental nas respostas dadas. Onde, num primeiro momento, o Estado aparecia como responsável pela "domesticação" de um operariado fragilizado pela incorporação de contingentes camponeses, as abordagens alternativas enfatizaram a confluência entre os discursos disciplinares (característicos do emergente projeto de hegemonia da burguesia industrial) e o binômio centralização/burocratização, impresso aos movimentos sociais pelo PCB.[9]

---

[7] Para uma síntese dessa tese, ver Rodrigues, Leôncio M. "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)". *In:* Fausto, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo 10. São Paulo: Difel, 1987. Para Weffort, a ruptura com as tradições de autonomia do movimento operário teria se consolidado em 1945. Cfe: Weffort, Francisco. "Origens do Sindicalismo Populista". *Estudos Cebrap*, nº 4, 1973. Embora significativamente distinta da sociologia da modernização, já que reivindicava a "autonomia da ação política" frente às determinações econômicas e sociais, no que diz respeito ao papel cumprido pela idéia de uma ruptura da experiência operária, os efeitos decorrentes desta visão se assimilam aos da primeira.

[8] Para um questionamento da contraposição entre "novo" e "velho" sindicalismo, Cfe: Mattos, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996 (tese de doutorado).

[9] Para um conjunto de trabalhos que, de modos e com objetos distintos, partilham desta mesma perspectiva, ver por exemplo De Decca, *Op. Cit.;* Munakata, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981; Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Lenharo, Alcir. *A sacralização da política.* Campinas: Papirus, 1986.

Porém, a lacuna de quase 50 anos de história operária "heterônoma", personificada na sobrevivência da "estrutura sindical oficial", clamava ainda por uma explicação. Desde meados dos anos 80, o desenvolvimento de pesquisas indicava, incipientemente, que os trabalhadores não haviam assistido passivamente à constituição do Estado corporativo e, posteriormente, ao jogo político populista do intervalo democrático (1945-1964). Uma das respostas mais engenhosas a esta problemática foi formulada por Maria Célia Paoli, cuja produção representa, do nosso ponto de vista, um ponto de inflexão fundamental no desenvolvimento de uma historiografia da cidadania operária.

Em 1987, Paoli, ao analisar as greves em São Paulo entre 1920 e 1945, apontava para elementos de continuidade no âmbito da experiência fabril, e para seu papel na articulação de um discurso de denúncia da exploração patronal com base na crença da proteção de suas condições de vida e trabalho por direitos sociais. Posteriormente, apontaria, ainda mais, para uma bifurcação no universo discursivo operário, em que o discurso da lei, associado à "concessão" de direitos pelo Estado, se afastava do das greves, autônomas e explosivas, e em choque com a ordem corporativa, sem conseguir entretanto superá-la.[10]

A noção de "crença simbólica" nos direitos levou o binômio autonomia/heteronomia ao limite de suas possibilidades ao mesmo tempo em que entreabria o desenvolvimento de uma outra abordagem. Se lei e ação operária apontavam para diferentes interpretações da idéia de direitos, a experiência histórica as integrava tensa e contraditoriamente, mas não como dois pólos excludentes. Contrapor lei e resistência, movimento e instituição limitava o exercício da agência histórica dos trabalhadores a espaços restritos, como a fábrica ou o bairro. Num extremo, histórias de "resistência", apartadas do plano institucional dos sindicatos e sua mediação organizativa entre lei e experiência operária, tendem a se dissociar completamente das macronarrativas da história nacional, ao invés de contribuírem para superar a exclusão dos trabalhadores como sujeitos que as caracteriza.

---

[10] Paoli, Maria Célia. "O trabalhador urbano na fala dos outros". *In:* Leite Lopes, José Sérgio (org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987. *Idem.* "Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno". *Estudos Avançados.* Vol. 3, nº 7, 1989.

Se as abordagens revisionistas mudaram os rumos da história social no Brasil, ratificando o papel decisivo das questões do presente na sua elaboração, talvez tenham, em certa medida, sucumbido ao modo como a "novidade" foi construída em 1978. À medida que a crença em um cerco do Estado pela organização popular se esgotava, a natureza das novas lutas sociais e políticas colocava a necessidade de novas elaborações.[11]

Problemáticas, mas muito cativantes até então, as citadas dicotomias e rupturas não davam mais respostas aos problemas contemporâneos da institucionalização, da construção de canais de participação democrática e da negociação.

O momento da cidadania

A abordagem do problema da agência histórica dos trabalhadores, como parte da sociedade brasileira, passaria então por uma mutação, assumindo a forma do debate sobre o que se convencionou chamar de "cidadania ativa".[12]

Diversos fatores têm contribuído para situar o conceito de cidadania no centro das análises dos processos de constituição da sociedade civil no Brasil da década de 90. Poderíamos estabelecer como marcos da emergência deste "discurso da cidadania", de um lado, a campanha pelas eleições diretas para Presidência da República, em 1984, e de outro, o movimento pelo *impeachment* do presidente Collor em 1992. Nos dois casos, mobilizações disseminadas nacionalmente tomaram as praças na defesa de bandeiras que unificaram um amplo espectro político e social em torno do desejo de reassumir o direito de voto para presidente ou da indignação com a corrupção.

Apesar das semelhanças no caráter cívico destes movimentos, visíveis na reapropriação popular dos símbolos nacionais, seus resultados imediatos e o momento particular que ocuparam na cronologia da democratização guardam grandes diferenças. Em 1984, a mobilização popular foi apropriada como instrumento de pressão pela oposição oficial na negociação de uma transição política que levou não às eleições diretas (que só

---

[11] Cfe: Garcia, Marco Aurélio. "Tradição, memória e história dos trabalhadores". *In:* O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 171.

[12] "Agência", tradução aproximada do inglês *agency* adotada nas versões brasileiras de trabalhos historiográficos britânicos e norte-americanos, refere-se aqui à capacidade de exercer um papel de sujeito histórico. O termo original, não possui correspondência direta com nenhum vocábulo singular em português. Ao evocar a "cidadania ativa", nos referimos ao título de um trabalho paradigmático para a análise das novas possibilidades abertas pelos mecanismos de participação popular incorporados na Constituição de 1988. Cfe: Benevides, Maria Vitória. *Cidadania Ativa.* São Paulo: Ática, 1992.

viriam em 1989), mas à escolha de um candidato confiável através do sistema indireto, estabelecida pela ditadura. Entre os "novos personagens" da década de 1980, essa transação pelo alto alimentou desconfianças em relação à oposição consentida, contribuindo para sua identificação com uma política classista, expressa no crescimento da adesão ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A mobilização de 1992, entretanto, foi distinta. Em primeiro lugar, seu objetivo imediato (o *impeachment*) foi alcançado, redimindo a frustração dos "veteranos" de 1984 e 1989, que apenas acreditaram na sua viabilidade após as ruas serem tomadas por milhões de estudantes universitários e secundaristas, em geral jovens demais para terem vivenciado a frustração das "Diretas Já". Porém, tão importante quanto o resultado foi a mudança da relação dos movimentos populares com a estrutura político-institucional. Pela primeira vez na história, vivíamos mais de dez anos de legalidade da esquerda partidária, que, ainda mais, alcançava sucessos eleitorais sem precedentes. A constituição de centrais sindicais, mesmo quando a lei não a permitia, e seu reconhecimento como interlocutoras legítimas frente ao empresariado e ao governo eram também uma importante novidade histórica. Por sua vez, experiências de participação popular na gestão pública se disseminavam por todo o país, desde a adoção do orçamento participativo em prefeituras do PT até os conselhos de gestão paritária incorporados na Constituição de 1988. Setores sindicais, igualmente, iam além de seu papel reivindicativo defendendo as Câmaras Setoriais. Já o processo eleitoral levava a que muitos dos líderes egressos dos novos movimentos assumissem o papel de gestores públicos. Enquanto isso, lideranças e movimentos emergentes viam-se desde logo envolvidos em espaços de participação institucional inimagináveis durante o período 1964-1985. Disseminada na vitória do *impeachment*, a sensação de incorporação à cidadania deitava raízes em solo fertilizado na evolução anterior da experiência política.

Natural, portanto, que "cidadania" viesse a se impor como uma idéia central no imaginário sobre as relações entre sociedade e política. Do ponto de vista acadêmico, o conceito não era novo. A "onda cidadã" que varreu o país em 1992 convidava porém à revisão das abordagens usuais e abria espaço para que desdobramentos teóricos ganhassem papel central na discussão dos rumos da história social no Brasil.[13]

---

[13] O mesmo havia ocorrido com a dicotomia autonomia/heteronomia anteriormente. Proposta como chave explicativa da trajetória do movimento operário brasileiro na década de 60 ela aguardaria o eco da experiência

Resgatar as origens da presente configuração do tema da cidadania como elemento central aos questionamentos da história social remete, novamente, à reação intelectual frente ao golpe de 1964. Conforme dito acima, a crítica à ausência de uma efetiva cidadania no país complementava a idéia de um operariado passivo, acomodado e satisfeito.

Para Roberto DaMatta, um dos expoentes na difusão da idéia da inexistência da cidadania no país, a sociedade brasileira seria dominada pelo "uso pervertido da liberdade para manter, divulgar ou estabelecer privilégios". Onde alguns viram na ortodoxia do liberalismo econômico da Primeira República uma barreira para a legitimação de direitos sociais, DaMatta identifica na falta de um "autêntico" liberalismo político um obstáculo da mesma natureza. Com ou sem liberalismo, não haveria cidadania no Brasil.[14]

Outros trabalhos, influenciados pelos contraditórios sinais de ruptura e continuidade que marcam a experiência política brasileira contemporânea, tendem a reafirmar esta ausência da cidadania com um uso de adjetivações que denota a limitada substância do objeto. Enquadram-se aí análises como a de Sales, em que tanto a ênfase na gênese de uma cultura de mando e submissão no latifúndio quanto sua continuidade (e mesmo expansão, penetrando o espaço urbano) teriam instituído o paradoxo de uma "cidadania concedida".[15]

Certos autores consideram que a incorporação à cidadania seria definida pela regulamentação estatal e restrita a parcelas específicas da população, comprometendo a universalidade da noção de direitos. Em clássico trabalho, Wanderley G. dos Santos definiu o processo de engenharia institucional do primeiro governo Vargas como criação de uma "cidadania regulada", que, ao invés de se estender a todos os brasileiros, incorporaria

---

do novo sindicalismo para se afirmar como base de uma nova historiografia. Cfe: Simão, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966. Para um processo similar em outra conjuntura de redemocratização, ver a análise sobre o uso da Constituição de 1946 como instrumento de legitimação da luta operária em French, John. *O ABC dos operários: Lutas e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul: Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

[14] DaMatta, Roberto. "A Propósito de microscenas y macrodramas: Notas sobre el problema del espacio y del poder en Brasil". *Nueva Sociedad*, nº 104; Munakata, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil. Op. Cit.* Também Werneck Vianna, Luís. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

[15] Sales, Teresa. "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira" e "Caminhos da cidadania: Comentários adicionais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 25, 1994.

somente os que se situassem no interior de uma estrutura de estratificação ocupacional determinada pelo Estado.[16]

Angela de Castro Gomes retoma essa argumentação ao analisar o que denominou de "invenção do trabalhismo". Assim, o que caracterizaria o pós-1930 seria o fato de o Estado, após alguns ensaios vacilantes, ocupar em definitivo o papel de canalizar a constituição de uma classe trabalhadora brasileira. O trabalhismo teria produzido, através da doutrina e da estrutura sindical corporativistas, não apenas um discurso mas o próprio público a que se dirigiu. Relendo o passado das lutas sociais sem as mencionar, a investida estatal revestiria a figura do trabalhador nacional com a roupagem de um cidadão, em oposição ao estereótipo da malandragem e à identidade entre questão social e caso de polícia. Da perspectiva do Estado Novo, essa incorporação se daria com a outorga de benefícios enquanto dádiva, buscando, ainda, uma participação ativa do operariado e um conhecimento, por parte deste, dos direitos que a lei lhe facultava.[17]

Percebemos aqui uma importante inflexão. Não mais a negação ou a relativização da cidadania, Gomes nos propõe a própria afirmação da sua existência a partir da "invenção do trabalhismo". Em consonância com o que diversas pesquisas sobre o pós-30 e a experiência contemporânea tendiam a confirmar, o forte relacionamento com o Estado e a incorporação à participação política não representam, automaticamente, a negação tanto de um efetivo exercício da cidadania por setores da classe trabalhadora quanto da profunda alteração histórica daí decorrente. Porém, enquanto a revisão historiográfica do início da década levanta a questão da agência frisando a autonomia operária, verifica-se aqui uma tendência a retomar a ênfase no Estado como sujeito capaz de se apropriar da experiência operária e dizer a última palavra na definição de sua identidade.

Outras leituras sobre o mesmo processo são possíveis. Recolocar a agência histórica dos trabalhadores a partir das problemáticas recentemente surgidas com o tema da cidadania exige pensá-la numa perspectiva não-essencialista. A autonomia não pode ser

---

[16] Regulamentação das profissões, carteira profissional e sindicato oficial definiriam assim os limites entre cidadãos e pré-cidadãos, sendo que esses últimos eram toda a população trabalhadora rural (excluída dos benefícios da legislação trabalhista), entre outros segmentos sociais. Ver Santos, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

[17] Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

concebida como uma resistência contínua à exploração, fechada em si mesma e auto-explicativa. A narrativa historiográfica tem que ser capaz de contemplar a resistência operária, dentro e fora do processo de produção, mas também sua relação com outros atores sociais como empresariado, partidos políticos, Igrejas e Estado. Esta interação possui um papel central na definição tanto dos significados assumidos pela cidadania no Brasil quanto das condições de efetivação dos direitos sociais.

Esta mudança de enfoque leva à emergência de novas questões. Analisando a constituição de uma sociabilidade democrática e o desenvolvimento de uma noção de cidadania coletiva que caracterizam o Brasil do pós-1978, Paoli se indaga, por exemplo, por que o espaço político moderno no Brasil teria excluído a dimensão pública, instância de expressão, conflito e reconhecimento de diferenças. Sua resposta será buscada, em primeiro lugar, na proletarização no interior da ordem privada, que teria legado às relações de trabalho assalariado grande parte do arbítrio que marcaria a escravidão, perpetuando a idéia da cidadania como privilégio e a brutalidade das relações de trabalho, pouco mitigadas pelo paternalismo empresarial. Diante deste quadro, a chamada "questão social" expressaria a luta pela cidadania, pois reivindicava o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos de direitos.[18]

Porém, se a própria generalização das mobilizações operárias teria apontado para a necessidade do Estado como interlocutor, quando este passa a intervir no pós-30, o faz visando a anulação dos conflitos, a asfixia da organização autônoma e a substituição do significado de conquista dos direitos, que passam a ser implementados como concessão. Por outro lado, a reposição da demanda por autonomia a partir da resistência fabril levaria ao desenvolvimento de uma versão dos direitos, surgida nas greves, que se apresentaria como alternativa àquela definida pela lei. A possibilidade de expressão de interesses coletivos e sua negociação, entretanto, teria sido perdida na década de 30, substituída pelo poder normativo estatal sobre as relações de trabalho. Por outro lado, os meandros burocráticos tendiam a impedir o respeito à legislação e a repressão às lutas sociais permanecia constante, levando a um distanciamento entre a experiência dos trabalhadores e o discurso jurídico do Estado. O resultado, visível na efervescência pró-democracia em

---

[18] Paoli, Maria Célia. "Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno". *Op. Cit.*

1945, seria a contradição entre a política dos sindicatos, que reivindicavam a aplicação da legislação trabalhista, e a radicalidade das lutas autônomas, que excluiriam de seu horizonte a dimensão da política instituída.

Nessa análise, o desenvolvimento da cidadania aparece como expressão de lutas sociais, assim como os direitos emergem da resistência. A relação entre lei, linguagem de direitos e espaço público abre novas perspectivas para o debate sobre o lugar da experiência dos trabalhadores e da sua ação política na história brasileira. Entretanto algumas das conclusões aqui apontadas, baseadas no resultado de pesquisas desenvolvidas no início dos anos 80, tendem a situar os momentos decisivos da mudança do terreno de conflito dos direitos operários, entre 1930 e 1945, como uma derrota da autonomia e da pluralidade. Por um lado, isso teria sido provocado pelo suposto distanciamento das instituições operárias - sindicatos e PCB - da experiência fabril, devido à vinculação ao Ministério do Trabalho, no caso do primeiro, e à subordinação das lutas imediatas às estratégias políticas mais amplas no caso do segundo. Por outro lado, com a institucionalização de um amplo leque de direitos sob um governo autoritário, dissociavam-se, na experiência operária, as noções de direitos e de espaço público.

Consequentemente, essa abordagem enfatiza o caráter inovador dos "novos movimentos sociais" contemporâneos e da concepção de cidadania emergente na sociedade brasileira a partir do final dos anos 70. Mantém-se assim a idéia de uma descontinuidade na experiência social, em que os vínculos entre passado e presente seriam aqueles da contraposição entre fracasso e êxito. Porém, tanto os problemas, desafios, questões e perspectivas do momento atual quanto o resultado de pesquisas recentes tendem a salientar elementos de continuidade (embora não-linear) que não são pautados pelas oposições entre avanço e retrocesso, autonomia e heteronomia, novo e velho. Nesse sentido, a análise de diferentes categorias profissionais e conjunturas históricas sugere equacionamentos distintos.

Ao invés de derrotada na década de 30, trabalhos recentes parecem indicar que a capacidade de negociação do movimento operário conseguiu se afirmar já na primeira crise do seu relacionamento com o Estado, entre 1933 e 1935 para, em seguida, ser negada e reprimida. Inicia-se assim um processo no qual, em diferentes conjunturas (não apenas no

pós-78), direitos e espaço público se aproximaram, sendo separados geralmente pela força.[19]

Já em 1945, ao invés de dissociar a resistência da esfera institucional, o movimento operário contribuiu na redefinição esta última, servindo como base para um crescimento sem precedentes do PCB e para o próprio surgimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ao mesmo tempo, os próprios sindicatos "oficiais" consolidavam-se institucionalmente numa tensa interseção entre autonomia e heteronomia. O fato é que os sindicatos só podem cumprir o seu papel na legitimação do sistema de relações de trabalho se possuírem um mínimo de vitalidade associativa. Para que esta fosse mantida, por outro lado, era necessário que as entidades estabelecessem alguma forma de vínculo entre a participação operária e o acesso aos benefícios proporcionados pela legislação trabalhista e pela própria estrutura sindical. A contradição é que, ao desencadear esta participação, os sindicatos, independentemente das opções políticas das suas direções, tendiam a se converter em catalisadores de conflitos que a doutrina corporativista pretendeu suprimir.

Conforme analisa Costa, mesmo nos momentos em que comissões de fábrica eram um eixo central na organização dos trabalhadores (como foi o caso do decênio 1943-1953), o sindicato não deixou de permanecer como uma referência para a militância operária, pois abandoná-lo significaria negar o quanto já tinha sido feito no sentido de ir além do permitido pela estrutura corporativa. Por um lado, as entidades sindicais eram o espaço onde o trabalhador ia "buscar seus direitos", numa expressão que indica a forte presença da idéia de que estes direitos seriam algo totalmente externos a si próprio. Por outro lado porém, justamente esta materialização institucional do sindicato como canal de acesso aos direitos explica porque a luta por sua apropriação foi parte decisiva na construção da noção de cidadania operária no Brasil.[20]

---

[19] Araújo também destaca que, mesmo considerando-se que houve, em grande medida, uma incorporação do movimento operário aos limites das formas de organização e ação estabelecidos pelo corporativismo, resultados indesejados teriam acontecido, como a onda de greves de 1934-35, levando o Estado Novo à opção pela força como único modo de garantir a aquiescência almejada. Cfe: Araújo, Angela Maria Carneiro. *A construção do consentimento: Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta.* São Paulo: Scritta, 1998. Artigos derivados dos trabalhos citados nas próximas páginas foram incluídos em: Fortes, Alexandre; Negro, Antonio Luigi; Silva, Fernando T; Costa, Hélio da; Fontes, Paulo. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho.* Campinas: Edunicamp, 1999.

[20] Costa, Hélio da. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra.* São Paulo: Scritta, 1995.

Mesmo quando tentativas de substituição dos direitos por um paternalismo ao mesmo tempo abrangente nos benefícios e rigoroso na exploração do trabalho foram levadas a cabo em grandes empresas, como é o caso da Nitro-Química (Grupo Votorantim), o êxito de uma estratégia anti-sindical não foi total. Não foram raros os casos em que, uma vez superados os obstáculos, a organização operária desenvolveu aí sólidas raízes.[21]

É esse processo de reapropriação que explica como a empresa automobilística Willys-Overland do Brasil — que, ao contrário da Nitro Química, somava ao cumprimento da lei a concessão de uma gama de benefícios próprios, podendo por isso ser apresentada como *locus* da integração da "nova classe operária" ao capitalismo industrial — legou à Ford, que adquiriu sua unidade produtiva no Brasil, práticas e valores que constituíram tradições do "novo sindicalismo".[22]

Mesmo a criação de uma comissão patronal (CRT), que pretendia se antecipar a eventuais conflitos resolvendo tensões internas sem a participação organizada dos trabalhadores, não impediu que a noção de direitos por ela reconhecida fosse reelaborada. Foi esse o significado de um episódio sobre uma promoção frustrada. Acionada a CRT, um operário expôs os seus motivos: "fui à revelia porque, se me davam o direito, eu ia à revelia, eu fui à revelia, e na realidade eu estava certo e acabei sendo promovido porque eu tinha direito, porque a promoção era por direito". Num mesmo enunciado encontramos a expressão da outorga ("me davam o direito"), da apropriação ("eu ia à revelia") e da reelaboração ("eu tinha o direito").[23]

A noção de cidadania que emerge desse processo é bastante substantiva, particularmente quando levadas em conta as condições adversas que presidiram seu desenvolvimento. Por outro lado, ela não corresponde a um estado ideal onde o acesso a direitos estaria assegurado de antemão, mas a um processo através do qual precedentes abertos pelas conquistas de setores específicos da classe trabalhadora são universalizados como parâmetros normativos embasando reivindicações e lutas de caráter geral.

---

[21] Fontes, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50.* São Paulo: Annablume Editora, 1997.

[22] O clássico que tomou a Willys como exemplo da integração da nova classe operária ao capitalismo é: Rodrigues, Leôncio M. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

[23] Negro, Antonio Luigi, "Servos do tempo". *In:* Arbix, Glauco; Zilbovicius, Mauro (org.). *De JK a FHC. A reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997. Pp. 89-131.

O sindicalismo portuário de Santos, por exemplo, teve suas greves muitas vezes tachadas como defesa de "privilégios" pelo senso comum orquestrado pela imprensa e assumido por boa parte das análises posteriores. Uma reconstituição histórica cuidadosa, por outro lado, o revela como um movimento de "civilização do capital", sustentado com base em uma cultura de solidariedade que se expandia para além de limites corporativos, como pode ser percebido na realização de mobilizações ligadas a causas internacionais (repúdio à ditadura de Franco na Espanha, em 1946), de defesa dos consumidores nacionais (recusa ao embarque da carne que sumira do mercado nacional à espera de melhor preço, em 1959), de apoio a outras categorias (enfermeiros da Santa Casa, trabalhadores de transporte coletivo, petroquímicos, em 1962-63) e de garantia do Estado de Direito e das condições para a realização das Reformas de Base (luta pela posse de Jango na presidência, em 1961, por um Ministério "Nacionalista e Democrático" e pelo Plebiscito que devolveu ao país o regime presidencialista). Na cidade onde os comunistas foram vitoriosos em sete das oito eleições realizadas entre 1945 e 1947 e na qual o trabalhismo assumiu progressivamente um perfil de engajamento com a mobilização popular, a politização expressava o desenvolvimento do exercício da cidadania enraizada na experiência de classe e se encontrava profundamente articulada, ao invés de contraposta, às "pequenas lutas" do chão do cais. De fato, os mecanismos jurídicos e o discurso de justiça social surgidos no Estado Novo e que ocupam papel central na construção da base social do trabalhismo até 1964 serão reapropriados pelos doqueiros a partir da perspectiva de seu conflito permanente com a Companhia Docas de Santos em torno de salários, condições e democratização das relações de trabalho.[24]

Este rápido apanhado de estudos de caso não se propõe a apresentá-los como um novo paradgima de análise sobre o problema da relação entre a luta dos trabalhadores por direitos e as particularidades da problemática da cidadania no país. Eles nos convidam, porém, a uma reflexão sobre o processo de reelaboração ativa de concessões e benefícios em forma de direitos, a qual nos levará da experiência operária ao questionamento das teses tradicionais de uma cidadania ausente ou incompleta e, ainda mais, à idéia de cidadania "conquistada". Cremos que estas experiências nos chamam a matizar determinadas

---

[24] Silva, Fernando Teixeira da, *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: Direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)*. São Paulo: Hucitec/ Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

formulações, refutam algumas teses correntes e indicam a necessidade de revisão de algumas abordagens.

A grande limitação que pode ser apontada nestes trabalhos é o fato de se referirem a setores organizados de categorias profissionais com vínculos empregatícios definidos, que sempre foram (e tendem a se tornar cada vez mais) minoritários na nossa sociedade. Entretanto, a observação histórica tem demonstrado que, ao invés de aumentar o fosso da exclusão, as lutas e conquistas dos setores organizados da sociedade civil têm gerado precedentes que lançam as bases para a formulação de uma concepção universalizante de direitos sociais. A tradição do mandonismo brasileiro, é verdade, nos lega relações sociais autoritárias. Os encarregados diretos de assegurar a extração da mais-valia nas indústrias, por exemplo, foram por longo tempo chamados de feitores, e em alguns casos continuam agindo como tais. É fato também que a inexistência de uma revolução liberal tornou a conciliação pelo alto a arte política das classes dominantes por excelência, mas isso não nos impossibilita resgatar a história de luta pela conquista de direitos. Ao contrário, precisa o cenário refratário em que esta história tem acontecido.

Podemos também concluir que, se a intervenção estatal pós-30 possui peso decisivo na definição da forma que assume o exercício da cidadania no país, a tentação de restaurar a vocação demiúrgica do Estado, capaz de negar aos sujeitos sociais a sua própria autoconstituição, vai de encontro aos fatos.

Ao invés do ineditismo histórico da associação entre direitos e esfera pública democrática poderíamos conceber, talvez, que foi justamente a recorrente tendência de articulação entre ambos — quando temida por um Estado privatizado por classes dominantes tradicionalmente autoritárias e elitistas — que levou ao constante recurso à força como meio de impedir avanços no sentido de uma maior democratização da sociedade, paisagem no horizonte de diversos momentos do passado.

A análise histórica da formação de uma consciência de direitos, ao invés de se limitar a interpelar falhas, lacunas e limitações, pode localizar conquistas efetivas e a construção de experiências democráticas que, não obstante frustrações imediatas, não deixaram de ser repassadas às gerações posteriores.

É bem verdade que o domínio da lei não tem sido prezado pelas classes dominantes brasileiras. Entre os excluídos dos benefícios do desenvolvimento econômico,

porém, ele tem sido buscado como meio de reconstrução de uma noção de merecimento e pertencimento à comunidade nacional. Este é o processo que leva a "crença simbólica nos direitos" a se constituir na própria expressão do espaço conquistado pelos setores populares em sua luta pela transformação da sociedade brasileira.

Os processos de formação de classe e de construção da cidadania que emergem dessa historiografia social não são homogêneos nem lineares, e apresentam a complexidade da realidade. Eles nos recordam que, embora sua forma de desenvolvimento no país não corresponda a nenhuma versão consagrada da história européia, estes fenômenos têm conseguido ocorrer em um contexto marcado pela existência de poderosas forças a eles contrárias.

Costume e reapropriação nas origens da consciência de direitos[25]

Para que a nova ênfase sobre trabalho e cidadania não se restrinja à discussão sobre sua efetiva existência, ou eventuais qualificações, nem redunde na volta do Estado demiúrgico, é fundamental realizar a retomada da noção de autonomia operária numa nova perspectiva, relacionada à identificação das formas particulares pelas quais a consciência social de direitos se desenvolveu na experiência histórica nacional. Antes de situarmos as particularidades deste processo no período de recomposição da classe trabalhadora porto-alegrense que se materializou no Quarto Distrito, identificaremos algumas implicações teóricas da abordagem adotada e da problemática enfocada, a partir da análise de trabalhos que tomaram como objeto formações sociais muito distintas da nossa: Inglaterra e Índia.

Como os direitos perpassam a própria formação da classe trabalhadora e a definição de suas características culturais peculiares em diferentes contextos históricos? A questões esá no cerne da obra de E. P. Thompson, consagrado como um dos historiadores que revitalizou o conceito de classe social, resgatando-lhe a densidade histórica, e também enquanto um pensador que acentua a anterioridade da luta de classes em relação à classe como fenômeno constituído.

Deve ter sido com grande espanto que boa parte dos leitores recebeu as suas afirmações defendendo a noção de lei e de justiça como um "bem humano incondicional".

---

[25] Esta item apresenta de modo sintético a argumentação que desenvolvemos em: "O direito na obra de E. P. Thompson". *História Social,* nº 2 . IFCH-Unicamp, 1995.

Acaso a repressão, a espionagem e a derrubada impiedosa de direitos tradicionais descritos em *A formação da classe operária inglesa* já não demonstravam o direito como instrumento do poder de classe? A promulgação de um código sanguinário como a Lei Negra frente a delitos inofensivos como a cata de lenha e a caça de cervos enquanto um portentoso aparato mantinha as aparências de uma justiça imparcial não comprovaria seu caráter de mistificação?[26]

A consciência de que poderia estar alimentando este tipo de visão é que o conduziu a sistematizar seu ponto de vista sobre a questão, no item "O domínio da lei", incluído em *Senhores e Caçadores*. Aí, distingue entre três aspectos diferenciados na lei: a instituição (e aqueles que a exercem), a ideologia e o código com lógica e procedimentos próprios (a lei enquanto lei). O autor salienta que "a lei" não pode ser localizada apenas no aparato judiciário e legislativo, mas aparece como componente intrínseco aos conflitos sociais, que na Inglaterra do Século XVIII ocorriam dentro da lei até onde possível, e recorriam a uma noção legitimadora de justiça quando estas possibilidades se esgotavam. A lei enquanto prática, portanto, não se localizava em uma distante super-estrutura, mas perpassava as próprias relações de produção como norma endossada pela comunidade. Por outro lado, ao invés de mecanismo de consenso, constituía-se no próprio campo onde o conflito social se desenvolvia.[27]

Além do mais, destaca, não é irrelevante que a legitimação do poder de classe se dê nas formas da lei, como se dava em relação à hegemonia cultural da *gentry*, exercida fundamentalmente através de elaboradíssimas imagens do poder e da subordinação, ritualmente celebradas pelo aparelho judiciário. Remetendo necessariamente a noções de universalidade e igualdade, a lei não apenas precisa manter a aparência de justiça (o que em si só coloca certos limites à dominação) como às vezes realmente ser justa. Esta mesma retórica igualitária, por outro lado, não pode ser reservada a uma determinada classe, e a reapropriação possibilita que venha a desempenhar papel central nas lutas populares (como nos casos do populista londrino Wilkes em meados do século XVIII inglês, do mesmo modo que de Gandhi e Nehru na Índia). A noção de domínio da lei impõe mediações ao uso

---

[26] Thompson, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
P. 357. *Idem*: *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (3 Vol.).
[27] *Idem, Ibidem.* Pp. 350-351, 358.

da força pura como meio de dominação, e pelas suas características possibilita até mesmo vitórias parciais dos dominados. A história de uma "lei má", como é o caso da Lei Negra revela em que medida os mecanismos de criação e aplicação da lei estão comprometidos com o exercício do poder de classe, mas a própria indignação frente a isso demonstra quão profunda é a expectativa humana de que o direito deva transcender a desigualdade por este poder gerada e mantida.[28]

É nesse sentido que Thompson analisa a "rendição" das classes dominantes inglesas do século XVIII ao domínio da lei, na conjuntura entre 1790-1832. Frente à mudança no equilíbrio político-social representada pela emergência dos trabalhadores como classe, estes setores, após terem ensaiado partir para o domínio extra-legal, teriam optado por recuar e restaurar parcialmente "a honra de sua tradição de classe" que criou "a visão da aspiração ideal a valores jurídicos universais", mesmo às custas da própria hegemonia. Essa passagem final de *Senhores e caçadores* remete diretamente para a conjuntura analisada em *A formação da classe operária inglesa*, embora em uma perspectiva (a das classes dominantes) oposta àquela que caracteriza este primeiro clássico de Thompson. Poderíamos dizer que, após a epopéia da luta e conquista de direitos descrita como parte da própria constituição da classe operária, a questão do Estado de Direito como terreno onde esta luta se fez possível, e que por ela tornou a ser revitalizado e aprofundado, emerge num primeiro plano nas preocupações do autor.[29]

Mas onde está o direito em *A formação da classe operária inglesa*? Uma leitura atenta revela sua onipresença desde a estrutura da obra, passando pelas fontes utilizadas até, finalmente, a própria narrativa. É a luta pelo direito de representação dos interesses daqueles que não compunham as classes dominantes até o século XVIII que Thompson elege como fio condutor da articulação de diferentes experiências que desembocam finalmente tanto numa vitória - a reforma parlamentar de 1832 - quanto na redefinição do campo de classes à medida que os industriais "reformadores" eleitos a partir daí não tardam a se utilizar dos mesmos expedientes usados anteriormente pela "velha corrupção" a fim de reprimir o emergente movimento operário e a luta por direitos sociais. Esta experiência

---

[28] *Idem, Ibidem.* Pp. 353-354, 360-361.

política de ampliação dos espaços de participação e diferenciação de interesses próprios levará a que o sufrágio universal venha a capitanear a pauta de reivindicações do movimento cartista. Ao mesmo tempo que na periodização, encontraremos o direito, já no seu aspecto mais institucional, como forte presença entre as fontes utilizadas. Julgamentos, processos criminais, execuções, promulgações e revogações de leis, com toda a massa documental a eles relacionados constituem as bases tanto para a descoberta de informações inéditas quanto para a reinterpretação de fatos já consagrados como marcos da história da classe operária inglesa. Porém, o aspecto central em que a temática da lei e dos direitos está presente em *A formação da classe operária inglesa* é o da constituição e desenvolvimento da noção de justiça entre os dominados, o papel por ela desempenhados na sua vida, na luta por velhos e novos direitos e a relação de tensão e reapropriação a partir daí desencadeada com a ordem jurídico-político estabelecida.[30]

Os três segmentos da classe trabalhadora cuja resistência frente ao processo de exploração que caracteriza a Revolução Industrial é analisada por Thompson em *A formação* confrontam-se com a perda de direitos tradicionais, e é com base nestes que articulam o discurso de condenação à opressão e à perda de status a que são submetidos. Esta perda de direitos está presente nos cercamentos no que diz respeito aos trabalhadores rurais, na suplantação das noções de preço e salário "justos" pela concorrência de mercado no que diz respeito aos artesãos e na derrubada dos Estatutos Elizabethanos, que regulavam os ofícios ligados à tecelagem. É a consciência da perda destes direitos, somada à repressão política, que contribui para a identificação da exploração como um fenômeno anti-natural, e portanto atentatório contra os "direitos do homem", e a busca por conter seus efeitos maléficos levou à reivindicação de novos direitos, como foi o caso da luta pelo salário-mínimo e pela jornada de trabalho de 10 horas.[31]

Na busca da manutenção destes direitos ameaçados e na formulação de novos direitos, a classe operária inglesa foi progressivamente se definindo num dos pólos de um conflito entre sistemas de valores alternativos e construindo para si mesma uma nova noção

---

[29] *Idem, Ibidem.* p. 361. Estado de Direito seria, inclusive, a tradução mais usual para *The rule of law.* Como na edição brasileira de *Senhores e caçadores* adotou-se para tal a expressão "domínio da lei", a empregamos ao nos referir às formulações de Thompson sobre a temática.
[30] *Idem. Customs in common.* London: Penguin, 1993.

de comunidade, à medida que os laços que lhe asseguravam um lugar numa vaga comunidade nacional eram um a um rompidos em nome do progresso e da modernização.[32]

É à luz deste cenário que Thompson irá reexaminar o imbricamento das tradições políticas operárias legal e clandestina e seu desenvolvimento até 1832. Demonstrando que a luta contra a introdução de determinadas máquinas no ramo da tecelagem, longe de ser uma reação cega e instintiva, fundamentava-se na defesa de formas de regulamentação tradicional do ofício, o autor irá salientar como ela esgotou todos os recursos parlamentares (especialmente a elaboração de petições), passando ao uso da ação direta à medida que os próprios trabalhadores percebiam que estavam sendo empurrados para fora do âmbito constitucional pela inflexibilidade da adesão das classes dominantes à economia política ortodoxa. O movimento luddita, partindo para a ação direta contra o emprego do maquinário na produção, representava assim um ponto de inflexão na noção de direitos da classe operária:[33]

> "De um lado, olhava para trás, para costumes antigos e uma legislação paternalista que nunca poderiam ressuscitar; de outro lado, tentava reviver antigos direitos a fim de abrir novos precedentes. [Suas reivindicações] traziam em si uma imagem vaga de uma comunidade não tanto paternalista, mas sim democrática, onde o crescimento industrial seria regulado segundo prioridades éticas e a busca do lucro se subordinaria às necessidades humanas".[34]

Portanto, se *A formação* se conclui com a derrota do radicalismo artesão e do romantismo, cindidos entre si, frente ao homem aquisitivo, o processo que analisa também nos legou a árvore da liberdade a resplandecer frondosa, regada pelo heroísmo e pela generosidade da classe operária para com as gerações futuras.[35]

Mas como teria sido possível que, a partir de uma sociedade baseada na deferência e na dominação paternalista, viesse a brotar e se enraizar uma noção de direitos

---

[31] *Idem, A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. II Pp. 45-46, 74, 95, 158.
[32] *Idem, Ibidem.* Vol. II Pp. 166-169, 347.
[33] *Idem, Ibidem.* Vol. III Pp. 96, 114, 117.
[34] *Idem, Ibidem.* Vol. III P. 123.

humanos progressivamente abrangente que expressa em si mesma a autonomia intelectual e moral da emergente classe operária inglesa no início do século XIX? Podemos ver os primeiro estudos de Thompson sobre o século XVIII com uma busca de respostas a este questionamento.

Analisando os motins por alimento, o autor rompe a concepção de que estes seriam reações espasmódicas à fome e descobre auto-consciência dos seus participantes e o peso das noções legitimadoras presentes a este tipo de ação, por ele denominadas de "economia moral da multidão". Fixando o preço "justo" dos cereais por conta própria, em sua forma de atuação mais característica, a multidão colocava a si mesma no papel de executora da lei que muitas vezes a *gentry* negligenciava. O motim encontrava forte base para sua legitimidade, já que "os homens e as mulheres que se envolviam no tumulto acreditavam estar defendendo direitos ou costumes tradicionais". Eles eram, em geral, "apoiados pelo amplo consenso da comunidade", compartilhado em alguns casos até mesmo por parte das autoridades, mas independentemente disso, "o consenso era tão acentuado que anulava as motivações de temor ou respeito". A intervenção ativa da multidão visava então fazer valer um modelo paternalista já desgastado na prática, reconstruído seletivamente de modo a melhor servir como instrumento de defesa frente aos avanços do livre-mercado. O motim nos mostra a defesa de direitos "tradicionais" em sua face pública e coletiva. [36]

Ocorria portanto, no século XVIII, uma mutação na consciência popular sobre o direito, que expressava a crise do paternalismo tradicional. A Igreja oficial perdera o controle da vida da população e a licenciosidade permitida à multidão era o preço a pagar pelo controle da coroa pós-1688. Por outro lado, embora a insubordinação representasse um inconveniente, até 1790 não foi sentida como ameaça real. Entretanto, possibilitava o desenvolvimento de uma cultura em grande medida autônoma em questões fundamentais para o desenvolvimento de valores e formas de sociabilidade, como o lazer. É nestes espaços que se desenvolvem as características próprias da resistência de uma cultura plebéia, como a tradição anônima, o contra-teatro e a ação direta súbita, que subvertem a

---

[35] *Idem, Ibidem.* Vol. III P. 440.

"benevolência" paternalista à medida que forçam-na a se manifestar pela combinação de meio legais e constrangimentos mais ou menos violentos.[37]

É nesse contexto que, enquanto a "racionalização econômica" se infiltrava de um lado por entre as brechas do paternalismo, de outro, favores recebidos no interior de uma relação de subordinação eram transformados em direitos reivindicados e negociados. Tratava-se de uma longa, dura e muitas vezes cruel batalha (aí está *Senhores e Caçadores* a testemunhar) que contribuiu para consolidar a noção do domínio da lei como "bem humano incondicional" e ampliar seu alcance no sentido da democracia como espaço de criação de direitos. Portanto, a identificação entre direito e experiência social é total:[38]

> "É minha tese que a consciência e os usos costumeiros foram especialmente robustos no século XVIII: de fato, alguns 'costumes' eram de recente invenção e eram na verdade reivindicações por novos 'direitos'."[39]

O costume, deste modo, é visto pelo autor como um conjunto de recursos e um campo de conflito (mesma definição dada para o direito em "O domínio da lei") utilizado correntemente à época tanto para se referir ao que hoje costuma ser designado cultura como à *Common Law* (direito consuetudinário ou costumeiro). Portanto, podemos entender que as mesmas características atribuídas à "cultura plebéia" sejam vistas como componentes de uma forma peculiar de consciência e exercício de direitos. Estas características seriam em primeiro lugar o caráter tradicional, evidente em práticas como o aprendizado, a transmissão oral e o alto grau de ritualização, presente tanto na fixação de preços dos motins por alimento quanto na "venda de esposas". Mas elas incluiriam também a rebeldia, que prefiguraria a moderna consciência de classe, e o peso prioritário dado a elementos não-econômicos, como as "forças auto-motivantes de regulação social e moral". Thompson salienta aqui a diferença entre a hegemonia através da lei e outras formas históricas do seu exercício, como aquela da Igreja:

---

[36] Thompson, E. P. "La economia 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII". *In:,Tradición, revuelta y consciência de clase*. Barcelona: Crítica, 1989, 3 ed. Pp. 61, 65, 71-72, 89, 101-103. *Idem.* "El delito del anonimato". *In: Tradición, revuelta y consciência de clase. Op. Cit.* Pp. 173, 194 e 237.
[37] *Idem.* "Patrician society, plebeian culture". *In: Journal of Social History*. Pp. 387-403.
[38] *Idem, Ibidem.* Pp. 384-405.
[39] *Idem.* "Introducion: Custom and culture", in *Customs in common. Op. Cit.* P. 1.

> "A Lei podia pontuar os limites tolerados pelos dominantes; mas, na Inglaterra do século XVIII, ela não entrava nas suas cabanas, não era mencionada nas preces das viúvas, decorava suas paredes com ícones, ou conformava uma visão de vida."[40]

Diferença e cidadania: o desafio da história dos subalternos

Mas se o significado sócio-cultural da lei está tão profundamente associado à particularidade dos costumes e das formas de exercício da hegemonia numa determinada sociedade, em que medida a abordagem de Thompson sobre a relação entre consciência de direitos e formação de classe poderia ser generalizável? Um projeto historiográfico com objetivos semelhantes, como aquele levado a cabo pelo grupo de "estudos sulbalternos" na Índia chegaria a algumas formulações semelhantes às do autor inglês, mas também a algumas diferenças substanciais.

Criticando tanto a visão colonialista quanto as análises tradicionais da esquerda indiana sobre a insurgência camponesa no país, Ranajit Guha, considera que em ambas, a "constituição da nação indiana" e "o desenvolvimento da consciência – nacionalismo – que informa este processo" são vistas como "realizações predominantemente ou exclusivamente das elites". Representando a ascensão do nacionalismo como um mecanismos de estímulo e resposta em que o Império Britânico se torna de fato o principal ator do processo ou como uma "aventura idealista", Guha afirma que estas historiografias têm trabalhado juntas ao negar e esconder a agência histórica popular. Estas perspectivas teriam reduzido o lugar do povo na história da Índia a "um problema de lei e ordem" (semelhante à nossa questão social como "caso de polícia") ou à "resposta ao carisma de certos líderes da elite". Para ele, o principal fator que levaria a esta negação do papel de sujeito histórico ao povo seria o uso das "leis, políticas e atitudes" coloniais britânicas como parâmetros de ação política. A esta política institucional, ele irá contrapor a existência de "outro domínio na política indiana" que seria autônomo e "tradicional apenas na medida em que suas raízes podem ser

---

[40] *Idem, Ibidem.* Pp. 4, 7-9.

traçadas ao período pré-colonial, mas que não era de modo algum arcaico no sentido de ser antiquado".[41]

Ao contrário da política da elite, a "política do povo" seria horizontal nos seus padrões de ação e enquanto a primeira se restringia às táticas "mais legalistas e constitucionalistas", a mobilização subalterna era "relativamente mais violenta". Essa "dicotomia estrutural" teria origem no:

> "*fracasso da burguesia indiana em falar pela nação.* Havia vastas áreas na vida e na consciência do povo que nunca foram integradas na sua hegemonia."[42]

O paralelismo entre estas formulações e as de Thompson em *Customs in common* é impressionante, assim como o é a sua inspiração gramsciana comum. Como Thompson, Guha define a existência de um domínio cultural autônomo como uma condição para o desenvolvimento da agência política popular. Em ambos também, esta autonomia está relacionada a um modo particular de exercício de hegemonia, ou ao fracasso em exercê-la. A importância do conceito de autonomia cultural está no fato dele nos lembrar que, mesmo se referindo a padrões hegemônicos como sua fonte de legitimidade, a conquista ou a criação de um espaço mais amplo de atuação pode mudar o seu significado na prática social. Ele rejeita a idéia de que a experiência subalterna se reduz à reprodução de parâmetros culturais dominantes, até que mudanças no nível super-estrutural o levem a mudar. A despeito da convergência no que diz respeito a esta questão, a principal diferença entre as abordagens de Guha e Thompson jaz precisamente no lugar por eles definido para a lei. Enquanto Thompson a destaca como espaço de conflitos que resultam em conquista, expansão e legitimação de direitos, Guha enfatiza o aspecto repressivo da "lei e ordem" e a externalidade das instituições legais à experiência subalterna indiana.

Por trás destas diferentes abordagens sobre a relação entre lei e cultura, podemos identificar diferentes contextos nacionais. Na narrativa da história de Thompson sobre a história inglesa, mesmo nos momentos em que a classe trabalhadora constitui seu

---

[41] Guha, Ranajit. "On some aspects of the historiography of Colonial India" e "The prose of Counter-Insurgency". *In:* Guha , Ranajit and Spivak, Gayatri C. (org.) *Selected subaltern studies*. New York / Oxford: Oxford University Press, 1988.

[42] Guha, Ranajit. "On some aspects of the historiography of Colonial India". *Op. Cit.* P. 41.

próprio discurso político em ruptura com a tônica constitucionalista dominante, abraçando noções de direito natural, ela permanece lutando pela legitimação da sua demanda por direitos com referência à linguagem legal comum à cidadania inglesa. Nessa situação, autonomia não é excludente com hegemonia, e a construção da identidade própria e de interesses particulares não é contraditória com a inclusão progressiva dos trabalhadores como parte da nação, mesmo dentro das regras do sistema capitalista. Isso explicaria as "bases sociológicas do reformismo britânico":

> "Os trabalhadores, tendo falhado em derrubar a sociedade capitalista, se puseram a povoá-la de ponta a ponta. É exatamente nessa 'cesura' onde se constróem as instituições de classe características do movimento trabalhista - sindicatos, federações, central sindical, cooperativas e tudo o mais -, vigentes até hoje. Fazia parte da lógica desta nova direção que cada avanço no interior da estrutura do capitalismo deveria simultaneamente envolver ainda mais profundamente a classe trabalhadora no *status quo*. Os trabalhadores, na medida que fortaleceram sua posição ao se organizarem nos locais de trabalho, mais se tornaram relutantes em aderir a quixotescos tumultos que poderiam comprometer ganhos acumulados com tanto custo."[43]

Evidentemente, na realidade colonial indiana, a relação entre crença compartilhada na lei e construção nacional não faria sentido. O que Guha afirma, é que, pelo contrário, a assimilação dos padrões políticos e legais britânicos pela elite nacionalista aprofundou o distanciamento entre ela e os "subalternos", levando, nas suas próprias palavras, a um "fracasso histórico do vir-a-ser da nação". Esta formulação nos remete ao papel central da "invenção das tradições" e da construção da nação como uma "comunidade imaginária", que alguns estudos têm definido como o núcleo do processo cultural que institui o Estado nacional moderno.

Tradição, neste sentido, diferencia-se claramente de "costumes", que para Hobsbawm, assim como para Thompson, são flexíves, e podem expressar a dinâmica da mudança na correlação de forças dos conflitos sociais, enquanto as tradições se

caracterizam por serem práticas rígidas e altamente ritualizadas. Integrados no processo histórico real, o costume se refere às fontes de legitimidade para práticas particulares na dinâmica social, enquanto a tradição lhes confere um caráter institucional. As tradições inventadas objetivam aumentar a coesão social em diferentes níveis, legitimar instituições ou tipos de autoridade particulares e desenvolver meios de socialização, assim como inculcar comportamentos prescritos. A despeito de não serem capazes de preencher o espaço deixado vago pelo declínio das velhas tradições e costumes, num tempo em que o passado é cada vez menos relevante como um modelo, as novas tradições se constituem num componente vital do processo simbólico de criação das nações e um importante objeto de disputa política no período pós-Revolução Industrial. Elas reintroduzem status num mundo de contrato, e noções de superioridade e inferioridade num mundo de seres iguais perante a lei.[44]

A 'invenção das tradições', assim, desempenhou e ainda desempenha um papel central na definição do Estado-Nação com um dos principais enquadramentos da vida social contemporânea. Ao mesmo tempo que as tradições nacionais são inventadas, as nações são 'imaginadas' como comunidades. Para Benedict Anderson, essa construção da nação como uma coletividade imaginária limitada, soberana e horizontal é fundamental para o surgimento de movimentos e ideologias nacionalistas.[45]

Do ponto de vista da legitimação social de direitos, o conceito de comunidade é de importância decisiva, à medida que ele constitui o espaço de experiências e valores compartilhados que define a esfera de validação para as práticas sociais. Na mesma medida que a construção simbólica da nação passou a ser vivida como uma comunidade, essa esfera de validação tornou-se coincidente com a estrutura institucional do espaço nacional. O que é interessante na interpretação proposta por Thompson sobre a história inglesa dos séculos XVIII e XIX é o fato de que, de uma certa maneira, a ideologia através da lei e a cultura de direitos tradicionais reforçaram o senso de inclusão na nação. Por outro lado, o processo de opressão política e exploração econômica quebrou o senso de comunidade, que foi reconstruído na experiência de classe.

---

[43] Thompson, E. P. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas, IFCH, 1993. Pp. 70/71.
[44] Hobsbawm, Eric J. "Introduction: Inventing traditions". *In:* Hobsbawm, Eric J. e Ranger, Terence. *The Invention of traditions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 12 ed. P. 3.

De todo modo, devemos diferenciar entre dois aspectos das formulações de Thompson sobre a lei. O primeiro é a "aspiração humana geral por justiça". O segundo é a existência de uma "cultura legal" que a corporifique num conjunto de práticas rituais "tradicionais" e num discurso político centrado na idéia de igualdade legal. Ambos aspectos eram coincidentes na Inglaterra do século XVIII, mas, contrariamente ao que o autor imaginava, eles parecem não ter sido na Índia, ao menos no ponto de vida de Guha. Para outro membro do grupo de "estudos subalternos", Dipesh Chakrabarty, haveria inclusive uma correlação direta entre a redução do trabalho real ao trabalho abstrato, necessária à circulação universal de mercadorias e "a noção burguesa de 'direitos iguais' de 'indivíduos abstratos', cuja vida política se reflete nos ideais e práticas da 'cidadania'".[46]

A rejeição de Chakrabarty à cidadania como parâmetro normativo único para a análise da ação política dos "subalternos" na Índia vem precisamente deste papel homogeinizador exercido pelo conceito. Retomando a relação com o processo de trabalho e a exploração capitalista na produção, ele propõe que, nas análises de Marx sobre a passagem do "trabalho real" para o "trabalho abstrato", o primeiro não deve ser entendido apenas como um "trabalho natural", que se diferencia de indivíduo para indivíduo segundo suas distintas capacidades, mas também como um trabalho social e culturalmente informado por significados distintos daqueles definidos pelo capitalismo ocidental, e por este inassimiláveis. Esta incapacidade de assimilação plena pela lógica produtivista seria exatamente a condição para a manutenção da autonomia cultural e para o desenvolvimento de ações políticas que, ao invés de reproduzir e legitimar as estuturas de dominação vigentes, produzam fissuras e introduzam a diferença no seu interior:

> "A transição do real para o abstrato é assim também uma questão de transição/tradução das muitas e possivelmente incomensuráveis temporalidades ao tempo do trabalho homogêneo e abstrato, a transição da *não-história* para a *história*. Trabalho real, a categoria, ela própria universal, deve todavia ter a capacidade de se referir ao que não pode ser contido pelo

---

[45] Anderson, Benedict. *Imagined communities*. London / New York: Verso, 1991. 2 ed.
[46] Chakrabarty, Dipesh. "Time of history and time of gods". *In:* Lowe, Lisa e Lloyd, David. (org.) *The politics of culture in the shadow of capital*. Durham/Londres: Duke University Press, 1997. P. 53.

> signo *mercadoria*, muito embora o que permanece incontido seja inerente ao próprio signo."[47]

A defesa da irredutibilidade da diferença cultural, entretanto, coloca acima de tudo um alerta no sentido de evitar que, ao "traduzir" processos históricos particulares para inseri-los em metanarrativas globais, como a "história do trabalho" ou a "conquista da cidadania", o traduzido não perca aquilo que define a sua própria identidade. Isso porém, não leva Chakrabarty à defesa do relativismo cultural, nem da "morte da história" pregada pelos pós-modernos. Lidar com o fosso existente entre a particularidade e a conquista de direitos, ele recorda, faz parte da própria experiência subalterna:

> "Não se pode discutir com a burocracia moderna e outros instrumentos de governabilidade sem o recurso ao tempo secular e às narrativas da história e da sociologia. As classes subalternas necessitam desse conhecimento para lutarem suas batalhas por justiça social. Seria antiético não tornar a consciência história disponível para todos, em particular as classes subalternas. Quando é que o Fundo Monetário Internacional ou as Nações Unidas escutariam a um argumento baseado na ação dos deuses?"[48]

Portanto, a lei e os discursos estruturados com base na idéia de cidadania podem ter uma importância efetiva mesmo em contextos culturais distintos daqueles das matrizes originais da cultura constitucionalista. Entretanto, devemos lembrar que, neste caso, eles se constituem apenas em uma estrutura normativa de referência das práticas sociais entre outras. Como demonstra Levi, é exatamente nos interstícios gerados pela coexistência e articulação destes múltiplos sistemas normativos que as estratégias criativas individuais e coletivas podem ser desenvolvidas.[49]

Comunidade e configuração de classe

> O Brasil, sabemos muito bem, não é a Inglaterra, nem tampouco a Índia.[50]

---

[47] *Idem, Ibidem.* P. 54.
[48] *Idem, Ibidem.* P. 48.
[49] Levi, Giovanni. *Op. Cit.* Pp. xv, 38.
[50] Muito menos a Rússia, como o governo insistiu em nos lembrar diante do riscos de uma crise do sistema financeiro, há pouco tempo. Ver Veríssimo, Luís Fernando. *Op. Cit.* Pp. 13-15.

Do ponto de vista da relação entre a configuração cultural das classes populares e a estrutura institucional que define a cidadania e os direitos sociais, isso significa que nem podemos dizer que as formas legais "ocidentais e modernas" incorporam plenamente os modos de exercício de hegemonia pelos dominantes e a concepção de justiça dos dominados nem, por outro lado, possuímos sistemas culturais claramente diferenciados, com continuidade desde tempos pré-coloniais.

Sabemos que os processos de constituição ou reconfiguração da classe trabalhadora urbana, a conquista de direitos sociais e sua incorporação como um ator relevante no processo político nacional, transformaram profundamente os contornos assumidos por esta problemática. Estamos longe, porém, de obter formulações conclusivas sobre as relações existentes entre o conjunto de elementos envolvidos neste processo, assim como de um balanço consistente sobre os resultados nele alcançados. A temática, como apontamos no início desta introdução, é emergente.

Foi no sentido de fornecer elementos para a reflexão sobre estas questões que nos propusemos a estudar o processo de reconfiguração da classe trabalhadora naquele que consolidou-se, à época, como o terceiro parque industrial do Brasil, marcado por uma série de particularidades sócio-econômicas que o distinguia dos dois maiores. Conforme procuramos demonstrar, este processo de formação de classe foi perpassado pelo diálogo, interseção e conflito com distintas noções de comunidade, baseadas em elementos que caracterizavam formações reais ou potenciais de identidades coletivas específicas. Essas diversas identidades coletivas tanto podiam contribuir, num outro plano, para o processo de integração de experiências comuns e para o desenvolvimento de uma noção de comunidade abrangente, que em certa medida pode ser tomada como uma forma particular de consciência de classe, como podiam segmentá-la a partir da defesa de particularismos, baseados em relações hierárquicas e assimétricas.

Esta tensão entre elementos integradores e desintegradores da base cultural da experiência de classe tem marcado o debate entre distintas correntes teóricas que estudam a classe operária na Grã-Bretanha, com a tendência dos marxistas em valorizar os primeiros e dos revisionistas em enfatizar os segundos. Analisando a aparente contradição presente no fato de que foi precisamente num momento histórico marcado pelo acirramento de diferenciações e conflitos internos que se estabeleceu em definitivo a presença política dos

trabalhadores no processo político nacional britânico, Neville Kirk aponta para a necessidade de não conceber a cultura de classe como um dado pré-estabelecido, mas sim como um espaço de mudanças, imbricado ao local de trabalho e à arena política.[51]

Trata-se portanto de tentar articular a importância do estabelecimento da classe operária como uma totalidade cultural consolidada, com práticas, símbolos e instituições próprias claramente diferenciadas, como é a ênfase de Hobsbawm, com o desenvolvimento do processo cultural que institui a própria consciência de classe, marcado pela multiplicidade de experiências, pela flexibilidade dos costumes e pela circulação de valores, como analisado por Thompson.[52]

No caso particular de Porto Alegre, as mudanças no plano cultural que se articulavam com a redefinição das características e da escala o parque industrial local na primeira metade do século, envolviam, como apontou Joan Bak na sua análise sobre a greve geral de 1906:

> "três transições intersecionais: uma de um modo de produção artesanal para um industrial; outra de comunidades étnicas em grande medida herméticas para a complexidade das identidades de classe emergentes; e ainda uma terceira, de uma força de trabalho assalariada esmagadoramente masculina para uma crescentemente feminina."[53]

O componente étnico assumia particular complexidade, à medida que não apenas o distrito industrial se constituía pela integração de uma grande diversidade de fluxos migratórios internos e externos, mas também a grande maioria das indústrias era de propriedade de teuto-brasileiros que, embora muitas vezes fossem descendentes de imigrantes de terceira geração, mantinham, até a Segunda Guerra Mundial, uma forte autonomia cultural baseada em e reproduzida por uma sólida rede institucional geralmente

---

[51] Kirk, Neville. *Change, continuity and class. Labour in British society (1850-1920)*. Manchester/Nova Iorque: Manchester University Press, 1998. P. 228.

[52] Hobsbawm, Eric. "A formação da cultura da classe operária britância" e "O fazer-se da classe operária, 1870-1914". *In: Mundos do trabalho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pp. 251-297. O debate entre Hobsbawm e Thompson a esse respeito foi examinado por Negro, Antonio, "Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa". *In: Revista Brasileira de História* (revista da Anpuh, Associação Nacional de História), vol. 16, n º 31/32, 1996. Pp. 40-61.

denominada como a "colônia alemã". Além da guerra, e de modo articulado a ela, as relações inter-étnicas em Porto Alegre também foram afetadas pelo aprofundamento no processo de construção do Estado-Nação que marcou o período. O mesmo pode se dizer da criação de espaços de sociabilidade, práticas culturais e outras bases de solidariedade, como aquela derivada da exposição a riscos comuns, como se verifica nos relatos sobre a enchente de 1941.

Do lado dos trabalhadores, cada nova leva de imigrantes necessitava constituir o seu espaço social e cultural num universo estruturado não apenas pelas relações de classe e pelas características da nação de destino, mas também por esta hegemonia local que associava germanidade a status e poder. Analisaremos um exemplo significativo disso através do processo de articulação de diversas possibilidades identitárias e sua institucionalização em formas associativas entre imigrantes do leste europeu.

O desenvolvimento da consciência de classe não se confrontou, porém, apenas com as eventuais tensões internas geradas pelo choque e diferenciação derivados das particularidades dos vários segmentos que a compunham. O processo de expansão industrial criou, especialmente a partir dos anos 30, uma oferta de emprego constante e uma possibilidade limitada, porém real, de mobilidade social ascendente. Ao mesmo tempo, verificava-se a forte influência de modelos paternalistas de relação de trabalho, expressa principalmente na adoção de programas abrangentes de benefícios sociais. Esta situação fundamentou o exercício da hegemonia cultural empresarial, articulada por valores relacionados à disciplina do trabalho, à austeridade e à estrutura familiar patriarcal. Tal configuração sócio-cultural limitou as próprias perspectivas de expansão do enraizamento orgânico da esquerda na região. No final dos anos 50, a própria caracterização dos moradores do núcleo originário do Quarto Distrito causava divergências e perplexidade entre os militantes comunistas:

> "Um caso trágico era a base do Navegantes, um bairro habitado por uma população pequeno-burguesa e ao mesmo tempo área de muitas indústrias. Diga-se de passagem que, naquela época, a maioria das indústrias de Porto

---

[53] Bak, Joan L. "Class, ethnicity and gender: The negotiation of worker's identities in Porto Alegre's 1906 'Strike of 21 days'". Comunicação apresentada à *Fifteenth Latin American Labor History Conference*. Duke University, 17-18 de abril de 1998. P. 2.

> Alegre ficava ali. Este fato criou uma visão distorcida na direção do partido, que insistia na idéia de que o bairro era eminentemente proletário."[54]

Face a verdadeiros bastiões do poder emergente da burguesia industrial gaúcha, as formas de ação e de organização do movimento operário porto-alegrense revelaram limitações em canalizar a resistência cotidiana dos trabalhadores e abrir brechas que lhes possibilitassem exercer, de forma articulada, a cidadania no local de trabalho. Na Renner, tratava-se do exemplo supremo da empresa familiar voltada para o mercado interno, capaz de aperfeiçoar a economia primária do estado em uma ponta do processo produtivo, e ao mesmo tempo estimular o consumo de massas na outra. Já a Varig expressava inicialmente a articulação entre o capital industrial e o Estado gaúchos e suas contrapartes alemãs, sendo posteriormente redefinida como instrumento paraestatal do nacional-desenvolvimento pós-guerra, à medida que combinava uma resposta a preocupações de integração e defesa do território nacional com a simbologia do progresso associada à aviação.

Os limites enfrentados diante da solidez do poder dos capitalistas locais e suas articulações políticas nacionais e internacionais não impediu porém o movimento operário local de lidar com os desafios derivados da recomposição e das novas dimensões da classe trabalhadora. Desde os anos 20, novas formas de estruturas institucionais foram criadas ou as pré-existentes transformadas, de modo a preservar, criar ou recriar espaço de autonomia cultural, sociabilidade e desenvolvimento da solidariedade de classes. A regulamentação da atividade sindical e a criação de instrumentos voltados ao seu controle, a partir de 1930, adicionou complexidade a esse processo. Por isso, a formulação de estratégias distintas em relação a como enfrentar a repressão e o controle, de um lado, e como usufruir das vantagens potenciais da oficialização, de outro lado, tornou-se o centro do debate entre as principais correntes políticas que polarizaram o movimento local desde o final dos anos 20: comunistas e getulistas.

Apesar dos conflitos internos, das redefinições organizativas e do poderio de patrões e do Estado, a primeira metade do século foi marcada por uma longa série de lutas que, com maior ou menor sucesso imediato, avançaram a médio prazo no sentido da

---

[54] Lima, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso. Memórias de um operário comunista.* São Paulo: Diniz, 1984. P. 135.

conquista, efetivação e generalização de direitos, intervindo e contribuindo para a própria redefinição do espaço público, assim como das bases da legalidade e legitimidade das demandas dos trabalhadores.

A nova classe operária, centralmente fabril, que emergia em Porto Alegre no período, explorou amplamente as possibilidades históricas ao seu alcance, lidando com as contradições e os desafios abertos no contexto político da Era Vargas, desde seu início precoce, no estado governado por seu principal protagonista no final dos anos 20, até seu trágico primeiro fim, emblemático e revelador, em 1954.

Capítulo I - "Uma cidade dentro da cidade":

Desenvolvimento dos bairros industriais e recomposição da classe trabalhadora

> "O Navegantes era tudo. Porto Alegre era o Navegantes. Todas as fábricas, eram aqui... a Rio Guaíba, o Renner, o Zivi, o Gerdau ..."[1]
>
> "Era a fábrica do Renner apitando de manhã; o trem [de] Santa Maria [...], uma maria-fumaça possante, chegando às 7 horas da manhã, o noturno, entrando na capital; [...] e a barcaça, [...] no Rio Guaíba, que vinha de Taquarí, [...] carregada de laranja..."[2]

Na primeira metade do século XX, Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, experimentou um acelerado processo de crescimento urbano diretamente associado ao desenvolvimento de um complexo econômico que articulava intimamente um parque industrial em expansão e uma rede de transportes de médio e longo curso (navegação fluvial, ferrovia e aviação civil).

O distrito industrial, constituído originalmente pelos bairros Navegantes e São João, e que posteriormente se expandiria para toda a Zona Norte da capital concentraria o crescimento populacional da cidade no período.

Caracterizados pela proximidade entre áreas de moradia e local de trabalho, a emergência destes bairros, a partir especialmente dos anos 20, marcou um novo momento na configuração da classe trabalhadora na cidade, com um amplo predomínio do emprego fabril, uma mudança na escala quantitativa (número total e concentração de trabalhadores por unidade) e o desenvolvimento de formas de sociabilidade e estratégias sócio-econômicas familiares bastante distintas das que caracterizavam o operariado porto-alegrense até as primeiras décadas deste século.

---

[1] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[2] Entrevista com Ibirará Fortes e Gilberto Reis, 22/07/99.

Desde meados dos anos 20, a existência desta nova realidade chamava a atenção de observadores externos. Foi entretanto entre 1945 e 1964 que a população destes bairros veio a assumir um papel decisivo na redefinição do cenário político local, constituindo-se na base mais articulada de atuação tanto do Partido Comunista Brasileiro quanto, especialmente, do Partido Trabalhista Brasileiro, com destaque para alguns representantes da sua ala "programática", que, tanto quanto os comunistas, tiveram um importante papel em várias mobilizações populares e na difusão de bandeiras reformistas e anti-imperialistas.[3]

Diversas matrizes discursivas e projetos políticos impactaram o processo de construção da identidade desta população como um ator coletivo.[4] O movimento sindical passou ao longo do período por várias mutações, em função da redefinição do perfil da classe, do surgimento da legislação trabalhista e do sindicato oficial, da luta política interna e do conflito com estratégias estatais e patronais. Os sistemas paternalistas de relações de trabalho implantados em algumas grandes empresas desempenharam um papel decisivo não apenas no controle sobre os trabalhadores e no atendimento a um amplo leque de suas necessidades, mas também na própria definição do universo simbólico local. Por outro lado, a complexa composição étnica destes bairros, e o traumático processo de "nacionalização" vivenciado em meio à Segunda Guerra Mundial também deixaram suas marcas.Estes diferentes fatores, resultando numa grande diversidade de orientações e definições identitárias, não impediram que os habitantes e/ou trabalhadores desta parte da cidade adquirissem um poderoso senso de constituírem uma coletividade com características próprias. Sintomaticamente, este senso de pertencimento a uma universo social particular costuma, ainda nos dias de hoje, ser enunciado através da frase "- Nós, do

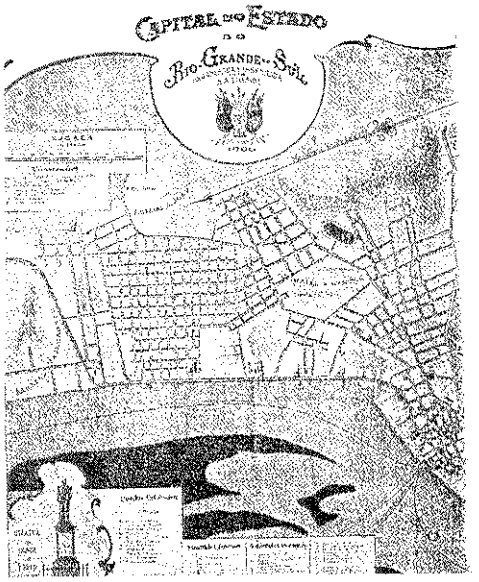
---

[3] Por trabalhista "programático", designamos basicamente os membros do PTB gaúcho associados ao grupo de Alberto Pasqualini que, antes mesmo de seu ingresso no partido, elaborou um amplo programa associando desenvolvimento econômico e reformas sociais, divulgado através de artigos publicados na imprensa diária a partir de 1945. Entre os trabalhistas com base eleitoral no Quarto Distrito, o principal representante deste setor era o vereador (1951-1954) e deputado federal (1955-1964) Armando Temperani Pereira. A distinção entre "programáticos" e "pragmáticos" dentro do PTB, entretanto, não pode ser absolutizada. Como destaca D'Araújo, "o nacionalismo do PTB não foi incompatível com o empreguismo, nem o reformismo foi antítese de clientelismo ou de atrelamento ao Estado". D'Araújo, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996 P. 170

[4] Sobre esta utilização do conceito de matriz discursiva Cfe: Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

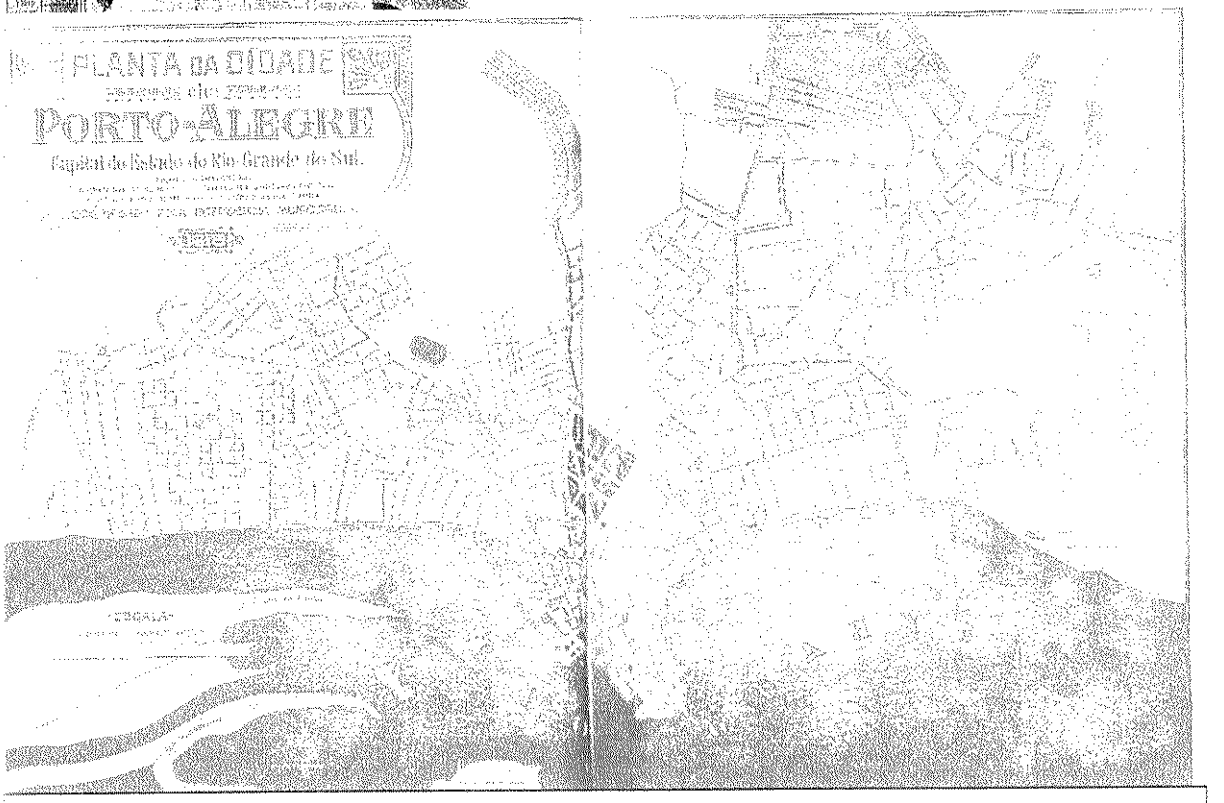
Quarto Distrito...", que indica o peso da base territorial e da inserção político-administrativa na constituição de uma identidade coletiva que se estendia para além dos limites familiares, étnicos, político-ideológicos ou profissionais.

O Navegantes-São João: industrialização e urbanização



Até meados do século XIX, a área urbana contínua de Porto Alegre limitava-se ao núcleo concentrado na pequena semi-península que hoje constitui o centro da cidade. As elevações desta região protegiam os habitantes das águas do Rio Guaíba, que desde aquela época teve vários trechos das suas margens aterrados para servir de base à expansão desta área central.

Fora daí, a poucos quilômetros do Mercado Público, centro da vida comercial da



Planta da cidade de Porto Alegre em 1916. O Quarto Distrito corresponde à área à esquerda da península central. Acima, a região em destaque na planta de 1906

cidade, iniciava-se a vasta área rural do município. Pequenos núcleos de habitação, os arrabaldes, ou arraiais, erguiam-se em algumas localidades dentro dos limites municipais.

A incorporação destes arrabaldes como uma parte integrante da cidade, entretanto, passaria a se colocar no horizonte apenas após o final da revolução Farroupilha (1845), quando, "consolidada a posse da Província de São Pedro, os muros da cidade tornaram-se desnecessários".[5] Já nas décadas finais do século XIX, portanto, projetava-se uma expansão da área urbana. Tratando desta questão, o Dr. José Antônio do Vale Caldre Fião, em 1875, olhava para as terras da região norte do município como o espaço natural mais adequado a ser incorporado à vida citadina:

> "Ibicuí-Retã (Passo da Areia) é um sítio agradável e fresco, salubre e de boas águas e as chácaras que por aí demoram são aprazíveis porque estão em terras muitos férteis. A uma légua de distância de Porto Alegre, devendo em poucos anos ser alcançada pelos carros de bondes, o que importa transporte fácil, breve comunicação com o centro da cidade, podendo oferecer vivenda fácil, cômoda e sadia para os negociantes e os empregados públicos. A divisão das suas terras em pequenas chácaras ou terrenos seria conveniente para a atualidade em que se vai sentindo a necessidade de disseminar-se a população aglomerada da cidade, que por isso sofre enfermidades endêmicas. Ibicuí-Retã tem hoje uma capela destinada ao culto de São João Batista, mas fora de desejar que no próprio lugar da antiga taba (dos indígenas) se erigisse algum tempo que deva servir de sede da freguesia que aí se criará."[6]

O novo marco da fé católica a ser instalado na terra tomada aos aborígenes não seria, entretanto, estabelecido na sua antiga taba, próximo ao riacho Ibicuí-Retã, mas antes às próprias margens do Guaíba. No mesmo ano em que Caldre Fião escrevia, a Senhora

---

[5] Macedo, Francisco Riopardense. *Porto Alegre – Origem e crescimento*, *apud* "Navegantes: anatomia de um bairro". Porto Alegre: Secretaria Municipal de Planejamento, 1969. P. 17.

[6] "Vida e alma de uma cidade – Retrato de corpo inteiro do Quarto Distrito". Departamento Estadual de Estatística. Porto Alegre, Junho de 1959. P. 8. Segundo este documento, a antiga taba indígena localizava-se aproximadamente aonde hoje se encontra o bairro Jardim Lindóia.

Margarida Teixeira de Paiva, portuguesa de nascimento realizava um "ato de devoção", doando

> "parte de sua propriedade situada na rua Voluntários da Pátria, esquina Sertório, com o fim precípuo de que nesse local fosse erigida uma igreja, consagrada ao culto de Nossa Senhora dos Navegantes, sendo que parte da área da terra doada deveria ser aproveitada para as comemorações da padroeira."[7]

Entre a "capela destinada ao culto de São João Batista" e a futura Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes se estabeleceria, no final do século, um novo arrabalde, com características totalmente distintas das dos vilarejos que circundavam a cidade antiga.

É verdade que, além desta expansão, de certo modo projetada por representantes das classes dominantes, outros processos sociais redefiniam as feições da cidade no mesmo período. Duas importantes áreas de refúgio de escravos fugitivos, o "Areal da Baronesa" e a "Colônia Africana", tornar-se-iam respectivamente os atuais bairros Cidade Baixa e Rio Branco, e na virada do século, constituíam-se provavelmente nos núcleos com maior densidade populacional fora do centro, sem entretanto estarem integrados à infra-estrutura urbana.

Mas se estes embriões de bairros se originavam da sociedade escravista, e da exclusão racial que se manteve após a abolição, o Navegantes-São João, se expandiria em conseqüência da evolução de um complexo sócio-econômico emergente, de características bastante distintas. Até a metade do século XIX, a vida econômica de Porto Alegre concentrava-se de um lado no porto fluvial, e de outro nas funções político-administrativas e culturais associadas à sua condição de capital. Do ponto de vista estritamente econômico, a importância da cidade cresceu proporcionalmente ao desenvolvimento da produção das regiões coloniais alemã e italiana, com as quais estabeleceu um forte fluxo de comercialização, sendo este inclusive o fator determinante que a levou a ultrapassar Pelotas na condição de principal centro econômico do estado.

A forte relação de Porto Alegre com estas regiões coloniais, já economicamente consolidadas no final do século passado respondia por boa parte do acúmulo de capital,

posteriormente investido na criação de indústrias. Esta relação era particularmente intensa com a colônia alemã, mais antiga e mais próxima à capital, e se intensificou com a chegada da estrada de ferro a São Leopoldo, em 1874 e a Novo Hamburgo, em 1876. Por outro lado, a integração do desenvolvimento econômico das colônias com a urbanização de Porto Alegre constituía-se num dos elementos de atração para um novo fluxo imigratório dirigido a atividades urbanas. Envolvendo tanto trabalhadores quanto imigrantes já possuidores de algum capital que se dirigem à capital gaúcha para o estabelecimento de negócios próprios, este fluxo inicia-se em torno de 1880 e intensifica-se até a década de 1930, seguindo o ritmo do crescimento industrial.

Foi justamente o papel de caminho entre as colônias e o mundo exterior que marcou o processo de industrialização da capital gaúcha desde o início do século e, à medida que este passava a envolver o emprego em larga escala de mão-de-obra operária em fábricas de maior porte, na década de 20, levou ao surgimento dos bairros industriais que iriam redefinir completamente o seu perfil urbano.

Se foi a "doação" de D. Margarida que estabeleceu o marco oficial e sagrado da constituição do Navegantes, o fato é que bem antes um "arrabalde" já começara a surgir no local, que distava uns poucos quilômetros a noroeste do centro da cidade. Ele destinara-se, nos primórdios da colonização alemã (inícios do segundo quarto do século XIX) a servir de ponto de hospedagem dos imigrantes entre a viagem internacional e o caminho fluvial e terrestre a ser percorrido antes da chegada às terras que lhes seriam destinadas. Segundo o historiador Francisco Riopardense de Macedo:

> "Até se transformarem em 'navegantes' mourejavam na área ribeirinha, e não é de admirar que alguns artesãos, face à proximidade do grande centro de consumo que Porto Alegre representava, se inclinassem pela instalação de oficinas ali e ali permanecessem. Surgia, assim, uma aglomeração bem longe da cidade – choupanas talvez – que serviam, com o artesanato de seus moradores, a dois centro de consumo: o aglomerado urbano, ao sul e a

---

[7] *Idem*. P. 7

> concentração de carretas e viajantes, a leste, na várzea que fora doada ao Senado da Câmara para tal fim."[8]

É, portanto, a localização desta área, no encontro das vias que ligavam Porto Alegre ao restante do estado e do país (inicialmente o Rio Guaíba, posteriormente as estrada de rodagem e de ferro que davam acesso às colônias do interior e finalmente o campo de pouso aéreo), que explica tanto as origens do bairro do Navegantes/São João, quanto o fato desta região vir a ter concentrado o crescimento acelerado da indústria e da população da cidade, o que viria a se acentuar a partir da terceira década do século XX.[9]

Já em 1888, porém, a Planta de Porto Alegre, elaborada por João Candido Jaques, "capitão de artilharia e engenheiro militar", registrava a existência deste núcleo populacional, com os seus logradouros originais:

> "[...] a rua Sertório, a pracinha atual, a rua São José (atual Frederico Mentz), que não tinha ainda este nome, e os trechos iniciais das ruas Dr. João Inácio e D. Margarida. Ao todo haviam 16 casas no arraial que apenas se movimentava nos dias de festa da padroeira. Uma linha de bonde (desta vez os 'barra de sabão') levava os romeiros até a esquina da rua Sertório, numa demorada viagem que era quase uma aventura".[10]

No final do século, iniciou-se "a abertura das 'avenidas' que iriam constituir o bairro de São João". A nova planta da cidade, elaborada por Alexandre Ahrons em 1896, indica o traçado das mesmas "embora ainda se vejam nas cartas os tapumes das propriedades divididas", caracterizando o aspecto predominantemente rural da região.[11] É certo que estas "avenidas" existiam "mais nas plantas que na realidade":

> "na maioria não passavam de valos paralelos por onde se drenavam a água dos banhados imensos, parte dos quais existe ainda hoje. Banhados e matos

---

[8] Macedo, Francisco Riopardense. *Porto Alegre – Origem e crescimento*, *Op. Cit.* P. 17.

[9] Mesmo com o declínio da atividade industrial na região, o seu papel fundamental na área de transportes de média e longa distância se mantém, levando a que hoje em dia o maior número de empresas ali localizadas seja deste ramo.

[10] "Contribuição para a história do bairro fabril de Porto Alegre". *Orientação*, nº I. Porto Alegre, Abril de 1943. P. 18. Agradeço à profª Sílvia Petersen pelo acesso a esta fonte.

[11] *Idem*. P. 18.

> interrompiam as 'avenidas' algumas das quais não tinham começo, outras não tinham fim e muitíssimas contavam com dois pedaços completamente distintos; um na Floresta ou imediações, outro em Navegantes..."[12]

O "progresso" começava a chegar ao arrabalde com o bonde elétrico, em 1907, mas a situação precária a que estavam expostos os moradores pouco se alterava. As ruas eram:

> "praticamente intransitáveis, não havia água, salvo a dos banhados e das enchentes, a iluminação era apenas simbólica; existiam fios e lâmpadas que mal encadeciam, semelhando brasas penduradas aos postes".[13]

A planta de Ahrons, por outro lado, já registrava a fixação na região das fábricas pioneiras na cidade: Fundição Becker, uma fábrica de móveis, uma de tecidos, outra de calçados e a última de vidros, mas o destaque ia para as "duas indústrias florescentes e até certo ponto complementares" da capital, nas palavras do autor da "Contribuição para a história do bairro fabril de Porto Alegre". Estas "indústrias" se constituiriam de:

> "Seis fábricas de cerveja: Christoffel, Becker, Industrial, Bopp, Campani e Ritter e 4 prados: Boa Vista, na rua Santana; Riograndense, no Menino Deus; Navegantes e Independência. Vilarejo bebedor e jogador.... [...] o turf de então, em que, não raro saíam grossos 'sururús' devido à má condução dos parelheiros, nada tinha que ver com o esporte de elite de hoje. Havia tiros e facadas, cabeças quebradas, etc. tal qual no futebol de alguns anos atrás."[14]

Independentemente da ironia presente nesta citação o fato era que a região, já no final do século XIX, demonstrava sua vocação industrial, para o que contribuíram diversos fatores:

---

[12] *Idem*. P. 18.
[13] *Idem*. P. 19.
[14] *Idem*. P. 18.

> "a tradição dos primeiros 'navegantes'; o terreno plano; a visão de facilidades de infra-estrutura; as possibilidades de expansão; a proximidade do centro de consumo."[15]

Ao longo da Avenida Voluntários da Pátria, então denominada Caminho Novo, que se estendia pela margem do Rio a partir do cais central do porto no rumo do interior, instalaram-se nas primeiras décadas do século XX as principais fábricas da cidade (com destaque para as metalúrgicas, indústrias de alimentos, fiação e tecelagem e mobiliário). Em decorrência do intenso transporte fluvial ali desenvolvido, as ilhas do Guaíba localizadas logo à frente desta emergente concentração fabril, passaram a abrigar pequenos e médios estaleiros. Do outro lado da "Voluntários", as embarcações construídas por estes mesmos estaleiros podiam atracar praticamente em frente às novas indústrias, transportando matérias-primas, produtos coloniais e os manufaturados que começavam a ali ser produzidos.

Este crescimento da oferta de emprego industrial e das atividades dele decorrentes (como o setor de transportes) atraiu um forte fluxo migratório tanto internacional (com destaque para novas levas de alemães e italianos e para a intensificação da vinda de cidadãos dos mais variados países do Leste europeu) quanto do interior do estado (muitas vezes trazidos à capital através dos trabalhos de expansão da Viação Férrea). Estabelecendo moradia próximo às fábricas, abrindo ruas e loteando antigas chácaras, a fixação destes migrantes levou a um processo de progressiva integração na paisagem urbana de Porto Alegre de um bairro operário multi-étnico e multi-cultural: o "Navegantes-São João", que logo viria a ser administrativamente definido como núcleo do 4º Distrito da cidade.[16]

Em 1916, a administração municipal levaria a cabo o primeiro recenseamento do distrito, que identificaria uma população de mais de 2.000 habitantes, no "antigo núcleo" próximo à Igreja dos Navegantes, total que, se a área fosse ampliada para incluir "como

---

[15] "Navegantes: anatomia de um bairro". *Op. Cit.* P. 19.

[16] A divisão entre Navegantes e São João pode ser estabelecida, de um modo geral, pelo fato do primeiro constituir-se na região mais próxima ao Rio Guaíba, e à maioria das indústrias, enquanto o segundo corresponde à região contígua mais elevada e mais distante dos locais de trabalho. Pelo surgimento e desenvolvimento paralelo, assim como pela composição social em comum, via de regra a região é referida conjuntamente como Navegantes-São João.

parte do bairro as ruas que a partir da avenida Brasil lá vão ter" chegaria a 5.090 "almas".[17] Já para o Distrito como um todo, o número de habitantes recenseados era de 19.379, dos quais 3.090 são classificados como "operários", o que se refere provavelmente à força de trabalho estável das indústrias, enquanto 1.214 seriam "jornaleiros", que poderiam eventualmente se tratar de trabalhadores envolvidos na realização de serviços temporários nas mesmas. Descontando-se, de um lado, as 5.827 "domésticas", que provavelmente incluem de maneira indiscriminada empregadas domésticas e donas de casa e os 6.728 "sem profissão", provavelmente se tratando de população fora da idade produtiva, teremos 45% de "operários" e 17,17% de "jornaleiros" entre as ocupações declaradas.[18]

O recenseamento levantou também o número de trabalhadores e a sua jornada de trabalho nas principais indústrias em atividade no distrito. Embora seja difícil verificar o quanto o levantamento foi exaustivo, e seja mesmo provável a existência de algumas lacunas significativas, estes dados possuem provavelmente um valor de amostragem capaz de indicar a distribuição dos operários por setores e o nível de concentração de trabalhadores por unidade.

---

[17] "Contribuição para a história do bairro fabril de Porto Alegre". *Op. Cit.* P. 19.

[18] "Relatório da Sub-Intendência do Quarto Distrito, apresentado ao intendente José Montaury de Aguiar Leitão em 1918". Arquivo Histórico de Porto Alegre, de agora em diante, AHPA. Este documento já foi analisado em Pesavento, Sandra J. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. Pp. 37, 38, 55.

Fábricas do Quarto Distrito por número de trabalhadores - 1916[19]			
Fábrica	**Principal produto**	**Número de operários**	**Horário Diurno/Noturno**
Companhia Fabril Porto Alegrense	Meias	450	9h
Companhia Fiação e Tecidos	Tecidos	300	9h
Ernesto Neugebauer	Doces	220	8,5h
Oscar Schaitza	Tecidos	195	9,5h/8h
F. Walter Gerdau	Móveis	160	9h
Albino Cunha	Moinho	126	8h
Companhia	Vidros	60	9h
H. Ritter e Filhos	Cervejaria	55	10
Alberto Bins	Fundição	45	9h
C. Fulginitti	Móveis	28	8h
J. Sanguinetti	Móveis	25	9h
Guilherme N. Filho	Balanças	21	8h
Fortunato Travi	Serraria	20	9h
Mendelski e Irmão	Calçados	20	9h/3h
C. Grimaldi	Massas	15	9h
Santo Menguetti	Serraria	15	9,5h
Huber e Muller	Serraria	15	9h
Otto Kumm	Serraria	10	9h
Irmãos Elly	Serraria	10	9h
Barcellos e Cia	Sabonetes	10	9h
Carlos Klaus	Fundição	9	9h
D. Collin	Móveis	3	8,5h
Ernesto Rublo	Moinho Central	2	10h

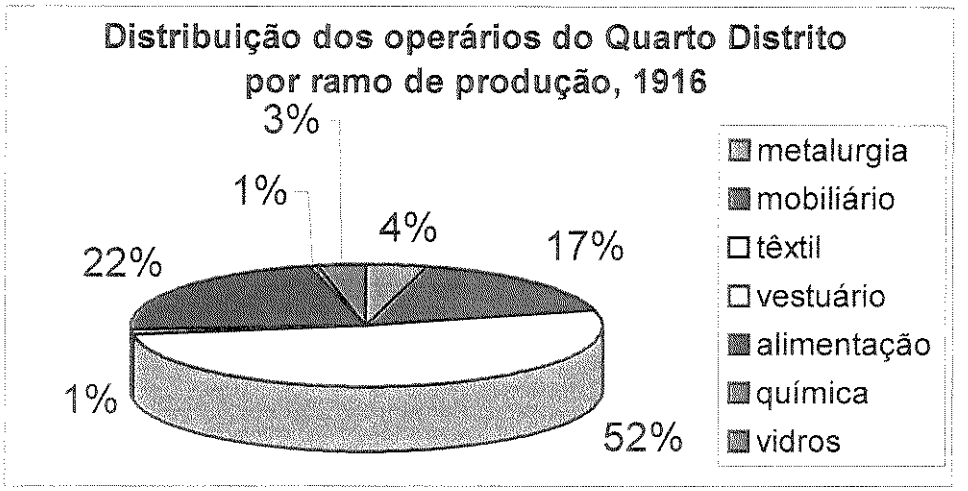
O número total de operários nas fábricas recenseadas totalizava 1814, sendo 75 na metalurgia, 301 no mobiliário, 945 no têxtil, 20 no vestuário, 403 na alimentação, 10 na química e 60 nos vidros. Das 23 empresas levantadas, 8 possuíam mais de 50 funcionários. A média de trabalhadores por unidade, por outro lado, era cerca de 79, contra uma média nacional de 21, segundo o Censo de 1920.

Se os números globais neste momento ainda são modestos, indicam a tendência para o surgimento de uma nova configuração sócio-espacial, um bairro de famílias operárias vivendo em torno das fábricas, que iria se desenvolver de forma vertiginosa nos anos subseqüentes, à medida que industrialização e expansão urbana passavam a se entrelaçar cada vez mais.

---

[19] "Relatório da Sub-Intendência do Quarto Distrito, apresentado ao intendente José Montaury de Aguiar Leitão em 1918". Arquivo Histórico de Porto Alegre.

No próprio ano de 1916, ocorreria um dos fatos decisivos para a mudança do ritmo e da escala desta expansão. A indústria do vestuário A. J. Renner, que em 1914 já instalara no Navegantes o seu setor de fiação de lã, decide transferir completamente suas atividades da pequena São Sebastião do Caí, onde se originara, para Porto Alegre. Aproveitando-se do fato desta decisão coincidir com o declínio das corridas de cavalos na capital, Renner arremata as terras do antigo prado do Navegantes, que até então não haviam sido atingidas pelas cheias, para nelas instalar a sua fábrica de capas. A nova fábrica seria vizinha da tecelagem Rio Guaíba, e comandaria, a partir do final dos anos 20, uma arrancada na expansão da produção industrial que acabaria "obrigando o bairro a despertar da sua longa sonolência" semi-rural, passando a viver "sob o estrépito das lançadeiras".[20]



Desde então, a relação entre o crescimento da Renner e a consolidação da urbanização do Navegantes torna-se íntima. Foi a partir da instalação da fábrica "que os problemas urbanos locais passaram a fazer parte das cogitações da administração citadina". Eles diziam respeito, neste momento, principalmente à consolidação e pavimentação das ruas, "em geral mais baixas que os terrenos, e cujos leitos eram constituídos de lama" e à escassez de energia elétrica, já que as usinas existentes (Força e Luz, Municipal e Fiat) se encontravam com sua capacidade esgotada, deixando praticamente às escuras o "então Quarto Distrito (São João e Navegante)".[21]

Para realçar o impacto do crescimento da Renner na evolução do bairro, basta indicar a evolução do número de prédios nas ruas constituintes do núcleo em torno à fábrica: 378 em 1916, 1.704 em 1940 (um aumento de 350%). No mesmo período, a

---

[20] "Contribuição para a história do bairro fabril de Porto Alegre". *Op. Cit.* P. 19.
[21] *Idem*. P. 19.

população do bairro Navegantes como um todo passaria de 5.090 para 15.766 (um aumento de 210%). Este número representaria já um total de habitante maior do que o de cidades como São Leopoldo, Novo Hamburgo, São Gabriel, Jaguarão e Dom Pedrito. Eram estes dados, entre outros, que levavam o autor da "Contribuição", escrita em 1943, a ter como inquestionável que "o bairro dos Navegantes tem grande parte de sua vida ligada diretamente às fábricas Renner".[22]

Apenas para darmos uma dimensão do crescimento urbano de Porto Alegre entre 1900 e 1940, seria interessante uma breve análise sobre a tabela abaixo, baseada nos Censos Nacionais do período:

População das principais cidades brasileiras[23]					
	1900	**1920**	**Cresc. %**	**1940**	**Cresc. %**
Belém	96560	236402	144.82	208706	-11.72
Porto Alegre	**73674**	**179263**	**143.32**	**275678**	**53.78**
São Paulo	239820	579033	141.44	1318539	127.71
Recife	113106	238843	111.17	352727	47.68
Distrito Federal	811443	1157873	42.69	1526662	31.85
São Salvador	205813	283422	37.71	294253	3.82

Crescendo em um ritmo proporcionalmente similar ao de São Paulo entre 1900 e 1920 e mantendo-se com o segundo índice (53 %) para ao período 1920-1940, a cidade praticamente quadruplicou em 40 anos, aproximando-se a passos largos de substituir Salvador, cuja fundação como capital da colônia lhe antecedeu em dois séculos, como quarto núcleo urbano mais populoso do país.[24]

Torna-se difícil, entretanto, realizar uma mensuração da mesma precisão no que diz respeito aos bairros operários da cidade ou mesmo ao "Quarto Distrito" como um todo, devido à ausência de séries regulares de dados. Segundo o Censo de 1920, o distrito teria uma população de 23.980 habitantes, correspondendo a 13,38% da população da cidade. Em 1929, por outro lado, o relatório municipal indicaria a existência de 3.150 eleitores no

---

[22] *Idem*. P. 20.
[23] Fonte: IBGE, Censos de 1900, 1920 e 1940.
[24] IBGE, Censos de 1920 e 1940.

mesmo, correspondendo a 14,87% de um total de 21.179. O aumento na população na região fabril, entretanto, era provavelmente, muito mais acentuado do que estas cifras podem sugerir, devido ao grande número de imigrantes recém chegados trabalhando nas fábricas, que se encontravam fora do universo eleitoral. Já o recenseamento de 1940 não apresenta dados discriminados por distrito, e mesmo que o fizesse, eles provavelmente seriam de pouca utilidade comparativa, dada a dificuldade de acompanhar as próprias mudanças na delimitação das zonas administrativas da capital gaúcha.[25]

Apesar da ausência destes dados mais precisos para o período compreendido entre 1920 e 1940, todos os observadores contemporâneos são unânimes em afirmar que o vertiginoso crescimento populacional da capital gaúcha associava-se diretamente à sua industrialização, e concentrava-se na região do Navegantes-São João. Esta mudança acelerada na escala da expansão industrial da cidade, por outro lado, pode ser acompanhada mais de perto a partir das estatísticas.

No que diz respeito ao crescimento do número de operários e sua distribuição por ramos de indústria na capital, por exemplo, o Departamento Estadual de Estatística, em 1941, apresentava os seguintes números:

Distribuição dos operários por ramo de produção e sexo, Porto Alegre, 1941[26]

	Estabelecimentos	**Número de Trabalhadores**	**Homens**	**Mulheres**
Total	1425	20934	15180	5754
Alimentação	151	3834	2627	1207
Metalurgia	306	3498	3329	169
Têxtil	15	3156	1269	1887
Vestuário	296	2624	1258	1366

Já o Censo de 1940, embora registrando um número muito inferior de estabelecimentos (675), chegava a um universo semelhante no que dizia respeito ao "pessoal ocupado" (20.698).[27]

---

[25] IBGE, Censo de 1920. "Relatório Municipal 1928", AHPA.
[26] Departamento Estadual de Estatística, Anuário Estatístico, 1941. Biblioteca da Fundação Estadual de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, FEE.
[27] IBGE, Censo de 1940.

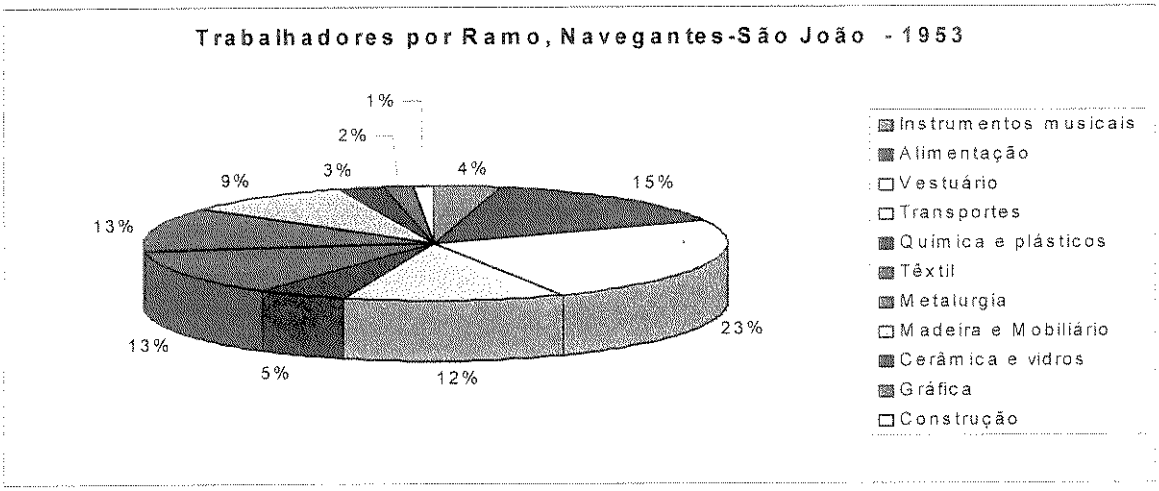
Enquanto no recenseamento municipal de 1916, das 23 empresas pesquisadas do Quarto Distrito apenas 8 possuíam mais de 50 trabalhadores empregados, já em 1953, das 136 empresas pesquisadas pelo SESI no Navegantes-São João, eram 33 as que atingiam ou excediam este número. O número total de trabalhadores nestas empresas chegava a 10.889, com predomínio do ramo do vestuário (23%), vindo a seguir a alimentação (15%), a metalurgia e o setor têxtil (ambos com 13%) e os transportes (12%). É importante salientar que neste último ramo não estão incluídos os ferroviários, ligados a uma empresa estadual, mas que representavam um grande contingente de trabalhadores vivendo na região.

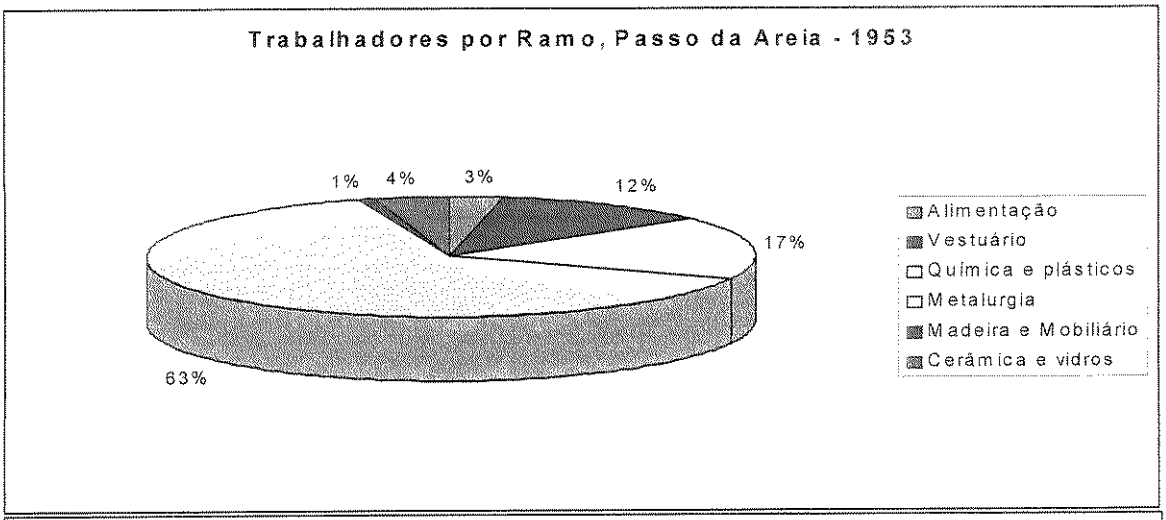
O aumento do número de indústrias de porte médio e grande seria ainda mais expressivo, porém, se aos números acima se agregasse a parcela significativa de indústrias da capital que, tendo surgidos no núcleo original do "Navegantes-São João", passavam agora a deslocar-se para novos bairros, mais ao norte, e que foram objeto de um levantamento à parte.

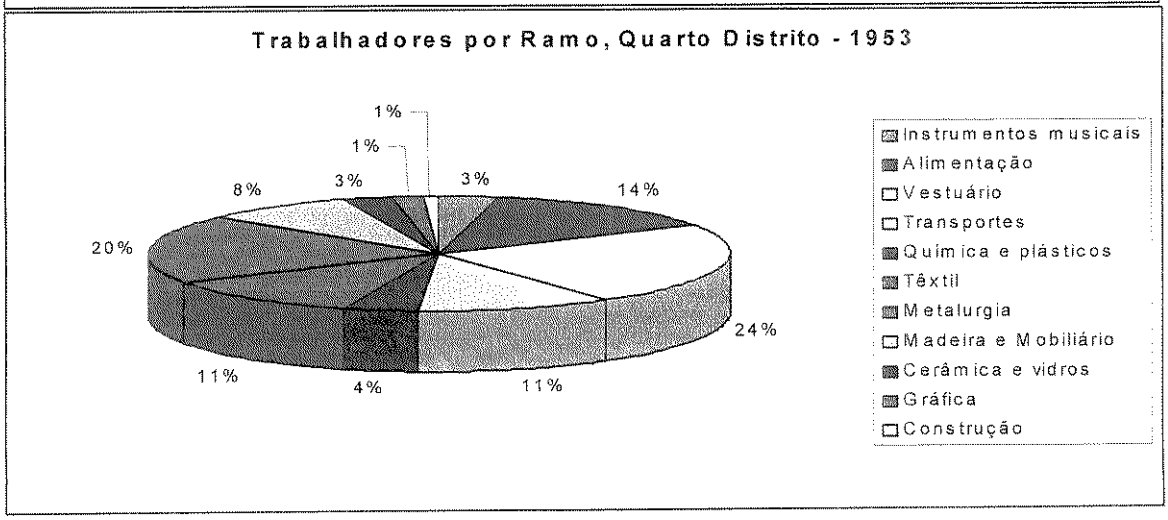
Empresas com mais de 50 funcionários no Navegantes-São João – 1953 [28]

Empresa	Ramo ou principal produto	Nº de funcionários
A. J. Renner S.A.	Vestuário	2.500
VARIG	Transportes aéreos	1.250
Ernesto Neugebauer & Cia	Chocolates e balas	850
Fábrica Rio Guahyba	Fiação e tecelagem	564
Fábrica Gerdau S.A.	Cadeiras	420
Companhia Fiação e Tecidos Portoalegrense	Fiação e tecelagem de lã	400
Arrozeira Brasileira S. A.	Fiação e tecelagem de Juta	350
Eltex S.A.	Elásticos	318
Indústria de Rádios Teleunião	Rádios	190
Andreas Liess & Cia Ltda	Engenharia mecânica	150
Metalúrgica Ferro Arte Ltda	Serralheria	150
Cia Geral de Indústrias	Fundição	130
Irmãos Veronese	Acordeons	120
Fábrica de Vidros Moderna Ltda	Vidros	120
Ernesto Fabel, Filhos & Cia Ltda	Carpintaria e marcenaria	120
Oto Brutschke	Cerâmica e louças	115
Arrozeira Brasileira S. A.	Engenho de Arroz	100
Walter Koliver & Cia Ltda	Artefatos de metal	90
IRGA-Engenho	Arroz	85
S.A. Artefatos de Cimento Renner	Artefatos de cimento	85
Adolfo Linsenmayer & Cia Ltda	Cartonagem	84
Produtos Alimentícios Adria	Massas	80
Prioria & Cia Ltda	Caramelos e Chocolates	70
Lindar S.A. – Industrial e Comercial	Ventiladores, chuveiros e aquecedores	70
Fábrica de Artefatos de Madeira Artema Ltda	Artefatos de madeira	70
Antônio Vogg & Cia	Máquinas e aparelhos	65
Metalúrgica Três Coroas	Metalúrgica	60
Fábrica Limol	Sabonetes	57
Transporte Expresso Santos Dumont	Transporte coletivo	51
Indústria de Madeiras Louro Ltda	Cadeiras	50
Coop. Central dos Madeireiros do RS	Beneficiamento de madeiras	50
Brixner S.A.	Indústria e Comércio de Móveis	50
Brasil Arroz Ltda	Engenho de Arroz	100-200

[28] Levantamento Sócio-Econômico. SESI, Porto Alegre, 1953. Biblioteca da Federação da Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, FIERGS.







De fato, das 18 empresas analisadas na nova região industrial que surgia tendo como eixo a recém-inaugurada avenida Assis Brasil, a proporção das que poderiam ser

consideradas médias ou grandes era bem mais significativa, sendo que a metade tinha mais de 50 funcionários. A distribuição por ramos era também significativamente distinta nesta área de expansão industrial. Dos 1.547 trabalhadores levantados na região do "Passo da Areia", 63% estava ligado à metalurgia, 17% à química e plásticos e 12% ao vestuário. Aqui, setores tradicionais, como o têxtil e a alimentação ou inexistiam ou não eram representativos.

Somando-se as duas "sub-regiões", o percentual de trabalhadores por ramo se alteraria significativamente, com a metalurgia assumindo o segundo lugar, com 20%, logo abaixo do vestuário, com 24%.

Alimentação, têxtil e transportes seguiriam completando o bloco dos setores que mais empregavam.

Empresas com mais de 50 funcionários no Passo da Areia e Passo da Mangueira– 1953[29]		
Empresa	**Ramo ou principal produto**	**Nº de funcionários**
Zivi S.A.	Cutelaria	490
Renner & Hermann	Tintas e Óleos	260
Rafael Guaspari	Confecções	150
Cirei S.A.	Máquinas, motores elétricos e pianos	130
Carrocerias Eliziário	Carrocerias para ônibus e caminhões	92
Sociedade Industrial de Metais Portoalegrense Ltda (SIMPAL)	Metalúrgica e artefatos de alumínio	65
E. Renner	Louças e Cerâmicas	60
Cirei S.A.	Montagem de automóveis	60
Fundição Becker	Fundição, oficina mecânica e fabricação de máquinas	50

Mesmo considerando-se que este dados muito provavelmente não representam um levantamento exaustivo, eles indicam por um lado, a consolidação de uma mudança qualitativa e quantitativa na composição da classe operária que constituía-se na espinha dorsal do Quarto Distrito, com a expansão de setores com um contingente expressivo de

[29] *Idem.*

operários qualificados, como é o caso da metalurgia, e o aumento do número de empresas com maior concentração de trabalhadores. Por outro, apontam para uma incorporação de novas áreas ao parque industrial, nas quais estas tendências eram ainda mais acentuadas.

Se é verdade que a denominação da região como um distrito já não mais correspondia à divisão administrativa oficial, ela era usada correntemente, permitindo abarcar como uma totalidade única área atingida pelo processo integrado de urbanização e industrialização, que se expande a partir do Navegantes-São João e, no final dos anos 50 correspondia praticamente à metade da superfície da capital. Isso pode ser percebido claramente num documento elaborado pelo Departamento Estadual de Estatística em junho de 1959, sob solicitação da "Associação dos Amigos do Quarto Distrito", presidida pelo vereador petebista José Aloísio Filho:

> "Antes de qualquer outra apreciação, diremos que o Quarto Distrito, administrativamente, não existe. Forma-se, imaginariamente, da reunião de vários bairros da zona Norte, dentre os quais destacamos os seguinte: São Geraldo, Navegantes, Dona Teodora, São João, Auxiliadora, Higienópolis, Fátima (Vila IAPI), Anchieta, Boa Vista, Cristo Redentor, Vila Floresta, Vila Progresso e Vila Ipiranga."[30]

Definido desta forma ampla, o distrito, em 1957, teria um total de 558 estabelecimentos industriais, com 14.947 operários, respondendo por 57,9% da produção industrial de Porto Alegre e 14,04% da do estado.[31] Estes índices o colocariam 62% acima da produção industrial do segundo pólo do estado, a cidade portuária de Rio Grande, e 142% acima da terceira colocada Pelotas. A região possuía ainda 1.765 estabelecimentos comerciais, empregando 5.295 empregados, assim como 358 estabelecimentos de serviços, com 1.074 trabalhadores. Sua população total estaria estimada para 1958 em 185.679.[32]

---

[30] "Vida e alma de uma cidade – Retrato de corpo inteiro do Quarto Distrito". *Op. Cit.* P. 6

[31] Um universo de empresas muito mais amplo, portanto, do que as 154 pesquisadas pelo SESI nas duas sub-regiões em 1953, mas que não destoa muito do número total de trabalhadores daquele levantamento, que montava a 12.176.

[32] "Vida e alma de uma cidade – Retrato de corpo inteiro do Quarto Distrito". *Op. Cit.* Pp. 13, 17.

As dimensões assumidas pelo distrito reforçavam ainda mais a idéia de que ele caminhava progressivamente para se constituir numa unidade autônoma frente a Porto Alegre, um verdadeiro

> " 'bairro cidade', onde as chaminés fabris, como em todos os quadrantes do Rio Grande do Sul, apontam para o alto todo o esforço de um povo que marcha para a sua grande predestinação, no concerto dos demais povos do mundo, mercê do seu trabalho, do seu espírito de luta e do seu idealismo."[33]

Muito antes do Quarto Distrito alcançar este tamanho e relevância econômica, política e social, quando o impacto das mudanças provocadas pela industrialização na vida urbana ainda apenas começava a se fazer sentir, a definição adotada era outra, mas apontava no mesmo sentido. Não ainda um "bairro cidade", mas sim uma "cidade dentro da cidade", como foi definido por um jornal local em 1921. Nela habitariam seres com hábitos e idéias estranhos aos do restante da população da 'cidade velha', que indicavam o caminho do progresso e da regeneração social:

> "Nem todos por certo sabem que esse novel centro constitui-se hoje um aglomerado à parte, onde tudo difere do que vai por aqui, desde o aspecto físico do terreno até os usos e costumes dos seus habitantes.
>
> Realmente, (...) enquanto cá pelo centro impera a vadiagem, o deboche, a jogatina e todo um cortejo de males sociais, em São João reina o trabalho, a ordem, a morigeração, etc., como se evidencia pela falta de casas de jogo e de tolerância e pelo cadastro policial."[34]

A mesma matéria segue a descrição "etnográfica" do bairro operário destacando o papel de uma sociedade local no desenvolvimento da localidade:

> "Foi a S. C. Gondoleiros, quem deu vida e movimento ao bairro com a realização dos seus primeiros festejos carnavalescos, quem revelou à capital

---

[33] *Idem*. P. 7.
[34] "A Informação", Porto Alegre, 18-10-1921, p. 1-2. *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937*. Porto Alegre: Edufrgs/TchÊ, 1992.P. 238.

> a pujança das nossas indústrias, promovendo duas exposições, quem deu a S. João, correios, telégrafos e um estabelecimento bancário."[35]

O carnaval parece ter sido realmente um fator de mobilização da população local, particularmente nos anos 20. Em 1925, a rivalidade existente entre os seguidores das sociedades carnavalescas "Passa fome e anda gordo" (de cores preta e branca) e "Vampiros" (verde e rosa) acabou em conflito aberto:

> "A luta pela hegemonia social convulsionou de tal modo os ânimos dos componentes dos dois blocos que, certo dia, a coisa pegou fogo [...] travaram uma verdadeira 'batalha' entre si, destruindo completamente os instrumentos que compunham as orquestras ... nas cabeças dos antagonistas"[36]

Mas o que chamava atenção de "A informação" não era o sucesso dos "gondoleiros" como promotores da folia, e sim a sua capacidade de canalizarem demandas locais e obterem benefícios para o bairro. Após registrar este vínculo insuspeito entre uma organização voltada originariamente ao espaço social do lazer e a própria consolidação do bairro no interior da cidade, o jornal, através da fala de um morador, enfatiza o caráter comunitário e não classista destas novas práticas organizativas em desenvolvimento:

> "...não há aqui rivalidade de castas. A sociabilidade é perfeita...".

> "Basta que se acentue o fato notável de não termos associações propriamente operárias. Aqui o operariado se confunde perfeitamente com os representantes das demais classes, freqüentam as mesmas rodas, vestem-se do mesmo modo."[37]

---

[35] Idem, Ibidem, p. 239. A Sociedade Gondoleiro, fundada em 1915, segundo o jornalista Archimedes Fortini, deve o seu nome ao fato de Veneza ser a criadora do "originalismo carnavalesco", assim como das gôndolas. Cfe: "Vida e alma de uma cidade – Retrato de corpo inteiro do Quarto Distrito". *Op. Cit.* P. 17

[36] "Vida e alma de uma cidade – Retrato de corpo inteiro do Quarto Distrito". *Op. Cit.* P. 15

[37] "A Informação", Porto Alegre, 18-10-1921, p. 1-2. Reproduzido em Petersen, Sílvia R. Ferraz. e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937*, p. 240.

A "nova cidade" seria assim, antes de tudo, uma comunidade, onde juntamente com os vícios associados à decadência da área central, o trabalho fabril e as novas formas de sociabilidade dissolveriam a luta de classes, que desde o início do século começara a assombrar a próspera capital gaúcha.

Entre a sua condição de classe e os vários projetos, discursos e práticas centrados em diversas noções de comunidade, os trabalhadores do Quarto Distrito construíram, entre os anos 20 e 50 do século XX uma forte noção de identidade permeada por inúmeros fatores de distinção e particularização, mas baseada acima de todo nas experiências comuns vividas, compartilhadas, preservadas e reelaboradas.

A caracterização desta identidade própria do "Quarto Distrito" tem sido elaborada na memória coletiva local através de uma série de narrativas orais repassadas de geração a geração. Dentre estas, a estória da enchente de 1941 assume a dimensão de um verdadeiro "mito fundador", sendo uma das poucas referências que os descendentes atuais, quase sem exceção, conhecem sobre a trajetória dos seus antepassados.[38]

"Caminhos cruzados": experiência e construção de identidades

Trajetórias migratórias e ocupacionais, estratégias individuais e familiares

Encontramos uma grande diversidade de origens e trajetórias na experiência dos migrantes, internacionais e nacionais, que participaram da constituição e expansão da região industrial de Porto Alegre na primeira metade do século. Todas elas, entretanto, gravitam em torno do grande impacto gerado pela expansão da indústria, seja na geração de empregos diretos ou de oportunidade indiretas, como por exemplo a própria expansão das obras urbanas e da demanda de consumo popular.

Esta combinação entre diversidade de origens e similaridade do processo de inserção na nova ordem sócio-econômica emergente viria a definir, em grande linhas, as principais características da população trabalhadora da região, marcada por fortes valores,

---

[38] É interessante salientar que, à medida que os entrevistados foram ouvidos na condição de antigos moradores/trabalhadores das empresas do bairro, eram definidos de antemão como "portadores da memória" local. Sendo o pesquisador descendente de uma família do bairro, a busca pelos depoentes se deu através de uma rede de parentesco e vizinhança, revestindo-se esta interação de uma grande informalidade. Todas as entrevistas citadas neste item foram realizadas pelo autor entre 1992 e 1999, com exceção do depoimento prestado em 1990 por D. Julieta Batistioli, ex-tecelã da fábrica Renner e vereadora ligada ao Partido

experiências e formas de sociabilidade comuns, mas também atravessada por clivagens e diferenciações internas que, se raramente assumiram o caráter de focos de conflito explícito, muitas vezes tenderam a reproduzir no seio da classe trabalhadora uma estrutura hierárquica de posições sociais definidas, entre outros fatores, por relações assimétricas de gênero e etnia.

Examinar alguns exemplos de trajetórias migratórias e ocupacionais nos possibilita identificar certos padrões que viriam a influenciar em outros âmbitos da definição das características particulares desta configuração histórica da classe trabalhadora porto-alegrense.

Gregório Tomaczewski, nascido em 1903 perto de Lviv, capital da Ucrânia Ocidental, migrou para o Brasil em 1927, por um motivo muito particular:

> "Por amor[...]. Eu estava de família mais ou menos abastada e gostei de guria pobre. A família não queria saber de nada disso. Então, eu pensei: '- Eu não vou deixar a guria'. O pai disse: '- Se tu casa com ela, não te dou nada'. Tinha que dar jeito pra viver né. Então eu disse pro pai: '- Me dá 200 dólares que eu vou embora'. Cheguei para o Brasil, ficava um ano no Brasil, voltei, casei e voltei de novo. Por isso que estou no Brasil." [39]

Seu primeiro destino no país foi colônia Guajuvira, próxima a Curitiba, para onde o avô paterno e a segunda esposa haviam vindo em 1895. Em 1930, a falta de alternativas de emprego no Paraná e as notícias do progresso industrial de Porto Alegre o trouxeram à capital gaúcha, aonde também havia presença ucraniana, embora muito menor.

> "Eu trabalhava na fábrica de 'palões',[...] capa de palha pra encapar garrafas [...] de cerveja. Trabalhava para Antarctica e para Brama. Mas quando veio a revolução de Getúlio, tudo parou, não tinha o que fazer. Gregório foi para Porto Alegre. Diziam que em Porto Alegre tinha muito fábrica."[40]

Comunista, ao Laboratório de Pesquisa em História Oral do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[39] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97

[40] *Idem.*

Chegando a Porto Alegre, Gregório conseguiu emprego como alfaiate, inicialmente numa pequena oficina, e posteriormente, entre 1931 e 1939, na Renner.

Já os irmãos Ernesto e Teodolina Rossi vieram com os pais da Itália com 3 e 12 anos de idade, respectivamente, em 1924. Aos 19 anos, Ernesto passou a trabalhar numa oficina de automóveis, aproveitando uma grande demanda circunstancial:

> "Muito gasogênio eu fiz lá dentro, [...] na época da guerra, pra substituir o petróleo. [...] Eu pegava um carro numa segunda-feira e largava ele no sábado trabalhando [...] a gás"[41]

Com as economias proporcionadas pelo trabalho na oficina, Rossi comprou um caminhão, com o qual trabalhou por 30 anos, fazendo transporte de material de construção e de restos de demolição. Já Teodolina, entrou no Renner com 17 anos de idade e lá trabalhou por 44 anos:

> "Desde que entrei ali fiquei na confecção até que saí. [...] Era horário normal, eu era operária, das 7 horas às 11 e meia depois da 1 até 5 e meia. Todos esses anos que estive lá dentro, só tive dois chefes, um que morreu e o outro que substituiu, [...] sempre o mesmo serviço, quase as mesmas amigas, era uma irmandade naquela época. [...] Só umas que às vezes saíam porque casavam e iam pra longe [...] e outras porque morriam, mas do contrário era sempre aquele mesma amizade"[42]

Estabelecer um negócio próprio, porém, não significava afastar-se do cotidiano marcado pela presença dominante da indústria. Como acontecia com a maior parte do pequeno comércio da região, a lojinha de Zenon Galecki atendia às demandas de consumo operário, e tinha de ajustar-se ao ritmo de produção fabril:

> "A Elastex [era] uma fábrica de elástico, que trabalhava em 3 turnos. Tinha uma centena de moças, senhoras, que trabalhavam [...]. Tinha que pegar das 6 horas da manhã até as 2 da tarde, um das 2 [da tarde] às 10 [da noite], e outro das 10 [da noite], às 6 [da manhã]. Então, me levantava 6 horas da

---

[41] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.

> manhã, imagina, só! Tomava um cafezinho, e abria a loja! Pra turma que largava e a que ia pegar, passava ali na frente e comprava alguma coisinha, né? E [..] ficava até uns 15 para as 8. Aí, tinha uma empregada, arrumei uma menina pra ajudar, 8 horas, aqui, elas ficavam na loja, e eu tocava lá para o atacado. E, às 6 horas, eu saía de lá [do atacado] vinha pra cá às 6 e meia e ficava até às 11 horas da noite aberto!"[43]

Um italiano com trajetória bastante distinta da dos Rossis, católicos praticantes e politicamente conservadores, foi Fortunato Batistioli, que começou a trabalhar aos 11 anos de idade na "fábrica de meias", onde teve os nervos do antebraço direito arrebentados por uma máquina, ficando com o braço atrofiado. Ainda menino, Batistioli passou a trabalhar na fábrica de calçados "Castor", até que, perseguido pela polícia por sua militância comunista, começou a vender verduras, usando para tanto dois balaios amarrados ao corpo por uma cinta. O 'equipamento' foi preparado por sua esposa, a líder tecelã e posteriormente vereadora municipal, Julieta Batistioli. Posteriormente, os Batistioli adquiriram uma carrocinha e um burro, mas acabaram por perder ambos na enchente de 1941. De todo modo, o 'negócio' já estava em crise por causa da dificuldade de conciliar a ideologia com a defesa dos interesses do 'comerciante':

> "O caso foi o seguinte: foram os fiados[...] As pessoas vendo a carroça, e [sabendo que] ele era comunista...".[44]

Fortunato acabou posteriormente conseguindo emprego numa metalúrgica. Já Julieta permaneceu por um longo período trabalhando na fábrica de calçados do Renner.

Ao lado dos imigrantes estrangeiros recentes, havia muitos trabalhadores industriais de Porto Alegre oriundos do interior, vindos geralmente de famílias que já habitavam o estado no período anterior à grande imigração do século XIX. Estes gaúchos resultavam da miscigenação, ao longo de várias gerações e em graus e combinações variadas, de indígenas, negros, "castelhanos" e portugueses, cujo sobrenome, via de regra, adotavam.

---

[42] *Idem.*
[43] Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99.
[44] Entrevista de Julieta Batistioli a Francisco Carvalho Júnior, 29/06/90. *Op. Cit.*

Abrelino Freitas, nascido em 1908 em Cacimbinhas, (atualmente Pinheiro Machado), veio para Porto Alegre com 16 anos, após percorrer boa parte do interior do estado instalando a rede telefônica da Viação Férrea. Concluído o trecho da rede até Montenegro, lhe ofereceram como opção de continuidade no emprego participar da extensão da mesma até a fronteira, "lá para aquela região de Santana do Livramento". Freitas receou ir para "uma zona completamente estranha" e distante, e optou por buscar emprego na florescente indústria porto-alegrense. Encontrou vaga na Arrozeira Brasileira, na verdade, uma indústria predominantemente têxtil, que ao lado do setor de "embalagens, sacarias e panos pra diversos serviços", ainda mantinha o beneficiamento de arroz que lhe dera originalmente o nome.[45]

Com o deslocamento destes habitantes do interior para a capital, já na segunda década do século muitos daqueles que engrossariam o contingente dos trabalhadores identificados como "brasileiros" na região industrial de Porto Alegre eram nativos da própria cidade. É o caso de Salvador Soares dos Santos, cujos pais eram de Taquari, nascido já no próprio Navegantes em 1916. Com 13 ou 14 anos de idade, Santos começou a trabalhar, também na "fábrica de meias", a exemplo de Fortunato Batistioli. Posteriormente, entre 1931 e 1945, foi funcionário da Renner. Ali, iniciou na seção de capas, mas após um acidente de trabalho que resultou em um corte profundo na sua mão direita, passou para a tecelagem. Após 14 anos de empresa, instalou um bar na Rua Frederico Mentz, ao lado do campo de futebol da empresa Gerdau, que manteve por décadas.[46]

O metalúrgico Armando Pinheiro, cujo pai, um inspetor de polícia, era originário de D. Pedrito, e a mãe de Viamão, também já nasceu em Porto Alegre, no bairro São João, em 1918. Sua entrada no mundo do trabalho, como era usual, veio cedo:

> "Com 10 anos iniciei na Casa Krupp. [...] O Diretor era [...] o velho Klaus, Francisco Klaus. Ele era originário da Alemanha. [...] Eu era varredor, trabalhava em máquinas, furadeiras, serviço geral. A gente não tinha muita ambição naquele tempo. [...] Até levar dinheiro, correspondência para o

---

[45] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[46] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.

> Banco. Até isso! Não tinha problema. Minhas irmãs moravam perto, me ajudavam, cuidavam de mim. "[47]

As características do seu ramo de trabalho, porém, possibilitaram um caminho rumo à especialização profissional ainda no primeiro emprego, à medida que Pinheiro aprendeu a manusear o torno. Esta posição precoce como operário especializado serviu de base para que ele viesse a assumir a posição de "arrimo da família" em relação aos irmãos menores da sua esposa:

> "Quando [...] eu casei, [...] eu era pai solteiro. Porque a minha patroa, ela era órfã, e ela tinha 4 filhos, que eram os irmãos dela. E os homens, eu mandei embora. As meninas ficaram comigo. Eu fui o segundo pai delas. Os homens eu não podia! Eu ainda fiquei com os meninos, aí, um tempinho, até que eles se encaminharam..."[48]

Se de um lado havia estrangeiros recém-chegados e "gaúchos" de longa data entre os trabalhadores do Navegantes, grande parte dos mesmos era composta de descendentes de imigrantes de segunda ou terceira geração, que ou passaram pelo interior do estado antes de se fixar na capital, ou se estabeleceram diretamente em Porto Alegre. Os pais da tecelã Suely Cwzyerbynsky Galinatti, por exemplo, vieram da Polônia e se casaram em Rio Grande, onde ela nasceu em 1919.[49]

> "Meu pai era alfaiate. Trabalhou muito e ficou muito rico. Depois perdeu dois filhos numa noite com sarampo recolhido [...] ele ficou tri doido. Ele morava perto da Avenida Eduardo, ali perto dos Gondoleiros. Tinha uma oficina grande e trabalhava uma porção de oficiais junto com ele. Ele [...] fazia aquelas roupas elegantes, [...] em 24 horas ele fazia uma fatiota. [Minha mãe] trabalhou também, na fábrica de tesoura, [...] primeiro

---

[47] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[48] *Idem.*
[49] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98.

> trabalhou na padaria, era empregada assim de ajudar na cozinha, aí trabalhou numa oficina de mecânica." [50]

Suely veio de Rio Grande para Porto Alegre com cerca de cinco ou seis anos de idade. Seu primeiro emprego, no qual permaneceu por "uns três anos ou quatro" anos foi na fábrica de balas Francisco Romano.

> "Naquele tempo não tinha nem tempo pra entrar nem tempo pra sair, né? Aí depois [...] , veio Getúlio e as leis dele fizeram a vida fácil, até ele morrer, né?"[51]

Da Francisco Romano, passou para a tecelagem da Arrozeira Brasileira, aos dezoito anos de idade, onde conheceu seu futuro marido. Na época, seu pai já tinha morrido há muito tempo, após ter se separado da sua mãe em função das brigas agravadas pelo alcoolismo. Com a morte dos irmãos homens, Suely e suas duas irmãs passaram a ter um papel cada vez mais importante na sustentação da família. A menor, com seis anos, ainda foi morar na casa de uma tia, até "ficar moça", mas logo passou a trabalhar na fábrica de doces e chocolates Neugebauer, e posteriormente, na Arrozeira, para onde foi levada pela irmã.

Um caso distinto, de um descendente de imigrante já de terceira geração era o de Valter Roman Jochade, nascido em Porto Alegre em 1924:

> "Meu avô, pai da minha mãe, [era] austríaco. Meu outro avô [era húngaro]. Pelo que eu sei os dois foram clandestinos, fugiram juntos. Tiveram até de mentir no passaporte deles. [...] Minha mãe nasceu em 1892, já aqui. Eles vieram em 1890 [...] Naquela época tava o negócio de militar. [Eles] não queriam [servir]então se mandaram. [Eles prometeram que] iam casar o filho de um com o outro"[52]

Vindos da Europa com um pequeno capital, os avós de Jochade, inicialmente, dedicaram-se à agropecuária e ao comércio:

---

[50] *Idem.*
[51] *Idem.*
[52] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97.

> "O meu avô acho que deve ter vindo com uns pilazinho de lá [da Àustria] porque ele comprou a chácara ali na Lauro Muller, antiga rua Stock. [...] Ali ele botou um açougue, um matadouro. [...] A minha mãe já vendeu [uma parte da terra] e meu avô também vendeu alguma ali pra sobreviver depois de velho, e nós herdamos cada um seu terreninho. [...] A minha mãe ajudava a distribuir a carne também, [...] era entregue em casa pro pessoal."[53]

Esta atividade rural no centro da crescente região industrial de Porto Alegre não era nada incomum, e estender-se-ia ainda por muito tempo, até a urbanização completa do "Quarto Distrito". Ela nos lembra da ocupação recente desta área que embora relativamente próxima ao centro, até a virada do século não havia sido incorporada à cidade, e na qual até então, ainda era possível viver até mesmo de atividades extrativistas.

O avô de Salvador Soares dos Santos, por exemplo, era caçador profissional abastecido pela abundância da caça entre a vegetação das áreas alagadiças da beira dos rios que formam o Guaíba. Já o seu pai, viveu de construir casas com a madeira extraída da própria região. Ele mesmo, formado nesta cultura de uso dos abundantes recursos naturais locais, neles baseou suas primeiras experiências de trabalho, assim como de lazer:

> "[Aqui era] a fazenda dos Antérios. Aqui tinha madeiras que dava pra fazer canoa [...] de um pau só, [...] madeira que precisa de 3, 4 homens pra abraçar ela, [...] Timbaúvas. [...] Naquele tempo de guri, [...] a gente cortava a madeira mais fina às pampas, cortava com o facão, com a machadinha, e ia fazendo feixinhos de lenha [...] mas não pagavam nada, [era] 2 mil réis, 400 réis [...] Não [...] teve um canto dessa fazenda aqui que eu não pesquei de espinhel. [...] Se pegava peixe que não era brinquedo, a água tomava conta, não tinha esses diques, [...] o Guaíba descia e tomava conta de tudo e o peixe então entrava nesse banhadão adentro."[54]

---

[53] *Idem.*
[54] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.

Posteriormente, a demanda da população local crescente e a disponibilidade de terras planas e férteis alimentaram um ciclo de produção e comercialização de alimentos *in natura*. Os pais de Teodolina e Ernesto Rossi, por exemplo, ao chegarem da Itália em 1924, arrendaram pequenos pedaços de terra para produzir hortifrutigranjeiros, inicialmente em Niterói, bairro da cidade de Canoas situado na margem oposta do rio Gravataí. Posteriormente, alugaram uma chácara no próprio Navegantes, de propriedade justamente do pai de Valter Jochade, na qual estabeleceram até mesmo um tambo de leite.[55] O mesmo tipo de atividade havia sido desenvolvido também pelos pais de Fortunato Batistioli, antes que as enchentes periódicas que afligiam a região destruíssem toda a sua plantação.[56]

Para os Jochade, a aquisição de terras no Navegantes, ainda no final do século passado, possibilitou posteriormente, além do arrendamento, a venda de terrenos ou mesmo de casas de madeira por eles construídas para os novos moradores do bairro, como seria o caso de Gregório Tomaczewski. O capital assim ampliado possibilitava a inserção da família em outras atividades, com um armazém na rua Voluntários da Pátria e a sociedade na madeireira Welker Bini & Cia Ltda, que entretanto, não prosperou:

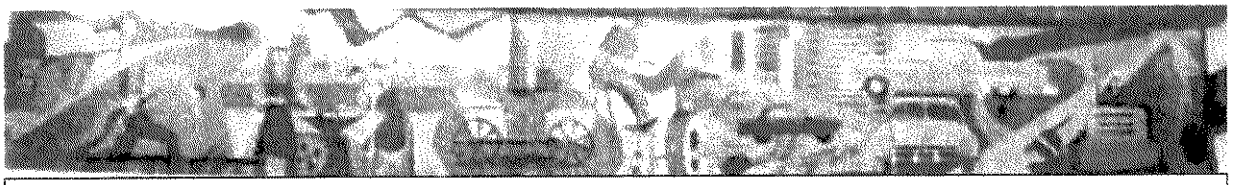
> "Pegou fogo umas duas ou três vezes aquela madeireira. O pai entrou de sócio dando o terreno, [...] daí eles inventaram de construir uma casa pra cada um [dos filhos] e o que ele herdou foi isso. Quebrou a firma."[57]

Apesar das posses da família, Valter começou a trabalhar aos 14 anos, como ajudante de colocador de azulejo, fazendo massa e separando as peças a serem afixadas pelo "oficial azulejista". Posteriormente, este mesmo "oficial" arranjou-lhe um emprego no comércio do mesmo ramo, vendendo azulejos na Casa Klug, onde Jochade permaneceu por oito anos. Na loja, começou como varredor. Posteriormente, aprendeu a colocar tapetes e cortinas, habilitação que o levou a trabalhar na Tapeçaria Mário, a mais tradicional do ramo na cidade, até se casar, em 48. Após o casamento, saiu da empresa e estabeleceu um bar num dos terrenos da família, na Rua Pernambuco, até começar a trabalhar na Varig, em 1952.[58]

---

[55] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[56] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98
[57] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97.
[58] *Idem.*

Os fluxos migratórios que trouxeram um volume ainda maior de novos trabalhadores a Porto Alegre após a Segunda Guerra Mundial, também se compunham de alguns novos imigrantes, na sua maioria do leste europeu, mas principalmente de nativos do interior do estado, fossem eles descendentes de imigrantes ou não.



Painel de azulejos com figuras alusivas à produção industrial. Fachada da Casa Dico, bairro Navegantes.

O avô de Zenon Galecki, um construtor de carroças, ao contrário da maioria dos seus conterrâneos chegados no final do século XIX, optou por fixar-se inicialmente na capital. Posteriormente, entretanto, a família resolveu tentar a agricultura na colônia de Mariana Pimentel, onde sua mãe e seu pai viriam a se conhecer e a se casar. A nova família faria o percurso inverso, e em 1933, quando Zenon tinha cinco anos de idade, resolveu "vender a colônia" de terra que possuía e mudar-se para Porto Alegre, influenciado por uma tia que já havia seguido o mesmo caminho:

> "Ele vendeu por 7 Contos de Réis, na época. [...] E comprou, em Porto Alegre, aqui na Avenida Pará, uma casa, por 7 Contos e 500. [..] Ele levou uns 5 anos pra pagar aqueles 500 Mil Réis! Porque ele era um homem rude...! Ele foi trabalhar como operário, [na] Fundição Zandonai. Ali ele pagou a vida, mesmo... [Ele era] ajudante de fundição, aquilo era horrível...! [...] Carregar as panelas com ferro, ali, naquele calor, e, quando o ferro respingava, pegava nos pés, o sujeito não podia largar aquela panela, se não queimava tudo! Então, até ele... Ele ficou doente, ali, sabe?"[59]

Galecki estudou dos 5 aos 11 anos, na escola Souza Lobo, mas nesta idade, as dificuldades financeiras da família, e a vontade de "ter um dinheirinho" o levaram ao trabalho, na funilaria de um vizinho, também de origem polonesa:

---

[59] Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99.

> "Um serviço horrível, sujo, e tal...! Hoje, é insalubre até pra burro, aquilo! Era lavar aquelas latas... Na época da Guerra, não existiam folhas-de-flandres novas, então eles aproveitavam latas de azeite, lata de banha, abriam ela e lavavam na soda e tal, pra depois emendar, fazer latas novas. [...] Era 7:30 que pegava na funilaria, de manhã. Mas eu tinha que [chegar] meia hora antes, que era pra fazer compras pra patroa, ali, pra mulher do [dono]. Era 6 horas [da tarde], ele dizia: '- Tá. Pode ir embora.'"[60]

As duras condições de trabalho na indústria certamente contribuíram para despertar a vocação de comerciante de Zenon Galecki, que manifestou-se em tenra idade:

> "Eu trabalhava na funilaria, e chegava em casa de noite. Eu me lembro, a gente não tinha sabonete, era sabão e, pra tirar aquela graxa toda, grudada na perna, [era] um pano com querosene. Me lavava e tal e 8 horas eu me tocava para o Cinema Thalia. E ali eu vendia bala. [...] Como baleiro, eu ganhava comissão, né? 10% sobre as vendas das balas. [...] Uma semana, passava uma dupla de filmes que, naquele tempo, era um sucesso: "É bucha para canhão", do Gordo e o Magro, e "O Pássaro Azul". [...] No domingo, tinham 5 sessões. E eu, então, trabalhava da manhã à noite, até a meia noite! Eu me lembro que naquele dia eu ganhei 10 [Contos] e 800 [Mil Réis]. Era mais do que o meu pai ganhava em 1 semana!"[61]

Assim, aos 14 anos, conseguiu através de um vizinho uma vaga em um atacado de tecido, varrendo o chão e carregado pacotes, e nunca mais largou o comércio.

Já Paulo Kalakun, nasceu em 1937 em Encruzilhada do Sul, e veio para a capital com 9 anos de idade. Sua mãe era brasileira, filha de poloneses, e seu pai "era natural da Polônia", tendo chegado ao Brasil em 1926. O pai, como ocorreu a várias gerações no leste europeu, emigrou para fugir às guerras que assolavam a região. Desembarcou no Brasil e, após ganhar "algum dinheirinho", partiu rumo à Argentina. Apesar de estar bem estabelecido na república platense, seguiu os boatos de que se estava ganhando muito

---

[60] *Idem.*
[61] Idem.

dinheiro trabalhando nas minas do Rio Grande do Sul, e partiu para Butiá, onde, segundo conta o filho, "pagou os pecados". Lá conhecendo sua futura esposa, viajou para Porto Alegre à procura de "um bom serviço", e após obtê-lo, na metalúrgica Zivi, buscou toda a família da mulher. No Zivi, trabalhou 40 anos, como polidor e chefe do setor de polimento, até aposentar-se por causa de um acidente de trabalho.[62]

Paulo começou a trabalhar aos 13 anos. Tinha outros 2 irmãos menores, e a irmã mais velha já trabalhava em uma tecelagem. O primeiro serviço que arrumou foi como "escareador de dobradiça":

> "E eu esquentava aquela minha comida na forja. [...] Me arrepiava aquela comida, não conseguia comer...! Eu era muito magro!"[63]

Após pedir demissão, foi levado para ser servente de pedreiro ('meia-colher'), trabalhando junto com um tio que estava conduzindo uma obra:

> "Ele me levou lá para o 4º andar e me disse assim: '- Agora, tu levanta essa parede, aqui. Daquele pilar para esse aqui.' Eram uns tijolos [...] pesados, eu, um guri magrinho, pegava com as 2 mãos, me lambuzando naquela massa...! Todo dia ali!"[64]

Já a esposa de Paulo, Leda Kalakun, nasceu em 1939 em Porto Alegre, filha de pai e mãe de origem polonesa, mas já nascidos no Brasil. Seus avós também passaram pela Argentina, antes de vir para Dom Feliciano, município de Encruzilhada, como colonos, "pra povoar a região". A falta de perspectivas na colônia e a abundância de empregos nas indústrias de Porto Alegre também foram decisivos na opção da família em deixar o interior:

> "Quando as meninas estavam moças, [meu avô disse]: '- Aqui não tem o que fazer pra elas. Vamos pra cidade!'. [...]A minha avó teve, me parece, 14 filhos. [...] Todos trabalhavam no Renner. A firma enorme que era, né?

---

[62] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99.
[63] *Idem.*
[64] *Idem.*

> Então, todo mundo ia pedir emprego ali. Não precisava pegar condução nem nada! E se aposentaram lá."[65]

Paulo e Leda acabaram também trabalhando no Renner. Ele, deixando de ser servente do tio, decidiu ir pedir emprego na fábrica como "amarrador de fios", função em que "a gurizada [...] ganhava por tarefa, e ganhava muito bem". Entretanto, pelo fato de estar estudando, "tirando ginásio à noite", acabou sendo contratado para trabalhar no setor de Seleção e Recrutamento. Toda esta sede de ganhar dinheiro, entretanto, não era motivada por uma perspectiva de ganho individual, mas sim pela convicção de ter um papel a cumprir na sustentação da família:

> "A gente entregava o ordenado pra mãe, né? [...] Até casar...! Com 21 anos eu casei. Até o último dia, entreguei o ordenado pra mãe. A mãe é que cuidava do dinheiro."[66]

Já Leda entrou na empresa com 15 anos, "recrutada" pelo futuro marido. Inicialmente, ficou fazendo serviços gerais: "quando faltava uma pessoa, eu trabalhava. A gente tomava nota numa planilha, cada peça que fazia". Posteriormente, decidiu se tornar costureira: "eu queria casar. [Costureira] ganhava mais."

Quando Leda finalmente saiu do Renner, estabeleceu na casa da mãe um pequeno restaurante, que durou 22 anos. Paulo na época trabalhava na Varig, mas embora seja muito elogioso em relação à empresa, acabou por deixá-la quando percebeu que o restaurante gerava em um dia mais do que ganhava em uma semana.[67]

Este pequeno apanhado de algumas trajetórias migratórias e ocupacionais características dos moradores que constituíram os bairros operários de Porto Alegre na primeira metade do século nos alerta para algumas questões relevantes em relação às particularidades da configuração assumida pela classe trabalhadora industrial da cidade nesse período.

De um lado, a constituição de um parque industrial e da rede de transportes de médio e longo curso a ele integrados era um elemento determinante tanto na atração e

---

[65] *Idem.*
[66] *Idem.*
[67] *Idem.*

fixação de migrantes quanto definição das oportunidades a eles oferecidas no que diz respeito à sobrevivência e eventual mobilidade social ascendente.

De outro lado, essas oportunidades não se restringiam à oferta de empregos industriais, mas sim incluíam a possibilidade do desenvolvimento de uma série de pequenas atividades extrativistas, agrícolas e comerciais, alimentadas pela demanda de uma população local continuamente crescente.

Como os exemplos citados demonstram à exaustão, a unidade de definição de estratégias sócio-econômicas predominante entre os moradores era a família nuclear, e a rede social que possibilitava sua implementação passava pela tanto pela família ampliada quanto por outros vínculos sociais cultivados pelos moradores, como aqueles existentes entre a vizinhança. Nesse sentido, é interessante destacar as particularidades do papel atribuído ao emprego industrial no interior destas estratégias, e seu papel na reprodução da própria estrutura familiar e seus efeitos sobre a natureza das relações comunitárias.[68]

Conforme indicado pelos relatos citados, a oferta abundante de trabalho fabril possibilitava na maior parte do período uma renda baixa, porém relativamente segura às famílias que se estabeleciam nestes bairros. Nos setores que mais empregavam operários, como o têxtil e a alimentação, caracterizados pela baixa especialização, a maioria dos trabalhadores se constituía de mulheres, particularmente as não-casadas (solteiras, viúvas e "solteironas"), assim como de crianças e adolescentes de ambos os sexos. Um exemplo da relação entre ciclo de vida e trajetória profissional pode ser encontrado na família Rossi, onde a proximidade das núpcias da irmã mais velha marcou sua saída da fábrica e sua substituição pela jovem Teodolina:

> "[Entrei] em 29, me lembro bem porque a [minha irmã] Emília casou em 29 e [...] antes de sair ela quis que eu entrasse pra ela me ensinar o serviço que ela fazia."[69]

Ao contrário da irmã, Teodolina permaneceu solteira e trabalhando por toda a vida. Embora seja difícil averiguar até que ponto poder-se-ia estabelecer aí uma relação causal, a correlação entre estas duas opções ou circunstâncias aparece muito fortemente em

---

[68] Levi, Giovanni. *Inherited power.* Chicago e Londres: The Chicago University Press, 1988.
[69] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.

vários outros exemplos. Não que estivesse excluída a hipótese de parte das mulheres casadas continuarem a trabalhar nas fábricas, o que na prática era mais freqüente do que muitas entrevistas levariam inicialmente a crer. Na verdade, conforme transparece dos relatos, ao contrário do que era comum em grande parte da América Latina não parece ter se estabelecido um imaginário que associasse o trabalho fabril a qualquer risco à moralidade e à família:[70]

> "Ninguém falava [das mulheres trabalharem em fábrica]. [A gente] gostava de [...] trabalhar, de ganhar dinheiro [...]. [No final da tarde, a gente] comia e ficava ali sentada, lendo ou bordando uma coisa ou outra. Aí, pegava a trabalhar de novo e fazia serão até às oito. [Na minha seção], tudo era casada, [...] mais velha do que eu. [...]."[71]

> "Ah, minha mãe, também, com minha irmã, também, foram trabalhar. Eu me lembro, tinha uma fábrica de chocolates, era de um polonês [também]..."[72]

Se não era visto como uma ameaça à moral familiar, o modelo de estratégia familiar predominante, entretanto, levava a que a permanência da mulher casada na fábrica, ao contrário do que ocorria com jovens e mulheres descasadas, pudesse ser identificada como sinal do fracasso parcial da família em conquistar uma situação de maior segurança e estabilidade econômica. Esperava-se de fato que, imediatamente após o casamento, ou ao menos alguns anos após sua celebração, se criassem as condições que "possibilitassem" à mulher a dedicação exclusiva ao trabalho doméstico. O limite de tempo para a permanência

---

[70] A forte reação contra o trabalho da mulher fora de casa em São Paulo é a tônica de Vecchia, Theresa. "'My duty as a woman': Gender, ideology work, and working-class women's lives in São Paulo, Brazil". *In:* French, John e James, Daniel (org.). *The gendered worlds of Latin American women workers: From household and factory to the union hall and ballot box.* Durham/Londres: Duke University Press, 1997. Pp. 100- 146. Porto Alegre, entretanto, parece se aproximar mais do caso de Medellin, na Colômbia, onde um forte paternalismo moralista empresarial estabeleceu a imagem da fábrica como uma extensão da família. Cfe: Farnsworth-Alvear, Ann. "Talking, fighting, flirting: workers' sociability in Medellin textile mills, 1935-1950". *In:* French e James. *Op. cit.* Pp. 147-175. Para uma visão geral da problemática nos países do Cone Sul, cfe: Lavrin, Assunción. *Women, feminism, and social change in Argentina, Chile and Uruguay: 1890-1940.* Lincoln/Londres: University of Nebraska Press, 1995.

[71] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98

[72] Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99.

da mulher na fábrica poderia também estar associado à obtenção do direito à estabilidade e, consequentemente, de uma elevada indenização em caso de demissão:

> "Oito anos anos e dois meses eu trabalhei [no Renner]. [Quando eu casei], eu tinha sete anos [de empresa] O homem queria que eu saísse [...] Eu disse: '- Não, não vou sair!' A gente [...], na seção, cada ano trabalhado, ganhava um mês na indenização. [...] Eles não deixavam fazer nove anos e meio, pra não contar dez. Onde contava dez anos, pegava 20 [meses de indenização]. Eu esperei eles me indenizarem. "[73]

Enquanto os outros membros da família, a partir da faixa dos 10 a 13 anos de idade, asseguravam uma base estável para a sobrevivência coletiva trabalhando nos empregos não-especializados oferecidos pelas fábricas, os homens "maduros", buscavam em geral abrir a possibilidade de uma mobilidade social ascendente, seja ocupando os poucos postos especializados nas indústrias mais tradicionais, ingressando em setores caracterizados por uma expansão mais lenta mas com maior oportunidade de especialização, como a metalurgia, ou ainda, com muita freqüência, deslocando-se do trabalho assalariado para os pequenos negócios autônomos.

No que diz respeito à especialização profissional, a mesma se dava, ao menos até o final dos anos quarenta, predominantemente a partir do aprendizado no próprio trabalho, através de oportunidades definidas a partir da clivagens de gênero e/ou de etnicidade. Ramos ou postos de maior especialização estavam fechados para mulheres, e muitas vezes difíceis de serem alcançados por quem não fosse membro de ou não tivesse boas relações com os segmentos étnicos predominantes nas empresas da região, particularmente os alemães e teuto-brasileiros.

Posteriormente, fenômenos como a expansão da Varig, oferecendo uma grande quantidade de empregos para operários especializados e trabalhadores de escritório, viriam a afetar em grande medida a comunidade, à medida que abriam outras possibilidades, reais e imaginárias, de ascensão profissional e social, e atribuíam novo valor a elementos como a escolaridade na definição das possibilidade de acesso a elas. O mesmo pode ser dito em

---

[73] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99

relação à expansão da área administrativa de várias das grandes indústrias já anteriormente estabelecidas na região, como é o caso da própria Renner.

Os trabalhadores que se concentraram no "Quarto Distrito" participavam de um processo de recomposição de classe, onde de um lado, configurava-se claramente um operariado fabril cada vez mais concentrado em indústrias de grande porte. Este não era, entretanto, ao contrário da imagem presente em alguns modelos clássicos de classe operária, um grupo social de ocupações homogêneas, cuja sobrevivência dependesse exclusivamente do trabalho industrial, geração após geração. Ao mesmo tempo, desde o próprio surgimento desta configuração espacial como um bairro ou conjunto de bairros operários, contexto econômico e tecido social estavam tão entranhados que fábrica e família realimentavam-se reciprocamente na definição de papéis e espaços de homens e mulheres, jovens e adultos, "brasileiros" e "estrangeiros".

Divisão sexual do trabalho e especialização profissional

Dentro do espaço do trabalho, a diferenciação de gênero era decisiva na própria definição do que constituía um trabalho especializado ou não. Como demonstra Elisabeth Souza-Lobo, esta divisão tem caráter histórico e assume formas conjunturais e locais particulares, "ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas".[74] Um caso exemplar é o da distinção entre as funções de costureiras e alfaiates na indústria de confecção. O seguinte diálogo entre os irmãos Teodolina e Ernesto Rossi, ela com 44 anos de Renner, ele sem nenhuma experiência no ramo é bastante elucidativo:

> "Teodolina: - Tinha a senhora e moça e tinha alfaiate [...] na mesma seção [...]. Tinha não sei quantas carreiras de máquina, cada carreira tinha dez máquinas. [Eram] muito mais mulheres, [...] os homens pegavam a manga e a gola, eles trabalhavam com essa parte ...

---

[74] Souza-Lobo, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura, 1991. P. 165.

Ernesto: - Trabalho de maior responsabilidade."[75]

Ou seja, mesmo um homem leigo em relação ao processo de trabalho da indústria do vestuário tinha por estabelecido que o critério de especialização tinha a ver com a "responsabilidade" masculina. A divisão entre alfaiates e costureiras acabava determinando também a distribuição de homens e mulheres entre setores da indústria:

> "Na seção de casacos tinha muito homem. Eram mais alfaiates, [...] Nas seção de calças, acho que de homem, só tinha o chefe. E os passadores, né? Que trabalhavam com a prensa. No corte, [...] acho que era meio a meio."[76]

Embora a princípio a distinção entre alfaiate e costureira pudesse ser vista apenas como sendo de graus de especialização dentro da mesma profissão, na prática a divisão aparece tão naturalizada que mesmo uma tentativa de explicação "técnica" por parte de um profissional zeloso do caráter artesanal do seu ofício, como é o caso de Ennio Terra, parece apenas reiterar a constatação da associação entre gênero e divisão do trabalho, sem apresentar uma explicação causal para a mesma:

> "É muito raro [haver mulheres alfaiates]. A minha mulher teria condições de [...] se formar. [...] Eu trabalhei em casa e ela aprendeu muita coisa comigo. Só que ela não montava, quem montava era eu. [...] Se houvesse possibilidade, ela teria condição porque ela tá olhando, tá aprendendo... Mas não foi preciso.[...] Eu sei que teve mulher que aprendeu. É, porque a nossa mão de obra é muito qualificada [...] a mão de obra da costureira não é igual. [...] A indústria [...] facilita as coisas. [Ainda assim,] as golas, as mangas, isso quem bate é os alfaiates. [...] Isso aqui é o principal. [...] Torceu o ombro, estragou a roupa! A manga vai ficar torcida, a gola também não cai... [O aprendizado é] junto com o oficial. Ele vai, [...]

---

[75] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95. Gregório Tomaczewski acrescenta entre as tarefas do alfaiate o fechamento dos ombros, conforme comentado abaixo também por Ennio Terra. Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97

[76] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99

> aprendendo por partes, [...] aos pouquinhos. [...] Depois, quando [o aprendiz] sabe fazer a manga, aí ele passa a ser meio-oficial."[77]

A idéia de uma alta especialização dos alfaiates parece ser questionada por trajetórias como a de Gregório Tomaczewski, que mesmo sem ter experiência prévia no ramo nele conseguiu se empregar assim que chegou a Porto Alegre:

> "Em minha terra não fazia nada porque eu [...] tinha bastante terra, tinha serraria, de corte de madeira. Aprendi [a profissão de alfaiate] por si mesmo, pela necessidade, necessidade aprende tudo. Depois trabalhei para Renner já aqui em casa [...], por peça. E algumas serviços particulares que pegava de fora.""[78]

A única pista deixada por Terra sobre a origem da divisão de papéis entre alfaiates e costureiras e sua perpetuação parece residir nas referências ao processo de aprendizado, que exigiria o acompanhamento pelo aprendiz de todos os passos do mestre, a fim de gradativamente assimilar os segredos por detrás das "partes nobres" da confecção. Por isso sua mulher "poderia ter aprendido" mas, ao que parece com um certo alívio, ele nos esclarece que "não foi preciso". Portanto, o aprendizado dos segredos profissionais que possibilitariam a passagem de uma função não-especializada a uma especializada exigiam o contato próximo e uma relação hierárquica que não seria conveniente estabelecer entre um homem e uma mulher, a não ser no interior da família.

Além disso, o ideal parece ser que "não fosse preciso", e mesmo que muitas mulheres permanecessem trabalhando por longos períodos em muitas indústrias, suas funções eram definidas perpetuamente como não especializadas, enquanto os homens, muitas vezes com pouco tempo de aprendizado, eram definidos como "profissionais". Esta associação entre gênero e divisão do trabalho mantinha a noção de que a mulher, por mais tempo que permanecesse no mercado de trabalho, estava apenas "ajudando" a economia

---

[77] Entrevista com Ennio Terra, 25/10/99.
[78] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97

familiar com os seus rendimentos, e jamais ameaçando a liderança e "responsabilidade" masculinas.[79]

A divisão sexual de funções era a tônica também em outras tecelagens, como a Arrozeira Brasileira, embora ali ela fosse baseada não apenas na especialização, mas também na força física:

> "Só mulher trabalhava nos teares, na costura também. Tinha homens pra serviços assim pesados, grosso, bruto, de carregar. [O meu marido], ele era mestre, mestre da tecelagem, [...] estragava a máquina ele vinha arrumar. [Conheci ele] no trabalho mesmo. [Ele] vinha me levar em casa vinha, às vezes almoçava lá, às vezes jantava lá..."[80]

Nesta circunstância, a única possibilidade de ascensão profissional para as mulheres operárias era a de assumir uma posição de supervisão. Suely Cwzyerbynsky Galinatti, já uma tecelã veterana, foi convidada a assumir o lugar de um mestre que ficara doente:

> "[Eu disse]: 'Fala com meu marido, eu não resolvo nada.' [...] [Então eu] comecei a trabalhar de mestre. Era só cuidar quem entrava e quem saía, trocar os teares, botar quem não sabia, o aprendiz que aprendia, botava na outra máquina.[...] Tinha que ver quem estava falhando, quem não vinha trabalhar, [...] dar as ordens certas pra eles. [Eu achava] melhor trabalhar na máquina do que assim, [eu] me incomodava, faziam tanta 'lambança', tinha gente que queria pegar aquilo a todo custo."[81]

Teodolina Rossi ocupou função similar no Renner, e expressa a mesma insatisfação com o fato de ter deixado a produção enquanto a exerceu:

> "Eu trabalhei de salário só por uns três anos, porque tinha uma 'fiscala' que morreu, e o chefe achou de me botar eu ali. Eu não queria, mas ele disse: '-

---

[79] A construção cultural da idéia de que a mulher trabalha por 'necessidade' é analisada em Lobato, Mirta Z.. "Women workers in the 'cathedrals of corned beef': Structure and subjectivity in the Argentine meatpacking industry". *In:* French e James. *Op. Cit.* Pp. 53-71.
[80] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98
[81] *Idem.*

> Você tem capacidade. Fica aí'. Aí eu fiquei. Ganhava 10 mil réis. [Quando] eu trabalhava por peça e ganhava mais. [A 'fiscala' era] uma senhora que revistava, [e] fazia uns vales [com] o preço da peça. A gente guardava [os vales]. Então tinha uma gaiola, era uma repartiçãozinha, onde dentro tinha um senhor, e no fim da quinzena a gente ia lá com todos os vales e ele somava e conferia os vales, nós também podíamos conferir [...]. E aí então a gente recebia aquele dinheiro.[...]".[82]

Para os homens, entretanto, a perspectiva de uma especialização no interior do próprio processo produtivo poderia se colocar desde cedo, através do aprendizado prático. Era isso que Paulo Kalakun almejava, já no seu primeiro emprego, e a frustração desta perspectiva o levou a buscar outros rumos:

> "O que eu queria mesmo, era aprender a trabalhar no torno. Mas o homem não me dava a mínima chance. [...] Aí, um dia eu digo: '- Eu vou [...] terminar esse caixão de dobradiças, aí, pra pegar um serviço no torno`'. [...] Às 11 horas eu terminei, limpei a máquina, deixei tudo direitinho... Aí, o chefe chegou: 'Ah! Muito bem! Tu trabalhas rápido, mesmo! Que beleza! O rapaz já vai trazer mais dobradiça pra ti'. Me trouxe 2 caixas a mais. Eu cocei a cabeça, olhei para aquilo tudo, olhei pra minha roupa, fui até o banheiro, olhei de longe... Peguei a minha roupa limpa, tirei [a suja] ali, joguei na lata do lixo, me lavei, me penteei direitinho, me arrumei e saí. O chefe olhou: '- Ué?! O que que houve?'; '- Estou pedindo minha demissão.' '- Mas como! O que que teu pai vai dizer?'. [...] '- O Sr. faltou a palavra comigo. O Sr. falou que eu ia ficar aí dois meses, que ia me ensinar isso e aquilo. Eu já estou há quatro e não estou aprendendo nada. [...] Aprender a ser auxiliar não me serve. Fica o dito pelo não dito, o acertado pelo não acertado. Não quero nada.' Virei as costas e fui embora."[83]

---

[82] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[83] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99

Já Armando Pinheiro teve acesso exatamente a esta oportunidade de aprendizado no interior da empresa, o que em muito contribuiu para que permanecesse até a aposentadoria no ramo metalúrgico:

> "No Schmmeling & Hertzfeldt [...] eles me deram um torno pra mim trabalhar por peça... Porque eu sempre gostei de dinheiro, também, não é? [Era] um torno muito grande, eu era baixinho, tinha que botar escada. [Nós fazíamos] tesouras e [...] torneiras, registros, essas coisas. [...] Depois, com o tempo, venderam [a fábrica] para o Zivi-Hércules. [A Schmmeling] pagava bem, e eu era comissionado. [...] Trabalhei 14 anos e meio, aí a firma já estava meio falindo ..."[84]

Tendo se estabelecido na profissão, posteriormente, Pinheiro foi convidado a trabalhar nas Forjas Taurus, tornando-se "torneiro de produção, no torno automático", fazendo os furos dos tambores dos revólveres produzidos pela empresa.[85]

Se a clivagem entre trabalho especializado e não-especializado com base nas relações de gênero estabelecia esta desigualdade fundamental no que diz respeito às oportunidades profissionais abertas aos homens e mulheres da classe operária, por outro lado levava a uma desproporção numérica que gerava situações entre pitorescas e embaraçosas. Para cada alfaiate "especializado", numa fábrica como o Renner, por exemplo, havia em média dez costureiras. Para um jovem trabalhador de escritório, como Paulo Kalakun, este ambiente, embora pudesse ser considerado estimulante em certos aspectos, eventualmente lhe traria alguns transtornos e limitações de perspectivas profissionais:

> "Trabalhei lá [no Renner] quase 5 anos. No fim, meu chefe me disse que eu não podia mais trabalhar ali porque as gurias não me deixavam trabalhar direito, que o meu escritório estava muito cheio de mulher, e eu estava ficando moço, e que ele ia me arrumar um outro serviço."[86]

---

[84] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[85] *Idem.*
[86] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99

Ao sair do escritório, entretanto, Kalakun, um jovem ambicioso, percebeu que talvez não tivesse grandes perspectivas profissionais dentro da empresa. A opção que lhe foi oferecida inicialmente foi o treinamento para assumir a chefia da malharia, o que gerou um atrito com o veterano ocupante da posição, que não parecia aceitar de bom grado a perspectiva de se aposentar e ser substituído por um intruso no setor. A segunda alternativa seria a de ocupar um lugar de chefe na seção de corte. Paulo entretanto não se animou:

> "Eu fiquei pensando, olhando aquelas pessoas antigas trabalhando ali...: - 'Ah, eu não vou querer isso aí pra mim, sabe? Eu estou querendo coisa diferente. Se eu ficar aí, vou ficar que nem esses velhinhos aí, carregando a marmita...'. Cheguei pra ele e disse: '- Sr. Afonso, o Sr. vai me desculpar, eu vou embora.'"[87]

A experiência de trabalho no escritório, assim como uma escolaridade acima da média, alimentavam esta auto-confiança na possibilidade de escolher uma outra alternativa de trabalho, "adequada" para um homem adulto, que não fosse a de uma chefia imediata na produção de uma indústria tradicional. Esta combinação de fatores era, entretanto, ainda restrita a uma minoria, mesmo nos anos 50.

O padrão predominante era o de escolaridade baixa, ou praticamente nula, que entretanto raramente se tornava um impecilho para o exercício de uma atividade profissional capaz de assegurar o sustento familiar e mesmo a poupança, voltada sobretudo à aquisição da casa própria e ao estabelecimento dos negócios "por conta própria":

> "Ernesto: Eu entrei [...] com 7 anos e saí com 11 da escola. Não tinha dinheiro nem pra pagar o colégio, pobre, pobre, pobre... Era a escola na Igreja Navegantes [...] Graças a Deus eu me defendi. Aprendi um pouquinho a ler, que assim eu pude tirar a carta de motorista [...], hoje se eu quiser escrever uma carta eu me defendo. [...] Tirei minha independência.

---

[87] *Idem.*

> [...] Teodolina: - Imagina, eu vim 12 anos, estudei lá e depois nunca mais. O pouco que sei, que li e que aprendi foi na Itália, [...] e depois aqui por força de vontade minha ..."[88]

> "Eu não estudei. O que eu sei é só o meu nome e alguma coisinha só, mais nada. Não sei escrever."[89]

Famílias com maiores recursos, como a de Valter Jochade, tendiam a investir um pouco mais em assegurar a permanência dos filhos na escola. Ele permaneceu até a sexta série, e todos os seus irmãos homens estudaram ao menos até a quinta, sendo que um deles chegou à oitava, habilitando-se a tornar-se guarda-livros. Já no caso das irmãs mulheres, a situação era diferente. Elas "saíram mais cedo. [...] Começaram a namorar e coisa e tal, e começaram a não freqüentar."[90]

A aproximação da perspectiva do casamento determinava assim a conclusão da vida escolar das mulheres, o que limitava ainda mais a possibilidade de que as mesmas viessem a exercer uma atividade profissional qualificada e autônoma.

Disciplina, ética de trabalho e de consumo

A configuração assumida pelas estratégias individuais e familiares no período alimentava um imaginário coletivo que define o trabalho industrial antes de mais nada como uma fonte de rendimentos e benefícios, e apenas ocasionalmente como uma contingência opressiva.

Na verdade, esta percepção da relação com o trabalho vincula-se diretamente ao cultivo do imaginário do "trabalhador empreendedor", alimentado no próprio processo produtivo pela lógica do sistema de pagamento por produção, em setores com processos de trabalho tão distintos como a tecelagem, o vestuário e a metalurgia:

> "Conforme você fazia, você ganhava. O relógio ia marcando [e] na quinzena eles faziam os cálculos."[91]

---

[88] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[89] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98
[90] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97
[91] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.

> "Trabalhando por peça, a pessoa que era mais ligeira, tinha mais capacidade, podia ganhar mais" [92]

> "Lá era bem organizado. [...] Não era tanto por dia, era quanto mais fazia, mais ganhava. [...] Fechamento de ombro era um mil réis e cinqüenta réis; capa de gola [era] um mil e cento cinqüenta réis; pregar manga era um mil e quatrocentos e cinqüenta réis. Dava pra ganhar bem."[93]

O bom rendimento, na produção por peça, se baseava evidentemente na alta produtividade:

> "[Para fechar a costura] interna e externa [de uma calça demorava] 2 minutos e meio, até chegar a outra peça."[94]

> "Era 80 metros [cada peça de sacaria]. [...] Eu ganhava muito bem, sabe, porque eu tirava duas peças no tear, trabalhava com dois teares [...] Era pesado, era muito pesado o serviço, [...] mas quem já trabalhou muito tempo vai acostumando. [...] Eu [...] não ia no banheiro toda hora."[95]

> "A gente ganhava na produção, às vezes, mais do que o salário! [...] Quem trabalhava no Taurus, era considerado um burguês, porque a gente ganhava bem."[96]

Em casos extremos, esta ênfase na relação entre o emprego industrial e a oportunidade da geração de renda a partir da iniciativa, disciplina e produtividade individuais pode levar a um discurso que chega a negar o status de "trabalho" ao exercício das funções de operário:

---

[92] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[93] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97
[94] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99
[95] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98
[96] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.

> "A gente que é tecelão, quem trabalha é a máquina, não é mesmo? A gente só está cuidando. [...] Não pode sair fora da máquina, porque se arrebenta um fio, [...] enrola um monte de fio e arrebenta. Então você tem que estar na expectativa. Isso é a única coisa. Se eu pego uma [...] fazenda boa, você pode sentar e deixar o tear trabalhar. Aquilo é uma beleza. [...] É só cuidar, [...] um serviço muito bom."[97]

Esta definição da atividade do tecelão como um "não-trabalho" se dá, no caso, pelo contraste com uma noção do que constituiria o "verdadeiro trabalho", marcada pela forte presença das atividades rurais e extrativistas no entorno do universo fabril:

> "Eu gostava mais de trabalhar [...], na minha 'gasolina' [*barco de carga, N. do A.*], passando trabalho, passando trabalho.... Porque lá eu passava trabalho, no rio viajando... Vinham os temporais, aí tinha que encostar nas beiradas que eu conhecia, [...] amarrar o barco e esperar passar. [...] Com chuva, no inverno, se arrebentasse uma hélice a gente tinha que mergulhar embaixo pra tirar e botar outro pino e seguir viagem. Eu gostava mais de passar trabalho do que ficar trabalhando na fábrica."[98]

Neste caso, portanto, o trabalho define-se não apenas pelo uso da força física, mas pela presença do risco e pelo enfrentamento das adversidades incontroláveis a que quem tomava iniciativa e empreendia atividades em busca de um rendimento se encontrava exposto. Desta perspectiva, parece natural que, mesmo após um longo período de trabalho fabril, estabelecer-se como autônomo acabe aparecendo como a realização de uma vocação original:

> "Até que eu achei [...] que a gente trabalhar por conta da gente seria muito melhor. Eu parei com a Renner, eu pedi pra sair. Já tinha uns 14 anos e eles já estavam indenizando muita gente lá. Eu falei com eles lá e me deram uns trocados... Foi quando eu aproveitei e abri meu barzinho."[99]

---

[97] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.
[98] *Idem.*
[99] *Idem.*

Embora se trate de um ponto de vista extremo, este exemplo contribui para a identificação de algumas das implicações possíveis na forte presença de elementos associados à valorização do enfrentamento de riscos, da iniciativa e da perspectiva de ganhos materiais adicionais no imaginário sobre o trabalho. Estes elementos contribuem também para a configuração de um universo simbólico que possibilita uma identificação entre trabalhadores e empresários, e o exercício de uma hegemonia cultural dos segundos, ao menos enquanto conseguem ser reconhecidos como expoentes de parâmetros éticos compartilhados pelos primeiros.

De fato, mais do que uma questão de opção individual, a alta produtividade se impunha como um padrão coletivo desde o local de trabalho, através do controle recíproco entre os colegas:

> "Um controlava o outro! Se aquele era malandro, não produzia: '-Olha, se vira aí! Não é por aí!'. Porquê? Porque ele ganhava nas nossas costas! Então, todos produziam. Até 100%... Depois dos 100%, a comissão era um pouco menor. Mas nós chegávamos ali nos 95, 98%... Então, vamos dizer que eu recebia 70 por semana, ganhava quase 130, 125 Cruzeiros. [...]."[100]

Este *ethos* produtivista contribui para o orgulho das conquistas materiais e realizações através do trabalho, atribuídas acima de tudo à disciplina e à auto-contenção nas esferas do consumo e do lazer:

> "Ernesto: - Acredito que muita gente estudada não tem o que eu tenho. Mas também, a força de vontade, a economia, sabe como é, né? [...] Muita gente hoje se cria... não pensando no dia de amanhã. Eu trabalhava hoje pensando no futuro. [...]
>
> Teodolina: - A criação dos pais [era] muito severa, muito rígida...

[100] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.

> Ernesto: - Sempre se conseguiu alguma coisinha [...] outros tinham ganhado de herança e foram botando fora. É o mal, né?"[101]

O ascetismo do "bom trabalhador de antigamente", porém, é relativizado nas próprias memórias, quando colocado no contexto de um custo de vida e um padrão de consumo radicalmente distintos dos atuais:

> "E vida era completamente diferente. Porque naquele tempo [...] o operário ganhava sempre oito mil réis por dia, ele comprava dez quilos de pão e dez quilos de carne e um quilo de açúcar custava 450 réis, 45 centavos. Era nada de auxílio de governo mas vida era muito melhor do que agora, que tem tudo e não tem nada."[102]

> "Naquela época, era diferente! [...] Quando nós casamos, nós dois ganhávamos juntos, 18.000 Cruzeiros [...]. A gente pagava [...] 4300 de aluguel num apartamento. Então, sobrava muito dinheiro. Sobrava muito dinheiro!"[103]

De fato, a tendência presente nestas memórias tende a subestimar as restrições colocadas para o poder de compra do trabalhador, e de generalizar uma visão favorável sobre o período, especialmente quando confrontadas com as dificuldades atuais. É bem possível que essa avaliação positiva corresponda à tendência geral que possibilitou a uma parcela significativa da classe trabalhadora portoalegrense oportunidades de sobrevivência e mesmo da realização de alguma poupança ao longo do período, mas certamente não poderia ser estendida de forma homogênea para todas as conjunturas nele incluídas.

Em 1944, o Consulado Norte-americano em Porto Alegre não tinha dúvidas de que a situação vivida pelas classes trabalhadoras locais era dura:

> "O aumento no custo de vida no estado do Rio Grande do Sul e sua capital, Porto Alegre, durante a presente guerra pode facilmente ser demonstrado pela comparação do crescimento no preço dos alimentos básicos essenciais

---

[101] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[102] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97

(aqueles comidos pela maioria dos brasileiros), com o aumento nos salários das classes trabalhadoras.

Os preços dos alimentos básicos providenciam o melhor índice, porque a média do operário brasileiro não tem dinheiro para gastar no que para ele são itens de luxo tais como aquecimento, luz elétrica, seguro, automóvel, rádios e refrigeradores. Itens como estes, que são aspectos supostamente necessários no orçamento da classe operária americana não entram no orçamento do trabalhador brasileiro médio. Mesmo com as roupas eles são sovinas, e seus sapatos não passam de tamancos.

Após fazer um levantamento de um grande número de famílias, verificamos que os itens incluídos no final deste relatório são usados por quase todas as famílias. Muitas das famílias não podem se permitir a melhor qualidade de arroz, café ou banha, e não pode comprar manteiga regularmente, mas todos compram a maioria destes itens com alguma constância ao longo do ano.

Apenas quatro artigos, nominalmente pão, erva-mate, farinha de trigo e leite não aumentaram de preço mais de 30% no período entre 1938 e 1944.

Dezessete artigos aumentaram de preço em algo entre 30% e 100%. Esses artigos foram a manteiga pasteurizada e comum, sal de mesa, café de primeira e segunda qualidades, carne, batatas, arroz japonês e agulha, açúcar de primeira e segunda qualidades, banha de primeira qualidade, farinha de mandioca, farinha de milho, charque, feijão e ovos. Quatro artigos aumentaram de preço entre 100% e 136%. Esses artigos foram banha de segunda classe, arroz de segunda classe, bacon e óleo vegetal. Todos com exceção do bacon são comprados por todos os trabalhadores.

---

[103] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99

> É extremamente interessante notar que as mercadorias de qualidade inferior, que são compradas pelas pessoas mais pobres, tem aumentado mais do que as de primeira qualidade. Por exemplo: o café de primeira qualidade aumentou em 48%, enquanto o de qualidade inferior aumentou em 93%. A banha de primeira qualidade aumentou 91% e a de segunda qualidade aumentou em 102%. O arroz japonês de primeira qualidade aumento em 91% e o de segunda qualidade aumentou 110%. Em resumo, a guerra está se provando mais dura para os homens mais pobres de Porto Alegre no que diz respeito a alimentos básicos do que para os homens mais ricos.
>
> A média de aumento nos alimentos básicos em Porto Alegre foi de 64% entre dezembro de 1937 e janeiro de 1944. A média de aumento de salários foi 32% entre dezembro de 1937 e janeiro de 1944. Em outras palavras, o custo de vida com respeito aos alimentos básicos aumentou 32% sem um aumento compensatório nos salários."[104]

Mas se as possibilidades de consumo eram escassas no que diz respeito ao poder de compra no mercado, elas eventualmente poderiam se expandir no que dizia respeito ao acesso aos bens produzidos nas próprias indústrias locais, particularmente quando mediadas por boas relações com os superiores:

> "Eu ia no varejo e comprava lá um pedaço de tecido, e perguntava [...]: '- Sr. Afonso, [...] eu posso pedir para o alfaiate me tirar as medidas e mandar coser essa calça pra mim?' [...] Às 5 horas, vinha minha calça passadinha, 'bonitaça'[...] Eu comprava o tecido! O feitio [...] ele nem cobrava..."[105]

---

[104] "The effect of the war on the cost of living in Rio Grande do Sul, Brazil". Relatório preparado por Robert M. Denhardt. Consulado Norte-americano de Porto Alegre. 11 de maio de 1944. National Archives and Records Administration II, de agora em diante, NARA. Departamento de Estado, NND 775115, Entry 2149, Box 60. Esse relatório indicava os efeitos cumulativos da guerra, ainda não sentidos em 1942, quando o cônsul comentava que "o impacto pleno do que a guerra significa para o homem das ruas ainda está por vir". A gasolina, entretanto, já estava sendo racionada, havia uma onda de preços ascendentes, mas por outro lado a escassez ainda não se encontrava "aguda". Cfe: "Rapid View of effects of the War on Rio Grande do Sul". Daniel M. Braddock, Cônsul Norte-americano em Porto Alegre a Jefferson Caffery, Embaixador Norte-americano no Brasil, 23 de outubro de 1942. NARA Departamento de Estado, NND 745009. 800 DMB/lrj.

[105] *Idem.*

Mesmo com as ponderações relativas à diferença de contexto, apontando para um padrão de consumo extremamente restrito, entretanto, predomina a visão de que, diante das possibilidades abertas para a iniciativa empreendedora dentro e fora das fábricas e pelo custo de vida comparativamente baixo, o limite entre "sucesso" e "fracasso", ou entre "estabilidade" e "precariedade" residiria basicamente em opções éticas individuais. Sistematizado por um sindicalista conservador, como o tecelão Abrelino Freitas, este ponto de vista assume o caráter de uma verdadeira tese:

> "A condição de vida da família, [...] assalariada depende muito da organização da própria família. [...] Se tirava da cooperativa o necessário pra alimentação da família. Não tinha, como tem hoje, muita diversificação no sistema alimentar, o acondicionamento do leite e outras coisas. Então ele levava o leite em pó, feijão, o arroz. Ficava então a carne pra comprar, umas coisinhas assim, a verdura, que aquilo também na época era insignificante.
>
> Aquele salário que era pequeno na época se tornava grande pelas facilidades que tinha. De sorte que ficava tudo dependendo da organização da família. Como criava os filhos, a maneira de vestir. Não tinha também assim muito onde gastar, as diversões eram poucas." [106]

A disciplina permitira não apenas a tranqüilidade na sobrevivência, mas a própria perspectiva de estabilidade e ascensão associadas, basicamente, à propriedade de imóveis:

> "Aqueles que recebiam o ordenado e iam pra casa, primeiro saldar seus compromissos,[...] eles criavam condições de estarem tranqüilos, tendo as suas propriedades, uma ou até mais casas, criar seus recursos próprios pra sobreviver mais tarde, depois de aposentado. Ter sua casa para morar, mais um terreno, ou dois, ou três, pros filhos, quando casarem [...] irem morar lá."[107]

---

[106] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[107] *Idem*.

A identificação de condições favoráveis no que diz respeito à oportunidade de assegurar uma boa condição de vida pela manutenção da austeridade no consumo leva diretamente à responsabilização dos "maus hábitos" e da "vida desregrada" pelo insucesso de muitos:

> "O trabalhador, o assalariado [que era de] sair do serviço, receber o salário dele, [...] formar o grupinho e ir pro bar do Chico [...] chegava em casa [e] o dinheiro já não dava pra pagar o caderno [no armazém].
>
> Aí é onde entra a desorganização da família. [...] Aqueles desmanteladamente extravagantes, [...] hoje estão sofrendo nas agruras numa vila popular, num aglomerado, essas coisas, passando dificuldades maiores."[108]

O amplo predomínio desta visão que responsabilizava pessoalmente o trabalhador pelo seu "sucesso" ou "fracasso" e, portanto, estimulava tanto a austeridade no consumo quanto a competitividade na produção, não significava, entretanto, que a mesma não estivesse sujeita a questionamentos, que emergiam em primeiro lugar na forma do próprio conflito entre os trabalhadores próprios. Em algumas ocasiões, este conflito assumia tal dimensão que se tornava justificativa para opção pela saída do emprego:

> "Ficaram com o olho grande, porque nós estávamos produzindo muito, ganhávamos muito mais que os novatos, [...] aí morreram os donos e nós saímos."[109]
>
> "Saí [para trabalhar] por conta própria, porque não conseguia agüentar as 'chicanas' dos amigos. [...] Eu era muito rápido naquele tempo, no serviço. Era por empreitada, por peça, então eu ganhava muito dinheiro, e eles

---

[108] *Idem.*
[109] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98

> estavam muito com olho grande: '- Ele tira todo nosso serviço, [...] estrangeiro morto da fome..."[110]

Se estes choques entre os trabalhadores trazem um ruído ao discurso aparentemente unívoco de exaltação da ética produtivista individual, a noção da existência de injustiça por detrás do aparentemente compensador sistema de pagamento por produção vem à tona justamente quando se coloca a questão do encerramento da vida produtiva:

> "A única desvantagem era que eles pagavam aquilo por peça por fora, [...] e vem prejudicar hoje na aposentadoria. Era contado aqueles 10 cruzeiros e, se ela ganhasse 15, os 5 não constavam, ficava só o básico. Chegou na fase da aposentadoria, aquilo tudo caiu fora. "[111]

> "[Eu] disse: '-Vou pedir um acordo e vou sair'. [...] E eles tapearam o advogado, pagaram pra o advogado pra não pagar pra mim. Sem-vergonhismo! Os homens da firma compraram ele e depois mandaram eu trabalhar. [...] Aí eu agarrei e me aposentei. Fiquei ganhando o salário mínimo agora. [...] É 36 anos, 37 anos [...] eu tenho minhas carteiras todas legalizadas, pagava sindicato.[Meu filho] também trabalhou, [na Arrozeira], quinze anos. Depois botaram pra rua, sem nada, sem direito." [112]

Da noção de injustiça à afirmação de uma consciência de direitos, o caminho passa também pela crítica às condições de trabalho predominantes na indústria, tanto no período anterior à promulgação da legislação trabalhista varguista quanto, posteriormente, pelo seu descumprimento. As leis não mudaram a realidade das longas jornadas de trabalho, apenas trouxeram a compensação do pagamento adicional:

> "Me deram uma máquina grande, um torno, e a gente trabalhava 12 horas por dia. Só respeitava domingo! Aí, eu ganhava o serão... [...] Sábado

---

[110] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97
[111] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[112] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98

> trabalhava, às vezes, até de tarde. E eu ganhava o serão sobre as horas de trabalho e a produção que aumentava, também."[113]

Na tecelagem da Arrozeira Brasileira, a jornada normal de trabalho era de "dez horas, de segunda a sábado", mas a situação se agravou bastante com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando a fábrica intensificou a produção de "fardamento de carne seca" e arroz para exportação:

> "Naquele período de guerra, [...] nós trabalhávamos [...] 14, 16 horas, e nós tínhamos por excesso de hora uma porcentagem insignificante. [trabalhava no sábado normalmente e, às vezes até domingo]. Aí depois então é que veio, regulamentado o excesso: [...] as primeiras duas horas 20%, depois [...] um pouquinho mais[...]. Então o horário compreendido das 10 em diante era horário noturno, tinha um percentual maior."[114]

Outras empresas também se envolveram no esforço de guerra, como a a Companhia Fiação e Tecidos Portoalegrense, produzindo "agasalho, mantas, cobertores, essas coisas."[115]

Além das jornadas de trabalho exaustivas, a insalubridade também era um problema em muitos setores, e seus efeitos, muitas vezes minimizados no cotidiano de trabalho, se faziam sentir cumulativamente. Um dos fatores de maior impacto era o nível de ruído presente em vários setores:

> "Começou no fim, quando o Taurus estava fechando, [...] um cara passou uns aparelhos lá, medindo a poluição sonora, não é como se chama? Alí, houve muitas indenizações. [...] Era barulho demais, [...] muito acima do que era permitido. E a gente que trabalhava alí, nem ligava! Mas acontece que os aparelhos registravam. [...] Era uma loucura o barulho! A fábrica foi

---

[113] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[114] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96. Paoli, Maria Célia. "O trabalhador urbano na fala dos outros". *Op. Cit.* analisa a intensificação da exploração da mão-de-obra fabril após o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando a vigência da legislação trabalhista foi suspensa nas indústrias envolvidas direta ou indiretamente no "esforço de guerra".
[115] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.

> mal projetada, [...] os martelos [da forjaria] batiam e os vizinhos reclamavam, rachava as casas dos fundos..."[116]

> "Numa época se usava aqueles aparelhos, mas aquilo prejudicava o trabalhador, criava um mal-estar ficar com aquele troço no ouvido[...]. O tear da época tinha aquilo que se chama lançadeira, plac, plac, plac... o dia inteiro, no ouvido do trabalhador, do operário, do operador"[117]

Na tecelagem, especialmente a de juta, a poeira onipresente também minava a saúde do trabalhador:

> "Trabalhei até quando considerado, por motivo de saúde, inapto, incapaz [...] Eu tive uma infeçãozinha...[...] A matéria prima que a firma trabalhava, empregava, [...] era a juta, e aquilo tinha assim uma situação muito insalubre pros pulmões. [Hoje, esse problema] foi eliminado. Usaram um sistema assim de umedecê-la, então [isso] eliminava a flutuação daquela poeira, e [...] máquinas de sugar o pó. [...] Hoje [se] entra num setor aí e não [se] vê mais flutuar no ar aquela névoa"[118]

> "A poeira caía embaixo da máquina, quando se cortava a última peça pra tirar. Aí se limpava o tear. [...] Aquilo era tirado toda a semana."[119]

O calor intenso também afetava setores tão distintos como o têxtil e o metalúrgico:

> "[A gente ficava] quase nu lá dentro, só de tanguinha, trabalhando. As máquinas eram muito perto e era um calor insuportável."[120]

> "A cardação de lã [...] envolve muito a questão do calor e da umidade. [Na juta também,] por natureza do trabalho, da manipulação do artigo que se

---

[116] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[117] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[118] *Idem.*
[119] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98
[120] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.

> produzia, não podia ter ventilação muito grande. Por exemplo, no preparo de fios, essas coisas, as janelas são altas, [...] não pode ter [...] ventilador, [...] isso aí é normal do próprio ramo. [...] Os setores de trabalho tem que ter bastante ar, ser espaçosos, porque quanto menos espaço, mais calor ."[121]

Assim como ocorre com a tomada do tempo livre do trabalhador, porém, as regras estabelecidas pela CLT tendem a definir os danos à sua saúde como uma moeda de troca, na busca por um incremento salarial:

> "Aí as vezes surge algum problema, então é feita [...] uma peritagem no setor com a presença do trabalhador designado pela justiça do trabalho, [...] pra ver se realmente está fora do limite, [...] pra ver se realmente cabe o adicional aquele da insalubridade. Se couber, é pago."[122]

Esta mercantilização dos riscos à saúde tendia a manter situações precárias de segurança das instalações fabris, gerando um ambiente não apenas insalubre, mas também perigoso:

> "Eu conheci uma menina [...], na Arrozeira Brasileira, que perdeu o cabelo, até o couro cabeludo da cabeça, por causa de uma correia de máquina, por falta assim de preparo, vamos dizer, de segurança, na época. Trabalhando com máquinas onde tem movimento de polia, correia, aquelas coisas, engrenagens o operador não deve estar com o cabelo solto. [...] Sempre tem uma pressão de ar, puxa mesmo ..."[123]

> "Eu dançava muito, [...] comecei a dançar na sexta-feira e dancei até o carnaval, brincando, [...] quando foi quarta-feira eu fui trabalhar. [...] Eu tive sorte de não cortar a mão fora, porque a máquina estava meio estragada, às vezes ela parava na capa mesmo. A gente fazia aquele monte de capas 15, 16 capas uma em cima da outra, [...] se riscava e se ia cortando, e na hora um pedaço de fazenda caiu fora. Eu puxei ele e quis passar na máquina, e

---

[121] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[122] *Idem.*

> ela puxou a mão... Não era sempre que acontecia aquilo, mas aquilo foi brabo. Eu comecei a trabalhar sem saber corte."[124]

Estas condições variavam entre os diferentes ramos e entre fábricas distintas, mas não há dúvida de que de risco e insalubridade estavam presentes ao cotidiano da maioria dos operário porto-alegrenses do período. Porém, o predomínio de uma cultura centrada na busca de otimização da produtividade individual e a visão do trabalho fabril como uma etapa transitória na estratégia familiar tendiam a minimizar a importância atribuída a estes fatores, mesmo que, na prática, a convivência com eles acabasse sendo longa o suficiente para que seus efeitos se fizessem sentir, muitas vezes gerando conseqüências irreversíveis. Mais grave ainda, não é raro que se assuma a responsabilidade do próprio trabalhador sobre elas, como transparece nos exemplos acima.

Competitividade e rigor na ética de trabalho não excluíam, entretanto, a solidariedade entre colegas:

> "Tinha muita gente antiga de casa que ficava trabalhando, gente [...] que depois de velho se aposentava. De moças tinha poucas, poucas. [...] Quando estragava a máquina, que cortava, rebentava, eu ficava ali e ajudava elas a remendar e tudo [quando] quebravam os teares, então elas se ajudavam uma à outra."[125]

Moradia, vizinhança e relações inter-étnicas

As formas de sociabilidade estabelecidas pelos moradores do distrito industrial de Porto Alegre estão intimamente articuladas à proximidade entre moradia e trabalho, proporcionada pela combinação entre a oferta estável de emprego industrial e o preço relativamente acessível dos terrenos e do material da construção, particularmente entre os anos 20 e os anos 40. Sobre esta base sócio-espacial, e a partir da confluência de diferentes experiências e culturas trazidas pelos diversos fluxos migratórios, floresceram formas de convivência e de lazer, assim como uma grande diversidade de associações voltadas a

---

[123] *Idem.*
[124] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.
[125] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98.

múltiplas finalidades, contribuindo para estabelecer e redefinir vínculos e identidades que, tomadas em conjunto, definiam as particularidades do tecido social destes bairros.

Inicialmente, o estabelecimento de moradia junto às fábricas era uma oportunidade colocada para a maioria:

> "Eu morava sempre na aqui na zona Navegantes, [na] rua Dona Margarida, [...] Naquela época o assalariado o trabalhador o operário adquiria um imóvel pelo preço X, e passava 4, 5, 6, 8, 10 anos aquele X, [...] não existiam as financeiras, imobiliárias, essas coisas. [...] Ia na madeireira e comprava madeira: '- Quanto sai pra construir uma casinha assim de 4 peças?', '- Sai tanto', '- Dá pra eu lhe pagar a prazo?', '- Dá'. Então ele construía a casinha dele com pouco sacrifício, porque ele já sabia: botou tanto, deve tanto. Chegava o fim do mês, era aquilo e não tinha acréscimo, então tornava-se muito fácil"[126]

> "Na Av. Eduardo, que hoje é [Av. Presidente] Roosevelt, tinha [uma] placa: 'Vende-se terreno: cento e cinqüenta mil réis pago a longo prazo sem juros'. Tendo seis, sete, [...] contos, podia construir casa como essa aqui."[127]

À medida que a região crescia e se urbanizavm, por outro lado, a acessibilidade da moradia no núcleo original próximo às principais industrias foi se tornando mais restrita, levando muitos trabalhadores a fixarem residência em novas áreas da capital e dos municípios contíguos. A este deslocamento dos locais de moradia, seguiu-se, na metade dos anos 50, um deslocamento das próprias indústrias para os novos bairros da Zona Norte da cidade, assim como para Gravataí e Canoas. Este processo de expansão geográfica da configuração da classe trabalhadora industrial estabelecida no Navegante-São João nas primeiras décadas do século pode ser ilustrado por algumas trajetórias individuais.

Armando Pinheiro quando solteiro morava numa área bastante central do Navegantes, a Avenida Cairú, "antiga Avenida Germânia". Após casar, em 1952, foi morar no município vizinho de Canoas, onde construiu uma casa usando o dinheiro que havia

---

[126] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[127] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97

recebido de indenização ao sair da metalúrgica Schmmeling & Hertzfeldt e o que a sua "patroa" havia recebido ao ser demitida após completar 9 anos como urdidora na tecelagem do Renner. O casal chegou a avaliar a possibilidade de adquirir um imóvel no conjunto habitacional do IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), erguido no que poderia ser considerado na época o limite norte do "Quarto Distrito". Mas "havia muitos contratos, muitos sistemas de financiamento" e a construção por conta própria numa área mais distante pareceu uma alternativa mais segura.

Em 1966 a empresa em que Pinheiro trabalhava, a Forjas Taurus, se mudou para a Estrada do Forte, na Zona Norte de Porto Alegre, seguindo uma tendência geral entre as indústrias de grande porte da capital. Isso acabou levando a família a mudar-se para um bairro mais próximo da fábrica.[128]

Já Suely Cwzyerbynsky Galinatti optou, quase na mesma época, pelo conjunto habitacional, mas não chegou a morar no mesmo nem um ano, diante da oportunidade surgida de comprar e reformar por conta própria uma casa no próprio Navegantes:

> "Nós moramos [na casa velha] uma porção de tempo, arrumamos e tudo, mas ficou muito ruim por causa do chão, que era de pau. Então meu velho disse: '- Vamos desmanchar e fazer duas peças pra nós', e fez essa casa.."[129]

A construção, especialmente nas áreas de expansão recente, representava mesmo um bom investimento:

> "[N]estas vilas, Vila Floresta, Vila Jardim, Niterói, Esteio, por aí afora nessa grande Porto Alegre, se comprava um terreno por 200 mil réis, 200 cruzeiros."[130]

> "Nós perdemos muito dinheiro, mas conseguimos, depois, comprar um apartamento. [Também] construímos duas [casas] na Vila Floresta [...]. Era mais fácil de conseguir! A gente conseguia mais fácil...!" [131]

---

[128] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[129] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98.
[130] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[131] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99

Este processo de deslocamento trazia uma grande dependência do precário sistema de transportes urbanos, ou dos meios de transporte próprios acessíveis ao poder de consumo dos trabalhadores:

> "Os ônibus eram de péssima qualidade e, às vezes, tinha que se pegar 2, 3 ônibus pra vir da Vila Floresta até os Navegantes."[132]

> "Nós nos acidentamos, porque nós vínhamos de moto de lá [do IAPI] pra cá [no Navegantes]."[133]

Particularmente no núcleo original, uma das características mais marcantes da experiência de moradia nestes bairros era uma forte relação de vizinhança, que contribuía para o desenvolvimento de uma noção de comunidade de base territorial, referida nas memórias dos moradores com invariável saudosismo:

> "Eu morava ali na [rua] Pernambuco com a Brasil. Entre a Brasil e a Pátria. Eu conhecia todas as pessoas dali até o Renner. Todas as casa, eu sabia quem é que morava. Porque as pessoas, naquela época, não se mudavam tanto assim, né? Hoje em dia, tu tem uma vizinha de porta, tu nem... conhece! E as pessoas,[...] cada um tem as suas atividades, não têm tempo de estar batendo conversa fora." [134]

Um importante componente desta noção de comunidade é a afirmação da inexistência de conflitos étnicos entre os moradores:

> "Aqui não tinha muita diferença entre as pessoas tinha paz. Não digo que tinha amizade, mas não tinha inimizade. [...] Eu tinha um amigo alemão aqui em Porto Alegre que era melhor amigo de toda gente [...]. Mas entre todos os povos tem gente boa e gente ruim."[135]

---

[132] *Idem.*
[133] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98
[134] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99
[135] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97

> "Nós éramos italianos rodeados de poloneses, você nem queira saber como a gente se dava bem. Nunca houve nada, tudo gente boa, porque era gente trabalhadora."[136]

O atacado de tecidos onde Zenon Galecki fez carreira como vendedor, localizava-se à rua Voluntários da Pátria, 445, sendo de propriedade o "israelita" Jacob Millman seu grande incentivador para abrir um negócio próprio, que inclusive lhe forneceu a fórmula para viabilizar a sua pequena loja nos primeiros anos: "Tu casa e deixa tua mulher trabalhando, e tu continua trabalhando aqui...!". Para viabilizar a abertura do seu comércio, entretanto, Galecki ainda teve que contar com um outro apoio decisivo, o do seu amigo Tolentino Meireles:

> "Era um senhor de cor, ele era bugre, assim, bugre... e ele trabalhava [...] na Casa Dico. Ele era carroceiro, [...] a carroça dele era um luxo, o cavalo parecia um cavalo desses de prado, de luxo. E ele, vez em quando, vinha lá em casa, almoçava."[137]

Meireles, numa destas ocasiões, percebeu o amigo preocupado: "- O quê que está pensando, Polaco?". Galecki explicou que pretendia abrir sua loja e não tinha os Cr$ 60.000,00 necessários para tanto. O "bugre" terminou de almoçar, deixou a carroça amarrada em frente à casa do "polaco", e retornou com um pacote enrolado em jornal, contendo Cr$ 25.000,00, suas economias guardadas na Caixa Econômica, que ele, sem herdeiros, confiava ao amigo como empréstimo, e lhe pedia que, após sua morte, devolvesse à sua afilhada. Com este capital inicial, Galecki deu a entrada para a aquisição da loja e negociou o parcelamento do saldo.[138]

Se a afirmação da tolerância e mesmo da solidariedade inter-étnicas são gerais, em muitos casos entretanto, ela esconde preconceitos que, ao virem à tona, se expressam em toda sua crueza:

> "Me arrependo até hoje de não ter me naturalizado, mas nunca tive necessidade. [...] O italiano e o alemão ele é muito respeitado, aqui ele tem

---

[136] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[137] Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99.

> muito valor, [...] porque agradeça a essa gente se o Brasil desenvolveu. [...] Se fosse pela própria raça do Brasil isso aqui ainda estaria muito atrasado.[...] Agora uma raça que [...] eu não topo, e acho que sempre foi muito problema, foi judeu, né? [...] O judeu é vivo, ele não trabalha mas tá sempre na bocas principais, né? [...] [Aqui no bairro eles] estavam sempre metido nessas madeireira, nestas coisas onde dava dinheiro. [...] você não encontrava um judeu pobre, eles se ajudavam uns aos outros, eles se instruíam, eles se desenvolviam, eles tinham auxílio entre eles mesmos.
>
> [...] Os brasileiros, se um tá mal o outro já dá um ponta-pé [...]. Hoje você vai nestas malocas aí e não encontra japonês, você não encontra o alemão, dificilmente vai encontrar um italiano, você não encontra polaco. É verdade ou não? Você encontra a raça morena, preta [...] dificilmente você encontra uma pessoa estrangeira. [...] Não é que eu queira desfazer do Brasil, porque eu me considero muito brasileiro, agora me criei numa raça que luta pra viver. Eu prefiro mil vezes ter pra dar do que precisar."[139]

A mensagem subjacente é a noção hierárquica de que há espaço para toda a diversidade étnico-racial, mas a condição da convivência pacífica é que cada um "mantenha-se no seu lugar". Por outro lado, percebe-se que um dos elementos estruturantes desta visão estereotipada das características de cada etnia é uma imagem ambivalente da relação entre "estrangeiros" e "brasileiros". Ao mesmo tempo que se afirma o orgulho individual de ser brasileiro, a imagem dos "outros brasileiros", identificada geralmente (mas nem sempre) com a origem negra ou mestiça, é a negação do ethos mitificado do trabalhador disciplinado, austero e portanto destinado ao sucesso.[140]

A valorização dos trabalhadores estrangeiros transparece no predomínio dos mesmos nas funções especializadas:

---

[138] Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99.
[139] *Idem.*
[140] Sobre a construção ideológica do "orgulho de ser brasileiro", Cfe: Chauí, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Pp. 1-10.

> "[A maioria dos outros alfaiates eram], alemães, polacos, ucranianos e [havia alguns] brasileiros." [141]

Esta associação entre origem estrangeira e qualificação aparece naturalizada mesmo na fala de uma liderança comunista:

> "Tinha muito estrangeiro, e no início era porque o operariado brasileiro era atrasado tecnicamente. Então preferiam o estrangeiro que era mais qualificado. [...] Alguns estrangeiros tem certa pompa assim, são tidos como intelectuais, mas nunca houve assim uma luta ou hostilidade que aparecesse no meio da classe operária. E os patrões se interessavam [pelos estrangeiros] em função da cultura."[142]

Pela posição hegemônica da colônia teuto-brasileira no complexo industrial porto-alegrense, esta valorização do trabalhador estrangeiro tendia a se dar de forma particularmente acentuada em relação aos alemães. Em meados dos anos trinta, este orgulho passaria a ser insuflado ainda mais pela ascensão do movimento nazista, que assumiria um papel de afirmação da germanidade, particularmente entre o contingente razoavelmente significativo de alemães recém-chegados, que buscavam assim se distinguir, inclusive, dos muitas vezes já "abrasileirados" descendentes dos imigrantes chegados no século passado:

> "Tinha [muita atividade de nazista entre] aqueles alemães que vieram de lá. Não foi descendente, era puro alemão, mesmo. Não cedia nada. [Os descendentes] eles puxavam um pouquinho, também, mas não era tanto."[143]

Com o ingresso do Brasil na guerra ao lado dos aliados, porém, a perseguição aos alemães e teuto-brasileiros levaria a uma inversão da situação, onde o que era indicativo de status passaria a ser motivo de suspeita:

> "Era tudo proibido, não podia nem juntar dois, três, num bolinho, que já estavam conspirando contra o governo. Tinha que se cuidar até no falar o

---

[141] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97.
[142] Entrevista com Eloy Martins, 18/03/97.

> alemão. [...] Já passava um grandão desses aí: '- Ei ! Ei! O quê estão fazendo aí na rua? Vamos acabar com isso aí, Quinta Coluna'." [144]

A ampla autonomia cultural da colônia germânica, mantida desde o início da imigração, seria bruscamente quebrada:

> "[Nós aprendemos o alemão] na [...] nossa escola, o Concórdia. Naquela época, [...] toda a aula era em alemão e tinha uma meia hora de português. [...] Pertencia [...] à igreja [luterana].[Depois], parou de falar alemão no colégio, proibiram." [145]

Simultaneamente, com a investida no Estado Novo no sentido de valorizar o trabalhador nacional, ocorre um deslocamento no campo simbólico em que se busca incorporar a este a carga positiva construída anteriormente em torno da imagem do trabalhador estrangeiro. A ênfase agora passaria a se dar no contraste entre a identidade de "trabalhador" e o seu contraponto na figura mítica do "malandro" ou "vagabundo". O trabalhador brasileiro, porém, seria tão mais valorizado quanto mais se aproximasse do estereótipo anteriormente produzido para o trabalhador estrangeiro.[146]

Lazer e vida associativa

Nem tudo é trabalho, porém, mesmo num distrito industrial. Uma das características culturais marcantes da população trabalhadora do Navegantes-São João era o desenvolvimento de uma ampla gama de atividades de lazer, muitas delas organizadas em associações que assumiram grande peso na vida social da região.

A forma de diversão mais popular era, de longe, a dança, de especial importância no desenvolvimento da sociabilidade juvenil, mas muitas vezes mantida como principal forma de diversão entre os adultos:

---

[143] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[144] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97
[145] *Idem.* A campanha de nacionalização das escolas é relatada em Py, Tte Cel Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil – A conspiração nazi no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942. Várias crônicas a este respeito foram escritas também por Rubem Braga, que na época se refugiou em Porto Alegre devido a perseguições políticas. Cfe: Braga, Rubem. *Uma fada no front.* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
[146] A inflexão no sentido da valorização do trabalhador nacional é analisada em Castro Gomes, Angela de. *A invenção do trabalhismo. Op. Cit.* Cap. VII. Também Lenharo, Alcir. *A sacralização da política.* Campinas: Papirus, 1986.

"Quando comecei a freqüentar baile, já estava com 14 anos. Aí entrei de sócio no Ginástica."[147]

"[Meu marido], ele não gostava de baile, mas eu ia a baile, ele ficava e eu ia, [...] aqui no Sport, [...] na avenida Eduardo. De solteira eu [também] ia muito, fugia, dizia que ia dormir e aí nós ia pro baile. Era sem-vergonha, sim. Nós morávamos com a mãe e a mãe deixava nós ir: '- Vocês [...] já são moças e sabem se cuidar eu não preciso de ir pra cuidar de vocês'. Era pertinho. Era só atravessar uma rua. [...] Eu era muito sapeca, namorava. Quando eu comecei a namorar o que era o meu marido, aí sim, já era mais velha, ia fazer 19, namorei com ele um ano só e logo me casei."[148]

As festas entre a vizinhança eram também relativamente comuns:

"Todo sábado, todo o domingo, [...] nós tínhamos uma vitrola e fazíamos aqueles bailarecos, um dia na casa de um, um dia na casa de outro, do outro, do outro... e nos divertíamos entre nós, né?

[...] Olha, eu conheci a minha mulher num bailezinho que nós fizemos na casa da Dona Elza. [...] Olha depois aquilo depois foi terminando [...] porque cada um começou com seus compromissos, [mas] quando tinha fim de ano a gente se juntava, nós comprávamos um barril de chopp, nós fazíamos nossas festinhas, comia aqui, comia lá e a gente se reunia sempre aquele conjunto, aquela rapaziada, as gurias viviam sempre junto. Eram polacos, alemães e italianos, e viviam sempre junto, né?"[149]

Se os bailes e festas ocorriam muitas vezes na própria vizinhança, freqüentá-los numa sociedade recreativa, e a ela se associar, possuía uma conotação simbólica associada à conquista de respeitabilidade, traduzida no acesso a um espaço coletivo, porém seleto, de lazer:

---

[147] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97
[148] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98
[149] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.

> "Leda: Naquela época era tão bom, né? O Sport, [...] a Ginástica. [...] Que coisa boa era aquilo ali! Era familiar, né? A gente se conhecia! Entrava ali, conhecia todo mundo!"[150]
>
> "Ernesto: Naquele tempo uma sociedade tinha o seu respeito, o camarada tinha que ser sócio, a mulher tinha carteirinha, se tivesse as filhas, todas elas tinham suas carteirinhas, com um respeito fenomenal. Podia ir a um baile de uma sociedade, [...] eu fui sócio do Esporte muitos anos, depois passei pro Ginástica, que era alemão"[151]

Cada sociedade mantinha também uma identidade distinta, ligada aos segmentos sociais que a freqüentavam e ao grupo étnico que a criara:

> "[Minha senhora], eu conheci ela num baile. [...] Eu ia na Sociedade Ginástica Navegantes-São João. [...] Era gente mais ou menos, [era] o nosso clube, que era um pessoal de gabaritozinho. No Gondoleiros não entrava 'chinelão', e na Ginástica também. [Era só] operário qualificado, e o pessoal ali do comércio... Essas coisas assim, daquela região do Quarto Distrito. A Ginástica Navegantes-São João era à base de alemão. Alemão é muito divertido. É um povo que trabalha, mas sabe se divertir, não é mesmo?
>
> E os Gondoleiros, [era mais do] comércio, que era de italianos. [...] Aquela velha guarda antiga dos moradores. [...] Tinha blocos de carnaval, [...] cordões carnavalescos. A Ginástica era mais de bailes, os 'kerbs', [...] que eram 3 noites de bailes."[152]

---

[150] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99
[151] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[152] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.

> "Leda: Mas nós tínhamos a Sociedade Polonesa, ali na [...] esquina da Pernambuco com a São Pedro. E ali, era o nosso chão, fim de semana. [...] Aí, a gente começou a dançar ali, nos fins de semana..."[153]

No limite, esta segmentação poderia chegar à segregação, registrada de forma "naturalizada" em um documento da "Associação de Moradores do Quarto Distrito":

> "Localizam-se no Quarto Distrito, as seguintes sociedades recreativas: Sociedade Gondoleiros, Sociedade Ginástica Navegantes-São João (social-desportiva), Prediletos Cordão Carnavalesco (para pessoas de cor preta), Juventude Sociedade Recreativa, Porto Alegre Country Club, Sociedade Libanesa, além de muitas outras."[154]

Ao lado dos bailes, outra diversão de massas emergente que atraía a população jovem do "Quarto Distrito" era o cinema:

> "Todo domingo tinha matiné. [...] Antigamente tinha o Germania, no Navegantes, na [Avenida] Eduardo tinha o Tália, e um pouco mais lá pra cima tinha o Cinema Rosário, o Orfeu na Benjamin, depois o Eldorado, [...] tinha muito cinema naquela zona. [...] Dava muito filme em série, então quando começava a ver num cinema tinha acompanhar: Buck Jones, Tom Mix, os artistas famosos da época. Eu ainda peguei o cinema mudo. Era só pianista quem tocava no cinema mesmo. [...] De acordo com o troço, ele ia tocando... Era [...] uma beleza. E depois então, quando começou a falar, a gente não perdia uma."[155]

O poder da tela sobre as emoções dos espectadores contribuiu inclusive para encerrar uma das primeiras atividades profissionais de Valter Jochade. Após dois anos de trabalho como auxiliar de azulejista, Jochade acompanhou o patrão numa viagem até

---

[153] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99
[154] "Vida e alma de uma cidade – Retrato de corpo inteiro do Quarto Distrito". *Op. Cit.* P. 16. Grifo nosso.
[155] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97. Em 1957, o Quarto Distrito possuía 11 cinemas. Cfe: "Vida e alma de uma cidade – Retrato de corpo inteiro do Quarto Distrito". *Op. Cit.* P. 17

Pelotas, onde executariam uma obra. Acometido de saudades de casa, começou a chorar no trabalho, e foi liberado pelo patrão para ir ao cinema, a fim de se distrair um pouco:

> "Aí eu fui, né? Mas o meu azar é que eu fui ver justamente [...] 'A vida de Carlos Gardel'. [...] Voltei chorando mais ainda. Ele falou '- Pega o navio e te manda'."[156]

Especialmente no que diz respeito aos homens, entre as principais atividades de lazer incluía-se o esporte, com destaque para o futebol:

> "Joguei dez anos só no clube do Gerdau. [...] Indústrias e engenhos de arroz, tudo tinha time, e jogavam justamente naquele campo ali [na beira do rio], disputava campeonato... [...] Justamente eu agradeço ao futebol pelo movimento que tinha no campo [...] O meu barzinho, tinha sábado e domingo que não se podia entrar. [...] Eu era muito fominha por bola, [...] tinha vaga eu já estava dentro, era fanático."[157]

> "Eu jogava no Juvenil, fui campeão, em 37, 38, e depois joguei nos amadores, também. Depois, eu me desinteressei um pouco e jogava só na várzea, mas jogava muito bem..." [158]

Tamanho interesse pelo futebol por parte dos trabalhadores levou à organização de times ligados às empresas e de campeonatos disputados entre elas:

> "Eu trabalhava no [Estaleiro] Alcaraz e lá tinha um bom time, o cara ia pedir trabalho e se dava [o emprego] se ele jogava futebol. O Renner, o Renner foi bom. [P]arece que chegou a ser campeão estadual."[159]

> "Havia o Campeonato Fabril, não se esqueça, e disputava-se muito. O time mais poderoso era o Estaleiro Só. [Depois de casado] não deu mais tempo

---

[156] *Idem.*
[157] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.
[158] Entrevista com Armando Pinheiro, 27/07/99.
[159] Entrevista com Eloy Martins, 18/03/97.

> [de jogar futebol, só] torneios da firma [...] seção contra seção, [nisso eu] ainda me envolvia."[160]

> "Ali na [Estação Diretor] Pestana era a sede do 'Garrate', [...] que era um time de futebol dos empregados [da Rede Ferroviária]. Ele disputou a Segunda divisão muito tempo, era um bom time. [...] Eles botaram esse nome desse time por causa daquelas locomotivas 'Garrate'."[161]

Os times fabris que conseguiam maior destaque tornavam-se por outro lado, naturalmente, representantes dos bairros:

> "No setor futebol, o Renner que levantou com méritos o campeonato citadino de 1954, era um autêntico patrimônio de reservas atléticas que muito honrou e dignificou o esporte bretão, não só no Rio Grande do Sul, como fora dele.
>
> [...] No entanto, com o desaparecimento do 'Renner', ressurge, fortificado, para representar o Quarto Distrito, na primeira Divisão Profissional, o Esporte Clube São José que, em outros tempos, foi um verdadeiro celeiro de craques, representando o seu bairro em muitos campeonatos da cidade." [162]

Se as empresas buscavam canalizar a motivação e o interesse dos seus trabalhadores pelo futebol como forma de aumentar sua lealdade aos empregadores e seu "patriotismo de fábrica"[163], o mesmo espaço era também disputado pelo sindicalismo e pela esquerda:

> "Eu era mais de futebol, reunião de futebol. [...] Ficava aquele papo ali de futebol e tudo, um que jogou melhor, outro que não jogou, sempre assim. [...] Mas tinha um cara, que era meio pirado, ele se chamava Agenor, e era

---

[160] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[161] Entrevista com Álvaro da Silva 10/10/1995.
[162] "Vida e alma de uma cidade – Retrato de corpo inteiro do Quarto Distrito". *Op. Cit.* P. 16
[163] Sobre o conceito "patriotismo de fábrica", Cfe: Smith, Steve. "Craft conciouness, class conciouness: Petrograd, 1917". *In: History Workshop*, (11), Primavera de 1981.

> espírita. Mas, ele tinha o dom de convencer a gente [a entrar para o sindicato]."[164]

> "[O Jacob Koutzii era da] Organização Camponesa Operária e ele estava muito ligado [...] ao setor de futebol. Havia um grande movimento de futebol de empresa e ele atuava quase todo Sábado e Domingo. [...] Ele era meio técnico. [No] futebol de empresa. Parece que tinha uma federação, uma organização que dirigia o sistema [do futebol] de empresas. [Os times começaram por] iniciativa dos trabalhadores."[165]

Nem todos se interessavam, entretanto, pelo esporte bretão, e o gosto se definia já na infância:

> "Eu nunca fui de futebol. Quando me convidavam pra jogar só se fosse de goleiro eu não gostava de correr, [queria] sombra e água fresca. Gude eu jogo [...], pandorga, pião, como até hoje tem. Só que antigamente era mais [...] competitivo. O cara jogava o pião e tinha que pegar o pião do outro e botava no bolso."[166]

Outro esporte muito praticado era o bolão, espécie rústica de boliche, muito popular na colônia alemã, que difundiu-se amplamente entre os moradores locais, especialmente os freqüentadores de sociedades originalmente fundadas por teuto-brasileiros:

> "Eu joguei bolão 25 anos, futebol nunca pratiquei. Meu jogo era bolão, bocha"[167]

> "Fui sócio 25, 30 anos do Ginástica, fiquei sócio veterano lá, jogava [...] só bolão. Naquela época era bastante, seis ou sete clubes [de bolão] dentro do Ginástica. Era o nosso encontro, confrontava um contra o outro, fazendo

---

[164] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[165] Entrevista com Eloy Martins, 18/03/97
[166] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97
[167] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.

> campeonato interno. Às vezes se jogava fora também. [...] Primeiro era só masculino, depois que começou a entrar mulher. [...] Minhas irmãs jogavam muito bolão lá na Cairu. [...] Na frente era uma ferragem e nos fundos era uma sociedade também de bolão, jogavam a cartinha delas lá também, e lá formaram o Clube de Bolão das Margaridas, [...] a minha mãe também, as três iam jogar bolão."[168]

A diversão popular masculina incluía ainda a caça e a pesca, cuja prática era estimulada pela proximidade do rio, assim como dos banhados e matas ribeirinhos:

> "Sempre gostei muito da praia, pescar era meu esporte."[169]

> "Eu cacei por 25 anos [...] aqui dentro do Rio Grande do Sul [e] no Uruguai também. [...] No tempo de gurizada eu [...] caçava aqui na chácara. [...] Aqui se matava de tudo, mas depois [...], então, quando veio a guerra,[...] eu tinha uma arma velha que até nós queríamos botar dentro de um poço, porque quem tinha uma arma, um rádio uma coisa a polícia levava tudo, eles vinham e levavam tudo. [...] Então passou-se aqueles seis anos, a gente amadureceu mais e coisa e tal e então veio novamente a liberdade e eu já parti pra caça de perdiz, de marreco, essas coisas."[170]

Outras formas de lazer eram também organizadas a partir da ação das várias Igrejas existentes nos bairros. Destas, a que obteve maior efetividade em constituir um espaço de sociabilidade, freqüentado especialmente por imigrantes recentes de nacionalidades fortemente praticantes do catolicismo, como poloneses e italianos, foi o Círculo Operário:

---

[168] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97
[169] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[170] *Idem*.

> "[Lá sempre] tinha um elemento que sabia um pouco mais do que a gente e o próprio grupo. Ele dava uma instruçãozinha [...] Se fazia algum teatrinho, alguma coisinha, alguma bobagenzinha, naquela época era muito bom"[171]

Entre os trabalhadores com militância sindical, porém, o Círculo sempre foi visto com reservas:

> "O Círculo Operário era muito restrito[...], sabe como é, a Igreja Católica por um princípio tem aquelas pessoas [...] que estão diariamente ali prestando serviços [...] e o Círculo Operário não era diferente. [...] Essas famílias que tinham os filhos no colégio do Círculo [...] na época eram de pequena dimensão."[172]

> "Minha falecida irmã era professora de corte e costura, lá [no Círculo Operário]. Mas eu, eu sabia que isso, é um movimento, [...] criado por Getúlio Vargas, pra combater o comunismo. [...] Que, ao invés de se filiar ao sindicato, nós devia ver é padre, comungar,... mas não deu certo! As creches aí, o Círculo é que fundou... O Círculo era médico e creches. Mas era de Igreja, movimento de Igreja."[173]

A vinculação, excessivamente estreita entre religião, sociabilidade e posicionamento ideológico presente nos Círculos Operários, assim como a tentativa de disputar espaço com o movimento sindical, talvez tenham sido fatores limitantes da sua capacidade de conquistar adesões. Outras associações porém, mantendo o seu caráter exclusivamente recreativo, tornaram-se pontos de encontro e convívio de grandes contingentes de trabalhadores e granjearam uma quantidade expressiva de associados. Paradoxalmente, essa consolidação institucional transformou várias destas sociedades em importantes componentes do processo político local, canalizando demandas sociais dos moradores e servindo de base para articulações de candidaturas e campanhas políticas.

---

[171] *Idem.*
[172] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[173] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.

Demandas sociais e participação política

Embora a grande maioria dos moradores do "Quarto Distrito" não tenha tido uma experiência de militância propriamente dita, o debate político parece ter marcado presença no seu cotidiano. Nos seus depoimentos, percebe-se claramente esta distinção entre a existência de um interesse relativamente intenso por "acompanhar" o processo político (seja através da troca de idéias e informações com vizinhos e colegas ou dos meios de comunicação de massa) e uma tendência majoritária a negar qualquer envolvimento mais ativo no jogo partidário:

> "Discussão [sobre política na fábrica] sempre existia"[174]

> "O papai foi um homem que gostava muito [de política]. Não se envolvia, mas gostava muito de acompanhar. Ele lia o 'Correio do Povo', era sagrado. [...] Naquele tempo do 'Repórter Esso', [...] era um horário sagrado dele. Conhecia a política toda. Meu pai estudou, meu pai [...] tinha uma caligrafia... Ele teve estudo. Agora, nós, não."[175]

> "Mas eu nunca [...] fui filiado a partido nenhum. Nunca fui assistir reunião nenhuma..."[176]

No grau de interesse pela política, pesava também a definição social de papéis de gênero, já que ela se associava diretamente ao mundo público, espaço estabelecido como sendo eminentemente masculino. Esta não era entretanto uma barreira rigorosa e intransponível e, particularmente após a democratização de 1945, quando o voto feminino passou a ser efetivamente uma realidade, esta linha de exclusão das mulheres trabalhadoras do mundo político passou cada vez mais a ser tensionada, embora nem sempre rompida: [177]

> "Tinha homens que faziam [discussão sobre política dentro das fábricas], e as mulheres iam atrás. [...] Uma vez nós fomos pelo 'Caminho Novo'

---

[174] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.
[175] *Idem.*
[176] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99

> [participar de um comício], lá quase no centro, eu disse: '- Ah, eu vou voltar, eu não vou caminhar mais', e vim embora. Não gostava dessas coisas de ajuntamento."[178]

Outro elemento definidor do grau de interesse e de envolvimento com a política estava associado à incorporação dos imigrantes à cidadania nacional, tanto em termos estritamente jurídicos quanto, num âmbito mais subjetivo, pela integração ao processo de redefinição da "identidade nacional" que atingia o país como um todo, e a classe trabalhadora em particular, no período: [179]

> "Ernesto: - Eu não era eleitor, não me interessava [...]
>
> Teodolina: - A gente era estrangeiro, nem em tudo a gente podia se meter, nunca tive necessidade."[180]
>
> "Quando eu me naturalizei [em 1956] estava sempre votando onde era grupo getulista."[181]

A associação existente entre as idéias de participação política e integração à "comunidade nacional" explica em grande medida porque a Segunda Guerra Mundial constitui-se num dos principais marcos da memória dos moradores destes bairros. O impacto da guerra na redefinição das relações éticas estabelecidas, levando à quebra da hegemonia cultural alemã, é lembrado, muitas vezes pelo relato de ações coletivas violentas que contrastam com o discurso amplamente difundido sobre a harmonia inter-étnica existente: [182]

---

[177] Com relação à participação eleitoral feminina no pós-guerra, Cfe: French, John D. e Cluff, Mary Lynn Pedersen. "Women and working-class mobilization in postwar São Paulo, 1945-1948". *In:* French e James. *Op. cit.* Pp. 176-207.

[178] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98

[179] Sobre as várias fases da construção das noções de "caráter nacional" e "identidade nacional" no Brasil, Cfe: Chauí, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária. Op. Cit.* Pp. 11-55.

[180] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.

[181] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97

[182] Sobre os motins anti-alemães da Primeira Guerra Mundial em Porto Alegre, Cfe: Silva Jr., Adhemar Lourenço da. "'Povo! Trabalhadores!': Tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)". Porto Alegre: IFCH-Ufrgs/ Dissertação de mestrado em história, 1994.

> "[Lá na Schmelling, houve um] quebra-quebra, [...] o pessoal subiu [até o último] andar [...], quebrando tudo, e ficou uma mocinha muito bonitinha ([não era] nada de namoro, [eu] não tinha nada com ela, mas eu admirava ela, assim, e ninguém queria subir lá). Ficaram com medo e eu fui. Eu banquei o herói, mas depois me arrependi. Chovia vidro por todo lado, e [...] ela ficou presa gritando, lá, ameaçando se atirar pra baixo! [O pessoal] quebrava tudo! Máquina, vidro, tudo quebrava!"[183]

Apesar da persistência de esferas de atuação política internas no seio de cada "colônia", a participação política, nos anos 30, tornava-se progressivamente articulada à incorporação à identidade brasileira. Ao lado do apelo das ideologias autoritários, esse talvez seja um dos fatores que explique a ampla aceitação do discurso nacionalista dos integralistas entre uma parcela significativa dos moradores do "Quarto Distrito" nos anos 30 e 40.

> "Os integralistas eram muito fortes ali no Navegantes. [...] O mestre da seção dos alfaiates [do Renner], ele era um chefe também. Na sacada da casa dele, ele tinha um emblema do integralismo. Ele ia trabalhar fardado, [...] com a camisa dos integralistas. Tinha umas italianas também, que trabalhavam no Renner e moravam ali perto, naquela rua em que ficava a Arrozeira Brasileira".[184]

> "Inclusive eu era [integralista] de guri, né? Era tipo uma escola, fazia reunião sempre. [...] Era forte aquele partido do integralismo. [Eu tinha] 10 anos, 11 anos. [...] Eu era um guri e não entendia de política, era só pra gozar: '- *Anauê* para o bem do Brasil!'. [...] Eu não cheguei usar uniforme mas os homens andavam."[185]

> "Naquele tempo, era a época que a política era assim. Então [os meus vizinhos] eles estavam assim, integralistas. Os nossos presidentes não são

---

[183] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[184] Entrevista de Julieta Batistioli a Francisco Carvalho Júnior, 29/06/90. *Op. Cit.*

> integralistas? Pensa bem, eles não juram conservar a integridade do Brasil? Não é integralista?"[186]

O apoio ativo do empresariado, evidentemente, contribuía em muito para facilitar o proselitismo integralista:

> "Quando [eles] desfilavam, era gente [...] bem uniformizada, bem calçada... [As indústrias] davam fardamento pra todo mundo, era militarizado."[187]

Porém, mais importante do que a força política do integralismo em si mesma, parece ter sido o seu papel no fortalecimento do nacionalismo e do culto ao dirigente político que seriam posteriormente ressemantizados e massificados pelo trabalhismo no pós-45:

> "O pai sim tinha camisa verde, [mas] o Getúlio foi a primeira votação dele.[...] No comitê [do PTB em que ele participava] estava o retrato do Getúlio[...]. No Integralismo estava sempre o retrato do Plinio Salgado."[188]

Mas se o integralismo serviu de base para a iniciação na militância política de muitos dos que se tornariam ativos organizadores trabalhistas, o combate à sua difusão, por outro lado, constituiu-se num dos elementos que motivavam a mobilização da pequena porém ativa militância comunista:

> "A sede do integralismo era pegada à minha casa. [Era] a sede do Navegantes, [...] e eu acho que era o núcleo maior que tinha, porque era o núcleo do Egon Renner, e o Egon Renner era o chefão. [...] Então, [...] eles iam fazer uma concentração no centro da cidade e o Partido [Comunista] 'baixou' a palavra de ordem para a gente dizer que os comunistas iam atacar os integralistas no centro da cidade. [...] Naquele tempo tinha o campo do

---

[185] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97.
[186] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97.
[187] Entrevista com Eloy Martins, 18/03/97.
[188] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97.

> Renner ainda, o do Renner tinha muro, então a gente 'bordou' ele: [...] 'Abaixo os camisas-verdes!'... 'Esses galinhas...'."[189]

Os conflitos entre comunistas e integralistas, assim como a repressão policial a ambos, contribuíam, especialmente a partir do Estado Novo, para estigmatizá-los como "extremistas". Por outro lado, a propaganda estatal, o crescimento econômico, a legislação trabalhista e, posteriormente, a organização do PTB como um importante canal de participação política, criavam as condições para o surgimento do getulismo como um fenômeno de massas:

> "Eu votei no Getúlio Vargas, sempre que ia votar era só para ele. [...] Ele ficou muito tempo".[190]

> "A primeira votação minha foi Getúlio. [...] Acho que foi pro Getúlio. Porque o Getúlio foi reeleito pra 15 anos presidente. Eu acho que votei nele, já estava trabalhando, já era casado. [...] Era [...]todo mundo do Gegê."[191]

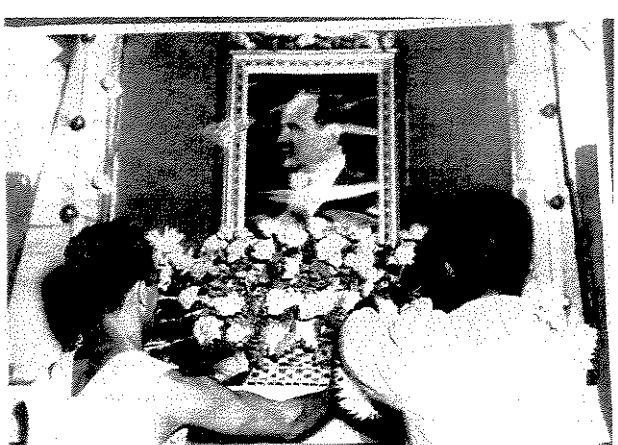


Foto de Getúlio Vargas num "altar". Sindicato dos Metalúrgicos, Estado Novo

> "Era Getúlio e não tinha nada, não queria saber de mais nada, de conversa, diziam que era o pai dos pobres... diziam. [...] Tinha aqueles que diziam: '- Que Getúlio, coisa nenhuma, isso não faz nada pra ninguém'. Quem contenta o povo, né?"[192]

A imagem construída para Vargas se associava, por similaridade, ao papel de provimento de benefícios e manutenção da ordem identificados com o padrão de estrutura familiar e as funções da figura paterna na visão predominante na cultura local:

---

[189] Entrevista de Julieta Batistioli a Francisco Carvalho Júnior, 29/06/90. *Op. Cit.*
[190] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98.
[191] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97.
[192] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.

"Ernesto: - O Getúlio sempre foi uma pessoa muito apreciada aqui na nossa família. Sempre apreciada e sempre um homem de muito valor.

Teodolina: - É nós tínhamos o quadro do Getúlio

Ernesto: - Era um homem respeitado e merecia ser respeitado. Porque naquela época, seu compadre, na semana da Pátria, quem não colocasse uma bandeirazinha na janela era observado... [...]

Teodolina: - Tinha muito mais homenagem."[193]

"O que o pai dizia, né? Os mais velhos [diziam] '- Getúlio, Getúlio...' E pra não melindrar os pais [nós dizíamos]: 'Ah! Então, a gente é Getúlio, também.'"[194]

Este "getulismo popular" porém, parece ser um fenômeno particularmente associado à segunda metade do Estado Novo e, especialmente, à participação no processo eleitoral pós-45. As memórias sobre a revolução de 30, quando mencionadas, são marcadas por um distanciamento muito maior, onde o destaque se refere ao seu impacto no cotidiano local:

"Na revolução do 30, [...] nós trabalhávamos, [...] com chácara de verdura e [...] saíamos com aquelas carroças pro mercado. [...] Então vinham esses soldados à cavalo e encampavam todas as carroças, e os cavalos [...] e levaram tudo embora. E quem tinha um caminhãozinho, o exército levava, [...] A revolução de 30 foi assim, nós morávamos ali na chácara e víamos os trens passarem cheios de soldados." [195]

O grande marco histórico associado a Vargas, portanto, seria a sua própria morte, marcada por forte comoção popular e pela ação coletiva de trabalhadores que se

---

[193] *Idem.*
[194] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99.
[195] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.

apropriavam da autoridade do falecido líder para confrontar seus inimigos reais ou imaginários:

> "E houve muito quebra-quebra no Centro, sabe? Sempre tem esses anarquistas. E a fábrica [Renner], pra se proteger, fechou as portas e mandou os funcionários embora. E a condução faltou em seguida, também. Porque as empresas recolheram os ônibus, também. Então, nesse dia, eu fui a pé até Vila Floresta e tal... Mas, a gente via na rua bolinhos de ti-ti-ti, de conversinhas, e coisa... Uns acreditavam, outros, não."[196]

O mesmo período se caracteriza também pela emergência da grande estrela trabalhista gaúcha, Leonel Brizola:

> "Em seguida que o Getúlio morreu, o Brizola começou a abrir a boca, e coisa e tal..." [197]

Polêmico, Brizola conquistaria grande admiração e sustentação política no distrito industrial de Porto Alegre, pelo seu estilo inflamado, e pela imagem de grande realizador de projetos de interesse público:

> "Eu [...] naquela época era PTB, Brizolista. Nós éramos fanáticos, a família toda. [...] Tinha um comitê também [...] ali na Pernambuco [...] o pai fazia parte. [...]"[198]

> "[O Brizola], ele foi um bom governador. [A Avenida], Assis Brasil foi ele que idealizou. Chamavam ele de louco: '- Onde é que se viu? Fazer uma estrada larga dessa?' E hoje, ela está estreita! Poderia ser o dobro, que não seria demais! E, a Estrada da Produção, [...] hoje elas estão pavimentadas, mas foi obra dele! [...] Ele fundou a Caixa Econômica Estadual e a Aços Finos Piratini."[199]

---

[196] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99.
[197] *Idem*.
[198] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97.
[199] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99.

Nos anos 50, entretanto, a participação eleitoral na região cada se limitava vez menos ao exercício do direito ao voto. Era grande a quantidade de trabalhadores industriais, autônomos e pequenos proprietários que assumiam os papéis de cabos eleitorais, enagajando-se ativamente, em particular nas campanhas de vereadores, com motivações tão variadas quanto relações pessoais, admiração, interesses variados e, inclusive, crenças políticas compartilhadas:

> "Eu fiz a maior campanha, na minha zona, para o Dr. Marino Job Abrahão, [candidato a vereador pelo PTB. [...] Ele era um médico humanitário! Tirava dele pra servir. [...] Ele tinha sido médico da minha falecida irmã, cuidou até os últimos dias dela e não me cobrou nada. Aí, ele pediu ajuda pra campanha dele. Ele se dedicou pra as ilhas. Ele atravessava o Guaíba de barco, à remo, ajudando, em dias de temporal e tudo, pra socorrer eles, lá. E no fim, ele perdeu as eleições lá nas ilhas. Acredita? Aí, ele ficou muito sentido, não é?"[200]

> "O Aloísio, esse era nosso vereador, [...] foi presidente vitalício dos Gondoleiros. O José Aloísio Filho. Ele fora rapaz comigo! [...] Ele era da Associação Católica São Geraldo e da Igreja São Geraldo, lá jogava-se basquete, voleibol, tudo." [201]

Para a grande maioria, essa experiência de participação ativa no processo político se encerraria com o golpe militar 1964:

> "Participava [do comitê do PTB no bairro] até 1964, quando o exército fez revolução contra Jango [dizendo que ele] era comunista. Que Jango comunista, nada! Jango [era um] ricaço![Então] pra mim disse [o vereador] Alberto André [...]: '- O senhor se retira agora da política, porque é perigoso. [..] O senhor é estrangeiro. E então deixei."[202]

---

[200] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[201] *Idem.*
[202] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97.

A enchente de 1941: um marco da memória coletiva

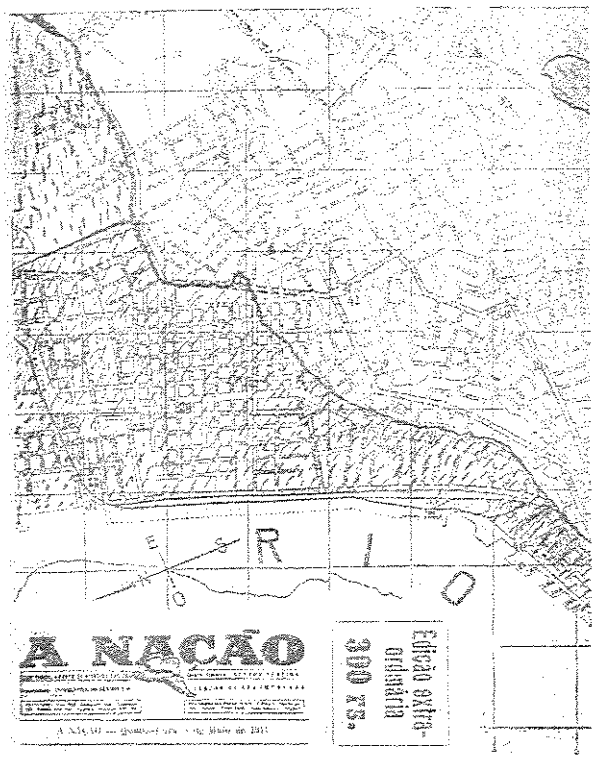
Os vários aspectos analisados anteriormente definem importantes elementos da identidade comum dos trabalhadores e moradores do distrito industrial de Porto Alegre no nosso período de estudo. Porém, nas memórias dos participantes desta comunidade, o relato de um fato, em particular, assume as características de um "mito fundador", servindo como um marco central na estruturação dos relatos: a enchente de 1941. Nas entrevistas realizadas, ou mesmo em contatos preliminares, é comum que a "grande enchente" seja mencionada como sendo praticamente sinônimo de "história do bairro". Como um elemento catalisador, os relatos sobre o episódio parecem articular em uma totalidade integrada vários elementos aparentemente díspares relacionados à definição de uma identidade coletiva própria da população destes bairros, compreendida aqui como expressão de uma configuração histórica particular da classe trabalhadora porto-alegrense.

Não se trata porém, de um produto gerado por gestação espontânea. O estabelecimento da memória da enchente como elemento definidor do caráter do "Quarto Distrito" levou a que a mesma se tornasse objeto de intervenções desencadeadas desde o próprio momento dos acontecimentos, por diferentes atores no plano local, nacional e internacional. Nesse sentido, definimos a memória reproduzida e transmitida sobre o episódio não expressa uma noção de comunidade pré-estabelecida, mas sim o resultado da reelaboração da experiência vivida e de diferentes discursos que, ao interpretá-la, procuram incidir sobre a própria definição do que constitui a "comunidade".

O fato e seus relatos: leituras sobre o caráter de uma comunidade

A ocorrência das inundações no Navegante não era novidade, antes pelo contrário, a periodicidade as tornava quase que rotineiras:

"Você sabe o que nós sofremos muito aqui foi com as enchentes. Nós passamos a enchente de 24, nós peguemos a enchente do 26, nós peguemos a enchente de 28, [...] veio a de 36 aqui na chácara, pegamos a enchente do 41 que tapou quase a casa, foi aonde nós paramos no sótão da [...] Dona Elza."[203]



Detalhe do mapa da cidade indicando a área atingida pela enchente de 1941, com destaque para o Quarto Distrito. *A Nação*, 08/05/41. Anexo a um relatório do Consulado Norte-americano de Porto Alegre.

Não haveria porém como se negar a dimensão extraordinária da cheia de 1941. Afinal, no dia 8 de Maio daquele ano, as águas do Guaíba atingiam o recorde de 4,73 metros acima do nível normal, e assim permaneceriam até o fim do mês.[204] O "Quarto Distrito" por sua vez, ficaria totalmente submerso, com a água se elevando a mais de 2,5 metros na maioria das casas, cobrindo boa parte delas e deixando livres apenas os telhados e sótãos das mais elevadas.

Se a dimensão objetiva deste "grande fato" é inegável, e explica seu impacto na memória coletiva, o significado assumido pelas narrativas que o descrevem resulta por outro lado de um complexo processo de construção e reelaboração. Nestes relatos, transparece toda a ambigüidade que marca a proximidade da comunidade com as águas do rio, vivida ao mesmo tempo como fonte de oportunidades e de riscos.

De uma lado, a própria existência do complexo econômico que definiu a localização dos bairros e possibilitou o desenvolvimento das estratégias sócio-econômicas dos trabalhadores que os povoaram deriva de várias maneiras desta proximidade com o

---

[203] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.

Guaíba.[205] As fábricas se localizaram inicialmente de frente para o amplo cais, através do qual se dava a maior parte da circulação de matérias primas e produtos acabados. A própria navegação fluvial se intensificou como fonte de empregos ou de geração de renda complementar, assim como o eram a pesca e a caça:

> "Eu passei um bocado de trabalho, eu trabalhei de pescador também, [...] vendia muita mercadoria aí pra cima também. Eu e um compadre, nós tínhamos uma gasolina [*barco de carga, N. do A.*] em sociedade [...] Eu ia até a granja Carola até lá... no Esteio, na Charqueada, [...] a gente chegava ali e fazia os pedidos de mercadoria: o cara queria dez caixas de cachaça, dez caixas de vinho, tinha cerveja, e eu vinha, carregava o barco, subia e fazia as minhas entregas. [...] Um tio meu tinha banca no mercado. O peixe que eu pegava, eu dava pra ele levar pro mercado.
>
> [...] Nesta época justamente que eu trabalhava na Renner, às vezes eu mesmo procurava jeito de quebrar o tear [...] numa Sexta-feira, que era para poder viajar, não é? Uma viajem dava quase uma quinzena toda, tinha que trabalhar uma quinzena pra tirar o que eu ganhava em dois dias viajando com a mercadoria.
>
> [...] Aí tava cheio de capivara, um banhado bravo, uma água brava, as capivaras não sei como não morriam ali...uma coisa de louco. [...] Eu comi muita carne [de capivara], é uma maravilha, ela só come capim, é que nem uma vaca, é só capim, não come porcaria nenhuma. [...] Eu tinha um tio que só vivia de caça [...] de capivara, lontra, ratão.. tinha aqueles judeus que [...] pegavam e vendiam o couro de jacaré, couro de capivara, de ratão, lontra.

---

[204] *Boletim Municipal*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Ano III, número 7, volume 4. janeiro a abril de 1941. P. 377. Perkins Library – Duke University, Durham, Estados Unidos.

[205] Voltaremos adiante a este tema, analisando o direcionamento destas estratégias no sentido da limitação dos riscos aos quais a população se encontrava exposta.

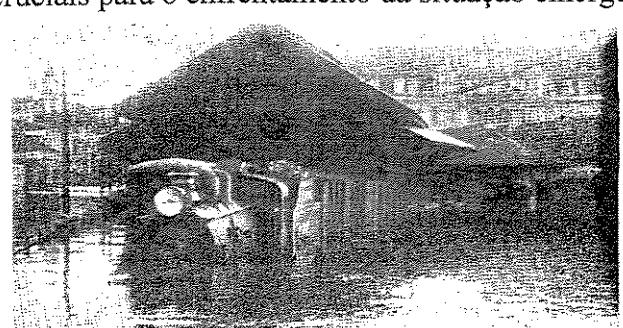
> [...] O que custava mais caro mesmo era a lontra que tem um pelo que é uma maravilha, uma seda, coisa mais linda."[206]

Este papel do rio e de suas águas como provedores de oportunidades de acesso a ganhos ou benefícios extraordinários aparece também de maneira episódica nos próprios relatos sobre a enchente:

> "A Viação Férrea tinha muita madeira, geralmente o que queimava as máquinas, aquilo passava assim, aquelas camadas de madeira, era só a gente abrir um pedaço, como eu abri na frente da minha casa um portão grande e a madeira ia entrando [...] e quando terminou a enchente eu tinha um cerro de lenha."[207]

> "O aeroporto [...] naquela época era tipo uma casa, uma residência, um sobrado. Então o pessoal tinha uns bancos na rua, uns bancos vermelhos. Inclusive os bancos a gente até pegou na enchente."[208]

A convivência com o rio não definia apenas o acesso a recursos e oportunidades, mas de diversos modos afetava outras formas de sociabilidade, como o lazer e o esporte, que assim como a experiência acumulada no passado, gerariam habilidades que seriam cruciais para o enfrentamento da situação emergencial representada pela enchente:



A enchente na Estação Ferroviária de Porto Alegre.

> "Ali ficava o Gerdau, ficava dentro da água mesmo, e o trem passava bem na frente tinha um trapiche ali do Benoni, onde nós ia pescar, nadar, [...] com a gurizada."[209]

> "A gente que se criou nos Navegantes... Não tinha praia, não é? E a gente era nu,

[206] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.
[207] Idem.
[208] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97.
[209] Idem.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

> muitas vezes apanhava, era preso, quando era guri, não tinha nem calção, tirava as cuecas e tudo. Então a gente tomava banho lá. A polícia batia e às vezes ficava com a roupa da gente. A gente mergulhava e eles não pegavam nós, não é?"[210]

> "Eu, [...] já tinha uma certa experiência. [...] Quando vimos a água subir [...] fomos logo comprar madeira. [Eu e o] seu Otto, fizemos um caíque quando a água vinha vindo lá embaixo e quando terminamos já estávamos dentro da água e aquele caíque nos salvou tudo [...]. [O Feijó], criava porcos numa chácara, nós íamos cuidar muito os porcos dele lá e eu um dia ainda peguei um porco de lá, botamos dentro do caíque e matamos o porco em cima do sótão da casa. [...] e aquilo foi indo, e aquela carne e o feijão e mais cachaça... Olha, passamos e não houve nada. Nós tinha muita galinha na chácara e aquelas galinha botei tudo em cima de um sótão que nós tinha no galpão e vinha muita madeira da estrada de ferro que a água levantou, madeira da estrada de ferro, que usava pras máquinas pra esquentar as máquina e aquilo veio tudo e parou. Então eu [...] tinha que mergulhar a madeira pra entrar por baixo da porta, porque a água tapou a porta, e aquela madeira submergia e as galinhas andavam por cima. Não faltava água, comida e não morreu uma galinha. De vez em quando, se precisava de uma galinha ou duas pra comer, ia ali e pegava a galinha e ia se defendendo, graças a Deus."[211]

Esta ênfase na capacidade de enfrentar e superar uma situação de calamidade tende a ser predominante na maioria dos relatos sobre a enchente, em particular nas falas masculinas, onde aparecem em destaque a tomada de medidas de precaução, em função da experiência com as cheias anteriores, e as habilidade, como a de construir uma embarcação simples e a de nadar com desenvoltura. Outro elemento que é salientado como fornecendo condições para lidar com a enchente é a disponibilidade de alimento *in natura* (galinhas,

---

[210] Entrevista com Armando Pinheiro, 27/07/99.
[211] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.

porcos,...) derivada de uma estratégia sócio-econômica familiar que combinava o emprego industrial com pequenos negócios urbanos e rurais.

Portanto, em primeiro plano encontramos a narrativa da façanha representada pela superação de condições tão adversas com base em recursos simples e nas capacidades desenvolvidas a partir da grande adaptação ao meio, do voluntarismo e da criatividade. A dimensão das perdas sofridas, por outro lado, tende a aparecer de modo fragmentado ou a ser minimizada em função do trabalho de reconstrução e recuperação posterior.

O fato porém é que, assim como trazia oportunidades, a proximidade com o rio expunha os moradores a uma série de riscos, e as enchentes representavam a situação em que estes riscos se materializavam de uma forma extrema. Podemos perceber uma certa inflexão a esse respeito em algumas falas femininas, onde a dimensão dos infortúnios associados ao contato com o rio assume um maior destaque:

> "[O meu marido, Fortunato,] foi verdureiro muito tempo, até [...] que, na enchente de 41, a carrocinha dele quebrou toda. E ele tinha muito fiado na rua [...]. Essa enchente que desmanchou a nossa casa, também arrebentou com a carroça dele."[212]

> "Meu pai [...] perdeu dois filhos numa noite com sarampo recolhido. [...] Depois [...] o mais velho que morreu com 15 anos, [...] ele foi trabalhar na padaria junto com a mãe e ele ficou assim meio cansado, suado e foi tomar banho no rio, era no rio que se tomava banho ainda e ganhou aquela febre, febre, febre, e morreu.

> Meu marido, [...] a família dele era da Itália, [...] tiveram granja muito tempo, o pai dele tinha antes de casar. Depois começou aquelas enchentes aqui, enchente uma atrás da outra. O velho fez uma boa planta [...] e veio uma chuvarada, veio aquela chuva, uma enchente. Deu água até no telhado aqui no Navegantes, perdeu tudo [...]

---

[212] Entrevista de Julieta Batistioli a Francisco Carvalho Júnior, 29/06/90. *Op. Cit.*

> [...] Teve muita gente doente, báh... A gente ficou arrasado quando começou a enchente grande. A gente dizia enchente grande porque nunca tinha visto uma enchente assim."[213]

Eventualmente, alguns homens também se referem, de passagem, às conseqüências negativas da enchente:

> "Nós perdemos [muita coisa], a casa não era nossa, mas os assoalhos tudo ficavam assim que nem lombo de camelo. A gente não tinha muita coisa mesmo... Provocou [muita doença]. O pessoal tomava a água, largava um cordão com uma latinha, ou uma caneca e pegava aquela água. Alguns ferviam, e tudo, não tinha água, mais nada, então ferviam e usavam aquelas águas para tudo..."[214]

> "Doença em criança teve muita, porque as friagens, até que vai secar tudo. Era uma calamidade! Esse Navegantes, aqui era tudo aquelas pedrinhas na rua, não tinha calçamento, não tinha nada, então aquilo pra recuperar custou uma barbaridade."[215]

Apesar da existência destas falas que reconhecem ou até mesmo destacam a dimensão da fragilidade da comunidade diante dos perigos trazidos pelas águas, a visão predominante nos relatos é a de uma situação que foi enfrentada e superada com sucesso, a partir de verdadeiras proezas, protagonizadas invariavelmente por homens:

> "Ernesto: - As mulheres dormiam no sótão em cima e tinha um girau que a água faltava um tanto assim pra nos pegar. Ali paravam os homens.

---

[213] Entrevista com Suely Galinatti, 17/10/98.
[214] Entrevista com Armando Pinheiro, 27/07/99.
[215] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95. Embora reconhecendo, após ser perguntado explicitamente a respeito, que a enchente provocou doenças, Salvador tende a minimizar o problema, restringindo-o às crianças e apontando como causa a "friagem", ou seja ao contato com a umidade e o frio. Aparentemente, porém, o problema de saúde mais grave derivado da enchente foi o surto de espiroquetose, que ficou conhecida popularmente como a "doença do rato". Dos 67 casos e 5 óbitos notificados, a maior incidência foi registrada em homens (43 casos contra 2 em mulheres, dos casos em que há registro de sexo) e na faixa etária de 20 a 50 anos (27 dos 45 casos em que há registro de idade). Cfe: *Boletim Municipal.* Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Ano III, número 7, volume 4. janeiro a abril de 1941. Pp. 370-374.

Teodolina: - [...] Olha parece mentira que Deus ajuda, sempre dá um jeito, e seu Otto tinha umas tábua lá em cima naquele girau e eles [...] fizeram um soalho de cima da cumeeira, [...] um sótão de um galpão e cada qual que pode se recolher com seu colchão com cobertas com tudo que se pode tirar. Mas nós tinha muita sorte porque o Ernesto tinha caíque e com o Arno, trabalhavam que nem uns cavalos, um dia transportavam as coisas de uma casa no outro da outra e assim foram indo.

Ernesto: - Era gente pedindo socorro pra tudo que era lado, galinhas, cachorros, botavam em cima do telhado das casas e depois iam embora [...]. Uma vez [...] o falecido Feijó e o falecido Otto saíram. Não sei de que jeito, eu encontrei eles aqui na esquina da [Estrada Dona] Teodora com a [Rua] Pernambuco com a água por aqui [*aponta para a linha da cintura*]. A água ia levando eles, [...] ia morrer os dois [...], mas conseguimos e não houve nada."[216]

"De noite se ouvia os gritos, [...] socorro, socorro... A gente tinha que ir lá, né? [...] A gente nadava bem, então [...] não tinha dificuldade nenhuma de salvar, ir lá salvar galinha, um bicho nadando, se atirava... A água era funda na enchente, não é, e nós tirava, pra socorrer um ou outro. Tu vês, a água podre, vinha de tudo, não é?"[217]

A ênfase na força e na engenhosidade masculinas vencendo as adversidades de um meio ao mesmo tempo generoso em recursos, mas hostil e perigoso, dá o tom dominante no modo como os habitantes do "Quarto Distrito" contam as sua memórias da grande enchente. Esta imagem reflete o modo como se definiam as relações de gênero no seio da comunidade, seja no interior das famílias ou nas redes de vizinhança. Ao reforçar a divisão de papéis e a importância da iniciativa dos homens na defesa das famílias, este imaginário aproxima a figura masculina da visão construída e difundida na região sobre o

---

[216] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[217] Entrevista com Armando Pinheiro, 27/07/99.

espírito aventureiro e desbravador dos "capitães de indústria", e seu papel paternal como provedores de empregos e benefícios à comunidade.

Esta identificação subjacente vincula-se de uma lado aos papéis atribuídos a homens e mulheres nas estratégias familiares predominantes, conforme vimos no item anterior. Por outro lado, a similaridade estabelecida no plano do imaginário entre esta capacidade de reação heróica e os valores defendidos pelas empresas foi objeto de um dedicado processo de elaboração e difusão de uma "memória oficial" sobre a enchente, a partir das falas institucionais de diferentes atores envolvidos direta e indiretamente na política e na sociedade locais.

Construção da memória e estratégias sócio-políticas: a enchente na voz de outros atores

Já no momento imediatamente posterior à enchente, grandes empresas locais começaram a apresentar sua visão sobre o ocorrido. Para a "Viação Aérea Rio Grandense – VARIG", a cheia teria representado:

> "... o tributo que precisamos pagar à catástrofe, que submeteu a uma dura prova o material de vôo da companhia e a capacidade de resistência moral e física de nossos companheiros.
>
> Tanto o material quanto os funcionários mostraram-se, porém, à altura dessas circunstâncias extraordinárias."[218]

Já a indústria do vestuário A. J. Renner, maior fábrica do estado, ao organizar em 1946 um "pequeno manual dos empregados", julgava necessários incluir, ao lado de itens sobre "eficiência", "zelo profissional", "qualidade" e "cooperação", uma referência aos "acontecimentos que entraram para a história da organização", destacando que:

> "Não são poucos os estabelecimentos que durante seus longos anos de existência tiveram de assinalar acontecimentos e episódios trágicos. Também na história das Indústrias Renner, há a registrar acontecimentos

---

[218] S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense – VARIG. Boletim Informativo, n. 158 de 21/06/1941. Fl. 01. Arquivo Oswaldo Aranha, Código OA 40.02.03. Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, daqui em diante, Cpdoc.

> deploráveis como as enchentes de 1928, 1936 e 1941, esta última de proporções extraordinárias [...]
>
> A todos a enchente atingiu com igual intensidade, criando embaraços enormes para a empresa e situações difíceis que puseram a prova o espírito de sacrifício, despreendimento e lealdade de muitos empregados – encarregados de seções e operários –, que permaneceram nas fábricas prestando auxílio valioso durante os dias de comum perigo."[219]

As narrativas empresariais sobre a enchente postularam portanto, desde logo, que este evento marcante teria revelado e colocado à prova o caráter e a capacidade dos trabalhadores locais. Na visão das companhias, o valor por eles demonstrado teria se expressado na defesa do patrimônio e do serviço das mesmas, irmanando os interesses do capital e do trabalho.

Uma publicação local, em 1943, desenvolveria este vínculo de forma bastante sistemática. Analisando o desenvolvimento do Navegantes desde suas origens, o texto enfatiza que, já em 1916, "a fábrica Renner passara a constituir o coração do bairro comunicando vida às suas artérias e renovando-as". Esta organicidade entre empresa, bairro e os seus habitantes, levaria a que estes fossem beneficiados pelo civismo dos "nossos industriais", que deparando-se com as demandas por aterro, pavimentação, fornecimento de eletricidade e outros benefícios da urbanização de que os moradores/trabalhadores careciam, teriam se "adianta(do) aos poderes públicos na resolução destes problemas". Este espírito público teria sido demonstrado particularmente pela Renner, que "com mais de 2.000 operários, ganha em população a dezenas de cidades riograndenses".[220]

Portanto, é natural que após enumerar os benefícios oferecidos pela empresa, através da Caixa Beneficente dos Empregados, do refeitório e da creche, do Grêmio Esportivo, assim como a generosidade demonstrada na cessão dos terrenos ao Grupo Escolar 1° de Maio, a um Centro de Saúde e à escola profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o autor se dedicasse a descrever a atitude de

---

[219] *Pequeno manual dos empregados.* A. J. Renner, Indústria do Vestuário. Porto Alegre, 1946. Pp. 51-52.
[220] "Contribuição para a história do bairro fabril de Porto Alegre". *Op. Cit.* Pp. 18-20

reciprocidade dos trabalhadores na defesa do patrimônio fabril. O relato da enchente, embora apresentado como parte da história do bairro, baseia-se num folheto editado pela Renner, e limita-se ao seu impacto na empresa. Resgatando os prejuízos causados pela enchente de 1928 e as providências decorrentes, com "custosas obras de resguardo" e elevação do nível dos pisos, que limitaram o impacto da enchente de 1936, destacam-se as proporções catastróficas de 1941, quando:

> "Não adiantou a tarefa hercúlea de transformar uma área de 20.000 metros quadrados em compartimentos estanques. Se resistiram os diques e as paredes, cumprindo a sua missão, não o pode fazer o solo minado pela terrível força da água. E na noite de 3 [de Maio de 1941], pela madrugada, partiu-se num estrondo o piso de concreto dos escritórios centrais e em violento jato o terrível elemento começou a tudo invadir. Heroicamente, grande parte do operariado e empregados, abandonando seus interesses particulares e suas famílias, lutou ainda para salvar o que fosse possível da fúria das águas. Tudo inútil, porém. A água num ritmo incrível continuava a crescer. Atingiu a 2,44 metros em alguns departamentos, [...] das portas e portões, apenas emergiam uns dois palmos. Desse modo, não só matérias primas preciosas e insubstituíveis enquanto durar a guerra, mas máquinas delicadíssimas, motores elétricos em número de 520 que tantos foram os que não puderam ser retirados de seus lugares, milhares de peças de fazenda, tudo ficou debaixo d'água.
>
> [...] As indústrias do bairro renasceram porém desse novo dilúvio e lá estão trabalhando os seus milhares de operários, colmeia imensa e incansável cujo trabalho assegurou a reconstrução também de seus lares desfeitos pela catástrofe tremenda"[221]

---

[221] *Idem*. Pp. 21-22. O próprio poder público municipal no seu principal informe sobre a enchente tendeu a dimensionar o seu impacto prioritariamente em termos dos prejuízos materiais ("matérias primas", mercadorias e maquinário) causados ao capital comercial (43.646:262$670) e industrial (18.274:775$000). Apenas no informe sobre a epidemia de espiroquetose, encontra-se de passagem o número de desabrigados, calculado entre 30 e 40 mil pessoas. Cfe: *Boletim Municipal*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Ano III, número 7, volume 4. janeiro a abril de 1941. Pp. 369-370.

Conforme verificamos no item anterior, essa imagem dos trabalhadores "abandonando seus interesses particulares e suas famílias" para defender o patrimônio das empresas dificilmente encontraria respaldo na sua memória coletiva dos moradores do bairro. Ao contrário, os prejuízos das fábricas tendem a ser colocados em segundo plano, à medida que estas mesmo durante a enchente continuaram em certa medida a cumprir o papel que era delas esperado, ou seja, proporcionar emprego e, com ele, algum rendimento monetário:

> "[...] eu até me arrependi por que eu não fiquei trabalhando [...], ali na fábrica Renner podia ficar trabalhando porque lá pra cima tem dois andares. [...] Aquelas fazendas que molhou tudo embaixo tinha que esticar lá em cima pra secar, então ficou muita gente trabalhando e eu podia ter ficado trabalhando lá uns 15, 20 dias mas [...] fiquei em casa sem fazer nada, [...] ilhado, sem ganhar nada."[222]

> "Para os trabalhadores não [causou muito transtorno], porque eles eram aproveitados [...] em grande parte. Por exemplo, as indústrias aproveitaram lá a [Avenida] D. Pedro II, na parte alta, pra colocar as matérias primas que tinham sido atingidas, [...] pela água, [...] o produto já acabado, e teve indústria que colocou grandes barcos. A Arrozeira Brasileira colocou um lanchão [...]grande pra dar proteção e botar ali o que dava, e levantar o que dava através de armações."[223]

Por outro lado, há de fato uma forte identificação com a imagem empreendedora do empresariado, no que diz respeito ao discurso de enfrentamento e superação autônoma dos prejuízos. Esta identificação contribuiu para realimentar a ascendência moral de alguns líderes empresarias paternalistas, como A. J. Renner, que já ocupava um papel lendário como exemplo de "bom patrão", capaz de respeitar a dignidade do trabalhador e assumir responsabilidades para com a comunidade. Para Abrelino de Freitas, à época presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Porto Alegre, a reação

---

[222] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.
[223] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.

aos prejuízos provocados demonstraria a diferença qualitativa entre os industriais do período e os atuais:

> "As indústrias tiveram muito prejuízo, mas naquela época os industriais [...] tinham outra formação. Eles iam depois, através da produção, tirar, buscar recuperar o prejuízo, não descarregavam no trabalhador, nem andavam piranhando no governo. Eles iam trabalhar, trabalhar pra recuperar o perdido. Havia um outro espírito, um espírito mais sadio, mais produtivo, mais sensato. [...] Tinha que trabalhar, produzir pra recuperar aquele prejuízo, porque aquilo foi um fenômeno. Culpar quem? Que nem hoje estão culpando o governo por causa da seca? O que tem o governo com a seca, filho? [...] Naquelas épocas não tinha nada disso. Também não tinha financiamento, a pessoa trabalhava , produzia, recuperava os prejuízos [...]. Passava aquilo lá, enxugava, secava o lodo lá [...],saía a murrinha dos lagos, ficava tudo seco, as máquinas já tudo trabalhando, azeitadinhas, normalmente, uma maravilha, né?"[224]

Se a gravidade dos prejuízos materiais tende a ser minimizada em muitos relatos pela ênfase voluntarista na capacidade de superação, um elemento subjacente que perpassa boa parte dos discursos é o da solidariedade como base crucial para esta reação. Num plano mais elementar, encontramos a solidariedade nas redes de ajuda mútua entre a vizinhança, expandindo-se para além dos limites da defesa da família e diluindo as noções de privacidade do núcleo familiar:

> " Nós estávamos ali, [no sótão da casa mais alta da rua, por mais de 20 dias] a família do Otto, nossa família, 2, a família do Friga, 3, a família do Feijó, 4 e a família do [...] João [...], 5 famílias. [...] Eram 44 pessoas."[225]

> "Nós fomos todos ressarcidos, [...] em roupas, em gêneros, em alimentos, não faltou nada [...] havia muita doação, foram muito bem assistidos. Eu

---

[224] *Idem.*
[225] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.

> trabalhei muito nisso, doando, entregando 'rancho', [...] a gente pegava uns caminhões de carga e ia levar gênero para estas famílias."[226]

Esta solidariedade mútua local era o primeiro elo de uma cadeia que viria a situar os moradores do "Quarto Distrito", enquanto vítimas da enchente, com destaque no processo de fortalecimento da idéia de comunidade nacional e mesmo, dado o contexto da guerra, para inseri-los como objeto de ações visando fortalecer o processo de redefinição das relações internacionais do Brasil.

Um dos grandes arquitetos políticos da era Vargas, Oswaldo Aranha, dedicava a maior parte do seu tempo, ao longo de 1941, ao trabalho em favor de uma progressiva aproximação brasileira com os Estados Unidos e da definição de um posicionamento pró-aliado na guerra que cada vez mais ganhava contornos mundiais. Ao lado desta agenda estratégica, Aranha abriu, porém, espaço para se dedicar pessoalmente à coordenação de esforços de assistência às vítimas das enchentes no sul do país, acompanhando o trabalho desenvolvido pela "Sociedade Sul-riograndense", na coordenação do recebimento e na organização da distribuição de donativos aos flagelados.[227]

A correspondência de Aranha revela uma grande repercussão nacional e internacional da enchente, com manifestações de solidariedade de indivíduos e empresas de várias partes do país, de organismos governamentais de países estrangeiros, como a Embaixada do Japão, e das Cruzes Vermelhas da Alemanha e dos Estados Unidos. Esta última, em particular, desencadeou uma operação de grande envergadura no atendimento aos atingidos pela cheia. Para além de sentimentos humanitários, a correspondência diplomática deixa claro que, na visão norte-americana, esta era uma oportunidade chave para reverter o sentimento pró-eixo entre os membros da colônia teuto-brasileira do sul do Brasil, e mesmo entre o conjunto da população local, que se avaliava estar sob forte influência germânica, em função da proeminência sócio-econômica daquela colônia.

Já no início da enchente, o cônsul norte-americano julgava pertinente alertar a própria Secretaria de Estado, em Washington, sobre as dimensões do acontecimento e seus possíveis desdobramentos:

---

[226] Entrevista com Armando Pinheiro, 27/07/99.
[227] Cfe: Arquivo Oswaldo Aranha. Cpdoc. Código: OA 40.02.03, Rolo 17, 0549.

"Na última noite, as águas da enchente nas ruas de Porto Alegre subiram várias polegadas, alcançando edifícios não atingidos previamente, incluindo os escritórios da Pan-Air do Brasil. (É agora praticamente impossível chegar ao aeroporto, e o serviço aéreo de hoje deve ser o último). Os interruptores da companhia local de luz e força estão sob água desde as 6 horas da última noite, e nenhuma corrente elétrica pode ser fornecida até que as águas desçam ao menos oito polegadas.[...] Com a ausência de corrente elétrica, os bondes e outros serviços dependentes da companhia elétrica para o fornecimento de força cessaram de funcionar. A companhia de telefone está continuando a oferecer um serviço restrito [...] Nenhum jornal diário apareceu hoje.

[...] O número de sem-teto está crescendo, e sua situação é no geral miserável, não obstante todos os esforços das organizações de auxílio em ajudá-los. Há uma escassez de comida, roupas e aquecimento, e uma completa falta de água potável, com exceção da água da enchente, que é fervida e filtrada. O clima tornou-se claro e ensolarado em Porto Alegre, mas muito mais frio. Os sem-teto estão sendo alojados principalmente em escolas e abrigos improvisados, onde condições sanitárias próprias não podem ser obtidas. Tem havido algumas mortes por afogamento e exposição, mas o governo não fez nenhum anúncio a fim de manter a moral pública. De qualquer modo, o número de mortes provavelmente não é muito grande.

Teme-se um surto de febre tifóide, e as autoridades sanitárias colocaram grandes placas na cidade, explicando a natureza e as causas da enfermidade e medidas preventivas que devem ser tomadas pela população. A inoculação não é mencionada nestes avisos, provavelmente por causa da dimensão do perigo e da manifesta impossibilidade de inocular a todos. A interrupção do

> fornecimento de água da cidade está começando a se constituir como o aspecto provavelmente mais sério da situação."[228]

Para manter um acompanhamento mais preciso da situação por parte de Washington, dois dias depois, um mapa mostrando as porções da cidade atingidas pelas águas seria anexado a um novo relatório, contendo informações mais detalhadas:

> "[...] A porção fortemente alagada do norte (parte de baixo do mapa) cobre a seção industrial da cidade e os distritos residenciais dos trabalhadores fabris.; [...] Chamamos a atenção do Departamento especialmente para a Avenida Farrapos, uma avenida moderna e ampla, rigorosamente de primeira classe, correndo de norte a sul na área fortemente alagada. Essa avenida tinha sido aberta ao tráfego apenas uns poucos meses atrás, e embora esteja agora quase toda sob as águas, ela serviu como a principal artéria, antes que a cheia atingisse o seu pico, para a evacuação de milhares de pessoas encurraladas no distrito do Navegantes."[229]

O caráter estratégico da ação "humanitária" norte-americana que viria a se seguir pode ser identificado pelo fato do relatório consular acima ter sido arquivado tendo a ele anexado uma pequena nota produzida pelo serviço de inteligência:

> "A Cruz Vermelha anuncia que por causa da ameaça de epidemias nas áreas atingidas pelas enchentes em torno de Porto Alegre, Brasil, onde a subida do rio Guaíba forçou 50.000 a abandonar suas casas, está fazendo planos para a imediata remessa aérea de U$ 5.000 de vacinas para ajudar a Cruz Vermelha brasileira no trabalho de auxílio. Em acréscimo, a Cuz Vermelha remeteu

---

[228] Daniel M. Braddock, Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Porto Alegre, ao Secretário de Estado, Washington. "Floods in Rio Grande do Sul". Porto Alegre, 07 de Maio de 1941. Pp. 1-2. Departamento de Estado, NARA.

[229] Daniel M. Braddock, Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Porto Alegre, ao Secretário de Estado, "Floods in Rio Grande do Sul". Porto Alegre, 09 de Maio de 1941. Pp. 1-2. Departamento de Estado, NARA.

por telegrama U$ 5.000 em dinheiro para ajudar com trabalho de emergência entre os desabrigados."[230]

Enquanto as providências eram tomadas nos Estados Unidos para desencadear o envio do auxílio, o cônsul norte-americano em Porto Alegre comunicava ao Interventor Federal, Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias

> "meu pesar e o de meu Governo, pela calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul. Quero ainda expressar a V. Exa. minha admiração pelo trabalho eficiente da organização oficial de auxílio às vítimas, assim como também pelo espírito e elevada moral demonstrados pelo povo porto-alegrense, o que tive ampla oportunidade de observar.
>
> Desde o dia 5 do corrente procurei informar continuamente o Governo dos Estados Unidos e a Embaixada Americana no Rio de Janeiro, por todos os meios de comunicação possíveis, sobre a situação, sabendo que uma vez conhecidas as proporções do desastre nos Estados Unidos, não deixaria de se verificar pronta solidariedade do povo americano."[231]



Nomes de ruas do Navegantes, marcas da Segunda Guerra no cotidiano até hoje.

A resposta de Cordeiro de Farias demonstra que o nexo entre solidariedade e identidade estabelecia-se prontamente também no que dizia respeito às relações internacionais num cenário marcado pela guerra:

"É difícil transmitir-lhe, nos termos de uma comunicação oficial, o sentimento da mais

---

[230] *Idem*. Nota anexada com o carimbo "Informação de inteligência [...] incorporada ao dossiê [...] 02/04/1944".

[231] Daniel M. Braddock, Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Porto Alegre, ao Exmo. Snr. Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias. Porto Alegre, 15 de Maio de 1941. P. 1. NARA.

> profunda gratidão de que o Governo e o povo rio-grandense ficaram possuídos ante a comovedora manifestação de solidariedade que reflete os magnânimos donativos da Cruz Vermelha Norte-americana.
>
> Tais ofertas às vítimas da enchente demonstram, Senhor Cônsul, que os ideais de cooperação continental deixam já de constituir mero anhelos retóricos para objetivarem-se em provas tangíveis de fraternidade americana, de que se fez paladino o insigne Presidente Roosevelt."[232]

Esta conjuntura compõe o pano de fundo sobre o qual foram construídas as narrativas a respeito da enchente e explica ao menos parcialmente a idéia de que ela possuiria um papel revelador na definição do caráter desta comunidade. Em 1941 convergiam no cenário político nacional, de um lado, o desencadeamento do processo de alinhamento do Brasil com os aliados, de outro, os primeiros esboços de uma política mais ativa por parte do Estado Novo na construção da imagem positiva do "trabalhador nacional" como cidadão.[233] Numa comunidade criada em torno de um complexo fabril cuja propriedade era na sua imensa maioria de teuto-brasileiros, esta dupla inflexão teria sem dúvida um grande impacto.

De um lado, a proibição do uso da língua alemã, da circulação de jornais e outros impressos nela escritos, assim como a "nacionalização" de associações das mais variadas naturezas, concluiriam de forma violenta o processo de diluição das fronteiras

---

[232] Governo do Estado do Rio Grande do Sul a Daniel M. Braddock, Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte em Porto Alegre. Porto Alegre, 17 de Maio de 1941. P. 1. NARA. Reproduzida em "A gratidão do Rio Grande ante a comovedora manifestação de solidariedade norte-americana". *Jornal do Estado,* 19/05/41. P. 1. O Dossiê consular a respeito inclui ainda a reprodução de outras matérias de jornal: "Dez aviões da Cruz Vermelha dos Estados Unidos a caminho de Porto Alegre. Trarão auxílio no valor de 10.000 dólares para as vítimas das enchentes. Soros e vacinas em quantidade". *A Nação.* 15/05/41. "O auxílio da Cruz Vermelha Norte-americana. Um avião de bombardeio dos EE.UU. conduz material sanitário para os flagelados pela enchente". *Correio do Povo.* 16/05/41. "O socorro da Cruz Vermelha Norte-americana aos flagelados das enchente. 5.000 dólares entregues pelo embaixador Caffery ao ministro Oswaldo Aranha". *Jornal do Estado,* 15/05/41. P. 1. Vale lembrar que a avenida mais tradicional do bairro Navegantes teve o seu nome alterado de Av. Eduardo (em homenagem a um dos antigos proprietários das terras onde o mesmo se estabeleceu) para Av. Presidente Roosevelt. Do mesmo modo, a antiga Av. Germânia foi renomeada posteriormente Cairú, em homenagem a um dos navios torpedeados pelo alemães na costa brasileira, e a Av. Itália teve seu nome alterado para Av. Arabutã, outra das embarcações afundadas. O contrário ocorreria em relação ao país de origem da terceira maior colônia de imigrantes da região, vítima da agressão do Eixo. As Avenidas Fábrica e Industrial tiveram seus nomes alterados respectivamente para Avenida Polônia e Rua 3 de maio (data cívica polonesa). Cfe: Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99.

étnicas que, sob hegemonia alemã, haviam estruturado a sociabilidade dos bairros industriais de Porto Alegre até o momento. É verdade que um amplo espaço de convivência e integração inter-étnica já existia no trabalho, em espaços de lazer, na vizinhança, e na própria participação em movimentos políticos (como comunismo e integralismo) ou instituições de base classista, como os sindicatos.

Porém, o fortalecimento do sentimento de solidariedade de base territorial, a partir do enfrentamento comum da "catástrofe" representada pela enchente, foi vivenciado em um momento particularmente decisivo para a definição da identidade de "trabalhador nacional". Isto é especialmente verdade para os segmentos da comunidade que, no contexto de acirramento das relações internacionais que caracterizava o período, chegaram a ser vista como potenciais "quisto étnico".

Reelaborada e narrada pelos moradores do bairro, a enchente de 1941 passaria a encabeçar uma memória coletiva composta também por outras referências explicitamente políticas, como: "...quando eles mataram Getúlio Vargas"; "...nos tempos do Brizola"; "...quando os alemães afundaram os navios brasileiros". Percebemos assim que, falando de características e lealdades locais, a narrativa sobre a enchente possui um importante papel no auto-reconhecimento da comunidade como um ator coletivo. Embora permeado por uma grande diversidade e mesmo por contradições internas, o "Quarto Distrito" possuía interesses, valores, códigos de conduta e uma história comuns, e com base neles viria a assumir, particularmente no cenário do pós-45, o seu espaço no jogo político local de forma bastante ativa.

A memória dos moradores do "Quarto Distrito", ao estabelecer a enchente de 1941 como marco central na história local, assume um papel central no desenvolvimento de um discurso sobre o caráter da comunidade e sua trajetória histórica, que transparece na seleção e enunciação das narrativas sobre a reação coletiva a esta situação de calamidade.

Nesses relatos, a enchente aparece como uma expressão extrema da onipresença do rio, elemento definidor da própria existência da comunidade e de suas características particulares. Como condição fundamental para a constituição do complexo industrial que se desenvolveu em Porto Alegre no período, as águas do Guaíba se constituíam para estes

---

[233] Castro Gomes, Angela de. *A invenção do trabalhismo. Op. Cit.* Cap. V.

trabalhadores em fonte permanente de oportunidades e de riscos. O tom predominante da história destes bairros, na voz de seus moradores, está marcado pela capacidade de superação de grandes adversidades, sendo a reconstrução posterior à enchente o maior exemplo disso.

Este otimismo coaduna-se com a dinâmica sócio-econômica predominante no período. Da década de 20 à década de 50, o crescimento industrial e a diversificação da atividade econômica na cidade criaram não apenas uma situação próxima ao pleno emprego, como também amplas perspectivas de ascensão social, através do deslocamento da geração subsequente, ou até em uma mesma geração, para funções administrativas ou postos de trabalho como operários de alta especialização. Pequenos negócios autônomos também foram desenvolvidos de forma transitória ou permanente como parte das estratégias familiares.

Porem, se as águas do Guaíba eram fonte de abundância, e o tom predominante nos relatos sobre a enchente é o da capacidade de superação dos infortúnios, ela por outro lado vinha lembrar mesmo àqueles em processo de ascensão social de que os riscos a que o conjunto dos trabalhadores/moradores do bairro estavam expostos definiam uma situação comum, e exigiam ação coletiva. Ao identificar esta exposição à insegurança estrutural do capitalismo como base para o processo de formação de classe, Savage aponta que:

> "A remoção dos meios de subsistência dos trabalhadores no capitalismo significa que eles são forçados a achar estratégias para lidar com a insegurança crônica da vida cotidiana, que decorre do fato de serem incapazes de se reproduzirem autonomamente e sem recurso a outras agências."[234]

Para Levi, estas estratégias podem envolver o uso flexível de múltiplos recursos materiais (propriedade, assalariamento,...) e imateriais (prestígio, códigos de reciprocidade,...) na busca por colocar o maior número possível de fatores de risco sob

---

[234] Savage, Mike. "Class and labour history". Paper prepared for Conference on '*The state of labour and working class history in Europe*'. Fevereiro de 1997. P. 6.

controle. A coesão comunitária, assim, seria mantida pela negociação entre objetivos estratégicos variados, próprios a diferentes classes sociais.[235]

Se a exposição recorrente às cheias fortalecia o senso de identidade entre os moradores do "Quarto Distrito", relativizavam ao mesmo tempo o quanto estes compartilhavam de um senso de comunidade com os empresários que tinham ali constituído o seu capital. Para os primeiros, a enchente significava risco de vida e a invasão da força destrutiva das águas no próprio espaço da sua privacidade familiar. Nos seus relatos sobre o ocorrido, as empresas buscaram não apenas eqüivaler sua perda de patrimônio com o flagelo que se abatia sobre os trabalhadores, mas canalizar a memória da resistência heróica à situação para uma suposta reciprocidade prioritária dos empregados para com seus patrões.

Por um lado, podemos dizer que os relatos dos moradores reproduzem parcialmente os elementos de identificação com o paternalismo empresarial e estatal. Ao desenvolver o mito heróico do voluntarismo masculino na prevenção e no enfrentamento das incertezas do mundo exterior, realimentava-se a similaridade entre o patrão como pai na fábrica e o pai como patrão na família, ambos provendo e protegendo mulheres e crianças que tendem a desaparecer nos relatos como sujeitos históricos.

Por outro lado, porém, a memória dos moradores/trabalhadores processa diversos deslocamentos frente às versões institucionais sobre a história do acontecimento oferecidas pelo capital e pelo poder público. Estes deslocamentos os diferenciam claramente como um sujeito coletivo com características, interesses e valores peculiares, inassimiláveis à lógica do capital. As habilidades particulares utilizadas para enfrentar a enchente (nado, pesca, construção de barcos,...) decorriam das práticas de lazer ligadas à proximidade entre o rio e o local de moradia, ou ainda da burla à disciplina industrial e à dependência econômica da fábrica.

Se os relatos relativizam as perdas e danos causados pelas cheias, podemos aí identificar a recusa à vitimização, que de um certo modo se constitui em condição para a preservação da noção de autonomia. Ao invés de flagelados dependentes de auxílio, os relatos dos moradores do "Quarto Distrito" os representam como sujeitos da própria luta

---

[235] Levi, Giovanni. *Inherited power. Op. Cit.* Pp. 44, 80-81, 174.

contra as águas e as dificuldades por elas trazidas. As relações de vizinhança tendem a aparecer como espaço privilegiado de constituição deste sujeito coletivo. Não há necessariamente uma confrontação aberta com o capital, cuja ascendência moral se mantém. Mas a noção de uma comunidade totalmente "irmanada" e homogênea entre capital e trabalho, materializada no espaço da fábrica de acordo com as versões oficiais empresariais, também não se afirma diante da prioridade absoluta da defesa da família e da rede de solidariedade tecida a partir da vizinhança.

A memória destes trabalhadores, com o papel de destaque ocupado pelas estórias da enchente de 1941, não nos apresenta uma visão classista clássica, que explicite a idéia de confrontação de interesses com o capital. Por outro lado, o peso da base territorial como elemento definidor de uma identidade coletiva (que se consolida na difusão do uso do termo "Quarto Distrito"), reforça a identificação entre aqueles que dependem da moradia neste local, e portanto da exposição comum aos riscos nele presentes, como base das suas estratégias sócio-econômicas. É interessante notar, nesse sentido, que as narrativas não enfatizam tanto o aspecto quantitativo das perdas materiais quanto os valores e capacidades revelados nesta situação-limite.

Na conjuntura de 1941, os trabalhadores porto-alegrenses, vitimados por uma situação de grave calamidade, por um lado assumiram em suas próprias mãos a defesa de suas vidas e propriedades. Por outro lado, foram beneficiários de auxílios de origem nacional e internacional, provavelmente não apenas por solidariedade espontânea, mas pelo valor estratégico que assumiam, diante da necessidade varguista de mobilizar um apoio operário mais ativo e do interesse americano em neutralizar eventuais simpatias pró-germânicas.

Pela defesa do seu espaço social próprio e pela confluência de fatores que abriam um cenário de ampliação das oportunidades de participação e barganha, 1941 marcou um ponto de inflexão na história da comunidade trabalhadora do "Quarto Distrito", cujos ecos seriam sentidos na sua entrada decisiva no jogo político local pós-1945. As memórias longamente reelaboradas, preservadas e transmitidas às gerações posteriores sobre o enfrentamento da enchente nos dizem muito sobre este processo de reconstrução de identidades, sobre a experiência da solidariedade, e seu papel na constituição desta coletividade como um sujeito histórico coletivo.

Capítulo II - Os "polacos" e os outros:

Classe e identidade étnico-nacional entre imigrantes do leste europeu[1]

A progressiva integração da economia mundial e o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, particularmente a partir do século XIX, aceleraram e ampliaram a escala dos deslocamentos massivos de população. Deste modo, as complexas relações entre etnicidade e classe, com seu conseqüente impacto na definição de identidades coletivas, assumiram um papel cada vez mais decisivo nos processos de formação e reconfiguração da classe trabalhadora.

Enquanto na academia norte-americana a análise desta problemática gerou, e continua a gerar, uma vasta produção dividida em diversas correntes, no Brasil, uma das três grandes nações de destino de imigrantes na América, poderíamos dizer que o problema foi relegado a um espaço marginal nas preocupações da historiografia. Se no que tange ao período da grande imigração da virada do século encontramos um conjunto de obras de referência clássicas, o mesmo pouco tem sido revisitado à luz das novas temáticas desenvolvidas pela história social e cultural.[2]

Mais ainda, a questão étnica está virtualmente ausente da produção historiográfica sobre o trabalho urbano pós-1930. É como se a lei da nacionalização dos 2/3 da força de trabalho, promulgada em 1931, somada à tendência a um aumento da importância das migrações internas tivesse tido a capacidade de "resolver" instantaneamente os problemas derivados do impacto das diferenciações culturais, lingüísticas e mesmo políticas derivadas de diferentes origens geográficas, assim como das

---

[1] Versões preliminares deste capítulo foram apresentadas ao *Simpósio Anual - Projeto Identidades: Reconfigurações de Cultura e Política* (Unicamp, 10 e 11 de Novembro de 1998) e ao às *XVI Jornadas de Historia Económica* (Quilmes, Argentina, 16-18 de Setembro de 1998).

[2] Apenas a título de exemplo, ver: Hall, Michael M. "Immigration and the early São Paulo working class." *Jahrbuch fur Geschichte*, nº 12, 1975. Pp: 393-407. Maram, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Maram, Sheldon L. "The immigrant and the Brazilian labor movement, 1890-1920." *In:* Alden, Dauril e Dean, Warren (org.). *Essays concerning the socio-economic History of Brazil and Portuguese India*. Gainesville: University Presses of Florida, 1977. Pp. 178-210. Especificamente em relação ao Rio Grande do Sul, destacam-se os trabalhos de Bak, Joan L. "Class, ethnicity and gender: The negotiation of worker's identities in Porto Alegre's 1906 'Strike of 21 days'", *Op. cit.* e Silva Jr., Adhemar Lourenço da. "'Povo! Trabalhadores!': Tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)". *Op. Cit.*

distintas formas de identificação relacionadas às idéias de "povo" e "nação" entre os trabalhadores.[3]

Na verdade, há uma série de elementos que apontam em sentido contrário a esta suposta "neutralização" da questão étnica no seio do operariado no pós-30. Em primeiro lugar, contingentes significativos de imigrantes, embora não tão volumosos quanto nas décadas anteriores, continuavam a ingressar no país, muitos deles destinando-se diretamente a empregos na indústria. A polêmica sobre o grau de "assimilação" cultural (se é que o termo pode ser empregado sem ressalvas) entre, por exemplo, trabalhadores alemães no sul do país ou italianos em São Paulo, uma questão política ardente no período da Segunda Guerra Mundial, tampouco foi retomada pela produção acadêmica. Entretanto, o que as pesquisas recentes tendem a revelar cada vez mais é que, embora espaços de sociabilidade inter-étnica estivessem se desenvolvendo, a relação destes trabalhadores imigrantes com questões como classe e a luta política ainda era muitas vezes vivenciada, principalmente, no interior de uma dada comunidade étnico-lingüística.[4]

Além do mais, o processo de luta política internacional, acentuado inicialmente pela Primeira Guerra Mundial, passando pela conjuntura entre-guerras, pela Segunda Guerra Mundial e posteriormente pela Guerra Fria, serviu em diversas ocasiões como combustível para manter acesa, ou para reacender, a chama das identidades étnico-nacionais como motor da ação coletiva entre parcelas da classe trabalhadora no centro-sul do Brasil. É verdade que as iniciativas de organização operária geral (independentemente de base étnica) vinham, há várias décadas, se fortalecendo em diferentes formas (sindical,

---

[3] No que diz respeito ao período entre 1930 e 1945, a questão tem sido discutida em relação às "colônias" no seu conjunto, em importantes trabalhos tais como: Gertz, Rene. *O fascismo no sul do Brasil. Germanismo, nazismo, integralismo.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987 e Seyferth, Gyralda. "Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo". *In:* Pandolfi, Dulce. (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: FGV, 1999. Neles, entretanto, boa parte das evidências analisdas provêm da área rural, e portanto, pouco se analisa o impacto da problemática nas relações estabelecidas no cenário urbano-industrial. Um exemplo das relações entre etnicidade e trabalho num núcleo urbano do interior do Rio Grande do Sul é Weber, Regina. "A formação do trabalhador fabril: historia oral em Ijui-RS". Campinas: IFCH-Unicamp/Dissertação de Mestrado, 1989.

[4] Para o exemplo dos italianos em São Paulo ver: Bertonha, João Fábio. "Trabalhadores imigrantes entre identidade étnica e de classe: o caso dos italianos de São Paulo (1890-1945)". Comunicação apresentada à *XVI Jornadas de Historia Económica.* Quilmes, Argentina. Setembro de 1998. Também: Biondi, Luigi. "Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patrícias e o nascente sindicalismo". *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, v. XXVI, nº 1, julho de 2000. Pp. 131-162.

mutualista, beneficente, ...). A persistência das esferas de sociabilidade étnica aponta entretanto para uma importante limitação na abrangência destas iniciativas universalizantes.

Identificar a relevância dos elementos étnico-nacionais na formação de identidades coletivas entre comunidades de trabalhadores traz porém a necessidade de precisar o enfoque a ser adotado na sua interpretação. É fundamental, por exemplo, superar a falsa dicotomia entre "assimilação" à sociedade de destino e "preservação" da cultura originária, expressa de forma paradigmática nas metáforas vegetais que marcam os títulos de dois clássicos norte-americanos de períodos distintos sobre o assunto: *The uprooted* (os desenraizados) de Oscar Handlin e *The transplanted* (os transplantados) de John Bodnar.[5]

A força inercial desta visão, que toma tanto os grupos de imigrantes quanto a sociedade que os recebe como totalidades culturais pré-definidas, é imensa. É bem verdade que o conceito de cultura enquanto sistema prático e simbólico particular de cada grupo social humano contribuiu para uma redefinição dos termos em que as análises sobre o tema são formuladas. Porém, muitos dos enfoques sobre a problemática étnica que conferem importância explicativa decisiva a este conceito de cultura, ao invés de contribuírem para um deslocamento significativo do eixo do debate, tem de fato levado, sob nova roupagem, a um aprofundamento de certos elementos já anteriormente nele presentes.

Determinados trabalhos, por exemplo, tomam traços culturais atribuídos a certos grupos "étnicos" de imigrantes, como italianos e judeus, como hipótese explicativa central para o diferente grau de sucesso em suas estratégias sócio-econômicas. Outros, embora assumam uma visão mais processual, enfatizando antes o processo de criação cultural dos grupos do que a reprodução ou continuidade de características inerentes, acabam por se converter em novas apologias da "assimilação" dos imigrantes à sociedade que os recebe. A abordagem "culturalista" mais rica, entretanto, parece ser aquela que identifica as características de uma "cultura nacional" específica como um conjunto de recursos simbólicos e, portanto, sua preservação e/ou readequação por parte de grupos imigrantes,

---

[5] Handlin, Oscar. *The uprooted.* Boston: Little, Brown and Company, 1951. Bodnar, John . *The Transplanted.* Blomington: Indiana University Press, 1985.

ou grupos etnicamente minoritários, como parte da construção de estratégias coletivas confrontando os desafios colocados pela sociedade capitalista. [6]

Experiências fora do contexto dos Estados Unidos, por outro lado, tendem a fornecer poderosos argumentos empíricos para o questionamento em relação às hipóteses de base cultural. Isso levanta a suspeita de que a aparente capacidade explicativa de algumas das abordagens comentadas acima possa ter origem, na verdade, mais no papel da segmentação étnica na estrutura de relações políticas e sociais da sociedade norte-americana do que no peso intrínseco da "cultura" como fator determinante de comportamentos e motivações. Por outro lado, o risco existente na adoção de perspectivas céticas em relação ao peso dos atributos culturais no processo de inserção de imigrantes numa nova sociedade é que se venha a cair no reducionismo, reduzindo a influência decisiva do meio-ambiente aos fatores econômicos distintos em cada contexto.[7]

De um modo geral, porém, uma das principais lacunas em muitos dos estudos que acentuam a importância dos atributos culturais "nacionais", seja enfatizando a "preservação" de características pré-imigração ou a "assimilação" no novo meio, é uma notável ausência de análise sobre a complexidade do processo de construção e redefinição de significados envolvido na adoção por parte do grupo (ou da atribuição a ele por parte de outros) de uma certa "identidade" étnico-nacional, com as características que lhe são consideradas próprias.

Analisamos aqui a forma como estas questões se apresentaram no caso do imigrantes oriundos do leste europeu em Porto Alegre onde, particularmente a partir da década de 1920, passaram a se constituir num dos principais segmentos populacionais da

---

[6] Para exemplos representativos das várias abordagens comentadas, no que diz respeito à da historiografia norte-americana, ver, respectivamente: Yans-McLaughlin, Virginia. "Metaphors of self in history: Subjectivity, oral narratives, and immigration studies". *In:* Yans-McLaughlin, Virginia (org.). *Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics*. New York: Oxford University Press, 1990. Sánchez, George J. *Becoming Mexican American: Ethnicity, Culture, and Identity in Chicano Los Angeles, 1900-1945*. New York: Oxford University Press, 1993. Deutsch, Sarah. *No Separate, Refuge: Culture, Class and Gender on an Anglo-Hispanic Frontier in the American Southwest, 1880-1940*. New York: Oxford University Press, 1987.

[7] Para uma demonstração dos limites do "culturalismo" quando aplicado à realidade sul-americana, Cfee: Hall, Michael M. "Approaches to immigration history". *In: New approaches to Latin American history.* Graham, Richard e Smith, Peter (org.). Aust*In:* University of Texas Press, 1974. Um exemplo dos riscos do determinismo baseado no "contexto da sociedade de destino" pode ser visto em: Baily, Samuel. "The Adjustment of Italian Immigrants in Buenos Aires and New York, 1870-1914". *American Historical Review* V. 88, nº 2, 1983.

região industrial composta pelos bairros Navegantes e São João, também conhecida como 4° Distrito.

Buscamos evitar uma perspectiva que reifique as identidades étnicas. Portanto, procuraremos abordá-las como construções imaginárias que articulam múltiplos elementos culturais, tais como língua, costumes, tradições e religião, servindo como uma poderosa base de auto-identificação para grupos sociais e indivíduos. Por outro lado, salientamos que estas identidades não se constituem numa "segunda natureza", unívoca e pré-estabelecida. Sua forma particular, sua conotação e seus contornos se definem dinamicamente, particularmente num cenário urbano marcado pela contínua expansão e pelo intenso movimento de população. O significado de ser "alemão", "italiano", "polonês" ou "eslavo", embora todas estas identidades tenham uma base histórica e cultural objetiva, certamente se alterará de acordo com as particularidades do momento histórico, da relação com outros grupos étnicos e da inserção dos fluxos migratórios na estrutura sócio-econômica.

Por outro lado, é sempre importante lembrar que, não sendo imanentes nem naturais, as idéias de etnia, nação e nacionalidade são entretanto forças históricas reais. A dinâmica dos processos de imigração e as transformações por eles produzidas, seja nos países de origem, seja nos de destino, nos recordam do seu imbricamento com a "invenção de tradições" e a constituição de "comunidades imaginárias" que estão na base da emergência da noção contemporânea de nação. Por outro lado, esta mesma dinâmica chama a nossa atenção para o fato de que este processo de interação e articulação global envolve não apenas Estados e movimento políticos, mas todos os grupos sociais confrontados com a necessidade, o interesse ou o desenvolvimento de determinadas sensibilidades e motivações que os leva a assumirem ou a transformarem uma identidade definida em termos étnico-nacionais.[8]

É necessário, portanto, enfocar as diferentes matrizes identitárias que perpassam a experiência da classe trabalhadora como elementos de um processo de troca e construção simbólica em que as mesmas disputam ou se articulam de modo complexo e dinâmico com outros aspectos da existência social, assumindo peso e conotação variada de acordo com o

---

[8] Hobsbawm, Eric. "Introduction: Inventing traditions" *In:* Hobsbawm , Eric J. e Ranger, Terence. *The Invention of traditions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 12 ed. Anderson, Benedict. *Imagined communities*. London / New York: Verso, 1991, 2 ed.

contexto. Este contexto, por outro lado, envolve não apenas as estruturas econômicas, políticas e a cronologia dos fluxos migratórios, mas também elementos da configuração simbólica na qual os atributos identificados com "nacionalidades" particulares adquirem seu significado e os principais fatores que influem na sua modificação ao longo do período.

É nesse sentido que, embora possamos identificar dentro do universo de imigrantes oriundos do leste europeu uma grande diversidade de origens e de formas de auto-identificação, podemos, em certo sentido, enfocar os "polacos" (como geralmente estes imigrantes eram designados pelos membros de outras nacionalidades) enquanto um conjunto. Em primeiro lugar, pelos efeitos que esta definição atribuída externamente possuiu sobre a sua integração ao contexto local. Em segundo lugar, pelo fato destes vários grupos compartilharem de situações similares no que diz respeito ao processo de definição da sua identidade nacional tanto nos países de origem quanto no Rio Grande do Sul. Finalmente, pela existência de processos de construção de articulações políticas que tentaram integrar dentro deste mesmo campo identidades "transnacionais" e da adesão significativa que chegaram a obter em algumas conjunturas.[9]

O contexto que os "polacos" encontraram

Para situar a inserção social dos imigrantes do leste europeu em Porto Alegre em perspectiva, entretanto, é necessário destacar alguns aspectos gerais do processo de imigração européia para o Rio Grande do Sul e sua relação com o desenvolvimento urbano e industrial de Porto Alegre.

Com uma economia largamente centrada na criação extensiva de gado até o início do Século XIX, e consequentemente um baixo índice de concentração demográfica, o Rio Grande do Sul sempre representou um ponto estrategicamente vulnerável na consolidação das fronteiras nacionais brasileiras. Através das vastas planícies dos pampas, argentinos e uruguaios poderiam penetrar fácil e rapidamente centenas de quilômetros em território que o Tratado de Tordesilhas uma vez definia como colônia espanhola, e em diversas ocasiões efetivamente o fizeram.

---

[9] Eventualmente, alguns entrevistados elencam na sua referência aos imigrantes do leste europeu outras designações genéricas, com russo, por exemplo. Conforme analisaremos posteriormente, porém, mesmo nestes casos eles são abordados como sendo um conjunto com características comuns.

Não desejando interferir diretamente na estrutura de propriedade e poder dos pecuaristas da fronteira, a solução estratégica buscada pelo Império Brasileiro inspirava-se no exemplo dos colonos alemães instalados pelo Império Austro-Húngaro na sua fronteira com a Rússia. Destinando pequenas propriedades de terra para famílias de colonos europeus na parte norte do estado, estes viriam a se constituir numa segunda e mais densa linha de defesa, à medida que ao resguardar sua própria terra, contribuiriam para deter um eventual avanço "castelhano" em território nacional. Paralelamente, sua instalação em terras ainda bastante povoadas por indígenas contribuiria para a "civilização" desta parte do território.

Milhares e milhares de famílias de colonos, começando com alemães em 1824, seguindo com italianos a partir de 1850 e incorporando significativos porém menores contingentes de poloneses e outros imigrantes do leste europeu a partir da década de 1890, transformaram ao longo de oito ou nove décadas esta região norte no novo centro econômico do estado. Porto Alegre ocupa inicialmente o papel de pólo comercial no intercâmbio entre estas colônias cada vez mais distantes do litoral e o restante do país e do mundo. Posteriormente torna-se o centro da indústria que se baseia neste mercado consumidor e no capital comercial por ele gerado, para emergir deste processo como principal centro econômico da região sul do Brasil, substituindo o antigo pólo do extremo sul do estado composto pela pecuária extensiva ao longo da fronteira com o Uruguai, pelo centro de produção de charque de Pelotas e pelo porto de Rio Grande.[10]

Este pequeno esboço retomando a contextualiza o íntimo vínculo entre o desenvolvimento urbano-industrial de Porto Alegre e as colônias nos aponta alguns dados que necessitam estar presentes na análise do contexto de integração dos imigrantes do Leste europeu à cidade e particularmente à sua classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, os "polacos", como eles eram indiferenciadamente identificados pelo senso comum dos brasileiros, encontraram uma realidade em que os grupos anteriores de imigrantes, particularmente os alemães, mas também em menor grau os italianos, haviam participado diretamente do processo de redefinição da economia

---

[10] Sobre as origens da imigração polonesa propriamente dita, voltada ao estabelecidos em colônias rurais no final do Século XIX ver Kula, Witold; Assorodobraj-Kula, Nina, e Kula, Marcin, (org.). *writing Home:*

regional, adquirindo posições sociais e políticas extremamente relevantes. Os alemães ou "teuto-brasileiros" combinando o fato de terem sido os primeiros a chegar (a imigração inicia-se em 1824) com a proximidade de seus primeiros pólos de colonização com a capital exerciam nesta considerável influência, sendo não apenas a imensa maioria dos proprietários de indústria como grande parte dos operários qualificados, comerciantes e profissionais liberais.

Paralelamente, quanto mais longo o tempo de sua permanência, mais sólida a rede institucional constituída por cada comunidade, incluindo diversos tipos de associações, escolas, Igrejas, jornais e até mesmo Consulados dos respectivos países, atuando em defesa dos interesses dos seus compatriotas e na busca da manutenção (ou criação, em vista dos processos de unificação em curso na Europa) dos laços com a pátria-mãe. Esta rede institucional, além dos benefícios materiais e culturais proporcionados aos seus membros possuía papel decisivo na construção pública de uma identidade "alemã" ou "italiana" tanto em sua interação com os "brasileiros" quanto no que diz respeito à unidade interna das respectivas "comunidades".

O aumento do número de imigrantes do leste europeu coincidiu também com uma mudança no contexto da relação entre capital e "colônias". À medida que a primeira crescia e se tornava, ela própria, um pólo de oportunidades econômicas e sociais, complexificavam-se os laços com as segundas, tanto no que diz respeito aos circuitos comerciais quanto aos fluxos migratórios. A vinda para a capital de alguns integrantes das famílias de colonos estabelecidos no interior, por exemplo, em muitos casos passa a cumprir um importante papel na estratégia familiar como um todo. Nesses casos, muitas vezes imigrantes de segunda ou terceira geração irão se encontrar com outros de mesma origem recém-chegados ao país, formando diferentes segmentos na mesma "comunidade étnica". As sociedades recreativas e culturais terão, particularmente nestes casos, um importante papel na integração entre componentes de diferentes levas do fluxo migratório.

Profundamente integrada ao processo de crescimento urbano de Porto Alegre, por outro lado as colônias funcionam como "reservas" de homogeneidade cultural fisicamente isoladas onde, em muitos casos, até hoje é possível manter algum dialeto

---

Immigrants in Brazil and the United States, 1890-1891. Boulder/New York: East European Monographs/Columbia University Press, 1986.

alemão como primeira língua utilizada no cotidiano, apesar da intensa repressão a esta prática no período da Segunda Guerra Mundial.

Vários dos elementos apontados acima indicam importantes diferenças no processo de construção e/ou manutenção de identidades étnico-nacionais entre alemães e italianos no Rio Grande do Sul e, particularmente, em Porto Alegre, quando comparados com aqueles vividos pelos imigrantes oriundos do Leste europeu.

Em primeiro lugar, como já foi apontado anteriormente, os "polacos" foram os últimos a começar a chegar. Embora grupos de italianos e alemães tenham continuado a imigrar para o estado ao menos até a década de 1920, eles encontravam seu espaço de sociabilidade "étnica" já construído pelas levas anteriores de imigrantes.

Em segundo lugar, enquanto Alemanha e Itália se unificaram como Estados nacionais na segunda metade do século passado, as realidades "domésticas" de muitas das nacionalidades destes novos imigrantes eram extremamente complexas e conturbadas. Muitas delas se encontravam inicialmente na condição de povos dominados no interior dos Impérios Russo, Austro-Húngaro ou até mesmo Turco-Otomano. Guerras e revoluções definiram e redefiniram fronteiras sucessivamente, inclusive criando, dividindo ou extinguindo entidades nacionais durante este período. Numa das conseqüências mais óbvias deste processo, muitas destas nacionalidades não possuíam nem tinham como possuir, por exemplo, um consulado próprio em Porto Alegre, enquanto no caso de alemães e italianos, os consulados tinham papel decisivo na articulação dos vínculos entre as "colônias" e a "pátria-mãe".

Parcela significativa da imigração vinda destes países, por outro lado, constituía-se de judeus, num momento em que o recrudescimento do anti-semitismo de um lado e o desenvolvimento do moderno nacionalismo judaico de outro afastavam quase completamente a possibilidade de sua identificação com a nação territorial de origem, embora a distinção entre digamos, um "judeu ucraniano" e um "ucraniano", aos olhos de um brasileiro possa não ter sido nada óbvia a um primeiro contato.

Imigrando num mesmo período, de regiões relativamente próximas entre si, falando línguas que tanto brasileiros como imigrantes anteriores muitas vezes não conseguiam diferenciar umas das outras, os "polacos" foram geralmente percebidos pelos outros como uma totalidade homogênea. Por outro lado, constituindo-se de uma série de

pequenos e médios grupos com fortes características particulares e muitas vezes opostos historicamente por intensos conflitos, a possibilidade ou interesse em assumir uma identidade comum no contexto de Porto Alegre implicava num processo complexo de construção de laços e superação de diferenças, nem sempre fácil de viabilizar ou sequer desejado por todos.

A esta fragmentação interna entre diferentes grupos que os processos políticos europeus integraram e desintegraram em unidades políticas diversas, deve-se acrescentar o problema da maior distância entre as regiões de colonização rural que lhes foram destinadas e a capital. Esta distância dificultava a integração entre as parcelas de destinação rural e urbana deste fluxo migratório, que se inicia num momento em que Porto Alegre passa a se constituir ela própria em um pólo de atração para parcela significativa dos imigrantes chegados ao estado.

À medida que as décadas se passavam, esta distância entre "colônias" e a capital tornava os imigrantes do Leste Europeu em mais um contingente a engrossar o crescente fluxo de migrações internas. A família de Ana Sulypa (cujo sobrenome de solteira era Zajlo), imigrou da Ucrânia em 1936, quando ela tinha 10 anos de idade, rumo a Tucunduva, numa região de fronteira agrícola no interior do Rio Grande do Sul. Em 1948, foi a vez de Ana juntar-se a um tio e uma tia em Porto Alegre, em busca de um emprego como costureira, maior conforto e melhores perspectivas de vida. Aí conheceu o futuro marido, cuja família também viera da Ucrânia no mesmo período que a sua. Embora este tipo de casamento viesse de um certo modo a reintegrar os destinos de duas parcelas da imigração ucraniana, vista da perspectiva dos ucranianos de Porto Alegre a "colônia" de Tucunduva, com a qual não mantinham vínculos econômicos ou políticos estáveis, permanecia remota e isolada ao contrário do que ocorrera e em certa medida continuava a ocorrer ao menos até a Segunda Guerra Mundial na relação entre alemães e italianos e suas "colônias".[11]

Se de um lado a dissociação rural/urbana diluía a força dos grupos de imigrantes do leste europeu, as confusões e ambigüidades relativas à sua identidade étnica também apontava neste sentido. Esta tensão entre elementos tendentes a uma articulação unificada ou à fragmentação afetava em certa medida até os 'verdadeiros' poloneses (ou seja, aqueles

---

[11] Entrevista com Ana Sulypa, 10/10/95.

que se auto-identificavam como tal), grupo pioneiro em relação aos demais e que foi capaz de montar uma rede institucional própria razoavelmente ampla, criando várias associações, igrejas e outros espaços de sociabilidade.

A atual Sociedade Polônia, por exemplo, surgiu a partir de três associações anteriores, a "Sociedade Águia Branca", de 1904; a "Tadeusz Kosciuszko"[12]; e a "Sociedade de Cultura", que atuou entre 1927 e 1967. A integração das três numa única entidade, enfrentou resistências:

> "A "Cultura", no final, tinha 6 sócios. Seis! [...] O mais pitoresco era o seguinte: 3 daqueles eram daqui da Sociedade. E, mesmo assim, eles não queriam a fusão! [...] A minha avó, dizia assim: 'Onde tem 2 polacos, tem 3 partidos'".[13]

As dificuldades de unificação associativa estavam ligadas, entre outros fatores, a divergências no rigor com que se definia quem eram os "verdadeiros poloneses", que poderiam portanto formar uma sociedade representativa da etnia em Porto Alegre. Diante da complexidade da história da Polônia, marcada entre os séculos XVIII e XIX por três partilhas territoriais e, mesmo após recuperar a independência no século XX, por mudanças de fronteiras que nem sempre correspondem a limites culturais ou históricos precisos, o que definiria a identidade do polonês? Essa pergunta assume crucial importância para definir o sentido atribuídos pelos imigrantes ao pertencimento a associações que visavam preservar ou retomar os vínculos com a pátria de origem. Esta definição parece ter se alterado historicamente.

Até aproximadamente 1958, não poderia ser sócio da Sociedade Polônia quem não fosse filho de polonês nato. Este na verdade era o segundo momento do enfrentamento de um problema que já se colocara bem antes quando, cerca de 1910, a primeira geração de descendentes de polonês nascidos em solo brasileiro começava a chegar à idade adulta. A solução adotada então, foi transformar a antiga liga mantida pelos imigrantes poloneses em todos os seus países de destino, voltada ao treinamento militar para a luta por uma Polônia

---

[12] Kosciuszko é o "Giuseppe Garibaldi" polonês, tendo combatido a favor da independência norte-americana e, posteriormente, liderado a rebelião polonesa contra a dominação russa e prussiana, no período da segunda partilha da Polônia.

[13] Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99.

livre, em um departamento esportivo, cujo time de futebol chegou a ter destaque na 2ª Divisão municipal, sendo esta a primeira associação a aceitar os filhos de poloneses como sócios. Já na década de 50, os comunistas e outros segmentos mais "liberais" teriam sido aqueles que reivindicavam que mesmo os brasileiros natos descendentes de poloneses tivessem o direito de se associar.[14]

Para os membros atuais da sociedade, este recorte que define seus possíveis membros com base no local de nascimento parece totalmente sem sentido. Eles lembram que, a rigor, haveria um grupo restrito de poloneses identificáveis pelo nome de família, terminado com as letras "ski", que assim como "von" em alemão, "van" em holandês ou "de", em português, designaria ascendência nobre. Entretanto, boa parte daqueles que "dedicaram a vida pela sociedade" não se encaixariam neste critério. [15]

Hoje, o critério para a participação à entidade poderia ser estabelecido a partir de vínculos de parentesco muito mais tênues, ou até mesmo do "amor pela Polônia" e sua cultura, principalmente sua história, tradições folclóricas e idioma. Não que o domínio da língua seja mantido por um grande número de descendentes. O próprio Zenon Galecki, que preservava apenas parcialmente o que dela havia aprendido com os pais, desenvolveu-o apenas após assumir a presidência da sociedade, quando passou a ter que redigir duas atas, uma em polonês e outra em português, a cada reunião. O aperfeiçoamento da fala veio quando, convidado pelo governo da Polônia, visitou o país, viajando de navio por 23 dias com uma tripulação nativa.[16]

Se o estabelecimento dos limites de pertencimento a uma comunidade étnica eram complexos até mesmo para os poloneses, a dificuldade se ampliava em relação aos outros grupos de imigrantes da região, identificados no Brasil, por ignorância ou por efeito da burocracia da imigração, também como "polacos". Os imigrantes do leste europeu estavam portanto inescapavelmente envolvidos na dissociação entre a "auto-identificação" e a "hetero-identificação" que tornava a figura do "polaco" mais um campo identitário, no qual diferentes possibilidades de definição foram articuladas e disputadas, do que uma "identidade" consolidada. Além do mais, a designação genérica comportava um mal-

---

[14] Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99.

[15] Já a terminação "sky" indicaria origem russa ou judaica, sutileza nem sempre devidamente observada pelos registros de imigração de nascimento.

disfarçado preconceito contra o conjunto dos imigrantes oriundos do leste europeu, especialmente por parte dos alemães e teuto-brasileiros. É significativo que mesmo ao relativizar esse preconceito, o ex-presidente da Sociedade Polonesa de Porto Alegre utilize como elemento de comparação grupos étnicos notoriamente vitimados pela discriminação:

> "Se dissesse assim: '- Esse polaco sem vergonha!', é pejorativo. Mas, se disser: '- O Polaco é um... É um povo...'. Ou então, a mesma coisa com o negro: '- O negro é uma raça viril, e tal...'. Agora você vê: 'Esse negro...' e tal e coisa. Judeu é a mesma coisa."[17]

Nos próximos itens, examinaremos alguns do fatores que interferiram nas definições e redefinições deste "campo identitário" composto pelos "polaco", as diferentes estratégias adotadas por parcelas específicas dentro dele e a particularidade de alguns elementos atribuídos à imagem destes imigrantes. Veremos também como esta complexa conexão de diferentes fatores afetou a constituição de sociedades étnicas organizadas por imigrantes do leste europeu em Porto Alegre nos anos 30 e 40, e o que ela pode nos revelar sobre a dinâmica do processo de definição e redefinição de identidades coletivas e sua relação com o processo de constituição da classe trabalhadora.

Trabalho, austeridade e comunismo: os "polacos" vistos pelos brasileiros

Procuramos justificar na introdução deste trabalho a análise dos "polacos" como um conjunto apesar da sua extrema diversidade de origens e auto-identificações. Um dos fatores que nos levou a esta opção foi o fato destes imigrantes serem percebidos na comunidade onde viviam como um grupo com características particulares distintas.

O primeiro destes elementos que caracterizaria os "polacos" seria o fato deles serem "trabalhadores", não apenas no sentido descritivo do termo, ou seja, de pessoas que

---

[16] Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99.

[17] Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99. O dicionário Aurélio registra conotação negativa apenas para o termo feminino polaca, associado à prostituição de mulheres judias centro-européias. A propósito ver Kushnir, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição : as polacas e suas Associações de Ajuda Mutua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Entretanto, no uso corrente "polaco" é em geral considerado menos polido e com conotação tendencialmente negativa, quando confrontado com o gramatical polonês". Esta conotação negativa pode entretanto ser menos acentuada no Rio Grande do Sul pela influência do uso de termos em espanhol, língua na qual "polaco" é a única designação para os de originários da Polônia.

dependem do seu trabalho para sobreviver, mas no sentido valorativo que implica uma dedicação peculiar ao trabalho combinada com uma auto-restrição no que diz respeito ao consumo e consequentemente boas perspectivas de poupança e mobilidade social ascendente.

Neste sentido, a descrição fornecida por Salvador Soares dos Santos, nascido em 1916 no próprio bairro Navegantes, que trabalhou durante 15 anos na empresa de fiação, tecelagem e vestuário A. J. Renner e posteriormente foi proprietário de um bar no campo de futebol da fábrica Gerdau, é ilustrativa:

> "- Esses polacos, russos, era gente trabalhadeira. Apitava para o almoço e eles comiam pãozinho, bananinha. Ficavam trabalhando até tarde. Eu saía e ainda tinha polacos."[18]

Na seqüência da mesma entrevista, ao ligar esta atitude "trabalhadeira" com a posterior ascensão social dos "polacos", Salvador narra a trajetória de uma família que partiu do trabalho autônomo com um ônibus para a construção de uma grande empresa de transporte coletivo na região metropolitana de Porto Alegre, e volta a utilizar a mesma imagem:

> "-Eles paravam na frente de um bar, era hora do almoço. Compravam um pão e uma banana, ou um pão e uma laranja e iam para dentro do ônibus. De manhã a mesma coisa. [...] Brasileiro não faz isso de passar a banana e laranja".[19]

Abrelino de Freitas, nascido em 1908 no interior do estado, chegou a Porto Alegre em 1924. Logo entrou no ramo da tecelagem e posteriormente tornou-se presidente do sindicato da categoria por longos períodos, mantendo-se ainda atuante na entidade até 1996. Sua caracterização dos "polacos", que ele é capaz de identificar como membros de uma grande diversidade de nacionalidades, é similar à de Salvador:

> "- Esses eslavos, poloneses, iugoslavos, ucranianos, romenos, russos, estonianos, povos da 'velha União Soviética', chegaram quase todos na

---

[18] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.

> década de 30 e eram mais ou menos ¼ da categoria. [...] Eles só tinham um objetivo: trabalhar, trabalhar e trabalhar. Ganhar hoje para ter amanhã. É o que falta no trabalhador nacional, que é muito consumista. Eles queriam era ter a sua casa, os seus negócios. [...] Eles tinham esta experiência do velho mundo, eram muito sofridos, tinham muito medo. Alguns deixaram família. Enviavam dinheiro pelo Consulado[20] no final do mês. O nosso (trabalhador) aqui tanto faz."[21]

O depoimento de Gregório Tomaczewski confirma a auto-identificação deste alfaiate ucraniano com esta imagem, e os conflitos que ele provocava com alguns de seus colegas trabalhadores na Renner:

> "-Eu trabalhava 8 anos no Renner mesmo, na fábrica Renner. E depois saí por conta própria porque não podia agüentar as chicanas dos amigos. [...] Eu era muito rápido, naquele tempo serviço era por empreitada, vamos dizer por peça, né? Então eu ganhava muito dinheiro e o pessoal olhava muito com olho grande: '- Ele tira todo o nosso serviço'. Sabe como é, né: 'Estrangeiro morto de fome', sabe como é...".[22]

Quando perguntado sobre o sistema de empréstimos e poupança da fábrica, Gregório salienta o contraste entre suas atitudes e as do trabalhador nacional:

> "-Uma vez eu fui botar dinheiro na Caixa e outros chegaram para tirar empréstimo. Diz o caixa: '-E como é que este aqui bota dinheiro na Caixa e

---

[19] *Idem.*

[20] É interessante notar que, apesar desta referência , não há informação sobre a existência de algum consulado de qualquer país do Leste europeu em Porto Alegre. Poderiam haver outras formas de envio de dinheiro, como através de empresas especializadas. Foi o que a Sociedade Eslava fez em 1944, quando em campanha de ajuda aos povos eslavos em guerra coletou CR$ 107.457,00 que foram remetidos à Cruz Vermelha Soviética em Londres através da empresa inglesa Wilson, Sons & Cia. Ltda. Cfe. Rio Grande do Sul, Brasil, Repartição Central de Polícia, Delegacia de Ordem Política e Social. "Relatório sobre atividades comunistas de eslavos". Porto Alegre, 25/06/46. Arquivo Estadual do Rio de Janeiro, Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 9. P. 3.

[21] Entrevista com Abrelino de Freitas, 12/01/96.

[22] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97.

> vocês pedem dinheiro emprestado?'. Mas sabe como é o brasileiro, hoje tem, hoje vai"[23].

Percebe-se que em todos os casos, a ética de muito trabalho, baixo consumo e poupança atribuída aos "polacos" é definida em contraste com a representação negativa do trabalhador nacional. De fato nem Salvador nem Abrelino, ambos brasileiros, se identificam plenamente nem com a primeira, frente à qual expressam admiração mas ao mesmo tempo certo estranhamento, nem com a segunda, que refere-se à "média" ou à "maioria" dos brasileiros. Esta imagem do trabalhador nacional funciona no discurso mais como elemento de explicação da relação entre as supostas características da população e a ausência ou limitação do desenvolvimento do país. Ela não expressa a auto-definição da identidade do próprio "brasileiro" que a utiliza. A valorização de características disciplinadas e austeras constitui-se num elemento presente na forma como a caracterização do trabalhador imigrante em geral foi construída no Brasil. É interessante destacar, porém, que nas duas entrevistas, como em outras fontes consultadas, a identificação do "polaco" com esta imagem do imigrante se dá com particular ênfase. Últimos a chegar, confrontando um universo mais estranho, à medida que não encontravam uma colônia tão solidamente organizada e influente, é como se os "polacos", especialmente os chegados mais recentemente, fossem "mais imigrantes" que os outros grupos.

Esta idéia é reforçada pela vinculação direta entre o crescimento industrial que se acentua a partir do final da década de 20, com sua demanda por mão-de-obra, e o fluxo imigratório, representado como uma espécie de recurso natural abundante canalizado para a produção:

> "Eles chegavam no trem. Uma quantidade enorme de polacos, russos, (O Renner) deu serviço para eles."[24]

> "[Na Arroseira Brasileira tinha] muito russo, veio aqueles migrantes eram caminhões cheios, acho que vinha de fora naquele tempo não ligava pra essas coisas, ligava pra outras coisas.. Na padaria [onde a minha mãe

---

[23] *Idem.*
[24] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.

> trabalhava, tinha], um sótão, então eles dormiam tudo lá no chão, colocava os cobertor no chão as coisas tudo no chão, não tinham nada."[25]

Como veremos ao analisar a composição social de algumas sociedades nacionais de grupos específicos de "polacos", esta associação direta entre demandas da produção industrial e este fluxo imigratório mais recente se expressa numa grande homogeneidade na estrutura ocupacional destes grupos, em contraste com a maior diversidade já existente na comunidades alemã e italiana. De fato, quanto mais "polacos" chegavam a Porto Alegre, mais "trabalhadores" eles eram, e algumas de suas sociedades podem perfeitamente ser consideradas como organizações operárias.

Portanto, em todos os sentidos possíveis, os "polacos" eram "uma gente trabalhadeira". Há porém outro elemento que compõe o estereótipo em relação à imagem destes imigrantes. Segundo a grande maioria tanto dos brasileiros entrevistados quanto dos moradores e ex-moradores do bairro de gerações mais recentes que colaboraram na identificação e contatos com os primeiros, os "polacos" seriam comunistas.

Assim, quando questionado sobre a existência de grupos de simpatizantes de Luís Carlos Prestes dentro da Renner, conhecida como uma fábrica em que o sindicalismo de esquerda teve notórias dificuldades em se implantar, Salvador comentou:

> "Na seção da tecelagem tinha aqueles fanáticos do Prestes. Eles se reuniam num canto ali e iam discutir sobre política. Comunistas tinha de montão ali dentro. Estes polacos, polacada que vieram, russos, lá tinha muitos que eram comunistas."[26]

Já Abrelino Freitas, um sindicalista extremamente legalista da mesma categoria profissional não realiza a mesma associação entre polacos e comunistas, termo que ele jamais menciona mesmo quando referindo-se a episódios em que sua gestão no sindicato foi contestada por uma oposição evidentemente conduzida por militantes vinculados ao PCB. Ao contrário, explicando a pequena participação dos "polacos" dentro do sindicato, ele baseia-se no que define como um caráter ordeiro destes imigrantes:

---

[25] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98.
[26] *Idem.*

> "- Eles participavam discretamente. Não eram reclamistas, eram muito cautelosos. Dentro do sindicato 99% eram trabalhadores nacionais, com origem de terceira geração, sangue 90% caboclo."[27]

Essa visão, que dissocia a imagem do "polaco trabalhador" da idéia de "comunismo" é entretanto isolada, e provavelmente explica-se pelas características do conflito sindical da categoria, especialmente no período da greve dos têxteis de 1935, que levou à intervenção no sindicato e à expulsão dos membros do comitê de greve da entidade. Na memória de Abrelino sobre os episódios, os "perturbadores" são caracterizados como uma minoria isolada, e seria contraditório estabelecer um vínculo mais direto entre os mesmos e um grupo de imigrantes que, nas suas próprias palavras, incluía um quarto da categoria.

Ao contrário da idéia de que ser "trabalhador" implicava necessariamente uma atitude conformista, as próprias dificuldades de adaptação dos "polacos" ao contexto social brasileiro, como no que diz respeito ao limitado domínio da língua portuguesa, poderiam ser transformadas em armas para a manifestação de rebeldia. É o que podemos perceber no "caso" contado por Julieta Batistioli envolvendo a discussão sobre a responsabilidade por uma máquina quebrada dentro das indústrias Renner entre um "polaco" e o mestre do setor:

> "Tinha um [...] polaco rebelde. Eu creio que quisessem botar ele na rua e não pagar nada para ele. Então ele me contou o que ele fez. Tinha quebrado uma maquinazinha lá onde ele trabalhava. Então o mestre chegou e disse assim: 'Tu quebraste esta máquina porque tu quiseste quebrar'. Ele disse: 'Eu não quebrei esta máquina [...] quem diz eu quebrei essa máquina corno'. [...] 'Ah, estás me chamando de corno, eu vou te botar na rua por falta de respeito...' [...] 'Não, não disse o senhor corno. Eu disse quem disse eu quebrei máquina, corno'. Mas eu gostei daquela ... ele veio me contar e eu disse: 'Tu és um gênio, polaco'."[28]

---

[27] Entrevista com Abrelino de Freitas, 12/01/96.
[28] Julieta Batistioli, entrevista a Francisco Carvalho Júnior, *Op. Cit.*

Mais além da rebeldia que transforma a barreira lingüística em um escudo protetor, a imagem externa dos "polacos" é associada, pelos outros grupos de trabalhadores diretamente com à idéia de "comunismo". Por um lado, trata-se de uma generalização abusiva. Até onde podemos verificar, a grande maioria destes imigrantes não poderia ser considerada como militante ou mesmo simpatizante comunista, e como veremos posteriormente, Gregório Tomaczewski por exemplo, distingue claramente os "de credo vermelho" como uma minoria na comunidade ucraniana. Há por outro lado, dois fatores que provavelmente concorreram para a criação e a manutenção desta imagem.

O primeiro é a existência efetiva de uma tradição de militância de esquerda entre segmentos deste grupos de imigrantes. Estácio Lievinsk, pesquisador ligado à Sociedade Polonesa de Porto Alegre, destaca por exemplo que, embora a maioria dos imigrantes poloneses fosse constituída de agricultores apegados à Igreja Católica, em Porto Alegre, particularmente, "boa parcela [...] já [tinha uma] profissão, artesãos, eram ferreiros, marceneiros, com esse cunho socialista". Já Sílvia Petersen destaca que até mesmo "a remota colônia ucraniana de Erebango, Erechim", no interior do estado, recebia uma grande diversidade de jornais anarquistas de várias partes do país e do mundo nos anos 20.[29]

É interessante notar também que trabalhadores oriundos do Leste europeu estiveram envolvimentos aparentemente em todos os "incidentes policiais" relacionando estrangeiros com comunismo em Porto Alegre entre o surgimento do PCB e 1946. Estes episódios deram origem aos poucos casos de expulsão de estrangeiros do país vindos do Rio Grande do Sul e registrados nos arquivos do Ministério da Justiça e da Superintendência das Delegacias da Ordem Política e Social.

O primeiro deles, é particularmente interessante para a análise do modo como identidades nacionais ou "étnicas" podem ser redefinidas tanto pela forma como são assumidas pelos indivíduos às quais se referem quanto pelo modo como lhes são atribuídas pelos interesses ou modos de percepção dos outros.

A 4/4/1930, a Quarto Delegacia Auxiliar do Distrito Federal, à pedido da Chefatura de Polícia de Porto Alegre, abriu inquérito que resultou na expulsão de 5

---

[29] Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99; Petersen, Sílvia R. Ferraz. "Cruzando fronteiras: As pesquisas regionais e a história operária brasileira". *In:* Araújo, Angela Maria Carneiro. *Trabalho, cultura e cidadania. Um balanço da história social brasileira.* São Paulo: Scritta, 1997. P. 101.

estrangeiros acusados de atividades comunistas, relacionadas à organização do Bloco Operário Camponês (BOC) na cidade[30]. Tanto na cobertura da imprensa local quanto nas suas fichas de identificação, 4 deles eram identificados como russos, e nos comentários dos investigadores envolvidos com o caso tratar-se-iam de "agentes soviéticos".[31] Um exame das suas declarações e de outros dados como o seu local de moradia em Porto Alegre levantam outras possibilidades de definição de identidade. Dois deles situam a Ucrânia como local de nascimento, um apresenta o Cáucaso, o quarto não especifica a cidade ou região, deixando dúvidas se haveria nascido efetivamente na Rússia, ou em uma das outras regiões anexadas ao Império Russo e mantidas posteriormente como parte da URSS.

De todo modo, a identidade maior entre os quatro não era a de "russo", mas a de "judeu". Todos eram moradores do bairro Bonfim, de fato nas proximidades da primeira sinagoga de Porto Alegre, onde imigrantes judeus oriundos de vários países europeus desenvolveram uma colônia com características sócio-econômicas bastante específicas. Uma parcela significativa dos judeus dedicava-se aos ofícios e profissões liberais, e sua relação com o complexo econômico emergente articulado em torno das indústrias e do sistema de transportes de longo curso se dava basicamente através do núcleo comercial que constituíram na região próxima à estação ferroviária, a meio caminho entre o Quarto Distrito e o centro da cidade.

Entre os militantes do BOC deportados, Marcos Piatgorsky, de 26 anos, havia nascido em Odessa, no sul da Ucrânia, e em 1913 tinha chegado ao Rio de Janeiro, de onde partiu para Porto Alegre em outubro de 1929. Piatgorsky se definia como operário, tendo trabalhado já como alfaiate e em conserto de relógios, mas alegava dedicar-se, no momento da prisão, ao comércio de móveis. Seu irmão Leon , de 17 anos, nascera em Voziscensk, também na Ucrânia, no mesmo ano da partida da família para o Brasil. Apenas em janeiro de 1930 decidira se juntar a Marcos em Porto Alegre. Leon já trabalhara como aprendiz de ourives e estofador, mas ultimamente atuava como ajudante de Pintor. O cunhado de Marcos, Simão Borodin, tinha 21 anos e nascera em Berchade, também na Ucrânia, de

---

[30] "Processo de Expulsão de Marcos Piatigorski, Leon Piatigorski, Nicolau Artzvenco, Simão Brodin e Pelayo Gil Ribas". MNJI, Caixa IJJ7/172. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. De agora em diante: AN-RJ.

[31] Ver "A campanha contra o comunismo". *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 12/4/1930. P. 10. Reproduzido em Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* Pp. 318-321.

onde em 1923 emigrara para o Brasil. Borodin se definia como comerciante, trabalhando na venda de máquinas de costura Singer, e chegara no dia 04 de fevereiro de 1930 a Porto Alegre, hospedando-se na casa de Piatgorski. Ele já estivera na cidade em 1927, à procura de trabalho. Já Nicolau Artzvenco, que não pertencia ao mesmo núcleo familiar, tinha 30 anos de idade, e nascera em Amanvir, província de Tchoeretzkoe, na região russa do Cáucaso. Artzvenco chegara ao Brasil em 1913, indo direto para a colônia ucraniana de Santa Rosa, de onde se mudou em 1918 para Porto Alegre, onde trabalhava como dentista. Outros militantes comunistas de origem segura ou aparentemente judaica citados no processo de expulsão eram Salomão Schwartz, de 33 anos, que viera da Rússia em 1913 para Porto Alegre; Manoel Scliar; Jacob Koutzii; David Seligma; Gregório Golub; Salomão Grimberg e Jorge Bahlis, o organizador da "Liga pró-México Antiimperialista" em 1927, futuro cônsul honorário mexicano na capital gaúcha e participante destacado de várias iniciativas culturais do PCB na cidade ao menos até o final dos anos 40. Bahlis, nascido na Síria, morara na França antes de vir para o Brasil.[32]

A caracterização destes imigrantes como "russos", servindo ao interesse político de apresentá-los como "agentes soviéticos", estava portanto bastante distante não apenas do modo como eles viriam a se auto-identificar, mas também do modo como a maioria dos Porto-alegrenses os identificaria.

O próximo estrangeiro a ser expulso por atuação comunista em Porto Alegre em Janeiro de 1935 seria o 2° secretário do Sindicato dos Metalúrgico, o húngaro Millan Knafelz, durante a onda de repressão que se seguiu à tentativa de greve geral dirigida pela Federação Operária [33]

Posteriormente, diversos grupos de imigrantes do Leste europeu estariam envolvidos na organização de 2 sociedades que analisaremos detalhadamente mais adiante, ambas fechadas pela polícia por sua conexão com o comunismo.

---

[32] "Processo de Expulsão de Marcos Piatigorski, Leon Piatigorski, Nicolau Artzvenco, Simão Brodin e Pelayo Gil Ribas". MNJI, Caixa IJJ7/172. AN-RJ. Sobre a atuação do BOC em Porto Alegre e de alguns destes militantes, ver capítulos V e VI. Sobre Jacob Koutzii também Cfe: Depoimento de Clara Koutzii ao projeto de história oral do Instituto Cultural Marc Chagall de Porto Alegre.

[33] Sobre a atuação de Knafelz na organização sindical do metalúrgicos ver Martins, Elóy B. *Um depoimento político*. Porto Alegre: Edição do autor, 1989. P. 48; também Fortes, Alexandre. "Buscando nossos direitos... Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937". Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp/IFCH, 1994. P. 134.

Esta pequena amostra, se ganha um destaque significativo quando confrontada com a ausência de ocorrências semelhantes em relação a outros grupos de imigrantes, não parece ser suficiente para explicar a imagem do "polaco comunista" nos depoimentos e contatos realizados com os moradores do bairro. Provavelmente, esta imagem expressa também uma reelaboração retrospectiva da memória social sobre este grupo a partir da consolidação da União Soviética como potência mundial e da constituição do bloco socialista do Leste europeu. O ponto de junção entre tradição de militância entre "polacos" e a identificação automática da sua nacionalidade como comunista pode ser estabelecido na organização do movimento pan-eslavista em Porto Alegre, como veremos adiante.

Ser "polaco" em Porto Alegre

Mas afinal, qual o peso dos "polacos" na composição do emergente distrito industrial de Porto Alegre no período que estamos analisando? Na visão de um informante citado por um jornal local em 1921, a proporção seria semelhante à dos outros dois grupos tradicionais de imigrantes:

> "- Qual é o número de habitantes do arrabalde, avançamos...
>
> - 30.000 pessoas, respondeu-nos o velhote, devendo notar que destes pelo menos um terço se divide entre as colônias, alemã, polaca e italiana."[34]

Nesta imagem impressionista, as "colônias" (no sentido de comunidades étnico-nacionais) representam cerca de um terço do total (10.000) e por sua vez, os polacos seriam parcela significativa deste número de habitantes, após alemães e italianos.

Um levantamento da polícia administrativa de Porto Alegre de 3 anos antes, porém, registra cifras muito diferentes destas. Com uma população total estimada em 19.373, o Quarto Distrito teria na verdade quase 80% de habitantes nacionais (e não 2/3). Além disso, o número de "poloneses" por exemplo, se reduz a 356, menos de 2% do total e apenas 9% do número de imigrantes.

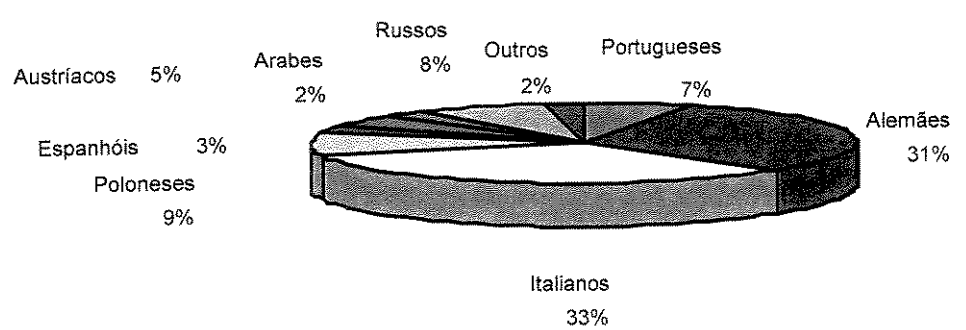
---

[34] "Uma cidade dentro da cidade" , in *A Informação*, 18/10/21. Reproduzido em Petersen, Sílvia R. Ferraz. e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937.Op. Cit.* Pp. 239-240.

Tabela I - Recenseamento Geral por Nacionalidade, Quarto Distrito, 1916 / 1917 [35]

Nacionalidade	Número	%	Suiços	8	0,04
Brasileiros	15420	79,60	Africanos	3	0,02
Portugueses	258	1,33	Irlandeses	4	0,02
Alemães	1179	6,09	Turcos	3	0,02
Italianos	1245	6,43	Cubanos	1	0,01
Poloneses	356	1,84	Húngaros	3	0,02
Belgas	4	0,02	Árabes	95	0,49
Franceses	40	0,21	Russos	304	1,57
Espanhóis	115	0,59	Argentinos	50	0,26
Austríacos	181	0,93	Suecos	33	0,17
Bohemios	4	0,02	Orientais (Uruguaios ?)	39	0,20
Americanos	7	0,04	Ingleses	17	0,09
Paraguaios	2	0,01	Estrangeiros	3953	20,40
Holandeses	2	0,01	Total	19373	100,00

Distribuição da população imigrante do Quarto Distrito de Porto Alegre em 1916/17



Mesmo considerando-se que a estimativa de um habitante entrevistado sobre o número total de moradores do distrito pode provavelmente ser superestimada, de um lado, ou desconfiando-se das habilidades estatísticas da Polícia Porto-alegrense, de outro, não deixa de ser surpreendente o tamanho das diferenças verificadas no que diz respeito às relações entre estrangeiros e nacionais de um lado e ao peso relativo dos "polacos" de outro. As discrepâncias se devem a vários fatores. No primeiro caso, trata-se de definir o

[35] Fonte: Polícia Administrativa de Porto Alegre, Relatório do Quarto Distrito, 1917. AHPA

que caracteriza uma pessoa como membro de uma "colônia" estrangeira. A Polícia certamente baseia-se na definição legal e documentada de nacionalidade, como fica claro pela explicação preliminar do relatório da DEOPS sobre o fechamento da Sociedade Eslava do Rio Grande do Sul em 1946:

> "A população eslava, no Estado, [...] montava 11.653 almas[36]. Predominam entre elas, os nacionais da Rússia e da Polônia, que , que, em cifras redondas, representam 85% da mesma. É todavia quase impossível distinguir entre ambos, pois, na sua maioria, os da Polônia são possuidores de passaportes daquela nacionalidade por força do domínio polonês que sofreram alhures."[37]

Para um ucraniano cioso da sua particularidade, como o senhor Gregório Tomaczewski, (ao qual voltaremos mais tarde), o passaporte não seria a forma mais adequada de definir a sua nacionalidade. Narrando um episódio em que um funcionário público pretendia identificá-lo como polonês baseado no seu passaporte, Gregório afirma ter contra-argumentado:

> "-Escuta amigo, gatinhos nascidos no forno são biscoitos?"[38]

Para ele, assim como para muitos outros ucranianos que imigraram enquanto seu país estava sob domínio polonês, a documentação não refletia a sua identidade nacional. Para a polícia e para os institutos de estatística muitas vezes, sim. Conforme um estudo a este respeito:

> "O número exato de ucranianos no Brasil não pode ser estabelecido com qualquer precisão. Até 1914 os funcionários da imigração brasileira registrariam um ucraniano da Galícia como austríaco, ou imigrante da Galícia; aqueles que vieram com passaportes poloneses eram simplesmente

---

[36] Não sei qual a base desta cifra, claramente subestimada, quando confrontada com os dados do censo de 1940 (ver adiante, Tabela III).
[37] Rio Grande do Sul, Brasil, Repartição Central de Polícia, Delegacia de Ordem Política e Social. "Relatório sobre atividades comunistas de eslavos". Porto Alegre, 25/6/46. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (de agora em diante Aperj), Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 9. P. 1.
[38] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97.

registrados como 'polacos'. Apenas após a Segunda Guerra Mundial eles seriam identificados como ucranianos"[39]

Talvez por isso, ucranianos e bielo-russos não existam enquanto categoria nos censos populacionais das primeiras décadas do século. Nas fichas da Sociedade Eslava, porém, baseadas provavelmente na auto-identificação de cada pessoa, estes dois grupos representam respectivamente 43 e 40% de uma amostra de 158 sócios.

Mesmo considerando que os poloneses estejam sub-representados em função da existência de fortes sociedades próprias e da influência anti-comunista da Igreja Católica, é surpreendente a baixa participação dos auto-identificados como russos (3 %) inferior mesmo aos bessarábios (outra categoria inexistente no censo) com 6%. Este conflito de parâmetros de identificação nos cria sérias dificuldades para a obtenção de dados numéricos precisos sobre a quantidade de cada grupo nacional particular. Por outro lado, reforça a idéia da percepção dos "polacos" como um conjunto indiferenciado.

Retomando o contraste comentado acima entre a idéia de que os polacos seriam uma parcela semelhante dos estrangeiros do Quarto distrito em 1921 e a sub-representação dos poloneses no levantamento policial de 1918, poderemos perceber que, somando poloneses, austríacos[40], bohemios, húngaros e russos, chegamos a um total de 918 pessoas. Esse agregado, ao qual provavelmente se referia o entrevistado no jornal de 1921 ao falar em "polacos" adquire assim o status de um terceiro grupo, logo abaixo de alemães e italianos.

No que diz respeito à proporção de estrangeiros em relação ao número de brasileiros, porém o que pode ter levado à diferença verificada é o fato de que muitos filhos ou netos de imigrantes falando primordialmente ou exclusivamente uma língua estrangeira eram entretanto juridicamente cidadãos brasileiros. Isto porém poderia não se refletir na

---

[39] Kubijovyc, Volodymyr. *Ukraine: a concise encyclopaedia.* Shevchenko scientific society, Inc. University of Toronto Press: Toronto, 1963. P. 1195.

[40] A inclusão dos austríacos (que geral poderiam ser culturalmente identificados como alemães) neste grupo pode ser questionada. Entretanto, o Império Austro-Húngaro foi uma das entidades políticas donde veio o maior número dos assim chamados "polacos" e é difícil saber quantos destes documentados como "austríacos" se definiriam, por exemplo, como poloneses da Galícia (uma das três partes em que a Polônia foi dividida entre os séculos XVIII e XIX, sob tutela do Império Austro-Húngaro) ou ucranianos da Ucrânia Ocidental, cujo território em grande medida se confunde com a própria Galícia. Isso é particularmente válido para os imigrantes chegados na grande leva da década de 1890.

percepção dos demais brasileiros, nem mesmo na sua auto-identificação. A dissociação entre cidadania legal e identidade "nacional" expressa nas esferas de sociabilidade das "colônias" pode ser avaliada pelos dados de do Relatório Municipal de 1927, no item relativo às associações beneficentes. A grande maioria de "brasileiros" sócios da "Sociedade Polonesa Águia Branca" ou do "Deustchen Hilfsverein" são, evidentemente, descendentes de imigrantes nessa condição.

Tabela II - Sociedades Beneficentes de base étnica em Porto Alegre - Movimento Associativo, 1927[41]

Nome	Socios	Brasileiros	Alemães	Italianos	Outros
Soc. Polonesa Águia Branca	163	108	-	-	55
Deustchen Hilfsverein	410	360	40	2	8
Soc. Italiana de Ben. e Instrução Umberto I	217	48	-	152	-

Tomando-se o uso da língua portuguesa em casa como indicador de "assimilação", que era o que provavelmente os organizadores do Censo de 1940 pretendiam identificar quando incluíram uma questão a respeito no levantamento, as colônias alemã e italiana no Rio Grande do Sul, 116 anos depois de iniciado o processo imigratório, teriam permanecido incrivelmente "inassimiláveis".

As 735.817 pessoas que declararam ou foram estimadas como falando alguma língua estrangeira em casa, uma ano após tal prática ter sido proibida e ter passado a ser rigorosamente reprimida, ainda constituíam 22.16 % da população do estado. Comparando este dado com os números relativos a estrangeiros naturalizados ou não nas colunas anteriores, percebe-se que o número de pessoas falando alemão como primeira língua é 17 vezes superior ao número de nascidos na Alemanha, sendo a mesma proporção, no caso da Itália de 10 vezes.

---

[41] Fonte: Boletim Municipal, 1928. AHPA

Tabela III - Estrangeiros por nacionalidade e população de língua estrangeira no estado do Rio Grande do Sul – 1940[42]

	Residentes	Naturalizado	Total	Não falam português em casa	
Alemães	15279	7543	22822	Alemães	39393
Italianos	18685	9654	28339	Italianos	29599
Russos	7123	3672	10795	Outra língua européia	45888
Poloneses	9380	4870	14250	**Total (A)**	**73581**
Romenos	1043	573	1616	*População total do estado (B)*	*33206*
Húngaros	389	208	597	**Parcela da população que não usa o português como primeira língua**	**22.16 %**
Austríacos		904	904		
Espanhóis	2675	1608	4283	Estrangeiros de outras línguas européias	69092
Argentinos	4667	2226	6893		
Uruguaios	19739	10015	29754	**Uso da língua estrangeira em relação ao número de estrangeiros da mesma origem**	**(%)**
Japoneses	199		199	Alemães	1726.1
Sírio-Libaneses	1748	1106	2854	Italianos	1044.4
Portugueses	6127	4391	10518	Outra língua européia	66.42
Total	**87054**	**46770**	**133824**		

O que é surpreendente neste contexto é que no caso da relação entre aqueles que falam "outra língua européia" em casa (o que paradoxalmente não inclui o português), e o número de nascidos nos respectivos países, a proporção se inverte. O número dos identificados nesta categoria lingüística representa apenas 66% da quantidade destes estrangeiros. Segundo este dado, 1/3 dos nascidos no exterior, excetuando-se alemães e italianos, já teriam adotado o português como primeiro idioma. Como maior parcela destes falantes de "outras línguas européias", os "polacos" estariam assim se mostrando, apesar da distância entre seu universo cultural e o brasileiro, mais assimiláveis.

Esta tendência a uma maior assimilação lingüística encontra confirmação em alguns depoimentos. Filha de uma polonesa imigrada com um polonês de segunda geração, a tecelã Sueli Cwzerbynsky Galinatti, nascida em 1919 recorda-se de falar polonês em casa apenas na infância, enquanto convivia com a avó materna.[43] Uma das possíveis explicações para esta pequena manutenção das demais línguas quando comparadas ao alemão ou ao italiano, poderia ser localizada na limitação dos usos sociais disponíveis para as mesmas. Afinal de contas em Porto Alegre, apenas como ilustração, não haviam jornais diários,

[42] Fonte: Recenseamento de 1940, IBGE. FEE.
[43] Entrevista com Sueli Cwzerbynsky Galinatti, 17/10/98.

escolas e grandes empresas onde "outras línguas européias" fossem usadas oficialmente, o que ocorria tanto com o alemão como com o italiano.

Além do mais, talvez outros processos mais complexos estivessem em curso. Muitas vezes a própria relação entre "polacos" e o universo cultural e social brasileiro foi mediado por sua relação com a cultura alemã, com a qual já tinham diversos tipos de contato (positivos ou negativos) no seu contexto de origem e que por outro lado, já estava solidamente estabelecida no Rio Grande do Sul. Havia colonos alemães em várias áreas do Leste europeu; a Prússia e depois a Alemanha interferiram de todas as formas possíveis na vida polonesa; a língua alemã era a língua do Estado e da "alta cultura" no império austro-húngaro, e a influência da Alemanha como potência na região certamente ia muito além disso. Se coisa semelhante poderia se dizer em relação à Rússia, tomando-se o uso da língua como indicador de influência, no contexto brasileiro saber falar russo seria de pequena utilidade. [44] Dentro do repertório cultural presente no Leste europeu, o contato com a Alemanha representava a ponte possível com a realidade que os "polacos" encontrariam no Rio Grande do Sul.

Gregório Tomaczewski, relembra como, sendo filho de uma família "de posses" na Ucrânia o conhecimento de alemão fez com que conseguisse informações na rua, em São Paulo, sobre como pegar um trem para o Paraná, evitando de ser mandado da Hospedaria dos Imigrantes, onde ninguém lhe entendia, para uma plantação de café no interior paulista.[45] Posteriormente, a mesma habilidade ampliaria muito a sua esfera de sociabilidade em Porto Alegre e lhe proporcionaria uma melhor inserção profissional como alfaiate na indústria de vestuário A. J. Renner, possibilitando uma melhor comunicação com os descendentes de alemães que ocupavam o topo da hierarquia da empresa.

Em casos contrários, a falta de acesso tanto à língua alemã quanto à portuguesa ampliava a exposição à exploração e a retaliações, como ocorria a operárias grevistas já em 1906. Como relatava um jornal operário, referindo-se ao diretor alemão de uma fábrica de meias que exigia que os operários após o fim da greve lhe solicitassem o "favor" de serem reempregados:

---

[44] Chama a atenção entretanto que no momento de articulação da Sociedade Eslava, uma de suas atividades-fim fosse precisamente o "ensino e difusão do idioma russo" (ver adiante página 33), capaz de servir de denominador comum a "eslavos" de várias origens, e de sedimentar seus vínculos com a nova "pátria-mãe".

> "E para obter a realização do seu desejo, não admite trabalhadores que não saibam falar um dos dois idiomas – português e alemão – para os obrigar a repetir as palavras que costuma ensinar.
>
> Antes da greve não admitia operários nacionais. Agora porém, uma operária que só conhecia o idioma polaco, e aderiu no começo à greve mas, depois de alguns dias, seu marido teve a desgraça de enlouquecer, e ela viu-se obrigada a voltar ao trabalho, para dar sustento aos seus filhinhos, e ao terminar a greve esta operária foi despedida do trabalho, ficando com seus filhos na extrema miséria."[46]

Muitas vezes, porém, mais além de servir como uma ferramenta de comunicação, o domínio da língua alemã possibilitaria que certas famílias, que de outra forma viria a ser identificadas provavelmente na categoria geral de "polaco" passassem por um processo de total "germanização", como parte de uma estratégia mais geral de ascensão social. Quando Elza Suk Rossner, filha de mãe polonesa e pai austríaco e Otto Jochade, filho de húngaros decidiram criar seus filhos falando alemão em casa, e educá-los numa escola alemã (até a proibição do ensino básico em língua estrangeira em 1939), optaram dentro do seu repertório de possibilidades, pela língua de maior status e que abria possibilidades de melhor inserção sócio-econômica (inclusive, neste sentido, superior ao português). A opção pela Igreja Luterana e a participação em sociedades esportivas dirigidas por alemães concluíram o processo de "germanização", até que a repressão anti-nazista viesse a provocar uma "nacionalização" forçada da próxima geração[47].

Ainda em outros casos, ao invés de uma assimilação ao universo germânico, eventualmente nem mesmo possível para quem não tivesse um austríaco na família, a passagem de uma boa relação com os alemães para uma articulação mais profunda poderia assumir a forma de uma aliança política. Segundo um relatório do consulado norte-americano em 1937, parte da colônia ucraniana apoiava ativamente a idéia de incorporação

---

[45] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97.
[46] "Eco das Oficinas – Fábrica de meias". In *A Luta*. Porto Alegre, 28-10-1906, p. 3. Reproduzido em Petersen, Sílvia R. Ferraz. e Lucas, Maria Elizabeth. *Op. Cit.* P. 157.
[47] Entrevista com Valter Jochade , 18/03/97.

da Ucrânia pela Alemanha defendida pelos nazistas, que tiveram organização extremamente sólida em toda a região de colonização alemã do Rio Grande do Sul[48]. A crer no relatório preparado por um padre Ruteno anti-eixo para a inteligência militar norte-americana em 1942, 3 trabalhadores ucranianos da fábrica Renner chefiavam o trabalho de articulação com os nazistas, como parte de uma ampla rede de colaboração ucraniano-alemã na América Latina.[49]

> [Seguindo-se à tomada soviética do leste polonês em setembro de 1939, a Galícia polonesa, compreendendo uma área de aproximadamente 62.160 km2 foi incorporada na República Socialista Soviética da Ucrânia. Quando os alemães invadiram a Ucrânia em 1941 durante a Segunda Guerra Mundial, os nacionalistas ucranianos esperavam que uma república ucraniana independente seria estabelecida sob proteção alemã. Para seu grande desapontamento, os alemães não apenas dividiram a Ucrânia russa e a Ucrânia ocidental (Galícia), mas vieram como conquistadores hostis. A Ucrânia foi retomada pela União Soviética em 1944. No mesmo ano, partes da Bessarábia e parte norte da Bukovina (parte da Romênia) foram acrescidas a ela, e a região da Rutênia, na Tcheco-eslováquia foi acrescentada em 1945.[50]]

A hipótese de que este tipo de aliança tenha sido freqüente é reforçada pela seguinte cláusula do estatuto da Sociedade Eslava, apreendido pela DOPS em 1946:

> "Art. 12° - Sendo a sociedade eslava formada exclusivamente de elementos democratas e anti-nazi-fascistas, não admitirá de modo algum, qualquer

---

[48] *Political report to the Embassy.* "Nazi and fascist propagand and integralism". Guy W. Ray, Vice-Cônsul. Consulado norte-americano, Porto Alegre, Brasil, 12/02/37. Departamento de Estado, NARA.

[49] Os 3 seriam Ivan Vynnytsky, Ivan Podolyak e Zakrawsky, e trabalhariam em contato com o Banco Transatlântico Alemão, com o Consulado Alemão e com o Pastor Luterano Marchinsky, na Argentina, que seria o coordenador da rede latino-americana. Cfe: "Subversive activities in South America". General Staff, Military Intelligence Division G-2, Washington, DC. 10 de Fevereiro de 1942. Departamento da Guerra, NARA.

[50] "Ukraine," Microsoft® *Encarta® 97 Encyclopedia.* © 1993-1996 Microsoft Corporation. All rights reserved.

> cidadão que já tenha tido ligações sociais com alguma agremiação nazi-fascista ou organização que tenha sido dirigida por elementos totalitários."[51]

Aparentemente, porém, a dissolução de uma identidade particular parece ter sido a opção ou o destino de muitos grupos que compunham o contingente de "polacos" e hoje por exemplo é quase impossível encontrar vestígios da sua presença na cidade. Muitos setores, entretanto, buscaram preservar ou reconstruir seja a identidade de um grupo específico seja uma identidade mais ampla, de formas intimamente ligadas às disputas entre diferentes correntes políticas atuantes no período. Analisaremos a seguir os casos da "União e Luz Operária Russo-Branca[52]/Ucraniana", da "Sociedade Eslava de Porto Alegre" e da "Sociedade Ucraniana de Porto Alegre" como exemplos destas experiências.

Ucranianos, Russos-Brancos, ... ou eslavos ?

As formas de articulação e expressão de identidade coletiva por parte dos povos do leste europeu, tanto no seu contexto de origem quanto fora dele, estão profundamente marcadas pelas complexas diferenciações e interpenetrações entre diferentes matrizes culturais (lingüísticas, religiosas, folclórica, etc.). Por outro lado, elas refletem também o impacto exercido na região pelas disputas entre diferentes estados nacionais, impérios e projetos político-ideológicos, assim como o estabelecimento de alianças variadas entre diferentes grupos, dependendo da natureza dos conflitos colocados em cada conjuntura.

O estudo do processo de criação de associações por parte de grupos específicos de imigrantes uma dada nacionalidades oriunda desta região, ou de grupos que se definem como parte de um conjunto mais amplo de povos articulado em torno de conceitos "étnicos" como o de "eslavo" é particularmente significativo para a análise deste fenômeno.

Em agosto de 1935, a "União e Luz Operária Russo-Branca/Ucraniana" de Porto Alegre, fundada em 1932, foi fechada pela polícia local.[53] De acordo com a versão do processo que levou à deportação de seus dirigentes André Chviescovice, Teodoro Jasyk, Daniel Rapecky, Calinik Demianchuk e Alexandre Slmiko em dezembro do mesmo ano,

---

[51] Rio Grande do Sul, Brasil, Repartição Central de Polícia, Delegacia de Ordem Política e Social. "Relatório sobre atividades comunistas de eslavos". Porto Alegre, 25/6/1946. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 9. Modelo de carteira social anexo.

[52] O termo russo-branco eqüivale a bielo-russo, sendo ambos usados correntemente no período em estudo.

[53] "Processo de Expulsão de Estrangeiros nº 803/35". MNJI Caixa IJJ7/170. AN-RJ.

esta sociedade seria resultado de uma articulação da "missão soviética creditada junto ao governo uruguaio" com comunistas gaúchos. A mesma interpretação era reproduzida pela imprensa de Montevidéu, por meio da qual chegou ao conhecimento tanto da Embaixada Norte-americana naquela capital quanto do Ministério da Justiça brasileiro.[54]

A correspondência que fora mantida por aquele corpo diplomático soviético com a direção da sociedade tende, entretanto, a sugerir não o seu envolvimento ativo com a organização dos ucranianos e bielo-russos de Porto Alegre, mas sim uma postura de cautela e distanciamento. A carta remetida à "União" pelo primeiro secretário da missão, Austrin, inclui a seguinte passagem:

> "... não temos do governo soviético os poderes plenipotenciários de supervisão sobre os trabalhos iguais aos vossos. Fica portanto, claro, que manifestada da vossa parte a prontidão, esta igualmente não pode modificar a resolução que vos comunicamos. Também queremos desviar-vos do passo falso, isto é, de mandares para cá, a Montevidéu os vossos exímios representantes. Isso seria um gasto inútil do vosso dinheiro ganho com dificuldade e nada de bom vos traria. [...] Quero também advertir-vos que o vosso pedido na base dos regulamentos existentes poderá ser resolvido somente logo que no Brasil tivermos um representante acreditado da URSS [...]."[55]

De fato, a carta indica em primeiro lugar que a fundação da sociedade fora uma iniciativa de seus próprios membros, que somente após a organização da mesma vieram a buscar o estabelecimento de vínculos com a União Soviética. Assim como o teor da resposta obtida, a atitude posterior da legação soviética de Montevidéu, ao colocar a sua correspondência com a "União" à disposição da Embaixada brasileira no Uruguai tão logo

---

[54] *Idem*. Também: Leslie E. Reed, Cônsul geral norte-americano em Montevidéu ao Secretário de Estado, Washington, DC. "Alleged connections of the Soviet Legation in Uruguay with communistic activities in Brazil". Montevidéu, 23 de Agosto de 1935. Documento código 832.00B/58. Departamento de Estado, NARA.

[55] "Processo de Expulsão de Estrangeiros nº 803/35". AN-RJ. Pp. 40-41. Tradução do Dr. João Vasely, tradutor e intérprete oficial da Chefatura de Polícia de Porto Alegre.

o caso veio à tona, indicam uma pequena disposição daquela representação diplomática em assumir qualquer responsabilidade sobre a atuação da sociedade.[56]

Ao contrário do que é afirmado no processo de expulsão dos dirigentes da "União", à medida que se aprofundava a investigação do episódio, fortaleciam-se as evidências de que não havia como comprovar a interferência soviética no caso. O cônsul norte-americano em Porto Alegre, em relatório baseado em conversas confidenciais com o próprio delegado responsável pela DOPS, que lhe franqueou amplo acesso aos documentos apreendidos, concluiu que "não há nada disponível, todavia, a indicar definitivamente que a legação soviética em Montevidéu esteja envolvida".[57] Também aos representantes norte-americanos na capital uruguaia pareceria ser pouco provável que "uma organização de caridade para o amparo aos Russos Brancos tivesse relações estreitas com a legação soviética aqui".[58]

Porém, mesmo que a polícia política tenha vindo a estabelecer a inexistência de conexões mais efetivas entre a "União" e a URSS, entre o fechamento da sociedade e a decisão no sentido de expulsar seus dirigentes do país a evolução do contexto político geral traria razões de sobra para que se divulgasse a conclusão oposta. Em novembro de 1935 eclodia a tentativa insurrecional levada a cabo pelo Partido Comunista Brasileiro em nome da Aliança Nacional Libertadora, desta vez com comprovado apoio dos representantes soviéticos em Montevidéu. Evidentemente, estes acontecimentos fortaleceram as tendências à caracterização da "União" como parte de uma conspiração comunista internacional, mesmo que as diligências apontassem em sentido contrário.

Entretanto, à medida que a releitura das fontes nos afasta da hipótese conspirativa, permanecemos com a necessidade de compreender melhor as finalidades efetivas da sociedade, o que pode nos levar a uma maior aproximação das motivações que

---

[56] *Idem*, p. 60 , "Ofício Reservado nº 269", "...a qual se faz acompanhar da documentação fornecida àquela Missão diplomática pelo Ministro da URSS na capital uruguaia". Rio de Janeiro, 11 de Outubro de 1935. Este baixo envolvimento da legação contrasta fortemente com o grau de apoio dado à Sociedade Eslava de Porto Alegre 10 anos depois, como veremos a seguir.

[57] Reginald S. Castleman, cônsul norte-americano em Porto Alegre ao Secretário de Estado, Washington, DC. Porto Alegre, 5 de setembro de 1935. "Communistic activities of society of White Russians and Ukranians at Porto Alegre". Documento código 832.00B/60. Departamento de Estado, NARA. P. 6.

[58] Julius G. Lay ao Secretário de Estado, Washington, DC. "Communistic activities at Porto Alegre, Brazil; Alleged connections of USSR Legation at Montevideo therewith". Montevidéu, 29 de Agosto de 1935. Documento código 832.00B/59. Departamento de Estado, NARA.

levaram seus membros a se organizar coletivamente, e dos significados envolvidos no pertencimento à mesma. Do documento do consulado norte-americano em Montevidéu, citado acima, poderíamos concluir que a factibilidade de um eventual apoio da URSS dependia, em grande medida, do estabelecimento de quais seriam os verdadeiros objetivos da associação e das motivações que teriam animado seus membros. Ou seja, se a "União" fosse uma "organização de caridade", não haveria porque a legação soviética apoiá-la. Seguindo este raciocínio, no caso da entidade constituir-se em uma organização política comunista, ganharia força a hipótese do envolvimento soviético. A questão a responder é até que ponto o caráter excludente destas duas definições era assumido, nos mesmos termos, também pelos integrantes da associação.

Todos os depoimentos de membros da "União", tomados após o seu fechamento, insistiram que as finalidades da mesma eram culturais, beneficentes, recreativas e educativas. O secretário da entidade, André Chviescovice, declarou, por exemplo, que a mesma se destinava a "levantar a cultura dos russos-brancos aqui existentes" através de atividades voltadas ao "divertimento". Já Teodoro Jazik, seu presidente, insistia que a "União" teria apenas "fins educacionais e beneficentes dos operários russos brancos e ucranianos", enfatizando a importância dos cursos desenvolvidos, que incluíam alfabetização, aritmética e música.[59]

Embora a negação da atuação política da entidade fosse previsível, à medida que os interrogados buscavam se desvencilhar das acusações de "subversão", o fato é que a realização de uma grande diversidade de atividades consoantes com os propósitos declarados pela "União" está bem documentada. O próprio tradutor encarregado pela polícia da análise do material apreendido, antes de traduzir os nomes de livros e o conteúdo de panfletos e trechos de documentos de teor "subversivo", julgou por bem registrar que "todas as atas, em geral, constam de danças, músicas, teatros, regimento interno da sociedade, tomada de contas, etc. etc.".[60]

Por outro lado, da literatura encontrada na seda da "União", da sua correspondência, assim como de trechos selecionados das atas da entidade, fica patente que ela se constituía também em um importante centro de debate político para os imigrantes das

---

[59] "Processo de Expulsão de Estrangeiros nº 803/35". AN-RJ. Pp. 46-47.
[60] *Idem*. P.46.

duas nacionalidades em Porto Alegre. Uma carta sem remetente identificado tratava do envio regular de livros russos e do jornal cujo título foi traduzido como 'Estrela', que aparentemente se estava extraviando antes de chegar ao destino. A carta indica que o pagamento pelas publicações deveria ser ser remetido para a Rússia, e solicitava a espera de uma definição sobre o endereço preciso para tanto, encerrando-se com "saudações proletárias da comissão".[61]

Na biblioteca da "União", foram apreendidos 70 livros, sendo 11 de Lênin, alguns de Stálin, e "o de número 16 por Lênin e Stálin". Outros livros eram de "diversos autores, provavelmente comunistas, como indicam os títulos dos livros: *O trabalho e o capital*, *O ano de 1905*, *A América negra*, *A batina negra*, *Rússia*, etc., etc., etc." Havia ainda os livros de leitura *Bolshevik*, cujas primeiras 39 páginas eram "simples cartilhas de ABC", mas que na página 40 continha "o retrato de Lênin e leitura sobre o mesmo". Os títulos de outros itens desta cartilha eram elencados pelo tradutor no sentido de comprovar o caráter subversivo da mesma:

> "Nós os pioneiros; Crianças nas fábricas; Retrato do secretário do comitê central dos comunistas; Rickals; Na Rússia Branca; O chefe; O rádio; Aurora vermelha; Dia de reunião; Moradia paupérrima; Os fabricantes; Os fazendeiros; Os proprietários inimigos da organização estatal; e assim por diante, com idéias absolutamente comunistas, terminando com o hino Internacional".[62]

Já o livro *Bolshevik II*, consistiria de "ensino primário infiltrado de doutrinas bolchevistas", terminando com um "hino em honra a Lênin". Outro item de destaque na biblioteca seria o *Livro das canções dos operários*, contendo inclusive várias paródias comunistas da Marselhesa. Ainda no que diz respeito à obtenção de publicações, as atas da sociedade registram que os seus dirigentes "resolveram escrever para Berlim encomendando o jornal 'Combate' e escrever para o jornal 'Novo Mundo' de Buenos

---

[61] *Idem*. P. 45.
[62] *Idem*, Pp. 46-47.

Aires. [...] o dinheiro foi enviado por intermédio do jornal 'Combate', que se publica em Berlim, para os presos políticos na Polônia."[63]

Dois dos cinco dirigentes da entidade, afirmaram nos seus depoimentos ignorar a origem dos livros "subversivos" (o presidente Jazik e o bibliotecário Slmiko). Já os demais, coincidiam em assumir que os mesmos teriam sido enviados por uma livraria da Bielo-rússia, mas negavam que ao realizar a compra tivessem finalidades políticas. O tesoureiro da entidade, Calinik Demianchuk, alegava que havia escrito a "uma livraria de Minsk pedindo almanaques e folhinhas" e que junto com os mesmos teria recebido a "propaganda comunista".[64]

Parece difícil crer que ao menos alguns dos dirigentes da sociedade não tivessem desempenhado um papel ativo na obtenção da bibliografia comunista. Por outro lado, a análise dos contatos através dos quais a sociedade tinha acesso a esta literatura levantam novamente o questionamentos sobre o caráter de suas relações internacionais.

Além da hipótese de que o trabalho da "União" fosse dirigido via legação soviética de Montevidéu, a polícia e a imprensa exploraram exaustivamente a correspondência mantida pela mesma com um grupo de colaboradores sediado em Berlim, ao qual foi atribuído o suposto caráter de "órgão oficial da Internacional Comunista". Esta caracterização parece atender mais ao interesse em fortalecer à hipótese conspirativa do que ao teor das evidências ou à própria lógica. A capital alemã em 1934, no auge da perseguição da Gestapo à esquerda, certamente não era o local mais adequado para servir como base de qualquer articulação comunista internacional. Por outro lado, o tom da correspondência entre os "camaradas" de Porto Alegre e Berlim não possui a formalidade que se poderia esperar da relação entre organismos oficiais, mas antes se caracteriza por um coloquialismo que tende a sugerir a existência de uma rede de solidariedade e de organização política atuando com uma grande margem de autonomia em relação às estruturas da Internacional:

> "N.° 4. Carta de Berlim, da casa de Hans Winkler, S, 14, Postfach 16, comunicando que manda todos os meses 20 a 25 exemplares do jornal '*Borodba*' ('Luta') avisando também que tem muitos livros em idioma

---

[63] *Idem*. Pp. 45-47.

> russo-branco e pergunta quantos russos-brancos existem no Rio Grande e como passam economicamente."[65]

Mas as atenções dos membros da "União" não se voltavam porém apenas para a situação de suas terras natais e para seus contatos internacionais. Os trechos de atas selecionados pela polícia para tradução, indicavam que eles também cultivaram ao menos a intenção de partir para o desenvolvimento de uma atuação política local:

> "Está se fazendo um grande trabalho político-econômico e moral. Mas por falta de pessoal técnico, o trabalho vai frouxo, mas vai por si mesmo. Quanto ao trabalho futuro, devemos nos dirigir à Comissão Central para que esta elabore um plano de ação que será dividido em seção e sub-seção e as divisões das funções sejam afixadas nas paredes, no sentido de que da organização do trabalho que se faça paralelamente com a vida dos operários nas regiões designadas, e deve haver uma vanguarda do povo proletário"
>
> "A comissão composta pelos camaradas Chveysk, Zechak, Rapectcky, Cestiny e Zamulko, deve escolher quatro dos oradores especiais para descreverem a situação dos operários no mundo inteiro, especialmente a da Rússia, antes, durante e depois da Revolução, e é obrigação dos oradores inflamar o entusiasmo dentro das massas operárias para a vitória da revolução social do mundo inteiro. Durante a festa que a sociedade realizará em sua sede por ocasião destas conferências, o coro deve cantar uma peça a marcha *Budony*, uma marcha da guarda vermelha e a marcha da vida, e os músicos de ambos os sexos devem também executar a marcha da guarda vermelha e a internacional."[66]

Daniel Rapecky, secretário da seção cultural da "União" propôs que a mesma enviasse uma delegação ao 'Congresso Anti-militarista Sul-americano', realizado em Montevidéu em 1933. O próprio Rapecky assumira também a responsabilidade pela

---

[64] *Idem*. P. 48.
[65] *Idem*. P. 42.
[66] *Idem*. P. 46.

realização de cursos políticos semanais na sociedade. Outra iniciativa que demonstra a politização da entidade era "a resolução de fazer um inquérito donde fosse possível ver o nosso desenvolvimento não só cultural, mas também em questões de política". Chegou a ser debatida também a publicação de um jornal próprio, ressalvando-se que "o redator, em caso de perigo, assume toda responsabilidade".

Foi ainda proposta a promoção de

> "uma solenidade em memória do grande chefe do proletariado, Lênin. Mas em vista de rigorosas medidas da polícia e para evitar o fechamento da sociedade, foi resolvido não fazer este ato solene."[67]

Portanto, se de um lado temos referências concretas a uma grande diversidade de atividades culturais realizadas pela "União", de outro, está claro que nela se desenvolvia um trabalho de formação, propaganda e de tentativa de organização política. Aparentemente, entretanto, não havia homogeneidade ideológica entre os integrantes da sociedade. Ao menos podemos encontrar o registro de episódios de conflito interno que parecem ter base em diferentes posicionamentos políticos:

> "Na ata do dia 13 de maio de 1932 consta o seguinte: Estevão Culina bateu com o revólver na cabeça do regente Reptchinsky, acusando-o de 'bielo-quardeieç' (guarda-branco anticomunista)"[68]

Outra indicação de que coexistiam na sociedade grupos mais identificados com o comunismo e outros mais próximos do nacionalismo, e que isso poderia tornar-se fonte de divergências, se encontra numa carta de março de 1935, dirigida à sociedade pelo Sr. Fedek, "orador oficial", comunicando que não poderia "falar por ocasião da festa de Shevchenko, por haver pouco tempo" para preparar-se para a solenidade. Fedek acrescentava ainda uma recomendação de que

> "não se desse novamente o veto como na véspera da festa de Lênin já sucedeu, e cuja festa deveria ter sido realizada, pois é mais importante do que a festa de Shevchenko"[69]

Taras Hryhorovych Shevchenko, (1814-1861) foi "o mais destacado poeta ucraniano do Século XIX e um personagem central no renascimento nacional ucraniano", enfatizando em seus poemas a sátira à "opressão da Ucrânia pela Rússia", e a profecia de uma revolução contra esta dominação.[70] Parece claro que a tentativa de celebrar tanto o líder comunista russo quanto o líder nacionalista ucraniano visava contemplar a diversidade política presente entre os membros da sociedade. É verdade que a homenagem a Shevchenko, sendo ele um poeta, poderia ser encarada, em primeiro lugar como uma atividade "cultural". A valorização de um crítico da dominação russa sobre a Ucrânia, por outro lado, certamente não contribuía com o cultivo da idéia de que os russos seriam agora os principais aliados dos ucranianos. Daí, provavelmente, a necessidade, por parte dos comunistas, de enfatizar o caráter secundário da homenagem ao poeta.

Portanto podemos supor, a partir de algumas evidências concretas, que as atividades culturais e recreativas da sociedade atraíram um contingente mais amplo e politicamente diversificado de imigrantes das duas nacionalidades à participação na mesma. Por outro lado, há indicativos de que, ao menos no momento de seu fechamento, um grupo de militantes comunistas tinha uma significativa influência sobre a "União" e a utilizava como base de sua atuação política.

Estas considerações nos levam de volta à indagação sobre quem eram os membros da sociedade e quais seriam as motivações que os levavam a participar da mesma. Infelizmente, não temos nem mesmo o número exato de sócios da "União", estimado pela polícia em "cerca de uma centena", muito menos uma informações individuais sobre os mesmos. Em relação ao número de participantes, sabemos apenas que no momento em que a mesma foi fechada pela polícia, realizava-se uma reunião com um público de "sessenta pessoas, entre elas dez mulheres, estavam presentes". No que diz respeito à análise sobre o perfil dos mesmos, podemos tomar como ponto de partida a análise transmitida pelo delegado da DOPS ao cônsul norte-americano na capital gaúcha:

---

[67] *Idem.* P. 46.
[68] *Idem.* P.46.
[69] *Idem.* P. 47.
[70] "Shevchenko, Taras Hryhorovych". ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. 1999-2000. http://www.brittanica.com.

> "[...] os membros da sociedade consistem exclusivamente de imigrantes recentes da Rússia Branca e da Ucrânia, pessoas sem destaque na comunidade, mesmo entre os trabalhadores. Essas pessoas até o momento não estabeleceram nenhum contato com elementos radicais locais, de uma natureza propriamente brasileira, ou de fato com outros brasileiros, em qualquer extensão considerável. Eles permaneceram um grupo à parte, isolados do resto da comunidade e vivendo para si mesmos."

> "[...] a opinião do chefe de polícia é de que esta sociedade é um grupo de indivíduos que vieram recentemente da sua terra natal e desejosos, na frase brasileira, de 'manter aceso o fogo sagrado' essa sendo a extensão de suas atividades até o momento." [71]

Mas o 'fogo sagrado' seria a identidade étnica ou o projeto político comunista? Optando-se pela primeira resposta, por que afinal de contas, estariam os membros de dois grupos, que se identificavam como sendo distintos, se organizando juntos? Por outro lado, optando-se pela segunda resposta, por que não teria havido uma articulação maior com comunistas de outras nacionalidades e, em especial, com a estrutura do PCB em Porto Alegre?

---

[71] Reginald S. Castleman, cônsul norte-americano em Porto Alegre ao Secretário de Estado, Washington, DC. Porto Alegre, 5 de setembro de 1935. "Communistic activities of society of White Russians and Ukranians at Porto Alegre". Documento código 832.00B/60. Departamento de Estado, NARA. P. 2.

De acordo com a avaliação policial, uma das características particulares do grupo de associados da "União" seria o fato de serem imigrantes recentes. A impressão é confirmada pelos poucos depoimentos de seus dirigentes que foram explícitos a esse respeito. Calinik Demianchuk, com 45 anos em 1935, havia migrado em setembro de 1925, vindo de Varsóvia diretamente para Porto Alegre. Já Alexandre Slmiko, com 31 anos de



idade, havia migrado em 1° de julho de 1930, chegando inicialmente ao Rio de Janeiro.

Essa recente chegada nos leva à caracterização desses trabalhadores como membros de uma leva bastante específica de imigrantes. Após a iniciativa pioneira de alguns pequenos grupos, a partir de 1872, foi apenas a partir de 1895 que iniciou-se a primeira onda de imigração ucraniana para o país, conhecida como a "febre brasileira", que se estendeu até 1897, e

> "viu a chegada de mais de vinte mil pequenos agricultores e camponeses sem terra, que se estabeleceram no Brasil após terem obtido a promessa de terra barata por agentes de companhias de navegação italianas. [...] Grupos

> muito menores, de sete centenas a um milhar por ano, seguiram-se esta primeira onda. A Segunda onda de imigração, em 1907-1914, consistiu de ucranianos da Galícia e Volínia. Esse grupo de quinze a vinte e cinco mil pessoas emigrou como resposta ao chamado do governo brasileiro por trabalhadores de construção para construir uma ferrovia de São Paulo, através do Paraná, até o Rio Grande do Sul. No período entre as duas guerras mundiais, cerca de nove mil ucranianos da Galícia, Volínia, Polésia e, numa medida menor, Bucovina e Transcarpátia, assim como dos assentamentos ucranianos na Iugoslávia, imigraram para o Brasil." [72]

No caso brasileiro, esta terceira leva permanece pouco estudada, à medida que, ao contrário das anteriores, não se destinou fundamentalmente ao estabelecimento de colônias rurais no Paraná, que passaram a representar o centro da comunidade ucraniana no país. Porém, em relação à Argentina, esta mesma leva de imigrantes possui maior destaque, possibilitando que se encontre uma caracterização mais precisa da mesma:

> "Os colonos do segundo período (1922-1939) eram ainda mais diversos: embora a grande maioria fosse de galicianos, havia também imigrantes da Volínia e Polésia, Ucrânia Central, Bukovina e Transcarpátia. Ao lado dos colonos agricultores, havia também muitos imigrantes que se estabeleceram em cidades. Muitos tinham andado pelo mundo afim de ganhar dinheiro tão rápido quanto possível, e voltar à sua terra nativa. Havia também um certo número de pessoas educadas, incluindo ex-soldados e indivíduos envolvidos nas lutas ucranianas por liberdade, muitos dos quais tinham sido perseguidos ou ameaçados com perseguições por aqueles que ocuparam suas terras nativas. A imigração ucraniana neste período, que contabiliza cerca de setenta mil pessoas, pode ser vista como sócio-política". [73]

---

[72] Pawliczko, Ann Lencyk (org.). *Ukraine and Ukrainians throughout the world. A demographic and sociological guide to the homeland and the diaspora.* Shevchenko scientific society, Inc. University of Toronto Press: Toronto, 1994. Pp. 445-6

[73] *Idem, Ibidem*. P. 427.

Essa associação entre a perseguição sofrida nas regiões de origem e a migração talvez explique a íntima relação entre os dois aspectos da 'fogo sagrado': o cultural e o político. Com relação às origens regionais desta onda migratória, ela parece também se aplicar à maioria dos ucranianos chegados ao Brasil, e a Porto Alegre em particular, no período. A inteligência militar norte-americana calculava, no início dos anos 40, em cerca de 100.000 a quantidade de ucranianos no Brasil, número semelhante ao existente na Argentina. Destes a maioria seria provinda da Galícia Oriental e Volínia,[74]

Gregório Tomaczewski, um nacionalista que desde o início da década de 30 participou de várias experiências de organização dos ucranianos de Porto Alegre, quando perguntado sobre a "União e Luz Operária Russo-Branca e Ucraniana", singularizou a parcela da comunidade ucraniana que aderira a esta sociedade a partir de uma íntima relação entre origem regional, relações de classe e ideologia:

> "- Esta sociedade eu conhecia de longe, não tomava parte desta sociedade, eu não gostava desta sociedade. Eram comunistas [...] das partes mais ocidentais. Era, vamos dizer, um município, deste município veio aquela gente que eram de 'credo vermelho'. E vou lhe dizer por que. Nesta parte daquela terra existia duas classes de gente, a chamada nobreza e marginais, vamos dizer assim. E esses marginais eram todos contra nobreza, e nobreza contra marginais e disso se criou comunismo. Porque às vezes não é nem da própria vontade, às vezes obrigam de ser."[75]

De fato, nos depoimentos dos dirigentes da sociedade, apenas Calinik Demianchuk teve registrada como sua origem a Ucrânia, especificando ainda que vinha da "província de Volínia". Daniel Rapecky declarou ser "natural da Rússia, mas atualmente pertencente à polônia". Quanto a Alexandre Slmiko, foi registrado como "polaco, nascido no município de Grodno". Todos os demais interrogados foram registrado apenas como originários da Polônia, mesmo Jacob Kruk, que anos depois viria a se definir como Russo-branco.[76] Com todas as distorções possíveis no processo de interrogatório e tradução,

---

[74] Cfe. "Report of Activities of Ukranians in South America". War Department General Staff, Military Intelligence Division G-2, Washington, DC. 28 de Janeiro de 1942. Departamento da Guerra, NARA.
[75] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97. Destaque do autor
[76] "Processo de Expulsão de Estrangeiros nº 803/35". AN-RJ. P.45-51.

parece claro que todos originavam-se de áreas sob domínio polonês, o que correspondiam de fato às porções ocidentais tanto da Ucrânia quanto da Bielo-rússia. Isso valia, naquele momento histórico, tanto para a região da Volínia, no primeiro caso, quanto para a cidade de Grodno, no segundo:

> "Grodno, ou Hrodna, atualmente na Bielo-rússia, perto da Polônia, fez parte de um principado independente até 1398. Ela então veio a ficar alternadamente sob domínio lituano e polonês até que foi cedido à Rússia em 1795. Em 1920, tornou-se parte da Polônia independente, mas foi anexada pela União Soviética em 1939. De 1941 a 1944, a cidade foi ocupada por tropas alemãs."[77]

A proximidade geográfica entre as regiões ocidentais dos dois territórios, assim como a situação política comum explicam assim como, embora o próprio nome da sociedade demonstre a importância atribuída à manutenção de identidades específicas, havia porém razões suficientes para explicar o porque de uma organização conjunta de bielo-russos e ucranianos, baseada, antes de mais nada, na luta contra a dominação polonesa. A história política da região pode também ajudar a compreender as complexas relações entre nacionalismo e comunismo que se estabeleciam na experiência destes dois povos.

Kiev, atual capital da Ucrânia, durante os séculos IX a XIII foi considerada o centro da cultura russa, até invadida por tártaros mongóis. Já o principado ucraniano da Galícia, fundado no século XII, foi anexado pela Polônia no século XIV. Ao mesmo temo, Kiev e o principado da Volínia foram conquistado pela Lituânia e posteriormente passaram, junto com a Lituânia, ao domínio da Polônia, levando os cossacos ucranianos a se aliaram com a Rússia, que acabou ficando com as terras ao leste do rio Dnepr no século XVII. Nos séculos XVIII e XIX, a maior parte do território da Ucrânia permaneceu incorporada ao Império Russo, enquanto a Galícia, Bukovina e Cárpato-Ucrânia, sob domínio austríaco, deram origem a um forte movimento nacionalista.

---

[77] "Hrodna," Microsoft® Encarta® 97 Encyclopedia. © 1993-1996 Microsoft Corporation. All rights reserved.

Após a Revolução Bolchevique de 1917 na Rússia, a Ucrânia proclamou sua independência. Uma república foi estabelecida na Galícia Oriental em 1918, liderado por Simon Petlyura, mas pela Conferência de Paz de Paris em 1919 esta área veio a ficar sob protetorado polonês. O governo da república da Ucrânia, declarou então guerra contra a Polônia, enquanto, um contra-governo era estabelecido pelos comunistas, declarando o país uma República Socialista Soviética. Em 1920, o avanço dos exércitos bolcheviques russos levou o governo de Petlyura e a Polônia a se tornarem aliados, com primeiro renunciando às reivindicações ucranianas pela Galícia e Volínia Ocidental. A aliança não evitou, porém, que o governo soviético assumisse o controle do país. Em 1921, através do Tratado de Riga, a Polônia reconheceu a Ucrânia Soviética e reteve as terras anexadas da Ucrânia ocidental.[78]

Já a atual Bielo-rússia, na Idade Média estava dividida em vários principados eslavos. À época da destruição de Kiev pelos tártaros, foi anexada pela Lituânia, que no século XVI unificou-se com a Polônia. Daí até o século XVIII, serviu de campo de batalha entre os poloneses e os russos, que a incorporaram na época das partilhas da Polônia (1772, 1793 e 1795). Do mesmo modo como na Ucrânia, após o colapso do Império Russo, uma república bielo-russa foi proclamada em março de 1918, sendo esmagada pelo bolcheviques, que proclamaram uma república soviética em janeiro de 1919. A Polônia, determinada a restabelecer seus limites históricos, também invadiu o país, e acabou recebendo a parte ocidental do mesmo pelo Tratado de Riga. A terra restante tornou-se uma república constituinte da União Soviética, em 1922. [79]

---

[78]"Ukraine". *Microsoft® Encarta® 97 Encyclopedia.* © 1993-1996 Microsoft Corporation. All rights reserved; "Ukraine," *ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA.* 1999-2000. http://www.brittanica.com.

[79]"Belarus". *Microsoft® Encarta® 97 Encyclopedia.* © 1993-1996. Microsoft Corporation. All rights reserved.

Aparentemente, portanto, um elemento de unidade entre os participantes da "União" seria o fato de que tanto ucranianos ocidentais quanto bielo-russos ocidentais teriam sido prejudicados pelo Tratado de Riga, ficando sob domínio polonês. Isso igualava inclusive tanto os originários destas regiões que haviam participado das lutas de independência sob liderança nacionalista quanto aqueles que o fizeram sob direção comunista. Para os últimos, a situação não deixava de ser paradoxal, à medida que embora o fato da maior parte dos seus países ser incorporada pela URSS pudesse ser considerada uma vitória em termos ideológicos, ela não beneficiara particularmente a sua região, mas acabara por ratificar o controle polonês sobre a mesma.



Mapa da expansão do Território Soviético. A área laranja inclui a Bielo-Rússia e a Ucrânia Ocidentais, cedidas à Polônia pelo Tratado de Riga e incorporadas à URSS em 1939.

Até a Segunda Guerra Mundial, conforme destaca Mazower, a aliança entre nacionalistas e comunistas ucranianos não era nada implausível, já que os bolcheviques russos haviam evoluído de uma posição inicialmente favorável à "assimilação" das minorias nacionais - no início do século - para a defesa da auto-determinação dos povos - durante o processo revolucionário. O princípio fora até mesmo consagrado na constituição soviética, enquanto por outro lado a unidade "imperial" da URSS era assegurada informalmente através do Partido Comunista. A autonomia cultural vivida pelos ucranianos orientais contrastava vivamente com a violenta repressão sofrida por aqueles que se encontravam sob domínio polonês, e explicaria porque eles teriam "celebrado a queda da República Polonesa e a chegada do Exército Vermelho na Ucrânia Ocidental no outono de 1939".[80]

---

[80] Mazower, Mark. *Dark continent: Europes's Twentieth Century.* Londres / Nova Iorque / Victoria / Toronto / Auckland: Allen Lane-The Penguin Press, 1998. Pp. 48-50.

Esta breve contextualização demonstra como se torna difícil realizar uma separação rígida entre identidade étnico-nacional e ideologia quando falamos do leste europeu neste período. Isso confirma a vinculação estabelecida por Gregório Tomaczewski entre origem regional e opções políticas entre os membros da "União". Resta analisar o último elemento da equação estabelecida por Tomaczewski, ou seja, a importância da polarização de classes como fator determinante que teria levado os ucranianos das "regiões ocidentais" a simpatizarem pelo comunismo. Nesse sentido, é importante indagar em que medida esta percepção aguda da luta de classes teria sido transplantado ao contexto de Porto Alegre.

Das fontes já citadas, percebe-se que a "União", embora sendo uma associação de base étnico-nacional, definia-se como uma organização operária, e pretendia desenvolver ações de organização classista. A combinação destes dois elementos, embora não tão comum quanto nas primeiras décadas do século, ainda era freqüente nos anos 30. É verdade que os sindicatos oficiais se estabeleciam como instituições que canalizavam as lutas reivindicatórias e outras demandas classistas, embora com graus distintos de participação e representatividade, e nesse sentido, o espaço das associações étnicas operárias se reduzia. Apesar de que esta era uma tendência que já vinha se manifestando desde os anos 10 e 20, o fato era que, em meados dos anos 30, associações operárias "gerais" ainda conviviam com organizações de trabalhadores de nacionalidades específicas, apesar de que estas em geral já não se propunham a desempenhar um papel reivindicativo, no sentido da representação e negociação das condições em que se davam as relações de trabalho, o que implicaria numa competição aberta com as entidades sindicais.

Outros espaços porém permaneciam disponíveis para associações étnicas de trabalhadores. Além das atividades culturais e beneficentes, é possível afirmar que a disputa político-ideológica entre esquerda e direita no período, que afetava em grande medida o movimento operário embora não se restringisse a ele, ainda se dava em grande medida dentro de universos etnicamente (ou lingüisticamente) delimitados. Enquanto bielo-russos e ucranianos combatiam os "fascistas poloneses", a estrutura orgânica do PCB, composta no Rio Grande do Sul basicamente de "brasileiros", se encarregava da luta contra o integralismo. Já o movimento anti-nazista alemão movia-se quase exclusivamente dentro da

comunidade teuto-brasileira, comandado pelo veterano líder libertário Friedrich Kniestedt. [81]

Por outro lado, mesmo que a "União" não se constituísse em um caso isolado, a regra geral era a tendência a uma clara distinção entre, de um lado, os sindicatos como organizações de trabalhadores englobando tanto brasileiros como imigrantes, e de outro as associações étnicas que não se definiam em termos classistas. É possível afirmar que eram cada vez mais raras as associações étnicas dirigidas por trabalhadores manuais, como era o caso da "União".

A profissão mais freqüente entre os dirigentes e membros da sociedade interrogados pela polícia era a de condutor de bonde da Companhia Carris, comum a quatro deles. É bem verdade que Alexandre Slmiko fazia questão de se identificar como "operário rural, trabalhando atualmente como condutor", o que estabelece uma conexão entre a sua situação de classe na Bielo-rússia e aqui. Além dos "motorneiros", entre os interrogados se encontram também dois marceneiros e um operário da Cervejaria Continental.

Conforme já procuramos apontar, na situação objetiva em que se dava a inserção destes novos imigrantes do leste europeu em Porto Alegre, havia uma larga sobreposição entre etnicidade e situação de classe. O crescimento da indústria e dos meios de transporte da capital gaúcha coincidiam com a sua chegada, levando a que muitos se estabelecessem na própria cidade, ao invés de nas colônias rurais do interior. Aqui encontravam também outras etnias já solidamente estabelecidas (principalmente os alemães, mas também em certa medida italianos e poloneses), o que reforçava sua posição de subalternidade.

Por outro lado, sobre esta base objetiva comum, as opções estratégicas adotadas frente ao *status quo* estabeleciam uma variação subjetiva bastante significativa. Neste ponto, ideologia e alianças étnicas assumiam um peso decisivo na configuração de um posicionamento voltado ao fortalecimento da identidade classista com ênfase conflitiva ou da aposta na mobilidade social ascendente e na aliança com outros segmentos sociais. Para

---

[81] Sobre a luta anti-nazista Cfe: Gertz, René (org.). *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt)*. Porto Alegre: EST Edições, 1989. P. 145. Sobre o combate ao integralismo, Cfe. Martins, Elóy. *Um depoimento político. Op. Cit.* Como verificamos anteriormente, dentre os grupos de imigrantes recentes, os judeus parecem ter sido os que melhor e mais rápido se integraram à estrutura do PCB no Rio Grande do Sul.

o segmento dos nacionalistas ucranianos que acreditava na aliança com os alemães como caminho para uma Ucrânia independente, a busca de uma aliança com segmentos da elite teuto-brasileira em Porto Alegre seria natural. Já para aqueles que, como parece ser o caso da maioria dos membros da "União" buscavam o apoio russo e aderiam à ideologia comunista, esta era uma opção descartada.

Uma possibilidade alternativa seria a aliança com os militantes comunistas brasileiros. Aparentemente porém, não chegou a se efetivar qualquer vínculo mais sistemático ou orgânico com o PCB no estado no período de atuação da "União". É provável que ao menos aqueles que eram trabalhadores da Carris tenham tido algum contato com a militância do partido na empresa, uma das bases mais organizadas dos comunistas entre o operariado porto-alegrense. Jacob Kruk, por exemplo, ao ser interrogado, teve de responder por que mantinha em sua casa o panfleto comunista 'Ao povo trabalhador e oprimido e a toda a população sincera', ao que respondeu que o havia encontrado no bonde e guardado "por casualidade".

O início de 1935 fora extremamente agitado em termos sindicais, com uma greve entre têxteis e metalúrgicos que a direção comunista da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) pretendia transformar em greve geral a partir da paralisação dos setores de transporte (ferroviários e transviários). Foi justamente ao tentar organizar a paralisação da Carris que o primeiro secretário estadual do PCB, Mário Couto, caiu numa arapuca policial e foi assassinado, ainda no mês de janeiro. O episódio desencadeou uma onda de prisões de lideranças e o fechamento de organizações sindicais, e o período foi marcado por uma série de mortes suspeitas de líderes comunistas, atribuídas à polícia política do governador Flores da Cunha.[82]

No momento do fechamento da "União", portanto, o PCB estadual se encontrava bastante desarticulado devido à repressão. Por outro lado, se houvesse qualquer registro de uma ligação mais estreita da "União" com os comunistas locais, mesmo que em momentos anteriores, a polícia e a imprensa certamente teriam dado bastante destaque ao fato, o que não ocorreu.

---

[82] Sobre as greves de 1935 em Porto Alegre e o contexto da atuação do movimento sindical no período, Cfe: Fortes, Alexandre. "Revendo a legalização dos sindicatos: Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)". *In*

Podemos concluir, portanto no sentido de que é provável que a formação desta organização integrada de bielo-russos e ucranianos tenha sido um movimento em larga medida dissociado de iniciativas dos organismos comunistas nacionais e internacionais, embora pareça igualmente provável que ao menos uma parte dos seus membros se identificava com o comunismo e via de forma positiva a integração das duas nacionalidades na URSS, desejando que a mesma se estendesse às suas regiões de origem.

Em Porto Alegre naquele momento, portanto, uma parcela dos membros destes dois grupos, que chegaram em números significativos no final da década de 20 e início da década de 30, superava conflitos decorrentes da ocupação da Ucrânia pela Bielorússia em período histórico anterior, identificava a URSS como aliada e os "fascistas poloneses" como seus principais adversários.[83] Este aproximação antecipava o desenvolvimento do pan-eslavismo, capitaneados em Porto Alegre justamente por membros das duas nacionalidades a partir da metade da Segunda Guerra Mundial.

O fortalecimento deste sentimento favorável a uma unificação dos "eslavos" e sua conexão com a "ala esquerda" do nacionalismo ucraniano foi identificada pelo Consulado Norte-Americano em São Paulo em 1941, que considerava que mais de 50% dos imigrantes daquela nacionalidade poderiam ser definidos como comunistas, mesmo tendo trabalhado em íntima conexão com os alemães antes da declaração de guerra entre Alemanha e URSS. A explicação do Consulado para tal fenômeno seria, mais uma vez, o ódio aos poloneses, que levaria a que mesmo ucranianos de nacionalidade polonesa estivessem tramando contra o governo da Polônia. Os argumentos políticos que marcavam os vários setores que compunham o movimento nacionalista ucraniano em 1941, assim como as redefinições e tensões em sua política de alianças, foram sintetizados da seguinte forma:

> "A Ucrânia é o coração da raça eslava. Por causa dos seus ricos recursos naturais, tais como trigo, e ferro e carvão antrácito de alta qualidade, da qual

---

Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando T. Silva, Hélio Costa e Paulo Fontes. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho.* Campinas, Edunicamp, 1999. Pp.19-49.

[83] Sobre os conflitos entre Bielorússia e Ucrânia, Cfe: Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97. No que diz respeito aos fascista poloneses, Cfe: "Processo de Expulsão de Estrangeiros nº 803/35". AN-RJ. P.46: "Na Ata de 18 de dezembro de 1932, sob o nº 51 consta o seguinte: 'Plano futuro de trabalho: organização

> é a principal fonte de suprimento para o resto da Rússia, seu território tem sido cobiçado por outras nações por séculos. A maioria dos ucranianos no Brasil tem pequeno interesse nos assuntos políticos da sua terra nativa, mas se acredita que a maioria deles gostaria de ver o seu país independente novamente. Devido à longa incorporação do país à Rússia e sua mútua dependência econômica e política muitos, entretanto, sentem que o melhor para a Ucrânia seria permanecer parte da Rússia ou, ao menos, tornar-se um Estado autônomo em íntima aliança com a Rússia, apoiado por fortes tratados econômicos e políticos, já que a Ucrânia é muito vulnerável para se sustentar por si própria."[84]

A luta pela independência era persistentemente estimulado pelo movimento nacionalista ucraniano, que ao menos desde a segunda década do século XX desenvolvia um trabalho internacional de propaganda voltada à afirmação da especificidade da sua nacionalidade. Como podemos ver pelo seguinte trecho de um livro publicado em 1949, a afirmação das particularidades do povo ucraniano e a reivindicação à sua soberania política vinham lado a lado:

> "Em geral, os ucranianos tem características nacionais marcadas que tornam fácil reconhecê-los mesmo quando eles não pertencem às fronteiras do território ucraniano. Eles pertencem ao grupo indo-germânico – um antigo povo eslavo que desenvolveu-se a partir de elementos provindos dos países da Ásia Menor e do Mediterrâneo. Seu lar original é aquele de todos os eslavos. Seus vizinhos a noroeste são os povos do grupo báltico-lituano, a sudoeste imbrica-se com o grupo trácio. Na parte sul de seu território que não era originalmente colonizada pelos ucranianos, eles vieram a estabelecer um contato frutífero com os gregos."[85]

---

contra fascistas poloneses. Protesto contra a opressão dos operários na Rússia-Branca" Tradução do Dr. João Vasely, tradutor e intérprete oficial da Chefatura de Polícia de Porto Alegre.

[84] "Activities of Ukrainians". Consulado Geral Norte-americano no Brasil ao Secretário de Estado, Washington. São Paulo, 16 de Outubro de 1941. Departamento de Estado, NARA.

[85] Michuk I. *Ukraine and its people. A handbook with maps, statistical tables and diagrams.* Ukrainian Free University Press: Munique, 1949. P. 20

Em termos políticos, a afirmação da identidade passava porém pela complexa distinção entre inimigos e aliados, e existiam diferentes avaliações a este respeito, resultando no desenvolvimento de estratégias divergentes:

> "Praticamente todos os ucranianos parecem não gostar dos poloneses e da Polônia e insistem que foi um erro que uma parte da Ucrânia tenha sido dada em um certo momento à Polônia. Uma pequena, mas ativa, minoria gostaria de ver a Alemanha ganhar a presente guerra, principalmente por motivos egoístas.
>
> De fato, a maioria dos ucranianos em São Paulo e os 70.000 do Paraná são oficialmente classificados como poloneses.
>
> Parece que os ucranianos desta seção estão divididos em três grupos: nazi, democrático e comunista. Se acredita que todos os grupos nazistas e fascistas estejam trabalhando com os alemães, alguns esperando pela restauração do Império Austríaco. Os grupos comunistas parecem estar divididos em relação às alianças políticas com os outros, enquanto o grupo democrático parece estar trabalhando por uma Ucrânia democrática independente. Este último é provavelmente o maior. O grau de cooperação, se é que existe algum, entre os alemães nazistas locais e às várias facções ucranianas aqui desde a invasão da Rússia pela Alemanha, não é de forma nenhuma conhecido. É um fato de pequena importância e encoberto. Se acredita entretanto que os ucranianos monarquistas ainda estão em íntima cooperação com os nazistas e que a maioria dos ucranianos comunistas e democráticos estão contra tanto Alemanha quanto Rússia. A idéia de independência, todavia, parece ser partilhada por todos os grupos"[86]

A complexa dinâmica das redefinições de posicionamentos políticos e alianças no seio da comunidade ucraniana contamina o próprio relato do observador, que ora fala

---

[86] "Activities of Ukrainians". Consulado Geral Norte-americano no Brasil ao Secretário de Estado, Washington. São Paulo, 16 de Outubro de 1941. Departamento de Estado, NARA.

em "democratas" com maioria, ora de 50% de comunistas; ora enfatiza o sentimento de que a Ucrânia deveria ficar ligada à Rússia, ora coloca os próprios comunistas ucranianos como sendo anti-russos. Na leitura de um historiador simpático ao pan-eslavismo, a explicação para esse processo de realinhamento por parte de vários grupos seria que

> "na colônia, assim como na ucraniana e bielo-russa, a guerra pátria havia mitigado os antigos litígios entre os antigos colonos e a imigração branca. Agora, já não se tratava da atitude a respeito do regime soviético, mas sim da existência ou não existência da Rússia, do antagonismo tradicional entre o mundo eslavo e o germânico. O acento que Stalin punha no glorioso passado da Rússia e a realidade da guerra pátria ajudaram a uma parte da imigração branca a superar suas velhas antipatias com o regime posterior à revolução. Aqueles grupos que se solidarizavam com a Alemanha hitlerista se excluíram por si mesmos do movimento de imigrantes."[87]

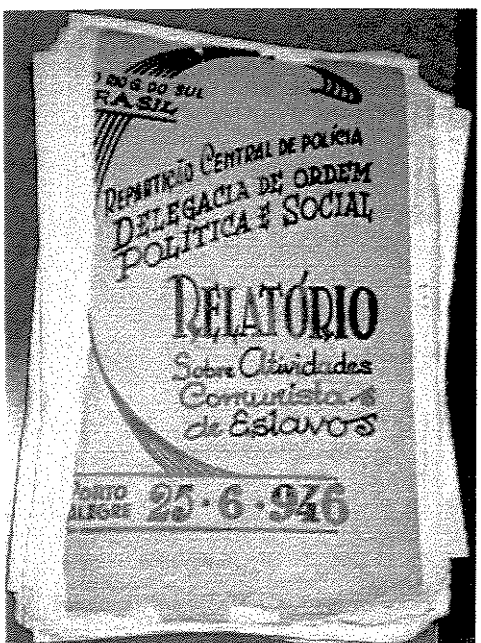
Portanto podemos perceber, pela análise do contexto do período, que havia uma tendência a uma integração cada vez maior entre as alianças políticas estabelecidas no cenário internacional e a forma assumida pelos movimentos voltada à preservação, resgate ou rearticulação das identidades étnicas entre as comunidades de imigrantes do leste europeu. Assim, não é de estranhar que, se a representação soviética no Uruguai se manteve relativamente distanciada em relação ao trabalho da "União e Luz Operária Russo-Branca/Ucraniana", entre 1932 e 1935, sua relação com a "Sociedade Eslava", surgida na conjuntura de 1943 seria radicalmente diferente.

A sociedade for a organizada a partir do impulso do "1° Congresso Eslavo Latino-Americano", realizado em Montevidéu entre 23 e 25 de Abril daquele ano, e para a polícia política, seu caráter comunista estava predeterminado a partir daí, já que o tom dominante das discussões naquele Congresso era o da moção apresentada pelo delegado chileno, Radoslav Dapolo:

---

[87] Nálevka, Vladimir. "Los Congressos eslavos de Buenos Aires y Montevideo en la Segunda Guerra Mundial". *Ibero-Americana Pragensia*. Praga. Año IX, 1975. Pp. 107-121. Agradeço esta referência a Mirta Z. Lobato.

"A organização dos eslavos só pode ser uma federação ao redor da União Soviética, orientada pelo chefe da humanidade e maior dos eslavos Joseph Stálin".[88]



Relatório da Dops Gaúcha sobre a Sociedade Eslava, Aperj.

Uma leitura retrospectiva, realizada à luz da constituição do bloco socialista do leste europeu no pós-guerra, poderia facilmente fazer coro com a interpretação policial, ao ver neste movimento de organização dos eslavos latino-americanos apenas a reprodução de uma política arquitetada no Kremlin. O processo de construção da "unidade eslava" era, entretanto, mais complexo. Não se tratava, por exemplo, de que a URSS estivesse manipulando uma massa amorfa de imigrantes oriundos da região, mas antes de um processo de articulação envolvendo um grande leque de grupos organizados em sociedades, especialmente na Argentina e Uruguai, muitas das quais expressavam, até o momento, precisamente os particularismos e os conflitos étnicos e políticos entre os vários povos eslavos.[89]

É evidente que o movimento pan-eslavista era impulsionado pela União Soviético e jogava a favor de seus interesses estratégicos, mas o engajamento de setores políticos mais amplos era um pressuposto para a sua viabilização e, deste modo, uma condição para que os comunistas pudessem disputar a hegemonia sobre a "colônia eslava" na América Latina. Isso explica o teor da fala do capitão russo Jevdokimov, organizador uruguaio do congresso de Montevidéu, de que "ficar neutro neste momento significa trair a pátria e a humanidade, querendo dizer que, começando com os monárquicos e terminando com os comunistas, todos devem somar-se a este movimento". O fato de que não havia homogeneidade político-ideológica entre os participantes do congresso também está bem

---

[88] Transcrita (traduzida) em "Relatório sobre atividades comunistas de eslavos". Porto Alegre, 25/6/1946. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 9. P. 1.

[89] Nálevka, Vladimir. "Los Congressos eslavos de Buenos Aires y Montevideo en la Segunda Guerra Mundial". *Op. Cit.*

documentado pelo fato da pauta incluir uma série de debates acirrados sobre que governos de resistência ou no exílio seriam reconhecidos pela "unidade eslava" como legítimos representantes dos povos da região após a vitória sobre o Eixo. Ao menos no caso da polêmica entre a "unificação tcheco-eslovaca" e os nacionalistas eslovacos, se chegou prestes a uma ruptura, evitada por uma resolução contemporizadora, que remetia a solução para negociações posteriores.[90]



Orquestra de balalaicas da Sociedade Eslava de Porto Alegre

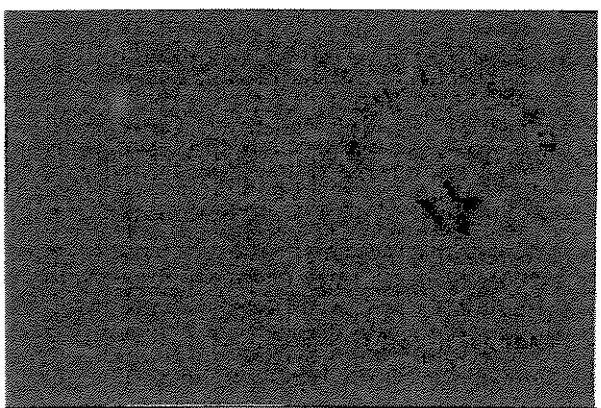
De todo modo, paralelo aos debates sobre o futuro do leste europeu no pós-guerra, o congresso decidia por "aumentar a ajuda aos povos eslavo em geral, sobretudo às nações que têm maior peso na luta".[91] A primeira grande ação desenvolvida pelos organizadores da "Sociedade Eslava" em Porto Alegre, por exemplo, consistiu na coleta de dinheiro, assim como de roupas, calçados e alimentos, que foram enviados para vítimas da guerra através da Cruz Vermelha Soviética em Londres.

Posteriormente, a sociedade concentrou-se no desenvolvimento de atividades culturais, como a organização do "Coro e Orquestra de Balalaikas". Após 1945, à medida que o PCB vivia o seu curto período de legalidade, este trabalho cultural também se

---

[90] *Idem.* Pp. 112-118.
[91] *Idem.* P. 119.

articulou com uma estratégia mais geral do partido, expressa no pela fundação da "Sociedade de Cultura Popular Euclides da Cunha", que organizou apresentações do coro e orquestra "eslavos". Diversos membros destacados do partido, especialmente intelectuais, também participaram de atividades da sociedade. Do ponto de vista do movimento eslavo, esta relação com o PCB correspondia também à necessidade, já identificada no período da guerra, de "integrar-se ao contexto do movimento democrático latino-americano e das ações de apoio à União Soviética".[92]



Carteira de Identificação dos Membros da Sociedade Eslava de Porto Alegre. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 19C.

Segundo a DOPS, ao elencar os motivos para o fechamento da sociedade e prisão de seus dirigentes, os vínculos que à ligavam à Legação Soviética de Montevidéu seriam bastante sólidos. Além das visitas clandestinas realizadas a Porto Alegre sob nome falso pelo 2º Secretário da Seção Consular daquela Legação, Valentim Riabov, este vínculos consistiriam em:

> "... uma verba que ultrapassa a necessária à vida social, isto é, no total de CR$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinados à construção da sede social e de uma escola, esta para a conveniente dosagem cultural – ensino e difusão do idioma russo, etc...., etc...."[93]

Entretanto, a acusação mais grave contra a sociedade seria a seguinte:

> "3- A entidade aliciava compatriotas, inclusive tolhendo o exercício da ação individual, no sentido de adotarem, *ex-vi* um decreto soviético, a nacionalidade russa, extensiva aos filhos brasileiros natos".[94]

De fato, a "Sociedade Eslava" servia como articuladora do processo de mudança de cidadania por parte dos "...nascidos na Ucrânia Ocidental e Bielorússia Ocidental, ex-

---

[92] *Idem*. P. 114.
[93] *Idem*, P. 31.
[94] *Idem*, P. 31.

cidadãos poloneses..."[95] a quem a legislação vigente na URSS passava a oferecer a possibilidade de obtenção automática de passaporte soviético.

Ao mesmo tempo, a propaganda em prol da "unidade eslava" que acompanhava as campanhas de arrecadação de donativos para as vítimas da guerra interpelava a consciência moral dos imigrantes e conclamava à solidariedade:

"**APELO AOS POVOS ESLAVOS DE PORTO ALEGRE**

A guerra mostrou o caminho. O sangue derramado pelos povos eslavos, soviéticos e outros povos amantes da liberdade, nos indica o novo rumo que deve ser seguido pela humanidade.

Este é o da unidade! Isto é: a união de todos os povos democráticos na luta por um mundo melhor futuro.

Os eslavos, que a maior quota de sangue deram para que a liberdade e a democracia sobreviverem no mundo, devem participar mais ativamente na organização da paz. E é o que os povos eslavos, tendo à frente o grande povo soviético, estão fazendo.

Você é eslavo, amigo!

O que você fez pelos irmãos mortos pelas hordas hitleristas? O que está fazendo pelos que sofrem as conseqüências da guerra? Continuará você alheio ao esforço democrático em prol de uma paz para os séculos? A nova era que surge precisa de trabalho, esforço de cada um e uma firme e sólida união de todos os povos eslavos.

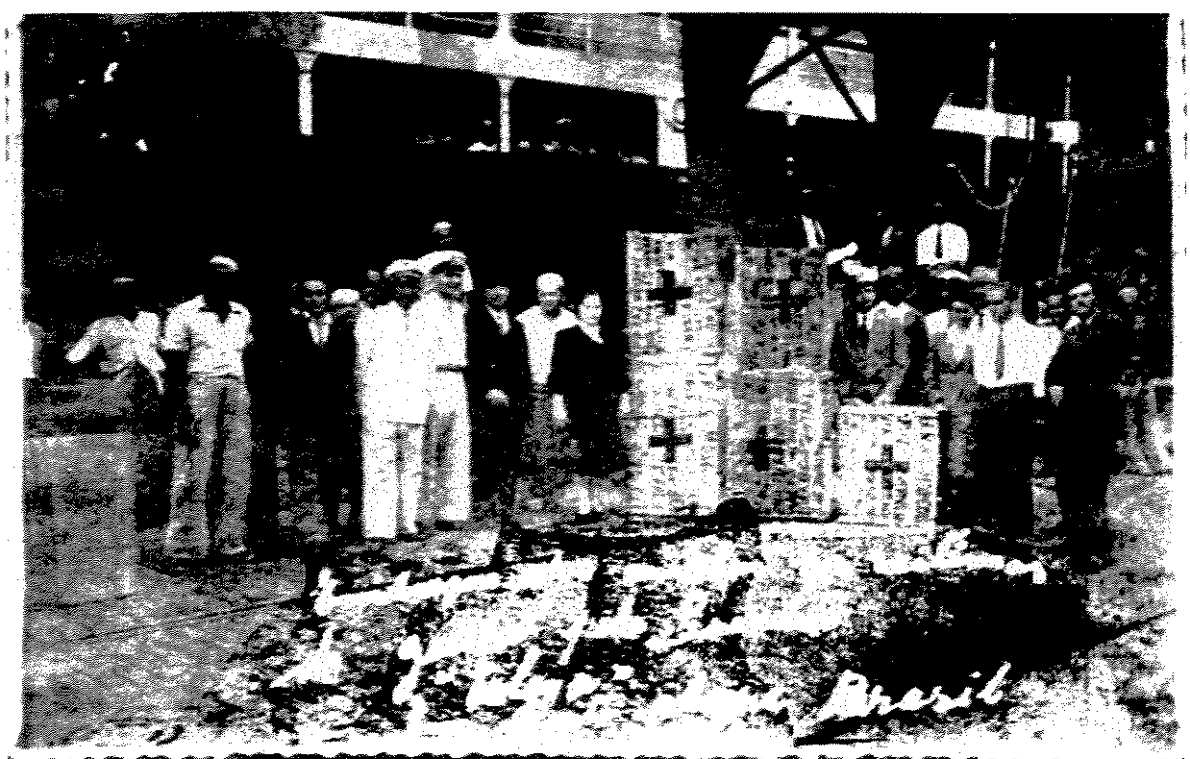
Seja, pois, um elemento útil, participe na organização e criação de uma sociedade eslava. Ela terá por finalidade unir todos os eslavos e desenvolver

---

[95] *Correio do Povo*, 23/12/45. Anexado em "Relatório sobre atividades comunistas de eslavos". Porto Alegre, 25/6/1946. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 9.

um programa cultural, beneficente e de auxílio à Cruz Vermelha na URSS e de outros países eslavos.

Participe dos trabalhos, com isso você ajudará aos povos que sofreram na luta contra o nazismo. Com isso você estará auxiliando o seu filho que crescerá num mundo melhor. Enfim você conhecerá melhor as coisas que se passam no mundo."[96]



Envio de donativos a vítimas soviéticas da guerra. Sociedade Eslava de Porto Alegre

Paralelamente, a Sociedade reatava ou criava laços entre os "eslavos" brasileiros e a URSS, realizando em combinação com a "União Geral Eslava do Brasil", sediada em São Paulo, serviços como a distribuição de boletins, livros e discos soviéticos; a procura de

[96] Panfleto "Unidade Eslava". Anexado em "Relatório sobre atividades comunistas de eslavos". Porto Alegre, 25/6/1946. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 9. Grifado no original.

parentes na URSS; a importação de produtos da mesma e o "ensino da língua russa – direto ou por correspondência".[97]

Tínhamos assim a combinação entre a oferta de uma nova cidadania, o chamado à solidariedade étnica e a construção de laços com uma potência emergente. Esta situação oferecia ao menos a uma parcela dos imigrantes oriundos do Leste Europeu a possibilidade inédita de vivenciarem, se bem que por um breve período, uma situação similar à experimentada por alemães e italianos durante a década de 30, conjugando o fortalecimento de noções de etnicidade no plano local com o orgulho e o compromisso em relação à pátria-mãe.

O número de adesões à sociedade em sua breve existência (153 sócios) e o relativo sucesso das campanhas de arrecadação indicavam a receptividade de parcela significativa dos "polacos" de Porto Alegre à identidade de "eslavo". Se o número de sócios representa apenas uma pequena fração do universo dos imigrantes do Leste europeu e seus descendentes na cidade, constituía-se por outro lado numa base suficiente para o desenvolvimento de atividades capazes de sensibilizar o restante da comunidade. Evidentemente, do ponto de vista policial, esta adesão tendia a ser exagerada, habilitando-se assim a servir como base para a noção de "perigo vermelho".

---

[97] "Relatório sobre atividades comunistas de eslavos". Porto Alegre, 25/6/1946. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 9. P. 33.

Tabela IV - Estrutura ocupacional dos sócios da Sociedade Eslava de Porto Alegre[98]

Mecânicos	19	Chapeleiro	1	Professor	1
Alfaiates	7	Ferreiros	2	Escriturário	1
Operários (as)	9	Bordadeira	1	Porteiro	1
Carpinteiro	15	Armadores de ferro	2	Comércio	10
Colocador de Azulejos	1	Choferes	2	Guarda	1
Sapateiro	9	Agricultor	1	Contadora	1
Marceneiro	8	Seleiro	1	Agrimensor	1
Costureiros (as)	3	Pedreiros	4	Vendedor ambulante	1
Polidor	4	Fundidores	2	***Comércio, serviço e***	17
Aprendiz	1	Cozinheiro	1	***profissões liberais***	
Tecelões (ãs)	11	Fiandeira/Fiador	2	***Domésticas***	16
Químico	1	Colocador de Parquet	1		
Cortador	1	Modista	1		
Lustrador	2	Passadores	2		
Estofadores	2	Prenseiro	1		
Mineiro	1	Pintor	1		
Caldeireiros	2	Torneiro mecânico	1		
Ajustador	1	Salsicheiro	1		
		Trabalhadores Manuais	124		

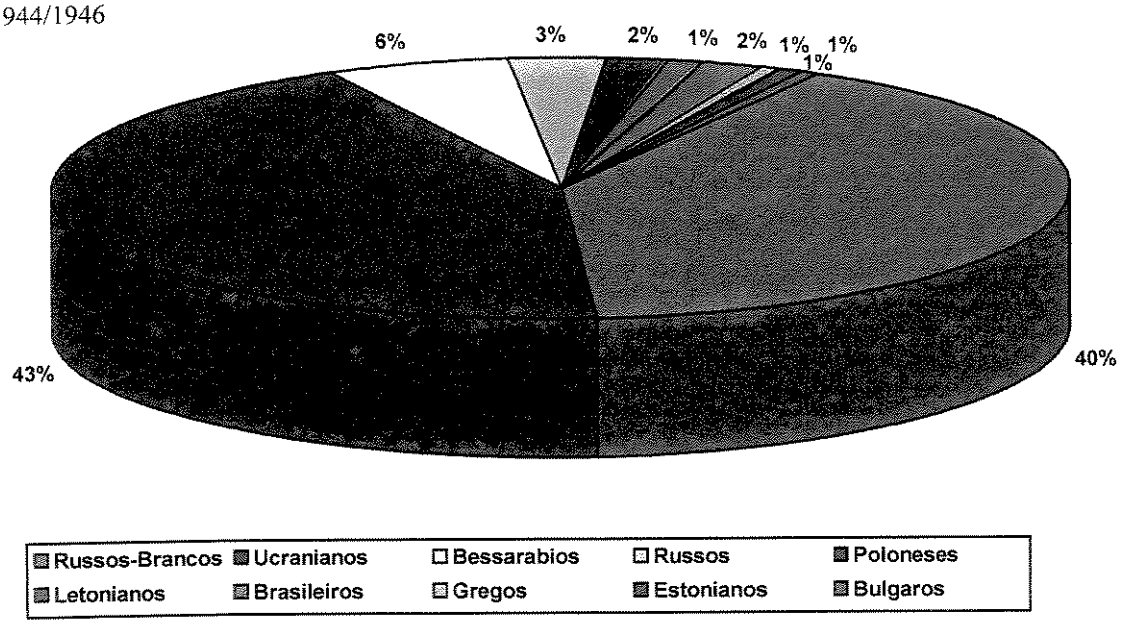
Havendo neste caso evidências bem documentadas de vinculação da "Sociedade Eslava" tanto com a representação soviética em Montevidéu quanto com o PCB em Porto Alegre, ao contrário do que ocorrera com a "União" bielo-russa e ucraniana dez anos antes, caberia o questionamento sobre o grau de autonomia da sociedade em relação às estruturas do movimento comunista. A criação da sociedade e a filiação de parcela dos imigrantes oriundos do leste europeu à mesma representava uma simples adesão a uma política definida pela URSS em função dos seus interesses estratégicos ou, pelo contrário, expressaria a continuidade de um processo subterrâneo de militância comunista por parte destes grupos de trabalhadores imigrados para Porto Alegre?

---

[98] Fonte: "Relatório sobre atividades comunistas de eslavos". Porto Alegre, 25/6/1946. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 9.

Pequenas pistas podem nos ajudar a uma melhor aproximação frente ao problema. Conforme podemos verificar pelo gráfico abaixo, bielo-russos e ucranianos compunham a maior parte dos sócios da entidade. Assim como no caso da "União", a maioria dos membros da diretoria da "Sociedade" era composta pelos primeiros, o que tende a sugerir a sua liderança no processo de criação das duas associações. Uma análise mais detalhada sobre os indivíduos que compõem a direção da "Sociedade Eslava" deixa ainda mais clara a existência de elementos de continuidade entre as duas iniciativas. Dois nomes citados de passagem no processo da "União" viriam a ter destaque no dossiê de

Gráfico I - Distribuição dos Sócios da Sociedade Eslava de Porto Alegre por Nacionalidade Declarada – 1944/1946



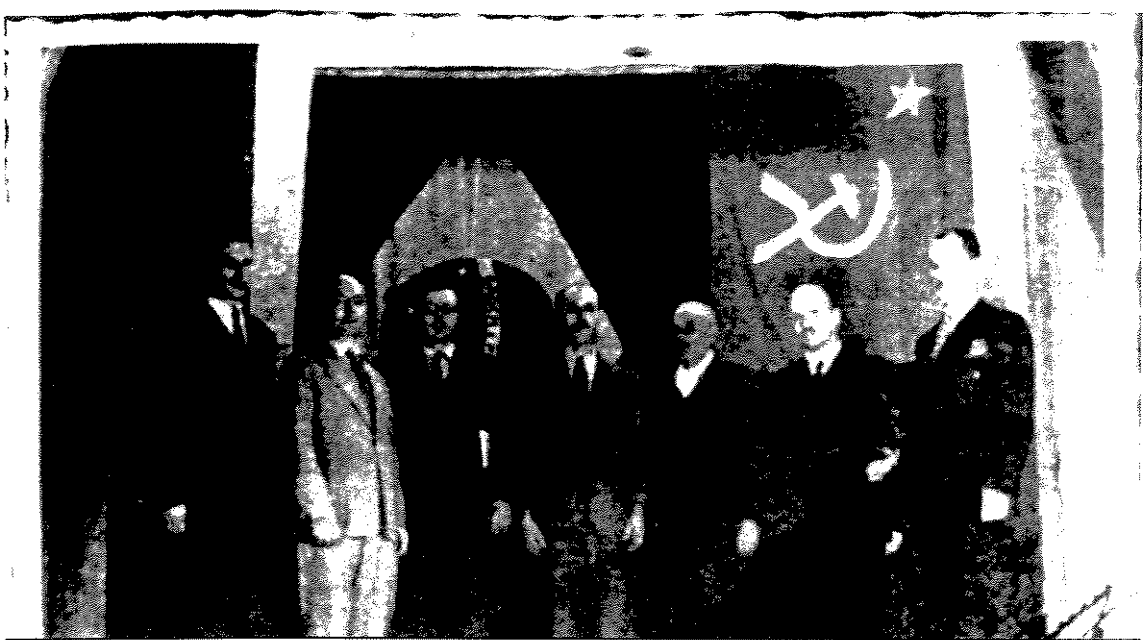
fechamento da organização pan-eslavista.

Conforme nos referimos anteriormente, em 1932, Estevão Culina fora citado de passagem numa ata por ter agredido um regente e acusado-o de ser um "guarda-branco anticomunista". Com seu nome grafado Stefan Kulina, o mesmo imigrante bielo-russo viria a ser o 1° secretário e um dos principais organizadores da "Sociedade Eslava", que funcionou na oficina mecânica de sua propriedade, localizada na Av. Farrapos, 3295, até que, em janeiro de 1946, "irrompeu um desentendimento entre os respectivos associados, que culminou na resignação da primeira diretoria". Segundo a DOPS, Kulina já havia se destacado nas coletas de donativos para as vítimas eslavas da guerra ocorridas entre 1943 e 1944. Além disso, teria feito parte de uma comitiva que visitará representantes da Legação

Russa em Montevidéu, quando de passagem por Porto Alegre no início de 1945. Kulina estaria também envolvido no funcionamento de uma célula comunista que reuniria no Bar Balalaikas, também situado na Av. Farrapos, de propriedade de seu cunhado Danilo Potocki, 1° Tesoureiro da sociedade. Ambos já teriam enviado os à Legação Soviética em Montevidéu os papéis necessários "para se legalizarem, e aos seus filhos, como russos".[99]

Já o vice-presidente da segunda diretoria da entidade, eleita após o conflito com Kulina, seria Jacob Kruk, condutor de bonde em 1935 e fundidor em 1946. Kruk, que havia sido classificado como polonês ao depor no processo de fechamento da "União", se definia também como bielo-russo na sua ficha de ingresso na "Sociedade Eslava".[100]

Tanto o predomínio dos dois grupos de imigrantes no corpo de sócios da "Sociedade Eslava" quanto a presença de Kruk e Kulina em posições de destaque indicam elementos de continuidade em relação à experiência da "União". Esse fato não deixa de ser



Diretoria da Sociedade Eslava de Porto Alegre

surpreendente, à medida que a repressão ocorrida em 1935 certamente representou um duro revés para o processo de organização étnico-político das duas nacionalidades, seja em

[99] *Idem*. Pp. 3-7.
[100] *Idem*. P. 18.

função do temor despertado, seja pela própria acefalia decorrente da deportação dos cinco dirigentes.

Aparentemente houve de fato um impacto inicial, que explicaria o tempo transcorrido antes da organização de outra sociedade. Por outro lado, os fatores que mobilizavam uma parcela significativa dos imigrantes do leste europeu a manter um engajamento político e um posicionamento em relação aos conflitos que afetavam sua região de origem parecem ter sido mais fortes. A guerra certamente trazia notícias e temores angustiantes, tanto em relação à redefinição de fronteiras e zonas de influências quanto, especialmente, no que diz respeito à situação de parentes e amigos. O já difícil processo de integração à sociedade local, onde muitos destes grupos de imigrantes não contavam com uma sólida rede de instituições sócio-culturais como ocorria com alemães, italianos, e em certa medida, poloneses, tendia a ficar ainda mais em segundo plano em função do imperativo ético de manter ou restaurar, ainda que simbolicamente, os vínculos com os conterrâneos que haviam permanecido em regiões que mais uma vez se transformavam em imensos campos de batalha.

Ao contrário de conjunturas anteriores, porém, ao invés dos conflitos entre os impérios tradicionais ou das disputas territoriais entre os vários Estados da região, nos primeiros anos da guerra todas as regiões ocidentais do leste europeu experimentariam o amargo sabor da dominação nazista. É impossível dizer em que medida o sentimento antinazista se fundia com a reação, por parte destes trabalhadores contra a hegemonia dos industriais teuto-alemães no distrito fabril de Porto Alegre, mas é certo que a simpatia difusa inicial de boa parte do *status quo* local pelo Eixo, e a existência de uma ativa militância nazista na cidade contribuíam para tornar próximo o cenário do conflito.

Paralelamente, a partir de 1943, com a contra-ofensiva que se seguiu à derrota alemã em Stalingrado, a URSS gradualmente consolidava a imagem de libertadora do leste europeu. Assim, de um lado os alemães assumiam o papel de principal agente de dominação da região, os russos apareciam como a força que se opunha a esta dominação, proclamando o princípio da auto-determinação dos povos e a necessidade de unificação dos povos da região. Certamente este contexto teve grande impacto na redefinição de antigos antagonismos, e abriu um espaço maior para a construção de uma identidade capaz de

integrar imigrantes oriundos de diferentes povos da região. Conforme analisa Nálevka, muitos viam o pan-eslavismo

> "como um meio de defesa contra a agressão alemã e como esperança no triunfo final. Com particular iniciativa trabalhavam sobretudo os imigrantes recentes, procedentes da Europa central, que se haviam refugiado na América Latina perante a perseguição nazista."[101]

Embora geralmente ciosos de suas especificidades culturais, muitos destes grupos, neste momento histórico particular, tanto viam suas regiões de origem comumente submetidas à dominação alemã quanto vivenciavam conjuntamente, no seu processo de inserção sócio-cultural no Brasil, os efeitos de serem imigrantes recentes e desprovidos de acesso à estrutura de poder estabelecida. Deve-se somar a isso o fato da URSS definir-se como um Estado proletário, o que apelava diretamente à condição de classe na qual, cada vez mais, uma parcela significativa dos assim chamados "polacos" se integrava ao se estabelecer em Porto Alegre.

Nesse contexto, não é difícil explicar a simpatia pelo pan-eslavismo por uma parcela mais ampla de imigrantes oriundos do leste europeu, com exceção, evidentemente, daqueles que haviam aderido eles próprios às ideologias fascistas ou faziam do anti-comunismo uma profissão de fé. Por outro lado, não se pode menosprezar o fato de que a URSS surgia como uma nova potência mundial no pós-guerra, gozando de prestígio internacional sem precedentes e brandindo a bandeira da continuidade da unidade democrática anti-fascista em tempo de paz.

Iniciativas nesse sentido, vinculando a ação dos países de origem a tentativas de organização política entre imigrantes, continuaram a ocorrer nos anos seguintes, demonstrando um contínuo interesse dos governos da região em alimentar ou restabelecer os elos com as "colônias" compostas por compatriotas e seus descendentes no Brasil. A Embaixada da Polônia, por exemplo, foi responsabilizada em 1949 pela distribuição de panfletos que apelavam para a tradição de luta socialista naquele país para apresentar o novo governo socialista como autêntico representante do povo polonês e, portanto,

---

[101] Nálevka, Vladimir. "Los Congressos eslavos de Buenos Aires y Montevideo en la Segunda Guerra Mundial", *Op. Cit.* P. 110

merecedor da lealdade dos seus nacionais mesmo que estes estivessem vivendo em países distantes:

> "É grande a tradição de comemoração do dia 1° de Maio na Polônia. Já no ano de 1890, passou ela na Polônia com demonstrações de bandeiras vermelhas [...]
>
> A organização central dos operários de Petersburgo (antiga cidade russa), escreveu naquela época aos grevistas de Lodz: 'Quando cair o Czar convencer-nos-emo que, entre a Rússia e a Polônia, não existirá incompatibilidades. Existe ela somente entre senhores com os quais nada temos em comum [...]
> Viva a Polônia Unificada Pátria Proletária !
> Viva livre e independente a Polônia Popular !
> Viva o Socialismo !"[102]

A anexação à URSS ou a instalação de regimes pró-soviéticos na região, por outro lado, tornava toda e qualquer atividade neste sentido alvo de repressão por parte da polícia política brasileira, e objeto de investigação por parte da inteligência norte-americana. A própria repressão que se abateu sobre a "Sociedade Eslava", no melhor estilo da guerra-fria, impediu que se verificasse em que medida a identidade de "eslavo" poderia se entender de modo mais orgânico e permanente ao conjunto da comunidade dos imigrantes do leste europeu no Rio Grande do Sul. O impacto negativo do fechamento da Sociedade Eslava, como parte da repressão sistemática do governo Dutra a qualquer atividade associada à política de esquerda, minava estes esforços de propaganda e tornava cada vez mais distante a possibilidade efetiva de uma articulação orgânica entre o conjunto dos "eslavos". Por outro lado, as iniciativas de preservação de identidade cultural entre membros de uma nacionalidade específica buscariam se dissociar de qualquer conotação política e de qualquer vínculo com os regimes socialistas.

Os anos do pós-guerra trouxeram novo fluxo de "polacos" à região de Porto Alegre, muitos deles não apenas refugiados do confronto mundial, mas dissidentes em relação à implantação dos regimes socialistas nos seus países ou de sua anexação à URSS.

Essa nova base social uniu-se aos segmentos anti-comunistas já existentes entre os imigrantes chegados nas levas anteriores e esta fusão foi decisiva, por exemplo, para a criação da "Sociedade Ucraniana", em bases estritamente nacionalistas e folclóricas, em 1951.

Gregório Tomaczewski, um dos seus fundadores e principais animadores até hoje, distingue claramente esta iniciativa de experiências anteriores, justamente pelo critério político. Segundo ele, houve várias tentativas anteriores de organização dos ucranianos não-comunistas (e não judeus), começando com a sociedade de socorro-mútuo que funcionou de 1932 a 1937, e após extinguir sua caixa de pensões depois de "algum desentendimento" (provavelmente financeiro), passou a dedicar-se a atividades exclusivamente culturais, ".. leituras, representações, estas coisas...". Não fica claro o quanto a descontinuidade desta experiência se relaciona com a adesão de parcela da comunidade ucraniana à "União" ou à "Sociedade Eslava", e Tomaczewski atribui o fechamento da sociedade de que participava na década de 30 ao fato de que "... em 1937 Getúlio Vargas proibiu todas as organizações estrangeiras..."[103].

Nos anos 50, a nova sociedade retomou o trabalho "cultural", acrescentando às danças, representações e coros o cultivo da literatura, como forma de preservação da língua e do alfabeto próprios que constituem a base do nacionalismo ucraniano. De acordo com Mirta Lobato, um processo similar ocorreu entre os imigrantes ucranianos da cidade operária Argentina de Berisso. Na análise de Lobato, as organizações de imigrantes características dos anos 30 e 40, todas elas altamente politizadas, foram substituídas gradualmente por associações que têm como atividade central o cultivo do folclore étnico. Esta "folclorização" corresponderia ao desenvolvimento de uma espécie de "prótese mnemônica", mantendo de modo extremamente seletivo e ritualizado partes da memória e

---

[102] Panfleto publicado pelo Bureau de Informações Polonesas. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados, 19 C.

[103] Trata-se do Decreto-Lei número 59, de 11 de dezembro de 1937, que não proíbe a existência de qualquer sociedade estrangeira, regulamentando entretanto o funcionamento das mesmas de forma bastante restritiva, especialmente no que diz respeito a vedar qualquer atuação política e a existência de vínculos internacionais. Por outro lado, o rigor na aplicação do decreto foi muito relativo, dependendo do período e do grupo alvo. Muitas sociedades alemãs e italianas por exemplo continuaram funcionando, algumas como base ativa da organização nazista e fascista no Brasil, ao menos até a entrada do país na Segunda Guerra Mundial.

de traços da identidade étnico nacional, deslocados porém do contexto que os originou e da compreensão sobre as redefinições pelas quais passaram. [104]

Num contexto de ampla assimilação de novos e velhos imigrantes, e dos trabalhadores de uma forma geral, à participação política institucional (basta lembrarmos que "seu" Gregório tornou-se um importante organizador de base do PTB no Quarto Distrito) a definição da identidade expressa neste tipo de sociedade "folclórica" distanciava-se tanto do caráter político mais incisivo do nacionalismo do início do século 30 quanto dos pan-nacionalismos que marcaram tanto a Alemanha nazista como a URSS stalinista.

Considerações finais:

Esta breve incursão pela história dos imigrantes do Leste europeu em Porto Alegre, e particularmente nos bairros operários que compunham o seu Quarto Distrito, não pretende em hipótese alguma oferecer uma análise conclusiva das várias identidades por eles vivenciadas e criadas, muito menos do seu significado dentro do processo mais geral de constituição da cidade e sua classe trabalhadora durante o período.

Nosso objetivo foi o de mapear um conjunto de fatores de natureza distinta que interferiram dinamicamente neste processo, tornando o seu resultado algo longe de pré-determinado por qualquer essência seja dos grupos imigrantes em si, seja da estrutura sócio-econômica que eles encontraram no Brasil.

Nesse sentido, rejeitamos uma noção de cultura, expressa neste caso nas identidades "nacionais", como um conjunto de características herdadas capazes de definir ou delimitar de forma particular seja o caráter de uma sociedade, seja a forma de inserção de grupos específicos no seu interior. Pelo contrário, trabalhamos aqui com a idéia de cultura enquanto processo de criação coletiva, baseado na definição de estratégias como resposta frente a contextos particulares marcados pela distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos no interior da sociedade.

---

[104] Lobato, Mirta Z. "Memorias del passado, sombras de una nacion". Comunicação apresentada ao Simpósio: *Memoria, historia y formacion de identidades. IV Encuentro Nacional de Historia Oral: "Conflitos y experiencias del siglo XX"*. Buenos Aires, Argentina. Agosto de 1999. Sobre as particularidades da identidade étnica e do nacionalismo ucranianos em relação a questões como língua, vinculação e rejeição ao Império Russo, relação com a Revolução Russa, anti-semitismo e diferenciações internas de base religiosa, Cfe:

No caso do campo de possibilidades de autodefinição aberto aos "polacos trabalhadores" de Porto Alegre, vários fatores estiveram presentes na criação das distintas identidades que se contrapuseram ou sobrepuseram no processo de definição dos atributos e dos limites entre os vários grupos "nacionais", com resultados indo da diluição à "preservação" ou "recriação" de particularidades, passando pela tentativa de articulação duma identidade comum.

Em primeiro lugar, nenhum destes grupos era homogêneo, nem sua definição enquanto conjunto singular auto-evidente. Havia entre eles marcadas diferenciações em termos de cidadania "legal", língua, religião, "etnia", opções políticas, e mesmo no que diz respeito às estratégias com relação às formas de inserção na sociedade brasileira ou às perspectivas de retorno para os locais de origem. As diversas articulações possíveis entre estes vários elementos multiplicavam as possibilidades de definição identitária do universo difuso dos assim chamados "polacos", ou mesmo de segmentos mais específicos no interior deste macro-agregado. Contraditoriamente, porém, como procuramos demonstrar, do ponto de vista material e simbólico toda esta multiplicidade habitava, na sua interação com outros grupos, "nacionais" e imigrantes no Brasil, um campo comum, que de certa forma delimitava interesses e possibilidades de identificação e articulação.

Esse "campo comum" estava definido não apenas pela condição de "recém-chegados" ao Brasil e pela hetero-identificação enquanto "polacos", mas também pelos processos que interconectavam, cruzavam e tensionavam fronteiras, produzindo conflitos e alianças extremamente dinâmicos no leste europeu.

No contexto geral deste processo, os poderosos desenvolvimentos conjunturais representados por duas Guerras Mundiais, revoluções e a guerra-fria no plano internacional somaram-se dentro do Brasil às mudanças que entre a República Velha e a redemocratização de 1945 transformaram a natureza do nosso universo social. Esta confluência entre diversos elementos conjunturais internacionais e nacionais articulava os diversos fatores que influenciaram na constituição de diferentes identidades entre os "polacos". Esse processo de definição de identidades não se caracterizava, porém, como uma estrutura estática e auto-reprodutiva, mas sim como um processo aberto, submetido a

---

Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Pp. 71, 81, 83, 150, 206.

uma grande margem de indeterminação, e que, por isso mesmo, abriu grande espaço para que a ação política tivesse peso decisivo na definição dos seus resultados.

Deste modo, o componente étnico da identidade coletiva destes trabalhadores, mais do que um dado estabelecido e determinante, necessita ser abordado como uma articulação complexa e muitas vezes transitória de elementos que, virtualmente, abrem a possibilidade para a configuração de diferentes recortes. Ucranianos por exemplo podem ser analisados enquanto tal, enquanto parte de um conjunto que inclui também russos-brancos, como "eslavos", ou como uma totalidade dividida em termos políticos (nacionalistas, pró-nazistas, comunistas, ...), religiosos (ortodoxos, católicos e batistas), regionais (das províncias ocidentais e orientais, por exemplo) e mesmo com segmentações concebidas, muitas vezes no período em termos raciais (como em relação aos judeus ucranianos). Ao mesmo tempo, continuam habitando, aos olhos dos outros, o espaço impreciso, porém simbolicamente efetivo, da "polacada".

Na relação entre etnicidade e classe, por outro lado, não se trata de pensar no predomínio de um ou de outro elemento, nem mesmo em noções lineares de transição entre momentos marcados por cada um deles. Como o período da Segunda Guerra Mundial bem demonstra, mesmo identidades e lealdades étnicas remotas podem ser reavivadas e recriadas em novas formas, para em seguida cederem a uma onda de "integração", voluntária ou compulsória à totalidade nacional do país de destino.

Enquanto processo de organização coletiva e de ação política de grupos de imigrantes compostos majoritariamente e dirigidos por operários, por outro lado, as experiências da "União e Luz Operária Russo-Branca/Ucraniana" e da "Sociedade Eslava" constituem parte de um processo mais amplo de reconfiguração de classe. Elas podem ser consideradas como uma expressão particular do desenvolvimento das noções de interesses e necessidades coletivas entre os trabalhadores do emergente distrito industrial de Porto Alegre. Nunca é demais lembrar que neste período o operariado local, assim como ocorria com o conjunto da classe trabalhadora brasileira, passava por profundas redefinições no que diz respeito à sua composição, cultura e formas de organização, assim como na relação com o empresariado, o sistema político e o Estado.

A construção e reelaboração de noções de etnia e nação pode ser considerada como um dos campos em que demandas sociais emergentes recebem seu processamento em

termos culturais, gerando noções de comunidade cujo significado será então objeto de disputa e redefinição por parte dos diferentes projetos políticos enraizados neste contexto. Como já demonstrou E. P. Thompson, a histórica da classe trabalhadora em cada contexto histórico particular exige uma articulação específica entre experiências organizativas e valores compartilhados, assim como o desenvolvimento de uma avaliação relativamente consensual sobre estratégias de luta e de conquista de espaço na sociedade como um todo.

Ao mesmo tempo que construíam e reconstruíam o seu espaço particular dentro do grande processo de definição da "nação" brasileira, os "polacos" imigrados para Porto Alegre neste período compartilhavam uma experiência de vida e trabalho com pessoas das mais diversas procedências, de dentro e de fora do Rio Grande do Sul e do país, e participaram na transformação da cidade em um grande centro urbano e industrial. A experiência de elaboração e reelaboração dos sentidos atribuídos por estes imigrantes a noções como classe e comunidade não esteve isolada do contexto sócio-político mais geral. Ao contrário, esta experiência foi um dos componentes do processo mais geral que transformou os bairros operários de Porto Alegre em base orgânica de um campo político de centro-esquerda no chamado "período populista".

O complexo e heterogêneo campo dos imigrantes do leste europeu abrigou algumas das diversas vertentes nas quais formas de articulação entre necessidades e aspirações coletivas, lealdades grupais e experiências organizativas de trabalhadores se desenvolveram em Porto Alegre nas primeiras décadas do século. Ao constituírem suas organizações, estes imigrantes buscavam oferecer respostas para o atendimento combinado a necessidades materiais (através da construção de redes de solidariedade, da beneficência, da resistência fabril, e da luta pela efetivação de direitos sociais) e simbólicas (tais como a afirmação e valorização da sua identidade étnico-nacional e a defesa de seu patrimônio cultural).

Desenvolvendo a luta pela sobrevivência e por uma melhor inserção no novo meio, o que nem sempre ocorria sem contradições com a busca pela preservação de suas especificidades culturais, estes grupos de trabalhadores foram simultaneamente confrontados com a necessidade de assumir um posicionamento em relação à luta política internacional e a estabelecerem a partir daí distintas políticas de alianças. Apesar da intensa repressão a que se expuseram, estas experiências, ao nutrirem a crença na organização

coletiva e na participação política como forma de encontrar solução para problemas e demandas coletivas, deixaram uma saldo mais geral e universalizante.

É verdade que na Porto Alegre pós-1945 as organizações de base étnica foram se afastando cada vez mais do caráter de organizações políticas para assumirem um caráter mais propriamente "folclórico". Porém, há que se ressaltar que muitas das lealdades, das redes de sociabilidade e da capacitação desenvolvidas inicialmente sobre uma base étnica foram rapidamente ressemantizados para virem a constituir o tecido social que embasou a atuação, entre outros, de líderes comunitários, organizadores políticos de base e sindicalistas (fossem eles comunistas, trabalhistas ou mesmo auto-proclamados "apolíticos") ao longo das décadas seguintes.

Capítulo III - As Indústrias Renner:

"capitalismo social" ou "monumento à reação"?

As indústrias Renner tiveram um papel absolutamente central no processo de redefinição da indústria e da classe operária de Porto Alegre na primeira metade do século. A partir dos anos 30, a empresa tornou-se o maior empregador local, posição que consolidou-se nos anos 40, mantendo uma expansão contínua do seu número de trabalhadores, até pelo menos meados dos anos 50, à medida que diversificava suas áreas de atuação e expandia sua produção.

Além desta importância como provedora de emprego relativamente seguro ao longo de várias décadas, implantou um amplo leque de benefícios aos seus trabalhadores, que ganhava destaque não apenas no plano local, mas chegava a ser uma referência nacional como modelo de serviço social patronal.

Seu fundador, A. J. Renner, tornou-se uma figura paternal mítica e além de ter desempenhado um papel central na organização classista da burguesia industrial gaúcha, possuía grande ascendência moral sobre a comunidade, encarnando o papel do empresário com responsabilidade social.

Para o movimento operário, a fábrica representava sempre um grande desafio a ser enfrentado, uma fortaleza inexpugnável que colocava sérios limites ao avanço da sindicalização e da mobilização dos trabalhadores das indústrias de grande porte. No dizer do metalúrgico Elói Martins, um dos principais organizadores sindicais comunistas do estado, mais do que um inimigo de classe, "o Renner era o nosso maior concorrente":

> "[Nos anos 30, 40, era] a única empresa que aplicava esse tipo de trabalho [assistencial]. Tinha até um banco pra guardar o dinheiro dos operários, tinha futebol, tinha tudo."[1]

Origens e evolução da empresa

Nas análises sobre a história do Rio Grande do Sul, comum se apontar que a colonização alemã e italiana, ao propiciar o surgimento de uma economia baseada na

---

[1] Entrevista com Elóy Martins, 17/01/92.

produção das pequenas propriedades rurais, gerou um mercado consumidor relativamente amplo, que por sua vez contribuiu para fomentar o desenvolvimento do artesanato, e posteriormente da indústria.

Em meados do século XIX, na localidade de Bom Jardim, município de São Leopoldo, nascia o pai de A.J. Renner, Jacob, que quando adulto se afastaria da atividade agrícola desempenhada pelos pais, colonos da primeira leva de alemães a imigrar para o estado na década de 1820, para tornar-se construtor de moinhos. Jacob casou-se com Clara Feter, filha de um voluntário do exército imperial na Revolução Farroupilha, reformado como capitão, e o casal estabeleceu-se no Alto da Feliz em algum momento entre 1882 a 1886, onde abriram uma padaria, depois uma serraria, e por fim, em 1894, "uma pequena refinaria de banha, origem do atual Frigorífico Renner", o que segundo um dos biógrafos da família, já demonstrava o quanto a mesma possuía uma "tendência acentuada para a indústria".[2]

A. J. Renner, por sua vez, nasceu a 07 de maio de 1884, em Santa Catarina da Feliz, onde freqüentou escola primária bilíngüe, aprendendo tanto o português quanto o alemão. Aos 12 anos, trabalhava como operário na fábrica do pai, e aos 14, mudou-se para a capital, onde se empregou como aprendiz na casa de jóias de Carlos Foergens. Decidiu voltar para a colônia em 1903, com 19 anos, e se estabeleceu como ourives em São Sebastião do Caí, contando para tanto com auxílio financeiro paterno.

Aos 20 anos, fica noivo de Matilde Trein, com quem viria a se casar em 1907. Simltaneamente, percebe as "limitadas tendências de uma sociedade essencialmente trabalhadora para o luxo de sua arte", e larga a ourivesaria para juntar-se ao sogro e aos cunhados como um dos sócios dirigentes da empresa Cristiano J. Trein & Cia, atuante como "comércio em geral, fábrica de banha e empresa de vapores". Na empresa, estreita relações com um outro sócio, o concunhado Frederico Mentz, que se tornaria um de seus maiores parceiros e incentivadores no processo de constituição e ampliação da indústria do vestuário.

Ao lado das funções gerenciais, nos primeiros anos de trabalho na empresa, Renner atuava também como vendedor viajante, percorrendo a cavalo, duas vezes por ano,

---

[2] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria*. Porto Alegre: Globo, 1944. Pp. 14-15.

a freguesia, espalhada pelas "picadas" das regiões da borda e do topo da serra, que constituíam as áreas de expansão mais recente das colônias alemã e italiana.[3]

A localização de São Sebastião do Caí era bastante favorável às atividades da empresa criada pelos Trein. Último ponto navegável do rio Caí, que ao desaguar no Guaíba possibilita o acesso fluvial a Porto Alegre, a vila se localiza por outro lado ao pé da serra, sendo o ponto de partida de duas importantes trilhas de comunicação entre as "picadas". Isso veio a lhe conferir, entre 1870 e 1910, o papel de, por um lado, centro de comercialização da produção colonial e, por outro lado, ponto de chegada dos produtos industrializados e de outros insumos demandados pelos colonos.

Nessa última data, porém, a estrada de ferro partindo de Porto Alegre chegava a Caxias do Sul, centro da colonização italiana no topo da serra, e este novo canal de transporte viria a decretar, rapidamente, a obsolescência das rotas ligadas à "Vila do Caí". Colocava-se a necessidade de redirecionamento dos capitais em circulação, que,

> "de um momento para o outro, passaram a ser excessivos. Já não havia necessidade de tão grandes estoques de mercadorias e diminuía repentinamente o tráfego da estrada e do porto. As entradas de gêneros coloniais reduziram-se sensivelmente."[4]

Enquanto a direção de Cristiano J. Trein & Cia debatia alternativas, surgia no local um "técnico em tecelagem", sugerindo a criação de uma fábrica de tecidos. Após o investimento na construção de um tear artesanal, os limitados conhecimentos do suposto especialista vieram à tona, e o mesmo saiu rapidamente de circulação. A iniciativa quase foi abandonada, mas apesar do seu desconhecimento do ramo, A. J. Renner, aos 28 anos, se propôs a assumir a sua direção.

Contam os relatos oficiais da empresa que foi a partir das suas viagens como vendedor pela serra, usando como proteção contra o frio o pala típico dos gaúchos, que Renner obteve a inspiração para a criação do seu primeiro produto de sucesso, a capa "Ideal". Cavalgando nas trilhas de comercialização, durante o inverno gaúcho, o futuro industrial havia se dado conta de todas as limitações e imperfeições do pala, que oferece

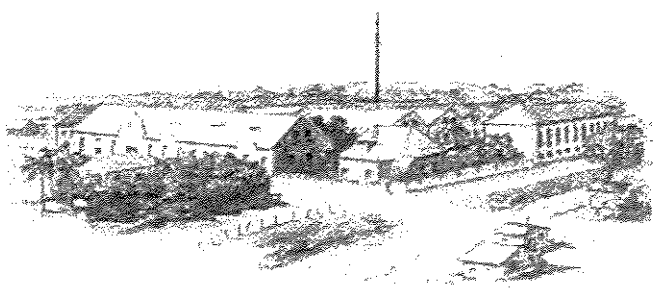
---

[3] *Idem, Ibidem.* Pp. 19-22.
[4] *Idem, Ibidem.* P. 23.

BIBLIOTECA CENTRAL

pouca praticidade no que diz respeito à movimentação, sendo ainda facilmente penetrado pelo vento e pela chuva, além de possuir incômodas franjas, que se enroscavam facilmente, especialmente nas esporas do cavaleiro.[5]

O projeto de criação da capa envolveu um investimento no domínio da técnica da tecelagem de lã, através do estudo de manuais e literatura técnica, além de experimentos com vários tipos de amostras de fios e tecidos e, finalmente, a importação de maquinário de fiação, instalado em Porto Alegre em 1914. A coincidência da reunião das condições técnicas com a Primeira Guerra Mundial, que gerou uma limitação do acesso a produtos importados, assim como o conhecimento da demanda potencial, somados a um preço acessível e à grande durabilidade, explicam o imediato sucesso do produto.



A fábrica Renner em 1920.

Em 1915, A. J. Renner possuía 40 operários em Porto Alegre e 30 em São Sebastião do Caí, sendo a nona industria de fiação e tecelagem do estado tanto em capital quanto em número de trabalhadores.[6] A expansão contínua da produção levou, em 1917, à decisão pela transferência do conjunto da fábrica para Porto Alegre em vista da dificuldade de acesso da matéria-prima a Caí e da busca por maior proximidade com um mercado consumidor mais amplo para o seu produto.

---

[5] *Idem, Ibidem*. Pp. 19-22.

[6] Reichel, Heloísa Jochims. *A indústria têxtil no Rio Grande do Sul – 1910/1930*. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1978. P. 59.

Renner - Evolução das Vendas 1914-1919[7]

Ano	Valor	Índices de crescimento
1914	108.660,20	100
1915	275.440,10	253
1916	331.508,70	305
1917	859.832,40	791
1918	1.218.338,30	1.121
1919	1.611,.834,10	1.483

A expansão foi, desde o início, acompanhada pela diversificação da produção, sendo que a empresa logo passou a oferecer 3 modelos de capas e, ainda nos anos vinte, ingressou no processo bem mais complexo de produção de ternos masculinos.

Outra tendência, seguida desde os primeiro momentos da empresa e posteriormente levada ao extremo, foi a da verticalização. A geração dos próprios insumos, desde energia, passando por matéria-prima, até equipamentos, assim como o estabelecimento de uma rede própria de lojas e de revendedores credenciados, tornou as Organizações Renner um conglomerado altamente complexo, como podemos verificar nesta descrição de 1952:

> "Se classificarmos por suas finalidades as diferentes seções das indústrias Renner, ver-se-á que consistem na conjugação de vários estabelecimentos cujas operações poderiam ser assim enumeradas:
>
> A - Hortos florestais, Usina termo-elétrica com turbinas totalizando 1.400 KW e 2 Usinas Diesel Elétricas com 700 KW.
> B- Hidráulica e filtros, para a produção de água tratada;
> C - Fábrica de sabões, para a produção de sabões neutros para uso fabril e doméstico;
> D - Depósito de lãs, Lavanderia, Tinturaria, Fiação Cardada, Fiação Penteada, Tecelagem, Acabamento e Apresto de tecidos de lã;
> E - Estações Experimentais para a cultura e seleção de sementes, Usinas para a produção de fibras, Fiação, Tecelagem, Alvejamento, Acabamento, Tinturaria e Estamparia de tecidos de puro linho;
> F - Corte e confecção de capas e de roupas de lã e de linho;
> G - Curtume;
> H - Fábrica de Calçados de tecidos e de couro;

---

[7] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior.* Porto Alegre: Renner, 1952. P. 20. Valores em Mil-Réis.

I - Fábrica de Feltros técnicos e para uso doméstico."[8]

Além disso, A. J. Renner investiu na criação ou no desenvolvimento de "empresas colaterais", em geral criadas inicialmente com a participação de algum outro membro da família, às quais o patriarca atribuiria, além de capital, a já então consagrada "marca Renner". Assim, as "Porcelanas Renner" surgiram de uma iniciativa de seu filho Egon e de um técnico europeu, em 1947. Já "Renner, Hermann, S/A", óleos, tintas e vernizes, foi fundada em 1927 por seu irmão Felipe Leopoldo Renner, e por Arthur Koepke. A outra irmã dos Renner, a Viúva Hugo Hermann, aportou capitais para a expansão, no que foi seguida posteriormente por A. J.. A "Fábrica de Máquinas de Costura Guarani Ltda", foi criada pelo irmão Waldemar H. Renner em 1932, e só transformou-se em "Máquinas de Costura Renner Ltda", na Exposição Farroupilha de 1935, quando A. J., na qualidade de presidente do Centro da Indústria Fabril, interessou-se por apresentar ao mercado a "primeira máquina de costura brasileira", e aportou capital à iniciativa, que envolvia um processo de produção muito mais complexo do que o do vestuário, embora em escala muito menor. Havia ainda a "S/A Artefatos de Cimento Renner", que surgiu a partir da demanda, decorrente do próprio processo de expansão física das empresas, por "artefatos de cimento vibrado (canos, lajes, etc.)", inexistentes no mercado brasileiro.

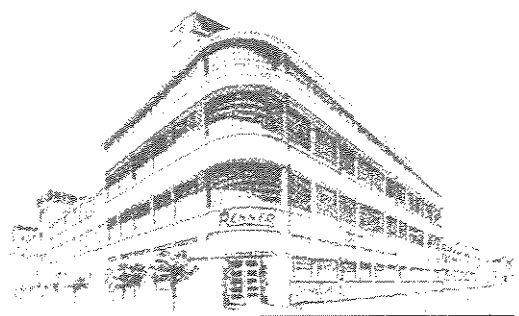
Em todos estes casos, a composição da sociedade de acionistas contava com os mesmos participantes do capital da indústria do vestuário, concentrados em torno do núcleo familiar dos Renner, especialmente após a morte de Cristiano Trein e de Frederico Mentz. Em 1963, A. J. Renner ainda defendia este modelo de capital fechado:

> "Nunca poderíamos ter feito desenvolver as indústrias Renner ao ponto que hoje estão se não conservássemos na família praticamente a totalidade das ações: nas nossas condições econômicas uma empresa só pode crescer pelo reinvestimento constante dos lucros. Se tivéssemos acionistas estranhos, que nos forçassem a uma distribuição de dividendos, cada ano, ainda que 12% somente, não teria sido possível crescer, na proporção em que o fizemos."[9]

---

[8] *Idem*. Pp.41-42.
[9] Maia Neto, J. *Homem e progresso.* Porto Alegre: Sulina, 1963. P. 18.

Para além da produção, a "Organização Renner de Vendas ao Consumidor", assim como a rede de revendedores, assumiu importância crescente dentro do grupo empresarial. A origem desta rede de comercialização própria era explicada como uma decorrência da opção por produzir ternos para homens, "artigo dependente do gosto pessoal dos consumidores quanto a padrões e feitios". Este componente fortemente subjetivo da demanda teria colocado a necessidade da "relação direta entre a fábrica e o revendedor que, em contato com o público, melhor poderia interpretar-lhe o gosto."[10]



Entrada principal da fábrica, anos 40.

Um aspecto importante de ser analisado no que diz respeito ao lugar das Indústrias Renner dentro do processo de industrialização do Rio Grande do Sul, está relacionado ao debate que opunha, especialmente no início do século, indústrias "artificiais", que eram definidas como sendo dependentes de proteção tarifária que prejudicaria a exportação de produtos primários, e "indústrias 'naturais', que realizariam a complementação necessária com os setores produtivos agrários."[11]

Renner sempre procurou destacar que trabalhava com matérias primas que poderiam ser consideradas riquezas naturais do estado, mesmo quando diversificou a sua linha de produtos: lã, linho, couro e porcelana. Já o ferro e o concreto (usados na fabricação das máquinas de costura e artefatos de cimento), corresponderiam, nos anos 50 e 60, à "nova fase" do desenvolvimento industrial gaúcho.[12]

Considerando-se as matérias primas de seu ramo principal, o vestuário, sem dúvida a empresa poderia ser considerada uma indústria "natural", realimentando e contribuindo para a qualificação da economia primária (lã e linho). Por outro lado, ao contrário do que caracteriza a maior parte das indústrias "naturais" (fiação e tecelagem,

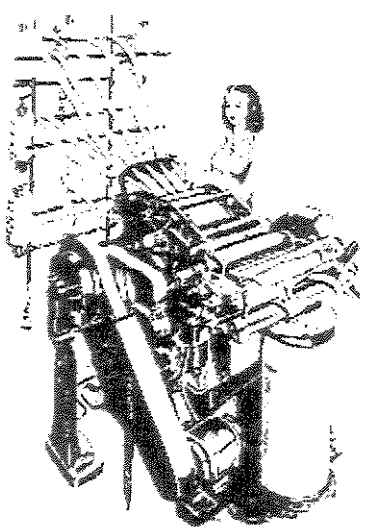
---

[10] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* Pp. 75-84.
[11] Pesavento, Sandra J.. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. (1889-1930). Op. Cit.* P. 119.
[12] Maia Neto, J. *Homem e progresso. Op. Cit.* Pp. 85-86.

alimentação), a produção do vestuário amplia a agregação de valor ao produto, ao acrescentar sobre o tecido um terceiro ciclo produtivo (confecção), de maior complexidade, e que, ao menos em alguns casos, envolve o emprego de mão de obra especializada.

Ao mesmo tempo, a diversificação de produtos e a verticalização levavam à necessidade do desenvolvimento constante de inovações técnicas, como a construção de máquinas e equipamentos, o que contribuía para a expansão do segmento de trabalhadores qualificados dentro do parque fabril portoalegrense e para a abertura de possibilidades de produção em outros ramos (como as máquinas de costura, bens de consumo durável). Ou seja, o complexo industrial Renner, se por um lado trazia para a produção primária regional os benefícios da indústria "natural", por outro, ao menos na sua fase de expansão, não apontava para um modelo de industrialização restrito e estagnado, mas sim para a diversificação, a qualificação e o dinamismo.

No que diz respeito às matérias-primas, a grande preocupação da empresa sempre esteve em aperfeiçoar a produção dos seus fornecedores. A lã já era utilizada industrialmente no estado desde o estabelecimento da Rheingantz, na cidade de Rio Grande, em 1873, sem que houvesse maior preocupação em elevar a sua qualidade. A Renner, demandando um produto superior, estabeleceu "prêmios nas exposições regionais para as melhores lãs e mais limpas", e "preços especiais de estímulo aos criadores mais cuidadosos na escolha e classificação do artigo".[13]



Penteadeira de lã.

Já em relação ao desenvolvimento da cultura do linho, o papel da empresa foi ainda mais acentuado. O produto havia sido abandonado no estado deste as tentativas fracassadas da Real Feitoria do Linho Cânhamo, no final do século XVIII, onde posteriormente foi estabelecida a cidade de São Leopoldo, berço da colonização alemã. Renner dedicou-se ao estudo das causas do malogro, que atribuiu aos seguintes fatores:

---

[13] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.* Pp. 39

> "utilização de semente não selecionada, falta de técnica e controle na cultura, principalmente por ocasião da colheita, falta de maquinário e de instalações acessórias que assegurassem o preparo adequado da palha bruta e o beneficiamento da fibra, preocupação primordial de obter o agricultor 'quantidade' em lugar de 'qualidade'".[14]

Estabeleceu então um convênio com o "Instituto Borges de Medeiros" da "Universidade Técnica do Rio Grande do Sul", a partir do qual o geneticista José Grosmann selecionou espécies adequadas às finalidades (produção de fibra têxtil) e condições de plantio. Enquanto as variedades nacionais não tinham sido obtidas, sementes foram importadas da Holanda, e Renner associou-se à firma Beltrami & Cia para iniciar a plantação de linho em Farroupilha, que era misturado inicialmente à matéria-prima importada, antes da fiação. Posteriormente, Renner subsidiou a expansão da cultura para outras áreas, assegurando aos produtores a compra integral da safra, assim como estabeleceu áreas de cultivo próprio.[15]

Em relação à forma assumida pelo conglomerado, é possível deduzir que a verticalização extrema tenha possibilitado, num primeiro momento, o controle de um conjunto de variáveis intervenientes no processo produtivo, minimizando os riscos da escassez e da oscilação excessiva de preço, numa conjuntura marcada por conflitos internacionais e mudanças da política econômica doméstica, além de significarem uma ampliação significativa do capital do grupo Renner. Por outro lado, possivelmente esta tenha sido uma das causas estruturais da crise da empresa, a partir do final dos anos 50, à medida que chegava ao limite das suas possibilidades de expansão, passaram a enfrentar maior concorrência e provavelmente se ressentiram da falta de flexibilidade que caracteriza este mesmo modelo vertical.

Se de um lado, através desta estrutura vertical, o crescimento das empresas Renner contribuía para a qualificação e o desenvolvimento de setores da produção agropecuária regional, por outro lado, o conhecimento da demanda potencial para os seus produtos e do perfil dos consumidores era também uma das condições fundamentais para o

---

[14] *Idem, Ibidem.* Pp. 39-40.
[15] *Idem, Ibidem.* Pp. 39-40.

seu sucesso. O ciclo iniciado pelos caixeiros que mediavam o comércio entre os colonos das "picadas" e os centros urbanos remotos se completaria posteriormente com os revendedores e as redes de lojas, nas quais havia inclusive alfaiates ajustando os detalhes finais da roupa às particularidades da anatomia do freguês, e possibilitando à indústria um retorno sobre seus gostos e preferências. Realizava-se assim a articulação entre a produção para o consumo de massas e a qualidade, num setor que fora, anteriormente, caracterizado pela polarização entre, de um lado, a confecção caseira, e de outro, o mercado de elite atendido por alfaiates e costureiras de alto padrão, individualmente ou em pequenas oficinas.

O surgimento da indústria do vestuário, produzindo um leque crescente de artigos, demoraria muito para efetivamente oferecer alternativas globais em relação aos procedimentos mais tradicionais de confecção. Ainda em 1945, no momento em que a fábrica vivia seu apogeu, a parcela do mercado atendida por ela e pelas suas poucas concorrentes no estado era muito pequena, se comparada aos procedimentos artesanais e domésticos de produção de roupas, que dominavam inteiramente a demanda de vários segmentos da população:

> "A indústria de tipo fabril, ou a produção de massas de roupas pronta para mulheres e crianças não existe no estado do Rio Grande do Sul, que constitui esse Distrito Consular. Há em Porto Alegre três ou quatro estabelecimentos manufatureiros de vestuário que mantém um pequeno estoque de roupas prontas e umas poucas lojas de roupas que mantém uma variedade limitada de tais peças, feitas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Todavia, estes estabelecimentos estão também, e principalmente, engajados em manufaturar roupas sob encomenda para clientes individuais. O ofício é praticamente controlado por costureiras".[16]

Uma das particularidades do ramo era a grande diversidade de formas de produção, articuladas com a estratificação do mercado consumidor. O "elemento feminino"

---

[16] "Women's and children's outer garment manufacturing industry – Brazil – Porto Alegre Consular District". Preparado por Vincent Russo, Funcionário. Consulado Norte-americano de Porto Alegre, 14 de Fevereiro de 1945. NARA, Departamento de Estado. P. 1

das classes abastadas, por exemplo, não vestia "roupa pronta", abrindo apenas exceção quando "certas costureiras da moda tinham condições de conseguir modelos originais de Paris, Buenos Aires ou Rio de Janeiro". Nesta faixa de público, os vestidos eram feitos invariavelmente sob encomendas, por costureiras, assim como os ternos masculinos o eram por alfaiates. Já a classe média, constituída por "empregados dos governos federal, estadual e municipal, funcionários do comércio outros possuidores de 'empregos de colarinho branco'", tendia a "seguir os costumes e hábitos das classes mais altas", devido a "orgulho pessoal, contatos sociais e prestígio", mesmo nos casos em que isso envolvesse "sacrifícios financeiros". Situação totalmente diferente ocorria nas "classes mais baixas, consistindo de trabalhadores e elementos rurais", nas quais a única possibilidade de acesso ao vestuário se dava através da produção caseira da dona de casa e de suas filhas mais velhas que,

> "quando não engajadas em alguma ocupação remunerada para aumentar a renda familiar e após terem realizado as tarefas rotineiras da casa, encontram o tempo para costurar suas próprias roupas e a das crianças, se houver alguma."[17]

Renner portanto não apenas "atendia" a uma demanda, mas visava à criação de uma nova cultura de consumo, que tenderia a redefinir a segmentação do mercado consumidor esboçada acima e, consequentemente, afetaria também o mercado de trabalho, estabelecendo novos parâmetros para a relação entre a produção doméstica, a artesanal e a industrial.

Analisando a inserção das indústrias Renner na economia regional, vale voltar a enfatizar as particularidades da origem social do seu capital inicial, que teve como base o ciclo de comercialização alimentado pela demanda gerada pela pequena propriedade e pela diversificação ocupacional característica das colônias imigrantes. Trata-se de uma evolução gradativa para a indústria, fortemente condicionada pela demanda do mercado consumidor regional, ao contrário do que, via de regra, marcou o desenvolvimento industrial ocorrido no eixo central do capitalismo brasileiro, que teve como um dos seus fatores determinantes a circulação de grande volumes de capitais ligadas à agricultura e ao comércio de

---

[17] *Idem*. P. 2

exportação. O peso da demanda regional se mantinha mesmo nos anos 50, quando a empresa já se destacava nacionalmente:

> "A firma vende cerca de 40% seus produtos no Rio Grande do Sul. Todavia, ela tem agentes por todo o país, e os seus bens são amplamente vendidos também tão ao norte quanto em São Paulo e no Rio."[18]

Todos estes fatores contribuem para explicar o papel catalisador deste grupo no desenvolvimento industrial gaúcho e a magnitude por ele assumida, em escala amplamente superior à das demais empresas de origem familiar que dominavam a economia regional. As empresas Renner tiveram, em particular, uma influência decisiva no desenvolvimento do distrito industrial de Porto Alegre, tanto como fator de atração dos fluxos migratórios quanto de estabilização da situação social local. Com exceção de alguns breves períodos, foram por várias décadas uma fonte segura de emprego, desenvolveram uma ampla política de atendimento das necessidades dos seus trabalhadores e adotaram várias iniciativas em benefício de instituições da comunidade.

"Uma organização perfeita": Produtividade, salários e adequação à demanda

Uma das características do processo de produção adotado pela Renner era a taylorização da confecção. Desde que iniciou a fabricação de roupas masculinas, a empresa havia decidido "só empregar oficiais alfaiates em poucos trabalhos de maior responsabilidade". A divisão já era nítida em 1931, quando Gregório Tomaczewski estima que haviam 48 alfaiates na empresa, mas que "a maior parte [do serviço] era feito por mulheres".[19] Os procedimentos de fabricação continuaram a ser decompostos progressivamente, até o ponto em que mais de uma centena de trabalhadores intervinham na fabricação de um terno. O número de operários envolvidos numa mesma peça de roupa, "desde o corte até o seu estado de pronto", era estimado em 130, em 1944 e chegava a 200, em 1946.[20]

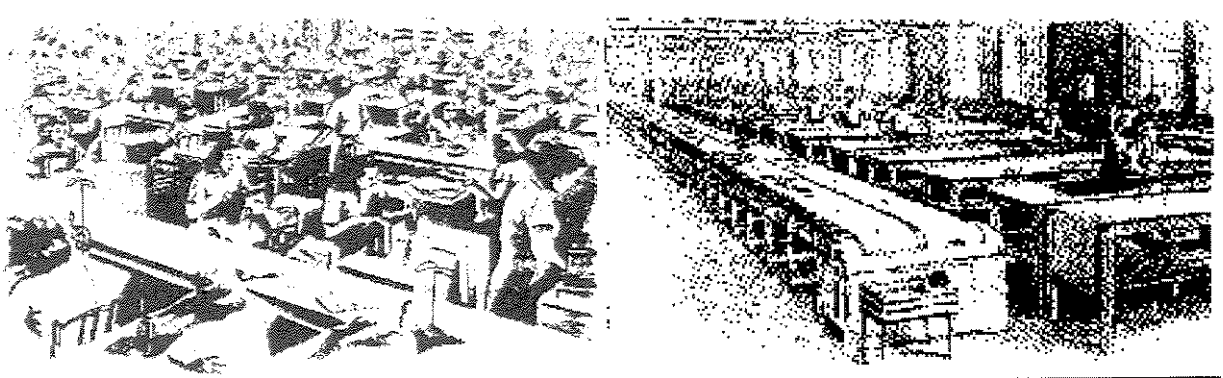
---

[18] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.
[19] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97.
[20] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.* Pp. 37-38. *Pequeno manual dos empregados*. Porto Alegre: A. J. Renner – Indústria do Vestuário, 1946. P. 39.

As publicações originais da firma sempre destacaram a originalidade da sua forma de produzir, tanto no que diz respeito à verticalização quanto ao parcelamento das tarefas. A. J. Renner teria constatado pessoalmente, viajando à Europa nos anos 30 que

> "não existia no velho mundo, [...] estabelecimento algum que se dedicasse ao ciclo completo: lavanderia, tinturaria, fiação, tecelagem, confecção de alta qualidade e distribuição ao consumidor. [...] A confecção não passava, como ainda hoje, de um ramo em maior escala da alfaiataria"[21]

A massificação da produção possibilitou que a empresa se tornasse uma grande empregadora de alfaiates, mesmo que eles atuassem apenas em um número limitado de tarefas (fechamento de ombros, golas e punhos). Isso, na visão dos membros da categoria, como Gregório Tomaczewski, teria sido um dos fatores a assegurar a qualidades dos seus produtos: "a roupa do Renner era boa, tanto bons tecidos como bons serviços."[22] Ao mesmo tempo, a maior parte das tarefas se concentrava nas mãos de costureiras, definidas como



Costura e corte, contraste entre setores feminino e masculino na confecção. ***Boletim do Renner.***

trabalhadoras eternamente não-especializadas.[23]

Na verdade, esta divisão de trabalho incorporava, num único processo, dois setores que, na configuração até então predominante no ramo da confecção, representavam dois extremos. De um lado, estava o profissional altamente especializado, formado para atender à elite. De outro, a costureira que, geralmente trabalhando em casa e atendendo

---

[21] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.* P. 35.
[22] Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97
[23] A esse respeito, ver Cap. I.

uma demanda familiar ou da vizinhança, tinha o seu trabalho geralmente visto como um prolongamento das tarefas domésticas ou das "habilidades naturais" femininas.

A segmentação historicamente estabelecida no ramo era entretanto mais complexa, envolvendo diferenciações relativas às faixas de público, à complexidade das tarefas e ao custo dos materiais utilizados. O consulado americano lamentava que não havia nem seque condições de estabelecer um número total de pessoas envolvidos na produção de roupas no estado do Rio Grande do Sul, "porque ao lado das oficinas regulares de confecção, há milhares de costureiras que trabalham em casa e não são registradas em lugar algum". A atividade parecia ter "um apelo especial para as mulheres que precisam trabalhar e não gostam do emprego nas fábricas, especialmente quando há crianças para se tomar conta durante o dia", e existiriam "tantas categorias de costureiras quantas são as classes sociais", à medida de os clientes necessitavam encontrar quem lhes atendesse por "um preço compatível com o seu bolso". Não havia escassez de demanda, mas por outro lado, a competição era "aguda", assegurando que os preços fossem em geral "extremamente razoáveis".[24]

As costureira de categoria inferior cobrariam na faixa de Cr$ 5,00 a Cr$ 10,00 por vestido (U$ 0,25 a 0,50), que não deveriam possuir mais do que alguns enfeites simples, botões comuns e de pressão, fechos e "itens menores". Outras trabalhariam na faixa de preço intermediária, entre Cr$ 10,00 e Cr$ 40,00 (U$ 0,50 a 2,00), incluindo enfeites mais caros e bordado a máquina. Finalmente, aquelas que constituíam o "topo" do mercado cobravam de Cr$ 40,00 a Cr$ 150,00 (U$ 2,00 a 7,50), dependendo da qualidade do trabalho e aviamentos empregados. Caberia também às costureiras confeccionar ternos de "material leve, ou tecidos de verão, como algodão, linho, seda, rayon e fibras mistas", assim como roupas de meninas. Já os ternos de "tecidos pesados de lã (conhecidos como *tailleurs*) e casacos de inverno", assim como as roupas de meninos, seriam atribuição dos alfaiates masculinos e das fábricas de confecção "que invariavelmente operam um departamento para ternos masculinos e femininos feitos sob encomenda". Uma particularidade se dava no caso dos uniformes escolares dos meninos, "invariavelmente

---

[24] "Women's and children's outer garment manufacturing industry – Brazil – Porto Alegre Consular District". Preparado por Vincent Russo, Funcionário. Consulado Norte-americano de Porto Alegre, 14 de Fevereiro de 1945. NARA, Departamento de Estado. P. 3

feitos de algodão verde-oliva para a roupa de verão, e de sarja azul para roupa de inverno', segmento também disputado por "fornecedores militares especializados". Já as vestimentas das crianças pequenas costumavam ser feitas em casa pelas tanto pelas pessoas das classes médias quanto das inferiores, enquanto os "elementos das classes superiores" compravam as roupas de seus filhos, geralmente "peças de malha, com laços e bordados", em lojas especializadas, que eram, na verdade, "feitos a mão por mulheres sub-contratadas".[25]

Enquanto nestas formas tradicionais a produção se dava em pequena escala, em geral peça a peça, no sistema taylorizado implantado na Renner, as possibilidades de aumento da produtividade pareciam ilimitadas:

> "os anos de 1944-45 assinalaram o máximo de produção, oriunda da atividade plena da fábrica, tendo alguns departamentos trabalhado em 2 e até 3 turnos. A capacidade de produção e o alto resultado alcançado foi devido a diversos fatores, entre os quais se podem citar: aperfeiçoamento dos métodos de trabalho; continuidade e desenvolvimento da especialização da mão-de-obra; novos aparelhamentos e novos sistemas de produção postos em prática; generalização dos sistemas de fitas transportadoras automáticas; ampliamento da maquinaria pela construção de diversas máquinas nas próprias oficinas da fábrica, etc."[26]

O incremento da produtividade demandava um investimento constante na aquisição de máquinas e equipamento, o estímulo ao desenvolvimento de inovações pelos próprios trabalhadores, o pagamento de salários superiores à média regional e uma política de manutenção de um quadro estável de funcionários, em especial operários especializados.

O maquinário era em sua maioria importado, principalmente da Alemanha e de outros produtores têxteis europeus tradicionais, como a Inglaterra e a Escócia. A partir da Segunda Guerra Mundial, entretanto, com o aperfeiçoamento das máquinas produzidas nos Estados Unidos e a intensificação do comércio brasileiro com os norte-americanos, se estabeleceu uma maior diversidade de fornecedores. Entretanto, em meados dos anos 50, Kurt Renner, um dos filhos de A. J., ainda reclamava das "dificuldades nas trocas

---

[25] *Idem.* P. 3
[26] *Pequeno manual dos empregados. Op. Cit.* P. 46.

internacionais, no modo de importar nas quantidades requeridas", que levava a fábrica a ter que muitas vezes produzir seu próprio maquinário, particularmente "na linha de montagem da produção."[27]

A inovação tecnológica endógena não se resumia, porém, ao desenvolvimento de máquinas. Um antigo empregado exemplifica o incentivo da empresa a soluções criativas para problemas do processo de trabalho contando como, aos 15 anos de idade, projetou um carrinho adaptado às necessidades de transporte de tecidos pelos estreitos corredores internos da fábrica:

> "Eles aceitavam a sugestão da gente, também. Eu andava pela fábrica toda, sempre, e um dia eu parei na tecelagem e fiquei vendo aqueles homens carregando 2, 3 fardos de tecido pronto. Chegavam a sair meio curvados. Também, era linho, pesava, né? [...] Aí, eu peguei e falei para o chefe de lá: '- Porque não faz um carrinho pra carregar essas peças?'. Diz ele assim: '- Vai... No meio dessas máquinas? Desenha um carrinho... Se eu aprovar...'. Aí, eu peguei e fiz um desenho de um carrinho, bem estreitinho, com 4 rodas, que as 4 se movimentam, 360 graus, [...] comprido, também, pra não arrastar no chão. Não muito alto, de aço. Aí [...] ele me chamou e disse: '- Olha, vou fazer uma experiência, aí, com teu carrinho.' [Quando] eu saí de lá, [...] já tinha 400 carrinhos". [28]

Os salários, geralmente pagos por peça ou por tarefa, também se encontravam acima da média local e nacional. Este fato era ressaltado pelo Consulado Norte-americano ao analisar o impacto da guerra sobre o custo de vida na cidade, em 1944, que entretanto, não deixava dúvidas de que a vantagem se dava apenas pelo fato do padrão de comparação ser muito baixo:

> "Os salários em Porto Alegre estão em certos casos realmente um pouco acima do mínimo estabelecido pelo governo. O salário mínimo estabelecido pela legislação trabalhista é de Cr$ 1,85 por hora, o que eqüivaleria a um salário mensal de Cr$ 370,00 quando calculados com base em um dia de

---

[27] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.

> oito horas de trabalho. Os salários médios pagos por três das maiores empresas na área de Porto Alegre, um frigorífico, uma fábrica têxtil e uma empresa pública (Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiro, A. J. Renner & Cia., Cia. Energia Elétrica Rio Grandense) são 40% acima do salário mínimo estabelecido por lei. Esses casos, entretanto, podem ser considerados excepcionais, à medida que a prática comum é pagar o mínimo. Mesmo assim, os salário pagos por estas companhias ao trabalhador comum não passam de U$ 20,00 por mês."[29]

No que diz respeito especificamente à Renner, nas tabelas de janeiro a abril de 1944, consta o salário médio mensal de Cr$ 380,00, pouco abaixo dos Cr$ 400,00 pagos pelo frigorífico. Para o ramo do vestuário como um todo, o Consulado estimava que as operárias recebiam entre Cr$ 12,00 a Cr$ 25,00 (U$ 0,60 a U$ 1,25) por dia, enquanto no caso de seus colegas homens a faixa se estendia mais, oscilando dos mesmos Cr$ 12,00 a Cr$ 40,00 (U$ 0,60 a U$ 2,00).[30]

O fato era que a Renner destacava-se no mercado de trabalho local, e Kurt Renner, em 1956, ainda podia afirmar orgulhosamente que:

> "O salário médio de um trabalhador aqui é de 3.600 cruzeiros por mês, o dobro do salário mínimo da cidade. Os cortadores são capazes de ganhar de cinco a seis mil cruzeiros. Apenas os iniciantes recebem o salário mínimo."[31]

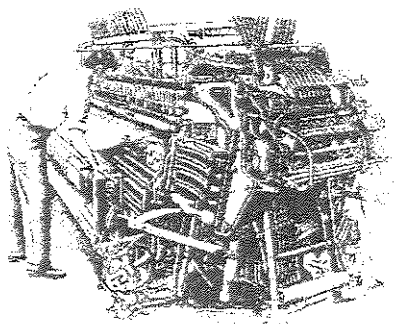
Em relação à manutenção de uma mão de obra estável, ao comemorar 40 anos, em 1952, a firma registrava a existência nos seus quadros de 59 operários que "comemoraram, entre homenagens de seus subordinados e de seus chefes, o jubileu de 25 anos de bons serviços na empresa". Este número, embora, embora pequeno para as

---

[28] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99.
[29] "The effect of the war on the cost of living in Rio Grande do Sul, Brazil". Relatório preparado por Robert M. Denhardt. Consulado Norte-americano de Porto Alegre. 11 de maio de 1944. NARA, Departamento de Estado, NND 775115, Entry 2149, Box 60.
[30] "Women's and children's outer garment manufacturing industry – Brazil – Porto Alegre Consular District". Preparado por Vincent Russo, Funcionário. Consulado Norte-americano de Porto Alegre, 14 de Fevereiro de 1945. NARA, Departamento de Estado. P. 4.
[31] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.

dimensões assumidas pela empresa nos anos 40 e 50, representava a continuidade de um núcleo significativo de trabalhadores "de confiança", ocupando provavelmente posições estratégicas no processo produtivo, desde os anos 20.[32]

Se uma das condições para o sucesso do longo ciclo de expansão da empresa era o aumento da produtividade, outra dizia respeito à capacidade de identificar a demanda e a ela se adaptar. Em relação, às roupas masculinas, por exemplo, esta articulação com o consumidor era regulada pelos pedidos realizados através das lojas e fornecedores. Nas épocas em que estes registravam uma grande ampliação, além da empresa adotar vários turnos de trabalho, parte das tarefas passava a ser realizada em casa, seja pelos próprios operários e operárias fora do seu horário de trabalho, seja por trabalhadores autônomos: "tinha época que ela vinha pra casa com braçadas de roupa, pacotes de roupa pra fazer...".[33]



Tear mecânico

As cifras relativas ao volume produzido aumentavam, com raras exceções, ano a ano. Na tecelagem operavam, em 1963, 345 teares de grande largura, fabricando anualmente 4.000.000 de metros de tecido de 1,60 m. de largura. Na mesma época, a confecção gerava a cada jornada "900 casacos, 1.400 calças e mais de 600 unidades da seção de capas, capotes, japonas etc."[34]

Apesar do aumento da produtividade, o crescimento da indústria demandava, ao menos até os anos 50, o emprego de um número cada vez maior de trabalhadores. É difícil, entretanto, acompanhar detalhadamente esta evolução quantitativa, tanto pela ausência de séries regulares quando pelo fato de que muitas vezes os dados localizados referem-se ora à unidade central, ora ao conjunto de empresas integradas à produção do vestuário e nunca ao grupo como um todo. No núcleo principal, o total parece ter se mantido em torno de 2.400 a 2.500 entre o início da década de 50 e o da de 60. O responsável pela abertura de um dos portões da fábrica e pelo controle dos cartões de ponto dos respectivos trabalhadores, em

---

[32] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* P. 95

[33] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.

meados dos anos 50, por outro lado, estima que no conjunto de unidades fabris contíguas do bairro Navegantes, onde funcionava a maior parte das empresas Renner até o período, trabalhavam, no conjunto, 4.800 pessoas. Estimativa semelhante (4.000) é feita pelo então presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de Porto Alegre.[35]

O volume, a qualidade e a diversidade da produção impressionavam todos os observadores, e eram motivo de orgulho para os trabalhadores e membros da comunidade local:

> "Era uma fábrica completa, que da lã pura, saía a fatiota pronta. Da plantação do linho, saía a roupa de linho pronta. Então, era bonito de se ver, né?"[36]

> "Era um produto de muito boa presença e repercussão, mesmo no comércio, o tecido Renner. [...] Era um aglomerado enorme, um espetáculo aquilo ali, quando na primeira hora do dia começava a chegar [o pessoal]. O Renner foi uma organização industrial de primeira grandeza."[37]

> "Teodolina: Eles faziam de tudo, faziam casaco de casimira, linho, terno completo, quer dizer calça e colete. Fazia sobretudo, e tinha seção de capa, fazia capa, capote... [...] Tudo muito, muito caprichado, muito bem feito. Tinha fama muito boa. Depois ele montou aquela loja lá no centro, com as vitrines, foi onde ele foi progredindo mais..."[38]

Paralelamente, a dimensão da empresa fazia com que ela fosse uma presença permanente na vida da população local. No Navegantes, em particular, mesmo os moradores que não tiveram a experiência pessoal de nela trabalharem, dificilmente deixariam de ter parentes ou vizinhos que o fizessem:

---

[34] Maia Neto, J. *Homem e progresso.* Porto Alegre: Sulina, 1963. P. 94.
[35] Levantamento Sócio-Econômico. SESI, Porto Alegre, 1953. Biblioteca da FIERGS; Maia Neto, J. *Homem e progresso. Op. Cit.* P. 96; Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99; Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[36] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99.
[37] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[38] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.

> "Gilberto: Minha vó trabalhou 37 anos, [...] no Renner.[...] Na costura, [...] no tear, [...] acho que ela trabalhou em tudo ali. Todas elas trabalharam! A tia Marieta, tia Adelaide, tia Cecília... O pai trabalhou 10 anos no corte. [...] Ele, o Antenor... O Ari, o Arizinho."[39]

Sons e imagens, guardados na memória, demonstram a presença da fábrica no cotidiano dos moradores, para muito além dos seus muros:

> "Ibirará: O que impulsionava o 4° Distrito [era] o apito do Renner. [...] De manhã cedo, 7 horas, apitava. O pessoal estava, todo mundo, correndo para o Renner! Uns a pé, outros de bicicleta...
>
> Gilberto: A vó, depois que se aposentou, tocava o apito lá, ela ouvia, começava a chorar. [...] O Barbosa, pra ele não gastar muito o tamanco, [que usava para ir trabalhar], ele botava uma borrachinha, um pedacinho de pneu, e pregava com umas tachinhas, pra durar mais.
>
> Ibirará: Aí, no fim de semana, no sábado, por exemplo, eles [os operários da Renner] iam no armazém lá do Almiro, [...] fazer aquele mini-rancho."[40]

Na cultura local, muito mais do que uma propriedade privada, a Renner representava o papel de uma grande instituição provedora de emprego, de oportunidades sócio-econômicas derivadas do seu impacto sobre o crescimento do 4° Distrito e do atendimento de um amplo leque de demandas sociais dos seus trabalhadores e das respectivas famílias.

Relações étnicas e nacionalismo: o capitalismo teuto-brasileiro em tempo de conflitos

Como fruto tardio do complexo colonial-imigrante, as indústrias Renner enfrentaram uma situação contraditória no que diz respeito à definição da nacionalidade dos seus proprietários, particularmente no período compreendido entre o acirramento do

---

[39] Entrevista com Gilberto Reis e Ibirará Fortes, 22/07/99.
[40] Entrevista com Gilberto Reis e Ibirará Fortes, 22/07/99.

nacionalismo alemão, com a ascensão do nazismo, e do nacionalismo brasileiro, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Do ponto de vista jurídico, não havia dúvidas de que se tratava de uma empresa e de proprietários nacionais. Em termos cronológicos e generacionais, o mesmo poderia ser dito, pois afinal de contas, os avós de A. J. Renner estavam entre os alemães chegados ao estado nas primeiras levas de imigrantes, em 1825. Por outro lado, a manutenção de uma forte autonomia e de uma identidade cultural claramente distinta por parte da colônia teuto-brasileira, que transparecia por exemplo no uso cotidiano da língua alemã, criava as condições para que Renner, assim como a grande maioria dos descendentes de imigrantes germânicos ainda continuassem a ser identificados como "alemães", e muitas vezes, assim se vissem.[41]

Tentando explicar este fenômeno e ao mesmo tempo afirmar a improcedência da identificação dele resultante, Pellanda, em 1944, recorre em primeiro lugar à análise da diversidade social das colônias alemãs no final do século passado. Citando Emilio Willems, argumenta que o "isolamento social" já então "cedia aos poucos a uma penetração social lenta." Seria necessário estabelecer uma diferenciação entre os três elementos constitutivos do fluxo imigratório alemão. Em primeiro lugar, havia o "camponês arrancado pelos fatores econômicos adversos às suas aldeias e transplantado para o Brasil", que como era natural, teria trazido

> "suas virtudes e defeitos que são de todos os campônios: o rigor das tradições, a inflexibilidade das convenções, a imutabilidade dos costumes e a tendência ao isolamento, própria, salvo raras exceções, de seu limitado horizonte."

Os rurícolas não seriam, porém, os únicos imigrantes. Havia também "artífices e trabalhadores urbanos", que traziam conhecimentos e experiências preservados pelas corporações desde a Idade Média e que, no Brasil, "puderam progredir para fora do círculo de sua arte ou do seu ofício, coisa rara na Europa". Em menor escala, a imigração trouxera também intelectuais, refugiados do "fracasso das revoluções de 1848 e 1849" e que "desde o início foram os guias e mentores da colônia". Para Pellanda, a atividades desenvolvidas

---

[41] As várias gerações da família nascidas no Brasil também são destacadas por: Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.

pelos ancestrais de Renner na colônia (construção de moinhos, serraria, fábrica de banha) demonstrariam claramente que pertenciam ao segundo grupo, sendo entretanto confundidos com os integrantes do primeiro, que, "dominante pelo número, originou o preconceito de infusibilidade de elementos germânicos."[42]

A confusão teria dominado as massas populares que, em 1942, diante da declaração da guerra do Brasil ao eixo, atacaram as lojas Renner em Porto Alegre, episódio curiosamente tratado na biografia do industrial gaúcho num capítulo sobre "crises climáticas e explosões populares", equiparação que demonstra o quanto o motim foi vivido pela empresa como um cataclisma . É certo que o fenômeno, ao contrário da enchente de 1941, não possuía causas naturais. Antes, fora insuflado pela difusão, "em certos círculos" de "imagens de importação xenófobas e marxistas, incrivelmente contraditórias entre si." Estes "improvisados guardiões da honra nacional" teriam conduzido a plebe contra "firmas genuinamente brasileiras", com uma "verdadeira técnica de 'terra arrasada'" que

> "de longe denunciava os elementos que se estavam aproveitando do sentimento popular de justa e indignada revolta contra os autores do afundamento de nossos navios indefesos, em águas territoriais, sem declaração de guerra."[43]

Estes desatinos, porém, contrastavam com a "calma gravidade com que os nossos homens públicos encararam o momento" tendo sido contidos apenas com a intervenção do Comando da Região e do Exército. O interventor federal, Gal. Osvaldo Cordeiro de Farias, entretanto, não tardou a expressar sua solidariedade para com a empresa, composta exclusivamente de "sócios brasileiros natos", e erguida com "trabalho operoso, útil e construtivo", comparecendo pessoalmente aos seus escritórios centrais. [44]

Renner, afinal, não se cansara de demonstrar

> "seus sentimentos de brasilidade e patriotismo sadios, ao participar, com sinceridade, das várias realizações oficiais e trabalhistas de caráter cívico, comemorativas das grandes datas de significação nacional, bem como de

---

[42] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.* Pp. 13-14
[43] *Idem, Ibidem.* P. 83, Pp. 78-85.
[44] *Idem, Ibidem.* P. 83

> todas as campanhas de sentido pátrio, que vêm sendo realizadas, desde longa data. [...]
>
> Nossas indústrias [são uma] organização genuinamente brasileira, na sua espécie única no país, e, sob aquele aspecto, parte integrante do patrimônio deste nosso Brasil."[45]

Se a empresa era nacional, seu fundador buscava também se definir como um grande patriota que, "como brasileiro e cidadão, tem, sem dúvida, direito à consideração e ao apreço das massas populares, nem sempre lúcidas, infelizmente." Isso poderia ser percebido na sua defesa da indústria e das matérias-primas nacionais, como na crítica aos "absurdos da moda" que estariam levando ao "emprego impatriótico de couros estrangeiros de alto custo" na fabricação de calçados. Renner também teria se empenhado no esforço de guerra, adotando prontamente o gasogênio em seus carros e caminhões, investindo pessoalmente no aperfeiçoamento dos mesmos, através do estudo de suas falhas de funcionamento, e desenvolvendo um novo filtro de feltro para os mesmos, superior aos disponíveis no mercado.[46]

O seu amor à terra natal transpareceria também nos relatos de suas viagens ao exterior, onde realizava invariavelmente comparações favoráveis ao Brasil, assim como registrava idéias de como melhorar nossa situação social a partir de experiências estrangeiras. As comparações climáticas e paisagísticas também eram invariavelmente favoráveis, e reforçavam sua fé no futuro do país:

> "Convenci-me de que, pelo menos no verão, o calor nos Estados Unidos não é menos intenso que aqui, e se lá conseguiram alcançar um desenvolvimento tão notável, não pode restar dúvida de que também nos é possível atingir a um nível relativo de progresso semelhante".[47]

Por que tamanho patriotismo, ao menos num momento de tensão e conflito, não era reconhecido pelas massa? Para responder a esta questão, temos que recorrer à dinâmcia

---

[45] *Idem, Ibidem*. P. 84.
[46] *Idem, Ibidem*. Pp. 43, 45, 78.
[47] *Idem, Ibidem*. Pp. 62-69.

sócio-econômica de Porto Alegre nas primeiras décadas do século, marcada pela hegemonia da colônia teuto-brasileira, particularmente no que diz respeito à indústria. Basta lembrar que uma das principais organizações da capital gaúcha a reunir industriais para o desenvolvimento de ações assistenciais e de capacitação profissional dos trabalhadores, durante a Primeira República, era o Deutsche Hilfsverein, ao qual Renner não chegou a se associar, mas do qual participava seu sócio e concunhado Frederico Mentz.[48]

A reação de populares a esta elite econômica que zelava pela preservação de seus sinais de distinção cultural étnico-nacional já haviam ocorrido desde a Primeira Guerra Mundial. Naquele momento, não houvera entretanto uma repressão sistemática capaz de levar à desarticulação da rede institucional que preservava e fortalecia a identidade alemã dos imigrantes e seus descendentes, como viria a ocorrer na Segunda.[49]

A Renner, defendida como indústria nacional por seus proprietários, por outro lado, reproduzia no seu interior a segmentação étnica existente na cidade que, ao menos até a guerra, influenciava até mesmo a política de contratação dos trabalhadores, sua relação com as chefias, assim como sua distribuição por setores:

> "Teodolina: A firma era alemã, então [...] sempre tinha aquelas que entendiam mais [a língua], elas mesmas podiam se dirigir ao chefe, se dirigir a um fiscal se tivesse qualquer uma coisa, se quisesse alguma coisa, tinham proteção. [...] Naquela firma tinha muita nacionalidade. [...] Mas era tudo um povo [...] de respeito, não eram revoltados. [...]
>
> Ernesto: Ele dava preferência a pessoas estrangeiras. [...] Italiano, alemão e polonês, trabalhou muito ali. E também não interessava se sabia falar [a língua do outro] ou se não sabia falar, porque [...] ali de um jeito ou de outro tinha um intermediário, e eles se entendiam. Se essa aqui não sabe

---

[48] Sobre o impacto mais geral da Segunda Guerra Mundial na elite industrial teuto-brasileira de Porto Alegre, ver Capítulo IV.

[49] Sobre os motins anti-alemães da Primeira Guerra Mundial em Porto Alegre, cfe: Silva Jr., Adhemar Lourenço da. "'Povo! Trabalhadores!': Tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)". *Op. Cit.*

falar brasileiro, ela é polonesa, botavam ela perto de uma polonesa a trabalhar, e ela dava um jeito [...], ela produzia ."[50]

Se internamente as relações étnicas foram, ao menos até a guerra, de segmentação e hierarquia, externamente, estavam marcadas pelo limite da exclusão:

"Teodolina: Se ele era racista não sei. Mas se tinha preto [na fábrica]? Não tinha.

Ernesto: Me parece que ele tinha um só empregado que trabalhava na rua que eu conheci, o único que era preto."[51]

"O Ford Riograndense": Capitão de indústria e pai mitológico



A. J. Renner

Como destaca Pesavento, os industriais gaúchos sempre cultivaram o mito do "*self-made man*", dotado de qualidades inatas e de uma vocação natural para o exercício da sua atividade, a liderança e o sucesso. Esses traços marcam os trabalhos dos biógrafos de Alberto Bins e Abramo Eberle, ambos proprietários de metalúrgicas, em Porto Alegre e Caxias do Sul, respectivamente, sendo o primeiro o mais destacado líder político ligado à indústria no estado até meados dos anos 30.[52]

O "culto à personalidade" de A. J. Renner, entretanto, possui proporções muito mais amplas e muito mais complexas. O empresário foi objeto de duas biografias em vida, além dos ensaios biográficos incluídos na maioria das publicações comemorativas e periódicas da empresa. Por outro lado, na prolífica produção intelectual do próprio Renner, as memórias de episódios de sua vida, particularmente aqueles em que aparece antevendo problemas e perspectivas futuras, ou então tomando

---

[50] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[51] *Idem*. Outro relatos confirma que, mesmo nos anos 50, as marcas da preferência étnico-racial ainda se mantinham. Cfe: Entrevista de Julieta Batistioli a Francisco Carvalho Júnior. *Op. Cit.*
[52] Pesavento, Sandra J.. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. Op. Cit.* Pp. 127-129.

decisões críticas, são freqüentemente mobilizadas para iluminar o debate de questões econômicas, políticas e sociais presentes.

Na biografia *Homem e progresso,* escrita por Maia Neto em 1963, o escritor Manoelito de Ornellas, autor do prefácio, evoca esta dimensão mítica ao salientar que A. J. Renner, mais do que um indivíduo comum,

> "é símbolo de um outro Rio Grande: o que vem dos altiplanos da serra, miscigenado, onde o italiano e o alemão derramaram seu sangue plantando as vinhas e erguendo as chaminés. Nem por isso, menos heróico e menos bravo que o outro, de cruzadas violentas, nas lutas ideológicas ou nas disputas limítrofes da Cisplatina.".[53]

Alguns dados biográficos de Renner são constantemente relembrados tanto nos seus escritos quanto naqueles de que foi objeto, para comporem a imagem do trabalhador humilde e disciplinado, que venceu por força própria e conhece as dificuldades vividas pelos seus "colaboradores". Aos 12 anos de idade, iniciou a trabalhar como operário na fábrica do pai, onde teria aprendidos sua primeira lição sobre a importância da qualidade dos produtos, já que a "Banha Rosa", ao contrário das concorrente, custava um pouco mais caro mas, por não conter água, não explodia na panela da dona de casa.[54]

Já aos 14 anos, veio morar em Porto Alegre, onde trabalhou como aprendiz na casa de jóias de Carlos Foergens. Vivendo na residência do próprio patrão, acompanhava o mesmo nas suas atividades de lazer, constituídas, sobretudo, por corridas de cavalo. Entretanto, teria sido capaz de evitar o vício das apostas, mesmo tendo vencido o seu primeiro palpite, já que após duas tentativas seguintes frustradas, teria encerrado sua carreira de jogador, enquanto ainda contava com algum lucro.[55]

Trabalhador, prudente, outro traço destacado da personalidade de Renner seria a sua capacidade técnica e seu interesse pela ciência, totalmente autodidata. O maior exemplo nesse sentido seria o próprio processo de concepção e criação da capa "Ideal", seu primeiro produto, que garantiu o sucesso da empresa, e teria seguido rigorosas e metódicas regras de

---

[53] Maia Neto, J. *Homem e progresso.* Porto Alegre: Sulina, 1963. Pp. 5-6.
[54] *Idem, Ibidem.* P. 26.
[55] *Idem, Ibidem.* Pp. 30-31.

experimentação. Partindo da idéia de confeccionar uma capa impermeável, mesmo quando o seu usuário estivesse em movimento, Renner teria importado uma série de amostras de tecidos e de fios, até selecionar os que mais se adaptavam às suas finalidades:

> "Logo, pois, que obteve o fio apropriado, passou a urdi-lo. Diferentes qualidades de pano forma obtidas e experimentadas. A arte da tinturaria e a da impermeabilização já não tinham segredos. Ao contrário, naquele laboratório elementar se conseguira até o aperfeiçoamento da última.
>
> Um chuveiro posto acima da velha máquina de costura transformada em aparelho de provas, [simulando os movimentos do cavalo,] iria dar a palavra definitiva, quanto à textura e ao peso do pano necessário."[56]

Passaram-se dois anos e meio entre a chegada dos fios e a confecção das primeiras capas, mas uma vez prontas, estas foram vendidas imediatamente. "Sem nunca ter posto os pés numa grande fábrica, muito menos numa fábrica do ramo", o novato industrial teria descoberto a chave do sucesso a partir de seus dotes para a ciência, "observação e experiência conduzidas pelo bom senso".[57]

Tamanho apreço pelo progresso científico faria de Renner um admirador e praticante dos métodos de "racionalização da produção" fordistas e tayloristas. Mas o seu interesse pelo potencial racionalizador da técnica ia além. Na sua primeira visita aos Estados Unidos, por exemplo, se deteve em Battle Creek, onde o Dr. Kellog dirigia um hotel-sanatório com capacidade para 1.000 "hóspedes", que tratava com base nos princípios da "alimentação racional", concepção nutricional inovadora que, já na época, servia de base para uma indústria emergente:

> "Manufaturam-se ali deliciosos preparados de milho, arroz e trigo integrais, com o aproveitamento portanto do 'farelo' desses cereais, que entre nós são

---

[56] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria*. Porto Alegre: Globo, 1944. P. 27.
[57] *Idem, Ibidem*. P. 28-29.

> resíduos destinados à alimentação animal, embora contenham a maior parte das vitaminas indispensáveis à vida e à saúde do homem."[58]

Evidentemente, o biógrafo trata de ressaltar que Renner pensava na "alimentação da nossa gente [...] tão precária e tão imprópria", e não nos potenciais econômicos da indústria de cereais, realizando uma contribuição para a análise de um problema que deveria preocupar, acima de tudo "às autoridades de saúde pública."[59]

Outra marca registrada da imagem de Renner eram seus hábitos regulares e meticulosos, que contribuíam inclusive para que "raramente perde[sse] o controle dos nervos", o que em geral acontecia apenas quando "contrariado em questões de disciplina, a que dá importância capital" e que "indubitavelmente, foi um dos fatores do seu êxito."[60]

Ao exemplo de ascetismo, somava-se o cuidado e o controle em relação aos trabalhadores da empresa, alimentado pelo contato pessoal diário, extremamente eficaz na construção do respeito e admiração pelo patrão, associados à consciência da vigilância permanente:

> "O seu A. J. Renner, 7 horas ele passava. Parecia que era máquina, todo dia o velhinho passava, em todas as sessões. [...] Agora tinha uma coisa. Se ele passava no seu tear, digamos, e o senhor não estava na frente, bah!!! Ele [...] já passava na seção do chefe de tal tear e queria saber por que o seu Salvador não estava na frente do tear..."[61]

> "Ernesto: O velho, ele mantinha aquele regime de que os operários deles fossem bem tratados, não havia nada de resmungação, de briga, [...] ele queria era ordem, amizade entre os operários, e ele se dava ao trabalho de passar todos os dias [...] em todas as seções [...], cumprimentava todo mundo, muito amigo, nem parece que ele era o chefe, o dono."[62]

---

[58] *Idem, Ibidem*. P. 67.
[59] *Idem, Ibidem*. P. 67.
[60] *Idem, Ibidem*. P. 117.
[61] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.
[62] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.

> "Paulo: [Em 1952], o Sr. A.J. Renner, ele já era bem velhinho... Vinha com a bengalinha dele, caderninho na mão [...] E perguntava: '- E tu, rapaz, como é que está aí? Está tudo bem? Encontrando alguma dificuldade por aí?'; '- Não! Está tudo bem. Tudo bem.'; [...] '- Isso é bom'. Aí, caminhava um pouquinho, daqui a pouco, ele tomava nota de alguma coisa. [...] É, depois falava para o chefe...
>
> [...] Leda: Ele era uma pessoa, assim, simpática, ele cumprimentava todo mundo, a pessoa ia trabalhar com vontade!"[63]
>
> "Gilberto: A minha avó morreu com 94 anos e nunca deixou de elogiar o A. J. Renner. Ele era tudo pra ela. Era o ídolo dela".[64]

O cuidado com os colaboradores, Renner deixava claro, não deveria buscar a gratidão, mas apenas o reconhecimento "de que procuramos ser justos."[65]

Por outro lado, a imagem de zelo e proteção do empresário sobre os seus trabalhadores, construída na fábrica, extrapolava os seus muros e pairava sobre a comunidade:

> "O Renner era o pai da zona."[66]
>
> "Ernesto: Ele deu terreno pra [Sociedade] Ginástica, deu terreno pra fazer a creche, deu terreno pra fazer o centro de saúde ali, o campo de futebol, ele deu terreno pra tudo. Aqui a Igreja dos Navegantes, ele ajudou o que pode. Não tinha o que ele não ajudasse. Ele era humanitário ao extremo, né?"[67]

Mais do que uma imagem pessoal, o mito em torno de Renner era a encarnação de um *ethos*, cujos traços se buscava projetar sobre os próprios trabalhadores, mas também se esperava que influenciassem o empresariado como um todo e que, acima de tudo, fossem

---

[63] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99
[64] Entrevista com Gilberto Reis e Ibirará Fortes, 22/07/99.
[65] Maia Neto, J. *Homem e progresso. Op. Cit.* P. 81.
[66] Entrevista com Valter Roman Jochade 18/03/97.
[67] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.

perpetuados e superados por seus herdeiros, que tiveram acesso a condições de preparação para assumir a empresa com as quais o fundador nem sequer sonhara.

No que diz respeito aos trabalhadores, o caso exemplar a demonstar como poderiam comungar das características do seu empregador era o de Luiz Schilling, primeiro aposentado da empresa, em 1929, que de "simples maquinista da fábrica de banha de Christiano J. Trein & Cia" assumira a responsabilidade de montar o maquinário importado da fiação em Porto Alegre, sem sequer conhecê-lo previamente:

> "Assim eram os primeiros auxiliares de A. J. Renner, como ele próprio, homens saídos de outras profissões para dominar os segredos das várias fases da fiação e tecelagem por suas mãos."[68]

Em artigo sobre "Como racionalizar a administração", publicado no *"Correio da Manhã"* em janeiro de 1957, Renner procurava mostrar que não estava sozinho entre os empresários, citando aquele que tanto contemporâneos quanto analistas posteriores identificaram com sendo o que mais se aproximava do seu exemplo: Rubem Berta, diretor-presidente da Varig. Num jantar em sua homenagem, Berta negara que o brasileiro "seja, por natureza, indolente e, como tal, incapaz de realizar o nosso progresso material". O empresário da aviação declarava, ao contrário, que o trabalhador nacional "trabalha tanto ou mais do que qualquer indivíduo, até sob condições que homens de formação diversa se negariam a trabalhar", e que o que lhe faltava, antes de tudo, eram dirigentes inspiradores:

> "Dando-lhe bons exemplos, despertando-lhes o sentido da responsabilidade, veremos como o brasileiro, nas oficinas ou nas repartições públicas, se tornará um elemento prestimoso e eficiente no mais alto grau."[69]

Certamente uma das expectativas de Renner era de que estes exemplos se mutiplicassem na nova geração de empresários em formação no país. Ernesto Pellanda, seu biógrafo e autor de boa parte das publicações institucionais da empresa, criticava em 1944 a tese de Alberto Torres, segundo a qual "o capital e a riqueza no Brasil, raro passam de uma

---

[68] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* P. 88

geração" e utilizava para refutá-la não apenas argumentos teóricos, mas o exemplo da preparação reservada por Renner aos seus filhos.[70]

Egon, o primogênito, já em 1928, fora estudar no *Scottish Woolen Technical College* de Galashiels, Escócia, especializando-se, posteriormente, na Inglaterra e na Alemanha. Heini fora para o *Techinikum fuer Textil Industrie* de Reutlingen, Alemanha, praticando em tecelagens da Escócia e Irlanda. Kurt, estudara "organização racional do trabalho" na indústria de confecção dos Estados Unidos, de onde seguiu para Alemanha. Otto formara-se engenheiro têxtil em Cottburg e freqüentava a escola superior de química quando foi surpreendido pela guerra na Alemanha. Já Herbert havia estudado, no Uruguai e na Argentina, a classificação de lãs e, no Chile, a produção de fibras de linho.

De volta ao Brasil, cada um havia assumido funções ligadas à sua qualificação na fábrica:

> "Um claro exemplo aos que, mal atingida uma situação mais folgada, sonham já em fazer dos filhos bacharéis em vez de incutir-lhes o amor à técnica que é a base da verdadeira independência."[71]

Lamentavelmente, tamanha preparação não impediu que sob a direção dos herdeiros, a Renner entrasse em uma crise da qual não sobreviveu mais do que a sombra do império criado pelo fundador. Se o mito do pai foi o da ascensão, o dos filhos seria o da queda.

A. J. Renner: o político e o intelectual

O interesse de A. J. Renner pela política aparentemente começou na sua juventude de aprendiz de ourives em Porto Alegre, quando freqüentava o "Tunerbund", dirigido pelo proprietário de uma fábrica de peças de mármore, Aloys Friedrich, onde se reuniam "os jovens para a prática da ginástica", mas também discursavam "políticos e articulistas" dos quais o futuro empresário apreciava particularmente Pinto da Rocha e

---

[69] Renner, A. J. *Artigos publicados no "Correio da Manhã" do Rio de Janeiro.* Porto Alegre, Janeiro de 1957. P. 23-24.
[70] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria.* Porto Alegre: Globo, 1944. P. 56.
[71] *Idem, Ibidem.* Pp. 57-59.

Fernando Abbot. O tema central debatido no período eram "as conveniências do voto secreto sobre o voto a descoberto, ainda vigorante."[72]

Os industriais vinham ocupando cargos políticos no estado desde o início da República Velha, com destaque para Alberto Bins, eleito vice-intendente municipal de Porto Alegre em 1928 que, com a morte do intendente Otávio Rocha, assumiu o cargo, sendo nele mantido até 1937. Desde a greve geral de 1906, Bins esporadicamente tentava criar uma entidade de classe que organizasse os industriais, lhes possibilitando um canal de negociação coletiva com o Estado, embora Pesavento destaque que estava fora dos horizontes dos líderes fabris, neste momento, "passar tais interesses específicos da fração de classe para o conjunto da sociedade, ou pretender uma hegemonia política." As diversas tentativas encabeçadas por Bins foram frustradas, na análise da autora, inclusive pelo fato de que o Partido Republicano Riograndense assumia, até um determinado momento, a defesa dos interesses da indústria regional. Somente na segunda metade dos anos 20 é que este cenário se alteraria:

> "o PRR 'abandona' o empresariado local, deixando de combater no Congresso Nacional as medidas sociais como até então vinha fazendo. Não é por acaso, pois, que a idéia de montar uma organização classista por parte dos industriais retorna justamente no momento em que se decidia no Congresso Nacional a aprovação da lei de férias, à qual se opunham os empresários."[73]

Este momento coincide com a ascensão da Renner ao porte de grande empresa, chegando em 1930 a empregar 600 operários, e com o momento que o seu diretor passa a ter uma vida pública de destaque, da qual o primeiro passo foi seu ingresso no Rotary, em 1929.[74]

Quando Bins convocara a fundação do Centro Industrial Rio-Grandense em 1927, Renner não estava presente, apenas seu concunhado, sócio e incentivador, Frederico

---

[72] Maia Neto, J. *Homem e progresso.* Op. cit. A marmoraria de Friedrich foi o ponto de partida da greve geral de 1906. Ver Capítulo V.
[73] Pesavento, Sandra J.. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930). Op. Cit.* P. 249.
[74] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.* P. 110.

Trein. Já em 1930, o ainda jovem empresário presta solidariedade ao processo revolucionário em pronunciamento no próprio Rotary, e quando é convocada a criação de uma comissão permanente de industriais, participa representando o setor de fiação e tecidos.[75]

A barra do porto de Rio Grande esteve fechada à navegação de 03 de outubro a 02 de novembro de 1930, e a dificuldade tanto na chegada de suprimentos quanto no escoamento da produção levava as fábricas a operarem apenas 3 ou 4 dias por semana. Neste contexto, a criação do Comitê Industrial foi uma iniciativa do próprio governo do estado, que buscava colaboração e respaldo para enfrentar problemas como a necessidade de "amparo ao operariado" e a falta de numerário disponível. Os industriais, desta feita, foram além da circunstância imediata, criando a sua entidade de classe, então denominada Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, a 07 de novembro de 1930, que teve A. J. Renner como seu primeiro presidente. É bem possível que para este amadurecimento tenha contribuído a onda de greves de 1929, que convulsionou as maiores empresas da capital ao longo de todo o ano.[76]

Usando de seu talento de administrador, Renner buscou sanear imediatamente o que considerava serem as causas dos fracassos das tentativas anteriores, como a "falta da organização preliminar de um departamento aparelhado para, desde o início, dar andamento aos trabalho", o que exigiria a contratação de um "serventuário habilitado, que ficasse obrigado à prestação dos serviços necessários, razão pela qual deveria ser remunerado." De imediato, o Centro obteve a adesão de 25 firmas, que atendiam ao critério de possuírem um mínimo de 25 operários cada, sendo que na nominata de sócios se verificava uma "esmagadora presença de empresários ligados ao complexo colonial-imigrante". Pesavento destaca, entretanto, que embora demonstre um novo patamar da consciência de classe dos industriais, a criação do CINFA não pode ser entendida como uma "proposta mais ampla, de reorientação geral da sociedade em favor da indústria", e não expressava "uma tentativa

---

[75] Pesavento, Sandra J.. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930). Op. Cit.* P. 249.

[76] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria.* Op. cit.. Pp. 70-78. Sobre as greves de 1929, ver Capítulo V.

de 'universalizar', para o conjunto da sociedade, uma visão de mundo centrada na fábrica", mas sim, antes de mais nada, visava à sua articulação como um "grupo de pressão". [77]

A eleição de A. J. Renner como presidente da entidade, contando com o respaldo de Alberto Bins, inicia um processo de substituição gradativa no papel de principal liderança industrial do estado. Bins, já então em idade avançada, era proprietário de uma pequena forjaria que contava com 40 operários e ganhara destaque dentro da categoria acima de tudo por sua atuação política desde o início do século, à qual acumulava o atributo, amplamente reconhecido, de ser um dos porta-vozes da "colônia germânica" de Porto Alegre.

Criado o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, o recém-empossado presidente do CINFA parte para o Rio de Janeiro, onde reúne-se com outros industriais e logo agenda contatos com o ministro Lindolfo Collor. Nestes encontros, Renner apresentaria aos interlocutores uma série de "sugestões" relativas à legislação trabalhista, "algumas impugnadas por colegas em razão da sua liberalidade" a maior parte, "aproveitada e incluída na lei". Segundo relatos, após dois meses de intenso trabalho, Renner "se impôs definitivamente à consideração do ministro e dos técnicos". Seu primeiro encontro com Collor, a quem provavelmente já conhecia, pois tinha base política na região colonial alemã do Vale do Sinos, levou três horas. Convidado a ingressar na comissão encarregada do anteprojeto do Seguro Social, Renner "foi forçado a aceitar, apesar de seus afazeres abandonados, lançando-se à tarefa de contribuir "decisivamente para conciliar o meio industrial brasileiro com a pasta e o ministro."[78]

Os período que permaneceu na capital federal e a convivência com o ministro fizeram de Renner um de seus admiradores, especialmente quando comparado aos ministros posteriores, acusados de desprezarem o conhecimento dos industriais sobre as relações de trabalho concretas e a viabilidade das medidas legais a serem adotadas:

---

[77] Pesavento, Sandra J.. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930). Op. Cit.* Pp. 259-262.

[78] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.* Pp. 70-78.

> "foi um homem admirável – o melhor que Getúlio Vargas poderia ter indicado para aquele cargo. [...] Lamentavelmente, os sucessores de Lindolfo Collor não lhe seguiram o exemplo."[79]

Defendendo Collor das críticas de seus colegas, Renner insistia, na época, que o Ministério seguia um método de trabalho sistemático:

> "Há nas legislações sociais dos nossos dias, um mínimo de garantias para o trabalho que não podemos deixar de instituir no Brasil: são leis sobre horas de trabalho, salários mínimos, contratos coletivos, comissões de conciliação, trabalho das mulheres, trabalho dos menores, higiene do trabalho e higiene das fábricas. [...]
>
> Todas essas leis guardam entre si estreito nexo de dependência, elas formam uma engrenagem, uma cadeia, prejudicada ou desfeita pela falta da peça.
>
> No Brasil não há nada feito nesse particular. Eis a razão por que o ministro do Trabalho se vê obrigado a propor, com pequenos intervalos, todas essas leis. [...]
>
> Convenhamos que se não fizesse isto o Ministério do Trabalho não preencheria a sua finalidade. Ele foi criado para fazer e não para não fazer."[80]

Este posicionamento favorável ao estabelecimento de um leque de direitos básicos estabelecidos em lei era reiterado no seu primeiro relatório como presidente do CINFA.

> "Forçoso é reconhecera evolução das idéias modernas e a conquista de direitos novos pela classe trabalhadora. [...] É justo que os dias de enfermidade do operário, não sejam dias de fome [...], que ao sentir a aproximação da velhice, [...] tenha tranqüilidade de espírito [...] sob o

---

[79] Maia Neto, J. *Homem e progresso.Op. Cit.* P. 24

> amparo da lei, [...] que aquele que se invalida no exercício da sua profissão [...] esteja coberto da mendicidade, [...] que se reconheça o limite da capacidade do trabalho humano, [...] que do seu labor haja o operário a remuneração imprescindível, ao menos, à subsistência."[81]

Conforme seus biógrafos e as publicações da empresa buscavam demonstrar, a declaração de fé correspondia à convicção com que o empresário observava o direito do trabalho na sua empresa, indo além do "cumprimento frio das disposições legais" e pautando-se pela "compreensão de seu espírito e [pela] execução espontânea, visando o benefício coletivo e geral."[82]

> "[Renner] instituiu salários iguais para funções idênticas, não distinguindo sexos, e facilitou o aprendizado a ponto de não ter tido aplicação em suas fábricas a lei do salário mínimo."[83]

Os trabalhadores também atestam que, ao contrário do que ocorria em muitas empresas, "o chefe sempre acompanhou as leis do governo, nunca deixou de cumprir."[84]

Mais do que obedecer à implementação da legislação, tanto a participação na elaboração dos primeiros decretos, quanto a intervenção sistemática no debate público sobre o tema nas décadas seguinte demonstram que Renner assumia o papel de um ator diretamente envolvido com a disputa de concepções relativas à regulamentação das relações entre capital e trabalho no Brasil. É nesse sentido, inclusive, que se pode compreender sua oposição ativa, juntamente com os outros membros do CINFA, ao rumo tomado pelo Ministério do Trabalho na gestão Salgado Filho, promulgando decretos muito mais específicos e detalhados, que os empresários gaúchos decidiram abertamente descumprir, ao contrário do que Renner fizera em relação à normatização básica estabelecida por Collor e do que voltaria a fazer posteriormente.[85]

---

[80] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.* Pp. 73-74
[81] *Idem, Ibidem.* P. 51.
[82] *Idem, Ibidem.* P. 53.
[83] *Idem, Ibidem.* P. 52.
[84] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[85] Ver Capítulo V.

A defesa da necessidade de regulamentação das relações de trabalho, evidentemente, tinha os seus limites, e Renner não se cansou de elaborar no sentido de defini-los com o máximo de precisão, buscando elaborar uma concepção de direitos sociais que superasse a filantropia sem entretanto afetar a estrutura de poder das relações sociais fundamentais:

> "Não é preciso que o empregador desça a concessões que possam afetar o princípio natural de hierarquia, indispensável ao sucesso de todos os empreendimentos. Basta que seja justo. [...] Amparado não porque seu patrão se tenha condoído de sua sorte, mas porque é um direito que lhe é reconhecido, o trabalhador sentir-se-á naturalmente, mais senhor de si".[86]

A sua fé na livre iniciativa o levava, inclusive, a assumir explicitamente que os benefícios dados ao trabalhador reverteriam em favor da empresa. Portanto na sua defesa dos mesmos "não alud[ia], senão às vezes, e por alto, ao benefício pessoal dos que os recebem".[87]

De volta ao Rio Grande do Sul, Renner iniciou sua breve passagem pela política partidária, ingressando no Partido Republicano Liberal (PRL), fundado pelo interventor federal no estado, Flores da Cunha. Em 1932, diante da "agitação constitucionalista", foi sondado por industriais do centro da país a respeito da proposta de criação do "Partido Econômico", da qual discordou. O episódio deu ensejo a que, numa carta ao jornalista e líder liberal gaúcho Raul Pilla, sistematizasse os seus pontos de vista sobre uma série de questões políticas conjunturais e doutrinárias. Nela, Renner lamenta o que classifica como "a demagogia dos Clubes 03 de Outubro", "desejando ardentemente a volta dos militares à disciplina das fileiras", e propõe a substituição do Senado por um Conselho Técnico, idéia que, seu biógrafo lembraria em 1944, viria a ser "em parte realizada com o Conselho de Economia Nacional, com a Constituição do Estado Novo". Defendia ainda a

> "eleição do presidente da República pelo parlamento; o regime federativo com restrições quanto à autonomia dos estados; o censo alto, apesar de o julgar impossível no momento; é contra o sufrágio feminino e partidário do

---

[86] Maia Neto, J. *Homem e progresso. Op. Cit.* P. 80.

> divórcio, em termos, evitadas as demasias de outros países onde já então existia o perigo da dissolução da família; aprova a separação da Igreja do Estado e aceita o ensino religioso, mas sem privilégio de nenhuma crença; preconiza o desarmamento internacional, duvidando embora da sua realização; quanto ao livre-câmbio adota um ponto de vista conciliador pois só o admite sem o desamparo da indústria legítima já estabelecida no país."[88]

Membro do Conselho Consultivo do estado, eleito por indicação do CINFA, seria ainda deputado classista estadual, em 1934, quando a apresentação de seu nome para vice-presidente da Assembléia Legislativa serviu de pretexto para a dissidência entre o PRL e a Frente Única Gaúcha, episódio que ainda lamentava uma década depois. Considerou a experiência parlamentar frustrante, por encontrar no legislativo pouco espaço para a "defesa dos interesses da produção". Com o Estado Novo, desapareceria o PRL, e Renner encerraria a sua atividade partidária, sendo que a partir daí "consagrou-se de todo às suas atividades industriais", já que "o termo das lutas políticas com a dissolução dos partidos [...] só poderia dar-lhe satisfações." É verdade que o jogo político começava a ficar também cada vez mais perigoso, e seus amigos Flores da Cunha e Lindolfo Collor, àquelas alturas, já se encontravam exilados. [89]

A partir daí, a intervenção de Renner na vida política centrou-se na sua atuação como articulista, debatendo uma grande diversidade de temas, especialmente a necessidade de "aperfeiçoamento" da legislação trabalhista e a defesa da indústria nacional. Já em 1944, publicava artigos na revista "Orientação Econômica e Financeira", visando "calcular as possibilidades de concorrência estrangeira à indústria nacional no após-guerra", e defendia que os instrumentos de política econômica criados durante o conflito mundial servissem para a alavancar o desenvolvimento em tempos de paz:

> "Após esta guerra de destruição, devemos dar início a uma outra guerra: contra o desemprego, a miséria e todas as conseqüências desta calamidade,

---

[87] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.*. P. 107.
[88] *Idem, Ibidem*. Pp. 74-78.
[89] *Idem, Ibidem*. Pp. 74, 77.

> tendo em vista, simultaneamente, levantar o padrão de vida geral que, por sua vez, proporcionará a todos condições prévias para uma melhor saúde e, também, para conforto e higiene maiores."[90]

Para tanto, os governos deveriam, durante um ou dois anos, continuar cobrando os mesmos impostos do período de guerra, assim como "exigir os mesmos sacrifícios dos seus povos". Com a arrecadação obtida, um grande plano de obras públicas seria desencadeado:

> "construção de escolas e hospitais, de estradas de ferro e de rodagem, de campos de esporte, recreio e descanso, de instalações de água, luz, e sanitárias, de canalizações, drenagens, irrigações, etc. isto em todas as cidades e lugarejos. Melhorar os meios de transporte e os seus equipamentos, substituindo o material já não mais moderno por outro novo e mais eficiente. Arrasar quarteirões velhos, antieconômicos e anti-higiênicos, para neles levantar edificações que correspondam mas necessidades e aos requisitos das condições de vida de nossos dias."[91]

Avaliava assim, que bastariam "um ou dois planos qüinqüenais", para no Brasil se "solidificar na paz, o progresso e a riqueza", e alertava para a desvantagem a ser enfrentada pela indústria nacional, a partir da "volta de milhões de homens e mulheres às ocupações normais da grande indústria americana e européia, produtoras em escala colossal em muitos dos ramos em que apenas agora nos estamos iniciando".[92]

Havia aparentemente motivos para preocupação. O já citado relatório sobre as condições da indústria do vestuário voltada a mulheres e crianças, produzido pelo Consulado Norte-americano de Porto Alegre, visava precisamente estabelecer dados confiáveis no que diz "à extensão da demanda potencial para as roupas prontas americanas para mulheres e crianças". Seu autor era otimista em relação às "possibilidades do mercado para a venda de acessórios", já que a preferência por bens franceses, verificada antes da guerra, fora substituída pela valorização dos produtos norte-americanos, mas alertava que a

---

[90] *Idem, Ibidem*. Pp. 88-89.
[91] *Idem, Ibidem*. Pp. 88-89.
[92] *Idem, Ibidem*. Pp. 88-89, 92.

efetivação desta tendência dependeria do preço final ao consumidor, que não deveria "exceder em mais do que cerca de 10% os preços domésticos correntes". Com a subida mantida pelos preços no mercado interno ao longo da conflagração internacional, a competição americana poderia se tornar possível, mas se houvesse "um drástico declínio após a guerra" ela estaria "afastada deste mercado".[93]

Em relação à política tarifária brasileira, o autor analisa que ela não objetivaria uma "tentativa pré-concebida de desencorajar as importações de acessórios estrangeiros". As taxas de alfândega praticadas sobre as roupas prontas entretanto eram consideradas altas, o que visava, em primeiro lugar, a proteger as tecelagens nacionais, já que era considerado "duvidoso que tais taxas pudessem ser rebaixadas sem afetar a indústria doméstica". A tributação incidia sobre o peso da mercadoria, variando de acordo com a qualidade do material, sendo mais alta em "seda, veludo, linho e lã". As taxas não eram, entretanto, cobradas numa base *ad valorem*, apesar de que peças acabadas com bordados, laços, fitas e outros enfeites estavam também sujeitas a tarifas mais altas, o que levava à conclusão de que "no conjunto, a taxas sobre todos os tipos de peças são suficientemente altos para desencorajar a importação em larga escala".

Por outro lado, o desenvolvimento de uma "manufatura doméstica do vestuário" poderia contar com alguns fatores favoráveis: indústria têxtil altamente desenvolvida, conhecimento da tradição e hábitos da clientela e custo do trabalho, "que tem sempre sido barato". Este quadro relativizava o otimismo inicial quanto mas possibilidades americanas de exportação de peças de vestuário para o Brasil, e levava ao estudo de outras possibilidades:

> "É possível que outra alternativa poderia ser, possivelmente, a instalação de fábricas no Brasil, utilizando os tecidos e o trabalho brasileiros, embora não se possa dizer que uma proposta dessas não envolveria vários outros problemas."[94]

---

[93] "Women's and children's outer garment manufacturing industry – Brazil – Porto Alegre Consular District". Preparado por Vincent Russo, Funcionário. Consulado Norte-americano de Porto Alegre, 14 de Fevereiro de 1945. NARA, Departamento de Estado. P. 7.

[94] *Idem*. P. 7.

Portanto, como Renner alertava, o pós-guerra traria riscos para a emergente indústria nacional, no que diz respeito à concorrência que só poderiam ser limitados através da política alfandegária. A conjuntura colocava, por outro lado, a possibilidade da exploração de potenciais, que ele acreditava serem significativos no caso do Rio Grande do Sul, onde se verificava uma confluência rara:

> "simultaneidade da pecuária, da agricultura e da indústria, numa extensão territorial relativamente pequena [e] grande diversidade em todos estes ramos da atividade humana."[95]

Veio o pós-guerra, que rapidamente evoluiu para a Guerra Fria. Entre 1947 e 1949, a produção intelectual de Renner se amplia, abrangendo desde temas mais "ideológicos" ("estatismo" e livre iniciativa, "social-capitalismo"), até tópicos da agenda política nacional (participação nos lucros das empresas, revisão da lei da estabilidade, "verdade cambial", defesa da indústria nacional, aumentos de preços) regional (alternativas para os desocupados na fronteira) e outros de interesse permanente do autor, como a necessidade de "racionalização da administração pública". A maioria destes trabalhos foi reunida posteriormente no livro *Assuntos econômicos e sociais. Coletânea de artigos e estudos*, que apresenta o painel mais completo do pensamento político do empresário.

No tratamento dado aos temas mais gerais, percebe-se claramente que Renner identificava uma forte ameaça nas tendências estatizantes, não apenas as ligadas ao modelo soviético, mas também as presentes em ações como o programa de nacionalização do governo trabalhista inglês. Dissertando sobre a "função social do capital", esclarecia que estas tendências levavam apenas à "burocratização dos meios de produção", e criticava "aqueles que entendem que o lucro deve ser dispersado em vez de ter novo emprego produtivo", defendendo que ao invés da distribuição de renda, era o aprofundamento da industrialização, com "o aumento da população ativa, da assistência social, das possibilidades de elevação de maior número de pessoas da categoria de trabalhador

---

[95] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria*. Porto Alegre: Globo, 1944. P. 122.

desclassificado a artífice, operário qualificado e a mestre de ofício" que levariam "o nosso povo" a obter um melhor padrão de vida. [96]

O "coletivismo", seria assim um "inimigo da economia e do progresso", que combateria um adversário morto, já que com a "assistência social [...] promovida pelas classes patronais", um "neocapitalismo, nascido da agricultura e do artesanato em países de índole liberal como o nosso" teria substituído o "'velho capitalismo' [que] fundou-se nas riquezas acumuladas pela exploração colonial". O exemplo maior estaria em casa:

> "As empresas que criei e que dirijo cresceram pagando os melhores salários por igual trabalho, formando elas próprias os operários especializados de que careciam e dando-lhes novas oportunidades, cumprindo com excesso as obrigações resultantes das leis sociais do país, dando por sua conta vantagens nelas não previstas e fornecendo aos seus clientes, sem cujo apoio não teriam tido êxito, artigos de qualidade por preços relativamente módicos."

O "neocapitalismo" teria inclusive resolvido o problema da propriedade dos meios de produção, já que:

> "empresas dessa ordem, que cumprem com suas responsabilidades sociais, pertencem de fato à coletividade, pois em benefícios desta, que queiram quer não seus proprietários, reverte o resultado de sua capacidade, dos seus esforços, e até de seus sacrifícios." [97]

O socialismo seria portanto, anacrônico, carente de objetividade e demagógico. A política de "socialização" ou "nacionalização" do *Labour Party* seria também danosa ao interesse do trabalhador, já que este, "no regime democrático regulado por uma legislação social efetiva", não se submeteria "aos caprichos de um só patrão". No Brasil em particular, o operário, "discute livremente os seus direitos, recorre à Justiça do Trabalho, propõe dissídios coletivos, [...] é um cidadão, enfim, dono de sua vontade e do seu destino". [98]

---

[96] Renner, A. J. *Assuntos econômicos e sociais. Coletânea de artigos e estudos*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1950. Pp. 7-9. *Diário de Notícias*, 10/10/48.
[97] *Idem, Ibidem*. Pp. 11-13. *Diário de Notícias*, 12/06/49.
[98] *Idem, Ibidem*. Pp. 14-16. *Diário de Notícias*14/11/48.

O aspecto demagógico da propaganda socialista estaria em textos como o capítulo sobre "Liberdade e Propriedade Coletiva", do livro publicado pelo primeiro-ministro trabalhista britânico Atlee, no qual os "leitores [...] são induzidos a crer que no regime socialista não haverá ordens, disciplina, cartões de ponto. Não haverá pobreza." Analisando o programa do *Labour*, Renner julga necessário separar "o que é utopia do que é realizável" e, após esta depuração, conclui que, no plano do factível, "a legislação social brasileira está muito à frente das aspirações dos trabalhistas ingleses".[99]

A crítica ao "estatismo" o leva ao princípio de que "não pode existir a segurança para os trabalhadores em qualquer regime que não seja a democracia", que no seu entender eqüivaleria diretamente ao regime de livre iniciativa. Cunhando o termo "social-capitalismo" para designar sua proposta, volta a insistir que o velho capitalismo, criticado não apenas pela esquerda, mas mesmo pelo "socialismo cristão" havia morrido na crise mundial de 1929, em particular no Novo Mundo, e que "o fato de existir aqui ou ali, na América, uma organização sobrevivente de capital dominador, não invalida a regra, antes a confirma". Para reforçar suas teorias, argumenta que foram as próprias "classes econômicas" que se comportaram como "interessadas colaboradoras" na elaboração da legislação social brasileira, e que foram "elas, ainda, que na Carta Econômica de Petrópolis, pugnaram pelo estabelecimento dos Serviços Sociais do Comércio e da Indústria" [100]

Nos Estados Unidos, a superioridade do capitalismo estava sendo reconhecida até mesmo pelas lideranças operárias. Renner regozijava-se de que "o triunfo de Truman foi obra dos trabalhadores", e que isso se devia às suas propostas de "aperfeiçoar o New Deal" e à "execução do Plano Marshall, que acabou ali com a desocupação". A opção pró-capitalista do sindicalismo americano, por sua vez, havia se consolidado na reunião de dezembro de 1948 do CIO (*Congress of Industrial Organizations*) em Portland, ocasião em que o juiz da Suprema Corte, William O. Douglas, convidado a falar, declarara:

> "o Trabalho deve tomar a iniciativa de cooperar com a indústria para assegurar-nos o máximo da produção e a ocupação para todos. [...] É

---

[99] *Idem, Ibidem*. Pp. 17-19. *Diário de Notícias*, 12/12/48.
[100] *Idem, Ibidem*. Pp. 21-25. *Diário de Notícias*, 16/01/1949.

> possível a elevação dos salários e a melhoria do padrão de vida, dentro de um critério razoável de lucros para a indústria americana." [101]

O "capitalismo social" exigia porém uma mudança de mentalidade empresarial, com foco na combinação entre "justiça e responsabilidade". Para Renner, isso envolvia tanto a relação com os consumidores quanto a com os trabalhadores, a medida que apenas aquele que zelasse pelos primeiros poderia também fazê-lo pelos segundos. [102]

O único regime capaz de assegurar condições, entretanto, seria o da "liberdade econômica". Combatendo o congelamento de aluguéis e a idéia de estabelecimento de uma "taxa legal de lucro", explica que este não poderia ser pré-fixado, já que resultaria da combinação entre dois fatores; a concorrência e "a capacidade técnica e administrativa do empreendedor". Delimitar a margem de lucro seria punir os mais capazes, cujo direito a ganharem mais "é um princípio que ninguém dirá injusto". [103]

Os capitais empregados em empresas produtivas, deveriam ser tratados com justiça, uma condição para que o país chegasse "ao desenvolvimento alcançado pelas grandes nações." Do lado empresarial, caberia agir com responsabilidade, seguindo o exemplo da Renner, cujo "lema invariável" seria o de que "custo + lucro justo = preço de venda", e que se abstivera de utilizar a lei da oferta e da procura, que lhe teria "dado margem a uma elevação de preços bem maior." Para demonstrar a efetivação deste princípio, Renner recorre a um cálculo visando estabelecer uma comparação entre o aumento de seus produtos e a evolução do custo da principais matérias-primas desde 1939. A fórmula, entretanto, é problemática, à medida que soma percentuais de diferentes itens, sem esclarecer o peso de cada um deles na composição de custos, e os divide pelo número de itens, obtendo um acréscimo médio 150%, contra 82,8 % de aumento no preço de venda dos produtos.[104]

O fato era que os preços subiam, e a constatação da elevação colocava em questionamento a fé do empresário na noção de "lucro justo" auto-regulamentado. Era necessário portanto identificar os fatores que concorriam para a alta. O austero Renner

---

[101] *Idem, Ibidem.* Pp. 38-40. *Diário de Notícias*, 23/01/49.
[102] *Idem, Ibidem.* Pp. 227-230. Conferência pronunciada perante a Congregação Teológica do Sínodo Rio-Grandense, Colégio Sinodal de São Leopoldo, 24/03/48.
[103] *Idem, Ibidem.* Pp. 243-245. *Diário de Notícias*, 09/10/49.

identificaria um dos vilões na moda, "geradora de modelos esquisitos e complicados, forçando o emprego de materiais caros, aumentando a mão-de-obra". Que esta frivolidade afetasse mulheres e crianças, já ocorria a mais tempo, mas agora, os homens também se mostravam suscetíveis. Além do aumento do custo de produção, os produtos corriam o "risco de não agradarem", e de acabarem numa liquidação, o que também levava a uma necessidade de maior margem no preço dos itens vendidos.

A cultura do consumidor também contribuía pouco para manter os preços baixos, já que eles "acreditam que quanto mais caro é o artigo, tanto melhor a sua qualidade e durabilidade". Por outro lado, se era verdade que existia um "encarecimento generalizado", este estaria sendo "compensado pela elevação dos salários". Quanto aos preços que extrapolavam este patamar, não havia dúvida de que "têm origem nos exageros da moda, não podendo, assim, servir de pretexto para criar incompatibilidades entre os consumidores e as classe produtoras e comerciais do país".[105]

A crítica aos padrões de consumo demonstra como Renner os identificava como um fator de desestabilização do padrão estritamente fordista sobre o qual estruturara suas empresas, onde produção em escala, baixo custo e qualidade (esta última associada à durabilidade), eram a chave do sucesso dos produtos. A tendência a um mercado mais volátil, no qual a diversidade de opções e o cultivo das preferências subjetivas manipuladas pela publicidade predominam, implicaria uma revisão global do *modus operandi* de um grupo empresarial como o seu, que dificilmente seria viável. Esta ameaça, embora apenas embrionária na altura em que os textos acima eram escritos, seria provavelmente um dos fatores do declínio da empresa, a partir dos anos 60.

Como já foi comentado, um dos objetos centrais abordados por A. J. Renner em seus suas publicações eram as propostas em debate no cenário nacional dizendo respeito à redefinição ou ampliação da legislação trabalhista. Uma das leis em vigor mais criticadas pelo industrial gaúcho era a da estabilidade, que no seu ponto de vista, vinha "sendo deturpada para constituir-se numa fonte de distúrbios no processo de produção". Renner lamentava o fato de que, como conseqüência das regras da lei, até mesmo "o bom empregado cria incidentes de toda a ordem até que possa ser obtida a indenização

---

[104] *Idem, Ibidem*. Pp. 181-185. Fevereiro de 1946. Pp. 246-248. *Diário de Notícias*, 16/10/49.
[105] *Idem, Ibidem*. Pp. 186-188.

ambicionada". Por outro lado, estranhava que aquele trabalhador "consciente de seus deveres e homem de caráter, incapaz de ceder à tentação de um lucro mal havido" não tinha vantagem semelhante prevista em lei. Sua conclusão era de que, "diante da indústria da indenização, de que se aproveitam os 'espertos', *não há recompensa legal para os bons*."

O assunto, aparentemente, vinha sendo pautado há um certo tempo "na roda diária" em que os Renner discutiam "por alguns minutos assuntos de interesse das indústrias", já que foi neste espaço que o irmão de A. J., Waldemar, teria proposto a

> "substituição da garantia atual pela instituição do seguro-despedida (não confundir com seguro-desemprego) organizado e mantido pelas classes patronais através de Caixas Regionais administradas por empregados e empregadores e fiscalizadas pelo Governo Federal."[106]

O seguro seria mantido com um percentagem sobre os salários, sendo possível a sua utilização nos casos de aposentadoria; do empregado passar a trabalhar por conta própria; de mudança para setor profissional não coberto pela Caixa; de aquisição de terreno ou casa própria, mesmo em valor superior, amortizando dívida com depósitos futuros; ou ainda sua retirada parcelada, no caso de demissão, até o momento de obtenção de um novo emprego. Defendendo a medida, Renner argumentava saber que propunha "um ônus maior para os empregadores", mas acreditava que o mesmo seria compensado pela maior liberdade e tranqüilidade, para patrões e empregados.[107]

A proposta foi transformada em tese, já então recebendo o nome de "fundo de garantia da estabilidade" (o que demonstra que pode realmente ter sido a inspiração da mudança estabelecida pelo governo militar em 1966) e apresentada à Conferência de Araxá, onde se reuniram as principais lideranças empresariais do país.[108]

As caixas teriam gestão regional autônoma, definia a tese, e seu lucro seria distribuído como bonificação. A mudança estabeleceria para o trabalhador uma "recompensa tanto maior quanto mais longa for a sua permanência no trabalho ativo da produção", e ao mesmo tempo evitaria a subordinação da recompensa à sua "imobilidade a

---

[106] *Idem, Ibidem*. P. 41. *Diário de Notícias*, 19/12/48.
[107] *Idem, Ibidem*. Pp. 41-43. *Diário de Notícias*, 19/12/48.
[108] Cfe: Werneck Vianna, Luís. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Pp. 271-288.

serviço de uma única empresa." Ao possibilitar a retirada do saldo no caso de abertura de negócio próprio, ainda estimularia "o espírito da livre iniciativa" atendendo a uma "natural aspiração" do assalariado". Retomado posteriormente em meio a um conjunto de "sugestões para um projeto de lei", o Fundo de Indenização da Estabilidade (FIDE) beneficiaria trabalhadores urbanos e rurais, e é interessante notar que as contribuições efetivadas pelo empregador seriam "levadas à conta de despesa efetiva da empresa", diminuindo o lucro no balanço.[109]

O posicionamento da empresa era explicado por Kurt Renner em 1956. Eles teriam um grande cuidado com os seus trabalhadores, "particularmente qualquer trabalhador qualificado, que está se aproximando do período de estabilidade", e no caso dele ser "um bom trabalhador", seria mantido no emprego. Kurt estimava em 50% o número de empregados com mais do que dez anos de casa. Porém, continuavam achando a lei de estabilidade inadequada, exemplificando que:

> "se um trabalhador se torna ruim após ele obter a estabilidade, e tende a vadiar, ele pode diminuir o ritmo de toda uma operação, e assim impedir outros trabalhadores de obter o pagamento extra que eles, de outro modo, iriam receber."[110]

Enquanto o pai, deslocava o debate para o âmbito da recompensa ao "mau empregado" e ausência de recompensa para o "bom empregado", Kurt, ao analisar o impacto potencial da mudança de atitude do trabalhador estável revelava pistas da principal preocupação dos Renner em relação ao assunto. A questão se referia não à indenização recebida pelo empregado estável se fosse demitido, mas sim à possibilidade dele, sabendo que a empresa temeria o custo pela sua saída, exercer um papel reivindicativo mais ativo e constituir-se, portanto, numa liderança dos trabalhadores no chão da fábrica, tática fundamental na ausência de uma legislação que protegesse a organização no local de trabalho.

Outro assunto trabalhista ao qual se dedicou inúmeras vezes era o da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Suas primeiras declarações

---

[109] Renner, A. J. *Assuntos econômicos e sociais.Coletânea de artigos e estudos. Op. Cit.* Pp. 66-70, 71-75.
[110] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.

públicas a respeito, em 1944, apresentavam uma perspectiva ainda bastante limitada, pois considerava que a legislação a respeito deveria se restringir a "tornar obrigatório o emprego de certa percentagem desses mesmos ganhos, em providências suscetíveis de melhorar o recinto e as condições de trabalho." Esta abordagem estava enfocada, ainda, por uma visão claramente tutelar, que considerava que dinheiro demais no bolso do trabalhador o levaria, necessariamente, ao desperdício:

> "que utilidade prática representaria o recebimento por milhares de indivíduos de pequenas quotas de dividendos, sobretudo nos países como o nosso em que não coexiste o hábito do pé-de-meia, [...] fatalmente [seriam] gastos sem utilidade, dada a pequena importância, em coisas supérfluas, senão na bebida e no jogo."[111]

Posteriormente, Renner passaria a enfrentar diretamente a questão da participação em dinheiro, ressaltando porém "que não deve ser ela o primeiro passo para as boas relações humanas num estabelecimento, mas o último, visto que a participação não deve ser usada para compensar salários baixos".[112]

É nessa perspectiva que, a partir de 1948, passa a defender que a regulamentação do princípio constitucional, estabelecido em 1946, não se desse com base nos lucros de balanço, como constava nos projetos em tramitação no Congresso Nacional. Argumentava que empresas grande, mecanizadas e com pouco pessoal, poderiam pagar uma "quantia razoável" aos seus trabalhadores, enquanto aquelas, grandes também, mas com muitos empregados, dariam pouco a cada um. Haveria ainda ocasiões de pouco ou nenhum lucro anual, e pesquisas realizadas nos Estados Unidos já teriam demonstrado a pouco eficácia das iniciativas espontâneas neste sentido. Ao contrário, Renner defendia a participação com base nas vendas mensais, que seria

> "fácil de apurar e distribuir. Até mesmo os analfabetos sabem que se a empresa está trabalhando em ordem e colocando bem seus produtos, há uma parte do preço de venda que é lucro e sabem que se a empresa fabrica mas

---

[111] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.* Pp. 96-97.
[112] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* P. 94

> não vende não haverá lucro algum. Por isso mesmo é de se admitir que todos os trabalhadores se empenhem em produzir o máximo e o melhor possível para que a empresa não tenha dificuldades em colocar os seus produtos. [...] Outra coisa muito diferente é fazê-los *participar dos riscos do negócio*, coisa que nenhum empregado sensato pode desejar".[113]

Conforme argumentava, a própria revista "Conjuntura Econômica", analisando os balanços da indústria e do comércio de Rio e São Paulo de 1947, mostrava que quase metade das empresas "não permitiriam, em 1947, a participação projetada." Além do mais, operando com base nos balanços, a lei poderia gerar evidentes injustiças:

> "Suponhamos duas fábrica [...] uma acusa lucros porque trabalhou racionalmente, empregando recursos próprios; outra mal equilibrou a despesa porque empregou métodos menos eficientes de trabalho ou teve de recorrer a empréstimos onerosos, ou ainda por outras razões inevitáveis. Quem convencerá aos empregados da última de sua culpa no insucesso financeiro do ano? Quem os fará concordar em que os colegas da fábrica vizinha receberam a sua quota de participação e eles não, se trabalharam com o mesmo entusiasmo, produzindo, tanto como os outros, o máximo. E a conseqüência disso será fatalmente o desinteresse pelo trabalho, a queda da produção, com todas as suas resultantes."[114]

Ou seja, suponhamos a Renner e seus concorrentes. Por que a primeira haveria de pagar a participação, sendo punida por ser eficaz, e ainda gerar o descontentamento nos operários das demais? Entretanto, se deveria evitar uma comparação conflitiva entre o desempenho das empresas, como prêmio à produtividade, a participação deveria reconhecer como naturais as diferenças entre os trabalhadores:

> "Imaginemos, por exemplo, um moço solteiro e no auge de sua força produtiva trabalhando ao lado de outro empregado já velho na idade e no tempo de serviço, e por isso mesmo, com sua capacidade de trabalho

---

[113] Renner, A. J. *Assuntos econômicos e sociais. Coletânea de artigos e estudos. Op. Cit.* Pp. 45-47. *Diário de Notícias*, 28/12/48.

> diminuída. Acontecerá então que o moço, tendo produzido muito mais, virá a receber uma participação menor. Coloquemo-nos no lugar desse moço e teremos de concluir que o fato só verá desestimulá-lo".[115]

Renner deixa bastante claro que, no seu entender, a participação nos lucros só faz sentido dentro de um projeto de aumento global da produtividade da indústria nacional. A necessidade de caminhar neste sentido teria sido já apontada no relatório da "Comissão Mista Brasileira-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink)", que indicava que

> "qualquer aumento posterior de benefícios deve ser precedido por um vigoroso aceleramento da produção, pois de outro modo o custo dos benefícios sociais pode tornar-se um óbice à própria profissão".[116]

É com base neste raciocínio, que se opõe ao parecer que estabelece um vínculo entre o montante da participação destinado a cada trabalhador e o número de anos de serviço ou o número de filhos". A participação teria que levar em conta "a eficiência do trabalhador" e "o risco natural a que está sujeita a realização da sua tarefa". Desprezando estes fatores e incluindo outros dissociados da esfera da produção, os autores do projeto estariam tornando a participação "não uma recompensa, [...] mas um benefício assistencial".[117]

Esta distinção entre estímulo e assistência leva Renner a criticar a legislação, "mal concatenada", que a seu entender, repetia obrigações com a mesma finalidade em lugares distintos, e a propor a inclusão, no Seguro Social, de "todos os benefícios a que têm direito os trabalhadores, em troca de uma contribuição geral." Analisa que o "auxílio-doença" e o "auxílio-maternidade" são "justíssimos", mas que

> "deixados porém a cargo do empregador concorrem para que os trabalhadores menos fortes e as mulheres casadas encontrem dificuldade em empregar-se."

---

[114] *Idem, Ibidem*. Pp. 53-55. *Diário de Notícias*, 13/02/49.
[115] *Idem, Ibidem*. Pp. 53-55. *Diário de Notícias*, 13/02/49.
[116] *Idem, Ibidem*. Pp. 59-62. *Diário de Notícias*, 01/05/49.
[117] *Idem, Ibidem*. Pp. 63-65. *Diário de Notícias*, 03/07/49.

Apesar de seu empenho, as duas teses sobre assuntos trabalhistas levadas por Renner a Araxá, entretanto, nem chegaram a ser colocadas em pauta. Após o encerramento da mesma, em entrevista à imprensa, o empresário gaúcho negava as notícias de que os industriais teriam se reunido para propor a revogação da lei de participação nos lucros, e em particular que fosse ele o autor da proposta, esclarecendo, ao contrário, que os seus projeto propunham um benefício para a "totalidade dos trabalhadores". Sua avaliação de Araxá, entretanto, deixa transparecer um descontentamento com a atitude pouco arrojada dos colegas no que diz respeito a esta temática:

> "Fala-se muito em paz social, mas, na realidade, poucos se preocupam em obtê-la não através de julgados da Justiça do Trabalho, mas através de concessões justas do bom entendimento entre patrões e empregados. [Minhas propostas] não estavam *maduras* para uma aceitação pela maioria. Por isso, concordamos em as retirar da discussão."[118]

Já sobre a situação dos "Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões", cuja dívida assumia magnitude preocupante, tornando impossível "sua amortização progressiva com os recursos ordinários do orçamento da República" o industrial resgatava o alerta, apresentado por ele ao "inolvidável Lindolfo Collor" em 1931, sobre a "inconveniências de o governo se obrigar por uma parte das contribuições, obrigação que dificilmente cumpriria". No quadro do final dos anos 40, a solução passaria por medidas drásticas, e por um mudança estrutural:

> "Cancele-se a dívida atual, exclua-se a responsabilidade governamental, nunca efetivada, calcule-se atuarialmente o aumento, se for necessário, das contribuições de empregados e empregadores, atribua-se ao Executivo o pode de fiscalização que lhe indica o interesse público ligado à matéria, mas dê-se independência e autonomia ao Seguro Social, entregue-se o seu destino aos interessados, contribuintes, e ver-se-á como a situação de crise se transmudará em prosperidade a prazo curto e certo."[119]

---

[118] *Idem, Ibidem*. Pp. 76-77. *Diário de Notícias*, 14/08/49.
[119] *Idem, Ibidem*. Pp. 140-142. *Diário de Notícias*, 05/06/49

Assim como ocorrera com a idéia de "aperfeiçoar a estabilidade", e com a proposta de reestruturação dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensão, também a visão de Renner sobre a necessidade de "ampliar e estender o abono familiar e o auxílio-maternidade" envolvia reforçar a estrutura do Serviço Social paraestatal, com gestão autônoma em relação ao Estado, que apenas fiscalizaria uma estrutura dirigida por representantes de empregados e empregadores. Neste caso, a justificativa era que apenas uma contribuição geral, a partir da qual "poderiam os benefícios serem atribuídos ao SESI e ao SESC" faria com que os mesmos fossem ministrados "não como um favor a um determinado empregador mas como direito geral do empregado". [120]

Renner também defendia a necessidade de dissociar este benefícios do salário mínimo, e criticava os substitutivo apresentados pelos então deputados Segadas Viana (futuro ministro do Trabalho do segundo governo Vargas) e Brígido Tinoco, ambos os quais incluíam na fórmula de cálculo que o mínimo deveria cobrir as "despesas diárias", do trabalhador e de "sua família". Para o empresário gaúcho, isso eqüivaleria a estabelecer a "discriminação entre solteiros e casados" que assim como aquela "entre homem e mulher", não poderia "servir à justiça e ao bem-estar social".[121]

O mesmo argumento, de que um benefício estabelecido em lei poderia prejudicar o suposto beneficiário no mercado de trabalho, era usado para criticar a legislação que equiparava o salário do menor ao do adulto. Renner contestava ainda o fundamento da idade mínima de 14 anos, usando o seu exemplo pessoal, para defender que o limite fosse rebaixado para 12 anos.[122]

A intervenção de Renner no debate sobre políticas sociais não se limitava, porém, `s relações de trabalho e ao "serviço social". O industrial foi também bastante ativo na busca de alternativas para o problema da habitação popular, reclamando da "inatividade da Fundação da Casa Popular do Rio Grande do Sul", submetida a uma centralização excessiva, na qual a liberação dos recursos disponíveis somente ocorria com ordem da

---

[120] *Idem, Ibidem.* Pp. 143-145. *Diário de Notícias*, 25/08/49. Sobre o papel do SESI na estratégia empresarial e seu impacto nas definições de papéis de gênero na classe operária, Cfe: Weinstein, Barbara. "Unskilled worker, skilled housewife: constructing the working-class woman in São Paulo, Brazil". *In:* French e James. *Op. Cit.* Pp. 72-99.

[121] Renner, A. J. *Assuntos econômicos e sociais. Coletânea de artigos e estudos. Op. Cit.* Pp. 146-148. 11/09/49.

[122] Maia Neto, J. *Homem e progresso. Op. Cit.* P. 34

administração central, sediada no Rio de Janeiro. Além disso, a política governamental de habitação popular seria limitada e inadequada, ao vedar o

> "financiamento e venda [de projetos] para construções isoladas, de maior interesse, dado o avultado número de terrenos baldios existentes em zonas já urbanizadas da capital e pertencentes a pessoas sem recursos para construir"

Por outro lado, os projetos de "vilas residenciais" acabavam sendo construídos em áreas distantes, onde o custo dos terrenos para grandes construções era mais acessível, agravando os problemas de transportes, água, luz e energia elétrica. As diretrizes governamentais não contemplavam também a possibilidade de financiamento de casas de madeira, usuais nos bairros operários de Porto Alegre. [123]

Partindo dos mesmos princípios com que abordava a legislação trabalhista, enfocou também temas como o crédito rural, que considerava fundamental para a modernização da agricultura brasileira:

> "Tal como acontece na legislação social, não devemos dar nunca aos beneficiados a impressão de que seja uma dádiva, um favor o que se lhes concede, mas um direito a ser exercitado mediante condições que assegurem a maior e melhor produção".[124]

O problema do crédito porém, não se limitava ao aspecto "social", mas envolvia a definição de uma concepção de política econômica e, particularmente, de política monetária. Renner destacou-se como um crítico do que considerava uma valorização artificial do Cruzeiro frente ao Dólar, que desconsiderava a desvalorização no mercado interno da moeda, cujo poder de compra em 1948 era estimado em 1/3 do que valia antes da guerra. Essa era inclusive a referência utilizada por ele para distinguir reajustes de preço de especulação, ao que acrescia que os "manufaturados não deveriam atingir aquele limite, visto que a maior produção, que é norma na indústria, permite um barateamento efetivo."

---

[123] Renner, A. J. *Assuntos econômicos e sociais. Coletânea de artigos e estudos. Op. Cit.* Pp. 135-139.
[124] *Idem, Ibidem.* Pp. 275-277. *Diário de Notícias*, 18/12/49.

Se a alta de preços era inevitável, a carestia procederia "do aproveitamento as circunstâncias".[125]

A "manutenção artificial do valor do dólar" e a "inatualidade de nossas tarifas aduaneiras", entretanto, não estariam sendo eficazes como políticas anti-inflacionárias, e teriam o efeito colateral de prejudicar a indústria nacional e os setores exportadores já que, nas vendas no exterior, as empresas brasileiras só obtinham "uns poucos cruzeiros", enquanto os estrangeiros chegavam ao mercado nacional com preço artificialmente baixo:

> "Estas considerações escapam aos que afirmam que a nossa indústria se desenvolve artificialmente à sombra da proteção tarifária, coisa que praticamente não mais existe.[...] Enquanto aumentam os custos, no mercado interno, das matérias-primas e da mão-de-obra, enquanto sobem os impostos e taxas que gravam a produção nacional, baixam os preços internacionais dos produtos acabados. [...] Os tecidos de lã e de linho [...] começam a inundar o mercado brasileiro ao mesmo tempo que a lã bruta sofre enorme alta nesta safra. [...] Não se aperceberam os condutores da nossa política financeira e cambial de que agem em desacordo com as necessidades de nosso futuro econômico". [126]

No caso do linho, a importação normal de antes da guerra, de 40 toneladas por ano, havia duplicado em 1946, chegando em 1947 a 253 toneladas, o que tornara o Brasil no maior comprador mundial de linho europeu. A incipiente cultura nacional, da qual Renner fora pioneiro, ressentia-se da falta de proteção tarifária, existente, por exemplo, para o algodão. Citando Inácio Rosenthal, industrial paulista, Renner afirmava categoricamente que a "continuidade da licença indiscriminada de importação [seria] a morte da produção de fibras e da indústria de fiação e tecelagem de linho no país".[127]

A diferença entre "o valor interno e externo do cruzeiro", defendia ele, favoreceria apenas aos especuladores, que ganhavam "nas importações, graças à proteção oficial". O problema se agravava pela ausência de distinção entre importações essenciais e

---

[125] *Idem, Ibidem*. Pp. 78-80. *Diário de Notícias*, 07/05/48
[126] *Idem, Ibidem*. Pp. 81-83. *Diário de Notícias*, 27/03/49.
[127] *Idem, Ibidem*. Pp. 112-116.

supérfluas. Renner reconhecia que a taxa de câmbio fictícia favorecia "a importação de artigos essenciais de que não dispomos, tais como combustíveis líquidos, máquinas e ferramentas, papel para imprensa e outros", mas lembrava que outros países, como era o caso do Peru, já haviam adotado com êxito a política de alíquotas diferenciadas. Recorria a José Thomaz Nabuco, articulista do "Digesto Econômico", outro defensor da "verdade cambial", para denunciar os efeitos tendencialmente recessivos da política de valorização artificial do Cruzeiro. A alternativa à baixa do câmbio seria "a baixa forçada dos preços internos pela baixa dos salários e pelo desemprego, que é uma das maiores aflições por que pode passar um povo".[128]

Além da política cambial, o desenvolvimento industrial do Brasil se via ameaçado, na visão do empresário gaúcho, pela ausência de uma política adequada de financiamento da produção. Uma missão de cooperação norte-americana acordara, em 1948, a aplicação de um bilhão e meio de dólares no país, a serem gerenciados pelo Banco do Brasil, que os repassaria em empréstimos a produtores "através de uma rede de bancos semi-estatais a serem criados." Renner criticava este último aspecto da proposta, argumentando que seria "mais seguro e menos dispendioso [usar a] rede privada que já possuímos", pois faltaria aos novos bancos "aquele contato direto com o meio que dispensa o julgamento à distância de condições puramente materiais, para avaliar, igualmente, a moralidade, a capacidade e a competência do proponente, para a finalidade a atingir". Diante da burocracia e da política recessiva que caracterizavam a ação governamental, lançava uma palavra de ordem: "Crédito sem demoras e em bases comerciais é o que reclamamos".[129]

Suas teses em defesa da indústria nacional encontravam eco em representantes do empresariado paulista. Em visita ao Rio Grande do Sul em 1949, Euvaldo Lodi registrava que "os interesses de origem internacional, contra a nossa industrialização' haviam incutido na opinião pública nacional "o equívoco de que a industrialização se fazia com o sacrifício da agricultura". Como se não bastasse, o governo federal andava a esbanjar divisas arduamente conquistadas, concedendo "muitos milhões de dólares para a ONU, os

---

[128] *Idem, Ibidem.* Pp. 98-100. *Diário de Notícias*, 21/08/49. Pp. 92-95. *Diário de Notícias*, 29/05/49. Pp. 101-103. *Diário de Notícias*, 04/09/49.
[129] *Idem, Ibidem.* Pp. 156-158. *Diário de Notícias*, 12/09/48. Pp. 154-155. *Diário de Notícias*, 25/09/48.

'acordos' de Bretton Woods, de Genebra e de Havana" numa atitude que assimilava a política externa brasileira ao "tipo do ingênuo perdulário de certas caricaturas." Renner fazia seus o comentários, que endossava plenamente.[130]

O ataque contra a indústria brasileira passaria também pela imagem depreciativa construída na imprensa, que repetia incessantemente que "todo o nosso parque industrial é obsoleto" e "que uma célebre operária russa atende, simultaneamente, até 64 teares e isso com um rendimento de 95%." Indignado, Renner rebatia com três argumentos o que considerava uma visão simplista e mal-intencionada da questão:

> "1) Nem toda a maquinaria no Brasil é obsoleta [...]; 2) Outros países [...] também tem parte de sua maquinaria antiquada [...]; 3) As máquinas modernas não constituem o único fator para assegurar uma produção econômica." [131]

Para justificar seu ponto de vista, recorria ao debate de detalhes técnicos sobre a tecelagem, que envolviam, entre outros aspectos, a qualidade dos fios, as interrupções do trabalho do tear e, os diferentes tipos de texturas produzidos. Na sua própria fábrica, a "experiência de um tecelão atender ao mesmo tempo a 4 teares, depois a 2" havia sido experimentada em vão, já que "as paradas eram tantas que o menor custo da mão-de-obra não compensava a redução verificada na produção." A experiência, porém, continuaria sendo tentada, e em 1952, os comunistas portoalegrenses denunciavam que na "maior concentração operária da capital" havia "tecelões atendendo a 3 e 4 teares com a conseqüente diminuição da jornada de trabalho e mesmo a dispensa de muitos operários."[132]

Mas o discurso da obsolescência da indústria nacional, que levava Renner a demonstrar seu conhecimento das novas técnicas de produção e a relatividade da sua eficácia, era apenas fogo de barragem. A batalha frontal opunha de um lado desenvolvimentismo, e de outro a ortodoxia dos "teoristas da deflação", que rejeitavam mesmo uma "emissão controlada", com aplicação especial no "incentivo da produção",

---

[130] *Idem, Ibidem*. Pp. 168-170. *Diário de Notícias*, 28/06/49.
[131] *Idem, Ibidem*. Pp. 193-197. Janeiro de 1945.
[132] *Idem, Ibidem*. Pp. 193-197. Janeiro de 1945; "Tese política para a Conferência Municipal de Porto Alegre". S/d (cerca de abril de 1952). Aperj, Fundo Dops, Série Estados, Pasta 19E.

representando apenas "a compensação do meio circulante depreciado correspondente à maior quantidade de produtos então disponíveis no mercado." Renner argumentava que a expansão moeda em circulação no Brasil havia se restringido a patamares semelhantes às dos Estados Unidos e Canadá, onde não houve "encarecimento tão acentuado do custo de vida". A emissão, por outro lado, deveria estar claramente direcionada à produção, e neste sentido, o industrial se manteria crítico, posteriormente, às políticas do governo JK, diante das quais, reivindicava em 1963 ter sido "o primeiro a protestar contra o fato de que o governo emitir para pagar déficits, enquanto restringia o crédito às atividade privadas."[133]

No contexto de final dos anos 40, entretanto, argumentava que a estabilização sustentável dos preços, ao contrário do que defendiam os economistas do governo, dependeria do incremento da produção, que demandava emissão controlada, assim como "financiamento rápido, fácil e oportuno da lavoura e da pecuária". Na mesma linha, defende a isenção de taxas de importação para peças de máquinas montadas no país, o que contribuiria para "reforçar o nosso parque fabril, dando trabalho de alta especialização a operários qualificados", e compensaria a diminuição das rendas aduaneiras com "os impostos e rendas que iriam proporcionar aos municípios e estados onde se estabelecessem e à própria União, as linhas de montagem novas e as novas atividades que delas resultariam."[134]

Acusado por um leitor anônimo "em termos grosseiros" de estar defendendo com tais propostas de medidas o seu interesse pessoal, Renner reagiria indignado:

> "Sou, realmente no Rio Grande do Sul, um dos que irão pagar maior tributo, caso adotadas as sugestões que faço. [...] Nenhuma das empresas que dirijo ou nas quais tenho influência produz ou produziu para a exportação. [...] Reconheço que o futuro das minhas empresas está ligado ao futuro da pátria e não a interesses egoístas e particulares meus, ou de meus ou de meus associados."[135]

---

[133] Maia Neto, J. *Homem e progresso. Op. Cit.* P. 68.
[134] Renner, A. J. *Assuntos econômicos e sociais. Coletânea de artigos e estudos. Op. Cit.* Pp. 223-224. *Diário de Notícias*, 28/11/48. Pp. 225-226. *Diário de Notícias*, 05/12/48. Pp. 255-256. *Diário de Notícias*, 30/10/49.
[135] *Idem, Ibidem.* Pp. 260-262. *Diário de Notícias*, 13/11/49.

O seu posicionamento, procurava demonstrar, era distinto do de setores tradicionais da oligarquia, como os produtores de café, que aprovavam a política governamental. Renner destacava, porém, que "ninguém pensa em atingir a situação do café ", e que ao contrário do que se imaginava, o vulto dos outros "produtos exportáveis " já não era negligenciável no país:

> "se o café representa 60% das nossas exportações, nem por isso se deverá abandonar à própria sorte os restantes 40% da produção exportável nos quais se empregam não apenas capitais vultosos, mas avultado número de trabalhadores cujo labor nos cumpre igualmente defender."[136]

A necessidade de defesa da indústria nacional, entretanto, não deveria ser confundida com uma atitude negativa frente ao capital estrangeiro, "ao qual se passou a chamar de 'colonizador'". Renner recorre ao problema da escassez crônica de energia elétrica no Rio Grande do Sul para exemplificar um dos setores em que o investimento estrangeiro poderia ser realizado de forma compatível ao desenvolvimento econômico nacional autônomo. No mesmo sentido, criticava a defesa do monopólio estatal do petróleo, comparando os modelos de exploração do Irã, que nacionalizou a exploração sem conseguir manter a produtividade anterior, e do Canadá, que regulamenta a exploração privada, e expandiu sua produção cerca de 10 vezes em 15 anos.[137]

A necessidade de racionalização das práticas da administração pública era outro dos tópicos freqüentemente debatidos pelo autor, que do alto da sua reconhecida eficácia gerencial, identificava problemas, criticava a cultura dominante na mesma e sugeria diretrizes para a sua transformação. Para Renner, a tendência à centralização da gestão, um "prolongamento do regime [...] que nos foi imposto pela carta de 1937", regime este que o seu biógrafo, em 1944, dizia entusiasmá-lo tanto, seria a raiz da maior parte deste problemas.[138]

---

[136] *Idem, Ibidem. Diário de Notícias*, 27/11/49.
[137] Maia Neto, J. *Homem e progresso. Op. Cit.* Renner, A. J. *Assuntos econômicos e sociais. Coletânea de artigos e estudos. Op. Cit.* Pp. 149-151. *Diário de Notícias*, 31/08/48.
[138] Renner, A. J. *Assuntos econômicos e sociais. Coletânea de artigos e estudos. Op. Cit.* Pp. 130-131. 03/10/48.

> "Um dos males das grandes organizações centralizadas é exatamente a diversidade dos assuntos que os seus muitos setores encaminham à direção, que se deixa assim absorver pela burocracia, sem tempo nem possibilidade de verificar o funcionamento dos serviços, suas falhas e demoras, ainda que auxiliada por diretores de divisão, pois é evidente que não podem ter estes a mesma autoridade e autonomia."[139]

Para ilustrar as mazelas da burocracia, relembra da sua primeira visita a um amigo secretário de Estado. Diante da longa fila da ante-sala, quase desistira, mas logo o oficial-de-gabinete, ao identificá-lo, avisou que seria recebido tão logo anunciado, o que de fato ocorreu. Manifestando ao seu anfitrião o constrangimento em "furar a fila", foi tranqüilizado com a informação de que a maioria do público que aguardava para ser recebido era composta de "funcionários a pleitear assuntos pessais". Ao mesmo tempo, o secretário lhe pedia licença para, ao longo da entrevista, continuar assinando os papéis que compunham uma imensa pilha à sua frente:

> "Manifestei-lhe que estranhava que estivesse a autenticar papéis sem ao menos lhes passar os olhos e explicou-me que os expedientes eram revistos nas diretorias e pelo diretor-geral antes de lhe chegarem à mesa, motivo por que não os precisava ler. '- E então por que não os assinam os diretores, assumindo, como devem, a responsabilidade dos mesmos?'"[140]

O episódio servia ao industrial para contrastar as "praxes vigentes tanto na administração pública quanto na paraestatal" com o seu *modus operandi* nas empresas, relatado de forma muito similar ao registrado na lembrança dos trabalhadores:

> "Só tomo a meu cargo aquilo que de nenhum modo posso delegar e só assino um número muito reduzido de papéis. Posso assim, e tenho por norma fazê-lo diariamente, visitar os diferentes departamentos e seções, discutindo pessoalmente com os reponsáveis os problemas, se os há, e observando por mim mesmo o andamento das diferentes fases da produção

---

[139] Renner, A. J. *Assuntos econômicos e sociais. Coletânea de artigos e estudos. Op. Cit.* Pp. 121-124.

> e os vários serviços técnicos ou de escritório, anotando quaisquer falhas que hajam escapado aos dirigentes imediatos.
>
> Tenho para isso sempre comigo um caderneta de apontamentos e lembranças e dela me sirvo, constantemente, pois a considero um dos melhores meios de se evitarem esquecimentos e omissões, que são os piores inimigos do administrador.
>
> Tais visitas são importantes porque não retiro de suas funções diretores e chefes de serviço e estou sempre ao par do que se passa nos diferentes departamentos da empresa, não por informações, mas de ciência própria."[141]

O contraste das condições vigentes na administração pública e na privada seria inclusive o motivo alegado pro Renner para declinar da articulação, em curso em 1949, visando lançá-lo candidato ao governo do estado. Alegava que "raras vezes os homens de governo conseguem realizar completamente as suas idéias" tanto porque "o emprego da renda pública é submetido a uma quantidade de restrições legais" quanto pelo fato de que "a rotina e os defeitos do sistema impedem muitas vezes a realização das melhores intenções."[142]

Expressão máxima da indústria riograndense, suas conexões com a produção das principais matérias-primas utilizadas pelas fábricas habilitavam Renner a pronunciar-se periodicamente também sobre assuntos rurais. Assim foi o que ocorreu em 1956, quando o senador Assis Chateaubriand, em plena "Festa do Trigo" em Erechim, chocou os presentes ao proferir uma crítica aberta ao cultivo nacional daquele cereal. Diante da audiência incrédula, que incluía até mesmo um bispo, o influente homem de imprensa alegava que "cultivando carnes e lãs e as exportando, poderíamos importar trigo" e sobraria o bastante até "para a importação de mulheres francesas". Numa atitude corajosa, Renner se coloca, contra o clamor geral, parcialmente de acordo com Chateaubriand, ignorando o detalhe

---

[140] *Idem, Ibidem.* Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1950. Pp. 127-129. *Diário de Notícias*, 13/07/48.
[141] *Idem, Ibidem.* Pp. 127-129. *Diário de Notícias*, 13/07/48.
[142] *Idem, Ibidem.* Pp. 132-134. *Diário de Notícias*, 22/04/49.

picante das suas recomendações, e aproveita o ensejo para alertar em relação ao risco de desgaste da terra e erosão caso o cultivo fosse estendido por muito tempo nas condições em que vinha sendo realizado. A rotação de culturas, intercalando o trigo com a pecuária, que adubaria a terra, seria a solução. São também os estudos apontando o esgotamento da terra na região colonial gaúcha que o levam, em artigos posteriores, a realizar a defesa da necessidade de crédito e assistência técnica para os agricultores do estado.[143]

O empresário entraria também no debate sobre as propostas de reforma agrária, em textos escritos em 1959, alertando que os beneficiários de qualquer programa neste sentido deveriam ser selecionados de modo a assegurar que dispusessem de aptidões e experiência no trato com a produção agrícola, pois falharia "qualquer plano que não exija propósitos e capacidades de tornar a terra produtiva". A adoção de medidas neste sentido, de todo modo, era fundamental porque, como destacava: "a pequena propriedade é a maior segurança contra as idéias dissolventes do extremismo."[144]

Buscando sintetizar o posicionamento político-ideológico do empresário gaúcho, no início dos anos 60, seu segundo biografo chama a atenção para a particularidade de que, sendo um ferrenho "partidário da livre empresa", com uma "posição de nítida direita", Renner estivesse tão convencido da "necessidade de uma reforma social", assumisse tão abertamente a defesa da nossa "legislação trabalhista avançada" e conclamasse os demais industriais a estabelecerem "serviços sociais complementares", os quais, entretanto, não poderiam nem deveriam "ser regulados por lei."[145]

Quais seriam as matrizes intelectuais a influenciar estas idéias? Embora o Renner raramente faça menção a outros textos que não revistas técnicas internacionais e publicações de análise de conjuntura econômica, elas estariam, segundo Maia Neto, na sua discreta religiosidade.

Nada teria aprendido "das teses marxistas", que considerava já refutadas, pois "onde os operários conquistam um nível satisfatório de vida, não há lugar para o comunismo, pois eles também apreciam a liberdade." Colocava-se assim como mais um dos críticos a apontar os erros de previsão de Marx, que imaginava que "a evolução do

---

[143] Maia Neto, J. *Homem e progresso. Op. Cit.*
[144] *Idem, Ibidem.* Pp. 51-56.
[145] *Idem, Ibidem.* Pp. 20-22.

comunismo se verifica[ria], preferencialmente, nos países altamente industrializados." Descartado o marxismo, teria sido "na doutrina social da Igreja Católica", que encontrara refletidas muitas de suas idéias básicas, "mormente no espírito predominantemente paternalista que impregna a mensagem de Leão XIII." Num sincretismo genuinamente brasileiro, esta diretriz social católica estaria consoante com a sua formação luterana, à medida que em ambas versões, Deus continuava zelando pela propriedade privada, e deixava ao próprio Renner e a seus colegas das "classes produtoras" a responsabilidade de cuidar da justiça social:[146]

> "Até hoje suas idéias e ações buscam aquele equilíbrio e aquela justiça que as vozes dos reformadores religiosos lhe transmitiram, através da palavra suave dos pastores protestantes que orientaram sua infância.
>
> [...] Sua fábrica tem por finalidade dar-lhe lucros, está certo – é a recompensa de suas atividades, da aplicação adequada da capacidade de trabalho que Deus lhe deu; mas antes de mais nada, é o instrumento de trabalho de milhares de operários, é o meio de vida de milhares de famílias".[147]

Seus filhos, por outro lado, ao invés do imaginário religioso associado à versão paternalista da justiça social, fundamentavam seu conservadorismo em bases laicas, e aparentemente mais cruas. Egon, militante integralista desde os anos 30, tornou-se deputado pela legenda do PRP na década de 50. Já Kurt, para não deixar dúvidas sobre suas idéias políticas, expressou-se a Robert Alexander em termos claramente compreensíveis para um norte-americano:

> "No que concerne aos Estados Unidos, ele é um republicano. Ele estava nos Estados Unidos em 1954 e ficou impressionado com o fato de que a administração Eisenhower estava fazendo de tudo para retirar o governo dos negócios, em contradição às políticas das administrações de Roosevelt e Truman, e ele acha que isso é uma boa idéia. Lá – e particularmente aqui – o

---

[146] *Idem, Ibidem.* P. 38.

governo está muito envolvido em assuntos econômicos. Ele também acha que Eisenhower captou a imaginação dos setores mais conservadores, e se fez muito popular entre eles, no Brasil e no restante do mundo."[148]

Políticas de atendimento e sua contextualização

Não chegava a ser novidade, no Rio Grande do Sul, que uma grande empresa oferecesse um amplo leque de serviços sociais a seus trabalhadores. A tecelagem Rheingantz, que posteriormente assumiria o nome de Companhia União Fabril, de Rio Grande, entre as décadas de 1890 e 1920 fora a maior indústria do estado e, no mesmo período, assumia o papel de vanguarda naquilo que Pesavento classificou como "os disfarces da dominação: escola, assistência social, lazer e habitação."[149]

Já em 1882, a empresa criara uma escola para os filhos dos trabalhadores. A fábrica possibilitava também a aquisição de gêneros de primeira necessidade a baixo custo. Oferecia ainda ao seus empregados um local com jornais e livros para leitura, posteriormente transferido para um prédio próprio, construído para oferecer um melhor espaço à realização de reuniões dos mesmos. Nesta edificação havia uma mesa de bilhar e uma biblioteca, e ela servia de sede para a banda de música e o corpo de bombeiros constituídos pelos operários.

No que diz respeito à "beneficência", havia uma Caixa de Auxílio, estabelecida a partir de uma doação inicial do fundador da empresa, em um "impulso nobilíssimo". Em 1893, a entidade transformar-se-ia na Sociedade de Mutualidade, que em 1896 seria seguida pelo Fundo de Auxílio Financeiro, um montepio para o pagamento de pensões a empregados inválidos ou com mais de 25 anos de serviço. Já em 1903, surgia o Amparo Mútuo, que pagava à família quotas no caso no falecimento de seu chefe. Em 1914, a empresa instalaria no prédio das entidades assistenciais uma sala de consultas e de cirurgia, e no mesmo ano estabeleceria um jardim de infância para os filhos dos operários.

Outro aspecto de destaque nas ações da tecelagem era a oferta, inicialmente, de habitações alugadas a baixo custo pelos seus operários, posteriormente substituídas por

---

[147] *Idem, Ibidem.* Pp. 103-104.
[148] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.

casas construídas para serem adquiridas pelos mesmos, de onde surgiria a "avenida Rheingantz, tendo, de um lado, as casas destinadas aos funcionários de maior graduação, mais bem equipadas, e , de outro, as mais modestas, para os operários de menor ordenado".[150]

Se havia na Renner continuidade em relação a estas experiências anteriores, acentuada pelo fato de que esta passa, nos anos 30, a ocupar o papel de maior indústria do estado, a política social da empresa também traz características de inovação. Antes de mais nada, há uma mudança fundamental no contexto, marcado pela emergência da legislação trabalhista varguista e, posteriormente, pela iniciativa empresarial em escala nacional que levou ao surgimento do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Sendo A. J. Renner um ator significativo em ambos os processos, as ações "sociais" da empresa necessitam ser pensadas de um lado como experimentação de propostas por ele defendidas como princípios de políticas a serem desenvolvidas pelo Estado e/ou pelo empresariado e, de outro, como forma de demonstração do papel de vanguarda que o habilitava não apenas a liderar a sua classe, mas também a ser reconhecido como expressão do "capitalismo social" que, conforme defendia na sua atuação pública, haveria superado os males do "antigo capitalismo", e ofereceria respostas mais efetivas às demandas dos trabalhadores do que a "utopia comunista" e outras formas de "estatismo".

Mais do que "impulsos nobilíssimos", a política adotada pela Renner em relação a seus trabalhadores expressava uma visão abrangente sobre o papel dos direitos sociais no capitalismo contemporâneo:

> "A exemplo assim de Ford, [Renner] reconhece e possibilita ao operário a prática do seu direito elementar à saúde e à vida, sem a falsa caridade humilhante, sem as trabalhosas formalidades burocráticas que desanimam os mais afoitos de sua conquista e sem a obrigatoriedade incompatível com a liberdade do indivíduo." [151]

---

[149] Pesavento, Sandra J.. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. Pp. 56-87.
[150] *Idem, Ibidem.* Pp. 56-87.
[151] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.* P. 53.

Além da sua relação com as disputas de projetos político-ideológicos fora da fábrica, a atuação "social" da Renner apresentava uma amplitude claramente distinta da maioria das outras empresas de Porto Alegre. Um levantamento realizado pelo SESI em 1953, demonstra claramente que alguns tipos de assistência prestados pelos empregadores eram relativamente comuns no período, mas evidencia que Renner e Varig, as maiores empregadoras da cidade, estavam em um patamar totalmente diferenciado da média. No ramo metalúrgico, a Zivi era a empresa que oferecia o leque de atendimento mais amplo, sem chegar a possuir, entretanto, metade dos serviços existentes na indústria do vestuário e na companhia aérea.[152]

O atendimento era um dos cartões de visita da empresa, e o norte-americano Robert Alexander ficou impressionado com o "extensivo serviço social " prestado por ela, que lhe foi descrito por Kurt Renner:

> "Eles têm três médicos aqui durante a maior parte do dia, e tratam os trabalhadores e suas famílias. Eles têm um dentista, e talvez precisassem de mais. Quando mudarem a fábrica para um novo local, como estão planejando fazer, eles podem providenciar mais espaço para o serviço dental."[153]

A assistência prestada conquistou também o reconhecimento dos trabalhadores:

> "A firma [era] muito cumpridora de seus deveres de todos pontos de vista. Porque eles botaram médico, consultório, todas essas coisas, creches pras crianças, quer dizer, eles deram muito apoio pras pessoas. [...]"[154]

> "A minha patroa [participava] da Caixa Beneficente do Renner. [...] Antes da pessoa se aposentar no INPS, pelo IAPI, podia se aposentar pela Caixa! A Caixa pagava o mesmo valor! [...] Tinha médico dos bons."[155]

---

[152] Levantamento Sócio-Econômico. SESI, Porto Alegre, 1953. Biblioteca da FIERGS. Ver Capítulo I.
[153] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.
[154] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[155] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.

A assistência médica fora estabelecida pela empresa desde 1° de Junho de 1933, e as suas publicações oficiais faziam questão de destacar que isso ocorrera cinco anos antes da criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). Em 1937, a Caixa Beneficente dos empregados já possuía 1.200 sócios, que pagavam uma contribuição de Cr$ 3,00 (no caso dos solteiros) ou Cr$ 4,00 (no caso dos casados), "estendendo-se o benefício, conforme o caso, aos pais e irmãos menores ou à esposa e filhos." A partir de 1943, os serviços passaram a ser gratuitos para os trabalhadores, sendo custeados inteiramente pela empresa. [156]

Havia também uma farmácia, "administrada com a ajuda do SESI, que vende medicamentos a preço de custo", o que representava "uma economia considerável para os trabalhadores, porque o custo dos remédios aqui é tremendo." A empresa estabelecera uma seguro de vida para os seus trabalhadores, e um restaurante que oferecia

> "uma refeição regular por dez cruzeiros, e um feijoada completa por apenas seis cruzeiros. Ele é amplamente prestigiado pelos trabalhadores."[157]

Outro serviço que se destaca, à medida que, mesmo previsto em lei para empresas com mais de 50 trabalhadoras, era via de regar ignorado, era a creche, na qual se mantinham os filhos das empregadas "até eles terem um ano de idade, embora a lei apenas torne isso obrigatório até a idade de seis meses."[158] O universo de crianças efetivamente atendidas era limitado, sendo que em 1952 restringia-se a uma média de 21 crianças, com um mínimo de 18 e um máximo de 27, numa empresa que empregava milhares de mulheres.[159]

É bem possível que o pequeno número de crianças atendidas se deva à tendência predominante, na cultura local, a que as mulheres deixassem de trabalhar fora de casa após o casamento ou o nascimento do primeiro filho, já que a capacidade de atendimento da creche na época chegava a 40 ou 50 crianças, bem acima do número de freqüentadores

---

[156] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* P. 97; Entrevista com Gregório Tomaczewski, 18/03/97. Para uma crítica ao atendimento médico e ao processo de apropriação realizado pela empresa em relação à Caixa, criada por iniciativa dos trabalhadores, ver Cap. V.

[157] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.

[158] *Idem.*

efetivos. A existência deste serviço, entretanto, ampliava a possibilidade de que ao menos parte das mães optassem pela continuidade da sua vida profissional:

> "Esse [meu filho], Juarez, foi um que freqüentou as creches do Renner. [...] A patroa ia trabalhar e deixava ele na creche, depois tinha um tempo que ela ia lá e dava mamá pra ele e tudo e voltava para o trabalho."[160]

> "Teodolina: Quando era nove horas a mãe tinha permissão pra amamentar seus filhos, quando era três horas da tarde também tinham aquela hora, [...] o horário dela era sagrado. Tinha muita ordem dentro da firma, mesmo, tudo por espontânea vontade dele, bondade dele, que em outro lugar não tinha. [...] Não é que eu dissesse assim: '- Agora eu tô grávida, vou ganhar filho e não sei como fazer..."[161]

A prioridade atribuída pela empresa à creche, provavelmente estivesse condicionada pelo seu interesse em incentivar uma maior fixação da mão de obra feminina, já que a sua rotatividade, "naturalmente mais alta que a dos homens", em função de que "elas se casam e fazem outras coisas que as levam a se afastar do trabalho", era apontada como um "problema". [162]

É interessante notar que esta preocupação em diminuir a rotatividade feminina relativiza o discurso, amplamente difundido tanto pela empresa quanto pelos próprios trabalhadores, que associa diretamente trabalho feminino a trabalho não-especializado. O reconhecimento de que a rotatividade prejudica a empresa demonstra que as mulheres com maior tempo de emprego adquiriam um certo grau de especialização no processo produtivo que cumpria um papel na manutenção ou no aumento da produtividade geral.

A empresa possuía também outras políticas voltadas à família do trabalhador que, entretanto, apontavam em direção distinta. O "subsídio a famílias numerosas", por exemplo, concedia para "a esposa do operário" a cada filho, a partir do terceiro, Cr$ 200,00

---

[159] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* P. 98.
[160] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[161] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[162] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.

por mês. Cada um dos filhos enquadrados neste benefício, ao completarem 7 e até os 14 anos, recebiam um adicional de Cr$ 100, O programa incluía ainda um auxílio-maternidade por ocasião do nascimento de cada um dos filhos beneficiários, no valor equivalente a três vezes o subsídio mensal, e o pagamento de seis mensalidades no caso de um destes filhos vir a morrer. A única ressalva era a de que "não receberá o subsídio a mãe que trabalhe fora do lar", já que o objetivo declarado era "permitir que conviva com os filhos e os eduque convenientemente." O valor a que cada família fazia jus era creditado mensalmente na cooperativa de consumo da empresa, para ser gasto em mercadorias a escolher.[163]

Ao contrário da creche, este era um programa que incentivava a mulher a permanecer como "dona de casa". Como era oferecido apenas às "esposas dos operários", mães de pelo menos três filhos, na realidade, contribuía para manter na empresa uma parcela dos trabalhadores, principalmente aqueles mais maduros, ao ponto de gerarem prole extensa, aos quais oferecia condições mais seguras de cumprirem com seu papel provedor na família. Pelo contraste entre as duas iniciativas, percebe-se que o interesse maior em manter a operária na fábrica se concentrava no período em que, mesmo casada, ainda fosse jovem, e com poucos filhos, o que possivelmente significava que tivesse condições de manter uma maior produtividade.

Porém, para além dos interesses vinculados diretamente à produção, todas estas iniciativas possuem uma forte conotação moral, voltando-se a fortalecer o modelo da família nuclear patriarcal, e a reforçar a imagem da empresa como uma instituição que se constituía em um prolongamento desta família, e portanto, num ambiente seguro para as filhas e esposas da classe trabalhadora. Nesse sentido é que podemos interpretar a atenção dada ao problema das "mães solteiras, viúvas ou esposas abandonadas", frente ao qual a Renner estabeleceu uma "bolsa-estudo para as crianças como auxílio", assim como o curso de "educação pré-nupcial" freqüentado por 71 moças em 1961, as quais se oferecia inclusive a oportunidade de estágio na creche, para aprenderem noções de trato com os bebês, que complementavam as aulas de higiene alimentar e lavagem de roupas. No mês de

---

[163] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* Pp. 103-104; Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.

novembro de cada ano, aulas pré-nupciais também eram oferecidas para os noivos das freqüentadoras do curso.[164]

Outro campo da política social da empresa era o cooperativismo, iniciado em 1944 com a criação da "Cooperativa de Consumo dos Empregados das Indústrias Renner", com 805 sócios iniciais, que chegavam a 1.786 em 1951.[165] Kurt Renner destacava que a ela vendia "todos os tipos de alimentos" e no segundo piso, ainda oferecia "bem secos e outras coisas":

> "A cooperativa é completamente dirigida pelo trabalhadores, qualquer trabalhador da Renner pode associar-se a ela se ele quiser, tendo que adquirir um mínimo de 100 cruzeiros de suas ações. Ela paga aos consumidores dividendos, que no último ano foram de 5%. O auxílio e todas as outras despesas com exceção do aluguel são pagas pela própria cooperativa. Há um gerente pago para dirigi-la. Se não é perfeito, ao menos ela presta um bom serviço aos trabalhadores. Eles não apenas compram aqui na loja, mas podem também ter suas compras levadas em casa, por um pagamento extra de cinco cruzeiros."[166]

A empresa mantinha também uma Cooperativa de Crédito, fundada em 1945, após a liquidação da "Casa Bancária A. J. Renner & Cia Ltda". Dos 22 associados iniciais, passara a 1.669 em 1952, sendo que ¾ dos empréstimos concedidos destinavam-se à compra de terrenos, casas e reformas, enquanto o restante era utilizado na compra de bens de consumo durável ("rádios, refrigeradores, este tipo de coisa") e em tratamentos de saúde:[167]

> "Todavia, ela não tem dinheiro disponível o suficiente para financiar a compra de muitas casas. A própria companhia proporciona muito poucas casas para os seus trabalhadores. O investimento é muito grande. Todavia,

---

[164] Maia Neto, J. *Homem e progresso.* Porto Alegre: Sulina, 1963. P. 100.
[165] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Idem, Ibidem.* P. 105.
[166] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.
[167] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior.* Porto Alegre: Renner, 1952. P. 107.

> quando eles construírem sua nova fábrica, fora da cidade, eles irão providenciar moradia para ao menos alguns dos seus trabalhadores."[168]

A complexidade dos programas sociais desenvolvidos e o volume de recursos neles investido levaram a empresa, a exemplo do que ocorria com várias outras, a criar uma figura jurídica específica para a gestão dos mesmos, de modo a beneficiar-se também das vantagens legais reservadas às entidades "sem fins lucrativos":

> "Tudo isso é administrado pela Fundação A. J. Renner. Ela foi estabelecida por A. J. Renner para assumir todos os serviços sociais, porque eles são algo que continuará a ser necessário por um longo tempo, e teriam que ter seu financiamento próprio. A firma não pode pagar por isso da sua própria receita, porque não é dedutível dos impostos. [A fundação] tem os seus fundos investidos em títulos governamentais e em debêntures da companhia A. J. Renner."[169]

No que diz respeito à educação, a empresa mantinha também cursos supletivos de três anos, buscando possibilitar "a continuação de estudos ginasiais ou técnicos aos que desejarem", mas, acima de tudo, proporcionando "a formação de homens e mulheres conscientes de seus deveres sociais". Os cursos realizavam-se em convênio com o governo do estado, que se responsabilizava pelo material didático e pelo transporte das professoras, pagas pela empresa. Bolsas de estudos para a realização do ginásio ou de cursos técnicos eram oferecidas como "premiação" para os primeiros colocados do curso, que em 1952 já contava com três turmas de formandos, num total de 34 alunos. No que diz respeito aos conteúdos ensinados, a firma esclarecia que "não havendo praticamente analfabetos nas empresas Renner, o curso é procurado pelos que têm desejo de completar o primário ou prosseguir além na conquista de conhecimentos.", mas além de disciplinas escolares, como

---

[168] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56. A projetada mudança da sede da empresa, comentada em vários documentos, acabou não ser realizando, possivelmente em razão da dificuldade de financiamento.

[169] *Idem.*

o português, incluía, provavelmente para o público feminino, "aulas de costura feita em casa, culinária, etc.".[170]

Paralelamente ao estímulo à escolarização, se desenvolvia uma política de qualificação profissional, que incluía um programa de treinamento para os novos trabalhadores, no qual eles eram "ensinados a usar várias máquinas, particularmente na parte de confecção da fábrica" recebendo, neste período, um salário mínimo. A empresa costumava enviar também alguns operários jovens ao SENAI, embora Kurt Renner fosse bastante crítico no que diz respeito a avaliar a efetividade da capacitação assim adquirida. Além da formação básica, porém, havia os casos de "técnicos que necessitam treinamento especial", que a empresa chegava a enviar à Europa e aos Estados Unidos, ou então à escola têxtil do SENAI no Rio, da qual tinha uma avaliação mais positiva.[171]

As restrições relativamente à formação profissional oferecida pelo SENAI local ocorriam apesar da empresa ter tido um papel decisivo na sua fundação. A própria escola técnica "Visconde de Mauá" foi erguida em terreno doado por A. J. Renner, ato que foi repetido posteriormente, abarcando a área contígua que o SENAI pretendia comprar para a expansão de suas atividades.[172] Estes gestos fizeram de Aroldo da Silveira, primeiro diretor do Departamento Regional do SENAI/RS, um grade admirador do líder industrial gaúcho:

> "Ele sempre defendia suas idéias com muita pertinácia, com muito vigor, mas democraticamente cedia, passando a apoiar a ação das correntes contrárias. [...] Era realmente um grande líder e, acima de tudo, um democrata."[173]

A cessão de terrenos e o apoio a construções por parte da empresa também beneficiaram outras instituições locais, como o "Grupo Escolar 1° de Maio" e a "Sociedade Ginástica Navegantes-São João".

O serviço social da empresa incluía também iniciativas relacionadas ao esportes, como o Grêmio Esportivo Renner, fundado em 27 de Julho de 1931. O ponto de partida

---

[170] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* Pp. 114-115; Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.
[171] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.
[172] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.* P. 60.

para o clube foi a existência de "dois 'teams' varzeanos [de futebol], constituídos de operários um e de empregados no escritório o outro":

> "Não durou muito, porém, esta 'diferenciação de classes', pois algum tempo depois os dois times fizeram junção – e, diga-se de passagem, o fato como que marcou, em definitivo, já naquela época, o desaparecimento de diferenças sociais entre a numerosa família rennista, que sempre se mostrou unida, sem preconceitos e prevenções entre si".[174]

A criação do time da empresa seguia uma tendência mais geral, sendo que no mesmo ano fora fundado, por uma empresa metalúrgica vizinha, o "Wallig Futebol Clube". Novamente, o precedente vinha de Rio Grande, onde já em 1910 se estabelecera o "Esporte Clube União Fabril". [175] Após um início de atividades promissor, marcado por vitórias, o time animou-se a convidar o patrão para assistir a um jogo, e o novo torcedor não tardou a doar também um terreno para a construção de um estádio. A iluminação para jogos noturno, parcialmente destruída pela abertura da Avenida Farrapos, foi posteriormente reinstalada e reforçada, e o clube teve sua sede expandida posteriormente pela incorporação de um novo terreno, no qual se construíram "instalações de atletismo, basquete, vôlei , punhobol, etc."[176]

A diversificação das atividades esportivas e culturais, entretanto, não gozava de popularidade entre um espectro muito amplo de trabalhadores:

> "A companhia [...] tomou a liderança na formação de um clube de tênis e de um clube de xadrez, que, todavia, são prestigiadas, principalmente pelos empregados de alto escalão."[177]

---

[173] Ledur, Paulo Flávio. *SENAI.* 50 Anos de Rio Grande do Sul (1942-1992). Porto Alegre: SENAI/FIERGS, 1992. P. 103.
[174] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* Pp. 109-110.
[175] Pesavento, Sandra J. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. Op. Cit.* Pp. 56-87, 76.
[176] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* Pp. 109-110.
[177] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.

O mesmo provavelmente poderia ser dito do "Grupo Musical Renner" e, eventualmente, do "Grupo de Bolão Renner (filiado ao Esporte Clube Navegantes)".[178]

Era o futebol que associava o nome da empresa a uma emergente paixão de massas. Nos "Boletins Renner", publicados a partir de 1945, os jogadores do clube, recebem tratamento de verdadeiros ídolos, fotografados nos seus postos de trabalho (tecelões, alfaiates, cortadores, vendedores, escriturários, contabilistas ...), ao lado de textos que fazem analogias entre suas funções em campo e na fábrica.[179]

Ao lado dos benefícios sociais e do desenvolvimento de espaços de sociabilidade, outras medidas indicavam a preocupação constante da empresa em tomar iniciativas visando enfrentar os problemas relacionados às condições de vida da sua mão-de-obra:

> "Naquela época, os meios de transportes eram precários, as próprias vias de acesso eram precárias e o contingente de trabalhadores era muito grande, né? Então [a população] se expandiu por diversos lugares da grande Porto Alegre: Guaíba, Canoas, Esteio, Alvorada, [...] Sapucaia, Gravataí. Com a precariedade de transportes, o Renner importou um grande número de bicicletas para [...] os que moravam mais distante. De manhã, nas primeiras horas, era aquele fluxo de ciclistas chegando. Então já tinha o lugar apropriado e numerado, [...] a bicicleta ficava ali no canto, tudo arrumadinho, coberto, direitinho. Tudo como se fosse uma loja de bibicletas."[180]

É exatamente uma bicicleta recebida de presente do chefe imediato ao pedir demissão, juntamente com "uma gabardine e 3000 cruzeiros de bonificação, pelos bons serviços prestados", a lembrança escolhida por Paulo Kalakun para demonstrar o quanto a Renner foi, para ele, "uma boa empresa ".[181]

---

[178] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* Pp. 110-113.
[179] "Grêmio Esportivo Renner". *In: Seleções do Boletim do Renner*. Porto Alegre: A. J. Renner – Indústria do Vestuário, 1948.
[180] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[181] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99

A posição privilegiada da Renner, como ponta avançada de um momento de grande expansão do capitalismo industrial no Rio Grande do Sul, juntamente com a aposta política de seu fundador, A. J. Renner, no "capitalismo social", possibilitou que a empresa, ao longo de várias décadas, assumisse a vanguarda no atendimento a diversos tipos de demandas sociais colocados por seu corpo de trabalhadores e suas famílias, que constituíam uma parcela significativa da população do distrito industrial de Porto Alegre. O impacto positivo destas políticas, tanto no que diz respeito à melhoria das condições concretas de vida, quanto em relação ao fortalecimento de uma noção de dignidade operária, não pode ser menosprezado.

Renner realizava, no campo privado, um deslocamento do campo da luta pelos direitos dos trabalhadores que, embora em sentido oposto, pode ser considerado complementar àquele efetuado pelo Estado varguista através da criação da legislação trabalhista.

A lei alimentava uma "crença simbólica nos direitos" que, paradoxalmente, para passarem da virtualidade para um horizonte de concretização, exigiam, contra a própria doutrina corporativa, a ação coletiva operária. Já o "serviço social" colocava ao alcance da mão um leque de benefícios, que entretanto só poderiam ser entendidos como "direitos" no horizonte restrito do código de ética da disciplina fabril, cuja contrapartida era o "dever" de lealdade e obediência absolutas. A luta por realizar a integração entre a cultura cidadã da conquista de direitos e o gozo concreto de benefícios colocava novos e mais complexos desafios ao movimento operário.[182]

O desafio da organização dos trabalhadores

Durante muito tempo, as indústrias Renner se constituíram numa fortaleza inexpugnável, impenetrável pelo movimento operário organizado. Joaquim Celso de Lima, era já uma militante operário experiente, tendo participado de greves na ferrovia Santos-Jundiaí, no porto de Santos, e até mesmo no quartel onde servira, quando, cerca de 1947, resolveu vir para o Rio Grande do Sul, onde acabaria indo trabalhar nas minas de carvão de São Jerônimo. Seu primeiro emprego no estado, entretanto, foi na fábrica de rádios Tele-união, em Porto Alegre, onde tomou contato mais sistemático com a militância do Partido

---

[182] Ver Capítulo V.

Comunista Brasileiro, participou de uma tentativa frustrada de paralisação liderada pelos sindicato dos metalúrgicos, foi demitido e, após se tornar um comprador regular da "Tribuna Gaúcha", foi convidado a ingressar no partido:

> "O batismo de fogo foi um comício-relâmpago em porta de empresa, uma das mais vigiadas do setor, administrada por fascistas alemães, A. J. Renner. Esta empresa foi a mais organizada que eu já vi no combate à luta."[183]

Para demonstrar esta "perfeição", Lima elenca, com visível admiração todos os setores de produção que compunham a empresa, concluindo que "tinham desde a matéria-prima até a venda do produto, o 'monopólio'". Chamou a sua atenção ainda o fato da maioria dos empregados ser constituída por "imigrantes escolhidos a olho" (na verdade, a estas alturas, descendentes buscados no interior) e por mulheres. A ampla assistência, especialmente a creche, também não lhe passou despercebida, assim como a existência de:

> "círculos de amigos e um jornal para distribuição entre os empregados, gratuitamente. As matérias do dito jornal se consubstanciavam em doutrinas anticomunistas refinadamente trabalhadas. Havia nele uma seção especial para o tratamento dos empregados com assuntos sociais entre os operários, dando destaque aos melhores operários e capatazes. Em suas páginas, enalteciam com carinhos os aniversários e casamentos dos seus operários e filhos, faziam festinhas entre os trabalhadores. Premiavam os melhores trabalhadores, davam presentinhos quando isso fazia o gosto dos capatazes."[184]

O sistema de vigilância e repressão era também eficaz, e a empresa mantinha como porteiros "homens fiéis aos sentimentos de seus patrões, de tal forma que dificilmente alguma pessoa com atividade política podia penetrar tamanha barreira". Dentro da fábrica, *experts* se mantinham atentos a "qualquer assunto que cheirasse luta de classe". Destaca que no seu interior, do ponto de vista da direção partidária,

---

[183] Lima, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso. Memórias de um operário comunista. Op. Cit.* Pp. 46-48.
[184] *Idem, Ibidem.*

> "nunca se pôde construir alguma coisa mais séria. A loucura para furar tamanha barreira nos levava a um trabalho permanente em volta daquela fábrica. Os comícios relâmpago, ali, sempre foram duramente hostilizados pela empresa, e não demorava muito a polícia entrava em cena. Começava o discurso de um companheiro, a vaia cobria imediatamente o eco dos discursos, outro orador mais adiante levantava a voz e mais uma vaia. De qualquer modo era agitado e divertido o tamanho da guerra. Quando se panfleteava nos portões, o chão ficava coalhado de folhetos e os olhares duros nos chegavam de todos os lados. Muito embora, lá também se encontravam operários bons.
>
> No trabalho sindical, os companheiros têxteis reclamavam da omissão completa dos trabalhadores daquela fábrica. A empresa usava um sistema de remuneração tal que os trabalhadores ganhavam sempre mais do que os de qualquer outra tecelagem. Sabíamos das modalidade brutais levadas a efeito no sistema de trabalho. Para citar um exemplo: cada operária manejava mais do que um tear na produção. O mais incrível é que nenhuma delas queria sair da firma nem a pau. Havia filas enormes, nos portões, de gente pedindo emprego, o pessoal empregado procurava colocar seus parentes e amigos. 'Um verdadeiro monumento à reação'."[185]

A "barreira" envolvia portanto controle, repressão, mas também a adesão de uma parcela significativa dos trabalhadores à filosofia da empresa e sua reação negativa contra as tentativas de organização classista. Do ponto de vista da disputa ideológica, sem dúvida o *Boletim Renner* e outras publicações institucionais estavam entre os principais instrumentos utilizados. Noções éticas produtivistas, como a necessidade de "renúncia a prazeres e gastos supérfluos", assim como o desenvolvimento da identidade com o patrão a partir do desejo do operário em possuir a sua casa própria e "ter o direito de mandar no que é seu", estavam entre as idéias difundidas com grande freqüência nestes materiais.[186]

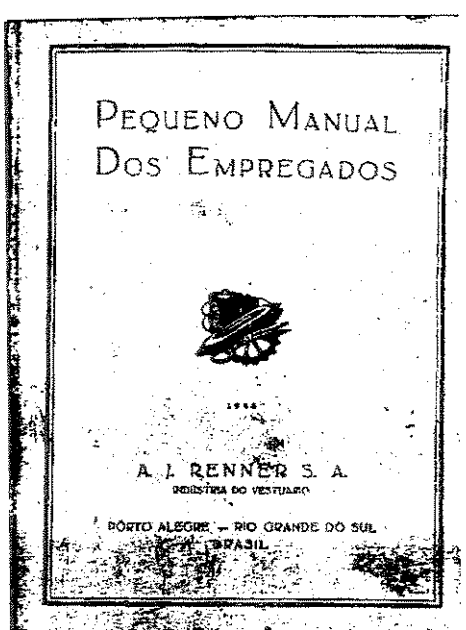
---

[185] *Idem, Ibidem.* Pp. 46-48.
[186] Pesavento, Sandra J.. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. (1889-1930. Op. Cit.* Pp. 86-87.

O *Pequeno manual dos empregados,* publicado em 1946, apresentava de forma sistematizada o padrão de comportamento esperado dos trabalhadores. Ele começava por apresentar a hierarquia do processo produtivo sob a ótica do interesse comum entre empresa e trabalhadores no aumento da produtividade:

> "aprenda desde logo a ver no mestre um amigo dentro da sua seção. [...] Sua admissão nos quadros de empregados da empresa talvez represente um passo importante na sua vida. Isso naturalmente dependerá mais de você mesmo. [...] Seu sucesso como empregado está ligado ao sucesso do mestre que é também empregado como você. [...] Ele [contribui] para que o trabalho seja melhor, mais produtivo e que proporcione mais alta remuneração".[187]

O manual fazia saber aos operários que eram responsáveis não apenas pela produtividade, mas também pelos eventuais acidentes de trabalho, para os quais não havia motivos na estrutura da fábrica, e que portanto só poderiam ocorrer por "descuido, distração ou negligência pela segurança pessoal". Tomando como base os acidentes ocorridos "aqui em casa", a empresa esclarecia que todos poderiam ter sido evitados, não fosse as "qualidades negativas" de suas vítimas, que incluíam "falta de atenção, memória deficiente, predisposição para a fadiga, falta de destreza manual, etc.".[188]



Capa do Pequeno Manual dos Empregados.

A publicação também oferecia orientação em relação aos vários serviços oferecidos pela empresa, e incentivava particularmente a participação na Caixa de Crédito, já que economizar seria "um hábito [...] que a firma vê com bastante simpatia". Aderindo à Caixa, o trabalhador

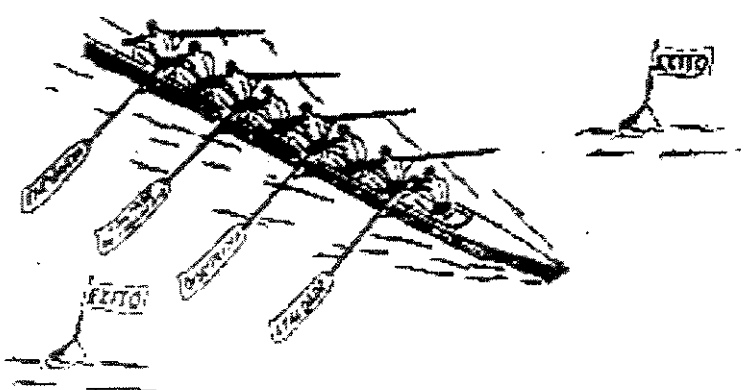
---

[187] *Pequeno manual dos empregados*. Porto Alegre: A. J. Renner – Indústria do Vestuário, 1946. Porto Alegre: A. J. Renner – Indústria do Vestuário, 1946. Pp. 3-5.
[188] *Idem, Ibidem.* P. 16

ingressaria num "grupo de colegas previdentes, que olham o futuro com a seriedade dos que não vivem apenas para o dia de hoje".[189]

Outras "palavras de orientação" diziam respeito às atitudes dentro da fábrica. Elas incluíam a importância do tratamento pessoal com "cordialidade, sinceridade e respeito". O trabalhador deveria ser "franco, leal, prestativo, em suma, cumpridor dos seus deveres", e cultivar o "tato para tratar diferentemente pessoas diferentes" e compreender que "no ambiente de trabalho surgem certas desinteligências entre as pessoas" e que ele também teria "os seus dias". Também eram valorizadas a cooperação, sendo que as relações com os colegas deveriam ser de "harmonia e camaradagem".[190]

O zelo profissional seria fundamental para "manter alto o padrão de serviço", base do sucesso dos produtos Renner, já que "sem qualidade não há consumidor satisfeito, e sem o consumidor satisfeito, não há prosperidade de um empresa e daqueles que nela colaboram." Sendo o "MÁXIMO DE QUALIDADE PELO MÍNIMO DE CUSTO" um "princípio tradicional da empresa", ela colocaria "todos os meios possíveis ao alcance do empregado" para assegurá-lo. Este princípio também estaria na base da "distribuição dos serviços de acordo com a aptidão e a capacidade de cada um" e explicaria o lugar de cada um no processo de produção, projetado para assegurar que o trabalhador estivesse "na função que lhe for mais adequada e na qual possa produzir melhor". Renner se comprometia entretanto a conciliar "os interesse da empresa e dos seus colaboradores", através de uma "remuneração justa" e



Alegoria dos valores prescritos aos trabalhadores pela Renner (qualidade, vontade de progredir, disciplina e lealdade, todos levando ao êxito). Pequeno Manual dos Empregados.

[189] *Idem, Ibidem.* P. 19
[190] *Idem, Ibidem.* Pp. 21-31.

da busca por melhorar os salários, porém num patamar que não levasse ao aumento do preço da mercadoria pelo custo da mão de obra.[191]

A eficiência, expressa na "boa qualidade do serviço e produtividade" dependeria, acima de tudo, da "vontade de progredir". Cada um deveria ter "um plano a executar, um sonho a se transformar em realidade", não num plano utópico, mas dentro do horizonte do "que formos capazes de obter". De todo modo, lembrava o manual, "as oportunidades aí estão". A disciplina era outro atributo fundamental, pois sem ela "não há ordem, cooperação, eficiência e prosperidade." Ser disciplinado, porém, não significaria apenas "ordem, acatamento e respeito", nem sequer "subserviência [ou] servilismo." A "disciplina de si mesmo" teria que moldar todo o comportamento do trabalhador, levando-o a "aperfeiçoar suas qualidades, corrigir defeitos e viver com regularidade, evitando os excessos e os vícios".[192]

Tamanha doutrinação faz desconfiar que nem toda mão-de-obra disponível para a "fome de braços" gerada pela expansão da empresa era caracterizada pela ética estóica do "operário padrão":

> "Gilberto: O pai sempre dizia: '- Eu não sei como é que o Guinha conseguiu trabalhar 6 ou 7 anos no Renner e não trabalhou uma segunda-feira!' Ele era muito amigo do mestre! [...]
>
> Aimoré: É surpreendente se ele trabalhou algum dia! Ele era gigolô!"[193]

Outro princípio valorizado pelo manual era o da lealdade, que seria quebrada não apenas pelas "faltas de maior gravidade", mas também por "múltiplas formas de desagregação, de críticas infundadas e destrututivas, de reação e indisciplina, de incompreensão e sistemática hostilidade a tudo."[194]

As "faltas de maior gravidade", porém, também acabavam ocorrendo eventualmente, diante da tentação que o patrimônio poderia representar, estimulando a realização de pequenas e grandes transgressões. Paulo Kalakun era o responsável pela

---

[191] *Idem, Ibidem.* Pp. 21-31.
[192] *Idem, Ibidem.* Pp. 21-31.
[193] Entrevista com Gilberto Reis e Ibirará Fortes, 22/07/99.
[194] *Pequeno manual dos empregados. Op. Cit.* Pp. 21-31.

abertura de um dos portões da fábrica, e se orgulha de, com apenas 14 anos, gozar da confiança do chefe ao ponto de dele ganhar a chave da fábrica. Um dia, este chefe ouviu falar que estavam roubando "muito" na produção e o alertou para, se desconfiasse de algo, avisá-lo. Paulo saiu para comprar jornal para o irmão do seu superior, e foi surpreendido ao ver um pacote voar pela janela do andar superior da empresa. De volta, comunicou o fato, e logo o autor do desvio de mercadoria, genro do chefe da urdição, foi identificado, e na casa do mesmo foi localizada uma verdadeira "loja", tamanha era a quantidade de peças de roupa estocada. [195]

Atitudes leais como a de Kalakun contribuíam para a empresa afirmar orgulhosamente o amor de seus empregados pela casa, que

> "mais se evidencia pelos seguintes fatos: repulsa do corpo de auxiliares a todos os ataques dirigidos à empresa e sua organização, por inimigos gratuitos e agitadores contumazes, estranhos ao seu quadro operário; não adesão a tentativas de greve; reduzido número de questões levadas à Justiça do Trabalho, o que comprova as boas relações entre a empresa e seus colaboradores. Basta dizer que nos últimos 10 anos o número de reclamações vem sempre decrescendo e, do total de 163 reclamações propostas durante o decênio, apenas 14 foram julgadas procedentes."[196]

A dedicação dos trabalhadores não seria mais do que uma retribuição, à medida que A. J. Renner, "operário na meninice, artífice depois" teria sempre sido seu "amigo sincero", ouvindo e acatando a opinião dos mesmos, "quando justa", ou discutindo, "quando sem bases, antes de refutar, em definitivo, qualquer reclamação." Esta amizade se expressaria desde os primeiro anos de atividade da fábrica. Em 1916, diante da demanda exacerbada pela Primeira Guerra, a empresa trabalhara em três turnos, 24 horas por dia, mas logo em seguida, Renner teria estabelecido a jornada de 8 horas para a turma do dia, cujo trabalho era mais longo, "sem prejuízo do salário":

---

[195] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99

[196] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior.Op. Cit.* P. 96

> "estava longe de ser conquista pacífica do operariado essa duração da jornada, ao contrário, vivia ele em constante choque pela sua conquista, aqui como em São Paulo, chegando a repressão à greve, lá e aqui, a tomar, como é sabido, proporções de batalhas urbanas dada a mentalidade das classes dirigentes sobre o que se afirmava mera questão de polícia.
>
> E o curioso no caso é que, colaborando com a antiga Federação Operária, os trabalhadores da fábrica Renner sempre se solidarizaram - eles que já gozavam da prerrogativa – com as greves promovidas pelos outros tecelões para a alcançarem. Porto Alegre foi assim, talvez, o primeiro centro industrial do país a conquistar a jornada de 8 horas."[197]

Aparentemente iniciara-se aí a tradição de antecipação da empresa em relação ao movimento operário, o que contribuiria para explicar a visão anti-sindical de muitos dos seus trabalhadores, que além do risco representado pela provável repressão no caso de envolvimento, percebiam o movimento operário como algo externo ao seu ambiente de trabalho:

> "Teodolina: Vinham grupos de outras firmas, que eles queriam greve [...] pra aumento de salário. E o nosso sempre foi regular, e então [a gente] não se envolveu. [...] Eles [...] faziam aquelas práticas na frente do Renner, justamente na hora da saída. A gente dizia assim: '- Imagina se a gente vai falar lá com aquele homem [...] (que ele era do sindicato), [e] o seu Curtis, ou seu Egon, ou seu Renner, vê a gente? O que é que vai dizer? Vai mandar a gente pra rua. A gente não queria nem conversa...
>
> Ernesto: E acontecia. Se tivesse algum envolvido, grevista dentro da firma, eles marcavam ele, e podia contar que dentro de poucos meses chutavam ele. [...] Achavam ele um intruso. Uma pessoa que não estava de acordo

---

[197] Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria. Op. Cit.* P. 50

> com a firma. Não serve, vai embora. Então quer dizer que todo mundo botava o rabinho no meio das pernas."[198]
>
> "Teodolina. Sempre foi uma firma que ela teve o capricho de manter gente de linha, entende? Que tivesse classe. Se fosse um, [...] bagunceiro, ou intrigante, ou que se invocasse, ou que quisesse formar qualquer uma coisa, eles davam um jeito, eles não deixavam, eles não deixavam criar.
>
> Ernesto: Tinha que ser cordeirinho deles, [...], mas ninguém se queixava. Eles tratavam bem, pagavam bem.
>
> [...] Teodolina: Ele tinha [...] além dele, além dos filhos, [...] outros operários competentes pra reparar, [...] cuidava isso, cuidava aquilo, cuidava aquele outro[...]. Perguntava pros fiscais, perguntava pras fiscalas, [...] sempre tinha uma comunicação, mas sempre discreta"[199]

Estas memórias estão, entretanto, marcadas elas próprias pela dificuldade vivenciada pelo movimento operário, ao longo de várias décadas, em implantar-se em bases sólidas na Renner, disputando a adesão dos seus trabalhadores com a própria empresa, e mobilizando-os na defesa da ampliação dos seus direitos. Esta tendência dominante tendeu a apagar tanto uma trajetória anterior de lutas, que de fato antecederam à política de benefícios da empresa e podem ser consideradas um dos motivos que a levou a adotá-la, assim como o movimento de resistência contínua levado adiante por uma minoria de militantes no chão de fábrica mesmo durante o auge da companhia.

Os Renner não precisaram esperar sua vinda para Porto Alegre para tomar contato com o movimento sindical. Em agosto de 1917, operários da fábrica de banhas de J. A. Renner, em Montenegro, entraram em greve por aumento de salários, jornada de 8 horas e em solidariedade "aos companheiros de Porto Alegre". Já entre 25 de agosto e 11 de setembro de 1919, eram os próprios trabalhadores da A. J. Renner & Cia, na capital, que

---

[198] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[199] Idem.

paralisavam suas atividades lutando pelas 8 horas de trabalho que o empresário alegava depois ter concedido benevolentemente, além de demandarem um aumento salarial.[200]

Em 1919, porém, a empresa ainda era pequena, e apenas seguia um movimento muito mais amplo, que tomara conta da cidade. Já dez anos depois, em janeiro de 1929, juntamente com outras fábricas que adquiriam grande porte como a Gerdau e a Bier, Fiação e Tecidos Portoalegrense, durante muito tempo a maior empresa da cidade, os trabalhadores da Renner encabeçariam o movimento "exigindo cumprimento da lei de férias". A paralisação encerrou-se rapidamente, com uma solução mediada pelo governo do estado, através do secretário do Interior, Oswaldo Aranha, "com honra para ambas as partes".[201]

Foi apenas o início de um ano agitado, no qual a recém fundada Confederação Regional do Trabalho (CRT), associada ao Bloco Operário e Camponês (BOC), ambas dirigidas por militantes do Partido Comunista Brasileiro, lançava uma ofensiva no sentido de estabelecer bases sindicais nas grande fábricas. Em março, a imprensa noticiava que os "operários da Renner, Fiação e Tecidos e Rio Guahyba voltam ao trabalho", sem que ficasse claro quando se iniciara a nova greve, e acrescentava que os proprietários das indústrias haviam concedido "aumento de salário, 48 horas de trabalho semanal e 50% sobre a féria dos serões".[202]

Quatro meses depois, era convocada a "1ª Assembléia Geral da União dos Operários em Fábricas de Tecidos" e, entre os dias 06 e 14 de setembro, uma nova paralisação afastaria do trabalho os "240 operários da fábrica de tecidos da firma A. J. Renner & Cia". O movimento, entretanto, aparentemente se dividiu, pois a empresa noticiava que os trabalhos estavam "sendo normalizados", embora reconhecendo que "continuam afastados do trabalho 160 operários". Os trabalhadores que não retornaram às atividades neste momento, aparentemente passaram a sofrer retaliações. No dia 18, a CRT organizou uma comissão com a finalidade de "promover auxílio" a empregados da empresa, e no dia 03 de outubro, os jornais esclareceriam que se tratava de um "*Lock-out*" contra "18 operários e 60 operárias da Fábrica Renner", que não estavam sendo readmitidos

---

[200] Petersen, Sívia "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". *In:* Dacanal, José H. e Gonzaga, Sergius. *RS: Economia & Política.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. Pp. 297-300.
[201] *Correio do Povo*, 12-13/01/29.

ao trabalho por sua participação no movimento. No dia seguinte, a CRT promovia um "comício", em favor dos mesmos, e a comissão em seu apoio continuaria funcionando ao menos até o dia 16. A greve geraria também um processo contra "o marido de uma empregada da fábrica Renner, por agressão a outro operário durante a greve".[203]

Um novo movimento viria a atingir a categoria têxtil apenas em 1935, e ver-se-ia frustrado justamente ao ser incapaz de paralisar a Renner, que serviu inclusive de base para a tentativa, articulada pela Inspetoria Regional do Trabalho e sindicalistas a ela vinculados, de fundação de um sindicato próprio na fábrica, já que o da categoria se encontrava tomado por "extremistas". O que acabou se concretizando foi a intervenção na entidade existente, que foi o ponto de partida para uma seqüência de diretorias conciliadoras e legalistas. Abrelino de Freitas foi o escolhido como interventor, e a partir daí iniciou uma longa carreira sindical

> "[A relação do Renner com o sindicato] era muito boa, muito boa, ótima, excelente. Poderia servir de padrão para todas as indústrias. [...] Eles reconheciam quando o trabalhador reclamava, fosse lá da natureza dele, de trabalho ou qualquer coisa assim. Se ele achasse que estava sendo prejudicado, vinha ao sindicato. [...] Quando era assim um problema [...] que tivesse uma discussão mais acadêmica, [...] então a assistência jurídica acompanhava a diretoria do sindicato. Era recebida de maneira muito solicita, e se discutia o problema lá, tal e tal, propunham revisar, não tolhiam o reclamante. Era uma coisa completamente... muito digna, muito boa, muito humana."[204]

Não foi apenas a orientação ideológica dos dirigentes que influiu na dificuldade de organização sindical na Renner a partir dos anos 30. A legislação sindical varguista estabeleceu para os sindicatos um enquadramento de base municipal, e definido pelo ramo de produção predominante das empresas. Na prático, esse enquadramento dividia os trabalhadores da Renner em várias categorias profissionais, sem que isso correspondesse à

---

[202] *Correio do Povo*, 19/03/29.
[203] *Diário de Notícias*, 09/07/29, 06-10/09/29, 14/09/29, 18/09/29. *Correio do Povo*, 16/10/29, 18/09/29, 03-04/10/29, 10/10/29.
[204] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.

realidade da produção e da gestão, que ao menos no conglomerado denominado "Renner Indústria do Vestuário" (excluindo-se as "indústrias colaterais") era extremamente integrado. O fato, que também preservava a empresa em relação à necessidade de negociação direta com a representação operária, era destacado pelo próprio Kurt Renner:

> "A firma tem de lidar com uma série de sindicatos, por causa da grande variedade dos seus produtos. Na maioria dos casos, está incluído no acordo do sindicato de empregadores respectivo com o sindicato de trabalhadores oposto."[205]

A empresa havia estabelecido também canais internos para analisar demandas e reclamações, filtrando o caso remetidos para o sindicato e limitando o número de recursos à Justiça do Trabalho:

> "O trabalhador trás a sua reclamação ao homem da firma que é encarregado da administração de questões trabalhistas. Usualmente, se resolve aí mesmo. Às vezes, todavia, o trabalhador não se satisfaz e vai até o sindicato de trabalhadores. O sindicato então, assume geralmente a questão, e a maioria dos casos que chegam ao sindicato são resolvidos amigavelmente. Todavia, eles tem ainda cerca de 20 casos por ano que vão para a Justiça do Trabalho. Eles ganham a maioria deles."[206]

Em relação às dificuldades de organização dos trabalhadores, pesava também a divisão de gênero:

> "Quem são os mestres? Vamos dizer que tenha 10 homens, 10 homens. E deve ter 300 mulheres trabalhando. Os homens é que dirigem. É o modelista, são os cortadores, e daí vai..."[207]

Na confecção, o sindicato permaneceu nas mãos dos alfaiates, mesmo após o reenquadramento que o definiu como sendo representante dos "trabalhadores na indústria do vestuário". Estes possuíam uma longa tradição político-organizativa com base na defesa

---

[205] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.
[206] *Idem.*

do ofício e das práticas tradicionais que o mantinham, como o aprendizado. O sindicato portanto, podia representar com mais facilidade os trabalhadores especializados, concentrados em ateliês e pequenas fábricas, do que a grande indústria do ramo, representada por muito tempo quase que exclusivamente pela Renner, mesmo que os "oficiais alfaiates" empregados na fábrica nele fosse aceitos, já que ela zelava pelo padrão da produção, e não desonrava os profissionais:

> "O Renner tinha roupa de qualidade! Hoje é uma vergonha! A gente fica com vergonha! De ver essas roupas aí, na rua. Eu vou nesse shopping aí, e digo: '- Mas essa roupa...', e veja, roupas caras! Mas, hoje em dia, o brasileiro está com uma maneira que não dá pra entender! É só botar na vitrine uma cor diferente, ele não sabe nada! Perdeu o bom gosto!" [208]

A necessidade de compatibilizar os interesses do setor tradicional da categoria com aqueles dos novos profissionais assalariados nas fábricas transparece nas primeiras ações da Associação dos Operários Alfaiates de Confecção de Porto Alegre, fundada em 1931, que visava "dar emprego imediato aos seus sócios e também enfrentar os patrões" e, para tanto, "armou um esquema para atender encomendas". Processo similar ocorria entre no segmento feminino da catagoria, sendo que o Sindicato das Costureiras Portoalegrenses, fundado em 1932, se propunha simultaneamente a lutar pela uniformização dos preços da costura e a "uniformizar e distribuir trabalhos entre costureiras".[209]

Mesmo com a redefinição que ampliou a abrangência do sindicato dos alfaiates (o das costureiras não persistiu existindo) no sentido de abarcar o conjunto dos trabalhadores do ramo, a cultura de ofício gerava, claramente, uma segmentação interna:

> "[Os alfaiates que trabalhavam no Renner] deviam [se sindicalizar] Eles trabalhavam na indústria, mas eram profissionais! [...] A costureira que faz um bolso, a outra que faz bainha, a outra que prega botão, o passador... Trabalha na indústria, é sindicalizado. Dos Trabalhadores da Indústria do

---

[207] Entrevista com Ennio Terra 25/10/99.
[208] *Idem.*
[209] *Correio do Povo*, 23/08/3. *Diário de Notícias*, 19/09/32. *Apud* Machado, Carmem Lúcia B. "O movimento operário sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937". Porto Alegre: Dissertação de Mestrado. Ufrgs/Pós-Graduação IFCH, 1983. P. 104, 109.

> Vestuário. Não é o profissional em si. Entendeu? Que se tenha qualificado."[210]

Por mais que pudesse existir solidariedade do sindicato à organização das trabalhadoras, em particular a partir do momento em que os comunistas conquistam um participação no seu interior, no pós-1945, o sindicato claramente, não era um visto como um espaço próprio pelo segmento feminino da indústria:

> "Nossa reunião para tirar delegadas para mandar para o Congresso [de Mulheres Trabalhadoras], reunião de mulheres, foi no Sindicato dos Alfaiates, do Roque, [que era do partido]. Nós tínhamos nossa salinha da Federação [Gaúcha de Mulheres], mas era uma salinha."[211]

Para além das divisões políticas, de especialização e de gênero, acima de tudo, para o movimento sindical, era difícil vencer o bloqueio gerado pelo cultivo da imagem do "bom patrão". Como relembra o metalúrgico Elói Martins, por muito tempo um dos principais organizadores operários do estado:

> "[Com] patrão paternalista fica difícil de organizar. O Renner era a principal organização, porque procuravam dar antes do sindicato. Eles davam, mas davam nesse caráter [de] pai dos pobres. O lugar mais difícil de fazer greve era no Renner.[...] Houve momento que conseguimos. Não total, mas conseguimos. "[212]

Poucos teriam tanta noção do tamanho desta dificuldade quanto Julieta Batistioli, operária da fábrica de calçados da Renner, militante comunista e, entre 1947 e 1951, suplente de vereadora, eleita pela legenda do Partido Social Progressista (PSP). Sobre salário, ela recorda, não adiantava discutir, porque as suas colegas "achavam que ganhavam mais ou menos bem, diante das que trabalhavam nas outras fábricas." O patrão também cumpria as leis do trabalho. A firma tinha um refeitório que, apesar de pequeno, "era arejado, bem limpo", e fornecia comida muito mais barato do que nas pensões em volta da

---

[210] Entrevista com Ennio Terra 25/10/99.
[211] Entrevista de Julieta Batistioli a Francisco Carvalho Júnior, 29/06/90. *Op. Cit.*
[212] Entrevista com Eloy Martins, 18/03/97

fábrica. Julieta não o utilizava porque não gostava muito da comida, que imaginava tivesse influência da culinária alemã, mas que talvez seguisse os cânones da "alimentação racional" do Dr. Kellog. De todo modo, ela preferia almoçar em casa, mas avaliava que a possibilidade de uma comida limpa e barata na empresa havia sido "uma grande conquista que os trabalhadores [...] porque outras fábricas grandes, como a Rio Guayba, eles não tinham". Reconhecer as vantagens comparativas da empresa, claramente a incomodava, mas Julieta era forçada a reconhecer a superioridade do seu inimigo de classe em relação aos seus pares:

> "Assim parece que eu quero endeusar um patrão.... Mas não é isso, é que ele era muito inteligente. [...] Um patrão que não quisesse barulho lá defronte a fábrica dele ou seus trabalhadores organizados no partido, ele preferia fazer o que ele tinha para fazer."[213]

Assim como no caso do refeitório, a única fábrica que tinha creche era a Renner, que antes mesmo de construí-la, já havia estabelecido o direito da mãe amamentar o filho, indo em casa, caso morasse perto, ou deixando a criança numa sala reservada pela empresa para esta finalidade. Julieta lembra que a esposa de A. J. Renner era a madrinha da creche, e que a única reclamação das suas colegas a respeito era que usufruíam da mesma por pouco tempo, já que as crianças tinham de sair ao completar um ano de idade:

> "Então um dia eu falei com uma mãe que estava elogiando muito lá [a creche] e disse: '- Estou de acordo, é uma conquista que vocês já tiveram, porque é isso aí, pelas leis do trabalho, a fábrica tem que dar um lugar para vocês amamentarem a criança. [...] Quando tem festa lá, que vocês se reúnem todas as mães e a Senhora Renner, vocês deveriam dizer para ela que até um ano é muito pouco, que ela protelasse um pouco, pelo menos até dois anos. Elogiem ela, o trabalho, não pode criticar.'"[214]

Se o enquadramento sindical e o dinamismo da política trabalhista da Renner criavam dificuldades para a organização dos trabalhadores, havia, como dizia Joaquim

---

[213] Entrevista de Julieta Batistioli a Francisco Carvalho Júnior, 22/07/92. *Op. Cit.*
[214] *Idem.*

Celso de Lima, alguns "bons operários", quase todos ligados em algum grau ao PCB, que juntamente com Julieta Batistiolli, buscavam organizar-se dentro da fábrica. No breve período de legalidade do partido, a célula "Olga Benário" funcionava na casa do tecelão Modesto Zanatta:

> "Tinha na porta, uma placa grande, tinha os estandartes – um estandarte muito bonito da célula – e tinha uma bandeira grande do Partido que [o Modesto] saía pra rua com ela. [Na fábrica,] a gente sempre conseguia uns cinco ou seis que iam nas reuniões, mas tinha outros contribuintes. [Muitas mulheres] assinaram ficha, mas não gostaram muito de ir nas reuniões. Elas pagavam as mensalidades delas e quando tinha um comício ou tinha um trabalho maior, assim, a gente convocava elas para irem.[...] Nós discutíamos o nosso trabalho lá dentro da fábrica, o que a gente planejava fazer ou não fazer.[...] A "Tribuna Gaúcha" se vendia ali na frente do Renner mesmo. [...] "A Classe Operária" era o Modesto quem levava. Agora, na minha seção, eu tinha uma grande dificuldade, porque eu era visada."[215]

O trabalho de organização de base comunista nas empresas de fiação, tecelagem e vestuário teve continuidade após o partido voltar à atuação clandestina mas, infelizmente, era acompanhado atentamente pela polícia política. Em 1949, um relatório da DOPS gaúcha registrava que Djalma Gabriel Mendes, após ser demitido da "Cia. Fiação e Tecidos Porto Alegrense", passara a ser funcionário do partido. Ele participara de reuniões com Julieta e seus colegas de empresa, Almerinda Rocha, Dorival Siqueira e Modesto Zanatta, discutindo a proposta de instigar um movimento grevista nas fábricas, apesar da avaliação de Dorival de que as condições para tanto não eram favoráveis. Após saber das agressões e da demissão sofridas por Djalma, a célula decidiu lançar um boletim em repúdio à repressão:

> "Greve, a única resposta ao banditismo policial levado a efeito contra os trabalhadores em fiação e tecelagem ... Ainda agora a classe operária foi

---

[215] *Idem.*

> afrontada com um insulto vergonhoso, pois os mastins policiais, sicários e assassinos da rua Duque [referência à sede da polícia política, N. do A.], violentaram todos os direitos do trabalhador, invadindo à fábrica FIATECI e na presença dos operários, arrancando de dentro do local onde trabalhava para ganhar o sustento de sua família, um dos melhores filhos da classe operária. Djalma Mendes, que sendo arrastado pelos beleguins, foi espancado miserável e brutalmente, além de ser ameaçado de assassinato. Em miserável estado foi conduzido desacordado para a RCP [Repartição Central de Polícia], onde, por certo, continua a ser vilmente maltratado, por uma denúncia do próprio patrão que explora os trabalhadores com um salário de fome."[216]

Pode-se imaginar que a eficácia deste tipo de convocação à mobilização, que involuntariamente acentuava o temor dos operários à repressão, tenha sido muito pequena na Renner, cujas condições de trabalho e remuneração eram reconhecidamente superiores às das demais empresas do ramo. Além disso, tanto quanto a DOPS, a própria companhia monitorava de perto a atuação e as simpatias políticas dos seus trabalhadores, mesmo que optasse por não reprimi-las enquanto não atingissem proporções alarmantes ou conotações de mobilização aberta:

> "Há alguns comunistas entre os empregados da firma, e eles picham seus símbolos por tudo em volta. Todavia, eles não causam muito problema para a administração. A firma tenta atender às solicitações dos trabalhadores antes que elas se tornem agudas, de modo a evitar que os comunistas tenham muito com o que trabalhar.
>
> Outro partido que não é tão saudável é o Partido Trabalhista Brasileiro. Ele é muito demagógico, e tenta sublevar os trabalhadores. Ele geralmente não é apreciado pela parte mais conservadora da comunidade. Todavia, há uns poucos industrialistas que por razões políticas pertencem ao PTB e são

---

[216] Aperj, Fundo DPS, Cx. 469, F. 148. 13/10/49.

> ativos nele. A maioria dos industrialistas, todavia, estão nos partidos mais conservadores."[217]

Apesar de sua fragilidade, a célula comunista desempenhava em grande medida o papel de uma organização sindical de base, na qual, como dizia Batistiolli, os militantes definiam "o que a planejavam fazer ou não fazer" dentro da fábrica. Esta atuação buscava, inclusive, minimizar o imobilismo de alguns representantes sindicais formais. Quando foi organizado o sindicato dos sapateiros, por exemplo, havia na fábrica de calçados Renner, um delegado sindical encarregado de levantar as reivindicações dos trabalhadores e repassá-las à entidade da categoria. Julieta denunciou a ele que o mestre da sua seção "andava perseguindo, andava agredindo os trabalhadores velhos", e havia substituído um operário demitido por um menor de idade. O delegado levou a questão ao sindicato, cujo presidente entretanto avisou a fábrica que iria visitá-la e combinou de avisar sua hora da chegada, dando tempo para que mudassem o menor de lugar. De fato, ao chegar na seção, o sindicalista nada encontrou, e teria ido embora em vão se não fosse pela intervenção de Julieta, apontando os postos de trabalho ocupado por menores retirados na hora da visita, já que o delegado não se manifestou. [218]

A célula servia também como uma rede de informações sobre o que estava acontecendo na fábrica, condição fundamental para que funcionasse como um espaço de definição de ação coletiva:

> "Quando surgiam problemas dentro da fábrica se discutiam os problemas ali dentro. Porque eu trabalhava na sapataria. Eu para saber os problemas de uma outra seção eu tinha que ter uma ligação. Assim como estas [colegas] da fiação. Eu sei porque tinha uma lá dentro, que me contava como é que faziam com elas. [...] E a tecelagem tinha o Modesto, que era tecelão."[219]

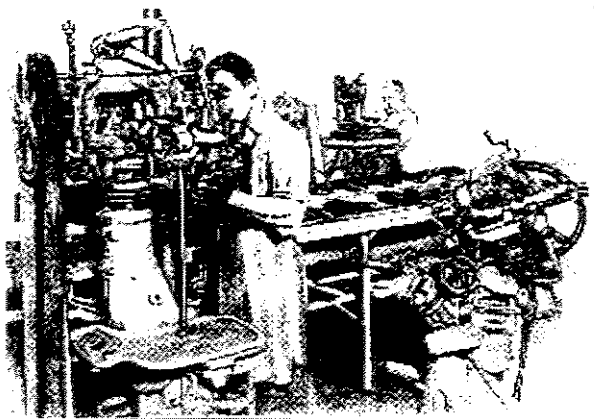
Uma das lutas desenvolvidas no interior da fábrica, dizia respeito ao combate ao desemprego provocado pelo processo de introdução das linhas de montagem, ou "fitas mecânicas". Julieta não se declarava contrária à inovação, porque reconhecia que "era um

---

[217] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.
[218] Entrevista de Julieta Batistioli a Francisco Carvalho Júnior, 22/07/92. *Op. Cit.*
[219] *Idem.*

progresso", e se considerava "progressista", mas lembrava que "no regime atual que nós vivemos, o progresso não vem em benefício do homem". No caso, a fita tirava o emprego não de homens, mas de mulheres:

> "Na seção de fiação tinham uma banca em que trabalhavam seis mulheres, quanto botaram a fita, uma só tomava conta de tudo. Eles eram de indenizar dentro da lei. E, procurar serviço, onde?"



Produção semi-mecanizada de calçados.

O protesto se dava através dos comícios-relâmpago na porta da fábrica, onde ela alertava "que a fita mecânica não veio para nos beneficiar o trabalho, os trabalhadores. Ela veio para beneficiar o patrão". Na verdade, no seu próprio posto de trabalho, a novidade a pegara desprevenida. Julieta periodicamente assumia sua vaga na Câmara de Vereadores, especialmente devido às prisões sofridas pelos titulares, Elói Martins e Marino dos Santos. Numa destas ocasiões, ao voltar para o serviço, a fita já estava funcionando. Ela acabou sendo alocada no final da linha de produção, onde os calçados chegam prontos, para revisão e encaixotamento, posição que dividia com mais duas colegas. Foi a partir deste local que liderou o movimento vitorioso de retomada do intervalo de "merenda", que havia sido eliminado pelo novo mestre, Adams, recém chegado de Novo Hamburgo, que havia restringido a pausa às trabalhadoras da linha de montagem:

> "Uma coisa que nós sempre tivemos, que sempre se fez, era parar para merendar, e aí eu disse para elas: '- Olha nós não vamos obedecer', e disseram elas: '- Mas é rígido, ele disse que é lei', e eu: '- Não, a lei é o que

> nós já tínhamos antes, que nós já gozávamos antes, nunca um operário tira de si aquilo que ele já ganhou'"[220]

Na hora que tocou a sineta e a fita parou, Julieta desembrulhou o seu lanche, sendo seguida pelas colegas. O mestre, irado, parou em frente a elas, buscando intimidá-las com o olhar:

> "Eu disse: 'Não olha para ele, olha para a comida, deixa ele olhar'. Ele não tirou [o lanche de nós], não pode tirar! Esses são os trabalhos miúdos que um comunista faz dentro da fábrica e que o partido nem fica sabendo, entendeu?"[221]

A mecanização da produção dirigida por Kurt Renner, o "manda-chuva das fitas mecânicas", provocava também a dispensa de várias empregadas, enquanto outras ficavam em casa, aguardando serem convocadas para trabalharem três ou quatro dias na semana. O problema serviu de oportunidade para Julieta levar suas colegas a colocar à prova a autoridade paternal decadente de A. J. Renner:

> "Nós nos encontrávamos no banheiro. [...] Aí foi quanto em aconselhei elas, que elas tinham o Renner como um pai, achavam que o Renner era o papai, que era muito bom, eu disse: '- Vocês façam o seguinte: vão ao papai, faz uma comissão'[...] Então ele disse que não mandava mais na fábrica, eram os filhos, mas que ele ia ver se resolvia o problema delas, e resolveu. Distribuiu elas por outras seções. [...] A gente está dentro da fábrica é pra isso. Por isso nós somos comunistas, não é?"[222]

Se o trabalho de defesa dos interesses dos trabalhadores dentro de uma empresa paternalista envolve o desenvolvimento de táticas que ampliem e se apropriem das concessões e benefícios, e que afirmem o direito de contrapor-se ao arbítrio e ao despotismo no processo produtivo, a legitimidade para tal exige um grande domínio sobre o

---

[220] *Idem.*
[221] *Idem.*
[222] *Idem.*

processo de trabalho e o reconhecimento, pelos empregadores e pelos colegas, de que o militante é, antes de tudo, um "bom profissional".

Julieta, uma operária experiente, por um certo período ficou encarregada de juntando as peças costuradas aos respectivos aviamentos e distribuí-los aos montadores dos calçados. Havia um problema de planejamento entre o corte e os demais setores, já que a saída dos produtos era muito maior para os números entre trinta e seis e trinta e nove, e como isso não era levado em conta, gerava-se um acumulo, na prateleiras da fábrica, dos números acima de quarenta. Ou seja, para se adequar à demanda, o contramestre do corte teria que acompanhar quais os números que estavam faltando na montagem, ao invés de, como ocorria, automaticamente mandar cortar novas peças em igual quantidade. A constatação de que não chegavam peças suficientes dos números mais demandados levantou suspeitas contra Julieta, que entretanto, aproveitou a oportunidade para reafirmar seus princípio éticos e demonstrar os erros de gerenciamento da produção:

> "Então eles chamaram o Kurt Renner, e o Roberto, que era o que determinava o corte, na mesa deles. Eu vi eles conversando, dali um pouco, eles me chamaram e diz o Kurt assim: '- Porque a senhora está sabotando o serviço lá para o Albano [mestre da montagem]? ' [...] Eu disse: '- Eu não estou sabotando, eu não saboto serviço! [Mesmo porque iria prejudicar meus companheiros de trabalho, que trabalham por peça]. É que quando vem um peça de fazenda para ser cortada, pelo Senhor Roberto, não se vai lá na costura, para saber qual é o número que está faltando. Ele manda cortar: - Corta aí tanto...; Então eu quero que o Senhor Kurt Renner venha comigo porque eu quero lhe mostrar'. Aí levei ele e mostrei as prateleiras [...] cheias de quarenta a quarenta e quatro."[223]

Como já foi comentado, a atuação dos comunistas dentro da Renner, em geral, cumpria com algumas funções mais propriamente sindicais do que políticas. Julieta relembrava que, nunca falar "sobre a mais-valia", mesmo com as colegas que "cooptou" para o partido, que também não contribuía muito neste sentido, por não lhe possibilitar acesso a atividades de capacitação. A luta ideológica, porém, não estava ausente de dentro

da empresa. Comentando que o "o velho Renner usou muito o braço do trabalhador e a cabeça dele", relembra um caso em que um empregado do escritório, da base do partido, teria tido a respeito uma conversa derradeira com o patrão, que o encontrou com *O Capital* sobre a mesa de trabalho:

> "'Tu lê esse livro?'; O rapaz disse: '- Leio'; '- Gosta?'; '- Gosto'; '- Por que tu gostas desse livro?'; '- Não, esse daqui é um livro muito bom, esse livro aqui explica como é formado o capital'. E continuou assim: 'Como o senhor, por exemplo, o senhor botou uma pequena fábrica aqui [...]e o senhor botou os trabalhadores a trabalhar para o senhor, então o senhor empregou o seu pouco dinheiro, que o senhor tinha, nos braços do trabalhador, desses braços, o senhor tirou tanto lucro que fez essa enorme dessa fábrica que tem aqui. [...] Se o senhor tivesse pego o seu dinheiro e botado num banco... Ah! Não tinha lhe rendido tanto como o senhor abrir um fabriqueta'. [O Renner] botou ele na rua. [...] Eu acho que ele não ficou com raiva, só achou ele inteligente demais para estar na fábrica dele."[224]

A atuação de Julieta na Câmara de Vereadores fazia com que esta integração entre defesa dos trabalhadores e luta político-ideológica ganhasse uma repercussão mais ampla. Sem dúvida, era um fato altamente simbólico não apenas que uma mulher ocupasse um posto no legislativo municipal, mas que o fizesse à tarde do mesmo dia em que trabalhara, até o almoço, numa fábrica. Após um tempo, porém, a empresa resolveu dispensá-la da produção enquanto ela estivesse na vereança, evitando assim que continuasse "vivendo os problemas dos trabalhadores..." e os levando a debate no parlamento, como já ocorrera em inúmeras ocasiões.[225]

Porém, a maior visibilidade conquistada por Batistioli trouxe à tona contradições com a direção partidária, que não apenas falhava em lhe dar maior respaldo para a disputa ideológica com o patrão, como também buscava aplicar na fábrica táticas de luta panfletárias, desprezando a experiência da base militante na empresa que questionava a

---

[223] *Idem.*
[224] *Idem*
[225] *Idem;* Cfe,também, *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre.*

sua adequação ao cenário da Renner. O choque se explicitou em relação ao problema de como enfrentar a política de benefícios da companhia.

Desde 1945, a firma distribuía anualmente uma cesta de Natal, criticada pelo partido , que alegava que "por milhares de dinheiro que eles ganhavam, no fim do ano davam uma cesta para o operário, um artigo comum", quando na verdade, os operários mereceriam receber um abono monetário.[226]

A denúncia à política constava até mesmo da "Tese política para a Conferência Municipal de Porto Alegre" do partido, apreendida pela DOPS em 1952:

> "Enfrentam, além disso, os trabalhadores da Renner, a mais descarada demagogia patronal, que com suas cestinhas de natal, 'vales', pedidos de cooperação, etc..., cooperativas de consumos, tendo como finalidade manter os trabalhadores sob sua influência no intuito de arrefecer seu espírito de luta."[227]

Nos seus primeiros anos, a cesta incluía um "Rancho", contendo

> "1 saquinho com 5 kg. de arroz extra, 2 litros de azeite, 1 garrafa de vinho para mesa, 1 lata de goiabada, 1 kg. de massa com ovos, 1 vidro de caramelos, 1 pacote de chocolate, 1 pacote de biscoitos finos"

acompanhada de uma "Farmácia caseira", composta de

> "1 vidro de álcool 42° , 1 vidro de água oxigenada, 1 vidro de tintura de Metaphen (similar do iodo e do mercúrio), 1 tudo de ungüento Picrato, 1 invólucro com atadura 'Curitas', 1 pacote com gaze hidrófilo, 2 pacotes de ataduras, 1 rolo de esparadrapo, 1 pacote de algodão, 1 termômetro, 1 pinça."[228]

---

[226] Entrevista de Julieta Batistioli a Francisco Carvalho Júnior, 29/06/90. *Op. Cit.*
[227] "Tese política para a Conferência Municipal de Porto Alegre". S/d (cerca de abril de 1952). Aperj, Fundo DOPS, Série Estados. Pasta 19E.
[228] "O Natal nas fábricas Renner em 1945". *Seleções do Boletim do Renner. Op. Cit.*

A crítica à limitação do "presente", aparentemente surtiu algum efeito, à medida que, posteriormente, a forma do benefício seria alterada, substituindo-se a cesta primeiro por um vale único, a ser usado em uma compra nas lojas Renner. Os comunistas continuaram criticando a medida e reclamando o direito do "abono de Natal" em dinheiro, campanha que se desenvolvia nacionalmente, gerando várias greves no período, inclusive em Porto Alegre. Julieta recorda que: "nós não queríamos vale, nós queríamos o dinheiro, mas já que não era o dinheiro então que ele fosse parcelado." No ano seguinte, a empresa adotou a prática de parcelar o vale, fazendo um talão que possibilitava aos trabalhadores descontarem-no em várias compras.

Tratava-se de fato de uma jogada engenhosa de A. J. Renner. Como vimos, o empresário defendia, nesta conjuntura, uma visão particular sobre a forma de regulamentar a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Diante da postergação do debate parlamentar a esse respeito, que nunca chegaria a um termo concreto, e confrontado, por outro lado, com a luta pelo "abono de Natal", estabelecera uma medida que buscava atender duas reivindicações em uma só. O *Boletim Renner* esclarecia que a partir de 1950, a empresa resolvera instituir, até que "princípio constitucional" da participação fosse regulamentado, "um prêmio de fim de ano, denominado 'Estímulo'", que seria "pago em mercadorias de livre escolha de cada um, nos estabelecimentos Renner", tendo por base: dois critérios:

> "1° - Uma percentagem sobre o valor total das vendas da Empresa no período decorrido de 1° de novembro de 1950 a 31 de outubro de 1951 (doze meses);
>
> 2° – Distribuição da quantia assim apurada proporcionalmente ao salário, eficiência e assiduidade de cada empregado."[229]

O fato, porém, era que entre a cesta e o dinheiro, havia agora o vale parcelado, que colocava uma flexibilidade, embora limitada, de opção dos trabalhadores em relação à sua aplicação. A mudança gerou um conflito de avaliação entre Batistioli e o partido:

---

[229] *40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Op. Cit.* Pp. 101-102.

> "Eu achei aquilo, assim, uma vitória uma vitória nossa. [...] Na véspera do Natal, se recebia aquele cheque... Os trabalhadores estavam tão contentes. [...] A única coisa que fiz, que até foi uma besteira mas fiz, foi não receber o eu em protesto."[230]

Já a direção partidária exigia que a líder operária fosse para frente da loja Renner Navegantes fazer um comício-relâmpago conclamando as trabalhadoras a fim de que não entrassem para realizar suas compras. A recusa em acatar a linha partidária, "porque via que eu ia falar uma coisa que elas não estavam sentindo", custou caro a Julieta, que foi duramente criticada pela sua "assistente", Gínia Macline, e logo a seguir, "escrachada" publicamente na "Tribuna Gaúcha" como "traidora da classe dos trabalhadores do Renner", dos quais não seria "digna". Comprando o jornal na porta da fábrica distraidamente, a militante só descobriu o seu conteúdo após ingressar na mesma:

> "Sentei na minha mesa [dentro da fábrica], abri a "Tribuna" para ler e vejo aquilo, dei com aquela coisa. Fui até vomitar.[...] Eu não queria contar para o meu velho [Fortunato]. Digo: '- Ele vai sofrer tanto que vai ter uma coisa séria.'"[231]

Era o começo do fim da organização comunista na Renner. Julieta parou de militar no partido, não sem antes realizar um comício-relâmpago na frente da fábrica, para distribuir os panfletos da campanha contra a guerra da Coréia que se encontravam em seu poder. O tecelão Modesto Zanatta, na primeira oportunidade, "deu uma corrida", na "assistente" Gínia, e decretou o fim da célula que, com tanto orgulho, coragem e determinação, sediara na sua casa.

A crise e suas explicações: família, futebol e economia

Como rui uma fortaleza? Como cai um império? São provavelmente algumas das mais antigas indagações da investigação histórica. Não cabe aqui, nem teríamos condições para tanto, buscar explicações definitivas para o declínio das "Organizações Renner". Podemos apenas indicar algumas pistas e indícios, assim como analisar a forma

---

[230] Entrevista de Julieta Batistioli a Francisco Carvalho Júnior. *Op. Cit.*
[231] *Idem.*

como a própria mitologia cultivada pela empresa acabou contribuindo para alimentar algumas das explicações sobre a sua crise.

A primeira das teorias para a queda da empresa é aquela de natureza "familiar", amplamente difundida no senso comum dos seus ex-trabalhadores e outros moradores da região:

"De repente, o velho apitou e o Renner se foi a pique. Deixou pros filhos e os filhos ..."[232]



Os diretores da A. J. Renner S.A. nos anos 50.

"Ernesto: Era uma firma organizada [...]. Depois que faleceu o A. J. Renner, quem agüentou um pouco foi o falecido Egon, que era o filho mais velho, mas depois começaram os genros...

Teodolina: É, depois que entrou aquele genro, que veio lá do Rio [...]. Ele já quis modificar, transformar uma coisa com a outra, sei dizer que nós sentimos o drama na modificação."[233]

"Paulo: Sempre é assim, né? Quando há um líder, um chefe, um proprietário, ele dá a palavra final. Quando tem dois que mandam, a coisa já começa a se dividir. [...] Então, o Renner, acho, começou a se perder por aí. Que mandava muito lá era o Sr. Egon e o Sr. Herbert. O Egon, depois, se meteu na política e aí, ele largou um pouco. E aí, a coisa começou a degringolar."[234]

O declínio chamusca até a aura de moralidade tão zelosamente mantida pela empresa e seu vetusto fundador:

---

[232] Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.
[233] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[234] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99.

> "Ernesto: A gente que é antigo [...] ficou sabendo de certas coisas... Que eles faziam até cabaré ali dentro. [...] Os cabeças, eles pegavam essas funcionárias mais sapecas, safadas, e eles de noite faziam as festas deles."[235]

Outra das explicações muitas vezes apontada para a decadência da firma diz respeito ao supostamente excessivo investimento no time de futebol, operando sobre a própria dicotomia entre disciplina e lazer, também presente no imaginário institucional da empresa. Se a passagem para os herdeiros abalara o capital moral adquirido pelo "pai Renner", a brusca passagem da glória futebolística para o fechamento do clube, seguida pela crise, parecia indicar que a perda da austeridade também poderia ter sido um pecado mortal. O apoio ao desenvolvimento do clube incluíra até mesmo a oferta de empregos para os jovens talentos da pelota:

> "Era cortador de roupa, [o emprego que eles davam] para o operário jogador de bola. [O torneio inter-fabril] Era muito disputado, era um título muito grande, e os patrão davam o serviço pra quem jogava bem, pra levantar a firma. Eles achavam que isso era um marketing."[236]

Subitamente, porém, o clube foi fechado, mesmo tendo acabado de ser campeão estadual, o que levantou suspeitas sobre a forma como estava sendo gerenciado:

> "Paulo: Logo depois que o Renner levantou aquele campeonato invicto, ele vendeu alguns jogadores e, para o próximo ano, [...] o Azevedo, que era o presidente do Esporte Clube Renner, foi pedir dinheiro para o Sr. Egon, pra reformar o time[...]. E ele disse: '- E o dinheiro, que vocês venderam os jogadores? Onde é que está? Vocês não pagam aluguel do campo, não pagam a luz, não pagam nada, e ainda agora, querem dinheiro?' Disse ele: '- Ah, vamos fazer o seguinte: Está fechado o time. Tá? Vamos destituir a diretoria e o Esporte Clube Renner não existe mais.' E fechou."[237]

---

[235] Entrevista com Teodolina Rossi e Ernesto Rossi, 27/07/95.
[236] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[237] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99. No mesmo sentido, Entrevista com Salvador Soares dos Santos, 26/07/95.

Conforme já apontamos, porém, é bem possível que causas estruturais, como as dificuldades derivadas do próprio modelo verticalizado, que entraria em crise no mundo industrializado nos anos 60, e a impossibilidade de dar continuidade à expansão contínua que caracterizou a empresa até então tenham tido um papel decisivo na sua decadência. Sinais de que as preocupações dos dirigentes já apontavam no sentido da necessidade de uma reestruturação profunda podem ser identificados na entrevista de Kurt Renner a Robert Alexander, em 1956:

> "A companhia A. J. Renner é uma empresa familiar. Todas as ações são possuídas por membros da família, e nenhuma delas está nas mãos do público. Todavia, com o programa de expansão que eles estão por desencadear, entrarão em dificuldades financeiras. É quase impossível obter crédito dos bancos, o que é muito caro, e os bancos não gostam de fazer empréstimos de longo prazo, em todo caso. Há umas poucas firmas nestas vizinhanças que adotaram o método americano de vender ações para o público. Eles não sabe se Renner terá que chegar a isso ou não.
>
> Eles estão adotando a política de descentralização da firma. A fábrica de tubos de cimento está agora estabelecida como uma empresa separada, embora ainda de propriedade dos Renner. A loja, que é também de propriedade deles, é do mesmo modo uma corporação separada. Os negócios das manufaturas de sapatos e de sabão irão também ser estabelecidas como firmas separadas sem demora. Isso irá trazer uma operação mais eficiente e uma delegação da responsabilidade administrativa."[238]

Um outro flanco seria atacado pelo aprofundamento da "racionalização da produção", que teria levado Kurt a se converter no "manda-chuva da fita mecânica":

> "A firma usa trabalho por peça sempre que possível. Em alguns casos eles têm trabalho por peça individual, e em outros, particularmente onde há um

---

[238] Kurt Renner, entrevista a Robert Alexander, 02/05/56.

> sistema de produção com uma linha de montagem, eles usam um sistema pelo qual pagam um bônus de produção para o conjunto da seção, se a produção fica acima do mínimo estabelecido.
>
> Eles têm uma operação um bocado eficiente, mas eles estão estudando meios e formas de racionalizá-la. Eles estão introduzindo onde quer que seja possível um sistema de produção de linha de montagem."[239]

O que era visto pela ótica do capital como um caminho para enfrentar os desafios de um mercado cada vez mais competitivo ficaria na memória dos trabalhadores como um marco do princípio do fim:

> "Leda: O que tá bom, eles estragam. [...] Depois de muitos anos, eu passei lá [...] Quando eu vi aquilo tudo ali, me deu vontade de chorar. '- O que fizeram com isso aqui? Meu Deus do Céu!'
>
> [...] As pessoas trabalhavam, com vontade, com disposição... Naquela época, a gente não tinha, assim, muita ilusão. [...] Era tudo mais ou menos igual, naquela área ali do Renner. [...] Aí, então, tinha um rapaz que se formou em contabilidade, filho de um funcionário antigo, lá, trabalhava no corte... E botaram ele pra tomar nota. Ele ficava ali [...] cronometrando quanto tempo as pessoas levavam pra fazer [...] aquela parte que pertencia a elas. As pessoas começaram a ficar revoltadas. [...] Depois que botaram os economistas, aquilo foi decaindo!"[240]

---

[239] *Idem.*
[240] Entrevista com Paulo e Leda Kalakun, 22/07/99

Capítulo IV - O caso Varig:

Relações internacionais e interesses estratégicos nas origens de um sistema de 'welfare empresarial'

Em 1962, o pioneiro nos estudos sobre trabalho na América Latina, Robert Alexander dedicou um capítulo do seu livro sobre "relações de trabalho na Argentina, Brasil e Chile" à análise das experiências de paternalismo empresarial no nosso país. No que Alexander classificou como "exemplos de uma variedade mais moderna" deste tipo de relação entre capital e trabalho, duas empresas figuram em destaque: A. J. Renner e Varig. A escolha destes exemplos comporta uma grande coincidência, já que no amplo universo do capitalismo brasileiro, ela se volta não apenas para duas empresas gaúchas mas, de modo ainda mais particular, para dois frutos do complexo de atividades industriais e de transportes que se materializou no Quarto Distrito de Porto Alegre na primeira metade deste século. Na ocasião em que o brasilianista escrevia, a sede da companhia aérea, convertida em empresa de caráter nacional, já havia sido transferida para o Rio de Janeiro. Entretanto, nos anos decisivos para sua consolidação econômica, ambas empresas não distavam mais de dois quilômetros entre si. A Renner próxima ao rio Guaíba e à igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, e a Varig contígua ao "Aeroporto Federal São João" (antigo campo de pouso e atual Aeroporto Internacional Salgado Filho).[1]

No que diz respeito à Varig, chamava a atenção do estudioso norte-americano o fato da mesma ter sido reorganizada em 1945, com a criação da Fundação dos Funcionários (atual Fundação Rubem Berta), em nome da qual figuram 50% das ações da empresa. A Fundação, constituía-se ainda em provedora de uma série de benefícios para os seus membros, como empréstimos sem juros para aquisição de moradias, cooperativa de consumo, restaurantes de baixo custo, colônias de férias e espaços de lazer, assistência médica familiar (incluindo fornecimento de remédios), pagamento de adicionais para trabalhadores com muitos anos de casa, pensões e complementação de aposentadorias.

Se a política social da Varig destacava-se até mesmo no panorama nacional, seu efeito na comunidade trabalhadora do Navegantes-São João era imenso. A empresa, que o

próprio Alexander registrava ser uma das "companhias de aviação que mais rapidamente cresce no país", tornou-se desde fins da década de 40 uma grande empregadora. A relação entre Varig e Renner, mais do que a comparação externa entre suas políticas de benefícios, poderia ser traçada também pela origem social da sua mão-de-obra. A experiência de trabalhar, ao menos por um período, na Varig, tornou-se para a geração de moradores do Quarto Distrito que ingressou no mercado de trabalho na década de 50, quase tão comum quanto havia sido trabalhar na Renner para aqueles que tiveram o seu ingresso na década de 30. [2]

A Varig despontava assim como provedora de empregos que apontavam com perspectivas de ascensão social, ao menos no que diz respeito a diminuir a dependência do trabalho manual não-especializado. Durante a primeira metade deste século, as famílias que constituíram o Navegantes-São João desenvolveram uma forma particular de estratégia de luta pela sobrevivência e pela ascensão econômica, em que diversos tipos de atividades autônomas e pequenos negócios, indo da agricultura ao comércio e prestação de serviços, eram combinados com o emprego industrial, especialmente nos ramos da fiação e tecelagem, vestuário e alimentação.

Enquanto os negócios "por conta própria" podiam oferecer alta margem de retorno em certas circunstâncias, continham também grande margem de risco, devido às flutuações do mercado. Já as fábricas, ofereciam trabalho com salários geralmente baixos (exceto nas funções especializadas), mas seguros e constantes, o que era particularmente verdade num caso como o das indústrias Renner, o maior empregador da região, que passou por um ciclo de crescimento contínuo da década de 20 à de 40. Grande parte dos empregos industriais, ou do trabalho manual assalariado em geral, era assim ocupado muitos vezes preferencialmente por jovens no início da sua atividade produtiva e mulheres não-casadas (jovens solteiras, viúvas e "solteironas"), enquanto os homens mais velhos, dentro de um mesmo núcleo familiar tendiam a arriscar uma atividade autônoma.[3]

---

[1] Alexander, Robert J. *Labor relations in Argentina, Brazil, and Chile.* New York: Mc-Graw Hill, 1962. Pp. 105-106. Agradeço esta referência a Antonio Luigi Negro.

[2] Conforme veremos mais adiante, as vinculações possíveis de serem estabelecidas entre as duas empresas são ainda mais profundas.

[3] Ver Capítulo I.

A novidade associada à expansão da Varig é que agora o papel de provedor de empregos desempenhado pela grande empresa vinha associado não só ao acesso a um amplo leque de benefícios sociais (levando adiante e ampliando um modelo já implantado em indústrias como a Renner), mas também à participação acionária numa empresa que pelas próprias características do seu ramos de atuação portava as marcas da modernidade, da aventura e do pioneirismo. Mais importante do que isso, à medida que formava dentro da empresa grande parte da mão-de-obra de que necessitava na sua expansão, a Varig tornou-se um importante veículo de qualificação profissional, abrindo espaço para outras estratégias sócio-econômicas.

Valter Roman Jochade, foi contratado pela Varig em 1952, na função de orientação dos caminhões de aterro na construção de uma nova pista de pouso. Posteriormente, assumiu a função de chefe da oficina mecânica que cuidava da frota da empresa. Seu filho veio a trabalhar na manutenção das aeronaves da mesma, e vários dos seus sobrinhos e sobrinhas tornaram-se "Variguianos".[4] Esta trajetória, ilustra o papel da Varig na mudança de perfil ocupacional das novas gerações de muitas famílias trabalhadoras da região, à medida que oferecia em volume crescente empregos de escritório, vagas para operários qualificados ou técnicos em setores especializados, como a radio-telegrafia.

O imaginário de inclusão social, proteção e progresso que envolvia os trabalhadores desta empresa e suas famílias, numa rede que abarcava parcela significativa da comunidade do Navegantes-São João, ecoava de modo particularmente intenso algumas das idéias-força que marcaram a sociedade brasileira e o processo de incorporação política dos trabalhadores no período populista. Não chega a ser estranho, portanto, que apesar da alta capacidade de absorção de conflitos destes modelos paternalistas de gestão de mão-de-obra, o Quarto Distrito tenha se convertido simultaneamente em uma base sólida de correntes políticas que buscavam seu enraizamento entre a classe trabalhadora: comunistas e trabalhistas.

No caso dos primeiros, embora nunca tenham chegado a obter uma adesão maciça, consolidaram importantes células de fábrica e de bairro e exerceram influência

---

[4] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97.

decisiva em vários sindicatos que representavam setores fundamentais da nova classe operária em constituição no Navegantes-São João, como por exemplo os de trabalhadores da indústria do vestuário, metalúrgicos e ferroviários. No curto período de legalidade partidária, os comunistas viriam a eleger também vários vereadores cuja votação ou se baseava na região, como era o caso da tecelã Julieta Batisttioli ou que, embora sendo votados em outras partes da cidade, tinham ali um de seus redutos mais fortes, como ocorria com os metalúrgicos Eloy Martins e José César Mesquita e com o médico Marino dos Santos.

Já quanto aos trabalhistas, a região, através de líderes locais como o vereador e presidente da "Associação de Amigos do Quarto Distrito", José Aloísio Filho, vinculou-se particularmente à vertente "programática" associada a nomes como Alberto Pasqualini e Armando Temperani Pereira. A obtenção de altos percentuais de votação no Quarto Distrito e a adesão de lideranças de diversos segmentos sociais locais foi também fundamental para a ascensão política de Leonel Brizola, o jovem candidato a prefeito petebista derrotado por uma pequena margem de votos em 1951, que viria a se eleger em 1955 e a tornar-se governador do estado em 1958.

A forma como se estabeleceu no âmbito local uma vinculação imaginária entre possibilidade (embora restrita) de mobilidade social, inclusão na "modernização" econômica vivida pelo país, acesso a benefícios sociais e participação política, foi marcada por um processo de interação entre patrões e empregados, tanto nos seus aspectos conflitivos quanto nos não-conflitivos. O significado sócio-cultural do trabalho, dentro da interrelação entre diferentes estratégias individuais e coletivas que marcava a comunidade local, era em grande medida estabelecido por valores compartilhados que, embora definidos sob hegemonia do capital, serviam de base a uma noção de dignidade operária. Nos relatos de antigos trabalhadores da Varig sobre o que significa ser um "variguiano", por exemplo, o aspecto predominante não é ter tido um contrato de venda da força de trabalho com a firma, mas ter participado de um empreendimento com a marca do progresso nacional. É à evocação deste sentimento entre trabalhadores e clientes que ainda hoje se dirige o discurso da companhia:

> "Ela é a nossa empresa aérea, aquela que voa por todo o Brasil e para quase todos os continentes, falando a nossa língua e representando uma extensão

> do território nacional, onde quer que estejam seus aviões ou suas instalações"[5]

Porém, para compreender o significado deste empreendimento na experiência dos trabalhadores e da comunidade na qual estava inserida, é fundamental ir além das representações e examinar suas bases objetivas. Se a sensação de participação no progresso nacional era compartilhada no pós-1945, ela se baseava numa política de benefícios que a concretizava, assim como numa vinculação estreita da companhia com um projeto estratégico de desenvolvimento para o país e para o estado do Rio Grande do Sul.

O fato da Varig situar-se na região industrial de Porto Alegre, portanto, abria importantes oportunidades para a comunidade local, especialmente no que diz respeito à geração de empregos, e ao acesso a benefícios, o que se tornaria cada vez mais verdade, à medida que expandia suas atividades. Como veremos a seguir, porém, a localização da empresa, suas características peculiares e as condições para sua expansão não resultam apenas de uma evolução estritamente econômica, mas antes da sua peculiar natureza e da sua inserção no complexo jogo político nacional e internacional que permeou o período entre sua fundação e a Segunda Guerra Mundial.

Origens: a versão institucional e suas lacunas

> "Alemão de nascença, Otto Ernest Meyer cruzou o Atlântico em 1921 já com a determinação de criar a primeira companhia de aviação que alcançasse os céus com a bandeira verde-amarela."[6]

Na sua versão institucional, a história da Varig é uma grande epopéia. Meyer, um veterano da I Guerra Mundial, teria largado um emprego como oficial na Força Aérea Alemã e emigrado para o Brasil

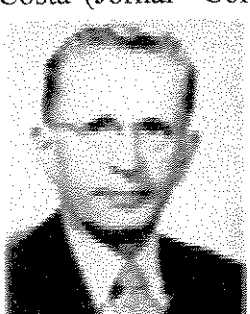
---

[5] "Saber voar". Pinto, Fernando (Presidente da Varig). *Ícaro.* N. 176, Abril de 1999. P. 5.

[6] "Varig, na rota do futuro". *In:* "História de sucesso na aviação". Caderno comemorativo aos 70 anos da Varig. Encartado em *O Globo*, 07/05/97. P. 2. Para uma versão romanceada e apologética, embora fartamente documentada, da atuação de Meyer na fundação e direção da Varig, ver: Linck, Geraldo Tollens. *Na esteira do Irma. Encontro de pioneiros*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

> "[...] contratado pelas empresas dos irmãos Lundgren (tecidos), em Recife. Mas o seu sonho era fundar, em nosso país, uma empresa de aviação comercial.
>
> Inicialmente, apresentou a idéia aos empresários de Recife. Não teve êxito. Transferiu-se para o Rio de Janeiro com idêntico objetivo. O resultado foi o mesmo. Mudou-se então para Porto Alegre.
>
> De 1921 a 1924, Otto Meyer realizou duas tentativas para organizar empresas de transporte aéreo no país, ambas sem resultados positivos, pois ainda não estava suficientemente madura a mentalidade pública e do capital para a importância do transporte aéreo em território brasileiro."[7]

Na capital gaúcha, o empreendedor finalmente encontrou "interesses positivos entre personalidades de destaque", que se dispuseram a contribuir com "seu real prestígio e alguma participação financeira". Entre os apoiadores da iniciativa de Meyer no Rio Grande do Sul estavam o major Alberto Bins, José Bertaso (Livraria do Globo), Charles Freb, Arthur e Waldemar Bromberg (Casa Bromberg), Rodolfo Ahrons, Adroaldo Mesquita da Costa (Jornal "Correio do Povo"), Emílio Gertrum, Jorge Pfeiffer e Ernesto Rotermund (Gráfica Rotermund, São Leopoldo), que assumiram o papel de "incorporadores da empresa projetada". Com respaldo em figuras altamente representativas do empresariado e da política local, Meyer obteve para a companhia a isenção de impostos junto ao Governo do Estado, em dezembro de 1926, e no ano seguinte viajou à Alemanha, negociando a compra do hidroavião "Atlântico", "pagável por cessão de ações de 21 por cento sobre o capital".[8] Ainda em 1927, a companhia obtinha a licença para vôos "regulares e extraordinários no território nacional".



Otto Ernst Meyer

[7] "Varig – De 1927 aos dias de hoje". Folheto distribuído no Museu da Varig, Porto Alegre. P. 1. A Web Page da Varig apresenta Meyer como "ex- oficial da Aviação Real Prussiana", e acrescenta alguns dados biográficos, como o ano de nascimento, 1897, e o local, Neider-Marschacht.

A 7 de maio daquele ano, numa assembléia de 550 sócios, a empresa era oficialmente fundada.[9]

Esse breve apanhado do relato oficial sobre a sua história, já nos indica que a Varig não era uma iniciativa econômica comum. Ao contrário das empresas familiares, que caracterizavam a maior parte da economia gaúcha, a emergente companhia aérea se definia como um projeto estratégico cuja viabilização não poderia basear-se apenas no desenvolvimento do ciclo econômico de acumulação do capital. Para o seu próprio surgimento, a Varig exigia a sensibilização da "mentalidade pública", que só poderia ser obtida em um ambiente muito específico. As credenciais de Meyer como veterano de guerra e ex-oficial da aviação alemã não estimularam aquela sensibilidade no Rio ou em Recife, mas tocaram particularmente o empresariado teuto-brasileiro do Rio Grande do Sul e o próprio governo do estado, frente ao qual a influência dos primeiros não era desprezível.

Surpreende, porém, o contraste entre a envergadura estratégica do projeto e o caráter pretensamente individual da iniciativa. Seria o sonho idealista do alemão explicação suficiente para sua migração e sua luta pela criação da empresa? Como teria tido acesso aos canais que possibilitaram a compra de um avião na Alemanha, quando estes equipamento ainda eram escassos, caros e de alto valor estratégico?

O próprio Meyer num documento em que registrou suas memórias, aponta de passagem que as tentativas de criar companhias aéreas anteriores à Varig haviam sido empreendidas por ele e por "antigos companheiros de armas".[10] Na verdade, qualquer que tenha sido o peso do interesse ou das motivações pessoais, a fundação de uma companhia de aviação comercial nesse período não pode ser compreendida fora do tabuleiro de xadrez em que se converteu o jogo estratégico internacional do entre-guerras.

Para um norte-americano especializado na história internacional da aviação comercial, as origens da Varig seriam apresentadas de um modo totalmente distinto da versão institucional da companhia:

---

[8] *Idem, Ibidem.* É importante destacar que os documentos de divulgação oficial da empresa não explicitam de quem o avião foi comprado, e logo, para quem as ações foram cedidas. Vide: "Varig, na rota do futuro", *Op. Cit,.* e "Varig – De 1927 aos dias de hoje", *Op. Cit.*

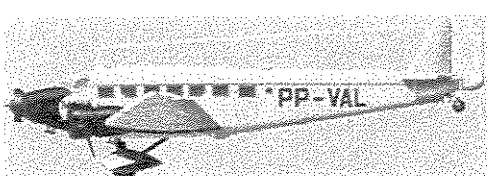
[9] "Varig, na rota do futuro". *Op. Cit.* P. 2.

[10] *Idem, Ibidem.* P. 2.

> "O Sindicato Condor, uma companhia de propriedade alemã, mas incorporada por brasileiros, sucessor do Kondor Syndikat, abriu uma linha em 1927 entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, via Porto Alegre (900 milhas) e no mesmo ano transferiu a seção Porto Alegre-Rio Grande à Viação Aérea Rio Grandense (Varig), uma nova companhia formada para este propósito. Esse início da atividade alemã de transporte aéreo no Brasil é de importância considerável, já que o Brasil iria se tornar a base da operação das linhas aéreas alemãs através do continente – um desenvolvimento lógico em vista da sua posição estratégica em qualquer rota para a Europa e sua grande população alemã. A Deutsche Lufthansa, o conglomerado de propriedade estatal que assumiu a multiplicidade de companhias alemãs de transporte aéreo em 1926, tinha completo controle financeiro sobre a Condor quase desde o início. Quando a Condor posteriormente (1935-1940) tornou-se na realidade a cabeça da maioria das operações de linhas aéreas alemãs na América do Sul, sua relação com a Lufthansa foi freqüentemente negada ou obscurecida"[11]

Para o mesmo autor, as considerações de ordem militar estavam presentes já na origem desta expansão dos interesses alemães na aviação comercial do continente:

> "Mesmo a Alemanha pré-Hitler não estava desatenta do valor do valor do transporte aéreo para uma possível ação agressiva alemã, em última instância, na América Latina"[12]



O Junkers JU 52 'Mauá', utilizado pela Varig nos anos 30

A preocupação com o vínculo entre estratégia comercial alemã na área da aviação e o projeto expansionista germânico já afetava outros países europeus. A *Revue du Ministere de l'air* francesa, já em 1935, analisava o "potencial militar de uma aviação comercial", presente por detrás do controle estatal da Deutsche Lufthansa.[13]

---

[11] Burden, William A. M. *The struggle for airways in Latin America.* New York: Arno Press, 1977. P. 13
[12] *Idem, Ibidem.* P. 16.

A integração entre aviação civil e militar alemã de fato era notável. Os Junkers JU 52, a aeronave padrão da Lufthansa, assim como da Condor da VASP e da Varig, apenas para citar alguns exemplos, eram também utilizados pela Luftwaffe (força aérea alemã), tendo tido emprego decisivo na Guerra Civil Espanhola "seja como transportadores [de tropas, N. do A.], seja como bombardeiros". No contexto latino-americano, os quatro JU 52 comprados pela Bolívia para "serviço aéreo comercial", se tornaram os primeiros aviões deste tipo a serem usados em combate no continente, durante a Guerra do Chaco, entre 1932 e 1935. Eles "foram usados para tudo, do transporte de homens e suprimentos à evacuação dos feridos".[14]

Considerando-se a preocupação das outras potências européias com esta conversibilidade da aviação civil para a militar e a desconfiança quanto aos objetivos estratégicos da Alemanha, tinha pouca chance de sucesso a estratégia proposta pelo especialista alemão em aviação W. Bley, que em 1932 escrevera sobre a necessidade de uma combinação pan-européia para contrabalançar a crescente influência norte-americana na aviação latino-americana. Restava aos alemães realizarem a empreitada por conta própria, e outros especialistas germânicos "admitiam francamente que a aviação comercial alemã estava sendo usada com meio de [...] fortalecer os laços unindo os *Auslanddeutsche* (alemães do exterior) na América Latina com o Reich".[15]

Entre 1935 e 1939,

> "As operações alemãs no Brasil foram expandidas pela Varig, uma pequena companhia administrada por alemães operando no estado do Rio Grande do Sul. A Varig estendeu sua linha Porto Alegre-Pelotas até que ela se conectasse com Primeras Líneas Uruguayas de Navegación Aérea (PLUNA), uma companhia uruguaia formada em 1936, que operava de Montevidéu até a fronteira brasileira."[16]

---

[13] "Le potentiel militaire d'une aviation commerciale: 'La Deutsche Lufthansa'". *Revue du Ministere de l'air.* Paris, 1935 s/n. Pp. 268-284.
[14] "Junkers Ju 52: Europe's ubiquitous transport". *Mechanical Engineering.* Fevereiro de 1991. Pp. 47-50.
[15] Burden, William A. M. *The struggle for airways in Latin America. Op. cit.* Pp. 38-39.
[16] *Idem, Ibidem.* P. 43.

Como resultado destas e de outras iniciativas, "[...] a milhagem das rotas das empresas aéreas alemãs e sob influência alemã na América do Sul tinha dobrado entre 1934 e 1938".[17] Certamente foi esta movimentação dos investimentos alemães na aviação do sub-continente que aguçou a sensibilidade dos norte-americanos para saber detalhes sobre a administração da Varig no período. Desde 1936, o consulado norte-americano de Porto Alegre começou a levantar informações sistemáticas sobre a operação da empresa.[18] Já em 1938, respondendo a uma carta do embaixador norte-americano no Brasil, sobre a importação de aviões alemães, o vice-cônsul Guy M. Ray irá comentar um evento de vôos de demonstração levado a cabo pelo "Varig Aero Esporte Clube", aproveitando para se estender em considerações sobre os vínculos da empresa com os alemães:

> "O encontro teve um aspecto distintivamente alemão e a maioria dos espectadores eram obviamente de ascendência germânica. Se diz que a Varig é de propriedade brasileira, e incorporada pelo estado do Rio Grande do Sul. Ela recebe um subsídio do governo local. Todavia, a companhia é controlada por alemães no que diz respeito à confecção da agenda, escolha de pilotos, e compra de aviões. O 'Varig Aero Esporte Clube' também é composto quase inteiramente de alemães e teuto-brasileiros"[19]

No ano seguinte, à medida que a conjuntura internacional evoluía rapidamente para o desencadeamento da II Guerra Mundial, o detalhamento das informações se intensificava. Um relatório de Abril de 1939 sobre "O sistema aeroviário Varig no estado do Rio Grande do Sul, Brasil",[20] viria a enfatizar de um lado os dados que indicavam o controle alemão sobre a empresa, e de outro, seus vínculos políticos com personalidades de destaque na política local e nacional, combinação perigosa, que parecia comprovar uma temida tendência germanófila por parte do governo brasileiro.

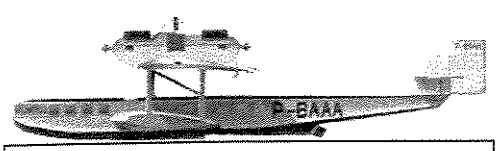
---

[17] *Idem, Ibidem*. P. 46.

[18] Cfe: Convite da "Varig" para a inauguração das "novas instalações e do pavilhão do aeroporto terrestre de Porto Alegre (campo de São João próximo da Estação Gravataí)". "Consular Report". Porto Alegre, 15 de Abril de 1936; "Aircraft facilities (landplane and seaplane) – Consular Form". Porto Alegre, 1° de Maio de 1936. NARA, Departamento de Estado. Esse último documento contém 5 páginas de informações técnicas sobre o "Aeródromo São João (também chamado de "Aeródromo Varig")".

[19] "Guy W. Ray a Jefferson Caffery", Porto Alegre, 29 de Março de 1938. NARA, Departamento de Estado.

Após uma descrição técnica minuciosa das condições de operação da companhia, o relatório destacava que a mesma recebia do governo do estado um subsídio anual de 200 Contos de Réis, que se acreditava devido ao "reconhecimento do serviço valioso prestado ao proporcionar transporte rápido em um estado no qual outros meios de comunicação são inadequadamente desenvolvidos". Também se chamava a atenção para o fato de que o governo do estado havia se tornado desde 1932 o principal sócio da empresa, e que a mesma sempre havia contado com um "grau não usual de apoio moral" da classe política do estado, incluindo nesta relação o ex-Interventor Flores da Cunha (então exilado no Uruguai); o Major Alberto Bins (ex-prefeito da capital, que havia sido presidente do corpo de diretores da Varig nos seus primeiros 6 anos de existência); o presidente Getúlio Vargas e o ministro do Exterior Oswaldo Aranha, que quando respectivamente governador do estado e secretário estadual do Interior, teriam dado seu "apoio, de todo o coração", à empresa:



O hidroavião 'Atlântico'

> "Foi no 'Atlântico', um hidroavião e a primeira aeronave operada pela Varig, que o então candidato presidencial da oposição ao Sr. Júlio Prestes voou desta cidade ao Rio de Janeiro a caminho do fim de 1929, para lá ler sua plataforma governamental na Esplanada do Castelo. Durante a Revolução de 1930, que colocou a atual administração no poder, toda a organização da Varig, junto com várias aeronaves da Condor e Aeropostale foram assumidas pelo partido revolucionário e, sob as ordens do Dr. Aranha, constituíram-se a partir daí na Diretoria de Aeronáutica. Embora não se engajando em combate aéreo efetivo, esses aviões e seus pilotos prestaram um serviço inestimável em várias expedições de escolta, e ao transportar altos oficiais a pontos estratégicos."[21]

---

[20] "The Varig airway system in the state of Rio Grande do Sul, Brazil". Preparado pelo Vice-cônsul Francis C. Jordan e aprovado pelo Vice-Cônsul Guy W. Ray. Porto Alegre, 3 de Abril de 1939. NARA, Departamento de Estado.

[21] *Idem, Ibidem*. Pp. 6-7.

Na verdade, Meyer e a Varig jogaram um papel ainda mais ativo no processo revolucionário do que o Consulado americano parecia supor. A relação de Meyer com Oswaldo Aranha, em particular, parece ter sido de grande confiança e cumplicidade:

> "Passadas as eleições o snr. Otto Ernst Meyer foi visto muitas vezes na casa de verão do snr. Oswaldo Aranha na Tristeza, onde se dizia se tramava a conspiração e aí recebia instruções sobre a remessa de correspondência secreta pelos aviões da Condor, utilizando os respectivos passageiros."[22]

> "No dia 16 de setembro de 1930 seguiu para Buenos Aires Otto Ernst Meyer a fim de tratar da compra de aparelhos rápidos, armados de metralhadora"[23]

Os aviões da Varig seriam utilizados, entre outras finalidades, para a ameaça de bombardeio ao Regimento de Infantaria de Rio Grande, que acabou aderindo à revolução, e para o reconhecimento das defesas navais estabelecidas em torno de Florianópolis. Nestas missões, as aeronaves eram sempre sendo pilotados pelo alemão Fraz Nülle, contratado por Aranha em nome do Governo do Estado, por U$300 por mês, mais 100 réis por quilômetro voado. No mesmo contrato que estabelecia as condições da contratação de Nülle, tendo Meyer como testemunha, Aranha se comprometia a que, encerrada a revolução, entraria em vigor a subvenção estadual à operação da Varig.[24]

Este histórico de profunda vinculação política e a experiência de conversão da aviação civil para a militar em 1930 tornavam-se, no contexto de 1938, particularmente preocupantes diante dos indícios de propriedade alemã:

> "É uma crença corrente, e certas pessoas em posição de saber sustentam ser um fato, que o Sindicato Condor possui o controle da companhia. Se isto é verdade, as ações assim possuídas não estão provavelmente listadas em nome do Sindicato Condor, mas no nome de certos indivíduos. Os seguintes fatos podem ser citados como tendendo a provar o controle da Varig pela

---

[22] *Diário de Notícias,* s/d. *Apud:* Linck, Geraldo Tollens. *Na esteira do Irma. Encontro de pioneiros. Op. Cit.* P. 91.
[23] Linck, Geraldo Tollens. *Na esteira do Irma. Encontro de pioneiros. Op. Cit.* P. 91

> Condor: - O avião mais novo da Varig foi montado na oficina da Condor, no Rio de Janeiro. Condor cooperou no primeiro vôo experimental da Varig em 1927. Além do mais, na medida em que a Deutsche Lufthansa é a empresa de aviação comercial alemã no Brasil e possui a organização Condor, seria apenas natural presumir que a cadeia se completaria com a propriedade da Varig pela Condor"[25]

O documento cita ainda o fato de Meyer e outras figuras dirigentes da empresa serem alemães natos, assim como todos os pilotos da empresa, e conclui dizendo que os "laços íntimos" entre o governo brasileiro e a Varig se constituem, portanto, em indícios dos quais se podem tirar "óbvias conclusões".[26]

Entretanto, qualquer que fosse a intimidade deste vínculos, eles viriam a sofrer profundos abalos nos anos subsequentes. Parece razoável supor que houvesse um fundo de verdade nas acusações de uma influência decisiva do estado alemão na Varig, passando pelas mediações da Lufthansa e da Condor. É também altamente provável que Vargas, Aranha, assim como outros membros da elite gaúcha envolvidos no empreendimento, tivessem plena consciência disso. Os vínculos comerciais, políticos e culturais desta elite com a Alemanha eram extremamente fortes, e o desenvolvimento econômico e militar que marcou os primeiros anos do governo nazista certamente encontrou no mínimo uma simpatia difusa neste meio, alimentada em muitos casos pelo orgulho da origem étnica comum.

Na verdade, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Condor negociaram diretamente entre si os destinos da Varig. As tratativas envolvendo o contrato de subvenção à atuação desta última envolveram a troca de aeronaves por ações, com a retirada formal da Condor do rol de acionistas:

> "Dessa maneira, fica a Varig desligada do Syndikat Condor Ltda., devendo portanto aquela empresa entregar o terreno da Ilha Grande dos Marinheiros, onde está instalado o aeroporto, assim como os hidroaviões *Atlântico* e

---

[24] *Idem, Ibidem*. Pp. 94-96.
[25] "The Varig airway system in the state of Rio Grande do Sul, Brazil". P. 8.
[26] *Idem, Ibidem*. P. 9.

Gaúcho. Em troca serão transferidas ao Governo do Estado as ações da Varig que a Condor possui."[27]

Tomada literalmente esta negociação, ocorrida em 1930, portanto 8 anos antes do momento em que os norte-americanos passam a expressar sua apreensão com relação à propriedade efetiva da Varig, eliminaria qualquer possibilidade de que a mesma fosse controlada pela Condor. A situação, entretanto, não era tão simples, à medida que é necessário encarar esta última não como uma empresa privada isolada, mas antes de mais nada, como um instrumento dentro de uma estratégia do Estado alemão, via Lufthansa, para a disputa do controle sobre a aviação civil latino-americana. Deste modo, o controle da Varig pela Condor não pressupunha a propriedade de ações em nome da segunda, mas poderia passar pela capacidade de manter o poder de decisão sobre a primeira através da mobilização de todo e qualquer acionista leal ao *Reich*.

Analisando-se a composição do corpo acionário verificamos, também, que teria sido totalmente viável uma estratégia de diluir ações da Condor em nome de terceiros assegurando-lhe entretanto controle efetivo sobre a Varig, mesmo após 1932, quando o Governo do Estado do Rio Grande do Sul passou a ser o maior acionista individual.

Apesar de parcela significativa das ações se encontrar em nome do governo do estado e de empresários gaúchos de renome, mais de 37% das mesmas se encontravam pulverizadas em quotas de menos de 25 ações, em nome de indivíduos pouco conhecidos, que poderiam muito bem estar cumprindo a função de "testas de ferro". Havia ainda a quota do próprio Meyer e um número significativo (5 % do total) em nome do Banco Alemão Transatlântico, de propriedade do governo alemão.

Porém, isso não teria sido motivo de preocupação para o governo brasileiro, ao menos até o momento em que, simultaneamente, a atividade nazista no Brasil começa a extrapolar os limites considerados aceitáveis pela cúpula do Estado Novo e, de outro lado, o desencadeamento e a evolução da guerra levariam o governo brasileiro primeiro a uma difícil posição de neutralidade e, depois, a uma bem negociada adesão ao bloco aliado.

---

[27] *Diário de Notícias*, s/d. *Apud:* Linck, Geraldo Tollens. *Op. cit.* P. 87. Relativizando a importância econômica desta transação, o próprio autor comenta que neste momento, os hidroaviões já davam "mais despesa que receita".

Tabela I: Varig – Maiores acionistas, 1942[28]

Nome	*Ações*	*Nome*	*Ações*
Banco Alemão Transatlântico – Filial brasileira	250	Livonius, Elvira Dexheimer	150
Banco Pelotense – Aceevo	50	Lorêa, Luiz	25
Banco da Província	50	Mascarenhas, Eulalia Bordagorry de	25
Banco do Rio Grande do Sul	75	Mascarenhas, João Batista da França	25
Barcellos, Ismael chaves	50	Masetti, José	25
Barcellos, Bertasso e Cia	50	Mentz, Frederico	20
Berta, Ruben Martin	55	Moeller, Adolfina Guilhermina Emilia	50
Bier e Ullmann	50	Mostardeiro, Hemeterio	25
Bins, Alberto	25	Nascimento, Agnella Correa do	25
Bromberg S. A.	218	Neugebauer, Ernesto (herança)	25
Cunha e Cia, vva. Albino	25	Derlick, Carlos	25
Engelhart e Cia	50	Renner, A. J.	25
Engelhart, Oscar	50	Rheingatz, E. M.	25
Feddersen e Cia	100	Ruhl, Carlos Henrique	50
Gerdau, Walter	25	Stund, Harald (falecido)	68
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	1050	Tavares, Alzira Becker	25
Hammer, Fritz W. (falecido) (Quito)[29]	73	Webwer, Guilherme	123
Kessler, Victor A.	25	Wolf, Gastão	25
Labastille, Ernest Otto Meyer	50	Subtotal	3132
Lang, F. C.	50	Total (incluindo acionistas não listados)	5000

[28] Fonte: "Rubem Berta a The Defense Supplies Corporation, Washington, D.C". Porto Alegre, 18 de Agosto de 1942. NARA, Departamento de Estado.

[29] A trajetória de Hammer, um dos "antigos companheiros de armas" a que Meyer se refere nas suas memórias, é ilustrativa da profunda vinculação entre a experiência da força aérea alemã na Primeira Guerra Mundial, as primeiras iniciativas de aviação civil na América Latina e o surgimento e desenvolvimento da *Deustsche Luft-Hansa*. Comandante de um grupo de hidroaviões na guerra, Hammer tornou-se especialista em material aeronáutico. Em 1919, fundou na Colômbia a *Sociedade Colombo Alemana de Transporte Aéreo* (SCADTA), posteriormente rebatizada Avianca. Em 1924, fundou sua própria companhia na Alemanha, o *Condor Syndikat*, que ao reunir-se com outras empresas para formar a *Luft-Hansa*, em 1926, recebeu a incumbência de "estabelecer uma linha regular ao longo da costa oriental da América do Sul". Fundada a Varig em 1927, Hammer aparecia como diretor delegado, ao mesmo tempo que continuava a ser diretor geral da Condor e membro da direção da *Luft-Hansa*. Foi através dele que Meyer obteve o primeiro hidroavião da Varig, o *Atlântico*, que já estivera na Colômbia, e segundo Linck, foi a partir de sua aprovação sobre o projeto de criação da Varig que "Meyer passou a ser, no Brasil, o homem em quem os alemães confiavam". Hammer faleceu num desastre com um vôo exploratório no Equador, em 1938, quando pretendia fundar naquele país a Sedta (Serviços Ecuatorianos de Transporte Aéreo). Cfe: Linck, Geraldo Tollens. *Na esteira do Irma. Encontro de pioneiros. Op. Cit.* Pp. 26-27, 36, 255.

A ambigüidade do caráter nacional do capital das companhias aéreas e seus vínculos com o as questões de segurança e as opções de alinhamento internacional do país era já elemento de discussão na cúpula política nacional há algum tempo. Em Setembro de 1937, o Coronel Eduardo Gomes e o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Oswaldo Aranha debatiam a regulamentação das condições de concessão de linhas aéreas dentro do território nacional a companhias estrangeiras, mas divergiam tanto na identificação do que seriam as companhias "nacionais", quanto nas decorrências do favorecimento a alguma das competidoras em particular. Escrevia Gomes que o governo, ao conceder a rota Rio-São Paulo-Curitiba-Foz do Iguaçú-Assunção a "uma Cia. estrangeira, a Pan American Airways", estava derrubando uma legislação que amparava

> "companhias nacionais, como a Condor e a VASP, [...] que pleiteavam o referido serviço, que iriam realizar com pessoal brasileiro e em aviões que passariam a ser nacionais !!!"[30]

Aranha não se mostrava tão entusiasmado com estas "companhias nacionais":

> "Uma coisa, porém, estranhei em tua carta e isso peço uma explicação maior. É quando dizes preferível fazer a concessão à VASP e à Kondor [repare-se na diferença de grafia, N. do A.]. Qual a razão? Infelizmente, Eduardo, desconheço muitos fatos atuais e passados e daí o erro de opiniões e juízos. Tenho para mim que a Pan American é dos melhores, mais dedicados e serviçais amigos que temos nos Estados Unidos. Tenho por certo, ainda mais, Eduardo, que nos Estado Unidos temos o mais firme, o melhor e mais leal dos amigos do Brasil dentro da comunhão internacional. [...] Não tenho a mesma confiança na amizade alemã, sempre agressiva e imperialista, conforme documentam nossas relações. Minha opinião, no caso, é de que não se deve fazer concessões a nenhuma companhia, ou

[30] "Eduardo Gomes a Oswaldo Aranha". Campo dos Afazeres, 8 de Setembro de 1939. Arquivo Oswaldo Aranha, Código OA 37.09.08. Cpdoc.

> então, a todas. Se há interesses de defesa nacional, só militares deverão voar nestas regiões"[31]

É interessante destacar que, neste momento, como ministro das Relações Exteriores do Estado Novo, Aranha jogava um papel decisivo na definição da política internacional brasileira. A atenção, fartamente documentada no seu arquivo pessoal, que dedicava às questões relacionadas à aviação civil, demonstram o quanto estava ciente do papel que a disputa em torno da mesma assumia como parte do jogo estratégico internacional.

Nesse sentido, é interessante notar o caráter taxativo da sua interpretação sobre a propriedade da Condor e da Vasp: elas são consideradas empresas alemãs, apesar de formalmente poderem sustentar, tanto quanto a Varig, que se constituíam em empresas nacionais. Por outro lado, sabemos que Aranha conhecia intimamente a história e a situação da Varig, que sintomaticamente (talvez por sua pequena importância no período) não é mencionada na sua correspondência com Gomes. O ministro era mesmo um dos responsáveis pela negociação que tornava o Governo do Estado do Rio Grande do Sul acionista da companhia.

De todo modo, e apesar da sua ligação pessoal com Meyer, Aranha, como condutor do processo de aproximação entre os governos brasileiro e norte-americano, tornava-se cada vez mais consciente de que assegurar o caráter formalmente nacional à Varig não bastaria. Seria necessário, para viabilizar a companhia dentro da "política de boa vizinhança", eliminar qualquer suspeita de participação alemã ou de simpatia pelo regime nazista.

Lealdades nacionais, ideologia e inteligência

> "O povo alemão deverá ser um povo de aviadores – Hermann Goering". [32]

---

[31] "Oswaldo Aranha a Eduardo Gomes". Washington, 13 de Setembro de 1939. Arquivo Oswaldo Aranha, Código OA 37.09.08. Cpdoc. O íntimo envolvimento de Aranha na expansão da atuação da Panam no Brasil, através da Panair, também está bem documentado. Ver por exemplo carta do escritório regional do Rio de Janeiro da Panam em 21 de Outubro de 1937 com o comentário de que "[...] quando o Coronel Eduardo Gomes e seus companheiros da Aviação Militar tiverem a oportunidade de observar o aspecto geral de nossas atividades [...] adotar[ão] uma atitude mais favorável em relação a nós." Também documentação de código OA 39.04.07, sobre o processo de consolidação da Panair.

Se haviam suspeitas sobre a presença dos interesses alemães na Varig, a atenção dada à questão se amplia à medida que aos problemas econômicos e estratégicos passa a se associar uma atuação mais estritamente política por parte de figuras chave da empresa. Um novo relatório do Consulado Norte-Americano de Porto Alegre, em Setembro de 1939, irá citar o relato informal de um piloto da própria Varig, não apenas para confirmar que, apesar da composição acionária formal, a empresa "tem sido controlada pela companhia alemã Condor desde o seu início", mas para acrescentar outras informações preocupantes. Apesar da legislação dizer expressamente que os pilotos da aviação comercial nacional deveriam ser brasileiros, continuaria sendo um "requerimento absoluto" da Varig que os seus aviadores possuíssem nacionalidade alemã. Mais do que isso, Otto Ernst Meyer, além de manter sua cidadania original, seria um "forte apoiador do nazismo".[33]

Em novembro do mesmo ano, eclodiu o fato que levaria a uma investigação sistemática desta acusação. A polícia política gaúcha "surpreendeu em manobra clandestina os representantes do nazismo, quando pretendiam instalar uma emissora de rádio-telegrafia a bordo do vapor alemão 'Rio Grande'".

Os transmissores seriam instalados no vapor alemão, retido no porto de Rio Grande em função do início da guerra, a fim de servir de fonte de informação para "os navios de guerra de superfície (corsários) e os submarinos alemães em ação na costa sul do Brasil, sobre a existência de navios inimigos, seus movimentos dentro e foras dos portos,

---

[32] Dizeres de um distintivo de metal apreendido com o agente alemão Wolfgang Neise. Citado *In:* Py, Tte Cel Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil – A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Op. Cit.* P. 301.

[33] "Alleged German interest in Brazilian, Uruguayan, and Argentine airways systems". Preparado pelo Vice-cônsul Francis C. Jordan e aprovado pelo Vice-Cônsul Guy W. Ray. Porto Alegre, 11 de Setembro de 1939. NARA, Departamento de Estado. P. 2. O piloto em questão ainda acrescentava que "Sua opinião é que o governo brasileiro irá tomar vantagem da presente situação para se ver livre do Diretor Administrativo Alemão e assumir controle real, assim como teórico sobre o sistema Varig". Entre outros elementos da trajetória de Meyer no Brasil que devem ter reforçado as suspeitas sobre seu envolvimento com o nazismo está o fato de ter tido seu primeiro emprego no país nas empresas Lundgren, sediadas em Paulista, Pernambuco. Na época da guerra, Frederick Lundgren, o proprietário da empresa se encontrava também sob vigilância da polícia política brasileira e da inteligência norte-americana. Segundo esta última, havia vários nazistas trabalhando na empresa, e uma busca policial na casa de Lundgren havia "descoberto um suprimento de metralhadoras e outras armas de menos calibre". Cfe: "Reference Cards n. 15243 C, 17108 C". General Staff, Military Intelligence Division G-2. NARA, Departamento da Guerra.

etc."[34] A iniciativa coincidia com a presença de navios da marinha inglesa no litoral da América do Sul, que no mês seguinte enfrentaram "o couraçado alemão 'Graf von Spee', nas costas do Rio Grande do Sul, finalizando a referida ação com a batalha de 'Punta de Leste'"[35] O técnico encarregado da operação era o "mestre das oficinas de rádio-técnica" da Condor, o alemão imigrado em 1924, Werner Richard Wilhelm Mucks. A missão lhe fora destinada pelo chefe de trânsito da empresa no Rio de Janeiro, Von Studnitz, que repassara o encaminhamento dos contatos para tanto necessários no Rio Grande do Sul ao Cônsul alemão em Porto Alegre, Frederico Ried. Para acertar os detalhes da operação, o consulado organizou uma reunião prévia com o vice-cônsul em Rio Grande, Kurt Fraeb, e o representante de Companhia Hamburguesa de Navegação naquele porto, Friedrich Wilhelm Wiltgens. Este último, preso e por três vezes interrogado, ao ser questionado sobre quem no seu entender seria o responsável pelo envio do transmissor esclareceu

> "que, em virtude da declaração de guerra, todos os navios alemães passaram à jurisdição do governo do Reich, inclusive as tripulações, as quais somente recebem ordens dos representantes do dito Reich, sendo de presumir que, por intermédio desses, viesse o aparelho."[36]

Já na época da descoberta do episódio, a participação direta da Varig tinha sido explicitada. Além de transportar aparelhos e técnico até Rio Grande, indo mesmo além da sua linha regular, que acabava em Pelotas, a empresa havia pago as passagens de Wiltgens

---

[34] Py, Tte Cel Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil – A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Op. Cit.* P. 95. Py foi o comandante-em-chefe das atividades de combate ao nazi-fascismo no Rio Grande do Sul. Apesar do caráter propagandístico e alarmista do seu livro, em relação à avaliação sobre as dimensões e o "perigo" representado pela "quinta-coluna", as reproduções da documentação contida nas investigações é em geral fidedigna, embora seletiva, ao menos na medida em que é possível compará-la com o que foi preservado dos arquivos da DOPS. Sobre o episódio do "Graf von Spee", cfe. também Seitenfus, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. Pp. 264-265.

[35] "Relatório sobre um inquérito de atividades nazistas e participação na instalação de um aparelho de rádio-telegrafia a bordo do vapor alemão 'Rio Grande', ao qual respondeu um diretor da S.A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense (Varig)". Preparado pelo delegado Theobaldo Neumann. Porto Alegre, 28 de Novembro de 1940. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 19 C. P. 223. Afundado o "Graf von Spee", a acolhida clandestina dada aos seus tripulantes em fuga, na qual se utilizaram "aviões das companhias Condor e Lati e barcos das empresas de navegação japonesas e espanholas" tornou-se um problema diplomático para vários países sul-americanos. Conforme o relatório de uma comissão parlamentar de inquérito argentina a respeito *In:* Aperj, Fundo DOPS, Série Alemão, Pasta 21.

[36] Py, Tte Cel Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil – A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Op. Cit.* P. 107.

na sua vinda a Porto Alegre para a reunião preparatória.[37] Essas circunstâncias levaram à prisão por 3 dias e interrogatório de Otto Ernst Meyer, e as evidências assim acumuladas permitiram ao Delegado da DOPS de Porto Alegre, Plínio Brasil Milano, convencer-se da

> "conivência do Sindicato Condor e da Viação Aérea Rio Grandense neste ato ilícito.
>
> *Trata-se de uma empresa subvencionada pelo Governo da República e de outra constituída de capitais nacionais, gozando de favores dos poderes públicos e dirigida por um estrangeiro naturalizado".*[38]

Verificando-se que a Varig havia participado da missão com plena ciência do seu propósito, determinou-se uma investigação geral sobre as atividades da empresa. As diligências aparentemente foram lentas, e é bem possível que o aprofundamento posterior da investigação tenha ocorrido apenas em função de fatores como a evolução da posição brasileira no quadro da II Guerra Mundial, com uma gradual aproximação do bloco aliado, assim como as preocupantes notícias que chegavam a Getúlio Vargas sobre a atuação nazista e seus vínculos com as empresas aéreas sob influência alemã no Brasil e, em particular, na fronteira sul:

> "I – Qualquer serviço de investigação que ser organize no Rio Grande do Sul, topará logo, por mais incapaz que seja, com a articulação nazista. O mais incauto chefe policial não poderá deixar de ver, de sentir vivamente, processar-se, aqui no Sul, um formidável trabalho germanizador dirigido com inteligência e tenacidade extraordinárias."
>
> "A Varig e a Condor desempenham importante papel no serviço de comunicação dos nazistas. O estafeta de mais confiança é o Piloto Greiss."[39]

---

[37] *Idem, Ibidem.* P. 111.

[38] *Idem, Ibidem.* P. 98. Itálico no original. Vale ressaltar que Py não transcreve o depoimento de Meyer, preservando-o de uma maior exposição pública, ao contrário do que ocorre com a maioria dos envolvidos. Também não esclarece que o mesmo não sofreu nenhum processo decorrente do seu envolvimento no episódio, o que contrasta com o rigor aplicado a muitos imigrantes detidos por longos períodos em função de trivialidades como "atitude suspeita" ou "por falar alemão". Cfe. "Relação de súditos do eixo à disposição da DOPS". s/d (cerca de 1942). Aperj. Fundo DOPS, Seção Estados. Pasta 19 C.

Xavier Greiss, um dos mais experientes pilotos da Varig, responsável pelos primeiros vôos internacionais de uma companhia de aviação comercial brasileira, a linha Porto Alegre-Montevidéu, era acusado de ser o elemento de ligação dos nazistas com os partidários do ex-governador Flores da Cunha, exilado na capital uruguaia, integrando as parcelas dos dois grupos políticos sediadas numa e noutra cidade. A articulação seria natural, uma vez que:

> "[...] era pública e notória a amizade do Sr. Flores da Cunha com o Cônsul Ried e a maneira por que o ex-governador do Rio Grande prestigiava as organizações nazistas. Daí a suspeitar-se da existência de uma ligação entre o florismo e o nazismo não é preciso grande esforço intelectual"[40]

É importante relativizar esta interpretação, tendo em conta a mudança de contexto em curso neste período, a fim de compreender a dose de manipulação das informações realizada *a posteriori* pela polícia política. Até 1936, quando Flores da Cunha se encontrava no poder, a atuação do nazista em Porto Alegre se dava de forma tão aberta que até mesmo o cônsul norte-americano era convidado pelo "Consulado da Alemanha, os grupos locais do Partido Nacional-Socialista, e da Comunidade do Trabalho Alemã, a Liga das Sociedade Germânicas, bem como a colônia alemã" para a festa "em comemoração à data nacional alemã".[41]

Portanto, apenas um ano depois do caso do 'Rio Grande', diante do crescimento das preocupações com a atuação nazista no Rio Grande do Sul, é que a Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Rio Grande do Sul (DOPS-RS), viria a elaborar um relatório

---

[39] "Relatório sem título". Data provável: Setembro de 1940. Arquivo Getúlio Vargas, Código GV.40.9.00. Cpdoc. Pp. 1, 6. Sublinhados no original. Este documento indica a íntima colaboração já neste período entre a polícia política brasileira e a inteligência norte-americana, ao citar "alguns dos agentes denunciados pelo Arquipresbítero ucraniano Alejo Pelipenko". Informações "confidenciais" da mesma fonte seriam incluídas no documento intitulado "Subversive activities in South America". General Staff, Military Intelligence Division G-2, Washington, DC. 10 de Fevereiro de 1942. NARA, Departamento da Guerra.

[40] "Relatório sem título. Data provável: Setembro de 1940". Arquivo Getúlio Vargas, Código GV.40.9.00. Cpdoc. P. 5. Sublinhados no original. Os vínculos políticos de Greiss podem ser comprovados pela inclusão de seu nome na "Relação dos engenheiros fichados no Partido Nazista", apreendida em 4 de Maio de 1942 juntamente com a documentação do partido no Rio Grande do Sul. Aperj. Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 19 A. P. 179.

[41] "*Deutsche Konsulat* a *American Consulate*". Porto Alegre, 25 de abril de 1936. NARA, Departamento de Estado.

centrado na atuação da Varig e de Otto Ernst Meyer.[42] Após um breve resgate sobre o caso da instalação dos transmissores no 'Rio Grande', o relatório da DOPS/RS parte para a análise de informações daí decorrentes que levam ao questionamento sobre a atuação política de Meyer, a natureza de seus vínculos com o governo alemão e as implicações que os mesmos traziam para a própria questão do caráter nacional da Varig.

Durante o curso das investigações, a DOPS teria sido inclusive procurada pelo próprio Meyer, que reagindo a matérias que o acusavam de envolvimento com a espionagem nazista publicadas pela imprensa de Montevidéu e difundidas no Rio de Janeiro, exigia a apuração as mesmas, oferecendo para afastar-se da direção da Varig enquanto durassem as investigações, e sugerindo que as mesmas fossem conduzida pelo fiscal do Governo do Estado junto à empresa.

A oferta e a sugestão, entretanto não foram aceitas, pois como afirmava o Delegado Theobaldo Neumann, responsável pelo inquérito,

> "não cremos ter havido o descuido ou a ingenuidade de ficarem provas das atividades políticas do Sr. Meyer nos arquivos da Varig, da mesma forma como não acreditamos pudesse o honrado fiscal do Governo, junto à referida empresa, encontrar as mencionadas provas se não as procurasse no lugar em que deveriam estar: na Delegacia da Ordem Política e Social."[43]

De fato, a DOPS já reunia um arsenal de provas considerável contra Meyer, aparentemente aguardando o momento propício para utilizá-las. Do caso do rádio transmissor, alguns novos detalhes eram trazidos à tona. A Varig tentara alegar ignorância sobre o assunto, remetendo após a detenção do rádio-técnico Mucks um telegrama confidencial à Condor onde indagava se o mesmo "é nosso funcionário vg. se é de nacionalidade alemã vg. se devemos tomar providência." O fato é que o inquérito demonstraria que a empresa conhecia a identidade e a condição de funcionário da Condor de Mucks oito dias antes, quando lhe providenciou passagem. Ao justificar o envio da mensagem, Meyer se complicaria ainda mais, alegando que a mesma teria se originado

---

[42] "Relatório sobre um inquérito de atividades nazistas e participação na instalação de um aparelho de rádio-telegrafia a bordo do vapor alemão 'Rio Grande', ao qual respondeu um diretor da S.A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense (Varig)". *Op. Cit.* P. 217.

[43] *Idem, Ibidem.* P. 209.

"como o Sr. Cônsul nos tivesse mandado consultar se o Sr. Mucks era súdito alemão." O caráter clandestino do transporte da estação de rádio também ficava comprovado pelo fato da mesma não constar da lista de carga da aeronave que a transportou.[44]

Examinando a atuação política de Meyer, o delegado consideraria suas declarações no inquérito como "uma ampla confissão de todos os fatos que lhe são imputados." O Diretor da Varig negou pertencer ao partido nazista, mas confirmou sua participação na 'Deutsche Arbeits Front' (DAF – Frente Alemã do Trabalho), além da realização de contribuições regulares à 'N. S. Opfer-Ring', organização previdenciária dos simpatizantes do partido.

A DAF era uma organização criada na Alemanha após os acontecimentos de 1º e 2 de Maio de 1933, quando as sedes dos sindicatos e demais organizações trabalhistas foram tomadas de assalto pelos nazistas e vários líderes sindicais assassinados. Substituindo gradativamente a estrutura partidária da NSBO (*Nationalsozialistische Betriebszellen-Organisation*- Organização de Células de Fábrica Nacional-Socialista), a Frente acabou assumindo um papel de liderança na política social do regime, através de iniciativas como a "*Kraft durch Freude*" ('vigor através da alegria', em tradução livre), um programa de turismo, lazer e esportes de massas. Teve também participação decisiva na elaboração da Lei sobre a Organização do Trabalho Nacional (*Gesetz zur Ordnung der Nationalen Arbeit*), promulgada em 20 de janeiro de 1934.

A DAF se dedicava a um intenso trabalho doutrinário, através de cursos de formação política destinados a converter os industriais em 'líderes fabris' (*Betriebsführer*) e a fortalecer entre os trabalhadores a noção de pertencimento a uma "comunidade fabril" (*Betriebsgemeinschaft*), considerada como sendo uma parte orgânica da comunidade racial-nacional (*Volksgemeinschaft*). Como base para o fortalecimento da concepção nazista de relações de trabalho, a Frente também realizava um intenso trabalho de recrutamento dos trabalhadores para os seus quadros, e de propaganda sobre o respeito à "honra do trabalho" (*Ehre der Arbeit*) e a valorização do "trabalho alemão de qualidade" por parte do novo regime. Esta proposta de 'eliminação dos conflitos de classe' complementava, no plano ideológico, o trabalho repressivo da *Gestapo* (*Geheimes Staatspolizei* – Polícia Secreta de

---

[44] *Idem, Ibidem*. Pp. 222-223.

Estado), que nos primeiros anos do governo de Hitler prendia e remetia para campos de concentração uma média mensal de 1.000 trabalhadores suspeitos de simpatias pela esquerda e envolvimento em ação sindical clandestina.[45]

Analisando a atuação da DAF no Brasil, uma investigação policial realizada em São Paulo concluiria que a missão da organização no país era:

> "[...] reunir aqueles que não queriam entrar logo para o Partido, e prepará-los para levar a propaganda nazi para os lugares de trabalho.
>
> O antigo chefe do Partido em São Paulo, Spanaus, tinha planejado organizar a "DAF" de tal forma que mesmo em caso do fechamento obrigatório do Partido, a "DAF" poderia continuar descansadamente o seu trabalho subversivo.
>
> A festa principal da "DAF", é o dia 1° de Maio. Alguns dias antes dessa festa, todas as firmas alemãs de São Paulo recebem um comunicado para se apresentarem pontualmente ao lugar marcado para o desfile. Quando algum alemão, se recusava a comparecer, era intimado pelo patrão, pois caso não obedecesse, seria imediatamente demitido. Estes casos eram extensivos aos brasileiros."[46]

Dado o seu vínculo ao braço "trabalhista" do nazismo, é natural que Meyer fosse da opinião, expressa em carta ao próprio partido, de que "é mais viável entre nós, a parte social do seu programa, por ser esta mais urgente do que a nacionalista."[47] A opinião, porém, não o eximia de tomar parte ativa em debates e tarefas políticas mais gerais. A

---

[45] A respeito da DAF, Cfe: Lüdtke, Alf. "The 'Honor of Labour' – Industrial workers and the power os symbols under National Socialism". *In:* Crew, David F. *Nazism and German society, 1933-1945.* Londres e Nova Iorque: Routledge, 1994. Também: Mason, Tim. *Social policy in the Third Reich – The working class and the 'National Community'".* Providence e Oxford: Berg, 1993. Especialmente capítulos 3 e 5. Também: Salter, Stephen. "Germany". *In:* Salter, Stephen e Stevenson John. *The working class and politics in Europe and America:1929-1945.* Londres e Nova Iorque: Longman, 1990.

[46] "Polícia do Estado, São Paulo. Nazismo" (2 volumes). Fundo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo, de agora em diante, Apesp. Pp 1-2.

[47] "Relatório sobre um inquérito de atividades nazistas e participação na instalação de um aparelho de rádio-telegrafia a bordo do vapor alemão 'Rio Grande', ao qual respondeu um diretor da S.A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense (Varig)". *Op. Cit.* P. 224.

Varig se encarregava por exemplo da distribuição dos jornais do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães no Rio Grande do Sul, enquanto os grandes jornais diários locais não se davam "ao luxo do transporte aéreo, demasiado oneroso para compensar a rapidez de expedição. O dinheiro do caixa do partido também era transportado com a mesma eficiência.[48]

No que diz respeito à polêmica política, em 1936 Meyer e seu principal auxiliar, o futuro presidente da Varig, Rubem Berta, teriam escrito artigos no jornal Portoalegrense pró-nazista "Neue Deustsche Zeitung" criticando textos publicados no periódico católico anti-nazista "Deutsches Volksblatt", que noticiavam um descontentamento no interior do exército alemão com o regime hitlerista. Meyer, usando de sua qualidade de ex-oficial do "Wehrmacht" (exército alemão) teria desmentido a existência de qualquer descontentamento das forças armadas em relação ao "Führer". Sob orientação do partido nazista, Varig e Condor teriam também boicotado o "Deutsches Volksblatt" com a retirada dos anúncios daquela publicação.[49]

Meyer mantinha ainda correspondência pessoal e reservada com diversos agentes nazistas já então identificados, alguns deles presos e extraditados, como Bernardo Guilherme Maahs e Wolfgang Neise, acusados de chefiarem uma rede de espionagem na rota da tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai a partir da cidade gaúcha de Iraí, onde teriam falsificado documentos e alistado colonos teuto-brasileiros para o exército alemão.[50] Fatos semelhantes ligavam Meyer a Ernest Dorsch, sub-chefe nazista no Rio Grande do Sul, que acabara de abandonar "o território nacional para não ser expulso, de acordo com prévio entendimento entre a Chefia de Polícia e o Consulado Alemão."[51] Na sua correspondência com Dorsch, Meyer encerrava com "um 'HEIL HITLER'

---

[48] *Idem, Ibidem*. Pp. 225-226.
[49] *Idem, Ibidem*. Pp. 226-227.
[50] *Idem, Ibidem*. Pp. 230-231. A propósito de Maahs e Neise, ver também Py, Tte Cel Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil – A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Op. Cit.* Pp. 284-303.
[51] O embaixador norte-americano no Brasil, Jefferson Caffery, relatou a Washington uma conversa em que este lhe contava sobre a reação enérgica do embaixador alemão à prisão de Dorsch. Ver "Caffery to Secretary of State, Telegram received". Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1938; "Telegram from American vice consul, Porto Alegre". Rio de Janeiro, 09 de maio de 1938. NARA, Departamento de Estado.

significativamente escrito em letras maiúsculas", enquanto por outro lado declarava utilizar esta saudação apenas "na correspondência com autoridades alemãs".[52]

Todos estes elementos levavam a um questionamento das lealdades nacionais de Meyer e sua empresa. Havia polêmica sobre a própria afirmação, nunca documentada, de o mesmo que havia obtido cidadania brasileira. Independentemente disso, porém:

> "Admitindo-se que o diretor-gerente da Varig é realmente brasileiro-naturalizado, é certo também que o Sr. Otto Ernst Meyer é oficial da reserva do exército alemão. É ele próprio que nos dá informes neste particular(...)"[53]

Além disso,

> "Não procura o Sr. Meyer contribuir para o admirável surto de brasilidade, que ora se faz sentir, uma vez que na Varig só se fala alemão, se escreve em alemão, se instrui em alemão e se dá preferência ao pessoal alemão".[54]

Talvez venha dessa época o chiste de que a sigla Varig poderia ser traduzida por "Vário Alemães Roubando Inocentes Gaúchos". Muitos mistérios persistem sobre a fundação desta companhia de aviação e o papel político desempenhado por seu fundador. Teria Meyer vínculos privilegiados na Alemanha desde sua vinda ao Brasil? Seria ele próprio apenas um agente de uma jogada comercial e estratégica arquitetada pelo governo alemão via Lufthansa, que viria posteriormente a ser mais um dos componentes dentro do projeto expansionista do III Reich? Ou teria sido realmente um empreendedor individual, que com seu passado militar e sua migração recente facilmente viria a aderir de modo apaixonado à ideologia nazista e colocar sua companhia a serviço da mesma? A fronteira das duas imagens se funde, e talvez nunca tenhamos todos os elementos para ir além das fortes sugestões, inconclusivas em muitos pontos, da documentação já recolhida.

---

[52] "Relatório sobre um inquérito de atividades nazistas e participação na instalação de um aparelho de rádio-telegrafia a bordo do vapor alemão 'Rio Grande', ao qual respondeu um diretor da S.A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense (Varig)". *Op. Cit.* P. 225.
[53] *Idem, Ibidem.* P. 228.
[54] *Idem, Ibidem.* P. 232.

O fato é que Otto Ernst Meyer foi se comprometendo progressivamente com ações de apoio direto à atuação do partido nazista e da inteligência alemã. Por outro lado, dentro da comunidade empresarial teuto-brasileira de Porto Alegre, predominava cada vez mais uma postura pragmática frente ao conflito internacional e à situação estratégica do Brasil. O homem que havia reunido as maiores lideranças industriais e comerciais do estado em torno do projeto da Varig não era acompanhado por nenhum de seus grandes parceiros na lista de 70 contribuintes do partido nazista apreendida pela polícia política em 1942.[55]

Amor à pátria-mãe, mas pragmatismo e defesa de interesses

Alguns dos grandes apoiadores da proposta de criação da empresa aérea, deixando questões étnicas e ideológicas de lado, queriam a muito tempo manter distância das organizações nazi. Em 1933, os industriais portoalegrense Alberto Bins, A. J. Renner, Beno Mentz e Willy Wallig eram denunciados ao governo alemão pelo organizador do partido nazista na capital, Gustavo Ehricht, em função da sua falta de colaboração com o trabalho partidário. Bins, o porta-voz privilegiado não apenas dos industriais locais, mas também da "colônia" teuto-brasileira, logo esclareceria seu posicionamento através da imprensa:

> "- Devo começar dizendo que, antes de tudo, somos brasileiros, motivo por que nada temos a ver com o movimento em favor da divulgação das idéias pregadas pelos partidários do Sr. Adolfo Hitler.
>
> É verdade que, desde o início não deixei de externar a minha simpatia pelo hitlerismo, pelos seus conhecidos fins. E disso não faço segredo, porque minhas declarações mais de uma vez foram conhecidas em público, como há poucas semanas ainda o fiz, numa comemoração realizada no "Turner Bund".[56]

---

[55] "Nazistas contribuintes, cujos nomes constavam num bloco de recibos, apreendido em poder do cobrador do Partido Nazista". Repartição Central de Polícia. Porto Alegre, 4 de Maio de 1942. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 19 C. P. 174. Há porém nesta listagem alguns nomes muito conhecidos do empresariado gaúcho do período, como é o caso de Hans e João Wallig, assim como João e Hans Neugebauer.

[56] O "Turner Bund", atualmente Sociedade Ginástica de Porto Alegre (Sogipa), era a principal associação esportiva e social da elite teuto-brasileira na cidade.

> Mas, isso de ter simpatia ao de ser partidário do hitlerismo, há uma grande diferença, mormente tendo também dado a conhecer os inconvenientes em se trazer para o estrangeiro a opinião de um determinado credo político. Por isso repito: sempre achei que a propaganda hitlerista ficava bem na Alemanha, mas nunca no Brasil. Guio-me pelas palavras demasiadamente conhecidas do Sr. Benito Mussolini, chefe do governo italiano, de que o 'fascismo não é artigo de exportação'. A mesma frase desejo empregá-la quanto ao hitlerismo."[57]

Esta citação nos indica a complexidade da situação. Embora se declarando "antes de tudo" brasileiro, e rechaçando a propaganda nazista no Brasil, Bins não se furtava de externar publicamente suas simpatias em relação ao "Führer" e seu regime. À medida que se acentuavam as tensões na conjuntura do imediato pré-guerra, após o início da confrontação européia, e especialmente após o ingresso dos EUA (1941) e do Brasil (1942) no conflito, as sutilezas de posicionamentos como o de Bins poderiam ser facilmente desprezadas. Em 1941, um informante da polícia política paulista, de volta de uma viagem ao sul, descreveria o seguinte quadro:

> "Também notável pelo seu valor econômico é o 'teuto-brasileiro' A. J. Renner, que tem, atualmente, um filho na Alemanha – É condecorado pela Alemanha – Renner tem a mais completa mentalidade germânica nazi e não tenho dúvidas em que, na contingência de se decidir entre os interesses brasileiros e nazistas, para estes se voltará – Ainda vi o Major Alberto Bins, que foi prefeito de Porto Alegre por 10 anos e que desgostoso com o desastre político, se voltou inteiramente para o nazismo - Bins é mesmo condecorado pela Itália."[58]

---

[57] *Correio do Povo*, 17/05/33. *In:* Py, Tte Cel Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil – A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Op. Cit.* Pp. 50, 52. O líder nazista em choque com Bins e os outros empresários, Ehricht, acabou sendo expulso do partido por seus próprios correligionários. A polêmica citada e sua relação com a luta entre nazistas e anti-nazistas no interior da comunidade teuto-brasileira da cidade é analisada detalhadamente em Gertz, René. *O fascismo no sul do Brasil. Germanismo, nazismo, integralismo. Op. Cit.* Pp. 82-83.

[58] "Relatório de uma viagem ao sul do país". São Paulo, 27/08/41. Aperj, Fundo DOPS, Seção "Alemão", Pasta 1. Pp. 132-133.

Trata-se evidentemente de uma caricatura. O relatório deveria acrescentar que Renner tinha simultaneamente um filho estudando nos EUA e outro na Inglaterra. É bem verdade que no 1º de Maio de 1937 os nazistas de Porto Alegre desfilaram no campo do Renner com direito a toda sua parafernália ritual, incluindo bandeiras, fardamentos, hinos e formações militares.[59] Mas nem Renner nem Bins apoiaram financeiramente as atividades do partido, pelo menos segundo o bloco de recibos apreendidos pela polícia política.[60] As simpatias de Renner poderiam estar mais próximas dos integralistas, aos quais cedeu um campo de treinamento, e dos quais seu filho tornou-se um dos principais líderes.[61] Certo era que Renner era bem visto pela espionagem comercial alemã, mas isso devia-se ao fato de atender aos "requisitos básicos" do que de a um posicionamento estritamente partidário:

> "A. J. Renner & Cia Ltda. Porto Alegre / Montenegro: Firma brasileira com 3.700 Cts. de capital. Sócios de origem alemã. Júlio Renner, Clara Renner, Alfredo Renner, Maria Carolina Dreher, Luís Haedrich, Henrique K. Freitag. Matadouros e frigoríficos próprios. Exportação de banha, carne e conservas. De sentimento alemão. Arianos."[62]

É claro que o empresariado de Porto Alegre lutou o quanto pode para preservar inclusive seus interesses nos vínculos comerciais com Alemanha. Porém, manteve a capacidade de analisar as os riscos de assumir compromissos muito estreitos num cenário de disputa estratégica internacional. A Associação Comercial de Porto Alegre, a Federação Rural e o Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul chegaram inclusive a identificar na necessidade alemã de suprimentos, acentuada pela guerra, uma oportunidade de aprofundar aqueles vínculos. Porém, perceberam que esta negociação só poderia se dar através da mediação política dos governos estadual e nacional. Assim, acionaram o Interventor

---

[59] Cfe: Py, Tte Cel Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil – A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Op. Cit.* Anexo fotográfico.

[60] Vide final do item anterior.

[61] "Ação Integralista Brasileira. Diretório Técnico de Província, Rio Grande do Sul. Relatório do período de 28/02 a 30/04 de 1937."Aperj. Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 19 A. "Possui este D. T. P. um campo de esportes sito à rua Ramiro Barcelos, o qual é completamente fechado e está sendo adaptado para a prática dos exercícios da Secretaria de Educação [do partido integralista local, N. do A.]. O campo supra foi cedido a este D. T. P. pelo Sr. A. J. Renner, o qual se prontificou a indenizar , caso precisar um dia do campo, todos os melhoramentos feitos."

[62] "Rede de Espionagem Nazista no Rio Grande do Sul, ou Nazismo no Rio Grande do Sul". Porto Alegre: Repartição Central de Polícia, Delegacia de Ordem Política e Social, 1942. Apesp. Fundo Deops. P. 283.

Federal no estado, Cordeiro de Farias, que dirigiu telegrama ao ministro Oswaldo Aranha, solicitando que interferisse junto à missão alemã incumbida de "intensificar o comércio teuto-brasileiro" para que visitasse Porto Alegre, mas apenas "caso não haja inconveniente atual orientação nosso Governo momento internacional."[63]

Esse tipo de episódio permite analisar melhor o complexo jogo envolvendo interesses comerciais e estratégias de política internacional envolvendo norte-americanos e alemães na América do Sul entre meados dos anos 30 e 40, assim como situar a evolução do posicionamento do empresariado teuto-brasileiro de Porto Alegre no seu interior, a partir do equacionamento muitas vezes difícil entre suas lealdades étnicas , suas simpatias políticas e seus interesses econômicos.

Na sua análise sobre as dimensões reais da atividade nazista no sul do Brasil, René Gertz alerta para o risco de sermos induzidos pelas evidências manipuladas pela máquina de repressão montada justamente para produzir a idéia de que a "5ª Coluna" seria uma ameaça à segurança nacional. Gertz sustenta, com base na literatura internacional sobre o assunto, que nunca teria existido, por exemplo, "um plano [nazista] para conquistas político-militares na América do Sul."[64]

A "ausência de uma concepção" clara em relação à América Latina, lamentada por diplomatas alemães da região seria a demonstração de que não haveria nem mesmo um "programa elaborado para a difusão do nacional-socialismo entre os teutos no Brasil"[65], e que a atuação nazista no país seria portanto em larga medida espontânea, e ademais limitada, inclusive pela atuação decidida dos anti-nazistas dentro da "colônia".[66] Após desmontar grande parte dos argumentos construídos pela repressão para inflacionar a dimensão do nazismo entre os teuto-brasileiros, Gertz ressalva que:

---

[63] "Cordeiro de Farias a Oswaldo Aranha". Porto Alegre, 14 de Abril de 1939. Arquivo Oswaldo Aranha, código OA 39.01.21. Cpdoc. No mesmo bloco de correspondências, a Associação Comercial de Porto Alegre pede a intermediação do Ministério das Relações Exteriores para conseguir efetivar a remessa de mercadorias vendidas ao governo alemão e embarcadas no navio "Rio Grande" retido no porto de mesmo nome, assim como o respectivo pagamento. Cfe: "Alberto S. Oliveira, presidente e Gaston Englert, secretário, a Ariosto Pinto". Porto Alegre, 08/09/39.

[64] Gertz, René. *O fascismo no sul do Brasil. Germanismo, nazismo, integralismo. Op. Cit.* P. 75.

[65] *Idem, Ibidem.* P. 78.

[66] *Idem, Ibidem.* P. 91.

> "Manifestações de simpatia, apoio ou pertencimento ao partido nazista poderiam eventualmente ser explicados a partir de interesses econômicos."[67]

É claro que não apenas interesses, mas também a pressão jogava sua parte:

> "Um proeminente cidadão alemão residente em Porto Alegre, que anteriormente possuía e operava dois automóveis de passageiros americanos, me contou que ele agora tinha dois carros alemães, a despeito do fato de que ele preferia as marcas americanas. Ele afirmou que os agentes nazistas tinham deixado claro que ele deveria possuir carros alemães e que se ele não fizesse isso ele seria colocado na lista negra. Ele disse que na medida em que ele faz negócios com a Alemanha e exportava um montante considerável de produtos para aquele país, ele sentia que seira do seu interesse satisfazer a demanda"[68]

A grande dificuldade, no caso, está em traçar os limites entre economia e estratégia. Se uma invasão ou o fomento direto a golpes de estado não foram cogitados pelos alemães em relação à América do Sul, é certo que vários dos países da região foram palco de uma acirrada disputa pela predominância comercial destes com os norte-americanos. Essa disputa, que se acirrou nos anos 30, era permeada pela questão da capacidade de influência política associada à econômica, e pela luta pelo controle de setores altamente estratégicos em qualquer cenário possível na disputa de hegemonia internacional, como é o caso da aviação. Não devemos esquecer as raízes econômicas das duas guerras mundiais.[69]

No que diz respeito a importantes países sul-americanos, como Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Brasil, o trunfo dos americanos era basicamente de ordem geopolítica, enquanto o germânico se baseava na possibilidade de cultivar a lealdade das

---

[67] *Idem, Ibidem.* P. 105.

[68] "Nazi and fascist propaganda and integralism". Relatório preparado pelo Vice-Cônsul norte-americano em Porto Alegre, Guy W. Ray. 2 de dezembro de 1937. NARA, Departamento de Estado. P. 7.

[69] A disputa comercial no contexto da Segunda Guerra, está retratada nos folhetos: "Un futuro promisor. Son excelentes las posibilidades comerciales entre Alemania e Ibero-America", e "A 'quinta coluna' nas duas Américas. Objetivo final de Hitler: conquista da América Latina", ambos de 1941. O último contém uma seção sobre como o "...dinheiro ganho por firmas alemãs no estrangeiro é usado contra os países onde elas

colônias alemãs à pátria-mãe e em outros fatores, como a profunda influência da formação prussiana nas forças armadas nacionais de várias destas repúblicas. Independentemente de golpes, estes fatores, com maior peso para o elemento militar, contribuíram para que a definição de posicionamento destes países no conflito mundial fosse objeto de disputa dentro das elites dirigentes locais, e pelo menos no caso da Argentina, tenha se mantido ambígua até o final.

No caso brasileiro, talvez a peculiaridade de que as três maiores colônias de imigrantes fossem provenientes exatamente dos países do eixo tenha contribuído para a diluição da simpatia inicial pelos regimes fascistas dentro do governo Vargas e de grande parte da elite nacional, que acabaram colocando a "segurança nacional" em consideração superior à afinidade ideológica. O risco de uma opção em sentido contrário, entretanto, foi extremamente útil para a negociação de recompensas significativas pela adesão aos aliados, como foi o caso do financiamento para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda.

Assim, se o cenário de ação militar aberta, ao menos em terra, estava distante da realidade sul-americana, não era este o caso de outros elementos do jogo estratégico internacional. A questão dos "interesses econômicos", portanto, não pode ser dissociada da interação do empresariado local, seja ele teuto-brasileiro ou não, com ações planejadas por parte da cúpula alemã. Na ação da rede de agentes germânicos descoberta pela polícia política gaúcha em colaboração com a paulista em 1942, é impossível dissociar a espionagem comercial do suporte logístico à ação militar na costa brasileira.

Foi a partir do próprio episódio da instalação dos rádio-transmissores no vapor "Rio Grande" que as pistas começaram a ser levantadas, e os contatos entre os vários elos de uma rede de informações começaram a ser identificados. Os envolvidos eram em sua maioria alemães natos, muitos deles veteranos da I Guerra Mundial, alguns de famílias militares, e alguns poucos teuto-brasileiros. Na sua grande maioria, estavam empregados em empresas que envolviam participação de capital alemão, ou intensos vínculos comerciais com a Alemanha, como a Tubos Mannesmann, a Cia de Navegação Hamburguesa, a Casa Alemã de Porto Alegre, a Bromberg S/A, a AEG, entre outras.

---

estão estabelecidas...", ilustrada por uma série de produtos alemães, de utensílios de cozinha a binóculos. NARA, Departamento de Estado.

Equipados com "tintas simpáticas" (cuja escrita só é revelada após algum procedimento especial), códigos e mesmo uma micro-câmara fotográfica, recolhiam informações sobre empresas brasileiras, muitas delas de propriedade de descendentes de alemães, com as quais alimentavam a "lista negra" do Reich. Ao mesmo tempo, instalavam em alguns dos principais portos do país (Recife, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande) sistemas de levantamento de informações sobre a movimentação de navios e equipamento para transmissão das informações obtidas, como o rádio apreendido em Rio Grande.[70] Embora a origem da montagem da rede tenha sido motivada aparentemente pelo interesse em usar o comércio como forma de fortalecer os vínculos dos "bons alemães" no Brasil com a pátria-mãe, as informações sobre movimentação dos navios nos porto foram fundamentais para as ações levadas a cabo pela marinha alemã na costa brasileira. Portanto, como comentou o responsável pela redação do relatório final da investigação:

> "Ninguém sabe quantos prejuízos foram causados e quantas vítimas inocentes pereceram, em face da atuação deste indivíduos que participaram direta ou indiretamente no criminoso torpedeamento de navios mercantes."[71]

Apesar desta interseção entre economia, política internacional e conflito militar, acentuada e tensionada pela guerra, o próprio Consulado Norte-Americano de Porto Alegre sabia analisar bem as diferenças de grau que variavam da ampla simpatia difusa pelo nazismo, muitas vezes associada ao orgulho da re-emergência da Alemanha como potência econômica e militar nos primeiros anos do governo de Hitler, à minoritária militância efetiva. É com base nesta distinção que o consulado apoia a retirada do nome de "Viúva Hugo Hermann & Cia"[72] da "lista negra" aliada, em 1944:

---

[70] Para uma descrição detalhada sobre a estrutura da espionagem alemã no Brasil e seus principais agentes, Cfe: Hilton, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil. A história da espionagem alemã no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. Também: Perazzo: Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo.* São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

[71] "Rede de Espionagem Nazista no Rio Grande do Sul, ou Nazismo no Rio Grande do Sul". Porto Alegre: Repartição Central de Polícia, Delegacia de Ordem Política e Social, 1942. Apesp. Fundo Deops. P. 24. Vale destacar que Otto Ernst Meyer foi chamado a depor neste processo apenas como testemunha, no indiciamento de Hans Curt Wener Meyer-Clason, apesar de seu envolvimento ativo na instalação do transmissor a bordo do "Rio Grande". Cfe. *Idem, Ibidem.* Pp. 114-115.

[72] Trata-se da empresa que fabrica as tintas Renner, ver capítulo III.

> "Olga Renner Herrmann, que é a viúva Hugo Herrmann, é uma irmã de A. J. Renner, um dos líderes industriais do Rio Grande do Sul. Não se sabe que a Viúva Hugo Herrmann seja politicamente ativa e não se acredita que abrigue simpatias pró-nazistas, mas como um membro da família Renner, se acredita que ela numa certa extensão, tenha simpatias secretas pró-alemãs.
>
> Dos fatos e comentários recolhidos da DOPS é razoável acreditar que os membros da firma podem ser considerados politicamente não-objetáveis.
>
> O Consulado é da opinião que Viúva Hugo Herrmann & Cia., Porto Alegre, deve ser permitida a comercializar com firmas americanas."[73]

Delineiam-se aqui as implicações da fina linha que separava simpatia de comprometimento, limite que Otto Ernst Meyer cruzou por seu próprio risco em razão de suas crenças políticas e patrióticas, ou em função de compromissos anteriormente assumidos. A maioria do empresariado teuto-brasileiro de Porto Alegre, entretanto, seguia o pragmatismo da posição sintetizada por Bins em 1937, em conversa reservada com o Cônsul norte-americano em Porto Alegre, destinada a explicar o sentido da decretação do Estado Novo, e a relação do governo Vargas com a Alemanha e a Itália:

> "[...] a ação recente do presidente tem sido inspirada em grande medida pelo Sr. Salazar em Portugal, e pelos exemplos de Hitler e Mussolini, que 'restauraram a ordem nos seus países'.
>
> [...] Major Bins disse que embora nascido em Porto Alegre ele é de descendência alemã e seus sentimentos são estritamente pró-alemães. Ele disse que, todavia, todos alemães de bom senso devem se dar conta de que o Brasil está sob influência dos Estado Unidos, e que política e comercialmente, a Alemanha deve jogar um papel secundário. Ele disse que a menos que o Sr. Getúlio Vargas tenha mudado radicalmente durante os

---

[73] "Reginald S. Castleman, Cônsul norte-americano em Porto Alegre, a Jefferson Caffery, Embaixador norte-americano no Brasil." Porto Alegre, 03/08/44. NARA, Departamento de Estado.

> últimos poucos anos, o presidente se dá conta de que o capital estrangeiro é necessário para o desenvolvimento do Brasil, que tal capital deve vir dos Estado Unidos, e também que em vista do fato de que os Estados Unidos é o melhor consumidor do Brasil, esse país não poderia se alhear dos Estados Unidos. Ele disse que ele mesmo se deu conta de que se o Sr. Vargas tentasse imitar Hitler ou Mussolini ele iria perder o suporte dos Estados Unidos, e ele não se poderia permitir isso."[74]

Com base neste pragmatismo, é provável que Bins e Renner tenham sido ativos para evitar a filiação do "Turner Bund" e da "Sociedade Germânia" de Porto Alegre ao partido nazista, proposta que foi derrotada após violentos conflitos em Junho de 1937. Esta iniciativa de rejeição a um vínculo orgânico com o nazismo marcou as sociedades alemãs de Porto Alegre, ao contrário da tendência geral, já que nenhuma destas filiações ocorreu na capital gaúcha, enquanto 185 tiveram lugar em outros redutos de colonização germânica no restante do estado e do país.[75]

Nacionalização sob tutela americana, o caráter "paraestatal" da Varig no pós-guerra

Se a comunidade empresarial teuto-brasileira de Porto Alegre estava profundamente envolvida no conflito estratégico pela predominância econômica na América do Sul, e seus possíveis desdobramentos militares, a formula se eleva a uma alta potência quando tratamos da Varig.

A entrada do Brasil na guerra do lado aliado, com o encerramento de qualquer atividade comercial com os países do eixo e o bloqueio dos bens alemães no país colocou a rede de aviação sob influência alemã em difícil situação. A falta de assistência técnica e

---

[74] "Nazi and fascist propaganda and integralism". Relatório preparado pelo Vice-Cônsul norte-americano em Porto Alegre, Guy W. Ray. 2 de dezembro de 1937. NARA, Departamento de Estado. P. 15

[75] *Idem, Ibidem.* P. 5. Py oferece um dado parcialmente diferente, indicando que o "Deutscher Schetzen-Verein" (Sociedade dos Atiradores Alemães) de Porto Alegre teria se filiado ao partido nazista. Cfe. Py, Tte Cel Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil – A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Op. Cit.* Pp. 58-59. O vice-cônsul norte-americano, Guy W. Ray, comenta também que "o secretário do Turner Bund afirmou em uma conversa particular que ao menos 75% dos seus membros preferem manter a independência da organização e votariam contra qualquer subordinação aberta ao governo de Berlin". "Friction in Rio Grande do Sul between Nazi adherents and other German elements". Porto Alegre, 4 de junho de 1937. NARA, Departamento de Estado. P. 2.

fornecimento de novas aeronaves estava praticamente inviabilizando as atividades da empresa, enquanto paralelamente o governo brasileiro, através do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, negociava com os norte-americanos a solução a ser dada à questão da aviação comercial no Brasil. Conforme relata Cláudia Musa Fay, a negociação envolvendo a nacionalização da Condor foi bastante complexa, com a intenção dos americanos sendo a de que a PanAm assumisse as rotas operadas pela primeira. Após a discussão de muitos detalhes, capazes de assegurar o fim da "influência germânica" na empresa, foi finalmente definida uma fórmula que permitia "transformar a Condor em uma companhia genuinamente brasileira", o que constituiria "um dos raro benefícios que nos trouxera a guerra". Deste modo, se a empresa ficava em mãos brasileira, com o seu patrimônio incorporado pelo Estado, os americanos teriam conseguido "enfraquecer a presença alemã", aumentando sua "influência mediante o fornecimento de recursos técnicos e humanos" à empresa rebatizada como Cruzeiro do Sul.[76]

No caso da Varig, tanto a situação original quanto a solução encontrada foram parcialmente diferentes. A presença dos interesses estatais gaúchos e federais na companhia impedia sua caracterização como uma empresa exclusivamente alemã. Se a lógica da guerra exigia a "limpeza" no que dizia respeito à presença alemã, a "política de boa vizinhança" aconselhava uma especial consideração. Foi neste sentido que o Consulado Norte-Americano de Porto Alegre intercedeu em favor do pedido de compra de aeronaves feito pela empresa à Defense Supply Corporation:

> "Eu tenho a honra de informar o Departamento [de Estado] que o General Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Rio Grande do Sul, solicitou-me ontem para levar ao Departamento a grande necessidade da empresa aérea Varig adquirir dois aviões nos Estados Unidos. A amizade do Interventor pelos Estados Unidos e seu comprovado desejo de colaborar conosco a qualquer respeito, incluindo a aplicação da Lista Proclamada [a lista negra aliada, N. do A.], habilita o seu desejo na questão destes aviões a ser tratado com toda consideração.

---

[76] Fay, Cláudia Musa. "A nacionalização da Condor". *In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH. Anais da XII Reunião.* Porto Alegre, 1992. Pp. 267-268.

[...] Os principais fatores que uma vez fizeram Varig um contato indesejável não existem mais, e a companhia está preparada a remover as objeções razoáveis restantes que possam existir por parte do governo dos Estados Unidos.

Embora opere como uma companhia estritamente comercial, Varig é atualmente em larga medida de propriedade (cerca de 25%) do Governo deste estado que é também o principal credor da companhia, num montante de 900 Contos. Para todos os propósitos, se diz que a Varig é controlada pelo Estado, e o Dr. Érico de Assis Brasil, que está para ser brevemente eleito Diretor Presidente da companhia é o secretário do Interventor e escolhido a dedo por ele para essa posição. Assis Brasil é pró-americano.

Varig recebe um subsídio do Estado de 300 Contos por ano, e recentemente teve concedido um subsídio federal grandemente ampliado de 1400 Contos, condicionado a que a companhia voe um mínimo de 500.000 quilômetros por ano, abra uma linha regular de serviço bi-mensal de Pelotas a Montevidéu, e acrescente ao menos um avião tri-motor à frota Varig.

[...] A rota Pelotas-Montevidéu é uma na qual a Pan American Airways tem estado de olho. No último ano, uma tentativa da Pan American Airways (ou Panair do Brasil) de abrir esta rota, todavia, encontrou com dificuldades, e eu fiquei sabendo que na ocasião o Interventor do Rio Grande do Sul relatou ao Presidente da República que se a Panair agendasse o serviço entre Porto Alegre e Pelotas, ela mataria a Varig.

[...] Em vista de todas estas circunstâncias foi minha recomendação à Embaixada que o melhor de fato, e o único rumo lucrativo para nós seria reconhecer a predominância da Varig neste estado, aceitar a oportunidade oferecida de fazer dela uma amiga, e cooperar com a companhia e seu Interventor fornecendo os aviões necessitados. Esse rumo não necessitaria

> afetar nosso natural desejo de ajudar a Pan American Airways a expandir se campo internacional indo até Montevidéu."[77]

A primeira resposta ao pedido da Varig foi negativa, alegando duas razões. Em primeiro lugar escassez de material, já que "se dá prioridades às necessidades militares, e todas as linhas aéreas americanas já abriram mão de um terço de seus aviões para o exército". Além disso,

> "[...] a Defense Supply Corporation não irá nem mesmo considerar a ajuda a qualquer companhia que não tenha eliminado todos os traços de influência alemã. Por essa razão, em vista das origens da Varig, ela não seria capaz de considerar a ajuda à Varig até que qualquer circunstância desfavorável tenha sido esclarecida."[78]

O Consulado tornou a interceder, desta vez junto à Embaixada Norte-Americana no Rio de Janeiro,[79] e o novo Diretor Administrativo da Varig, Rubem Berta, teve que escrever nova carta a Washington, buscando eliminar definitivamente todas as dúvidas sobre "circunstâncias desfavoráveis." Após reforçar e detalhar os dados sobre a composição acionária da empresa, salientando a participação estatal, Berta tocava num ponto particularmente delicado:

> "Com referências à administração da Varig, nós declararíamos que ela está exclusivamente nas mãos de brasileiros natos, desde que em Dezembro de 1941, o Sr. Otto Ernst Meyer, um brasileiro naturalizado, alemão de nascimento, renunciou ao seu posto como Diretor Administrativo.
>
> [...] Nós temos apenas um piloto nascido no exterior ainda em serviço, o Sr. Xavier Greiss, que é naturalizado brasileiro, e recebeu do Presidente Vargas uma permissão especial para continuar trabalhando até 28 de Fevereiro do próximo ano. Todos os outros membros da tripulação são brasileiros natos.

---

[77] "Daniel M. Braddock, Cônsul Norte-Americano em Porto Alegre, a The Secretary of State", Washington. Porto Alegre, 09/07/42. NARA, Departamento de Estado.
[78] *Idem, Ibidem.* Memorando em anexo.

> O Sr. Greiss está no Brasil há 22 anos, e até prestou serviço militar nesse país. Acrescente-se que ele é absolutamente e estritamente não-político, tendo obtido a renovação da sua permissão por recomendação pessoal do Interventor, General Cordeiro de Farias."[80]

O fato era que Meyer continuava a ser sócio da empresa, e diante das evidências acumuladas contra ele e contra Greiss pela polícia política brasileira e pela inteligência norte-americana, seria necessário que a Defense Supply Corporation fechasse os olhos para autorizar a compra proposta pela Varig. No próprio ano de 1942, o Escritório dos Serviços Estratégicos em Washington recebia, proveniente do Serviço de Informação Tcheco-eslovaca, sediado em Nova Iorque, um informe detalhado, redigido em francês, sobre o perigo representado pela estrutura de aviação comercial da Condor na América Latina, particularmente no Brasil, e pela presença no país de um grande número de aviadores e engenheiros aéreos alemães, na sua maioria veteranos de guerra. Meyer mais uma vez era mencionado com destaque:

> "O diretor geral da linha Condor é o conde Studnitz que, já na outra guerra, era oficial da aviação alemã. O diretor adjunto comercial é Otto Ernst Meyer , antigo representante da Hapag na Argentina, envolvido em um episódio de espionagem na Bolívia e na Argentina. O diretor técnico é o engenheiro von Haube, que trabalho na época de 1927/1932 no Ministério da Guerra alemão. [...] Está provado que todo o pessoal da linha Condor se compõe de antigos soldados ou oficiais, homens de armas ativos."[81]

---

[79] "Daniel M. Braddock, Cônsul Norte-Americano em Porto Alegre, a John F. Simmons, Esquire, Chargé d'Affaires ad interim, Embaixada Norte-Americana". Porto Alegre, 25/08/42.

[80] "Rubem Berta a The Defense Supplies Corporation, Washington, D.C". Porto Alegre, 18 de Agosto de 1942. NARA, Departamento de Estado.

[81] "Report on Brazil received from Papanek". Office of Strategic Service. Washington, DC. 25 de maio de 1942. NARA, Departamento da Guerra. Não encontramos outras referências ao envolvimento de Meyer com espionagem na Argentina e Bolívia, nem o significado da sigla Hapag. O episódio da compra de aviões armados com metralhadoras, realizada em Buenos Aires na época da revolução de 30, entretanto, talvez forneça alguma pista sobre o assunto. O fato de Meyer exercer o cargo de diretor comercial da Condor também não é citado em outras fontes. Por outro lado, até onde foi possível confirmar, as informações sobre outros assuntos contidas neste detalhado relatório são confiáveis e criteriosas.

Diante de tantas informações relacionando Meyer à Condor e à estratégia militar alemã, a obtenção do credenciamento da Varig para a obtenção dos equipamentos norte-americanos de que necessitava exigiria uma negociação de alto nível. Enquanto as conversações se desenvolviam, o adido militar da Embaixada Norte-americana no Rio de Janeiro preparava um relatório sobre a Varig que reforçava ainda as suspeitas sobre Meyer e a Varig:

> "Este homem é um bem conhecido nazista. Ele se deu conta de como as coisas andariam para as companhias alemãs e, num movimentos esperto, vendeu 50% das ações da Varig para o governo. Como a Varig necessita desesperadamente de equipamento, ele esperava que isso limparia a sua ficha a fim de comprar o equipamento necessário. O cabeça atual da Varig é o senhor Berta, que é um teuto-brasileiro, assim como o são os pilotos e o pessoal de apoio em terra."[82]

Sobre as origens da empresa, a inteligência militar norte-americana também não tinha muitas dúvidas:

> "Os detalhes preliminares para a organização da primeira empresa de aviação brasileira foram discutidos em Berlim com o Condor Syndikat, tendo o propósito de, tomando em consideração a assessoria de dois técnicos capazes e experientes da '*Deustsche Lufthansa A.G.*', examinar os projetos e o orçamento de acordo com a experiência prévia".[83]

Os dois técnicos seriam o engenheiro Saur e o piloto chefe Craemer von Clausbruch, sobre quem o relatório alertava: "este homem foi preso este ano como quinta-colunista no Rio de Janeiro".[84]

Desnecessário dizer que com informações deste tipo, a resistência à venda de equipamento para a Varig continuava sendo imensa. A opinião dos militares norte-americanos sobre o assunto somente começaria a mudar após uma visita pessoal do adido

---

[82] "Varig airlines in Rio Grande do Sul". 03 de outubro de 1942. Military intelligence division. W.D.G.S. Military attaché report. NARA, Departamento da Guerra. P. 4.
[83] *Idem*. P. 3.
[84] *Idem*. Pp. 2-3. Sublinhado no original.

militar aéreo ao estado do Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1943, na qual foi recebido e ciceroneado pessoalmente pelo interventor federal. Embora o assunto fundamental da visita, que incluiu um vôo de reconhecimento até a fronteira, em Uruguaiana, fosse a necessidade da construção de uma base aérea no estado, a mesma serviu também para a checagem da opinião geral da população gaúcha sobre a guerra:

> "Falando do povo do Rio Grande do Sul, o general [Cordeiro de Farias, N. do A.] disse que embora ele seja composto na sua maior parte de descendentes de alemães, italianos e poloneses, eles são amplamente pró-Estados Unidos, e aqueles que não são podem ser mantidos facilmente sob controle e não vão causar problemas se seus líderes forem vigiados."[85]

Cordeiro de Farias também forneceu aos norte-americanos informações interessantes, como a de que "há comida suficiente no estado do Rio Grande do Sul para alimentar um exército de 1.000.000 de homens". Finalmente, a questão da Varig veio à tona:

> "[...] o Governo do Estado assumiu o controle das linhas aéreas Varig (ex-linhas aéreas alemãs), que opera no Rio Grande do Sul. Ele [Cordeiro de Farias, N. do A.] requisitou que o adido militar aéreo fizesse uma vistoria completa da companhia para satisfazer-se de que toda influência alemã tinha sido eliminada. Acompanhado pelo Dr. Plínio Milano, da Polícia Especial, o adido militar aéreo fez a vistoria visual das instalações e do pessoal das linhas aéreas Varig."[86]

Aparentemente, a impressão positiva da visita confluiu com o trabalho diplomático realizado pelo Ministério de Relações Exteriores brasileiro, abrindo caminho para "limpar a ficha" da Varig nos Estado Unidos. Após uma longa negociação, em Maio de 1943, Berta finalmente podia agradecer a Oswaldo Aranha, cuja atuação como intermediário e avalista do processo de "nacionalização" fora decisiva para resolver os problemas da Varig:

---

[85] "Visit to the state of Rio Grande do Sul". 25 de fevereiro de 1943. Military intelligence division. W.D.G.S. Military attaché report. NARA, Departamento da Guerra. P. 2.

> "Tendo esta empresa concluído a compra de dois aviões Lockheed-Electra, para os seus serviços no Rio Grande do Sul, temos a honra e a grata satisfação de apresentar a V. Excia. Os nossos agradecimentos sinceros pela extensão do auxílio que neste assunto recebemos de V. Excia. E dos altos funcionários de vosso gabinete (...)"[87]

A conversão da base técnica, dos equipamentos alemães para os norte-americanos, concluía assim o processo de transformação na natureza da empresa. Como ocorrera desde suas origens, as condições de desenvolvimento da Varig como empreendimento econômico vinculavam-se diretamente ao contexto político regional, nacional e internacional. No caso, as mudanças de diretor e de fornecedores, assim como a ampliação da participação estatal, foram desencadeadas pela redefinição da política externa brasileira. Esta mudança se dava em um contexto no qual o interesse dos Estados Unidos em eliminar qualquer possibilidade de conquista de base de apoio ao Eixo no continente americano abria possibilidades para negociações altamente vantajosas do ponto de vista de um projeto nacional-desenvolvimentista. Como salienta Maria Lígia Coelho Prado:

> "Com o fantasma da Alemanha presente na mesa de discussões, o Brasil conseguiu 20 milhões de dólares – o governo brasileiro deveria colocar outros 25 milhões – de empréstimo a longo prazo para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, carro-chefe da política nacionalista de Getúlio Vargas. Além disso, arranjou um vantajoso financiamento para rearmar as Forças Armadas, outra das metas do Estado Novo.
>
> [...] Outro setor que mudou inteiramente com a guerra foi o dos transportes aéreos. [...] Enquanto a Panair era subsidiária da Pan-American, a Condor pertencia à Lufthansa; ao lado delas estavam Varig e VASP, também controladas pelo alemães e com fortes ligações com a Lufthansa. Em 1941, o governo dos Estados Unidos colocou na lista negra as companhias aéreas

---

[86] *Idem*. P. 2.

> latino-americanas controladas por alemães e ofereceu empréstimos substanciais para que estas companhias passassem para mãos nacionais".[88]

No caso da Varig, conforme já vimos, não se tratava de uma simples transferência do controle da empresa do capital estrangeiro para o nacional. A fórmula adotada desde a criação da empresa envolvia apenas uma pequena parcela de capital explicitamente estrangeiro (as ações do Banco Alemão Transatlântico – Filial brasileira, encampado no período da guerra pelo governo brasileiro), por outro lado, o governo estadual era acionista da companhia desde o início. Havia, é verdade, a suspeita, manifesta pela diplomacia norte-americana, sobre a existência de possíveis 'testas-de-ferro' da Lufthansa entre os acionistas, cujo peso teria, em qualquer hipótese, sido reduzido pela aumentos da participação governamental.

Porém, o que mais pesaria na redefinição do "caráter nacional" da Varig seria a ruptura dos laços orgânicos entre as lideranças empresariais da comunidade teuto-brasileira portoalegrense e o regime nazista, através do afastamento de Otto Ernst Meyer da presidência da empresa. Este episódio marcaria, na prática, o fim da ambigüidade expressa por Alberto Bins no malabarismo teórico de "ser brasileiro", "reconhecer que o Brasil está na área de influência norte-americana" e por outro lado ter o "coração" com a Alemanha. Após 1942, começava a valer para as elites nacionais (das quais o empresariado de origem germânica não pretendia ser excluído) a máxima de que "o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil".

De empresa regional a companhia internacional

Informalmente "nacionalizada", a Varig passaria por uma expansão acelerada no pós-45. Paralelamente, a partir de 1946, com a criação da Fundação do Funcionários e a cessão de parcela significativa das ações da empresa para a mesma, assumiria uma posição

---

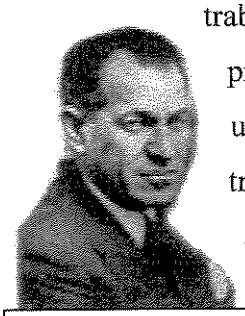
[87] "Rubem Berta a Oswaldo Aranha", Porto Alegre, 24/05/43. Arquivo Oswaldo Aranha, Código OA 43.06.05. Cpdoc.

[88] Prado, Maria Lígia Coelho. "Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra". Revista USP, São Paulo (26), junho/agosto de 1995. Pp. 56, 58. Agradeço esta referência a Fernando Teixeira da Silva. Sobre a importância do debate em relação à influência alemã e italiana no transporte aéreo sul-americano no processo de aproximação entre o Brasil e os Aliados Cfe: Seitenfus, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942.* Pp.342-348.

de vanguarda em termos de doutrina social, para a qual seria reivindicada como inspiração a encíclica papal *Rerum Novarum*.[89]

O profundo imbricamento na política nacional e internacional, assim como a complexa evolução da composição acionária da empresa, dificultam qualquer derivação simplista da sua política de relações de trabalho a partir do caráter do seu capital. Afinal de contas, a Varig era estatal ou privada, nacional ou estrangeira? A resposta varia conforme o momento, ou o posicionamento do observador. O que é indubitável são seus profundos vínculos com a história política do país, que teriam plena continuidade nas décadas seguintes.

Foi porém a pressão norte-americana contra Otto Ernst Meyer que levou à direção da Varig aquele que seria o principal presidente da sua história: Rubem Berta. Membro de uma família de industrialistas portoalegrenses, Berta tornou-se auxiliar de Meyer desde o início das suas atividades em Porto Alegre, e é apresentado na história institucional da companhia como o seu "primeiro funcionário", que teria começado a trabalhar sem sequer perguntar qual seria o seu salário. Já como presidente da empresa, passaria à memória dos "Variguianos" como um dirigente dotado de grande capacidade de liderança, respeito pelos trabalhadores, senso de oportunidade e, acima de tudo, domínio absoluto sobre o funcionamento da empresa.



Ruben Berta, o 'primeiro funcionário'

A primeira iniciativa inovadora atribuída a Berta foi a criação da Fundação dos Funcionários, à qual nos referimos no início deste capítulo. Segundo Fernando Morais Pereira, que trabalhou entre 1956 e 1975 na área comercial da empresa, a motivação de Berta nesse, como em outros casos, vinha do fato deste ser "muito socialista, no bom sentido, [...] era um camarada que olhava pros empregados não como patrão, mas como

---

[89] Consta que o futuro vereador e deputado trabalhista, com ampla base no Quarto Distrito, Armando Temperani Pereira, teria orientado juridicamente Rubem Berta na elaboração dos estatutos da Fundação. Isso caracterizaria um vínculo bastante direto entre o projeto social da empresa e a vertente programática do trabalhismo portoalegrense. Cfe: Entrevista com Armando Temperani Pereira Filho. 10/10/98.

colaborador."[90] Berta teria solicitado a Alberto Bins e outros acionistas que cedessem sua participação no capital da Varig para a constituição da fundação, que ficou possuindo entre 75 e 80% das ações. O presidente da empresa e da fundação seria o mesmo, e foi constituído também um Colégio Deliberante, composto de funcionários escolhidos pela companhia, que além de participarem do processo decisório, recebiam ações em nome individual.

Berta buscou ainda que o serviço assistencial da fundação assumisse as funções e os recursos destinados pelos funcionários da Varig ao IAPFESP, instituto de aposentadorias e pensões que congregava aeroviários e ferroviários. Fracassadas as negociações neste sentido com o governo, a fundação ainda assim desenvolveria uma ampla política de benefícios. Já no plano previdenciário, no final dos anos 70 a proposta seria parcialmente retomada, com a constituição da instituição de previdência privada AEROS, que viria a complementar a aposentadoria dos trabalhadores da empresa.[91]

A condução de Berta teria sido também decisiva no processo de incorporação pela Varig de empresas menores constituídas no imediato pós-guerra e, especialmente, das linhas por elas operadas. A liquidação de equipamentos obsoletos utilizados pelos americanos nas suas bases aéreas no Brasil possibilitou a constituição de 36 pequenas empresas de aviação, muitas delas compostas apenas por um ou dois pilotos e suas aeronaves. À medida que estas empresas apresentavam dificuldades financeiras e operacionais, a Varig adquiriu várias delas, expandindo suas rotas inicialmente nas regiões sul e sudeste, e depois atingindo o nordeste. Em 1955, a empresa assumiria sua primeira grande linha internacional, do Rio de Janeiro a Nova Iorque, para a qual investiu na estruturação de um serviço de bordo, que ganharia destaque internacional. Já em 1960, com a incorporaçòa do Consórcio Real Aerovias, viriam as linhas para Los Angeles, Tóquio e Miami.[92]

Este crescimento colocaria a Varig em uma situação de disputa cada vez mais direta com a Panair do Brasil pela hegemonia no transporte aéreo do país. O relato do episódio decisivo desta disputa exemplifica claramente a figura mitológica de Ruben Berta

---

[90] Entrevista com Fernando Morais Pereira, 17/10/98.
[91] *Idem.*
[92] *Idem.*

como líder empresarial, na visão de um de seus "colaboradores" próximos. Segundo Pereira, o governo brasileiro vinha recebendo queixas das suas embaixadas na Europa e em alguns países latino-americanos contra os serviços da Panair. Operando com poucas aeronaves, esta empresa estaria cancelando vôos com freqüência, obrigando inclusive passageiros a se deslocarem de trem entre capitais européias para realizar viagens de retorno ao Brasil com maior lotação em um único trecho. Baseado na experiência anterior da empresa argentina Transcontinental, que nos anos 50 havia ido à falência deixando mais 400 passageiros retidos na Europa, e preocupados com as repercussões negativas que uma situação semelhante poderia causar, o regime militar brasileiro teria montado uma verdadeira operação secreta para efetivar a transferência das linhas internacionais da Panair para a Varig.[93]

Em fevereiro de 1965, Ruben Berta teria sido chamado a Brasília para uma reunião reservada com o ministro da Aeronáutica. Baseado na experiência do ano anterior, quando a empresa fora mobilizada às pressas para garantir a fuga do presidente deposto João Goulart para o Uruguai, Berta teria deixado um Boeing 707 pronto para voar, abastecido e com a tripulação à postos, imaginando que a instabilidade política do ainda recente regime militar pudesse estar obrigando o então presidente Castelo Branco a seguir o caminho de Jango. Para sua surpresa, a pauta da reunião seria outra, com o ministro anunciando a suspensão das linhas da Panair do Brasil, e questionando-o sobre a capacidade da Varig assumi-las de imediato, sem solução de continuidade, incluindo um vôo que estaria saindo na mesma noite para Paris. O presidente da Varig, após 5 minutos de reflexão teria respondido afirmativamente, reprogramando o avião deixado de prontidão para a tarefa imediata de voar à capital francesa, ao mesmo tempo em que baseava sua análise sobre a viabilidade em assumir definitivamente as rotas da Panair num completo domínio sobre o funcionamento da sua companhia:

> "[...] eu duvido que existiu e que exista um presidente [...] que conhecesse a sua empresa na palma da mão o seu pessoal, pessoalmente, homem a homem como esse cidadão conhecia [...] até detalhes particulares de certos empregados, não estou dizendo empregados de alto nível não, estou falando

---

[93] *Idem.*

> de carregador, faxineiro, etc... Ele [...] sabia quais eram as possibilidades técnicas da empresa, sabia as possibilidades de recursos humanos [...], sabia as possibilidades financeiras [...], ele tinha o quadro de horários da companhia na cabeça".
>
> "A única pessoa que poderia dar aquela resposta em cinco minutos era o seu Berta. Se fosse outro ia dizer: '- Ah, vou ter que ver, vou ter que analisar, mandar chamar o diretor da contabilidade, o diretor de operações, não sei o que e tal, e então conversar pra ver se dá pra fazer'". [94]

É evidente que esta estória seria contada de modo diferente pelos proprietários da Panair. O que nos importa aqui ressaltar é a complementariedade entre os diversos traços que compõem a imagem deste líder empresarial: responsabilidade social; capacidade de explorar possibilidades do contexto para abrir espaço de crescimento para a companhia; pleno conhecimento sobre a empresa e seus potenciais, com destaque no que diz respeito aos recursos humanos. Não se trata de questionar o grau de veracidade ou de mitificação presente nesta imagem, mas sim de compreender o seu papel crucial na relação estabelecida entre a empresa e seus trabalhadores.

Estas características associadas à atuação de Berta à frente da empresa são reforçadas por outros relatos. Paulo Kalakun, que ingressou no trabalho de manutenção da Varig em 1960, por exemplo, lembra-se de encontrar o presidente em visita ao seu setor de trabalho em plena madrugada, após chegar de alguma viagem noturna.[95] Já Ibirará Fortes, que ingressou na Varig em 1953 e nela trabalhou 37 anos até se aposentar, embora enfrentando restrições da hierarquia da empresa por sua lealdade aos companheiros de trabalho (ver adiante), ainda hoje nutre profunda admiração por Berta, ao mesmo tempo um mito e uma pessoa extremamente acessível: "era um homem espetacular, muito simples".[96]

A gestão de Ruben Berta como presidente da Varig (1942-1966, ano de sua morte) confunde-se com o próprio processo de consolidação da empresa como companhia aérea de caráter nacional e, posteriormente, internacional. Em 1961, após incorporar a Real

---

[94] *Idem.*
[95] Entrevista com Paulo Kalakun, 22/07/99.

Aerovias, a sede administrativa da companhia foi transferida para o Rio de Janeiro, sua estrutura contábil para São Paulo, mantendo-se entretanto a sede política em Porto Alegre. A companhia contava já então com cerca de 3.500 funcionários, sendo que algo em torno de 1.000 em Porto Alegre. Além da tripulação e dos setores administrativos, um grande volume de trabalhadores se concentrava na área de manutenção, que somente na capital gaúcha empregaria em torno de 150 funcionários, trabalhando em regime de revezamento de 6 horas fora a turma especializada que realizava as revisões gerais nas aeronaves após 4.000 horas de vôo.

A associação direta entre a figura do presidente, com seus atributos particulares, e o processo de expansão da empresa, denota a importância da conjugação de vários elementos para o sucesso da mesma ao longo destas décadas. De um lado, uma política de recursos humanos avançada, capaz de mobilizar a adesão dos trabalhadores à companhia. De outro, a capacidade estratégica de mover-se no tumultuado cenário político do período explorando suas possibilidades e ao mesmo tempo evitando cair em situações que pudessem granjear conflitos que colocassem a empresa em risco. Tudo isso permeado pelo carisma e pela sensação de segurança proporcionada pela figura de um comandante com dotes de estrategista considerados fundamentais ao seu ramo de atividade:

> "Essa figura humana, que foi um dos executivos mais importantes que o país já teve, era um homem de uma visão extraordinária. Porque em aviação você tem que ter visão, [...] se você não enxergar cinco anos na frente é melhor largar o negócio, porque é muito instável. [...] Precisa fazer investimentos seríssimos, que você não pode fazer a curto prazo, [...] as encomendas tem que ser feitas com antecedência. Não é como entrar numa loja de automóveis e comprar e sair já. [...] Em princípio os aviões são iguais na sua concepção de fábrica. Mas são desiguais nos seus arranjos, de acordo com os interesses de cada uma companhia, principalmente arranjo técnico na parte de cabine de comando e na parte na cabine de passageiros. Você não pode chegar e dizer eu quero aquele Boeing 747. A fábrica vai te perguntar: '- Mas qual a versão que você quer?' [...] Aí te abre um leque

[96] Entrevista com Ibirará Fortes, 22/07/99.

> enorme de versões. O piloto que voa um 747 da Varig, não pode voar um 747 da British, ele senta na posição de comando ele vai sentir que tem diferença no painel, naquelas chaves."[97]

A combinação de fatores como carisma da liderança, política de benefícios sociais e expansão continuada, sob o signo do progresso técnico associada ao seu ramo de atuação, conferia à Varig o aspecto de um microcosmo que reproduzia, em grande medida, as características do sistema político constituído no país entre 1945 e 1964, ao qual a trajetória da empresa estava de fato intimamente vinculada. Do mesmo modo como as grandes lideranças políticas nacionais buscavam encarnar esta síntese entre "desenvolvimento nacional" e melhores oportunidades e condições de vida para a população, também a figura de Ruben Berta simbolizava, dentro da Varig, a associação entre crescimento e fortalecimento da empresa de um lado e "valorização" dos funcionários de outro. O "patriotismo empresarial"[98] dos "Variguianos" estava assim em profunda sintonia com o processo de incorporação dos trabalhadores urbanos ao sistema político populista, sob a égide do nacional-desenvolvimentismo.

Aviação e política: natureza da atividade e influência sobre os trabalhadores

Dado o papel estratégico da aviação civil, e considerando o ativo envolvimento do Estado na estruturação e regulamentação do setor, é evidente o profundo grau de envolvimento da atividade aeroviária com o processo político nacional (e mesmo internacional, como já vimos). Este envolvimento se acentua ainda mais devido ao papel decisivo da aviação no deslocamento de mandatários e políticos em geral. Outro componente de alto valor político, particularmente no período que analisamos, se dava pela estreita vinculação entre a operação do sistema aeronáutico e da rede de comunicação eletrônica (rádio-telegrafia) que lhe servia de suporte, constituindo-se simultaneamente no maior circuito de informações em tempo real existente no país.

---

[97] Entrevista com Fernando Morais Pereira, 17/10/98.

[98] Sobre o conceito de "patriotismo de fábrica". Cfe: Smith, Steve. "Craft consciousness, class-consciousness: Petrograd, 1917". *Op. Cit.*

Conforme vimos acima, o envolvimento direto da Varig com as altas esferas do governo federal inicia-se já na revolução de 30, na qual as aeronaves da empresa gaúcha prestaram relevantes serviços à causa revolucionária. Com as idas e vindas decorrentes da vinculação da empresa com a Alemanha no período da guerra, seu destino também veio a ser decidido em grande medida por uma complexa articulação de fatores políticos. No que diz respeito ao período entre 1945 e 1954, certamente políticos da cúpula getulista inicialmente removida do poder, e que a este retornaria em 1950, mantiveram grande influência sobre a empresa, já que era a homens como Cordeiro de Farias, Vargas e Oswaldo Aranha que a manutenção das condições para sua sobrevivência e posterior expansão se devia.

Aparentemente, entretanto, a relação íntima com o poder, qualquer que fosse o seu detentor, continuou a ser cultivada pela empresa, mantendo-se imune até mesmo a acontecimentos que redefiniram todo o contexto político do país, como foi o caso do golpe de 1964. Deste modo, o fato de trabalhar na Varig possibilitava aos seus funcionários um grau de proximidade bastante grande com a vida política nacional, assim como um acesso, muitas vezes de primeira mão, a informações relativas à mesma.

Os "causos" envolvendo grandes líderes políticos do período estão presentes nas memórias de todos os "variguianos":

> "Em 1956 Juscelino Kubitschek tomou posse. Quando terminou a eleição ele fez uma viagem de recreio à Europa num Constellation da Varig. [Foi a] primeira vez que [...] um avião da Varig foi pra Europa. [...] Modificaram a cabine interna do avião pra fazer aquela viagem. Mas a Varig não tinha pilotos que conhecessem bem as rotas. Então tinha esse comandante, [...] que era da Panair do Brasil e o seu Berta convidou-o a ir como navegador nesse vôo. Ele estava de férias, [...] e por uma questão de honestidade ele falou pro patrão dele: '- Eu vou fazer um vôo pra Europa pela Varig, mas não a serviço da Varig, vou a serviço da Presidência da República'. Aí disseram pra ele: '- Se o senhor fizer esse vôo, o senhor está demitido'. [...] Ele fez o vôo, e quando voltou evidentemente cantou as pedras pro Juscelino a bordo. Quando ele voltou o Ministro da Aeronáutica já havia

telefonado para o presidente da Panair: '- Se você botar esse homem na rua, vocês vão sofrer conseqüência, vai ter encrenca.'"[99]

Paulo Kalakun, por sua vez, estava de plantão na manutenção na noite de 31 de Março de 1964, quando o presidente deposto João Goulart chegou, às 11:30 da noite, passando por Porto Alegre a caminho de Montevidéu. "O Brizola estava dormindo no setor de cargas. O Jango aconselhou ele a não resistir e a seguir junto para o Uruguai". Após a conversa com Jango, Brizola decidiu ficar e Paulo achou que ele ia "agüentar a coisa no peito, a rádio anunciava isso". Imaginando que os "grupos dos 11" estavam preparados para resistir, Kalakun mobilizou os familiares durante a madrugada para se concentrarem na sua casa, construída em alvenaria e localizada em um bairro mais distante do centro da cidade: "- Vai ter guerra, revolução". Para sua surpresa, quando acordou, Brizola também já estava no Uruguai: "- Me deu uma raiva. Aquilo lá é só papo".[100]

Estórias como esta, circulando dentro da empresa, reforçavam a intimidade dos trabalhadores com o processo político nacional, especialmente com seus bastidores. Isso reforçava a politização vivenciada no bairro, onde a participação nos processos eleitorais e o debate cotidiano da política haviam se tornado atividades populares após 1945.

Dentro da empresa, o fato da aviação operar com base em um sistema de comunicações de longa distância fazia com que tivesse um papel fundamental no monitoramento de crises políticas e seus desdobramentos: "- Qualquer movimento político que acontecia, esses caras, o Brizola, o Sereno Chaise, estavam lá dentro". O próprio controle das comunicações rádio-telegráficas de empresas estrangeiras operando no Brasil era inicialmente feito pela Panair. Ciente da importância do controle sobre este meio de comunicação, a Varig tentou, "por interesse mais estratégico do que comercial", absorver esta atividade juntamente com a massa falida da Panair. Desta vez, entretanto, a empresa gaúcha não encontrou respaldo na aeronáutica, e a decisão adotada foi a da criação da TASA, uma estatal, para exercer a atividade.[101]

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

[99] Entrevista com Fernando Morais Pereira, 17/10/98.
[100] Entrevista com Paulo Kalakun, 22/07/99.
[101] Entrevista com Ibirará Fortes, 22/07/99.

Por estes motivos, o contato com o universo da política, mesmo no plano internacional, se dava com maior intensidade na radiotelegrafia do que em outros setores de trabalho:

> "- A gente passava as noites, anos e anos fazendo plantão, e aproveitava para ler, discutir [...] eu tinha colegas que ficavam tentando contatos com aviões russos, japoneses, até mesmo com navios. [...] A turma gostava de política".[102]

O grande momento em que este processo de politização esteve à raias de se transformar no protagonismo em um processo de atuação direta foi sem dúvida nenhuma a campanha da Legalidade, em 1961. Durante este episódio, Ibirará Fortes recorda-se estar dentro do Palácio Farroupilha, requisitados pelo governador Leonel Brizola justamente com outros colegas telegrafistas, enquanto se distribuíam armas à população. Ele próprio quase assinou a lista para participar da luta de resistência, no que foi impedido pelo irmão. Já outros "variguianos", em consonância com seus posicionamentos políticos, chegaram a assumir um compromisso mais decisivo neste momento crítico, embora torcendo para não ter de levá-lo às últimas conseqüências:

> "[Na] legalidade, eu [me] alistei pra ajudar o Rio Grande do Sul mas graças a Deus não foi preciso, [...] se chamasse estava lá eu, o Borges e o Martins, nós trabalhávamos na Varig juntos. Vamos se alistar? Vamos. Fomos lá e o Martins botou o meu nome e o do Borges, mas louco que nós estávamos pra não precisar ir."[103]

A combinação entre, de um lado, esta vivência em um ambiente de trabalho permeado constantemente pelo contato com o universo da política e, de outro lado, a reelaboração de uma política social empresarial baseada em grande medida no paradigma nacional-socialista, influenciariam em grande medida a visão dos "variguianos" sobre a empresa, seu papel num projeto de desenvolvimento nacional e, finalmente, sobre seus direitos como trabalhadores dentro dela.

---

[102] *Idem.*
[103] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97.

O "programa social" nacional-socialista fora do seu contexto original

Respondendo às expectativas de benefícios sociais e progresso, própria do período populista e desenvolvimentista, a Varig não se livrou do fantasma das origens. O paternalismo necessita do culto do pai[104], e o fato é que Otto Ernst Meyer nunca se afastou efetivamente da empresa. Segundo antigos funcionários da companhia, ele após alguns anos retomou sua participação no conselho da empresa, e alguns argumentam que ele teria sido mesmo a eminência parda da gestão Rubem Berta, ao longo da qual a empresa tornou-se a maior companhia aérea do país. Hoje, a Cruz de Ferro, alta condecoração alemã, que Meyer possuía em função de sua participação na I Guerra Mundial, adorna a vitrine do museu da Varig dedicada em sua memória. Perto dela, uma foto do próprio portando-a com naturalidade no início da década de 60.

Haveria algum vínculo dos benefícios concedidos pela empresa após a "nacionalização" com o "parte social" do programa nazista defendida por Meyer e seus companheiros do *Arbeits Front*?

Na verdade, a própria eficácia da *DAF* como elemento de "integração da classe trabalhadora dentro do regime de dominação" na Alemanha nazista é objeto de polêmica. Mason, por exemplo, avalia que a "Frente" "como representação organizada dos interesses dos trabalhadores [...] era de longe menos importante e efetiva para os seus membros que a maioria das outras organizações afiliadas e ocupacionais na Alemanha nacional-socialista".[105] Outros elementos como a repressão terrorista, a disposição do regime a fazer concessões frente a manifestações de insatisfação operária e a neutralização da resistência potencial por meio de divisões no interior da classe trabalhadora teriam tido maior peso na contenção do movimento operário alemão do que os programas sociais e culturais, a propaganda e a formação política desenvolvidos pela organização.[106]

---

[104] Sobre a relação entre culto do pai e da masculinidade, ênfase na diferença de gênero e política racial no nazismo, ver Bock, Gisela. *Zwangssterilisation im Nationalsozialismus Studien zur Rassenpolitik und Frauenpolitik*. Opladen, 1986. *Apud*: Lüdtke, Alf. "The 'Honor of Labour' – Industrial workers and the power of symbols under National Socialism". *Op. Cit.*

[105] Mason, Tim. "The containment of the working class in Nazi Germany". *In: Nazism, fascism and the working class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. P. 233.

[106] *Idem, Ibidem.* P. 238. Para Mason, as iniciativas nazistas em relação aos trabalhadores derivariam menos de uma política claramente traçada do que do temor, manifesto pelo próprio Hitler, de que um eventual descontentamento operário pudesse desferir uma "punhalada nas costas" no regime, no momento em que o país estivesse envolvido em conflitos externos, reproduzindo o que, na interpretação nazista, teria ocorrido em

Outras leituras, entretanto, atribuem à *DAF* um papel mais efetivo, enfatizando sua atuação decisiva na construção de uma noção de respeito à honra ou à dignidade do trabalho manual que, embora manipulada ideologicamente de acordo com os objetivos do regime, dialogava diretamente com aspectos da cultura operária. Ao valorizar o "trabalho alemão de qualidade" e ao buscar uma via nacional para a modernização produtiva distinta do fordismo e do taylorismo, a política trabalhista nazista teria desenvolvido uma linguagem positiva sobre o trabalho manual em contraste com o discurso tradicional da esquerda marxista, que associava este à idéia de alienação. Mais do que um discurso, esta concepção de valorização do trabalho manual se refletiria em práticas políticas com as visitas freqüentes e não programadas de Robert Ley a fábricas, onde ouvia diretamente dos operários sua opinião sobre o trabalho e a sua situação de vida, e realizava o ato simbólico que depois realçaria em seus discursos como sendo demonstrador da importância atribuída pelo regime aos trabalhadores: "Eu dei a minha mão aos homens".[107]

Considerando-se a hipótese de que a filiação de seu fundador à *DAF* tenha influenciado as relações estabelecidas pela Varig com seus funcionários, seria interessante questionar de que modo esta influência poderia ser dar. Evidentemente dois elementos estruturais fundamentais para a compreensão do papel da *DAF* na Alemanha estão ausentes no contexto brasileiro. Nem uma eventual aplicação das orientações da frente teria aqui a força de uma política oficial do Estado (por mais similaridades ideológicas que estas pudessem ter com a concepção de relações de trabalho do Estado Novo) nem mesmo defrontar-se-ia com o risco potencial do ressurgimento de um movimento operário social-democrata e comunista de massas, inexistente na história do proletariado brasileiro.

Por outro lado, boa parte da operação simbólica visando aumentar a identificação entre trabalhador e empresa e associá-la ao nacionalismo e à sensação de participação no desenvolvimento do país encontraria ambiente propício no interior da Varig neste período. Um dos pilares da política trabalhista nazista é a idéia de que o funcionamento da empresa deve expressar um ordenamento social mais amplo. No contexto

---

1919, quando a irrupção de um movimento revolucionário interno precipitara a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial. Cfe., Mason, Tim. *Social policy in the Third Reich – The working class and the 'National Community'". Op. Cit.* Capítulo 3.

da Alemanha hitlerista, a crença de que a agressão externa e a expansão são necessárias à manutenção da "comunidade nacional" se reproduzia no imaginário relativo à "comunidade fabril" através da celebração da competitividade. Dentro da fábrica, de um lado, o respeito à "dignidade do trabalho" aparecia como contra-face do rígido respeito pela hierarquia e pela "liderança" empresarial, considerados fundamentais para o enfrentamento da concorrência externa.

Este tipo de representação, combinando uma atitude de "respeito ao trabalhador" com uma rígida hierarquia e a exigência de dedicação obstinada aplicar-se-ia perfeitamente à Varig, uma empresa em processo de expansão atuando num ramo extremamente competitivo, particularmente entre 1945 e 1964, conforme vimos ao analisar a atuação de Rubem Berta na Presidência da mesma. Evidentemente, muitos destes traços que não são exclusivos da política trabalhista nazista, e mesmo no ponto de vista ideológico mais amplo, é bem possível que a encíclica *Rerum Novarum*, reivindicada por Berta como inspiração, seja mesmo uma das matrizes da política social da Varig pós-45. Não há de fato grandes contradições entre ambas no que diz respeito, por exemplo, à negação da luta de classes, à celebração da harmonia nas relações entre trabalho e capital e à defesa do respeito à disciplina e da ordem social estabelecida, o que também às aproxima do discurso político associado à legislação trabalhista varguista.

Como membro declarado da *DAF*, e defensor da implantação do programa social nazista no Brasil, entretanto, é bem provável que Otto Ernst Meyer tenha estruturado as relações de trabalho da companhia que dirigia tendo como referência a produção ideológica da "Frente" e a experiência alemã de relações de trabalho desenvolvidas no período.

Se muitos dos componentes desta política podem ser considerados comuns a outros sistemas de relação de trabalho paternalistas autoritários, o elemento distintivo do nazismo permanece sendo a definição explícita de rígidos limites de hierarquia e exclusão com base étnico-racial. A princípio, mesmo supondo uma influência da filosofia nazista de relações de trabalho na empresa até 1942, se tenderia a imaginar que, após o processo de

---

[107] Lüdtke, Alf. "The 'Honor of Labour' – Industrial workers and the power os symbols under National Socialism". *Op. Cit.* P. 69. É interessante destacar que a fábrica modelo do "trabalho alemão de qualidade" era precisamente a Junkers, fabricante das aeronaves utilizadas pela Varig. *Idem, Ibidem.* P. 91.

"nacionalização", ela estivesse isenta da base de exclusivismo étnico, e que o código de conduta de abnegação premiada com benefícios, assim como as oportunidades de ascensão, viriam a se aplicar igualmente a todos os trabalhadores da empresa. Mas essa expectativa igualitarista se via frustrada diante de continuidades culturais que embasavam a reprodução das relações internas de poder.

Na entrevista de Robert Alexander com o "cabeça" da Varig na Bahia em 1962, uma das que foi utilizada como fonte para o livro citado no início deste capítulo, o entrevistado salienta a dedicação dos funcionários à empresa:

> "Os empregados da Varig amam sua companhia e trabalham para ela de todo o coração, porque eles sentem que ela pertence a eles. [...] Eles tentam evitar tudo que prejudique a companhia."[108]

Este amor, contudo, estaria baseado num compromisso de eficácia, e esta seria assegurada por uma hierarquia estruturada em bases étnicas:

> "[...] A maioria das posições chaves na companhia aqui no Norte e no Nordeste está sob o controle de gaúchos [de origem alemã, N. do A.], como ele. O gerente e o sub-gerente aqui são ambos do Rio Grande do Sul. A razão para isso é que o povo desta parte do país é muito preguiçoso, tenta se eximir de responsabilidades e só pensa em sexo. Eles têm boas razões para isso, já que as mulheres aqui são boas, mas eles deveriam também aprender a trabalhar conscientemente, o que eles não fazem. Varig não é a única companhia nisso. Quase todas as grande empresas aqui são dirigidas ou por estrangeiros e por brasileiros do sul."[109]

Mesmo em depoimentos atuais de defensores calorosos das políticas da companhia, a continuidade da hierarquia étnica no seu interior no período pós-guerra não chega a ser ocultada, embora se busque para tanto justificativas onde os preconceitos não se apresentam de modo tão grosseiro:

---

[108] Entrevista de Ian Kerr a Robert Alexander. Salvador, Bahia, 13 de Agosto de 1962. Agradeço o acesso a essa fonte a John D. French, responsável pelo projeto de organização do arquivo de Robert Alexander.
[109] *Idem.*

> "Os diretores eram todos praticamente de origem alemã. Com exceção de um que era o Seu Rochedo. Tinha o Seu Rubem Berta, tinha o Senhor Oscar Zübbel, tinha o Senhor Rudi Schalli, tinha o senhor [...] Harry Schultz [que] depois foi o presidente. [...] Assim como todo o pessoal da parte técnica, de manutenção e tudo mais. A maior parte dos operários eram alemães, poloneses e russos. Russo era como se chamava aqueles que imigraram da Rússia depois da primeira guerra. [...] [São] mais ucranianos que russos [...]. Essa era a maior parte do pessoal que lidavam com esse negócio, porque eram pessoas que vinham da Europa ou [...] de famílias oriundas da Europa, que tinham capacidade técnica, [...] mais por essa razão."[110]

O metalúrgico Armando Pinheiro talvez não concordasse com esta explicação sobre a superioridade técnica do trabalho europeu. Em 1954, através do contato de um amigo com o chefe da manutenção da empresa, "o velho Repoll", alemão nato, que "veio da Alemanha contratado", ele ficou algum tempo na espera por um emprego para trabalhar nos tornos do setor. Ia ganhar bem, mas "não dava vaga nunca". Finalmente, lhe ofereceram para uma vaga de serviços gerais, carregando carrinhos com peças, sendo ele metalúrgico especializado com mais de 20 anos de experiência. Por outro lado, Paulo Kalakun, descendente de poloneses, ao ingressar na manutenção em 1960, segundo suas próprias palavras: "não sabia nem que parafuso tinha rosca".

Questionado sobre a possibilidade de sua experiência profissional ter sido subestimada em função de uma preferência da Varig pelo pessoal de origem alemã ou ao menos centro-européia, Pinheiro, que convivia intimamente com amigos de famílias germânicas, responde afirmativamente, explicando com naturalidade que esta predileção "está no sangue do alemão...". Ibirará Fortes relembra um 'pequeno detalhe': "a Varig não tinha tripulante preto", e acrescenta: "os funcionários competentes eram respeitados, mas sem ser 'alemão' [ou teuto-brasileiro, N. do A.], "não se era membro do clã".[111]

Além de praticamente vedar o acesso à 'elite' da empresa aos não-alemães, as origens da Varig se associavam a outros componentes para forjar um rígido código de

---

[110] Entrevista com Fernando Morais Pereira, 17/10/98.

conduta. Com toda a regulamentação das linhas aéreas comerciais definida pelo DAC (Departamento de Aviação Civil), órgão controlado pela aeronáutica, a influência militar também se fazia sentir na companhia. No dizer de Ibirará Fortes, DAC e direção da Varig "rezam pela mesma Bíblia". Embora valorizando a disciplina desenvolvida em quase quatro décadas na empresa, ("esta disciplina me serve muito"), Ibirará ainda recorda do choque inicial causado pelo contato com a sua doutrina. Após um culto ecumênico de final de ano, nos seus primeiros tempos de casa, assistiu juntamente com os demais colegas a uma palestra, prestigiada pela cúpula teuto-brasileira ("o seu Berta, o seu Lorenz, o seu Schütz,...). O orador foi bastante enfático: "- Em primeiro lugar, a pátria; em segundo, a Varig; depois, a família". O novo funcionário ficou impactado: "- Eu me apavorei com aquilo".[112]

O rigor na conduta era, em grande medida, incorporado pelos próprios funcionários, levando-os a diferenciarem comportamentos 'adequados' e 'inadequados' entre os colegas, e a avaliarem nesta base a correção da atitude da companhia frente a uns e outros. Segundo Paulo Kalakun: "- Eles não deixavam um funcionário mal, a não ser pessoas que abusavam". O exemplo de abuso seria o de um colega que tirou férias e viajou para o Uruguai, retornando sem dinheiro. Ao solicitar ao seu chefe imediato um adiantamento salarial, teria tido como resposta que "pobre, quando tira férias, não tem que viajar, tem que plantar couve no fundo do quintal".[113]

A política de concessão de benefícios e valorização dos funcionários, tendo como contraponto uma rígida disciplina e uma hierarquia étnica naturalizada, sugerem os ecos da influência da filiação do fundador da companhia ao *Deutsche Arbeits Front*. Evidentemente, o contexto político-social brasileiro do pós-guerra, que presenciou a ascensão da Varig à condição de grande empresa era radicamente distinto daquele da Alemanha hitlerista. Aqui, nem os fundamentos últimos que embasavam posturas discriminatórias poderiam ser publicamente sustentados, nem as doutrinas de exclusão levadas às suas conseqüências últimas. O pertencimento ao *Volksgemeinschaft*

---

[111] Entrevista com Armando Pinheiro, 27/07/99. Entrevista com Ibirará Fortes, 22/07/99. Entrevista com Paulo Kalakun, 22/07/99.
[112] Entrevista com Ibirará Fortes, 22/07/99.
[113] Entrevista com Paulo Kalakun, 22/07/99.

("comunidade racial nacional") tornava-se então não um critério de sobrevivência mas sim, num prática bem brasileira, de acesso a privilégios.

No interior de um processo de democratização (com suas limitações conhecidas), esta política empresarial, como matriz ideológica, não estaria livre de concorrentes. Do seu choque com a ação sindical e política de organização dos trabalhadores, assim como com a cultura de solidariedade por estes desenvolvida no local de trabalho e de moradia, surgiriam fissuras e conflitos.

Por outro lado, a assimilação do discurso empresarial baseado na noção nazista de militarização das relações sociais, com seu papel desagregador em relação à solidariedade classista e ao desenvolvimento de uma noção de direitos coletivos, demonstra a profundidade da influência cultural exercida pela empresa sobre seus trabalhadores. Se lembrarmos o papel da Varig no aprofundamento da mudança da configuração da classe trabalhadora porto-alegrense, especialmente no que diz respeito ao seu perfil ocupacional, veremos como este impacto se estendia muito além do universo dos funcionários da empresa. Um dos principais fatores para este efeito difuso ampliado seria a própria desproporção entre a envergadura assumida pela companhia aérea e as dimensões relativamente modestas da economia local. Lembremos a importância da Varig como símbolo de progresso, oportunidades de qualificação profissional e de ascensão social.

Vale a pena ainda salientar que, conforme apontamos acima, as políticas internas da Varig contribuíam para manter e realimentar clivagens étnicas que a valorização oficial do trabalhador "nacional", a incorporação ativa do proletariado urbano ao processo político com base nesta identidade, assim como a dinâmica das relações comunitárias no período aberto com a II Guerra Mundial tendiam a superar.

"Patriotismo de empresa", condições de trabalho e consciência de direitos

A tônica geral dos depoimentos de ex-funcionários da Varig indica em geral uma satisfação com sua experiência profissional na companhia, baseada em questões como o tratamento digno dispensado aos trabalhadores, a política de benefícios sociais e as próprias oportunidades de qualificação profissional vinculadas ao trabalho na empresa.

Uma frase de Paulo Kalakun pode sintetizar este sentimento: "Eu sou muito agradecido à Varig por tudo o que a gente aprendeu lá e pelo respeito que eles tinham [...]

pelo funcionário." Kalakun recorda que quando sua esposa teve problemas na gravidez, chegando quase a perder um filho, a companhia o liberou do trabalho e colocou um carro à sua disposição. "- Que empresa que faz isso?", pergunta. Na cooperativa de consumo da Varig, adquiriu seu primeiro refrigerador, com financiamento acessível e desconto na folha salarial. A maioria dos seus colegas na manutenção eram formados pela escolinha da própria companhia, onde ficavam exclusivamente estudando por 3 anos antes de ingressarem na função. Ele próprio entrou como aprendiz, mas pela facilidade que demonstrou no serviço, em 3 meses fazia serviços de meio oficial. Logo foi promovido, e passou a sair do trabalho às 3 da tarde para também freqüentar os cursos da escola.[114]

Ibirará Fortes também valoriza os aspectos positivos da empresa. "Eles davam o retorno [para o funcionário] com base numa avaliação profissional". O salário nunca atrasou. Quando trabalhava "5 minutos a mais eles pagavam a hora-extra", davam adiantamento salarial quando necessário e a prova do bom relacionamento com a firma seria que o fato de ter nela trabalhado até se aposentar: "- Fui um dos poucos". O orgulho pelo pioneirismo e modernidade associados à atividade-fim da empresa servia também como uma poderosa força de motivação. Ibirará explica seu ingresso na Varig, por exemplo pelo fato que "tinha um sonho de trabalhar na aviação". É importante destacar que passar de atividades burocráticas ou operacionais em terra para o trabalho a bordo, após treinamento específico, era uma das possibilidade de ascensão dentro da empresa. Tal hipótese estimulava a imaginação de muitos funcionários e abria perspectivas de melhorias salariais significativas, ao menos nos casos da (efetivamente restrita) carreira de comandante, além do poder simbólico do status de se trabalhar "no vôo".[115]

Os benefícios oferecidos pela empresa se estendiam além do meramente assistencial, envolvendo todo um espaço próprio de sociabilidade, bastante valorizado pelos funcionários, como podemos perceber no depoimento de Valter Jochade:

> "Pagava bem, e [tinha] aquelas liberdades, uns passeios que eles faziam, tinha divertimento lá, bolão, bocha, o pessoal se dava bem, tinha aquela casa

---

[114] *Idem.*
[115] Entrevista com Ibirará Fortes, 22/07/99.

> lá em Pedra Redonda que o pessoal veraneava por lá. [...] Sempre tinha liberdade lá."[116]

Esta relativa satisfação com a vida rotineira dentro da empresa explica porque muitos trabalhadores apesar de bastante politizados, como era o caso de Jochade, não tenham desenvolvido uma atuação reivindicativa mais marcante no seu local de trabalho. O ambiente dentro da Varig, que facilitava a politização, era por outro lado bastante refratário à penetração sindical. A política da empresa era ativamente anti-sindical. Ibirará Fortes conta que sindicalizou-se desde sua contratação, talvez por influência de seu contato prévio com o movimento trabalhista dos ferroviários, categoria profissional à qual pertencia o seu pai. Sabia entretanto que esta opção não agradava a hierarquia da empresa: "- Não era [que houvesse] uma perseguição explícita, mas [a sindicalização] não era vista com bons olhos". Com 37 anos de firma, Ibirará nunca foi indicado para o Conselho Deliberativo, nunca recebeu ações da empresa, e foi até mesmo tirado da lista para receber o 'relógio de ouro', símbolo de assiduidade com que eram agraciados os veteranos da casa. [117]

Os caminhos de penetração do sindicalismo na empresa passavam pela relação com outras categorias profissionais e por outras companhias aéreas. Metalúrgicos especializados, oriundos de uma das categorias profissionais com maior tradição de organização sindical em Porto Alegre foram absorvidos na manutenção, cujo trabalho se assemelhava ao de uma grande oficina mecânica em permanente plantão:

---

[116] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97.
[117] Entrevista com Ibirará Fortes, 22/07/99.

"Na manutenção [se fazia] [...] reforma, pintura, motor, estrutura. [...] Naquela época a Varig tinha seção de motor. Depois começou o negócio de jatos [...] e a seção de motor [...] terminou [...]. Quando chegava certo tempo de vôo tirava [o avião de circulação], [...] botava um outro que já



Manifestação conjunta dos sindicatos dos metalúrgicos e aeroviários. Porto Alegre, anos 50.

tinha um pronto, pros avião não parar, né? Sempre tinha um de reserva. Arrumava botava pistão, cilindro tudo novo, tinha uma seção lá que fazia um barulhão [...] que era uma barbaridade. Tinha que ligar o motor pra amaciar e deixava horas e horas ligado e água correndo, tipo um radiador, pro motor não esquentar demais. [...] Aquela água ia esquentando e já ia resfriando, caindo assim tipo uma cachoeira. [...] Na estrutura, às vezes o avião dava uma pousada mal, faltava alguma coisa. Conforme o tempo de

> vôo, pegavam e desmanchavam. Tirava tudo, rebites e outras coisas, botava tudo novo, passava algum produto ali, alguma coisa pra não enferrujar."[118]

Já na rádio-telegrafia, como no caso acima citado de Ibirará Fortes ferroviários ou seus descendentes poderiam trazer o indispensável domínio do código Morse como uma segunda língua materna: "éramos 11 pessoas em casa e 11 telegrafistas". Mas junto com o Morse, vinha o contato com décadas de experiência de organização sindical nas ferrovias. Através da Panair do Brasil, por outro lado, chegava a influência do sindicalismo norte-americano da PanAm. Não é à toa que apesar do grande número de funcionários da Varig, a principal liderança dos aeroviários em Porto Alegre seria Irajá de Almeida Prates, telegrafista da Panair.[119]

Mas quais seriam as bases da luta sindical na categoria dos aeroviários, e na Varig em particular? No que diz respeito a salários, as avaliações variam muito conforme a experiência individual e a referência utilizada para comparação. Jochade por exemplo, considera que: "- Dava pra viver bem. Além do meu salário eu tinha uma gratificação de função como chefe de seção, [...] à parte." Aparentemente, os salários iniciais da empresa eram bons em comparação aos oferecidos por outras carreiras acessíveis aos jovens das classes trabalhadoras de Porto Alegre, mas por outro lado as possibilidades reais de ascensão horizontal (aumentos salariais na mesma função) ou verticais (mudança de função) dentro da empresa era pequenas. Paulo Kalakun estudava contabilidade em curso noturno, e perdeu o estímulo para continuar quando descobriu que o salário de um contador era pouco maior do que o que ele ganhava na manutenção da Varig. Anos mais tarde, porém, saiu da empresa ao perceber que o pequeno restaurante gerido por sua família gerava de receita em um dia mais do que ele ganhava em uma semana. O regime de trabalho era também intensivo com jornada de trabalho longas e exigência de disponibilidade total para o atendimento das demandas da companhia. Ibirará como

---

[118] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97. A centralidade do setor de manutenção na estrutura das companhias aéreas do período permitiria a relativizar sua classificação formal como parte do ramo de serviços. Argumento similar é desenvolvido enfatizando as características industriais da maior parte do trabalho desenvolvido pelos ferroviários sul-americanos por Palermo, Silvana. "Union culture in the Argentine national railroads". Comunicação apresentada à *Fifteenth Latin American History Conference*, 17 a 18 de Abril de 1998. Duke, Carolina do Norte, Estados Unidos. Pp. 7-9.

[119] *Idem.*

supervisor da radio-telegrafia chegou a trabalhar até 18 horas consecutivas. Já Kalakun, como aprendiz com apenas 3 meses de empresa já estava trabalhando até 12 horas seguidas.

A ida para o "vôo", em particular, acabava revelando-se uma possibilidade extremamente limitada e sujeita a ser inviabilizada por obstáculos e obscuridades. Ibirará, aos 24 anos, foi reprovado no exame de saúde por uma suposta lesão no coração, que apesar de provocar enorme preocupação para a família, até hoje, 36 anos depois, não chegou a se manifestar em nenhum problema concreto. [120]

Aparentemente, a política de benefícios e a emulação do orgulho associado à imagem da empresa amorteciam as insatisfações decorrentes das pequenas perspectivas de ascensão ou melhorias salariais e mesmo da ocorrência de práticas discriminatórias. Por outro lado, as condições de trabalho da categoria parecem ter sido o grande ponto de partida da atuação sindical, levando a importantes conquistas no que diz respeito a adicionais de insalubridade e periculosidade. No mesmo sentido, no início dos anos 60, o sindicato nacional da categoria ingressou com um processo junto ao Ministério do Trabalho, visando a obtenção do direito à aposentadoria especial assegurada pela CLT aos trabalhadores engajados em atividades "penosas, insalubres ou perigosas". Um dos motivos alegados era que boa parte do trabalho de manutenção das aeronaves ocorria nas próprias pistas dos aeroportos, onde

> "a exposição à intempérie e às mudanças bruscas de temperatura são as mais constantes condições penosas impostas ao trabalho. Os mecânicos, especialistas, ajudantes e serventes são obrigados a atuar sob o sol ou a chuva. As naceles dos motores são abertos e nelas os trabalhadores entram, com a metade superior do corpo sujeita ao calor do motor recém desligado." [121]

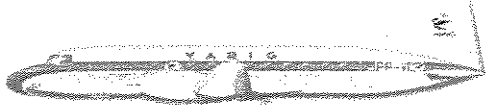


Figura 0: Um Convair da Varig

Outras tarefas do setor também ocorriam nas pistas:

---

[120] Entrevista com Ibirará Fortes, 22/07/99. Entrevista com Paulo Kalakun, 22/07/99.

[121] Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Processo n. 111.373/61, fl. 3. Arquivo Nacional, Brasília, de agora em diante, AN-BSB. O pleito dos aeroviários por aposentadoria especial foi atendido parcialmente, limitado a algumas funções e tarefas específicas.

> "Toda vez que vinha um Convair[122], pousava, nós tinha que pegar uma turma pra limpar a pista, ver se não tinha pedrinha. Era tão baixinho do chão esse avião, que se tivesse qualquer pedra podia gerar um acidente. Pegava uma turma aquele pessoal que carregava os caminhões lá pra limpar a pista"[123]

Mesmo os trabalhos realizados em outros ambientes, como oficinas e hangares, envolviam fatores agressivos à saúde dos trabalhadores: "o ruído (apito) dos motores a turbina, que assume freqüência altíssima [que] mesmo quando [...] deixa de ser audível [...] não deixa de atuar sobre outras zonas sensíveis do corpo humano"; "o contato com substâncias alergizantes ou nauseantes"; "as posições viciosas do organismo"; "o ambiente desconfortável", enfim:

> "a absorção de gases tóxicos, o manuseio de substâncias químicas, graxas, óleos, pulverização de tintas em pintura a pistola, anti-oxidação por jatos de areia, carga e descarga de acumuladores elétricos, poeiras metálicas suspensas por serragem ou esmerilhamento, pressurização, descompressão e refrigeração de cabines, umidade, chuva, ventos, tudo isso é peculiar e inevitável a todo e qualquer sistema de trabalho de manutenção de aeronaves"[124]

Além da insalubridade indicada, os profissionais da manutenção defrontavam-se permanentemente com os riscos relacionados, principalmente, à "extrema volatilidade da gasolina de alta octanagem usada em aviação" e de outros inflamáveis (oxigênio, acetileno, diluentes,...), assim como às "complexas instalações elétricas, trabalhando sob forte amperagem central".[125] Os perigos, em muitos casos, aumentavam à medida que novas tecnologias eram introduzidas, como se percebe em nota da Panair do Brasil relativa aos cuidados suplementares exigidos pela manutenção de aviões a jato: "a turbina é capaz de

---

[122] Modelo de avião utilizado pela Varig nos anos 50.
[123] Entrevista com Valter Roman Jochade, 18/03/97.
[124] Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Processo n. 111.373/61, fl. 6. AN-BSB.
[125] *Idem*, fl. 7.

desenvolver uma força de sucção de tal ordem que um homem poderá ser tragado, parcial ou totalmente, com resultados fatais".[126]

Condições penosas afetavam também os rádio-telegrafistas:

> "o martelar incessante dos sinais sonoros do código morse em seus ouvidos, e a mecanografia resultante da exigência de que sejam por eles datilografadas as mensagens à proporção que as recebem. [...] Os rádio-telegrafistas não recebem apenas os sinais putos emitidos pelo transmissor: chegam-lhe aos ouvidos também as irritantes descargas da estática, os ruídos derivados das interferências elétricas e do meio ambiente, conhecidos pela abreviatura 'QRM'"[127]

Situações de trabalho desta natureza explicam por que, num levantamento referente a 1961, dentre 186 casos de aposentadoria provocada por enfermidades na categoria, 88 casos (47, 69%) se referia a "doenças nervosas e mentais".[128]

Confrontando-se de um lado com uma empresa marcada por uma política extremamente ativa de conquista da lealdade dos funcionários, e por outro lado com um processo de trabalho estressante e agressivo, a base para uma ação coletiva dos trabalhadores se construía na luta para manter uma postura de autonomia e solidariedade no cotidiano. Ibirará Fortes, ao explicar a origem das retaliações que sofreu por parte da empresa, apesar de sua longa permanência na mesma destaca: "Eu simplesmente era leal aos companheiros. Nunca fiz greve, defendia a empresa, mas não entrava em certos jogos políticos." A título de exemplo, conta que como supervisor da turma da noite da rádio-telegrafia, tinha um colega, a ele subordinado, que era um "sindicalista ferrenho". O sindicato, no período, havia iniciado a fazer pressão para que certos militares que trabalhavam na seção fossem retirados da mesma. A questão chegou nos ouvidos do comando do III Exército, que exigiu punição para envolvidos.

O colega militante, eventualmente chegava cansado e cochilava durante o trabalho, correndo o risco de perder a transmissão de informações importantes, como

---

[126] *Idem*, fl. 11.
[127] *Idem*, fl. 4.
[128] *Idem*, anexo s/n. "Ofício DAM-ST-240/62", 18/06/82, assinado por Nelson Coelho de Oliveira, Diretor da Divisão Técnica do DAM (Departamento de Assistência Médica do IAPFESP).

boletins meteorológicos. Ibirará fazia 'vistas grossas' a estas falhas e até realizava partes do serviço do colega adormecido: "- Ele se meteu nesta encrenca [de ser sindicalista], eu não". Com a chefia superior sabendo que o supervisor não se disporia a participar da armadilha para uma demissão por justa causa, Ibirará um dia chegou ao trabalho e recebeu férias sem ter sido avisado anteriormente. Foi substituído por um outro colega que estava se candidatando a "ir para o vôo", e teve que aceitar como condição para tanto realizar a demissão. A testemunha utilizada para tanto se encontrava na mesma situação. O enfrentamento de situações como estas, ao longo de décadas de trabalho, sem ceder às pressões patronais, permitem ao ex-supervisor declarar que: "- Eu entrei e saí dentro do meu ideal".[129]

A análise do caso da Varig destaca as particularidades do desenvolvimento de uma identidade coletiva e de um processo de organização dos trabalhadores numa situação caracterizada pela combinação entre um sistema jurídico de relações de trabalho corporativista, um sistema político populista e uma política empresarial paternalista autoritária.

O desenvolvimento da consciência de classe, nas vozes dos "variguianos", não se centra necessariamente no conflito aberto com o capital. A empresa, numa certa medida nem mesmo chega a ser vista como a expressão de interesses econômicos contrapostos aos dos trabalhadores, mas antes como parte constitutiva de um processo de desenvolvimento nacional no qual estes se sentem participantes, sensação esta que a engenharia institucional da Fundação Ruben Berta procurou consolidar. A identidade coletiva se reforça, antes, pela construção de relações de solidariedade com os colegas, podendo daí sim advir o choque com "a companhia". Por outro lado, as aspirações voltadas à manutenção e ampliação de um espaço de acesso a direitos serão, em grande medida, canalizadas prioritariamente para a participação político-eleitoral. O sindicalismo chegará à empresa, assim, antes como uma agência de mobilização do potencial de benefícios presentes na legislação trabalhista varguista, pela influência de trabalhadores de outras empresas e categorias profissionais correlatas ou, ainda, como reflexo de uma conjuntura de mobilização operária geral no plano nacional, mais do que como expressão de um processo organizativo endógeno.

---

[129] Entrevista com Ibirará Fortes, 22/07/99.

Na relação com a sua força de trabalho local a Varig, deste modo, tanto expressava como realimentava as características do trabalhismo como forma de manifestação política predominante entre a grande concentração operária que constituía o Quarto Distrito de Porto Alegre no período 1945-1964. Assim como o discurso trabalhista predominante, a política social da empresa propunha a valorização do trabalhador enquanto agente do desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo que negava a necessidade deste se organizar na defesa de interesses próprios. A obtenção de benefícios sociais seria o resultado natural do crescimento da companhia e do progresso do país, assegurados e afiançados por seus líderes carismáticos e pelos mecanismos institucionais por estes criados.

Nem na empresa nem no processo político, entretanto, estes limites seriam eterna e passivamente respeitados pela classe trabalhadora. Enquanto o valor do trabalho era reconhecido e celebrado pelo discurso oficial de empresários e governantes, persistiam as discriminações e as condições degradantes de trabalho, assim como boa parte dos direitos sociais previstos em lei mantinha seu caráter virtual. Diante deste quadro, a ação coletiva classista, na empresa, no sindicato, no bairro e na cidade voltava a emergir, galvanizada com a força adquirida pelo peso econômico e eleitoral crescente do operariado urbano. As várias reações das forças políticas nacionais diante do crescimento deste potencial latente, muitas vezes expresso em resultados eleitorais inesperados, assim como greves e outras manifestações de massa, determinaria em grande medida o curso da história do país no período.

Em certa medida a forma peculiar de relação com o universo da política, assim como com a sua força de trabalho, que caracterizaria aquela que viria a ser a maior empresa de transporte aéreo da América Latina, derivava de particularidades como a natureza da inserção do Rio Grande do Sul na política nacional no pós-30 e a composição étnica do capital industrial local nas primeiras décadas do século, bem como do caráter estratégico do seu ramo de atuação e da natureza dramática da "nacionalização" do setor ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial.

Se daí resultou uma empresa *sui generis*, com uma história peculiar e, em especial, uma direção atípica, seguindo políticas pouco características da maioria das empresas brasileiras do período, por outro lado, o contexto geral em que esta trajetória se

situa guarda semelhança com outros processos locais de reconfiguração da classe trabalhadora brasileira a partir do crescimento urbano industrial e do desenvolvimento de comunidades integradas aos novos complexos econômicos emergentes no período.

Capítulo V – "Pela grandeza da nossa organização":

O movimento sindical e o operariado fabril

> "Era muito difícil congregar, associar o pessoal. Era muito fácil a greve. O sindicato fazia as greves, assumia as greves, quando sentia que a necessidade era de qualquer reivindicação, principalmente salário. Difícil era carregar o pessoal para se associar. Há uma contradição: direção *versus* arregimentação."[1]

Entre os anos 20 e os anos 50, à medida que se expandia o parque fabril de Porto Alegre, o movimento sindical confrontou-se com um novo cenário de atuação, gerado pela combinação de fatores tão distintos quanto a transformação na composição da classe trabalhadora, o desenvolvimento de políticas de "capitalismo de bem-estar" em algumas empresas de grande porte e, finalmente, o novo contexto político-institucional marcado pela regulamentação legal das relações de trabalho, que se estabelece de forma definitiva a partir de 1930.

Do ponto de vista da luta operária, a grande questão passa a ser, cada vez mais, a apropriação do "discurso da lei", estabelecendo a autonomia como uma condição para a efetivação de direitos que, de outro modo, permaneceriam como virtualidades normativas distantes da realidade social. Esta problemática será analisada no próximo capítulo.

Não bastava porém, mobilizar. Considerando-se que a luta envolvia cada vez mais uma atuação no espaço institucional e que o crescimento da dimensão e a maior heterogeneidade da classe operária tornavam muito mais complexas a definição de interesses e identidades comuns, os desafios organizativos ganhavam também uma nova amplitude.

De um lado, estes desafios diziam respeito a desenvolver formas associativas capazes de abarcar e representar amplos contingentes de trabalhadores e que, ao mesmo tempo, oferecessem respostas para os seus problemas imediatos numa ótica baseada no

fortalecimento da solidariedade de classe, contrapondo-se às alternativas oferecidas por outros atores, como a Igreja Católica e os próprios empresários.

De outro lado, o movimento operário necessitava implantar-se nas grandes indústrias, que no início do século já haviam participado de importantes mobilizações, como as greves gerais, mas em geral não eram sindicalizadas. Como neste ambiente o espírito de corpo associado ao exercício de um ofício em geral estava ausente, ou caracterizava apenas um grupo restrito de trabalhadores especializados, era fundamental desenvolver formas de identidade e vínculos de outra natureza a partir das próprias organizações operárias, que assumiam cada vez mais a forma de sindicatos por categoria ou ramo industrial. A intervenção estatal oficializando os sindicatos, a partir de 1931, se de um lado estendia a luta pela defesa de direitos estabelecidos em lei ao próprio direito de organização, por outro lado levaria ao desenvolvimento progressivo de instrumentos de controle e cooptação, o que colocaria as lideranças representativas em situação de permanente disputa não apenas com os patrões e os órgãos de repressão, mas também com prepostos estatais agindo no interior do próprio movimento sindical.

Da solidariedade à assistência: Estratégias organizativas e mutualidade[2]

O desenvolvimento do capitalismo produz transformações profundas no modo como as coletividades de trabalhadores enfrentam os riscos próprios da sua existência mortal e da sua condição social. A longo prazo, a adoção de estratégias que geram "um diferente modo de produção e organização pública da ajuda social para indivíduos excluídos da atividade produtiva" modifica até mesmo o papel de estruturas sociais básicas como a família nuclear. A integração internacional de mercados e a industrialização levam a deslocamentos massivos de população, concentração acelerada em núcleos urbanos, extinção de velhos e surgimento de novos modos de sobrevivência econômica, ocasionando a crise ou o desaparecimento de mecanismos tradicionais de solidariedade baseados em

---

[1] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.

[2] Uma versão preliminar deste item foi apresentada como comunicação à *Fifteenth Latin American Labor History Conference*. Durham, EUA, 17 e 18 de Abril de 1998; e publicada como "Da Solidariedade à Assistência: Estratégias Organizativas e Mutualidade no Movimento Operário de Porto Alegre na Primeira Metade do Século XX". *Cadernos AEL*, nº 10/11. Campinas, Primeiro e Segundo Semestres de 1999. Pp. 171-218.

estruturas de parentesco, normas de ação comunitária ou ofício. Ao mesmo tempo, novos vínculos associativos surgem no universo urbano industrial.[3]

A exposição à "insegurança estrutural" está tão presente na criação de formas de sociabilidade características da cultura de classe do proletariado urbano que, para algumas abordagens recentes, esta particular exposição aos riscos da existência sob o capitalismo seria um elemento definidor da própria condição operária, em substituição ou de modo complementar à inserção no processo produtivo.[4] A criação de formas associativas voltadas ao atendimento das demandas dos trabalhadores por proteção frente à doença, à velhice, ao desemprego e às condições adversas ligadas à morte de um familiar tem sido talvez um dos elementos mais característicos do movimento operário em diferentes contextos históricos. Tão antiga quanto a existência do mutualismo é também a polêmica sobre o seu papel no desenvolvimento de um processo de organização classista e de luta pelos interesses coletivos dos trabalhadores.[5]

No caso brasileiro, ao menos desde o primeiro congresso operário nacional, em 1906, importantes correntes políticas no interior do sindicalismo têm denunciado as organizações mutualistas como sendo nocivas ao desenvolvimento de uma consciência de classe. A estrutura assistencial no interior dos sindicatos oficiais, tornou-se também objeto de crítica das políticas sindicais de comunistas e outros setores da esquerda brasileira, particularmente a partir dos anos 50 e a inclusão da prestação de assistência médica e outros serviços sociais como parte das finalidades dos sindicatos seria um dos principais pontos criticados pelo novo sindicalismo de fim dos anos 70 e pela Central Única dos Trabalhadores na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943.

A historiografia também contribuiu para a estigmatização das atividades identificadas como "assistenciais", através da construção de um modelo teleológico de desenvolvimento do movimento operário. Nele, as sociedades de mútuo-socorro são entendidas como estágio pré-histórico do sindicalismo, correspondente a uma solidariedade espontânea gerada pela vivência coletiva dos infortúnios a que se encontrava exposto o

---

[3] Levi, Giovanni. *Inheriting power*. *Op. Cit.* Pp.48-49.
[4] Cfe: Savage, Mike. "Class and labor history ". *Op. Cit.* P. 6.
[5] Para um panorama histórico da mutualidade operária em diferentes partes do mundos Cfe: Van der Linden, Marcel (org.). *Social secutity mutualism*: *The comparative history of mutual benefits societies.* Berna/Berlim/Frankfurt a.M./Nova Iorque/Paris/Viena: Peter Lang, 1996.

operariado pela ausência de direitos sociais. Já com a implantação da estrutura sindical corporativa teríamos um "desvio do sindicato de seu campo de ação peculiar".[6]

Assim, como imaturidade ou como tutela, a assistência consagrou-se nas análises da trajetória do sindicalismo brasileiro como um dos símbolos mais marcantes da sua debilidade. Entre "pré-história" e "desvio", teria ocorrido a saga e o fracasso de um movimento operário classista e combativo, que negava explicitamente a mutualidade sob hegemonia anarquista e, com a ascensão do PCB, passaria a considerar a própria ação reivindicatória como atividade menor, subordinada às determinações superiores da luta pelo poder político.

Portanto, pouco se têm estudado os vários modos em que o atendimento destas necessidades coletivas dos trabalhadores foi buscado em contextos particulares, assim como o papel que estas diferentes alternativas de atendimento desempenharam nos processos mais gerais de organização e mobilização. No interior do movimento sindical, por outro lado, o debate sobre a questão da "mutualidade" ou "assistência" permanece recorrente, já que apesar dos posicionamentos doutrinários em contrário, a prática de tais atividades no interior dos sindicatos raramente foi suprimida. Isso entretanto não impediu que parcela significativa dos mesmos continuassem a desempenhar em muitos momentos um importante papel de organização classista e condução de lutas coletivas.[7]

Apesar de recorrentes, estas questões não se apresentam de forma estática. Nestes sentido, a transformação das práticas de mutualidade na "assistência" prescrita na CLT exemplifica como o desenvolvimento do projeto corporativista de enquadramento do movimento sindical parte de, e incide sobre, tensões e problemas internos não resolvidos do próprio movimento. Para compreender este processo, é necessária uma ruptura com a associação automática entre finalidade exclusivamente reivindicatória e maturidade do sindicalismo. Para o sociólogo italiano Pino Ferraris, por exemplo, a longa tradição de mutualidade entre os trabalhadores europeus (na forma de mútuo-socorro e cooperativas)

---

[6] Ver Rodrigues, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil.* São Paulo, Difel, 1968.

[7] Trabalhos significativos sobre o assunto, que se constituem numa exceção à regra são: Luca, Tânia. R. de Luca. *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo.* São Paulo: Contexto, 1990; Silva Jr., Adhemar Lourenço. "Nota prévia sobre o socorro mútuo no Rio Grande do Sul (1854-1889)". Comunicação apresentada à Mesa Redonda: *Tópicos de história operária.* V Encontro Estadual de História (ANPUH-RS), 1998.

por muito tempo não foi vista como algo que entrasse em contradição com a luta de resistência:

> "Se certos burgueses viram o mutualismo sobretudo como uma resposta pacífica aos problemas da reprodução, na realidade esta experiência associativa acabava antes por alimentar e transformar a conflitualidade operária na produção."[8]

A concepção contemporânea de sindicato reivindicativo seria o resultado de um conflito entre modelos distintos de organização sindical ocorrido na década de 1890, contrapondo a experiência das Bolsas de Trabalho (de grande peso na Franca, Bélgica e Itália) e a tradição dos sindicalismos alemão e inglês. A derrota da experiência auto-gestionária das Bolsas de Trabalho e outras formas de combinação mutualidade/resistência teria proporcionado a estatização da mutualidade, com o distanciamento do sindicato em relação ao "âmbito da vida", levando ao primado de uma lógica estatizante e burocrática. Se a transferência das questões "assistenciais" para a alçada do Estado e a definição do cunho exclusivamente reivindicativo do sindicato não são o resultado de uma evolução "natural" do movimento operário, somos convidados a refletir mais profundamente sobre o papel das diferentes funções atribuídas aos sindicatos, na construção de estratégias de transformação social.[9]

No caso brasileiro, necessitamos lidar com um problema adicional. A ascendência demiúrgica do Estado sobre a questão social no pós-30 tem levado a que as causas da burocratização sindical sejam geralmente atribuídas a algum agente considerado externo ao movimento operário, seja ele o próprio Estado seja (em análises mais recentes) o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Romper com este modelo torna-se uma necessidade para que passemos a analisar a mutualidade, a beneficência e a assistência no interior das

---

[8] Ferraris, Pino. "Apunti lezioni Universita di Campinas". São Paulo: *mimeo*, Agosto de 1990. P. 3.
[9] Para o conceito de "mundo da vida" e seu papel na crítica à intervenção estatal em certas esferas da sociabilidade humana presente em alguns dos "novos movimentos sociais" das décadas de 70 e 80, ver Habermas, Jurgen. "New social movements". *Telos*, 49. No mesmo sentido, Offe, Claus. "New social movements: Challenging the boundaries of institucional politics". *Social Research*, Vol. 52, nº 4, Inverno de 1985.

entidades sindicais como respostas a problemas cujo enfrentamento é parte constitutiva do próprio caráter destas organizações.[10]

A questão da mutualidade no sindicalismo pré-30

Diferentes formas de mutualidade estiveram entre as primeiras organizações operárias a serem constituídas no Brasil. Esta parece ser a regra geral na trajetória de países que passam por um processo de industrialização sem ter experimentado o desenvolvimento de uma longa tradição artesanal. No Rio Grande do Sul, já em 1880 fundava-se em Pelotas a "Associação Beneficente das Classes Laboriosas", cujas finalidades incluíam "prestar aos sócios e às pessoas de suas famílias os socorros a seu alcance, quando doentes, presos ou decrépitos; e promover, por todos os meios lícitos, o bem estar de seus membros".[11]

Desde muito cedo porém organizações deste tipo, com finalidade exclusivamente beneficente, conviveram com outras que incluíam a beneficência como parte de objetivos mais gerais. A "Liga Operária Internacional" de Porto Alegre, em seus Estatutos de 1896, tinha como primeiro objetivo "promover a união dos trabalhadores, não só na capital como fora dela". Para esta finalidade, se propunha a constituir "uma confederação de trabalhadores de todos os ofícios ou classes". O caráter político da entidade fica bastante explícito no Artigo 24° dos mesmos Estatutos: "A Liga Operária Internacional não poderá aceitar coligação alguma com os partidos burgueses", o que é coerente com o Artigo 29°: "Não serão admitidos sócios da Liga empregados públicos, militares ou padres". Estes itens apontam claramente a predominância da intenção de constituição de uma organização classista baseada na articulação de interesses comuns e sua defesa autônoma. É interessante destacar, entretanto, o fato dos Estatutos não se referirem de modo específico ao âmbito da representação contratual dos interesses dos trabalhadores frente aos seus empregadores, apenas a "proteger em todas as circunstâncias

---

[10] John French analisa como este tipo de abordagem acaba reproduzindo o debate ideológico das próprias décadas de 30 e 40, centrados nas idéias da outorga e da artificialidade da legislação social brasileira. Cfe: French, John D. "The Origin of Corporatist State Intervention in Brazilian Industrial Relations, 1930-1934: A Critique of the Literature." *Luso-Brazilian Review* XXVIII, no. 2 (1991): 13-26.

[11] "Estatutos da Associação Beneficente das Classes Laboriosas. Installada em 10 de Outubro de 1880". Pelotas, Livraria Americana. 1884. *In:* Petersen, Sílvia Regina Ferraz, e Lucas, Maria Elizabeth (org.). *Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937). Op. Cit.* P. 18.

os seus associados" e "concorrer para a educação dos filhos dos trabalhadores, por meio de aulas noturnas que a associação criará".[12]

Estas formulações inauguram uma tradição dentro das organizações operárias gaúchas cuja influência poderá ser ainda identificada ao longo da década de 1930. De um lado, uma abertura para diversos tipos de ação que possam significar a "proteção" dos associados ou, posteriormente, do conjunto da categoria. De outro, a ênfase na educação como estratégia de "engrandecimento" individual e coletivo dos trabalhadores.

Dentro deste contexto particular, o caráter claramente político da "Liga" não era considerado contraditório com a organização de uma "Caixa de Socorros", cujas finalidades incluíam socorrer os associados nos casos "a) de enfermidade; b) de forçada desocupação, exceto nos casos de greve em que só poderão ser auxiliados por autorização da assembléia geral; c) de transportar-se, devido a causa de força maior, desta para outra localidade, prestando-lhes para este fim auxílio".

Ainda no final do século passado, porém, certos tipos de atividade que poderiam ser consideradas como formas de "mutualidade" começaram a causar polêmica no interior do movimento operário gaúcho. O Congresso Operário estadual de 1898, embora tivesse como entidades participantes a "Sociedade Mútua Proteção de Alegrete" e recebesse manifestações de solidariedade da "Caixa Beneficente dos Operários Chapeleiros de Pelotas", acabou por rejeitar a proposta de formação de cooperativas de produção e consumo nas entidades operárias, aceitando os argumentos de um delegado que declarava que as cooperativas "representando [...] o capital não poderiam guerrear [...] este mesmo capital".[13]

A polêmica sobre o desenvolvimento de atividades mutualista no interior dos sindicatos ocupou espaço central no Congresso Operário Brasileiro de 1906, que embora não tenha contado com a representação de organizações operárias gaúchas serviu como importante referência para estas nas questões reivindicativas e organizacionais nos anos seguintes. O vínculo do sindicalismo gaúcho com as orientações do Congresso foi

---

[12] "Estatutos da Liga Operária Internacional. Aprovados em sessão de assembléia geral realizada em 11 de Outubro de 1896". Porto Alegre, Tip. de Gazetinha 1896. *In:* Petersen, Sílvia Regina Ferraz, e Lucas, Maria Elizabeth (org.). *Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937). Op. Cit.* Pp. 62-67.

[13] "Echo Operário". Rio Grande, 18/1/1898. *In:* Petersen, Sílvia Regina Ferraz, e Lucas, Maria Elizabeth (org.). *Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937). Op. Cit.* Pp. 104-110.

reforçado pelo fato dos anarco-sindicalistas identificados com a linha política daquele terem a partir de 1911 se tornado força hegemônica no estado. A resolução adotada pelo Congresso a respeito aconselhava "sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim". Os argumentos utilizados para sustentar este ponto de vista enfatizavam que "essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência".[14]

A reiteração do termo resistência e sua sobreposição a qualquer outro objetivo da organização operária indica a opção por uma estratégia centralmente conflitiva e o receio do envolvimento com mecanismos organizativos e institucionais que signifiquem desenvolver qualquer tipo de interesse na, ou compromisso com a, ordem estabelecida. Nesse sentido, a recusa à mutualidade está articulada à rejeição à legislação de proteção ao trabalho e à participação na política partidária. Por outro lado, a alusão aos "aderentes sem iniciativa e sem espírito de resistência" liga-se à aposta na ação sindical a partir de uma minoria militante organizada, expressa raciocínio de que "as nossas sociedades só contam um número muito limitado de sócios [...], mas é um fato também que este punhado de camaradas é a flor, por assim dizer, das energias operárias".[15]

O mesmo artigo, segue indagando: "quantas vezes o obstrucionismo, a obstinação dos inconscientes tem impedido a realização de um movimento que, talvez, poderia trazer-nos bons resultados?". O predomínio desta visão não impediu que algumas organizações chegassem a ter altos índices de sindicalização, mas levava a que se desse prioridade a organizar os operários "conscientes", mesmo que em pequeno número, ao invés de atrair o conjunto dos trabalhadores, independentemente do seu grau de politização, para as organizações. No Segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1913, a polêmica com relação às "obras secundárias" se aprofunda, mas com relação às Bolsas de Trabalho, embora consideradas distintas das finalidades próprias dos sindicatos, se adotaria uma

---

[14] "Resoluções do 1° Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de Abril de 1906 na sede do Centro Gallego, à Rua da Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906" (IISG). *In:* Hall, Michael M. e Pinheiro, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930). Vol. I: O Movimento Operário Op. Cit.*

abordagem mais flexível, limitando-se à orientação de que a instalação destas "não deve nunca embaraçar a ação de resistência".[16]

Cabe aqui registrar que, embora coincidindo com as concepções dominantes no congresso nacional, é possível verificar uma diferença de tom ainda mais significativa no tratamento dado pelas lideranças da Federação Operária do Rio Grande do Sul (Forgs) às questões da beneficência e das bolsas de trabalho. Questionados numa entrevista à imprensa local sobre "o mutualismo" no interior dos sindicatos sob sua direção, os delegados registram a existência de "grupos beneficentes", ressalvando apenas que os mesmos são "organizados livremente entre seus associados, não tendo as associações responsabilidade sobre estes grupos, que só fazem coletas quando há necessidade".[17] Nesse sentido, adotam em relação à beneficência a postura que será sistematizada e aprofundada ao longo das décadas de 20 e 30, ou seja, embora realizadas por membros do sindicato e no seu interior, esta práticas não constituem iniciativas e nem finalidades da entidade sindical em si, e podem ser aceitas desde que não comprometam os objetivos de luta e resistência operária.

Quanto às Bolsa de trabalho, a atitude da Forgs poderia mesmo ser descrita como entusiasta. Registrando no seu relatório ao Congresso que havia organizado uma iniciativa deste tipo, a Federação acrescentava que: "Este departamento tem prestado ótimos serviços à classe em geral, pois ali vão os operários sem trabalho achar ocupação e os patrões se estão acostumando a ali procurar operários".[18] Esta visão positiva sobre as bolsas de trabalho pode ser atribuída à ambigüidade do lugar ocupado pelas Bolsas dentro do esquema de polarização entre "resistência" e "beneficência" presente nas resoluções dos Congressos Operários. Pensada do ponto de vista da solução para os casos individuais de

---

[15] 'Sejamos francos', "A Luta Proletária", 25/1/1908, P. 1. Hall, Michael M. e Pinheiro, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930). Vol. I: O Movimento Operário Op. Cit.* Pp. 72-74.
[16] "Relatório da Confederação Operária Brasileira contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro reunido no Rio de Janeiro nos dias 8, 9, 10, 11, 12 e 13 de Setembro de 1913. Rio, 1914". Hall, Michael M. e Pinheiro, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930). Vol. I: O Movimento Operário Op. Cit.* Pp. 172-222.
[17] *Idem, Ibidem.*
[18] Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul (1913). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (manuscrito). *In:* Petersen, Sílvia Regina Ferraz, e Lucas, Maria Elizabeth (org.). *Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937). Op. Cit.* Pp. 164-173.

desemprego, a bolsa pode ser equiparada a um mecanismo de "beneficência", e como um simples modo de atrair inconscientes para dentro das entidades.

O que o relatório da Forgs aponta, porém, referindo-se aos patrões se "acostumando" a buscar operários no sindicato, é o potencial das Bolsas como instrumento de controle direto do mercado de trabalho, o que poderia ser feito de forma combinada e até mesmo fortalecer a estratégia de "resistência" e luta econômica. Conforme veremos adiante em certas categorias, como é o caso dos padeiros de Porto Alegre (cujo sindicato foi fundado precisamente em 1913), a Bolsa de Trabalho viria a se constituir em um elemento chave da organização sindical dos próximos 20 anos, atravessando um período em que o contexto de desenvolvimento das lutas operárias passou por profundas mudanças políticas, jurídicas e econômicas. Antes porém de identificarmos o modo como estas questões foram enfrentadas nos sindicatos gaúchos das década de 30, é necessário apontar elementos da crise da concepção sindical baseada na ação de minorias militantes, do surgimento de novas propostas políticas de organização do operariado e seu impacto sobre a abordagem de questões da "mutualidade" nos sindicatos.

Entre 1913 e 1919 o movimento operário brasileiro vivenciou momentos de grande mobilização e profundas transformações. A substituição de importações ao longo da guerra levou à expansão da atividade industrial, provocando uma ampliação do operariado fabril e contribuindo para a manutenção de altas taxas de crescimento urbano. Duas greves gerais, em 1917 e 1919, atingiram simultaneamente alguns dos maiores centros urbanos do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, demonstrando a capacidade de articulação de lutas gerais do sindicalismo, ao mesmo tempo que o desafiavam a enfrentar novos patamares de negociação e fiscalização de acordos coletivos. Por outro lado, aos grandes momentos de mobilização seguiram-se ondas repressivas de intensidade similar, com particular ênfase para a expulsão de líderes estrangeiros. Neste contexto, a fragilidade representada pela organização baseada em minorias militantes começa a ser posta em questão.

Ao longo de 1921 por exemplo, Astrojildo Pereira, destacado militante anarco-sindicalista e, no ano seguinte, um dos 9 fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) publica uma série de artigos relacionados com a necessidade da revisão dos métodos de organização operária, destacando como primeiro princípio desta revisão que "a organização

deve ter como base de atração das massas o interesse imediato, comum a todos os trabalhadores".[19] O emergente PCB, adota este princípio na sua política com relação à organização operária, e esta linha de atuação será reforçada no III Congresso de Dezembro de 1928/Janeiro de 1929 com a criação do Bloco Operário Camponês e o estímulo à atuação "na Liga Antiimperialista, no Socorro Vermelho, nos esportes, na cooperação revolucionária, nas organizações antifascistas, entre as massas de imigrantes, entre os inquilinos pobres etc...", sempre no sentido de "enraizar cada vez mais nossa influência comunista no seio das massas laboriosas."[20]

Poderíamos dizer que, deslocando a responsabilidade pela "correção do rumo estratégico" para a esfera partidária, os comunistas podem com maior facilidade aceitar uma série de organizações com papéis e objetivos limitados em si mesmas, mas que cumprem a fundamental função de organizar a "massa" de trabalhadores de forma autônoma em relação à burguesia, ao Estado e à Igreja.

O caráter das mudanças na relação entre estratégias e formas de organização dos trabalhadores não pode, entretanto, ser resumido a uma evolução linear de linhas políticas adotadas por sucessivas correntes hegemônicas. O que de mais seguro a análise dos relatórios dos Congressos Operários e dos documentos do PCB pode nos indicar é a persistência da necessidade das organizações apresentarem respostas a vários âmbitos de demandas dos trabalhadores ao mesmo tempo que buscam articulá-las a um projeto estratégico de transformação social. À medida que se afirma o princípio da unidade sindical e portanto a convivência entre diferentes correntes políticas nas mesmas entidades, como veremos abaixo, a definição do significado desta transformação social ou dos "interesses de longo prazo dos trabalhadores" torna-se necessariamente mais vagos dentro do movimento sindical.

Por outro lado, o caráter das respostas às demandas operárias nem sempre se enquadra perfeitamente a linhas políticas gerais, e é grande a distância entre o conteúdo de resoluções de congressos e a prática organizativa cotidiana. Nesse sentido, as opções

---

[19] "Problemas de reorganização", A Plebe, 11/6/1921, p. 2 (AEL). Hall, Michael M. e Pinheiro, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930). Vol. I: O Movimento Operário Op. Cit.* Pp. 254-255.

[20] "O III Congresso (Dezembro de 1928 – Janeiro de 1929)". *In:* Carone, Edgard (org.). *O P.C.B. Volume 1: 1922-1943.* São Paulo: DIFEL, 1982. Pp. 70-77.

ligadas à questão da mutualidade dentro do movimento operário não podem ser resumidas à defesa ou exclusão da sua prática, mas passam pela busca da sua integração em uma estratégia coerente de transformação social. O foco da polêmica política passa então a se centrar nas formas específicas de sua implementação e sua relação destas com o fortalecimento ou o esvaziamento da consciência de classe entre os trabalhadores.

Friedrich Kniestedt, militante anarquista alemão e "oficial escoveiro" de profissão, imigrado para o Rio Grande do Sul em 1915. Kniestedt editou jornais como *Aktion, Der Freie Arbeiter* e *Alarm* e participou de iniciativas como a *Sociedade de Ensino Racionalista,* tornando-se um dos mais articulados e destacados ideólogos libertários do estado. Isso não o impedia de em 1928 tornar-se conselheiro da "Caixa de Auxílio Navegantes".[21] Segundo suas próprias palavras: "Há anos eu era membro (...) Eu não era novato neste campo, por isso empenhei toda a minha influência e todo o meu esforço para criar uma associação baseada no mutualismo".[22] Entre suas realizações na direção da entidade, Kniestedt elenca a compra de uma sede, a criação de uma "Associação de Caixas de Auxílio-Doença e Morte", convênios com médicos e farmácias, a criação de um "balneário popular" e "a primeira exposição sobre higiene pública no Brasil". Posteriormente, entre 1932 e 1933, a Caixa serviu como palco para a sua luta contra os Nazistas que buscavam tomar posse da mesma e utilizá-la para "conquistar à força o operariado [dos bairros] de São João e Navegantes".[23]

A Caixa era uma organização de bairro, voltada ao atendimento da comunidade alemã, não se limitando a associar operários, já que o próprio Kniestedt era desde 1925 proprietário de uma pequena livraria. Por outro lado, trata-se de uma das iniciativas organizativas que disputam a afiliação dos operários destes bairros industriais entre fins dos anos 20 e a primeira metade dos anos 30. É interessante também notar que Kniestedt não

---

[21] O *Amuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul, 3° Volume, Situação Social.* Porto Alegre: Departamento Estadual de Estatística, 1941. Registra a existência da "Sociedade Beneficência Navegantes" (fundada em 1910, com 104 sócios homens e 28 sócias mulheres); da "Caixa Beneficência Funerária N° 1 Navegantes" (fundada em 1901, com 146 sócio homens e 65 sócias mulheres); da "Caixa Beneficente Navegantes" (fundada em 1909, com 277 sócios homens e 30 sócias mulheres). Não é claro a qual destas organizações Kniestedt se refere, nem mesmo se existe algum vínculo entre elas. Todos os dados sobre número de afiliados são para 31/12/1939.

[22] Gertz, René (org.). *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt). Op. Cit.* P. 145.

[23] *Idem. Ibidem*, p. 146. Kniestedt foi o fundador e líder do movimento de anti-nazistas alemães no Rio Grande do Sul.

identifica nenhum problema ideológico em dedicar-se à atuação neste tipo de entidade, chegando mesmo a apresentar o "mutualismo" da Caixa como resultado da sua influência. É possível portanto que muito anarco-sindicalistas tenham realizado a crítica da limitação da organização operária ao âmbito da pura resistência e à "minoria militante" sem entretanto aderirem ao PCB, como ocorreu com Astrojildo Pereira. O fato é que os comunistas se tornaram ao longo da década de 20 e de 30 a voz mais articulada entre as correntes do movimentos operário. Talvez, ao defenderem iniciativas voltadas à organização das "massas", estivessem apenas expressando o resultado de uma reavaliação sobre experiências de organização operária compartilhados por setores mais amplos do movimento como um todo, e não apenas uma posição partidária específica.

A flexibilidade relativa à combinação de funções atribuídas às organizações operárias já na década de 20 talvez explique a facilidade com que muitas lideranças de várias posições políticas se dispuseram a atuar dentro do sindicalismo oficial no estado. De fato, mesmo no decreto 24.694 de 1934, que "dispõe sobre os sindicatos profissionais" é difícil encontrar no plano do funcionamento e definição do caráter das entidades algo que entre em grande conflito com o que era a prática sindical predominante. Para os setores de esquerda, o principal problema ideológico com esta legislação de oficialização sindical dizia respeito ao Art. 2°, letra c), que definia as entidades como órgãos de "colaboração com o Estado no estudo e solução dos problemas que, direta ou indiretamente, se relacionarem com os interesses da profissão". Outros itens, como a identificação da primeira finalidade das entidades como "defesa da respectiva profissão" (Art. 2°, letra a) ou a definição da "beneficência" como atividade facultativa (Art. 2°, § 1°, letra c) se aproximavam em grande medida do que era a base comum de ação no interior do movimento, ao menos no Rio Grande do Sul, e aqueles a ela se contrapunham, muitas vezes não eram implementados, diante da debilidade inicial dos mecanismos de controle e intervenção na gestão sindical, .[24]

Toda esta variedade de debates, combinações e mudanças de posição serve, acima de tudo, para atestar o vigor e a continuidade das práticas mutualistas no interior das entidades. A um observador externo, em 1925, parecia claro que:

---

[24] Cfe: Souza Netto, F. de A. *Legislação Trabalhista*. São Paulo: Livraria Acadêmica/Saraiva, 1989, 2 ed.

> "Os objetivos primordiais dos sindicatos no Brasil parecem ser proteger seus membros quando enfermos e prover serviços profissionais que de outra maneira não seriam acessíveis, tais como, por exemplo, o tratamento médico e dental a baixo custo. A cooperação entre os membros da mesma organização em serviços comuns reduz grandemente o custo de vida, que é muito alto no Brasil. Essas organizações são muito ativas socialmente, algumas delas dedicando a isso mais tempo e dinheiro para promover assuntos sociais do que para a melhoria das condições de trabalho."[25]

É possível que o autor desta avaliação talvez estivesse excessivamente influenciado pela realidade particular dos ferroviários, certamente entre as categorias com o sistema de benefícios mais amplos do país, incluindo Caixas de Aposentadoria e Pensão que se transformaram em modelo para a reivindicação dos demais trabalhadores. De todo modo, três elementos conflitantes relacionados às práticas de mutualidade estão nela claramente apontados: elas atendem a necessidades que provavelmente estariam fora de alcance dos trabalhadores de outro modo; elas contribuem para a vitalidade associativa dos sindicatos; por outro lado, elas podem desviar energias da luta reivindicatória.

A busca do equacionamento da relação entre estes distintos elementos de risco e potencial precisa ser analisada em um contexto concreto. Identificaremos a seguir alguns elementos que definiam as condições da atuação sindical no que diz respeito às questões ligadas à mutualidade e beneficência em Porto Alegre na primeira metade da década de 30. Posteriormente analisaremos o modo como alguns sindicatos buscaram a partir daí definir seu caráter institucional, bem como a relação deste processo com a luta entre diferentes correntes políticas atuantes no movimento operário gaúcho do período.

Atuação sindical e "atendimento as necessidades do trabalhador" em Porto Alegre no início da década de 1930

O período entre o início dos anos 30 e o golpe do Estado Novo em 1937, é marcado por uma importante inflexão no que diz respeito ao contexto em que se definem as

---

[25] Rowan, James A. 'Old-age and disability retirement law for railway employees in Brazil', "Monthly Labor Review", vol. XXI, n° 6, Washington, December 1925. *In:* Hall, Michael M. e Pinheiro, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930). Vol. I: O Movimento Operário Op. Cit.* Pp. 279-282.

relações entre organização sindical e práticas mutualistas. No caso particular do Rio Grande do Sul, podemos identificar três elementos compondo este contexto: o deslocamento da hegemonia política no interior do movimento, a reorientação da luta operária em função da legislação trabalhista e o acirramento da concorrência com diversas alternativas de "atendimento a demandas dos trabalhadores".

O estado vivenciou uma longa persistência na hegemonia anarco-sindicalista, sendo que ao menos até 1928 os representantes desta corrente sindical mantinham o controle sobre a Forgs, num momento em que já haviam sido suplantados pelos comunistas nas federações do eixo Rio-São Paulo. Em 1929, após uma aparente desarticulação da Forgs, o PCB tenta constituir uma nova alternativa a esta, através da Confederação Riograndense do Trabalho. Entre 1933 e 1935, porém, a Forgs é recriada, e de sua direção participam militantes de diversas tendências políticas, como comunistas, getulistas desvinculados da política partidária estadual e mesmo, surpreendentemente em se tratando de uma federação de sindicatos oficializados, anarco-sindicalistas. Todos eles aliados em torno de princípios comuns de organização sindical como o "apoliticismo" dentro das organizações operárias, a defesa da unidade dos trabalhadores e de uma ação sindical "dentro da lei e da ordem", mas preservando a autonomia na defesa dos interesses de classe. Apesar dos conflitos políticos entre as diversas correntes, percebe-se a existência, no interior da Federação, de um campo de consenso sobre as bases da ação sindical (embora nem sempre sobre sua condução) que lhe possibilita exercer um papel efetivo de direção nas lutas operárias. Este primeiro elemento do contexto chama nossa atenção para a dificuldade de deduzir o tratamento dado a questões como a mutualidade no interior dos sindicatos de qualquer linha política singular.

Um segundo aspecto a ser considerado neste momento é a existência de um governo federal que assumia uma postura de intervenção sistemática na regulação entre capital e trabalho, o que mudou significativamente o terreno em que se desenvolviam as lutas operárias no pós-30, embora o efeito da legislação tenha sido diferenciado ao longo de vários momentos. Inicialmente, os decretos de oficialização dos sindicatos e a vinculação de muitos benefícios à sindicalização geraram uma canalização de esforços para o registro legal ou a criação de entidades e uma expectativa favorável em relação às mudanças nas condições de vida e trabalho que a lei deveria proporcionar. Num segundo momento, o

descontentamento com o descumprimento sistemático da legislação provoca duas ondas de greves, a primeira em 1933-1934 e a segunda em 1935. Esses movimentos inicialmente levaram à exposição das contradições existentes no projeto corporativista, e abriram espaço para que as organizações de trabalhadores se afirmassem como atores no novo cenário, mas sua evolução foi posteriormente cortada, de forma violenta, pela repressão e pela intervenção nas entidades sindicais. Desta evolução das lutas operárias no período pode-se concluir que a ênfase geral da estratégia desenvolvida pelo sindicalismo no estado estava na efetivação, ampliação e universalização dos direitos assegurados em lei e da preservação de um papel autônomo na defesa de interesses de classe para o sindicato, apesar da sua oficialização.

O terceiro e último elemento de contextualização relativo às condições para a ação sindical no período refere-se à sua relação com diferentes alternativas de "atendimento às necessidades do trabalhador". O 4° Distrito, a "cidade dentro da cidade" que surgia da expansão industrial e urbana de Porto Alegre chamava a atenção tanto pelos hábitos e formas de sociabilidade peculiares de seus habitantes, quanto pela precariedade das condições de vida que lhes oferecia. A partir da metade da década de 20, o tratamento destes problemas e necessidades urbanas (proteção relativa à saúde, desemprego em momentos de crise, condições de trabalho, falta de moradias, saneamento, iluminação pública, água, calçamento, transporte, etc...) ganha o espaço de uma coluna diária no principal jornal da cidade, o "Correio do Povo", e a denúncia do "abandono" a que esta população se encontrava submetida torna-se persistente e recorrente. [26]

O enfrentamento coletivo destas necessidades por parte dos trabalhadores, assim como a busca de partidos, igrejas, empresas e Estado em oferecer alternativas para o seu "atendimento" constituem-se em elementos da base sobre a qual se desenvolveram as formas particulares de cultura de direitos, construção de identidade coletiva e valores próprios aos trabalhadores porto-alegrenses no período. Foi sobre este pano de fundo também, que eles estabeleceram sua forma de relação particular com os diferentes projetos políticos que disputavam o espaço de enraizamento junto ao operariado. A relação entre, de um lado, necessidades e problemas sociais emergentes e, de outro lado, desenvolvimento de

---

[26] Ver Capítulo I.

projetos políticos e instituições, não se dá como uma decorrência causal direta, mas como um processo mediado pela existência de diferentes alternativas possíveis. Associando a solução ou enfrentamento dos problemas à opção por um vínculo associativo, estas alternativas irão influenciar na forma de articulação assumida entre diferentes elementos constituintes da identidade dos trabalhadores, como os relacionados ao local de trabalho, categoria profissional, etnia, gênero, vizinhança, religião, opção política, etc.

Desde o final do século passado, por exemplo, sociedades nacionais, constituídas como modo de preservação e fortalecimento da identidade coletiva de grupos imigrantes constituem muitas vezes suas próprias caixas de auxílio, sistemas de ajuda mútua, etc... Os anos 30, entretanto, assistiram não apenas a uma expansão deste tipo de organização, como ao ingresso ou ao aprofundamento da atuação de novos atores, como a Igreja Católica e alguns empresários, no "mercado" das alternativas de assistência voltadas aos operários.

Os Círculos Operários, (sendo o de Porto Alegre criado em 1934 no bairro Navegantes) tornaram-se uma estrutura assistencial bastante sólida e um espaço de sociabilidade que ampliou significativamente a organicidade dos vínculos de certos grupos de trabalhadores (particularmente imigrantes poloneses e italianos no caso de Porto Alegre) com a Igreja Católica. Já no âmbito do "Welfare privado", a cidade era marcada na época por uma das experiências mais avançadas em todo o país, protagonizada pelo grupo empresarial A. J. Renner (atuante em diferentes ramos com predomínio da industria de fiação, tecelagem e confecção).[27]

Esta relação de concorrência com uma diversidade de iniciativas que buscavam canalizar as demandas, os processos de solidariedade e a definição de identidade operária e também com as estratégias de busca de solução individual estava presente no momento em que o sindicalismo porto-alegrense definia os ramos a propor para as práticas de "mutualidade" e sua relação com outros componentes da prática sindical. Concretamente, um operário do bairro Navegantes em 1935, preocupado com os riscos enfrentados por ele e sua família diante de uma possível enfermidade, poderia optar pela filiação à caixa de

---

[27] Sobre os círculos como projeto de sindicalismo confessional, ver Werneck Vianna, Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil. Op. Cit.* Cap. 4; Diehl, Astor. "Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja

beneficência do sindicato, da associação correspondente ao seu grupo imigrante, do grupo Nazista local (no caso dos alemães), do Círculo Operário ou eventualmente da própria empresa onde trabalhava. Do mesmo modo, em muitos casos o dinheiro e a disponibilidade de tempo correspondentes poderiam ter sido empregados na aposta na poupança e estabelecimento de um negócio autônomo que viesse a possibilitar uma alternativa de ascensão econômica.

Este complexo cenário de transição na hegemonia política, desenvolvimento de uma luta pela efetivação de direitos e concorrência pela adesão operária com iniciativas diversas precisa ser levado em conta à medida que avançamos para a análise do modo como foi formulada a resposta particular ao problema da integração da "mutualidade" dentro de uma estratégia sindical no interior de duas entidades que assumiram papel de destaque nas lutas operárias do período: os sindicatos de padeiros e metalúrgicos.

Experiências de prática sindical

Direitos e controle do mercado de trabalho: O sindicato dos Padeiros

A organização sindical dos padeiros de Porto Alegre remonta a 1905, data de fundação da "Sociedade de Resistência Padeiral" no relatório da Forgs ao segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1913, a "União Padeiral" aparece com o segundo maior número de associados entre as 19 agremiações filiadas: 600, abaixo apenas da União dos Pedreiros com 1.400.[28]

As formas de ação direta predominantes nesse período podem ser exemplificadas pelo depoimento do Sr. João Flores, (o "Machadinho"), que iniciou a trabalhar como auxiliar de padeiro em 1917, sobre a greve de 1923:

> "O sindicato [...] não queria que se fizesse pão de domingo para segunda,[...]. E os patrões [...] queriam que o pão fosse rotativo. [...] E foi o causo mais sério que eu posso te dizer, foi [...] quando o sindicato

---

Católica no Rio Grande do Sul- 1932-1964". Porto Alegre, Dissertação de Mestrado - PCU/RS, 1987. Sobre a Renner, ver Capítulo III.

[28] Marçal, João Batista. *Primeiras Lutas Operárias no RGS: Origens do Sindicalismo Rio-Grandense.* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985. Pp. 26, 118. Posteriormente, os sócios da entidade limitam-se a cerca de 350, provavelmente em função da exclusão dos repartidores, encarregados da distribuição do pão. Cfe: Entrevista com João Flores ("Machadinho"), 17/01/92. Dados sobre o número de associados constam das Atas de Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Padeiros (daqui em diante AGE-SP) e de outras

> [sussurrado] *matou um sujeito* ali [na], padaria do seu Piccini. [...] O sindicato mandou comunicar-lhe que não fizesse [pão] e mandou dizer ao pessoal que, aquele que fosse trabalhar estava sujeito a morrer, e eles não ligaram, não ligaram e dali a dois dias, três dias, dois, três homens do sindicato. [...] É, eles mataram né, morreu um padeiro, teimaram em fazer pão e ali por volta da madrugada eles assaltaram a padaria."[29]

Podemos suspeitar, a partir deste relato, que ao optar pela atuação "dentro da lei e da ordem", após 1930 os sindicalistas padeiros, majoritariamente remanescentes das lutas da década de 20, sabiam exatamente os potenciais colocados pela ação direta e também seus riscos, como indica a comoção causada pelo incidente relatado acima e seu final sangrento, que impactou negativamente na luta da categoria.

A reivindicação não era porém o único elemento da prática sindical dos padeiros. Outro ponto forte da sua organização coletiva que lhe possibilitava grande poder de pressão era a busca do controle pelo sindicato sobre o mercado de trabalho através da sua bolsa de colocação. A bolsa baseava sua viabilidade nas particularidades do processo de trabalho da categoria, que era ainda extremamente artesanal, combinando força bruta e saber prático:

> "Naquele tempo, [...] muito pouca [padaria] tinha mecânica, máquinas, era tudo feito à mão mesmo. Era umas masseiras enormes, [o] 'sistema' [era] um cocho, assim quadrado, né, mais ou menos com três, quatro metros de comprimento, e com 50 cm, 60 cm de largura [...] A gente colocava, 5 sacos de farinha, botava dois e meio naquele [lado] e dois e meio nesse e se botava água. [...] Cada lata d'água era um saco de farinha. [...] Vinha dois [padeiros] daquele lado e dois desse, até ela [a massa] se unir uma com a

---

fontes como o *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul de 1941. Op. Cit.* que registra 313 sócios em 1938 e 320 em1939.

[29] Entrevista com João Flores ("Machadinho") concedida ao autor pelo padeiro aposentado João Flores "Machadinho". Conforme o relato verbal de antigos militantes, fazia parte também das táticas de greve injetar iodofórmio (produto de odor intenso) em ovos que posteriormente eram lançados sobre as carroças de pão, inutilizando a carga.

> outra, [...] aquilo ficava para levedar, três horas, depois de três horas a gente socava ela [...] e fazia o pão". [30]

Por estas características, as formação da mão de obra das padarias exigia um aprendizado demorado, geralmente iniciado ainda na infância na condição de ajudante. O desempenho das várias funções da profissão envolvia uma hierarquia de experiência adquirida e repassada no próprio trabalho:

> "O forneiro é aquele que mete o pão pra dentro do forno, [...] aquele homem tem uma pá dele e tem o ajudante dele, ajudante de forneiro [...] ele tem que ter um conhecimento da caloria do forno. [...] Tem um mestre, um responsável por todo o serviço da padaria aquele é um homem especializado [...]. Aquele controlava tudo, mandava o forneiro, mandava o ajudante. [...] Um quadrista era aquele que ajudava, ficava na mesa, quando tava a massa em cima da mesa ele pegava, tinha um senhor que tinha uma balança, ele pesava. [...] O fermenteiro é aquele que inicia o serviço [...], tinha uma masseira ali, o senhor chegava e dizia: põe 5 quilos de farinha aí.. Botava 5 quilos de farinha e mais ou menos 2 quilos de massa cozida, eu botava um pouco d'água, desmanchava bem desmanchadinho e dava umas "pelada"[31] [...] Depois de 4 horas aquilo era fermento então dali o mestre mandava pegar o que ele precisava para fazer a quantidade de pão que ele queria ...."[32]

O ingresso no sindicato e o reconhecimento coletivo enquanto membro da categoria era restrito àqueles trabalhadores com comprovada capacitação para o exercício de alguma destas funções, o que somente poderia ser alcançado por meio da iniciação enquanto ajudante e progressão a partir da experiência ou então por meio de um teste de ingresso, aplicado aos profissionais que se deslocavam de outras cidades para Porto Alegre. A desobediência a estas regras implicava forte reação coletiva. O Sr. "Machadinho" por exemplo liderou a paralisação de uma padaria que estava empregando um "intruso" sob o

---

[30] Entrevista com João Flores ("Machadinho"), 17/01/92.
[31] Retirada de pequena quantidade de massa para experimentar a textura.
[32] Entrevista com João Flores "Machadinho".

argumento de que: "esse homem não pode trabalhar com nós, ele não é sindicalizado, ele não é sócio do sindicato, e isso é um mau elemento, né?".[33]

Neste contexto de uma categoria de "iniciados", a existência de uma Bolsa de Trabalho servia como mecanismo para distribuir entre pares e a partir de critério claramente definidos as vagas de trabalho disponíveis, evitando que a competição individual pudesse prejudicar o seu poder de barganha coletivo frente aos proprietários de padaria. Por outro lado, o funcionamento da Bolsa e seu reconhecimento pelos empresários garantiam a integração do sindicato ao cotidiano dos locais de trabalho, conforme podemos perceber no debate sobre a indicação de um sindicalizado para uma vaga aberta em uma padaria: "... sobre o caso do companheiro Geraldo Siqueira, [foi] constatado não haver nenhuma falta pelo companheiro Geraldo, mas declarou o burguês que quando deu-se o lugar já estava para ser do companheiro Laudelino." Ou então na punição de um sindicalizado com a perda da prioridade para ocupar a próxima vaga disponível: "muito debatido o caso e constatada a má atuação do companheiro Manoel Tavares para com este sindicato, [foi] aprovado que o companheiro Heitor se colocasse em primeiro lugar na bolsa na quadra de forneiro"[34]

Este tipo de discussão constituía uma das atividades mais características da ação sindical da categoria, e dificilmente algum problema ocorrido durante o trabalho não apareceria na pauta da próxima assembléia, dando origem a intensos debates. Aqui podemos perceber como o exercício da gestão do acesso às vagas envolvia o debate relativo à ética de trabalho, numa relação com o capital que ia além do âmbito contratual da venda da mão-de-obra para englobar parâmetros normativos relativos à atitude e comportamento do operário no trabalho. Se considerava tão importante a manutenção pelo trabalhador de uma atitude considerada "respeitosa", que grandes cobranças eram feitas mesmo em relação à postura dos associados no interior do sindicato.[35]

---

[33] *Idem*. A suspensão de um "forasteiro" trabalhando na "Padaria Ideal" é registrada também na AGE-SP n ° 31, de 27/5/1933.

[34] AGE-SPs n° 23, 18/02/1933 e n° 41, 19/08/1933.

[35] Vide AGE-SP n° 12, de 02/11/1932, que registra a decisão de "oficiar sócio para que mude de linguagem" no trabalho, ou AGE-SP n° 16 de 24/12/1932, na qual se decidiu repreender o associado Julio Brazil por ter durante a eleição sindical rasgado a lista da chapa oficial e usado "palavras acerbas" na sede da entidade, demonstrando "não saber se portar". A identificação de alguém como sendo um "elemento inútil" poderia mesmo ser utilizada para se recusar a aceitação como sócio, vide AGE-SP n° 8, 16/10/1932.

Por outro lado, a manutenção de uma tradição de envolvimento com os problemas do local de trabalho contribuiu para o desenvolvimento de uma ação reivindicatória forte e bastante autônoma:

> "[...] a gente fazia aquela ação direta que ainda tinha algum padeiro velho que orientava a gente, né? Que era mais novo, né? [...] Quando a padaria não queria pagar o salário que compensava para a gente a gente fazia uma massa, [...] quando ela crescia a gente baixava, o mestre reunia 5 ou 6, como fosse, e ia lá no seu fulano: '- Seu fulano, nós viemos aqui lhe comunicar que nós queremos tanto de aumento' e o seu fulano dizia '- Nós não podemos dar aumento', [...] '-Uma vez que o senhor não pode dar, ninguém trabalha mais, a massa tá dentro da masseira, e o senhor chama padeiro ou chama quem o senhor quiser...'. O homem via às vezes naquele tempo 500 ou 600 mil Réis ali, 600 mil Réis se comprava um bonde, né, comprava um automóvel, um Fordinho, [...] e o dono da padaria era obrigado a dá o aumento, se ele não desse o aumento perdia tudo."[36]

A ligação ao local de trabalho, reforçada por mecanismos como a Bolsa, a experiência de ação direta redefinida "dentro da lei e da ordem" e o forte senso de dignidade profissional e organizacional eram alguns dos elementos mobilizados pelo Sindicato Padeiral para manter a organização e o moral necessários ao enfrentamento de uma greve de longa duração como a de 1933, ao mesmo tempo que lhe emprestavam autoridade para intervir no debate sobre a viabilidade da aplicação da nova legislação sem prejuízo ao fornecimento de pão para a população.

Bolsa e luta reivindicatória, porém, não esgotavam o papel do sindicato frente à categoria. Como as demais organizações sindicais do período, a entidade adotava mecanismos mutualistas para oferecer respostas complementares a problemas que afetavam a existência dos trabalhadores. Com relação à própria questão do desemprego, se a Bolsa proporcionava a gestão das vagas existentes, estas eram em muitos momentos insuficientes, o que levou a iniciativas como a constituição da "Caixa de Auxílio aos Desempregados". Outros problemas definidos como relativos à "beneficência" eram encaminhados a uma

comissão constituída para esta finalidade.[37] A questão da mutualidade, porém, ocupava pequeno lugar na pauta de atuação sindical dos padeiros, cuja orientação central se direcionava pela estratégia combinada de controle e gestão do mercado de trabalho e de luta por direitos. Conforme veremos a seguir, numa categoria industrial em processo de crescimento, como os metalúrgicos, os mesmos elementos eram combinados de modo significativamente distinto.

Da solidariedade ao serviço prestado: Mutualidade e assistência no Sindicato dos Metalúrgicos

A indústria metalúrgica não possuía grande peso na estrutura produtiva do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século. Na cidade de Porto Alegre, o predomínio era dos estabelecimentos de pequeno e médio porte, e de setores tradicionais do ramo, como as fundições. Existiam ainda diversos pequenos estaleiros, em função da importância da navegação fluvial no estado e da excelente localização portuária da cidade, situada em frente a um estuário formado pela confluência de diversos rios navegáveis que deságuam na Lagoa dos Patos e desta seguem rumo ao mar. Após 1930, o setor começa aos poucos a se complexificar, abrindo espaço inclusive para uma maior presença de operários qualificados no interior da categoria.

O sindicato dos metalúrgicos, desde 1933 sob hegemonia comunista, possuía, ao longo de toda a década, uma Caixa de Beneficência. Mais do que isso, a Caixa pode ser considerada na verdade uma espécie de alter-ego do sindicato, sendo que a definição e redefinição do papel de cada um e da relação entre ambos marca o desenvolvimento da luta política envolvendo comunistas e getulistas (bem como os próprios agentes do Estado durante o processo de intervenção desencadeado já em 1935).

Não que cada setor dispusesse de propostas fechadas para o trato com a questão assistencial. Nem mesmo é o caso de que as divergências sobre o assunto levassem sempre a uma polarização nítida entre estas duas correntes. Mas ao longo dos vários momentos em que se definem e redefinem os rumos da ação sindical, de acordo com o contexto político geral e a correlação de forças interna, vão se processando mutações no binômio sindicato-

---

[36] *Idem*.

[37] Cfe: AGE-SPs nº 2, 20/8/1932; nº 35, 25/6/1933, s/nº 30/12/1933 que decide organizar um "piquenique em apoio aos desempregados" e nº 7, 13/10/1932, onde se decide repassar 200$000 para a viúva de um sócio falecido de acordo com o previsto nos estatutos da Caixa respectiva.

beneficência de modo extremamente imbricado à disputa de hegemonia na entidade. Este cruzamento entre o debate das definições a serem adotadas sobre a questão assistencial e a disputa de concepções mais gerais sobre o caráter da entidade sindical ocorria na medida em que as primeiras traziam embutidas visões sobre a natureza do vínculo entre os associados e o sindicato e sobre suas outras funções, como a luta reivindicativa.

Durante um primeiro momento que se estende até 1936, as duas entidades (Sindicato e Caixa de Beneficência) são claramente distintas, possuindo estatutos, direção e finanças próprias. Deste modo, a entidade sindical mesmo definindo como seu papel central a ação reivindicatória não se recusa a manter sob sua gestão uma estrutura beneficente, e canalizando através desta a solidariedade operária irá inclusive fortalecer a coesão associativa da sua base. Em Março de 1934 é escolhida uma comissão de estudos para a constituição da Caixa, especificando-se que ela se destinaria ao tratamento dos problemas ligados à doença e à morte.[38] A sindicalização não implicava automaticamente na adesão à caixa, para o que o associado deveria pagar uma "jóia" (montante de dinheiro pago no momento de filiação a uma entidade) e mensalidades específicas.

Os estatutos datados de 13 de Janeiro de 1933, de um lado atendem aos requisitos legais (como a inclusão da colaboração com os patrões e o Estado na solução dos conflitos e a observância de 2/3 de brasileiros natos na direção). Por outro lado, destacavam o classismo da entidade ao prever que "os sócios que passarem à categoria de gerentes ou diretores de empresa" perderiam os direitos de tomar parte, votar, ser votado e convocar assembléias, e que aqueles que "se tornarem patrões serão automaticamente desligados do quadro social".[39] O mesmo estatuto destacava como primeiras finalidades da entidade "reunir todos aqueles que exerçam a sua atividade na profissão de operário metalúrgico" e "promover pelos meios ao seu alcance, a melhoria das condições de trabalho, pleiteando e defendendo os interesses da classe junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio".[40] Nesse sentido, mesmo incluindo a adoção de "medidas de utilidade e beneficência" como seu último objetivo, deixa clara a destinação prioritária dos seus recursos à luta reivindicatória ao explicitar que as primeiras seriam realizadas "de acordo

---

[38] Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos (daqui em diante AGE-SM) nº 38 (9/3/1934).

[39] "Estatutos do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre", 1934.

com as possibilidades financeiras do sindicato, elaborados os regulamentos que forem necessários".[41]

A hierarquia estabelecida no campo da beneficência era definida pela observação de uma "ordem de precedência", que listava em níveis decrescentes de prioridade as assistências "aos desempregados, compreendendo uma agência de colocação"; judiciária; médica; hospitalar e dentária; à família dos associados falecidos; e finalmente a realização de cursos de instrução primária e profissional.[42] Apesar de colocada em primeiro plano, aparentemente a assistência aos desempregados não se consolidou. Embora tenha sido constituída uma terceira entidade específica em 1934 (a Caixa de Socorro dos Desempregados do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre) e em vários momentos se cite a tentativa da implantação de uma agência de colocação[43] (Bolsa de Trabalho), não há nas atas de assembléia referência a uma atividade regular nesse campo, e as mensalidades específicas previstas não vieram a ser cobradas, ao contrário das da Caixa de Beneficência.[44] A complexidade da categoria, envolvendo a combinação entre distintos níveis de qualificação formal e informal dos operários, assim como a dinâmica de expansão da indústria, tornava difícil implementar uma estratégia em que uma bolsa pudesse ser eficaz como instrumento de controle do mercado de trabalho, como era o caso dos padeiros. Assim podemos perceber que no caso dos metalúrgicos, mesmo quando se busca implementá-la, a bolsa é concebida como uma forma a mais de "benefício" a ser oferecido aos associados. Os elementos que se incorporam de fato à atuação sindical são a assistência judiciária (a cargo do próprio sindicato) e a assistência relativa à doença e à morte (na alçada da caixa).

Uma das causas para a valorização destes aspectos "mutualistas" pelos militantes que defendiam uma atitude fortemente reivindicativa por parte do sindicato estava no papel atribuído a estas práticas como forma de extensão e fortalecimento da solidariedade de classe. Embora em expansão, a categoria metalúrgica ainda possuía uma

---

[40] *Idem.*
[41] *Idem.*
[42] *Idem.*
[43] As dificuldades neste sentido podem ser percebidas na AGE-SM nº 63 (29/3/1935), onde diante da constatação de que a Bolsa de Trabalho do Sindicato deixou de funcionar "há meses", é proposta a sua reativação, com a organização do quadro de metalúrgicos desempregados disponíveis para eventuais vagas.

dimensão numérica relativamente pequena. O próprio sindicato no período jamais chegou a atingir 1.000 associados,[45] e abrigava uma forte rede de laços pessoais. Uma liderança comunista da época, questionada sobre os elementos que possibilitavam à militância a continuidade do trabalho político nas fábricas e nos bairros durante o Estado Novo salientou como fator determinante a camaradagem presente nas relações interpessoais:

> "...todo mundo tinha um apelido, e isso era uma ligação assim um tanto íntima, não era um problema do partido ou do sindicato, é que se conseguiu esta unidade do ponto de vista geral. Se sabia qual era o dia do aniversário do Fulano, de Beltrano, da filha, da mulher, sabia aonde é que o cara ia, se jogava futebol, quem é que gostava de beber,... havia uma certa intimidade, que se transformava numa espécie de família, família ampliada..."[46]

Posteriormente, vinculando a prática da formação de comissões para visitar os sócios doentes a esta camaradagem que permeava os laços associativos, o mesmo entrevistado enfatizava a relação entre solidariedade e projeto político, já que "o cara é revolucionário não é porque quer morte,... o cara é revolucionário porque quer a vida"[47] Na interpretação deste dirigente, as fontes irradiadoras desta camaradagem seriam as células de empresa do PCB, que em muitos momentos se confundiam com a própria organização de base do sindicato. Podemos questionar a idéia de que este impulso partisse do partido, mas imaginando o grau de afinidade mais estreito e a cumplicidade dos operários comunistas de base face à repressão, é fácil compreender que a intensidade deste relacionamento fosse profundamente acentuada no seu meio. A camaradagem partidária refletia porém uma configuração peculiar de valores profundamente enraizados nas tradições da cultura operária.

---

[44] As referências que constam são a eleição de uma comissão provisória (AGE-SM nº 38 de 9/3/1934) e a realização de um festival em prol das finanças da entidade (AGE-SM nº 65 de 26/4/1935).

[45] As cifras são extremamente questionáveis, à medida que, geralmente, especialmente após o esvaziamento provocado pelos processos de intervenção, sócios afastados da entidade ou mesmo da categoria não eram excluídos dos registros, levando a uma acumulação artificial de membros. O *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul. Op. Cit.*, registra 638 sócios para 1938 e 998 para 1939. A categoria mais rigoroso dos "sócios quites" ou seja aquele com as mensalidades em dia (que pode ser verificada apenas nos momentos de eleição sindical) raramente ultrapassou a 400, caindo durante o período de intervenção até chegar ao patamar mínimo de 59 em fevereiro de 1942.

[46] Entrevista com Elóy Martins, 17/01/92.

[47] *Idem.*

A exaltação da solidariedade como valor político permeando das relações interpessoais à construção coletiva de instrumentos de organização pode também ser percebida na matéria d'*A Voz do Trabalhador* que relata uma assembléia do sindicato. Nesta sessão, após ser aprovada a compra de um exemplar semanal por cada metalúrgico sindicalizado e realização de coletas periódicas em benefício do jornal, observou-se um minuto de silêncio pela morte de um metalúrgico, concluindo a matéria que:

> "Todas as vezes que uma nova pedra é colocada no nosso edifício de solidariedade proletária, é mais uma brecha que se abre para clarear os cérebros inconscientes, e o obscurantismo recebe mais uma violenta rajada de claridade".[48]

No próprio espaço coletivo do sindicato aparecem iniciativas de solidariedade que extrapolam os auxílios estabelecidos pela caixa, indo além da lógica excludente do benefício corporativo, como é o caso das listas para arrecadar contribuições para operários (sindicalizados ou não) que se encontram com enfermidades graves e/ou prolongadas.[49] Além disso, há a prática do amparo psicológico aos doentes e às famílias dos falecidos, através das comissões de visitas, e da homenagem aos que partiam na forma da observação de um minuto de silêncio nas assembléias.[50] A intensificação da repressão, posteriormente, gera outros motivos de solidariedade, como as prisões de vários dirigentes e a deportação do segundo secretário do sindicato, o húngaro Millan Knafelz, em janeiro de 1935, em decorrência da tentativa de greve geral dirigida pela Federação Operária. A solidariedade também se expressa na relação com outras categorias, sendo freqüentes as manifestações de

---

[48] *A Voz do Trabalhador*, nº 23 17/3/1934. AEL

[49] Por exemplo, na ata nº 68, de 14/6/35,: "...o segundo secretário lê uma notícia do Correio do Povo sobre um companheiro metalúrgico que não é sindicalizado e que se acha gravemente enfermo e na extrema miséria, um camarada do plenário pede para os demais companheiros que façam subscrições nos estabelecimentos aonde trabalham para socorrer este camarada assim como foi feita uma coleta na seção que rendeu a quantia de 17$400 que foi entregue ao dito camarada...". Ou nas AGE-SMs nº 38 (9/3/1934) quando se faz a homenagem a um camarada doente e nº 51 (31/8/1934) onde se levantam auxílios para "um sindicalizado enfermo e outro hospitalizado", definindo-se por passar listas nas fábricas e dividir o total entre os dois.

[50] Cfe: AGE-SMs nº 82 (24/1/1936), com a tirada de um comissão para visitar os sócios José Baldelino Lemos e João Wietti e nº 101 (20/8/1937), com a mesma iniciativa em relação a outros dois associados (Campos e Ferreira).Na ata 38, de 9/3/34 :"... o camarada presidente pede à assembléia que se recolhesse um minuto de pé para render homenagem à morte do camarada Armando Coelho o qual já de tempo achava-se doente na Santa Casa". Já na AGE-SM nº 89 (20/3/1936) manifesta-se um voto de pesar por companheiros mortos recentemente.

apoio como aquelas dirigidas aos trabalhadores da Leopoldina Railway, aos portuários de Santos ou aos metalúrgicos do Rio de Janeiro. A questão assume ainda maior importância frente a categorias mais próximas, como na tentativa de greve conjunta com os têxteis em 1935.[51]

Uma vez estabelecidos os elos entre mutualidade e a cultura de solidariedade operária vivenciada pelo metalúrgicos de Porto Alegre, é interessante identificar o modo como estes construíram seus mecanismos de mutualidade como forma específica de canalização desta solidariedade, assim como seu papel na luta entre diferentes concepções sindicais.

Os estatutos da Caixa de Beneficência dos Operário Metalúrgicos, aprovados em 03 de abril de 1934 estabeleciam para os associados auxílios pecuniários diários por até 3 meses (no primeiro mês, 3$000, no segundo, 2$500, e no terceiro, 2$000) e um auxílio de 200$000 para a família em caso de falecimento. Uma reformulação estatutária em outubro de 1935 explicita a compreensão sobre o espaço e o papel da entidade:

> "Não são as caixas beneficentes que resolverão os problemas que preocupam e agitam os trabalhadores; teremos que reivindicar e conquistar muito mais, e para isso devemos nos arregimentar e nos organizar em torno do nosso sindicato, pois só coletivamente e nunca individualmente poderemos pleitear medidas que venham deveras garantir melhorias das nossas condições de existência.
>
> Decidimos fundar uma caixa de beneficência anexa ao sindicato, para que se possa amenizar um pouco a miséria angustiosa que quase sempre entra junto com a doença no lar do operário.[...]

---

[51] As cartas de Millan pedindo auxílio, assim como o encaminhamento de uma coleta neste sentido, articulada à divulgação de uma moção contra a "Lei-Monstro" , como era chamada a Lei de Segurança Nacional já então em discussão e que seria promulgada em Abril de 1935, encontram-se nas AGE-SMs nº 60 (1º/3/1935) e nº 61 (15/3/1935); Cfe, também: AGE-SMs nº 43 (27/4/1934) , nº 51 (31/8/1934) e nº 78 (8/11/1935).

> Art. 1°: Tem essa caixa de beneficência por fim socorrer os associados enfermos, quando por virtude de enfermidade estiverem incapazes de ganhar a subsistência."[52]

Como se percebe, o auxílio assegurado não se refere ao pagamento de despesas médicas, mas ao rendimento que o associado estaria impossibilitado de obter com seu trabalho. Nota-se também o caráter fortemente personalizado das relações mantidas entre os membros da caixa em outros itens do mesmo estatuto, como os que estabelecem que o dinheiro do benefício seria entregue semanalmente na casa do associado por um diretor, ou que ocorrendo a morte do beneficiário e na ausência de familiares ou amigos o próprio sindicato se encarregaria de providenciar os funerais.[53]

Esses itens demonstram a inserção de um mecanismo como a Caixa no interior das práticas tradicionais de solidariedade que perpassavam a organização sindical, como as que apontamos acima. Há um forte contraste entre estes mecanismos de institucionalização de uma prática de solidariedade e o caráter mercantilizado de prestação de serviços que a assistência prestada pelo sindicato vai posteriormente adquirindo. Dentro do sindicato, estão em curso neste momento dois processos simultâneos e interligados que irão acentuar a relação das redefinições da questão da beneficência com a disputa de concepções sindicais distintas. Um deles é a polarização entre o setor vinculado à Inspetoria e uma ala esquerda capitaneada pelos comunistas e envolvendo diversos sindicalistas independentes. O outro é o avanço da implantação de diversos mecanismos de controle e intervenção por parte da IRT (e posteriormente da DOPS) no funcionamento da entidade, transformando completamente o caráter da sua atuação.[54]

Este processo de intervenção, entretanto, não levará a mudanças imediatas na relação entre sindicato e assistência. Ainda em julho de 1935, percebemos a busca de novas formas de organização da mutualidade preservando a sua distinção em relação ao papel do sindicato como órgão de reivindicação, como na proposta de "criar grupos de vinte

---

[52] Estatuto da Caixa de Beneficência dos Operário Metalúrgicos de Porto Alegre, versão de outubro de 1935.
[53] *Idem*, artigos 3° e 11° .
[54] *Idem*, Cap. II , item 4.

camaradas, (..) no caso de doença de um do grupo será cobrado mil Réis para auxiliar o enfermo ".[55]

Por outro lado, o texto do estatuto de outubro de 1935, quando comparado com o anterior, já aponta para o estreitamento da vinculação orgânica sindicato/caixa, ficando estabelecido um repasse de uma parcela da arrecadação do primeiro para a segunda, e reduzindo-se a contribuição específica desta. A fiscalização das finanças da caixa, além disso, passa a ser efetuada também pelo Conselho Fiscal do Sindicato.[56] Em Agosto de 1936, inicia-se a fase final da redefinição do caráter da beneficência no interior da organização dos metalúrgicos, com a tentativa de fusão entre a Caixa e o Sindicato, e o pagamento de uma mensalidade única. Na primeira oportunidade em que foi proposta esta medida foi rejeitada, tendo se oposto a ela até mesmo um dos expoentes do getulismo oficialista entre os metalúrgicos, o ex-presidente José Baldelino Lemos. A argumentação dos opositores da medida era que: "...o sindicato, com o apoio de tal proposta ficava com finalidade quase que exclusivamente beneficente...".[57]

Porém, após sete meses de disputa, no auge do controle policial sobre a entidade, a vinculação foi aprovada. Pouco antes desta decisão, já haviam sido criadas duas faixas de mensalidade, dando direito a benefícios igualmente distintos.[58] Começa a se processar a mercantilização da assistência, com a proliferação de convênios (médicos, dentistas, laboratórios, hospitais,...) nos quais o associado teria direito a um serviço inteiramente gratuito ou com algum desconto.[59] Esta nova compreensão da questão pode

---

[55] AGE-SM nº 71 da assembléia de 12/7/35, a mesma proposta foi debatida e esclarecida nas AGE-SMs nº 72 (2/8/1935) e nº 73 (9/8/1935).

[56] A reformulação neste sentido foi aprovada em AGE-SM nº 76 (4/10/1935), onde foi eleita uma nova diretoria e ficou decidido que o mandato desta terminaria junto com a do sindicato.

[57] AGE-SM nº 90 (21/08/36), a "celeuma" foi tão grande que a mesa lutou desesperadamente para conter o plenário recorrendo ao uso de tímpanos. Na mesma assembléia foi aprovada a anexação de um gabinete dentário (com discussão da tabela de preços e votação do contrato a ser adotado), o que prenuncia o caráter de prestação de serviços, mas por outro lado rejeitou-se a proposta de que a Caixa cobrisse o pagamento de despesas médicas em caso de urgência, mantendo a relação entre o auxílio prestado e a perda da remuneração do trabalho ao qual o doente estava impossibilitado.

[58] A polêmica aparece nas AGE-SMs nº 91 (20/11/1936), nº 94 (4/2/1937) e nº 95 (5/3/1937). Sintomaticamente, no debate das faixas de mensalidade, o sindicalista Bruno Reginato a elas se contrapôs alegando que a Diretoria ao propô-las "desconhecia as necessidades dos associados" e recebeu como resposta que ele "desconhecia as necessidades do sindicato", numa clara demonstração do distanciamento entre a entidade e sua base.

[59] A primeira decisão neste sentido encontra-se na AGE-SM nº 92 (20/11/1936), onde se estipula que a caixa cobriria até 3 consultas médicas e odontológicas dos seus associados por ano. Nesse sentido, se envia ofício ao Sindicato dos Médicos solicitando a sua colaboração para "facilitar" este auxílio.

ser percebida por exemplo na proposta de "cobrar as fichas de assistência médica do sindicato a fim de evitar certos abusos que vinham se verificando por alguns associados...".[60]

Já em 1938, completado o processo de transformação no funcionamento da entidade que se desenvolvia desde a primeira intervenção em 1935 passando pelo golpe do Estado Novo, os serviços da Caixa passam a ser usados como chamarizes em uma campanha de sindicalização, oferecendo-se aos novos sócios a opção de usufruir dos direitos da beneficência em seis meses, pagando quinze mil réis de "jóia" ou em um ano, pagando sete mil réis.[61] Busca-se substituir o apelo à participação que a combinação entre luta reivindicativa e mutualidade antes propiciava por um leque de serviços, ampliados especialmente após a criação do imposto sindical em 1941. Entretanto, a tentativa de consolidar o caráter assistencial do sindicato não obtém sucesso imediato. As assembléias se esvaziam e perdem regularidade, algumas eleições não obtém quorum, o número de associados "quites" cai rapidamente, os diretores abandonam suas funções ou nem chegam a assumi-las.[62] Este quadro só começa a ser revertido após 1942.[63]

Com a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), refletindo o início da montagem de uma estrutura previdenciária durante, o antigo papel de intermediador entre trabalhadores e Estado que o sindicato já assumira no que diz respeito à legislação trabalhista em relação à IRT passa a ser exercido também com relação a esta nova instituição, no âmbito da saúde e previdência.[64]

---

[60] AGE-SM nº 114 da assembléia de 4/11/38. Anteriormente já havia se estabelecido um convênio com a clínica dos Ferroviários a fim de garantir um desconto de 40% no uso de serviços de laboratório, Cf AGE-SM nº 97 (9/4/1937).

[61] AGE-SM nº 115 da assembléia de 02/12/38. É interessante notar a identificação das ações trabalhistas junto ao Ministério do Trabalho como um tipo de "assistência" e não como parte da ação reivindicatória. Comentaremos adiante o significado deste deslocamento.

[62] *Idem*, onde consta a demissão de Bruno Reginato e Ignacio S. Rodrigues, por exemplo, ou AGE-SM nº 118 de 10/03/39, onde a eleição de uma nova diretoria é anulada em função da falta de quorum. Haviam 181 associados quites, com a necessidade de 121 votantes contra 50 que compareceram. Em 31/12/37 o número de associados quites ainda era de 378.

[63] Na AGE-SM nº 8 (numeração nova) de 14/08/42, se saúda o "crescente número de sócios" (possivelmente em função da ampliação da assistência), mas um grande salto se dá apenas em meio as greves de 45, quando em um curto período de tempo triplicam as matrículas, Cfe: AGE-SM nº 26 de 16/11/45.

[64] A criação de um Instituto de Aposentadorias e Pensões era uma antiga reivindicação da categoria, tendo sido proposto o estabelecimento de uma frente única para lutar neste sentido (AGE-SM nº 48 de 20/7/1934), criadas comissões para o seu encaminhamento (AGE-SM nº 49 de 1º/8/1934) e estabelecida a troca de correspondência com uma congênere do Rio de Janeiro (AGE-SM nº 51 de 31/8/1934). Infelizmente, não

A assistência prestada pela entidade comporta cada vez mais um forte elemento de desconfiança e controle sobre os associados. As antigas comissões de visita aos doentes, por exemplo, são substituídas por comissões de sindicância para averiguar se não está ocorrendo um "abuso do direito associativo".[65] Este controle se acentua com a exigência de atestados médicos do sindicato e do IAPI para o gozo do auxílio que é reduzido para 20 dias.

Mesmo a revitalização da atividade sindical durante e após as greves de 1945 não mais reverteria o caráter adquirido pela assistência prestada na entidade. A polêmica a este respeito concentra-se agora na expansão ou não do acesso aos benefícios, através da redução do prazo de carência para 60 dias, assim como de uma nova ampliação do período de desfrute igualmente para 60 dias, além do aumento do valor do auxílio-funeral.[66] A estrutura sindical atrelada ao Estado já se encontrava então implantada, na forma que iria em linhas gerais persistir até a década de 1980. Nela o imposto sindical e a substituição da "mutualidade" e da "beneficência" pela "assistência-serviço" teriam um papel fundamental, dissociando a viabilização das entidades sindicais da adesão voluntária dos trabalhadores a uma estratégia integrada de atendimento de seus diferentes tipos de "demandas". A possibilidade de pensar o enfrentamento dos problemas canalizados para a assistência em modos capazes de fortalecer o desenvolvimento de valores coletivos entre os trabalhadores tem estado desde então fora da pauta política do movimento sindical brasileiro. A disputa relativa à assistência tem se resumido a partir daí, de um lado aos posicionamentos de princípio favoráveis e contrários à sua realização nos sindicatos, de outro ao debate pragmático sobre suas formas de gestão, a qualidade e extensão de benefícios, assim como sobre seu peso na máquina sindical.

Estratégias organizativas e construção de organizações de classe

A experiência do movimento operário gaúcho em relação à questão da relação entre mutualidade e luta reivindicativa neste mais de meio século que vai da fundação da "Associação Beneficente das Classes Laboriosas", a conjuntura do pós-1945 traz

---

possuímos elementos para comparar a proposta esboçada pelo sindicato e a que acabou sendo implementada pelo governo durante o Estado Novo.

[65] A AGE-SM nº 122 de 07/07/39 decide criar um formulário próprio para controle dos enfermos.

[66] AGE-SM nº 22 (27/7/1945).

importantes elementos de reflexão no que diz respeito aos processos de formação de classe, criação de formas organizativas e desenvolvimento de estratégias coletivas.

Na formulação clássica de E. P. Thompson, a classe se forma à medida que "os homens [versões posteriores acrescentam 'e as mulheres'] identificam seus interesses entre si e em oposição a outros".[67] Um dos grandes problemas da história do movimento operário tem sido a definição de formas particulares de articulação entre o primeiro elemento "identificação de interesses entre si", e o segundo, "identificação de interesses em oposição a outros". É largamente difundida a idéia de que o nível de conflito com "os outros", particularmente com a burguesia, seria o único indicador de consciência de classe. Por outro lado, esforços de crítica a esta identificação unilateral entre conflito e consciência de classe tendem a permanecer presos à dicotomização entre estratégias conflitivas e estratégias não conflitivas. Para Sewell, o fato de os trabalhadores franceses enfatizarem no seu discurso até 1848 termos relacionados à idéia de unidade, como "associação", ao invés de termos que enfatizam distinção como "classe", decorreria de que no seu universo cultural não seria aceitável colocar um "interesse particular contra o interesse comum". O uso do termo classe permaneceria portanto apenas uma "designação descritiva", sem conotação de subordinação ou de luta.[68]

É curioso conceber que um signo de descrição possa ser adotado para se referir a uma coletividade humana (trabalhadores, por exemplo) sem que a própria existência desta denominação contenha implicitamente a idéia de que este grupo é distinto de outros. O elemento distintivo da identidade classista pode em muitos momentos não estar explícito no discurso, cujos parâmetros de legitimidade tendem a se referir a universais, mas residir em opções como a adesão a organizações que buscam o atendimento de certas demandas no âmbito das relações mútuas entre pares definidos por sua condição de classe. A própria luta por direitos, concebidos como expressão da idéia universal de cidadania, só faz sentido a partir do reconhecimento de que alguém ou algo se opõe a que os trabalhadores tenham efetivo acesso a estes direitos. Conflito e "solidariedade moral" portanto, não necessitam ser pensados como excludentes, seja para valorizar um ou outro, mas como duas vertentes do processo de formação de classe articuladas em estratégias particulares de acordo com as

---

[67] Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa. Op. Cit.* Vol. I, p. 9.
[68] Sewell, Jr. William H. *Work and revolution in France. Op. Cit.* Pp. 282-283.

necessidades, possibilidades e opções presentes em distintos contextos. A tentativa dos sindicatos analisados acima, ao buscarem canalizar e estimular práticas de solidariedade, reforçando a identidade de classe expressava tanto os desdobramentos de uma mudança estratégica da proposta de organização de uma minoria militante para a "atração das massas" quanto a necessidade de enfrentamento da concorrência de outras agências que disputavam a adesão e a lealdade operárias.

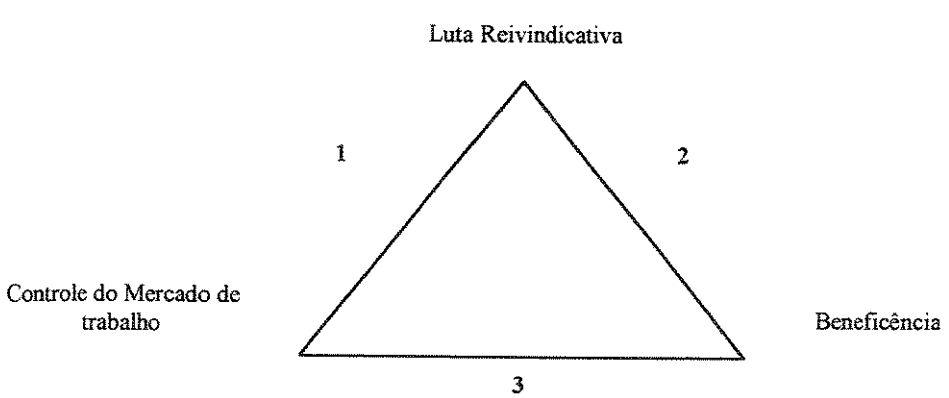
É possível conceber esta concorrência à medida que, se o sindicato para os já "organizados" é algo de natureza distinta de outras formas de "atendimento às necessidades do trabalhador" (por ser autônomo e baseado na identidade de classe) para os "organizáveis" ele é num primeiro momento apenas uma alternativa a mais, envolvendo provavelmente riscos maiores de repressão e dificuldades práticas causadas pela falta de apoio de outras estruturas institucionais mais poderosas.

O modelo de prática sindical que, a partir da releitura da experiências das décadas anteriores, se consolida no início dos anos 30 em Porto Alegre, poderia ser representado através de um triângulo tendo em cada um de seus vértices respectivamente a luta reivindicativa, o controle do mercado de trabalho e a beneficência. Embora as particularidades de cada categoria levassem a diferentes ênfases e combinações, os três componentes eram considerados parte integrante da organização de classe, mesmo que a idéia de "sindicato" fosse ainda associada ao que os anarco-sindicalistas denominavam "resistência", e arranjos formais fossem criados para evitar a sua "mistura" com elementos outros como a beneficência. A definição do papel das organizações operárias não se restringia a uma linha política particular, e funcionava como uma base comum sobre a qual diferentes concepções políticas poderiam atuar, lutando no que diz respeito a suas proposições sobre os rumos a serem adotados pelo movimento, mas somando forças no que dizia respeito à expansão da solidariedade operária voltada ao que era denominado o "engrandecimento da classe".

No que diz respeito à conjugação entre os diferentes papéis propostos para a organização operária, cada um dos lados vinculando um dos "vértices" ao outro expressava uma frente de interação social da entidade sindical. O lado 1, ligando controle do mercado de trabalho à luta reivindicativa era marcado pela relação com os empregadores, em diferentes âmbitos do contrato de trabalho (acesso ao emprego, condições de venda da força

de trabalho). Esta relação ia além do âmbito contratual no que se cobrava do sindicato o papel de fiador do comportamento operário no trabalho e, talvez, na sociedade como um todo. No lado 2, entre reivindicação e beneficência, concentram-se as relações com o Estado, mediadas pela legislação social e pela luta para que esta se transformasse em direitos efetivos. Esta frente de ação envolvia cada vez mais, além de condições de trabalho, questões como previdência e saúde, que eram também objeto de resposta mutual direta. A terceira linha, finalmente, caracterizava-se por estar vinculada ao âmbito das relações internas dentro da categoria, ou desta com o sindicato. Um mesmo problema, como o desemprego, poderia ser enfrentado de dois modos complementares, envolvendo de um lado a Bolsa de Trabalho como um mecanismo de não apenas agilizar a distribuição das vagas disponíveis mas também de assegurar parâmetros comuns para esta distribuição. De outro lado, o mesmo problema poderia ser trabalhado através do auxílio aos desempregados pela Caixa correspondente.

As grandes polêmicas de política sindical não se davam mais sobre realizar ou não realizar beneficência, mas sobre seu caráter e relação com a luta em defesa de interesses e direitos. É aí que podemos perceber melhor a natureza das mudanças efetivadas no Estado Novo, com a construção de mecanismos efetivos de intervenção estatal na gestão sindical, a fusão estatutária entre "Caixas" e sindicato e a "mercantilização" dos benefícios, com sua dissociação de práticas de solidariedade tradicionais. Completava-se assim uma longa mutação identificável na substituição, no discurso das lideranças operárias, não em etapas claramente definidas, mas como "tons dominantes" de distintos momentos, da noção de "mutualidade", ou do adjetivo "mútuo", (com sua ênfase na relação recíproca) pela de "beneficência" (com sua ênfase no produto ou benefício) e finalmente pela de "assistência" (que conota claramente uma relação vertical e despolitizada de concessão de benefícios, já



que estabelece a distinção entre a pessoa ou instituição que "assiste" e aquele que "é assistido").

Com a consolidação da legislação trabalhista e o surgimento da estrutura previdenciária, modifica-se também o papel do sindicato, substituindo-se a idéia de uma forma de organização entre os trabalhadores para a de uma instituição que age como mediador entre estes e o acesso a direitos.

Por outro lado, tendo em vista o contexto de concorrência entre diferentes agências de "atendimento as necessidades do trabalhador" na década de 30, pode-se constatar que após o Estado Novo os sindicatos acabariam por concentrar o atendimento a parcela significativa das necessidades operárias, o que legitimou uma instituição definida pelo seu caráter de classe como canal de acesso a esses benefícios. Além disso, através da estrutura assistencial, os sindicatos brasileiros mantiveram um profundo vínculo com o cotidiano operário para além do âmbito contratual da relação entre capital e trabalho, indo mesmo além da relação com o(a) trabalhador(a) individual, para envolver sua família. Este conjunto de características expressa de uma certa forma tanto a força quanto fraqueza dos sindicatos como expressão organizada da classe trabalhadora na República Populista.

É importante porém lembrar que a mudança da natureza institucional das organizações operárias não pode ser isolada do contexto mais geral da história social e política do período. A herança das tradições mutualistas desempenhou um importante papel no processo de incorporação da classe operária à participação política no pós-45. No caso de Porto Alegre esta vinculação entre experiências de solidariedade de classe e ocupação do espaço político institucional pode ser representada por um episódio da atuação da líder tecelã e vereadora comunista Julieta Batistolli. Discutindo as condições de vida dos operários na cidade numa sessão da Câmara Municipal, Batistolli denunciava a mudança da qualidade do atendimento médico aos operários da Renner entre o período em esse "benefício" era fornecido pela caixa mutualista dos trabalhadores e o momento em que esta caixa passa a ser controlada pela empresa. Segundo ela, os médicos "a serviço do patrão, passaram a ser médicos espíritas":[69]

---

[69] Segundo o *Anuário Estatístico do Estado de 1941*, *Op. Cit.* a "Sociedade Beneficente dos Empregados da Firma A. J. Renner e Cia" fora fundada em 1933 e possuía 620 sócios homens e 991 sócias mulheres em 31/12/1939. Não é claro a partir de que momento a "Sociedade" passou ao controle da empresa.

> "... sentam atrás da sua escrivaninha e começam: '- O que é que tem?'. A operária diz: '- Eu sinto isto, aquilo, estou doente, não posso trabalhar'. O médico olha e diz: '- A senhora não tem nada'. E passa uma receita. Ela vai à farmácia, gasta duzentos cruzeiros e... 'não tem nada'."[70]

Este episódio é digno de nota por várias razões. O cenário é um parlamento local buscando assumir pela primeira vez na história um papel ativo no enfrentamento dos problemas sociais da cidade. O personagem principal é uma operária, a primeira mulher eleita para uma função pública na história municipal, e sua experiência de solidariedade no local de trabalho passava agora a embasar sua intervenção na gestão de políticas públicas. Nesse pequeno fragmento de um momento de profunda mudança nas relações entre sociedade e política podemos perceber como a combinação entre mutualidade e luta, expressa na tradição organizativa criada pela classe trabalhadora porto-alegrense foi capaz, apesar dos efeitos nocivos da engenharia institucional da CLT, de referenciar o exercício de um papel ativo na exploração das possibilidades colocadas pelo novo contexto político que se estenderia até 1964.

Construindo o sindicato de massas

A Confederação Regional do Trabalho

Em 1928, Elóy Martins tinha 17 anos de idade, e havia chegado com a família a Porto Alegre há 3 anos, estando empregado no estaleiro Alcaraz & Cia como ajudante de caldereiro, um trabalho "terrível, pesado e bruto". Participava já, juntamente com o irmão, o gráfico Moarê Martins, do Grupo de Operário Apolíticos, organização de tendência anarquista. No estaleiro, porém, conheceu o caldereiro Ramão, que era filiado ao PCB, o qual começou a lhe "tirar da cabeça algumas idéias anarquistas, como o apoliticismo". Elói jogava também no time de futebol do Alcaraz, e ao disputar um torneio, foi apresentado por Ramão a "um moço, que depois de uma explanação política, gentilmente nos ofereceu exemplares de 'A Classe Operária'".[71]

---

[70] *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*, Gestão 1947-1951, Vol. 35, Julho de 1951. Porto Alegre, Imprensa Oficial do Estado. Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre, de agora em diante, BCM-PA.
[71] Martins, Elóy. *Um depoimento político*. *Op. Cit.* Pp. 27-28. Entrevista com Elóy Martins, 18/03/97.

Uma semana depois, o jovem metalúrgico já havia ingressado no Bloco Operário e Camponês (BOC). Seu recrutamento, na verdade, fora parte de um trabalho sistemático desenvolvido por Jacob Koutzii, na época funcionário de uma loja de calçados (ramo no qual se estabeleceria posteriormente como comerciante), responsável pela organização da Juventude Comunista e dirigente da Federação de Esportes Proletários. Koutzii, conhecido pelo nome de guerra Isaac ou pelo pseudônimo Plínio Moraes, com o qual escrevia no jornal partidário, "dificilmente passava um domingo sem ir aos jogos de futebol de times de operários de empresas industriais". Martins recorda que "havia um grande movimento de futebol de empresa e ele [Jacob] era meio técnico".[72]



Cabeçalho de folheto da Federação do Desporte Proletário

Em 1929, a Federação continuava em franca atividade, não apenas organizando partidas de futebol, mas também convocando os "desportistas proletários" a participarem da comemoração do aniversário da Revolução Russa:

> "No dia 7 de novembro, completar-se-ão 12 anos que os nossos camaradas russos, numa ação decisiva e heróica, souberam conquistar a posição de vanguardeiros da luta pela emancipação do proletariado internacional, estabelecendo a primeira República proletária, dirigida pelos operários, camponeses, soldados e marinheiros.
>
> A FEDERAÇÃO DE ESPORTES PROLETÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL, que é o organismo máximo centralizador de movimento desportivo proletário no estado, e que representa, portanto, legitimamente esta grande massa de desportistas proletários, não poderia deixar, como uma organização de luta contra a influência do esporte burguês, que é um dos tantos meios de que a burguesia se utiliza para desviar os trabalhadores do

[72] Martins, Elóy. *Um depoimento político*. *Op. Cit.* Pp. 27-28. Entrevista com Elóy Martins, 18/03/97.

> terreno da luta de classes, de se solidarizar com esta data tão gloriosa para o proletariado mundial.
>
> Companheiros!!! Desportistas Proletários!!!
>
> Apoiemos a Rússia dos trabalhadores, o único país que organizou uma SPARTAKIADA MUNDIAL, da qual participaram milhares e milhares de desportistas proletários de todo o mundo!!!"[73]

A organização dos "desportistas proletários" fazia parte de um trabalho mais amplo desenvolvido pelos comunistas porto-alegrenses que, seguindo a linha política nacional do PCB, buscavam constituir uma série de "frentes de massas" entre diferentes setores sociais, particularmente a juventude e as mulheres trabalhadoras. Essa orientação foi explicitada nas resoluções da "Conferência Sindical de Porto Alegre", organizada pela Confederação Regional do Trabalho (CRT), em abril de 1929, como parte dos preparativos para a realização de um Congresso Operário Nacional:

> "O Congresso deve particularmente frisar a concentração cada vez maior das forças capitalistas e o avanço do imperialismo no Brasil, concorrendo para agravar ainda mais a exploração das massas laboriosas. E para fazer frente a essa opressão, o proletariado deve reorganizar os sindicatos de ofício em sindicatos de indústria, agrupando todos os trabalhadores de uma determinada indústria. É preciso ainda organizar sindicatos de empresa, agrupando todos os trabalhadores de uma única empresa.
>
> Os sindicatos de uma mesma localidade devem unir-se em Federações do Trabalho locais. Os sindicatos de uma região em Confederações Regionais do Trabalho. Os sindicatos de uma só indústria em Federações Nacionais de Indústria e, na cúpula, unindo todos, a Confederação Geral do Trabalho. [...]

---

[73] "Processo de Expulsão de Marcos Piatigorski, Leon Piatigorski, Nicolau Artzvenco, Simão Brodin e Pelayo Gil Ribas". MNJI Caixa IJJ7/172. AN-RJ. Fls. 23. *Correio do Povo*, 15/12/29

> As organizações sindicais precisam dedicar uma atenção especial para a organização das massas desorganizadas, assalariados agrícolas, juventude e mulheres proletárias.
>
> Para que as massas saibam lutar vigorosamente contra os exploradores, é preciso ensinar aos trabalhadores a confiar somente na força da unidade e da solidariedade proletárias. Para isso, combater energicamente a intervenção dos políticos, advogados e representantes a soldo da burguesia [...]
>
> Os sindicatos devem elaborar um plano concreto de reivindicações para os trabalhadores de uma determinada indústria, ou de uma grande empresa, lutando passo a passo para a conquista destas reivindicações."[74]

No mesmo ano, um panfleto publicado em Porto Alegre dirigia-se ao "jovem trabalhador do campo, da cidade, das plantações de café, de cana etc., das fábricas e das oficinas, dos transportes da terra e do mar!", lembrando-o da exploração particular de que era vítima e elencando uma série de bandeiras de luta específicas e outras que eram compartilhada entre a juventude e os demais membros da classe trabalhadora:

> "Se é na cidade, na indústria, trabalhas tanto quanto um adulto e, entretanto, o teu salário é às vezes a metade do salário do adulto. [...] Por quê?
> Porque os governos são constituídos de burgueses, de membros da classe burguesa e os interesses da burguesia são contrários aos interesses da nossa classe, a classe trabalhadora. [...]
>
> - Para trabalho igual, salário igual!
> - Instrução primária e profissional até aos 16 anos!
> - Tempo de aprendiz em máximo de 6 meses na indústria nova!
> - Escolas profissionais do governo para se poder freqüentar as escolas!
> - Construção de casas higiênicas para os trabalhadores da cidade e do campo.
> - 15 dias de férias de 6 em 6 meses! [...]
> - Direito de voto aos 18 anos para ambos os sexos!"[75]

---

[74] *Correio do Povo*, 09/04/29. Na Conferência, a CRT também escolheu seus representantes ao Congresso Operário Nacional: Joaquim Pinto, gráfico, e Vitor de Mello carpinteiro.

[75] "Processo de Expulsão de Marcos Piatigorski, Leon Piatigorski, Nicolau Artzvenco, Simão Brodin e Pelayo Gil Ribas". MNJI Caixa IJJ7/172. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Fls. 28.

Em maio, era criado o Comitê das Mulheres Trabalhadoras de Porto Alegre, visando "a preparação da mulher operária para que possa defender seus direitos." Nos meses seguintes, a atividade do comitê foi intensa, e na coluna "Vida Operária", publicada pelo "Correio do Povo", várias reuniões do mesmo foram registradas. Entre as principais tarefas presentes na pauta do comitê, constavam aquelas relativas à intensificação da propaganda buscando arregimentar novas militantes para a organização. No final do ano, o Comitê definiu como uma de suas prioridades:[76]

> "trabalhar para que todas as mulheres e jovens operárias, em vista do aumento do custo de vida e perspectiva de miséria crescente, ingressem em massa nos sindicatos de resistência, conseguindo desse modo, ao lado dos seus companheiros operários dentro das respectivas corporações que, quando necessitados, recebam auxílios e sejam amparados pelo sindicato."[77]

Antes disso, as representantes do Comitê já haviam ocupado espaço na imprensa para esclarecer as finalidades do seu trabalho organizativo, em reação aos boatos de que o mesmo estivesse envolvido em atividades de incitação à greve ocorrida na Companhia Carris. Elas tiveram destaque também na preparação das comemorações relativas ao aniversário da Revolução Russa, para as quais confeccionaram uma bandeira visando marcar a presença feminina no ato público programado. Um dos indicadores do crescimento da adesão de trabalhadoras ao movimento foi a extensão de suas atividades a outros bairros fora da região industrial do Navegantes-São João, como o que foi o caso da fundação de um sub-comitê do Bonfim, que contou com

> "grande número de novas aderentes, tendo decorrido animados os trabalhos, devido à espontaneidade com que se apresentavam as moças trabalhadoras para a organização de comitês de fábrica e propaganda nos locais de trabalho"[78]

Paralelamente à constituição das organizações das "frentes de massas", se desenvolviam atividades buscando a integrando entre o lazer e a mobilização política dos

---

[76] *Correio do Povo*, 05/12/29, 14/11/29, 15/10/29, 24/10/29, 30/11/29, 15/12/29.
[77] *Correio do Povo*, 25/12/29.

trabalhadores, como o piquenique realizado no final de novembro de 1929, "festa campestre" que, segundo seus organizadores, despertou o "entusiasmo entre o operariado". A atividade, através da qual a CRT pretendia "proporcionar horas divertidas" a seus afiliados, foi preparada por reuniões de segmentos específicos, como as uniões dos trabalhadores em Hotéis, Couros e Peles, Vidros e Louças, Tecidos, Alfaiates e anexas, assim como pelo próprio comitê de mulheres. Todas as organizações foram conclamadas para que levassem bandeiras e cartazes para uma concentração na Praça dos Navegantes, de onde uma "coluna operária" seguiria para a Fazenda Antero ou "Campo dos Anteros", na rua São José. Além de um comício explicando a proposta de organização do congresso operário, o piquenique contou com a apresentação de uma orquestra e[79]

> "grande número de diversões familiares, entre as quais um 'match' de football entre dois fortes teams da Federação de Desportos Proletários, devendo ao vencedor ser oferecidas 11 finas medalhas de ouro; haverá um sorteio gratuito de vários prêmios destinados às crianças proletárias, quermesse, danças, etc."[80]

Um novo piquenique foi organizado no mês seguinte pelo Comitê de Defesa da Imprensa Proletária, incluindo na sua programação partidas de futebol, "corridas a pé entre jovens e crianças", corrida de ciclistas, sorteios de brinquedos e outros objetos, apresentação de uma banda e danças, além de um comício, onde falaram "diversos trabalhadores, jovens e mulheres".[81]

Mas a principal atividade desenvolvida pelos militantes da CRT, seguindo as resoluções da Conferência Sindical de abril, era a organização de "sindicatos de indústria", que protagonizaram uma série de greves ao longo de 1929. Embora a atividade de sindicalização atingisse também outras categorias de trabalhadores, a ênfase estava na organização do operariado fabril, em particular em setores, como o têxtil, que apesar de ter participado em todas as greves gerais ocorridas na cidade não tinha história de organização sindical até o momento ou a confecção, na qual a partir da tradição associativa do ofício

---

[78] *Correio do Povo*, 27/10/29, 01/12/29, 22/12/29, 25/12/29, 28/12/29.
[79] *Correio do Povo*, 22/11/29, 26/11/29, 27/11/29.
[80] *Correio do Povo*, 30/11/29.
[81] *Correio do Povo*, 17/12/29, 18/12/29.

dos alfaiates, se buscava agora organizar os "trabalhadores da indústria do vestuário" ou as "classes anexas" compostas em grande medida de costureiras.[82]

Entre os sindicatos fundados ou reorganizados em 1929, se encontram as uniões dos trabalhadores na indústria mobiliária; de vidros e louças; de metalurgia e construção naval; em hotéis, bares, restaurantes, cafés e anexos; dos operários em fábricas de tecidos, dos alfaiates; a Associação dos Trabalhadores da Construção Civil e a Associação Protetora dos Trabalhadores na Indústria de Calçados, Couros e Peles. No âmbito estadual, a CRT lançou também documentos assinados conjuntamente com a Associação Protetora dos Operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, o que indica a possibilidade de que a mesma fosse a ela filiada. A Confederação enviou também correspondência à União dos Trabalhadores Gráficos, um dos sindicatos pioneiros da cidade, propondo que a mesma a ela se filiasse, "tendo em vista a identidade completa de princípios, esposados pelos estatutos das duas organizações". Buscou ainda organizar os operários em fábricas de banha e na indústria do fumo e recebeu a filiação de federações sindicais do interior, como foi o caso do Centro Trabalhista Taquarense. Duas iniciativas de organização sindical verificadas neste período e que não parecem ter tido relação com a Confederação são a intensificação da "propaganda associativa" do Sindicato Padeiral e a criação do Sindicato de Canteiros da Tristeza.[83]

A cobertura exaustiva dada da atividade sindical no período pela imprensa diária nos permite acompanhar alguns aspectos relativos ao dia-a-dia organizativo destas entidades. A união dos trabalhadores em vidros e louças, por exemplo, realizava reuniões semanais da sua diretoria, visando "satisfazer às exigências do seus estatutos", o que, diante da freqüência com que as reuniões das várias entidades são registradas, deveria provavelmente ser uma regra geral.

Entre os pontos de pauta mais comuns nas reuniões das entidades se encontrava a "propaganda associativa", ou seja, a divulgação das atividades do sindicato entre os trabalhadores da indústria correspondente, buscando a filiação dos mesmos, função muitas

---

[82] Sobre as greves de 1929, ver Capítulo VI.

[83] *Correio do Povo*, 03/10/29, 08/10/29, 15/10/29, 19/10/29, 03/11/29, 09/11/29, 19/11/29, 26/11/29, 27/11/29, 30/11/29, 01/12/29, 04/12/29, 10/12/29, 12/10/29, 20/10/29, 15/12/29, 17/12/29, 18/12/29, 22/12/29, 25/12/29, 28/12/29. "Correspondência da Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do

vezes ao cargo de comitês específicos. Afinal de contas, como se dizia numa das reuniões da União dos Alfaiates e Trabalhadores na Indústria do Vestuário, era grande o número de operários que "não conhecem os direitos que lhes garantem os estatutos da União", e que,[84]

> "por falta de organização, muitas vezes ressentem-se de certas necessidades, principalmente quando se acham desempregados, ao passo que organizados, em contato com os seus companheiros de labor, poderão não só ser beneficiados quando enfermos, como quando desempregados, tornando-se fácil também o arranjo de emprego".[85]

Embora se buscasse ampliar a base sindicalizada, a filiação era controlada. Na construção civil, por exemplo, a aceitação de novos sócios era submetida à assembléia geral. Esta entidade também demonstrava preocupações em efetivar a cobrança das mensalidades dos seus associados, e registrava a dificuldade para "arregimentar sindicalmente o operariado desta classe, que devia ser uma das mais fortes desta capital e no entanto, é ainda fraco". Outra atividade característica deste setor era a prestação de auxílios a acidentados, como um trabalhador que teve as primeiras falanges dos dedos destruídas em uma obra, assim como a intercessão junto às empresas às quais os mesmos estavam vinculados, visando assegurar que estes recebessem a indenização a que faziam jus. O encaminhamento de cada um destes casos chegava a ser debatido em várias reuniões da entidade, e eventualmente o mesmo era levado à própria CRT, buscando envolvê-la na definição da melhor estratégia para a solução do mesmo. [86]

Os trabalhadores do mobiliário também organizaram suas "comissões de propaganda associativa nos locais de trabalho", com o objetivo de organizar comitês de fábrica. Os metalúrgicos adotaram o mesmo expediente, responsabilizando as comissões pela cobrança das mensalidade e pela distribuição dos estatutos da entidade aos associados de cada fábrica. A "regularização das cotas" também estava na ordem do dia para a união dos trabalhadores em "hotéis e anexos". A entidade atribuía a cobrança irregular à falta de

---

Sul à União dos Trabalhadores Gráficos de Porto Alegre". 22/07/29. *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* Pp. 311-312.

[84] *Correio do Povo*, 16/10/29, 19/11/29, 27/11/29, 12/12/29.

[85] *Correio do Povo*, 22/11/29.

[86] *Correio do Povo*, 10/10/29, 15/10/29, 20/10/29, 24/10/29, 27/10/29, 03/11/29, 05/12/29.

tempo do cobrador, e apelava aos associados para se porem em dia, aos mesmo tempo que organizava comissões para trazer companheiros dos locais de trabalho para as assembléias. Apesar disso, a organização contava já com 300 filiados, e sua direção avaliava que a mesma já representava "uma forte corrente trabalhadora, em face das numerosas indústrias alimentícias existentes nesta capital". A definição da categoria, eventualmente substituída por "trabalhadores da indústria culinária", o que incluía até mesmo as confeitarias, indica a heterogeneidade do universo que o sindicato buscava abarcar, indo dos bares, hotéis e restaurantes, às fábricas de chocolate, cervejarias e moinhos.[87]

Todas as entidades filiadas elegiam delegados ao Conselho Confederal da CRT, cujas reuniões também eram freqüentes, e que muitas vezes organizava ele próprio[88]

> "comissões encarregadas de percorrer os estabelecimentos das várias indústrias, especialmente as que se referem aos comitês de fábricas, que têm uma missão de particular importância, em vista de não só serem encarregados de orientar e guiar seus companheiros ao cumprimento do dever do bom operário, como também têm a missão de evitar conflitos destes com os patrões, devendo, sempre que seja necessário, intervir em quaisquer reclamações que porventura venham a surgir, tanto por parte dos patrões como de operários."[89]

A principal responsabilidade do Conselho Confederal, entretanto, era a preparação, inicialmente, da participação da CRT no Congresso Operário Nacional e, assim que tornou-se claro que não haveria condições para que este se realizasse, de um congresso operário local, adiado diversas vezes, cuja pauta seria a seguinte:

> "1- Relatório da Comissão Executiva, desde a fundação do comitê de reivindicações imediatas até a data do Congresso;
> 2 - Informações dos representantes de cidades do interior do estado, pequenos históricos e finalidades dos sindicatos, estatísticas dos sócios quites e inscritos, situação financeira do sindicato;
> 3 - Questão de horas de trabalho e salários;
> 4 - Programa de reivindicações imediatas;
> 5 - Organização dos trabalhadores agrícolas;

---

[87] *Correio do Povo*, 16/10/29, 20/10/29, 23/10/29, 24/10/29, 25/10/29, 14/11/29, 22/11/29.
[88] *Correio do Povo*, 16/10/29, 19/10/29, 20/10/29, 27/10/29, 26/11/29, 04/12/29, 22/12/29.
[89] *Correio do Povo*, 20/10/29.

6 - Organização da juventude e mulheres proletárias;
7 - Assuntos vários."[90]

O congresso acabou ocorrendo, finalmente no dia 21 de janeiro de 1930, "coincidindo com o 1° aniversário do Congresso Nacional Pró-Confederação do Trabalho do Brasil e com o 5° aniversário da morte do chefe da revolução operária, LENINE". Ao contrário do que ocorrera ao longo do ano anterior, entretanto, o início de 1930 não era marcado por uma intensa mobilização operária, mas sim pela crise política entre a Aliança Liberal e o governo federal, na qual o PCB identificava a perspectiva de uma guerra civil que poderia ser transformada em uma "guerra de classes". A atividade sindical, assim, foi colocada em segundo plano, frente à propaganda e à arregimentação insurrecional.[91]

A criação de organizações massivas, estruturadas primordialmente com base nos ramos de produção industrial e categorias profissionais, e que buscassem expandir a sua base social incorporando jovens e mulheres, assim como desenvolvendo atividades capazes de atrair não apenas militantes mas uma ampla parcela dos trabalhadores de cada setor permaneceria como um dos grandes desafios no pós-30. Ela entretanto, passaria agora a ter como base institucional uma legislação que, reconhecendo o direito de organização operária, buscaria enquadrá-lo, pela força tanto quanto pela persuasão, nos limites de uma "harmonia social" regulamentada de forma autoritária pelo Estado para assegurar um modelo de desenvolvimento que necessitava da adesão ativa e da produtividade dos trabalhadores, mas que não ousaria desafiar os privilégios e o arbítrio das classes dominantes. Apesar de tudo, a definição oficial que estabelecia a classe trabalhadora organizada como um dos pilares da nação criava uma poderosa fonte de legitimidade potencial para o movimento sindical, que a efetivaria quanto e sempre que fosse capaz de transformar o espaço sindicato oficial em catalizador, articulador e indutor da luta cotidiana no local de trabalho e em expressão institucionalizada da solidariedade e da identidade operárias.

---

[90] *Correio do Povo*, 15/12/29.
[91] "Diário de Notícias", 15/01/30. *In:* Petersen, Silvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* P. 317; Ver Capítulo VI.

Revendo a legalização dos sindicatos: Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)

Ao contrário da maior parte das categorias fabris, como os têxteis e a alimentação, os metalúrgicos tinham, já no final dos anos 20, uma longa experiência de organização sindical. Fundada em 1905, a União dos Metalúrgicos desempenhou importante papel na greve geral de 1906, levando seu dirigente Adolpho Brandt a acumular a presidência da entidade com a da recém-fundada Federação Operária do Rio Grande do Sul (Forgs). Após 1910, a União Metalúrgica passou da hegemonia socialista para a anarquista, realizando em 1911 uma greve vitoriosa contra os freqüentes atrasos nos pagamentos no Estaleiro Mabilde. A mesma empresa se destacou novamente na greve geral de 1917, e em 1919 a categoria sustentaria a mais longa paralisação até então registrada no estado (de 13 de julho a 18 de agosto), ao fim da qual foi conquistada a jornada de 8 horas.[92]

Esta trajetória refletia, em certa medida, as particularidades da evolução da indústria no setor, caracterizada no início do século por pequenas unidades e pela concentração comparativamente alta de trabalho especializado, e que passou por um crescimento gradativo, marcado também pelo desenvolvimento de setores de maior complexidade, como a construção de máquinas. Na metalurgia, com o crescimento das fábricas, nem sempre o artesão original foi substituído por um trabalhador não-especializado mas, muitas vezes, por um técnico capacitado ou através da própria prática de trabalho ou de cursos em instituições como o Colégio Parobé, criado pelo governo estadual no início do século, e o SENAI, a partir dos anos 40.

A principal base a partir da qual foi composta a direção sindical no início dos anos 30, por exemplo, era a fábrica Micheletto: [93]

> "O sindicato era dominado pelo Micheletto, porque [...] a construção de máquinas exigia elementos qualificados. O elemento pra ser um frezador ele tinha que ter pelo menos um curso da escola técnica. [...] Não dava pra ir

---

[92] Cfe: Marçal, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul: origens do sindicalismo rio-grandense*. *Op. Cit.* Pp. 48-49.

[93] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.

> pra uma faculdade. Mas a cúpula do sindicato eram elementos que tinham uma certa cultura."[94]

Foram basicamente estes operários especializados, alguns deles com muitos anos de militância, que a 4 de janeiro de 1931 convocaram a assembléia de fundação do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre, reconhecido pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio em março do mesmo ano.

Entre os quatorze fundadores da entidade, estavam os comunistas Millan Knafelz e Joaquim Pinhão, assim como Jerônimo Batista, definido por Elóy Martins como: "um cara de esquerda, não sei qual era a tendência. Não era comunista, não sei se tinha alguma tendência anarquista, mas era um cara combativo". Pinhão e Knafelz, assim como o também comunista Rochadel eram todos mais velhos que Martins, e já participavam da "união metalúrgica", ligada à CRT antes de migrarem para o sindicato oficial. No grupo de criadores do sindicato, porém, estava também Baldelino Lemos, que participou da "comissão de adaptação das leis de funcionamento" responsável por encaminhar a oficialização da instituição. Lemos, para os comunistas, seria o primeiro representante na categoria da "tendência peleguista, os elementos que se atiraram de corpo e alma em função das teses getulistas, trabalhismo, os caras que [depois] criaram a cúpula trabalhista do PTB".[95]

Não obstante a presença dos getulistas, independentes e eventuais representante de outras linhas políticas, foi no sindicato dos metalúrgicos que, em meados da década de 30, os comunistas estabeleceram seu principal reduto no movimento operário gaúcho. Não era o caso desta corrente ter uma maioria estável entre os membros das diversas direções da entidade no período. Possuía, porém, grande influência derivada tanto da sua inserção orgânica na categoria profissional quanto da capacidade propositiva no interior do sindicato, liderando inclusive a resistência aos processos de intervenção do Estado no seu funcionamento. Segundo aquele que se tornaria um dos mais importantes presidentes da entidade em toda a sua história, José César Mesquita, "os comunistas eram quem gerava a vanguarda em todas as fábricas". O peso dos militantes desta tendência na organização

---

[94] Entrevista com Elóy Martins, 17/01/92.

sindical dos metalúrgicos era tamanho que, quando as figuras publicamente relacionadas ao partido foram afastadas entre 1935 e 1937, os interventores nomeados pela Inspetoria Regional do Trabalho revelaram-se inicialmente incapazes de conduzir os trabalhos da entidade. A estrutura partidária de base vinculava-se também estreitamente à cultura organizativa mais geral da categoria. Foram as células comunistas que deram continuidade à organização clandestina nas fábricas durante o Estado Novo, possibilitando que as características centrais da prática militante da entidade viessem a ser retomadas rapidamente a partir da greve de 1945.[96]

A análise detalhada do funcionamento desta organização sindical sob hegemonia comunista revela matizes até hoje pouco analisados do processo de construção da estrutura sindical oficial.

Organização de base e construção institucional

Thompson demonstra como o desenvolvimento de múltiplas experiências organizativas perpassa o próprio surgimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo, ao transformar a unidade potencial dos setores populares em força política efetiva.[97] Entretanto, não raras vezes a prática das organizações operárias voltou-se contra suas origens, tornando-se o oposto das transformações sociais que essas pretendiam conquistar. De mecanismos para a efetivação da participação político-social aberta a "um número ilimitado de membros",[98] elas converteram-se em exemplos de autoritarismo e burocracia. De instrumentos de defesa dos interesses de classe, tornaram-se amarras, impedindo o franco desenvolvimento de lutas e movimentos.[99]

Esta tensão que percorre a história do movimento operário apresenta um sério complicador quando a ela se acresce a intervenção estatal, como no caso do Brasil pós-30.

---

[95] Entrevista com Elóy Martins, 17/01/92; Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.

[96] Os comunistas notórios são afastados da direção sindical a partir das primeiras intervenções, mas tornam a aparecer articulando chapas de oposição. Por outro lado, este pode ter sido apenas um expediente para despistar o ingresso de membros menos visados do PCB nas chapas "oficiais". Comunistas e sindicalistas de esquerda buscam também manter seu espaço no sindicato, desempenhando um papel de mediação em atritos de cunho pessoal e assumindo uma postura mais "construtiva" do que a das partes envolvidas. Cfe: AGE-SM nº 81 (13/12/1935) e nº 94 (27/1/1937); Entrevista de José César Mesquita a Elizabeth Grimberg, 1979; Martins, Eloy. *Um depoimento político (55 Anos de PCB). Op. Cit.* P. 74.

[97] Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa. Op. Cit.*

[98] *Idem, Ibidem,* capítulo 1, vol. 1.

Entretanto, os instrumentos para o controle e tutela das entidades sindicais foram sendo construídos gradativamente, o que relativiza a idéia de um corte abrupto com a tradição de organização autônoma anterior. O imposto sindical, por exemplo, que representou um passo decisivo para desvincular a sustentação das entidades da adesão voluntária dos trabalhadores, foi adotado apenas em 1941. Foi somente no Estado Novo, também, que se definiram as "despesas legais", buscando evitar que os recursos dos sindicatos servissem à prática da luta de classes. Do mesmo modo, não se encontrava inicialmente regulamentado o controle do Ministério sobre os processos eleitorais nos sindicatos.[100] Por fim, inexistia num primeiro momento a proibição de organizações inter-categorias. A própria Forgs, reconhecida pelo Ministério do Trabalho, se constituía em uma verdadeira central sindical em âmbito regional, contribuindo para a generalização e politização das lutas trabalhistas.

Se os principais elementos da forma de organização do "sindicalismo anarquista" eram a luta pelo controle do mercado de trabalho, a ampla sindicalização, a organização no local de trabalho, a não profissionalização dos dirigentes, a sustentação voluntária das entidades e a mobilização permanente, perceberemos importantes aspectos de continuidade na ação sindical do início dos anos 30.[101] Contudo, a identificação entre organizações sindicais e linhas políticas ("anarquista", "comunista" ou "ministerialista") deve ser relativizada.[102] Se existiam correntes hegemônicas em uma ou outra entidade, uma das características do sindicalismo, ao menos a partir da década de 20, era a convivência de diferentes tendências dentro de uma mesma organização, sob a bandeira da unidade operária, muitas vezes erroneamente reduzida a um lema tático dos comunistas.

---

[99] Para uma análise do processo histórico de burocratização das organizações operárias, Cfe: Negri, Toni. *Del Obrero-masa al obrero-social. Op. Cit.*; Tronti, Mario. *Operários e capital. Op. Cit.*; Castoriadis, Cornelius. *A experiência do movimento operário. Op. Cit.*

[100] Trabalhos como o de Antunes enfatizam os mecanismos de controle previstos no Decreto 19.770, de 1931, como a existência de delegados do MTIC presentes às assembléias e que realizariam o exame da situação financeira das entidades, ou o recolhimento de valores superiores a 2:000$ (Dois Contos de Réis) a contas específicas para este fim no Banco do Brasil. Até onde pudemos verificar, esses mecanismos não possuem vigência prática nas entidades que analisamos até a ocorrência das intervenções iniciadas em 1934 e intensificadas após 1937. Cfe: Antunes, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1982.

[101] Estas características são apontadas por Munakata, Kazumi. *A legislação Trabalhista no Brasil. Op. cit.* Pp. 17-23.

[102] A idéia de hegemonia anarquista no sindicalismo anterior a 1930 tem sido também questionada em diversos estudos. Cfe: Batalha, Cláudio H. M. "Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República". *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1990. Pp. 117-127.

No Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre no pós-30, os procedimentos organizativos constituíram-se em campo de disputa permanente entre concepções sindicais antagônicas, embora estas muitas vezes não coincidissem com linhas ideológicas claramente demarcadas. Grande parte do debate interno se dava em torno de problemas para os quais comunistas e getulistas não tinham respostas pré-elaboradas, mas que representavam desafios centrais para que, em uma ou outra concepção política, o sindicato conseguisse se consolidar.

Mesmo em uma conjuntura de radicalização política e social, como entre 1934 e 1935, os problemas ligados à consolidação do sindicato como organismo de representação e atendimento a demandas materiais e simbólicas dos trabalhadores continuaram mantendo forte presença na pauta da entidade. Não poderíamos explicar de outro modo, por exemplo, o fato de que dirigentes sindicais comunistas se dedicassem na maior parte das suas intervenções em assembléias a discutir problemas como a suspensão do pagamento da jóia (taxa de ingresso), as mensalidades atrasadas ou o regimento da caixa de beneficência, no mesmo período em que se desenrolava o levante da ANL (Aliança Nacional Libertadora). Portanto, o próprio significado dos momentos mais agudos de conflito com o empresariado e o Estado, como a greve de 1935, dificilmente poderia ser apreendido sem uma análise de como estes episódios se inseriam no processo mais amplo de construção da organização sindical.

Muitas têm sido as análises que apontam para um distanciamento dos sindicatos oficiais e dos comunistas em relação aos processos de luta e organização no âmbito fabril. Ao contrário, a organização no local de trabalho ocupava lugar privilegiado na atuação sindical dos metalúrgicos de Porto Alegre. Sua presença constante na pauta das assembléias é um dos indicadores da busca de enraizamento do sindicato nas suas bases, tendo como mecanismo privilegiado a atuação de delegados sindicais.[103] Freqüentemente estes renunciavam, devido às dificuldades no exercício da função, já que o delegado colocava em risco seu próprio emprego ao canalizar as reclamações trabalhistas dos colegas, sendo ainda

[103] Entre 1934 e 1935, está registrada a escolha destes delegados em nove empresas. Ver AGE-SMs nº 38 (9/3/1934), nº 43 (27/4/1934), nº 45 (25/5/1934), nº 47 (6/7/1934), nº 52 (14/9/1934), nº 65 (26/4/1935), nº 68 (14/6/1935) e nº 79 (22/11/1935).

responsável pela cobrança das mensalidades do sindicato.[104] Para José César de Mesquita , a existência deste "corpo de delegados" seria uma das provas que "o espírito anarquista e comunista" ainda predominava na entidade no período. O contato com os locais de trabalho era buscado também por meio de boletins de fábrica e de visitas a empresas na tentativa de levar para as assembléias aqueles que nelas trabalhavam.[105]

O vínculo orgânico da entidade com o cotidiano fabril manifesta-se na tese sobre higiene apresentada ao Congresso Operário Estadual de 1934, que foi objeto de intenso e polêmico debate durante diversas assembléias.[106] O documento demonstra um amplo conhecimento coletivo, sistematizado pelo sindicato, a respeito dos problemas vivenciados pelos trabalhadores no seu dia-a-dia. Ele incluía reivindicações como a instalação de "patentes higiênicas tipo turco"[107] nos locais de trabalho, de modo a evitar o contágio de doenças venéreas, e a "ventilação ampla e contínua" nas fábricas com "forjas, fornos e outros engenhos que desprendam gases ou vapores nocivos" causadores de "lesões pulmonares ou enfermidades crônicas". Exigia também a instalação de recintos adequados para as refeições nos estabelecimentos fabris e a concessão de intervalos nunca inferiores a uma hora para a realização das mesmas.[108] Essa centralidade dos problemas ligados ao local de trabalho na pauta do debate sindical acabaria sendo cortada pela repressão, mas as raízes lançadas neste momento levaram à manutenção de um trabalho clandestino de organização de base que apareceria como contraponto ao esvaziamento do sindicato no Estado Novo e voltaria a despontar nas greves de 1945.

O papel institucional do sindicato implicava seu fortalecimento como interlocutor frente ao Estado e aos patrões na negociação das condições em que se dava a relação capital/trabalho. Diante da ofensiva legislativa governamental e da resistência patronal em cumprir os direitos trabalhistas, a solidez organizativa era condição necessária para habilitar o sindicato como instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores. Era fundamental manter a regularidade de funcionamento contra diferentes ameaças de

---

[104] AGE-SMs nº 39 (27/3/1934), nº 49 (1º/8/1934), nº 59 (21/12/1934), nº 63 (29/3/1935) e nº 64 (5/4/1935).
[105] AGE-SMs nº 54 (12/10/1934) e nº 68 (14/6/1935); Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.
[106] Cfe: AGE-SMs nº 40 (6/4/1934), nº 41 (13/4/1934) e nº 42 (20/4/1934)
[107] Vasos sanitários com suporte apenas para os pés, onde o usuário mantém-se agachado e não sentado.

desorganização. Nos períodos de ascensão de lutas, a periodicidade de reuniões se perdia em meio ao turbilhão dos acontecimentos. Outra era a natureza dos problemas durante as levas repressivas e períodos de desmobilização, porém com resultados similares no que diz respeito à quebra da continuidade organizativa.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre geralmente reunia-se em assembléia a cada 15 dias, com uma média de comparecimento de 40 associados.[109] Estas assembléias constituíam-se inicialmente na única instância deliberativa da entidade, e todas as decisões e encaminhamentos delas partiam, incluindo a leitura de correspondência recebida e remetida.[110] Entre 1934 e 1937, o sindicato possuiu ao menos cinco diretorias e uma junta governativa, mas poucas concluíram seus mandatos.[111] Eram recorrentes os pedidos de demissão de diretores, assim como licenças e faltas, gerando problemas de quorum.[112] Havia também grande rotatividade de associados, em função do que a diretoria costumava solicitar aos delegados sindicais a relação dos sócios que permaneciam e dos desistentes em cada local de trabalho.[113] O quadro social do início de 1938 registrava 1.385 sócios inscritos, sendo que 715 haviam abandonado a entidade, 268 haviam sido eliminados por falta de pagamento e apenas 378 se encontravam em dia. Para contornar a tendência à descontinuidade, apostava-se na construção de definições institucionais mais gerais, seja através da escolha de comissões para elaborar um novo programa e um regimento interno ou do debate em torno dos estatutos da entidade.[114]

As questões financeiras constituíam também preocupação constante na pauta do sindicato. Até 1937, não havia nenhum diretor remunerado ou afastado da produção. Sem sede própria, o aluguel de uma sala da "Cosmopolita" (Sindicato dos Trabalhadores em

---

[108] "Ata da 6ª sessão do Congresso Operário de 1° de maio e 5ª sessão ordinária do mesmo realizada a 2 de maio de 1934". In Petersen, Sílvia Regina Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (org.). *Antologia do movimento operário* gaúcho *(1870-1937). Op. Cit.* Pp. 391-393.

[109] O cálculo desta média baseia-se nas atas em que consta o número de participantes (muitas vezes substituído pela expressão "n° legal").

[110] Apenas a partir da eleição desta diretoria ligada à IRT em fins de 1937 é que se institui a Comissão Executiva, que passa a possuir um livro de Atas próprio e a encaminha diversos assuntos sem recorrer à assembléia. Cessa também a leitura da correspondência nas assembléias. Cfe: AGE-SM n° 91 (12/11/1936).

[111] AGE-SMs n° 60 (1°/3/1935), n° 61 (15/3/1935) e n° 102 (10/9/1937). Os mandatos das quatro primeiras seriam anuais, e o da última trienal.

[112] AGE-SMs n° 38 (9/3/1934), n° 42 (20/4/1934), n° 53 (28/9/1934), n° 90 (21/8/1936) e n° 93 (s/ data) (18/12/ 1936).

[113] AGE-SMs n° 53 (28/9/1934) e n° 104 (18/2/1938).

[114] AGE-SMs n° 46 (8/6/1934), n° 74 (23/8/1935) e n° 86 (6/3/1936).

Hotéis e Similares), dividido com outros sete sindicatos, constituía provavelmente a maior despesa fixa da entidade.[115] Gastava-se também com a confecção de boletins, meio essencial de comunicação com a categoria, mas a estrutura do sindicato era extremamente leve, com seus fundos direcionados à manutenção de uma base para a ação reivindicatória e para a organização dos trabalhadores. A decisão de efetuar qualquer despesa, tal como a compra de uma máquina de escrever, era sempre submetida à assembléia.[116]

O sindicato mantinha-se exclusivamente com a contribuição voluntária dos seus associados e enfrentava grandes dificuldades para assegurar a regularidade das mesmas. Mesquita relembra que o pagamento da mensalidade "era espontâneo, havia uma proposta para se associar e ganhava-se um selo na carteira a cada pagamento", isso limitava o número de associados, mas ainda assim, "o sindicato tinha muita força".[117]

Nesse período, foram intensamente debatidas duas questões que associavam finanças ao grau de rigidez da disciplina entre os membros da organização. O pagamento da "jóia" teve sua extinção proposta e rejeitada em diferentes ocasiões.[118] A jóia limitava a sindicalização, pois representava um pagamento relativamente elevado a ser feito, quando o trabalhador tinha ainda pouca experiência de organização sindical. Por outro lado, ela demarcava uma opção clara e consciente, e tendia a diminuir a rotatividade de sócios, sendo menos provável o ingresso de quem não estivesse bastante convencido da importância de se sindicalizar. Durante os anos de 1934 a 1937, a polarização entre mantê-la ou extingui-la indicava a existência de duas visões sobre a natureza do vínculo associativo. A diretoria eleita no início do Estado Novo optou por baixar o valor da jóia em mais da metade.[119]

Outro problema era o que fazer com aqueles que atrasavam o pagamento das mensalidades. Inicialmente, se exigia que preenchessem nova proposta de sindicalização

---

[115] Outros oito sindicatos reuniam-se na "Sede Operária" da rua Júlio de Castilhos e, além da "Cosmopolita", apenas os Sindicatos dos Operários na Fábricas de Tecidos, Alfaiates e Trabalhadores em Cargas e Descargas possuíam sede própria. Cfe: *A Voz do Trabalhador* nº 1, 14/10/1933. Coleção AEL.

[116] AGE-SMs nº 49 (1º/8/1934), nº 50 (17/8/1934), nº 53 (28/9/1934), nº 57 (23/11/1934), nº 58 (7/12/1934), nº 68 (14/6/1935), nº 72 (2/8/1935), nº 78 (8/11/1935), nº 86 (6/3/1936), nº 90 (21/8/1936) e nº 101 (20/8/1937). Eram freqüentes as defesas da necessidade de se fazer mais propaganda, assim como a relação entre a distribuição de boletins e o incremento da sindicalização, Cfe: AGE-SMs nº 53 (28/9/1934) e nº 89 (20/3/1936).

[117] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.

[118] AGE-SMs nº 52 (14/9/1934), nº 54 (12/10/1934), nº 57 (23/11/1934), nº 63 (29/3/1935), nº 76 (4/10/1935), nº 79 (22/11/1935), nº 86 (6/3/1936) e nº 89 (20/3/1936). Embora a extinção demore a ser aprovada, a suspensão temporária do pagamento ocorre em diversas ocasiões.

quando se colocassem em dia e que prestassem explicações após três meses de atraso, caso contrário seriam eliminados do quadro de associados. Esta linha dura era eventualmente combinada com a escolha de comissões destinadas a irem à casa dos devedores.[120] Posteriormente, uma chapa de oposição inverteria a questão, responsabilizando a diretoria por afastar os associados e propondo o perdão das mensalidades atrasadas.[121]

As posições políticas gerais não se traduziam diretamente numa visão mais ou menos rígida sobre os dois problemas comentados acima. Os comunistas, que propuseram a anistia aos devedores, estavam entre os mais firmes defensores da manutenção da jóia. É provável que a primeira posição se vinculasse ao interesse em garantir a participação dos metalúrgicos descontentes no processo eleitoral, mas ela parece indicar também que, ao contrário da jóia, o tratamento dispensado aos atrasados não era visto como uma questão de princípio.

Havia também grande preocupação com relação à transparência na gestão dos recursos, com exposição trimestral dos balancetes nas assembléias e o Conselho Fiscal desempenhando papel bastante ativo.[122] Ocorriam problemas na troca de diretorias, como ausência de relatórios e prestação de contas ou dificuldade de localizar o livro-caixa da gestão anterior, e até mesmo uma comissão teve de ser formada para buscar o dinheiro que havia ficado com o ex-tesoureiro da entidade.[123] Como estas ocorrências eram comuns, a conquista de credibilidade por uma organização sindical exigia o desenvolvimento de mecanismos de controle da base sobre o uso dos recursos financeiros, assim como a indicação de tesoureiros de reconhecida idoneidade.[124]

O projeto de atrelamento dos sindicatos ao Estado baseou-se nestas dificuldades vivenciadas na construção das organizações e, adotando soluções "técnicas" que despolitizaram o debate sobre alternativas a serem adotadas, tentou alijar as bases da gestão

---

[119] AGE-SM nº 104 (18/02/1938).
[120] AGE-SMs nº 64 (5/4/1935), nº 73 (9/8/1935), nº 78 (8/11/1935) e nº 86 (6/3/1936).
[121] AGE-SMs nº 94 (27/01/1937) e nº 94 (numeração repetida, 4/2/1937).
[122] AGE-SMs nº 42 (20/4/1934), nº 43 (27/4/1934), nº 45 (25/5/1934), nº 46 (8/6/1934), nº 50 (17/8/1934), nº 75 (30/8/1935), nº 78 (8/11 1935), nº 100 (4/8/1937), nº 101 (20/8/1937) e nº 103 (1º/10/1937). Em períodos de turbulência o relatório financeiro poderia ser semestral.
[123] AGE-SMs nº 73 (9/8/1935) e nº 74 (23/8/1935) e nº 85 (21/02/1936).
[124] Eloy Martins, entrevista ao autor, janeiro de 1992. Cfe: ainda AGE-SMs nº 42 (20/4/1934), nº 46 (8/6/1934) e nº 47 (6/7/1934).

de suas entidades. Os delegados sindicais passavam realmente trabalho para cobrar as mensalidades dos sindicalizados, como se recorda Armando Pinheiro:

> "O Ernesto Weck [era um fundidor da Fundição Bins]. Ele saía do serviço, não tomava banho, saía com a roupa [do trabalho], fedia mais do que um zorrilho! [Ele era] cobrador do sindicato. Era 50 centavos... 500 réis! Ele vinha cobrar. Batia nas portas, a gente quase tinha que tapar o nariz. [...] A bicicleta toda amarrada de borracha... Mas ele cobrava direitinho. Se doou pelo sindicato."[125]

Diante do problema colocado pela inadimplência, uma diretoria vinculada à Inspetoria Regional do Trabalho (IRT) optou pela contratação de um cobrador profissional, substituindo o militante encarregado de fazer as cobranças. No mesmo momento, o conjunto da questão financeira saía da pauta das assembléias e se escolhia uma comissão para "resolvê-la". Assim, tornava-se possível que, diante de uma proposta que implicasse em gastos, fosse feita a observação de que "só o presidente e o tesoureiro sabem se o sindicato comporta a despesa". Passava a ser adotado também o procedimento da elaboração de um orçamento anual, sendo que as despesas não previstas neste somente poderiam ser realizadas com autorização do Conselho Fiscal e de Assembléia Oficial especialmente convocada para este fim. Deste modo, a gestão financeira se afastava gradativamente da flexibilidade exigida pela ação sindical. [126]

A ruptura da relação entre organização de base e sustentação financeira abria o caminho para o imposto sindical, que iria além ao dispensar a própria adesão voluntária dos trabalhadores como condição para a viabilização das organizações. Já a retirada das decisões sobre a aplicação dos recursos da pauta das assembléias preparava o terreno para a definição das "despesas legais", que viriam a ser previstas no Título V da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e para o poder arbitrário dos presidentes e tesoureiros na administração dos bens do sindicato.

O coroamento do processo de "despolitização" dos procedimentos organizativo-administrativos no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre se deu com a contratação de

---

[125] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[126] AGE-SMs s/nº (2/7/1937), nº 90 (21/8/1936) e nº 104 (18/2/1938).

um funcionário, cuja necessidade estranhamente não foi identificada pela diretoria da entidade, mas pelo deputado classista Carlos Santos. Logo este funcionário estaria assumindo inúmeras funções, como a redação das atas da entidade, tarefa que fora a própria expressão da autocapacitação dos dirigentes operários. Ele revelaria também habilidades insuspeitas, como a de proferir discursos laudatórios a cada aniversário de Getúlio Vargas, à medida que avançamos no Estado Novo.[127] Sintomaticamente, no mesmo período se adota a remuneração das horas "trabalhadas" pelo presidente na entidade, apontando para o exercício das funções de direção como serviço prestado à categoria, ao invés de atribuição de representação política exercida de forma voluntária.[128]

Repressão, esvaziamento e rearticulação: O Estado Novo do preâmbulo aos estertores

A intervenção direta das agências do Estado no funcionamento do sindicato dos metalúrgicos se deu progressivamente, a partir da violenta repressão que se abateu sobre a militância da categoria por ocasião da tentativa de greve de solidariedade aos têxteis, em 1935. Se durante a greve as sessões só se realizavam com autorização policial (prática que posteriormente seria recorrente), havia ainda a ressalva de que, passado o movimento, a entidade voltaria a funcionar livremente.[129] Num segundo momento, era o próprio Inspetor do Trabalho quem passava a estar presente e a presidir os trabalhos.[130]

A caça às bruxas se explicitava, como no ofício remetido ao chefe de Polícia do Estado comunicando a expulsão do "agitador comunista" Nery Zamora, complementado pela indicação de que o sindicato estaria pronto a colaborar denunciando casos semelhantes. Em março de 1937, sob a alegação de evitar acefalia iminente, foi nomeada uma junta governativa que se manteria até ser obtido número legal de votantes para a realização de uma eleição. Procurando legitimar as intervenções em bases administrativas, era realizada uma auditoria que diagnosticaria o "desconhecimento de contabilidade e administração" por parte dos sindicalistas.[131]

---

[127] AGE-SMs nº 94 (4/2/1937), nº 95 (5/3/1937), nº 98 (21/5/1937) e nº 99 (2/7/1937).
[128] AGE-SMs nº 94 (4/2/1937), nº 95 (5/3/1937), nº 98 (21/5/1937) e nº 99 (2/7/1937) e nº 100 (4/8/1937).
[129] Nas AGE-SMs nº 60 (1º/3/1935), nº 90 (21/8/1936), nº 91 (12/11/1936) e nº 92 (20/11/1936), a assembléia só se inicia depois de lida a autorização da polícia, que também solicita uma relação completa da diretoria e dos associados do sindicato. Já nas AGE-SMs nº 79 (22/11/1935), nº 81 (13/12/1935) e nº 82 (24/01/1936), são denunciadas prisões arbitrárias de militantes e a conivência do inspetor do Trabalho e do deputado classista Carlos Santos com a ação da polícia.
[130] AGE-SMs nº 81 (13/12/1935), nº 85 (21/2/1936), nº 94 (4/2/1937), nº 97 (9/4/1937) , nº 99 (s/d).
[131] AGE-SMs nº 90 (21/8/1936), nº 95 (5/3/1937), nº 99 (2/7/1937) e nº 99 (s/d, numeração repetida).

Entre 1934 e 1937, fora evitada a presença policial aberta no interior da entidade, embora obviamente a atuação da IRT estivesse articulada aos organismos de repressão propriamente ditos. O papel de mediação exercido por figuras ligadas à área trabalhista, como o inspetor regional do Trabalho e o deputado classista Carlos Santos, porém, amenizava as intervenções, buscando legitimá-las apenas a partir da legislação referente ao funcionamento do sindicato e às prerrogativas do Estado frente a este.

O golpe do Estado Novo marcaria um momento qualitativamente diferenciado nas práticas de intervenção e controle sobre a ação sindical ao dar tratamento criminal aos desvios da atuação que a lei passava a prescrever de maneira cada vez mais minuciosa. Houve dois marcos significativos deste novo momento no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. O primeiro foi o lacre efetuado em 19 de novembro de 1937 nas folhas referentes às assembléias do período anterior, não sem antes sublinhar os nomes ou fatos "suspeitos" com um lápis vermelho. O segundo, a presença do próprio representante da DOPS, delegado Plínio Brasil Milano, presidindo os trabalhos de uma assembléia.[132]

O funcionamento do sindicato durante o Estado Novo perdeu qualquer vínculo com as lutas dos trabalhadores. Na ausência de ação reivindicativa ou debate político, as sessões se dividiam em solenidades (como por exemplo o aniversário do sindicato, inauguração de foto de Getúlio Vargas) e palestras. Nessas últimas, observam-se similaridades entre o tratamento da questão da saúde e dos direitos trabalhistas. Nos dois casos, o sindicato abria espaço agora para que especialistas (médicos, advogados, funcionários da



Desfile de Primeiro de Maio no Estado Novo, Sindicato dos Metalúrgicos. Destaque para o andor com foto de Getúlio Vargas, cercado por jovens portando faixas com os nomes dos estados da federação

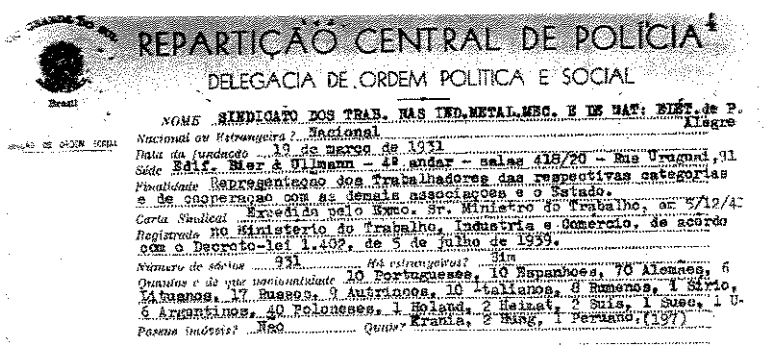
[132] AGE-SM nº 104 (18/2/1938). Com o nome do delegado em questão foi posteriormente batizada a principal avenida que corta o conjunto habitacional do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários) em Porto Alegre. Para o papel de Milano na estruturação da polícia política gaúcha e sua formação na academia do FBI em Washington, CfE: Huggins, Martha K. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo, Cortez, 1998. P.76. Agradeço esta referência a Antonio Luigi Negro.

IRT, sindicalistas de outras categorias, entre outros) viessem explicar à categoria como agir. De um lado, a forma mais "eficaz" de assegurar seus direitos; de outro, a prevenção de problemas de saúde (tuberculose, lepra, sífilis e o aborto criminoso).[133]

As discussões relativas ao encaminhamento das ações trabalhistas deixavam de ser trazidas às assembléias, tornando-se um assunto tratado apenas entre o advogado do sindicato e o trabalhador que ingressava com uma reclamatória, enquanto no momento anterior o seu debate coletivo era fundamental na constituição da cultura política dos direitos entre os trabalhadores.

Paralelamente, ocorria um esvaziamento da participação em assembléias e mesmo um decréscimo substancial nos índices de sindicalização.[134] O quadro de letargia não se reverteria de imediato nem mesmo com o imposto sindical, que possibilitou tanto uma diversificação dos serviços assistenciais quanto um aumento no número de profissionais contratados. Em 1941, não ocorreria nenhuma assembléia e, entre 1943 e 1944, apenas cinco se realizariam, contra uma média de 22 por ano em 1933/34 e de 12 por ano entre 1935 e 1939.

Diante deste cenário, é espantosa a retomada, em 1945, de diversos componentes que caracterizavam a ação sindical antes de 1937. A onda de greves atingiu o sindicato em abril, e no seu bojo trazia de volta antigas lideranças comunistas que, com exceção do discreto ex-presidente Henrique Venâncio Dionísio, tinham deixado, por



REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

NOME SINDICATO DOS TRAB. NAS IND.METAL.MEC. E DE MAT. ELÉT.de P. Alegre

Nacional ou Estrangeira? Nacional

Data da fundação 19 de março de 1931

Séde Edif. Mier & Wilmann - 4º andar - salas 416/20 - Rua Uruguai,91

Finalidade Representantes dos Trabalhadores das respectivas categorias e de cooperação com as demais associações e o Estado.

Carta Sindical Expedida pelo Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, em 5/12/4

Registrada no Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, de acôrdo com o Decreto-lei 1.402, de 5 de Julho de 1939.

Numero de sócios 221 Há estrangeiros? Sim

Quantos e de que nacionalidade 10 Portuguêses, 10 Espanhoes, 70 Alemaes, 6 Lituanos, 17 Russos, 9 Austriacos, 10 Italianos, 8 Rumenos, 1 Sirio, 6 Argentinos, 40 Polonêses, 1 Holand, 2 Heiral, 2 Suis, 1 Sueo, 1 U- Rrania, 2 Hung, 1 Peruano (197)

Possue imóveis? Nao Quais?

Destaque do relatório enviado pelo interventor do Sindicato dos Metalúrgicos à DOPS em 1942

---

[133] Cfe: AGE-SMS nº 125 (06/10/39) sobre a palestra quanto ao "o melhor modo" de encaminhar as reclamações trabalhistas e o relato de operários ludibriados por entregar este encaminhamento a "individuais", e nº 129 (05/02/40), onde consta a palestra sobre as referidas doenças.

[134] Após chegar ao patamar mínimo de 59 sócios quites em fevereiro de 1942, na AGE-SM nº 8 (numeração nova) de 14/08/42, se saúda o "crescente número de sócios" (possivelmente em função da ampliação da assistência), mas um grande salto se dá realmente em meio às greves de 1945, quando em um curto período de tempo triplicam as matrículas, cf. AGE-SM nº 26 (nova numeração, 16/11/45).

motivos óbvios, de freqüentar as assembléias. Voltavam à cena os delegados de fábrica, o boletim mensal, a descentralização das tarefas através de comissões, a busca da unidade com outros sindicatos, o debate sobre a liberdade sindical.[135] Após oito anos de feroz ditadura, uma onda grevista reencontrava no sindicato espaço para o desenvolvimento do seu potencial. Este é o testemunho mais eloqüente de que se o Estado Novo viabilizou o atrelamento sindical ao Estado, por outro lado não acabou com o papel das entidades enquanto cenários da busca de reconstrução da autonomia operária em novas bases.

O exemplo dos metalúrgicos de Porto Alegre contribui para relativizar diversas teses consagradas sobre a legalização dos sindicatos durante o primeiro governo Vargas. Em primeiro lugar, longe de ser este um processo linear, o encontramos marcado pela disputa em torno da reapropriação de práticas e discursos operários, empresariais e estatais. Esta interação conflituosa determinava, em distintas conjunturas, o campo de possibilidades para a viabilização do sindicato único, assim como o papel e a relevância que este viria a assumir no processo de recomposição vivenciado pela classe trabalhadora brasileira. Se o Decreto 19.770, de 1931 e a CLT, de 1943, comungam da mesma doutrina corporativa e no fundamental as medidas legais do primeiro foram ratificadas pela segunda, no que tange à construção das condições de existência da estrutura sindical oficial não há evolução direta entre estes dois diplomas legais.[136]

A existência deste espaço de interação traz importantes matizes para a análise das relações entre movimento e instituição no período. De um lado, a legalização das entidades significava o reconhecimento pelo Estado da organização coletiva dos trabalhadores e das suas reivindicações por direitos. De outro, abria espaço para o controle estatal sobre estas mesmas organizações.

---

[135] Na AGE-SM nº 21 (21/06/45) é aprovada a edição do boletim mensal e a formação de uma comissão de propaganda e na nº 22 (27/07/45) são criadas as comissões de Defesa Econômica e Pró-Monumento ao Expedicionário, todas elas com intensa participação dos militantes comunistas.

[136] José Albertino Rodrigues já destacava o caráter interativo da implantação da legislação trabalhista, Cfe: Rodrigues, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo: Símbolo, 1979. Para uma análise que aponta no mesmo sentido sobre o caso mexicano, Cfe: Middlebrook, Kevin J. *The paradox of revolution. Labor, The State, and Authoritarianism in Mexico*. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1995.

Em um primeiro momento, houve mais continuidade do que ruptura nos sindicatos reconhecidos de acordo com a lei.[137] A opção pelo registro no Ministério do Trabalho Indústria e Comércio colocava duas possibilidades. Muitos sindicatos resumiram-se a uma existência legal, sem qualquer efetividade de atuação. Para aqueles, porém, que buscaram afirmar-se como instrumentos de organização operária dentro da institucionalidade vigente, desafios anteriores ganharam nova intensidade. Merecem destaque os problemas da organização no local de trabalho, da sustentação financeira, da regularidade de funcionamento e do seu reconhecimento como interlocutores ante os patrões. Até 1937, muitas entidades estruturaram um *modus operandi* que, mesmo não resolvendo estas questões em definitivo, forneceu diretrizes para o seu enfrentamento.

É nesse contexto que a atuação das diferentes correntes políticas no interior do movimento operário deve ser situada. Tomemos os comunistas como exemplo em função de seu papel de destaque no período. É inegável que a estrutura central do PCB estava sofrendo um processo de burocratização que levava à adoção de políticas muitas vezes distantes da experiência operária. Prova disso é o total alijamento da base sindical do partido das opções estratégicas que culminaram no levante de 1935. Por outro lado, vale a pena recordar que em muitos momentos críticos, como no período entre 1937 e 1943, a repressão levou a que a organização comunista sobrevivesse na forma de células de base sem vínculo com a estrutura nacional, o que possibilitava grande margem de autonomia na definição da sua atuação sindical.

Mesmo quando sob a coordenação da estrutura partidária geral, a militância de base do partido estava longe de aplicar cegamente sua "linha sindical" sobre uma base amorfa. Ao contrário, os militantes comunistas reelaboravam as orientações partidárias a partir da sua experiência como operários. Para imprimir um direcionamento às entidades, precisavam ter a capacidade de propor alternativas às questões colocadas na sua agenda coletiva, para as quais muitas vezes o partido não tinha respostas preestabelecidas.[138] Seria interessante questionar, por exemplo, se a defesa da centralização e unidade feita pelos

---

[137] Esta continuidade aparece de forma acentuada em entidades como a União dos Operários Estivadores e o Sindicato dos Padeiros, existentes antes de 1930 e cuja legalização é registrada no mesmo livro de Atas que as Assembléias anteriores, sem que daí decorram mudanças imediatas no seu funcionamento.

sindicalistas comunistas definia-se apenas em função da sua posição ideológica, ou se ecoava um redirecionamento de mais longo prazo nas orientações do movimento operário, a partir do momento em que a organização por categoria profissional veio a suplantar a organização por ofício.[139] Por outro lado, quando intervinham na defesa do classismo, da transparência e da autonomia frente ao Estado, sem dúvida os sindicalistas comunistas davam continuidade a uma tradição de auto-organização, em contraponto à cooptação e à repressão.

Como veremos no próximo capítulo, a consolidação da hegemonia comunista no sindicalismo porto-alegrense, entre 1934 e 1935, imbricou-se com a cobrança da promessa de direitos com que a legislação trabalhista acenava, iniciando-se com a greve dos padeiros e chegando ao seu clímax violentamente abortado no movimento dos metalúrgicos em solidariedade aos têxteis.

Para varrer a influência "subversiva", foi imperativo destruir o modelo de ação sindical vigente na primeira metade da década de 30, por meio da intervenção das agências do Estado no interior dos sindicatos. Mas as práticas meramente repressivas revelavam-se incapazes de estruturar um funcionamento mais compatível com a doutrina colaboracionista, levando as entidades ao esvaziamento na primeira metade do Estado Novo. O funcionamento regular somente voltaria a ser retomado após duas importantes inovações organizativas. A adoção do imposto sindical viabilizou toda uma gama de novos serviços assistenciais. Paralelamente, dirigentes sindicais de confiança do Estado eram substituídos por funcionários, na condução de tarefas para as quais os primeiros não se encontravam capacitados.[140]

Não estamos propondo, porém, apenas o deslocamento do momento de heteronomia derivado da intervenção estatal de 1930 para 1935-1937. Entendemos o corporativismo embrionário, tal como expresso na legislação trabalhista e sindical do período 1931-1934, como uma reação à iniciativa de reorganização interna do sindicalismo

---

[138] Para uma análise similar sobre a atuação dos sindicalistas comunistas em outro contexto, Cfe: Silva, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade 1937-1968. Op. Cit.*

[139] Cfe: Batalha, Cláudio Henrique Moraes. "Le syndicalisme 'amarelo' à Rio de Janeiro (1906-1930)." Tese de Doutorado, Universidade de Paris I, 1986. 2 vols.

e à luta por direitos sociais nos anos 20. Se num primeiro momento o Estado conquistou a iniciativa e a capacidade de redefinir o terreno dos conflitos trabalhistas, havia ainda ampla margem de manobra para o movimento operário, que legitimava e ampliava a repercussão de suas lutas, pautadas agora na cobrança da efetivação da legislação.[141] Embora discursivamente permeada pelas noções corporativas de "harmonia social" e atuação "dentro da ordem", a ação sindical condicionava a efetivação dos direitos à organização dos trabalhadores e usava as conquistas de categorias específicas como precedentes para a sua generalização, avançando na construção de uma identidade classista.

Este modelo de organização sindical ao mesmo tempo aceitava e tensionava os limites da legislação, à qual faltavam inicialmente o detalhamento e o aparelhamento para reprimir e controlar com eficácia. Como resposta à radicalização das lutas operárias, a conjuntura de 1934 a 1937 assistiria ao desenvolvimento acelerado destes mecanismos.

O modelo corporativo também se implantou, porém, operando sobre tensões e dificuldades enfrentadas pela prática sindical na construção de organizações representativas e viáveis. Se a despolitização e a burocratização eram riscos já enfrentados pelo movimento operário quando confrontado com estes impasses organizativos, coube à repressão e ao controle estatais, e não à hegemonia de qualquer corrente política operária, criar os mecanismos que buscam cristalizá-los como características da própria organização sindical. O conjunto de respostas "técnicas", experimentado ao longo das várias levas de intervenção e consagrado na CLT, buscava afastar base e militantes



Presença de familiares na festa de aniversário do Sindicato dos Metalúrgicos, 1940

---

[140] Este processo no interior das entidades ocorre paralelamente à definição de um papel mais ativo na formação de lideranças colaboracionistas e na difusão da legislação trabalhista, analisado por Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo. Op. Cit.*. Capítulo VI.

[141] Para análises convergentes com este ponto de vista, Cfe: French, John D. *O ABC dos operários: Lutas e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. Op. Cit.* Capítulo II. Também, em certa medida: Araújo, Angela Maria Carneiro. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. Op. Cit.* Capítulos III e IV.

do processo instituinte das entidades. Porém, apesar de tudo, mesmo a longa vigência do Estado Novo não seria capaz de destruir a experiência de apropriação do sindicato oficial como espaço de luta, que voltaria a emergir nas greves de 1945.

É inegável que a construção do sindicato único foi, afinal de contas, um processo em linhas gerais bem sucedido. De 1931 até o momento, raras e efêmeras têm sido as tentativas de conceber a organização dos trabalhadores que não tenham esta instituição nos seus horizontes. Mesmo quando articuladas por grupos de oposição ou propondo um suposto "paralelismo", a própria configuração das categorias profissionais e dos âmbitos geográficos associados ao enquadramento oficial define o campo de possibilidades imaginárias do movimento sindical no Brasil. Porém, a contradição da estrutura sindical desde então tem sido o fato de que ela só serve como fonte de legitimidade para o poder com vitalidade associativa, enquanto tem se demonstrado impossível que a desenvolva sem tornar-se o catalisador de conflitos que a doutrina corporativista pretendeu negar.

A luta do começo da década de 30 buscou a redefinição do espaço institucional a partir das tradições de solidariedade e organização operárias, legalizando os sindicatos enquanto resistia à intervenção estatal no seu funcionamento. A história viria a demonstrar que esta experiência deixou raízes tão profundas quanto aquelas do corporativismo na consciência de classe dos trabalhadores brasileiros.

O sindicalismo industrial na "Era Populista"

Enquanto no caso dos metalúrgicos uma longa tradição organizativa se manteve, não apenas desde a Primeira República, mas mesmo após os processos de intervenção que precederam o Estado Novo e ao longo dele se aprofundaram, outras categorias fabris ainda estavam, no início dos anos 40, sendo profundamente afetadas pelo processo de enquadramento sindical:

> "[Até] 42, [...] não tinha uma definição do setor têxtil, por exemplo, tinha a fiação, a tecelagem, as confecções, então eles criaram um movimento, queriam se agrupar e não sabiam como, e nem a própria denominação que iam dar. [...] Então no enquadramento ficou como Sindicato dos

> Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, ficando do outro lado o Sindicato dos Alfaiates e Costureiras."[142]

Mesmo no interior da categoria têxtil, porém, havia uma subdivisão. O marido de Suely Cwzyerbynsky Galinatti, que trabalhava no carregamento dos fardos de juta, na Arrozeira Brasileira, após furar uma greve, foi promovido com uma transferência para a tecelagem, onde passou a trabalhar como contramestre e, posteriormente, como mestre. Através dele, Suely também chegaria a contramestre. Com isso, os dois passaram a ter a opção de freqüentar dois sindicatos específicos, um, o dos trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem, montou uma ampla estrutura assistencial. Já o outro defendia os interesses corporativos daqueles que exerciam as funções de supervisão na produção do setor. Para ela, o sindicato dos trabalhadores na indústria era "pra doença", enquanto o de contramestres e mestres "resolvia mais", quando se tratava de

> "negócio de dinheiro, [a] gente trabalhava e eles não queriam pagar, né? [Lá nós tínhamos] dinheiro depositado, até que o dinheiro que era nosso sumiu, começaram a roubar. Foi indo, foi indo e [...] terminou o sindicato."[143]

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, que Suely considerava pouco eficaz na defesa dos seus interesses econômicos, era dirigido na época pelo interventor Abrelino Freitas, que no final da década de 90 ainda permanecia na entidade, como assessor da Presidência. Freitas alega que assumiu a interventoria para cumprir a determinação de uma autoridade competente:

> "Então, [em 1946 ou 1947] houve uma anomalia e eu fui designado como interventor [...] As diretorias tinham que cumprir ser classistas e usar como meta a política econômica e profissional da categoria. [...] E isso não vinha acontecendo. [...] Pelos estatutos e pela determinações legais o sindicato é apolítico partidário [*repete com ênfase, N. do A.*], apolítico partidário. A política do sindicato é aquela que diz respeito as condições de trabalho, econômicas e sociais do trabalhador [...] Então foi nomeado uma junta e

---

[142] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[143] Entrevista com Suely Cwzyerbynsky Galinatti, 17/10/98.

> essa junta então coube a mim. [...] O Estado Novo quando ele deixou de existir, [...] permaneceram as determinações."[144]

A intervenção para Freitas um desdobramento natural da regulamentação jurídica que regia a vida sindical:

> "Quando chegava a dar uma assembléia, ou os associados pediam uma assembléia do sindicato, para tratar de determinados interesses decorrentes do trabalho, nós [...] tínhamos que registrar o pedido na Delegacia do Trabalho e trazer a devida autorização. [...] Mensalmente nós fornecíamos, por exemplo, os quadros de contribuições, movimento econômico do sindicato, quantos associados, quantos assembléias, o atendimento médico, aquela coisa, quantas consultas, quantos exames laboratoriais, um desdobramento completo do que ocorria dentro do sindicato durante o dia, a semana, o mês."[145]

Este controle exercido sobre a vida sindical pela Delegacia do Trabalho lhe foi, inclusive, extremamente útil para neutralizar a ação da oposição, conduzida por grupos políticos que ele não ousa nem sequer denominar, enquanto esteve à frente da entidade:

> "Em uma ocasião, [eles] vieram pro sindicato com a intenção e o propósito de fazer prevalecer as suas idéias político-partidárias [...]. Fui apanhado de surpresa, entendeu? [...] Eu não aceitei a presença deles e pedi que se retirassem, mas eles eram muito insistentes né? [Diziam] que eram associados e que isso, e aquele outro, e lavraram a ata por conta deles. [...] Mas tiveram a infelicidade de colocar na comissão deles os menores. [...] Aí eu tomei as medidas que devia tomar: fiz meu relato, juntei o deles, [...] apontando como causa os menores que fizeram parte ali, e levei pro delegado do Trabalho, [...] João Bentes de Almeida, por sinal uma pessoa excelente, exemplar, [...] ponderada, [...] extraordinária. [...] Então ele pediu que eliminasse eles do quadro social. Disse a autoridade para eliminá-

---

[144] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.
[145] *Idem.*

> para a fábrica], e a firma não opunha obstáculo nenhum. Então, na hora do descanso, no meio-dia, na hora das refeições, preenchiam lá um certo número de propostas."[150]

Os sindicalizados tinham participação direta no processo de negociação, que no seu ponto de vista era marcado por uma confluência total de interesses entre patrões e empregados:

> "A assembléia indicava três elementos da categoria pra acompanhar a diretoria nas tratativas. Então todas as vezes que havia reunião do sindicato dos trabalhadores com o da patronal, [...] aqueles elementos estavam juntos, eles não participavam do debate mas eram ouvintes. Então depois iam nas firmas e diziam o que tinha sido debatido. Então o trabalhador acompanhava. [...] Não tinha hostilidade. Era [...] empregador e empregado, cada um na sua área, mas quando era pra tratar assuntos de interesse de ambas as partes, era dentro de um princípio sério, correto, não havia nada de desagradável que ocorresse."[151]

Pelo que se pode perceber a partir do relato do próprio Freitas, tamanha facilidade para realizar a sindicalização, assim como a ausência de conflitos no processo de negociação, só poderiam ser obtidos na medida em que o banimento da oposição na entidade assegurava que não haveria por parte desta nenhum questionamento dos estreitos limites estabelecidos para a ação sindical pela CLT, nem qualquer estímulo ou respaldo a ações combativas e autônomas por parte dos trabalhadores.



Vinheta do jornal comunista *Tribuna Gaúcha*, 1948.

Um pouco antes de Freitas assumir pela primeira vez a Presidência do sindicato dos têxteis, como interventor, o mesmo ocorrera com José César Mesquita no sindicato dos metalúrgicos, porém, por via

---

[150] *Idem.*
[151] *Idem.*

eleitoral. O delegado do Trabalho, que o primeiro considerava tão "ponderado" era para o segundo "um déspota [que] tinha controle total de todos os sindicatos". Mesquita definiu como sua principal missão, assumindo a entidade no final do Estado Novo, "romper com o agarramento à Delegacia [do Trabalho]". Para isso, procurou cercar-se de um grupo de confiança, composto de militantes veteranos, como Lúcio Rochadel e Elóy Martins. A situação financeira da entidade era precária, já que o imposto sindical da categoria era pequeno e havia apenas 720 associados. Do lado da despesa, os interventores do período ditatorial haviam deixado uma folha de pagamento com 7 empregados. Em maio de 1945, Mesquita negociou com a empresa onde trabalhava a liberação de algumas tardes para se dedicar ao sindicato nas quais, através do contato pessoal com os associados, substituindo os advogados contratados pela entidade, procurava tomar contato com os seus problemas. Além disso, o sindicalista passou a visitar as diversas fábricas que compunham a categoria para falar pessoalmente com os patrões sobre os problemas que chegavam ao seu conhecimento: "O sindicato tinha que se apresentar na fábrica. O empregador tinha que ter conhecimento que o sindicato teve lá".[152]



Lançamento da campanha de sindicalização do Sindicato dos Metalúrgicos, 1951.

Outra via através da qual buscou reaproximar a organização da sua base foi a implementação de um plano de formação de "um grande número de delegados de fábrica". A direção sindical ia às fábricas na hora da saída e "pegava a turma de vanguarda e trazia para o sindicato". Quando "havia ambiente", ou seja, quando a repressão não era tão ostensiva, os próprios operários da empresa escolhiam os seus delegados de fábrica, sendo orientação geral que os mesmos fossem trabalhadores com estabilidade, o que lhes possibilitava serem "mais

[152] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.

> los do quadro social. Então eliminei alguns, né? Aqueles que constava que formaram ainda uma comissão, uma espécie de comissão diretiva, uma espécie de uma direção paralela. [...] E eu comuniquei a eles a decisão, não minha, mas da autoridade, a quem competia o ato. Não fiquei com inimigos."[146]

Nem sempre, porém, era necessário recorrer à autoridade externa. Freitas sabia muito bem como exercer dentro do sindicato um controle rigoroso dos limites do que era aceitável ou não na vida da entidade. Dentro destes limites, o sindicalista poderia até valorizar as práticas democráticas, já que, em última instância, poderia recorrer à "autoridade competente" para restaurar seu poder:

> "Nas assembléias a gente tinha que ter pulso, porque tinha que cassar a palavra ou conceder quando a palavra desvirtuava [...] Mas havia debates acalorados, [era a] vitalidade da época. E sabe que aquilo tinha valor... Eram discussões, às vezes, estéreis e contrárias aos interesses da categoria. Mas [...] aquilo servia como uma crítica, como uma autocrítica. [...] Na época era muito comum os elementos que não estavam satisfeitos [dizerem]: '- Não, porque eu já vou chamar [a polícia], e tal, e tal....'. [Eu dizia]: '- Nada de chamar ninguém, tem que ter personalidade de resolver o problema de frente e convencer. Se você estiver certo, vai ter a maioria, e se estiver errado vai ter que se conformar. Eu sempre tive sorte, eu sempre tive a maioria."[147]

Conduzido com "pulso firme", o sindicato construiu uma sólida estrutura assistencial: "passou a ter a assistência jurídica, médica, dentária, social. Tornou-se assim uma espécie de verdadeira [...] casa da família do trabalhador". Além do recurso proveniente do imposto sindical, o oficialismo de Freitas assegurava que, para manter esta assistência, o sindicato tivesse acesso a outras verbas:

---

[146] *Idem.*
[147] *Idem.*

> "Também tinha um auxílio, uma subvenção que vinha do na época de um fundo do governo, do Ministério do Trabalho, dava uma verba de acordo com o serviço prestado ao trabalhador."[148]

Graças a essa situação, o dirigente considera que a sua categoria poderia ser considerada privilegiada em termo de organização sindical, possuindo na sua entidade de classe até "um grupo escoteiros, importantíssimo", além de outros serviços que influenciaram a própria política social empresarial:

> "Nós tínhamos uma escola de rádio técnico, de formação em serviço manual de corte e costura, que serviu como modelo para o Serviço Social da Indústria, que quando iniciou foi distribuindo agasalhos e alguns auxílios de primeira necessidade. Depois então, eles copiaram, inclusive aproveitaram algumas professoras que atuavam no nosso sindicato para atuarem lá no serviço deles, bem como médicos que atuavam no nosso sindicato foram dirigir o serviço médico deles. Já se vê que nosso sindicato tinha uma certa projeção."[149]

Na visão de Freitas, o sindicato também cumpria "de forma exemplar" o seu papel na negociação com o sindicato patronal de "percentuais, condições, creches, assistência médica, tudo o que cercava a vida do trabalhador da indústria", realizando todo ano "aquela discussão normal sobre a defasagem de salários e o aumento de custo de vida e aquela arenga que é muito comum e normal". Embora tomando distância de qualquer noção de conflito, ele avalia que a entidade era forte devido ao fato de manter um alto índice de sindicalização e representantes de cada local de trabalho:

> "[Nas] pequenas divergências e, às vezes até algum mal-entendido, o delegado era uma pessoa mais ou menos esclarecida, então ele intermediava aquilo e estavam resolvidos todos os problemas, que [...] de serviço, de horário, questõeszinhas assim domésticas. [...] E o delegado mesmo dizia [para o trabalhador]: '- Vai te sindicalizar!'. E já levava propostas [de sócio

---

[148] *Idem.*
[149] *Idem.*

eficientes na luta contra os patrões". Armando Pinheiro, amigo de Mesquita, sindicalizado em 1940 e atuante desde então como organizador de base da categoria, confirma que "a nossa missão maior era fazer estabilidade pra ter a segurança, a garantia", já que os patrões não perdiam a oportunidade de demitir um militante:

> "Perseguiam. Então, quando a gente tinha um líder assim, [...] que a gente precisava dele, dava um cargo pra ele no sindicato que os patrão não podia botar na rua. [...] Às vezes, a pessoa nem era muito capaz, mas a gente queria conservar ele, ali ele era intocável. E ele contava tempo. Se ele tinha 9 [anos em empresa]... Nós deixava...Reelegia ele mais tempo, podia até estar alguma coisa errada, mas ele fazia os 10 anos e não ia pra rua."[153]

É interessante verificar o contraste deste uso estratégico da estabilidade com a postura de Freitas, que assimilou grande parte da argumentação patronal contra a legislação anterior e a favor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, implantado em 1966:

> "aquelas indústrias velhas, como Renner, Companhia de Tecidos Portoalegrense, Companhia Industrial Rio Guahyba, [...] a maioria [de] seus funcionários eram estáveis, [...] eles consideravam antiprodutivo, inconveniente, né? [Quando o Fundo foi implantado] chamavam o empregado que tinham estabilidade e propunham se ele queria negociar a estabilidade dele por '*X*'. [...] Não tinha muita opção. Sabe como é, o trabalhador está sempre querendo pegar uns troquinhos, precisando, querendo. [A] vantagem do fundo de garantia, era uma conta bancária, tem o seu nome e tal. [...] Porque às vezes, você se prende, quer sair da firma mas tem estabilidade e não quer perder, e pra negociar é difícil [...]. Então quase que a totalidade negociou, muito poucos, raríssimos foram aqueles que ficaram pela tal de lei velha, [....] e afinal de contas não tiveram vantagem nenhuma."[154]

---

[153] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[154] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.

Voltando ao sindicato dos metalúrgicos, o plano de reaproximação dos trabalhadores implementado pela gestão de Mesquita obteve grande êxito. De 10 de maio de 1945 a 31 de janeiro de 1946, o número de associados passou de 720 para 9000. Ao mesmo tempo, os metalúrgicos inovavam nas táticas de greve, parando seções estratégicas das fábricas de modo a impossibilitar a continuidade da produção. Pegando o empresariado de surpresa, na greve de 1945 o sindicato conseguiu bons acordos por empresa. Essa combinação entre expansão da sindicalização e resultados positivos na mobilização levou a entidade a se tornar uma referência no estado, assumindo um papel de articulação que as estruturais oficiais, como as federações, não cumpriam. Eram freqüentes os casos de sindicalistas do interior que a procuravam visando articular ações e trocar experiências, o que explica a liderança natural que veio a assumir em todas as intersindicais criadas no período.[155]

Mesquita orgulhava-se também de dizer que o sindicato gerou bons líderes na fábrica e na classe, conseguiu obter muita simpatia e prestígio na sociedade e ao mesmo tempo estabeleceu um bom relacionamento com os empregadores, frente aos quais agiam com muita habilidade. Ao sindicato não interessaria nunca "fechar as portas" as portas, que poderiam levar a futuras negociações, e ele deveria permanecer

> "brigando, mas mantendo o patrão amigo. [É preciso] endurecer o troço, levar a coisa a sério, mas não se ofender. [Temos que] pelear com os empregadores usando a lei."[156]

Manter a atmosfera de negociação e interlocução, entretanto, não assegurava que os empregadores veriam a sindicalização com bons olhos. Como lembra Armando Pinheiro, a política sindical era o principal elemento de articulação da classe patronal:

> "Eles eram unidos! Os patrões. Eles eram unidos. Eles se comunicavam. Quando a gente fazia entrevista [...] eles perguntavam: '- Tu é do sindicato?' [se fosse], eles davam um jeitinho [de não contratar]. Eu passei

---

[155] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.
[156] *Idem.*

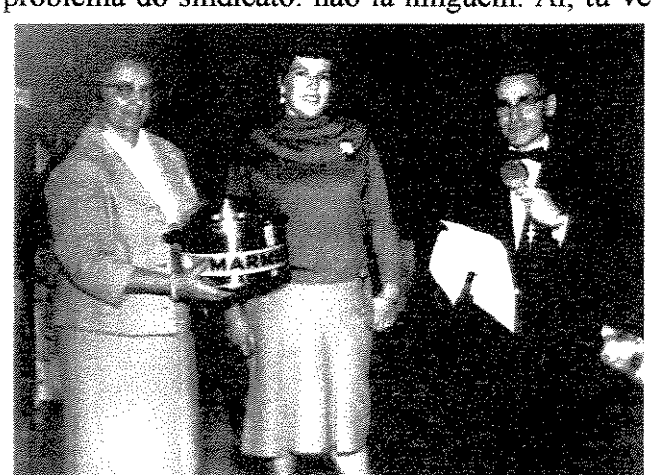
trabalho pra entrar no Taurus! [...] O diretor era da direita. Ele era tenente-aviador aposentado. Ademar Zanchi, da Marinha de Guerra."[157]

Apesar da dificuldade para ser contratado pela empresa e da repressão interna, Pinheiro e seus colegas transformaram a Taurus, a partir dos anos 50, em um dos maiores bastiões da organização dos metalúrgicos, organizando cooperativas de crédito e de consumo entre os trabalhadores, e arregimentando-os para a sua associação de classe:

"Nós éramos 440. [...] Não tinha mais de 20 que não eram do sindicato! [...] O sindicato fazia campanha, lá, nós éramos os primeiros, eles sabiam que a gente podia pagar, dar contribuição. [...] Tinha outros colegas que trabalhavam muito, fazendo força para o sindicato. Então, a gente pressionava: '- Olha, tu tem que ajudar o sindicato! Se tu tá bem, agradece ao sindicato!'"[158]

No que diz respeito ao crescimento do número de sindicalizados e à expansão das atividades desenvolvidas, verificados durante as várias gestões de Mesquita, o organizador de base da Taurus não tem a menor dúvida de que em muito se deviam ao talento e à criatividade de seu amigo como organizador:

"A reunião era o maior problema do sindicato: não ia ninguém. Aí, tu vê a idéia do Mesquita, como ele era um homem de muita visão, a reunião era na rua Riachuelo, no Clube Rui Barbosa. Mas não ia ninguém! Aí, ele bolou, arrumou com a Brahma, chope e sanduíche. Enchia a



José César Mesquita e sua esposa, Hortência, entregam uma panela de pressão sorteada pelo sindicato no Dia das Mães .

[157] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[158] *Idem.*

> sede! [...] Ele não servia antes de começar a reunião, não. Só depois da reunião! Aí, ele segurava o pessoal lá."[159]

O que poderia parecer um mero expediente para garantir uma participação artificial dentro da entidade, motivada mais pelo estômago do que pela consciência de classe, era objeto de defesa política por parte de seu idealizador. A argumentação se baseava no princípio, defendido pelos partidários do sindicato de massas desde os anos 20, de que a condição fundamental para o desenvolvimento da organização e da consciência de classe é trazer o trabalhador para dentro das organizações e criar a oportunidade de que crie vínculos com elas. Além disso, lembra Mesquita, o sindicato disputava a adesão dos operários com outros agentes, que dispunham de recursos materiais muito superiores para o seu trabalho de arregimentação:

> "Sempre tivemos dois inimigos: o governo nem entra nisso. Em primeiro lugar nasceu o Círculo Operário, que visava combater o sindicato, e em segundo o Serviço Social da Indústria (SESI) com o mesmo objetivo. Para desviar o negócio, o Círculo Operário dava remédios, médicos e advogados e até planos para a construção de vilas populares. Quiseram transformar o Círculo Operário em sindicato. Quando os patrões viram que não conseguiam combater os sindicatos com o Círculo Operário, criaram o SESI. Tivemos que concorrer com o esquema patronal a nível dos departamentos jurídico, médico, esportivo e lazer. Além dos trabalhos nas fábricas, fomos para a vida social: criamos o setor de esportes, um teatro, um coral de trabalhadores, etc. Isso envolvia muita gente. Tentamos atingir outras áreas que ainda não tínhamos atingido com as reivindicações. Mostrávamos que quando vinha aumento para um, vinha para todos. A atividade social era uma forma de atingir os indiferentes e os oportunistas."[160]

---

[159] *Idem.*
[160] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.

A assembléia com "boca livre" era portanto apenas um expediente extremo de uma estratégia mais ampla, onde assistência e lazer se articulavam com sindicalização e formação de lideranças de base:

> "[Se] usava muito isso: torneio, festa, piqueniques, se usava muito piquenique lá nos Navegantes, no Campo dos Anteros. [Eu] jogava futebol, e eu era tipo um líder, assim, entendeu? ... Aqueles muito farristas o Mesquita não se interessava. Ele era um homem que enxergava muito longe! Então, [ele me dizia]: '- Primeiro tu vai lá e conversa a tua conversa, mas pega sócio para o sindicato...'. [...] Aí que se pegava sócio! Fazia-se campanha. E junto com as campanhas, também se fazia pra ajudar metalúrgico doente, família mal, tudo isso também entrava. Era um homem também, muito humanitário. Isso foi um detalhe que não se pode esquecer."[161]

Em linhas gerais, a importância do desenvolvimento das atividades sociais era também enfatizada pela militância comunista, aliada de Mesquita na sua primeira gestão, mas que entretanto demonstrava escrúpulos em relação ao uso de qualquer forma de atração dos trabalhadores para o sindicato e preferia valorizar as atividades de caráter cultural:

> "Nos metalúrgicos, essa questão de arte dramática era feita toda por uma companheira do partido. Isso fazia parte dessa política de entrosamente [...] do pessoal do sindicato com a massa a que pertence a família dos sindicalizados, em função de levar os filhos, filhas, a família da gente. [Se deixar,] em vez do sindicato fazer, as empresas fazem."[162]

A diversificação das atividades desenvolvidas pelo sindicato e a ampliação da estrutura assistencial, ao mesmo tempo que a categoria e o número de associados cresciam, colocava em destaque a necessidade de uma sede ampla, e de preferência própria, para a entidade. Durante o Estado Novo, mais de dez sindicatos, todos eles sob intervenção, "funcionavam" na esquina das ruas Riachuelo e Caldas Júnior, sede da Delegacia do

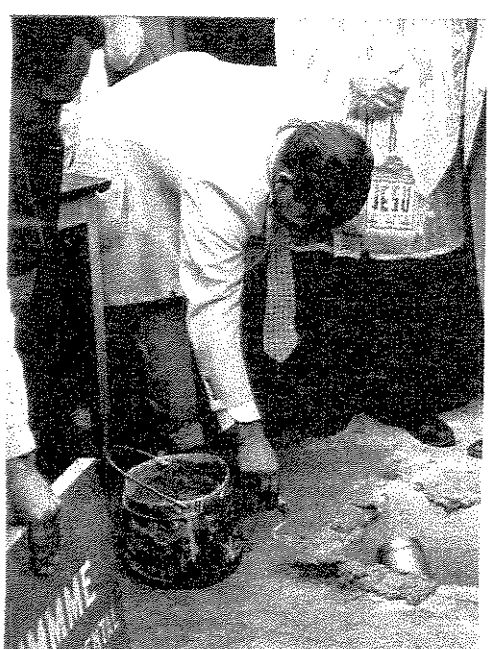
---

[161] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.
[162] Entrevista com Elóy Martins, 17/01/92.

Trabalho (o que em muito deveria facilitar as suas atividade de controle sobre a ação sindical), por isso chamado 'pombal'. Quando não havia expediente, as salas de reunião sindicais funcionavam como salões de jogos (pôquer, pontinho, sete...) sendo os lucros da atividade lúdica supostamente repassados às entidades. No final de 1945, após meio ano de gestão de Mesquita, o sindicato já estava numa situação econômica mais favorável, abandonou o 'pombal' e alugou dois andares em um edifício no centro da cidade, montando aquilo que para os padrões do sindicalismo da época era considerado "uma verdadeira fortaleza".[163]

Os têxteis, um pouco mais tarde, se confrontariam com o mesmo problema, e Abrelino Freitas, uma vez mais, utilizaria seu bom trânsito nas instituições do estado, a fim de viabilizar uma sede própria para o seu sindicato:

> "O nosso sindicato estava estabelecido num prédio que pertencia à Igreja Polonesa [...] e eles queriam aquilo lá pra associação deles, queriam o prédio pra colocar a juventude deles, aquela coisa. [...] Na época nós tínhamos o IAPI, que tinha por sinal um delegado, excelente pessoa, Dr. Brasiliano Índio de Morais. [...] Em questão de 30 dias [nosso pedido de financiamento] foi despachado pela presidência do Instituto Nacional [...] a ordem de financiamento. O sindicato adquiriu isso aqui como sede própria, por um preço muito razoável, [...] está aqui até hoje e caso contrário não sei onde estaria. Talvez numa barraquinha."[164]



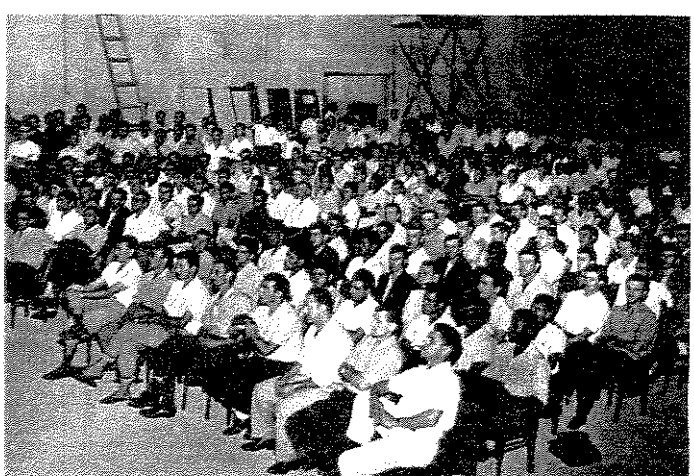
O ministro do Trabalho, João Goulart, lança a pedra fundamental da sede própria do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, 1952.

[163] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.
[164] Entrevista com Abrelino Freitas, 12/01/96.

Já os metalúrgicos viabilizaram a construção da sua sede própria através de um desconto, aprovado em assembléia, dos primeiros quinze dias do aumento obtido com o acordo que encerrou a greve da categoria em 1952.[165]

A sede viria a ser construída num terreno adquirido na região, então pouco habitada e considerada distante, do Passo da Areia. A decisão levou Armando Pinheiro a um rompimento político a uma dura discussão com Mesquita, que ele considerava estar fazendo um péssimo negócio utilizando os recursos da categoria. Após ouvir as críticas, o sindicalista rebateu: "- Assim vai ficar ruim de nós sermos amigos, tu entende de futebol, tu tem teus amigos, mas eu, tu não me leva a mal, eu tenho mais visão". Pinheiro, posteriormente, reconheceu que estava equivocado:

"Tu sabe que não demorou 6 meses, [...] o Brizola botou os bondes até a Volta do Guerino. Veio a Taurus, madeireiras, veio o Matarazzo, a Wallig, as Tintas Renner, a Zivi, tudo... E aí tive que dar as mãos à palmatória. E ele lamentou não ter comprado mais, ali. [Ele dizia] que o progresso estava aqui, [...] que tinha [saída para] o mar e tudo. [...] Era um homem assim. Que enxergava as coisas bem adiante!"[166]



Assembléia de inauguração da sede própria, Sindicato dos Metalúrgicos.

José César Mesquita, tornou-se sem dúvida o sindicalista de maior projeção no estado em todo período entre 1945 e 1964, e que como já vimos, notabilizou-se como

---

[165] Entrevista de José César Mesquita a Elizabeth Grimberg, 1979; *"1931-1991 – 60 anos de luta"*. Porto Alegre: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre, 1991. Pp. 10-11

[166] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.

organizador pragmático e propositor de uma atitude de defesa dos direitos dos trabalhadores centrada na exploração das possibilidades e brechas legais e numa hábil combinação entre organização, mobilização e negociação. Mas, diante do conflito que polarizava o sindicalismo gaúcho desde o final dos anos 20, entre getulistas e comunistas, onde exatamente se situaria Mesquita? A pergunta não é simples, e demanda uma cuidadosa contextualização conjuntural, assim como uma série de ressalvas e especificações.

É claro que a relevância da distinção depende do contexto. Para a polícia política por exemplo, quem andasse com comunistas ou participasse de ações identificadas à linha política por estes adotada poderia ser automaticamente definido como "vermelho". O alfaiate Ênnio Terra, por exemplo começou a sua atuação sindical no começou em 1948, e foi um dos fundadores do PTB gaúcho. Ele ainda hoje declara que "outro Getúlio Vargas não vai aparecer" e que aquele era "um ditador que eu gostaria que estivesse [no poder], porque quem trabalhava tinha condições de sobreviver". A condição de trabalhista não o imunizava porém contra a repressão, e no próprio governo Brizola, recorda-se de ter tomado uma bela pancada nas costas de um cassetete da polícia de choque, ao participar de um comício em favor de uma greve deflagrada numa fábrica da Zona Norte da cidade. [167]

A direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário, nos anos 50, era composta basicamente por comunistas: "lá tinha o Lourival, [...], o Éclair, o Terésio, o Roque, o Lousada". Colegas frente aos quais Terra mantinha simultaneamente o companheirismo sindical e a divergência política: "comunismo, você sabe, é uma das piores ditaduras que tinha, [...] aquele comunismo da Rússia, o cara não tinha direito nem de falar, abrir a boca!". A sutileza da distinção entre o "diz-me com quem andas" e o "te direi quem és" parecia não interessar muito à DOPS, e ele só escapou de ser preso porque "fazia as becas lá para o tribunal". Após o golpe de 1964, Terra começou a ser procurado, em casa, no trabalho e no sindicato por policiais, e tomou a iniciativa de ir à delegacia, onde foi reconhecido e saudado por diversos delegados e desembargadores. Um deles, a fim de verificar o motivo pelo qual o sindicalista era buscado, solicitou a um dos seus funcionários que pesquisasse o motivo prontuário do sindicato:

---

[167] Entrevista com Ennio Terra, 25/10/99.

> "Aí, diz o rapaz, assim pra mim, [mostrando uma fotografia]: 'O Sr. é esse aqui?'; Eu digo: 'Sou.' [Era] eu abraçado no Carlos Prestes... [...] Eu era presidente do "Bambas da Orgia", que é uma escola de samba, [...] e O Dr. Marino dos Santos foi o primeiro médico pediatra do meu filho, lá no sindicato. Um dia ele chegou e disse assim: '- Sr. Ênnio, tu não aluga a sede pra nós recebermos o nosso chefe?'; '- Claro.'. Eu como presidente do clube, fui o primeiro a recepcionar o homem, né? Chegou, aquela pompa toda, bate palma, e foto aqui, foto ali... Mas eu lá estou dando bola? A gente quando tá agindo, que não tem má-fé, não tá dando bola pra coisa."[168]

Se a repressão poderia se permitir generalizações abusivas, estabelecer com precisão o posicionamento políticos de lideranças sindicais exige na verdade cautela e a combinação de informações de diferentes fontes, referidas a diferentes momentos, processos e temáticas. Voltando a José César Mesquita, para seu apoiador, Armando Pinheiro, a resposta acerca da ideologia do líder metalúrgico é clara, embora o exemplo que a fundamente talvez não seja o mais convincente:

> "Ele era comunista. Não tem dúvida. O ideal dele era o Partido Comunista. Mas pelo bem. Não era um indivíduo maldoso, assim... Ele queria ver mais conforto para as famílias. Havia muita injustiça e ele se batia muito por aquilo. Queria sempre que os operários tivessem uma vida mais digna! Então, ele primeiro lutou pela colônia [de férias]... Qual era o operário que ia ter um jeito pra veranear? Aí, ele foi em Santos, fez uma cópia de como é que era lá, [...] aí, ele implantou pra nós aí. Não foi fácil."[169]

Mesquita foi, de fato, membro do PCB, embora por um breve período, e a forma conflituosa como o deixou levou a que protagonizasse, por um certo período, uma acirrada disputa com os comunistas, com pesadas acusações e retaliações de parte a parte. No final da vida porém, faria um balanço extremamente positivo tanto do partido quanto da sua militância no mesmo:

---

[168] *Idem.*
[169] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.

> "Os PCs em todo o mundo sempre se dizem partidos dos trabalhadores. No Brasil, não poderia ser diferente. Toda a sua preocupação é arregimentar as melhores lideranças do seio do operariado. Esses trabalhadores depois de ingressarem no PC são devidamente treinados e instruídos, para atuarem em suas respectivas áreas profissionais, se possível, atingirem as direções das entidades sindicais. Para tanto procuram servir sua categoria, tanto no local de trabalho, como junto do órgão representativo, e com sua presença influírem, levantando reivindicações, fazendo parte em comissões de estudo. [...] Essa técnica dá os melhores resultados, [o militante] adquire prestígio e com o tempo liderança. [...] Meu ingresso no PCB em muito fortaleceu algumas convicções que tinha a respeito da classe operária e de sua importância na construção de uma verdadeira democracia."[170]

Já para Elóy Martins, o maior líder comunista da história da categoria, a passagem de Mesquita pelo PCB teria sido apenas mais um sinal de seu oportunismo e dos desvios e contradições internas que afetavam o partido:

> "Com a entrada do Prestes o partido [passou a ter] duas tendências. Uma obrerista e outra... não reformista, mas pequeno-burguesa, que tinha um lado correto, que era o problema de ampliar [...]. O partido se tornou uma força política no país, mas do ponto de vista ideológico, [...] diminuiu sua potência ideológica, sua firmeza de princípio, de classe, entendeu? Então, quando o Mesquita entrou, na época de 45, logo depois da guerra, houve um ascenso democrático no país e o partido surgiu, não foi registrado imediatamente mas ele saiu da ilegalidade, e logo em seguida o Prestes foi pro comício junto com o Getúlio. Nesse período o Mesquita entrou no partido."[171]

Um outro motivo de questionamento de Martins a Mesquita residia no fato deste não ser, a rigor, um "metalúrgico, ele era de escritório, o sindicato era por empresa e ele

---

[170] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.
[171] Entrevista com Elóy Martins, 17/01/92.

estava lá". A informação de que Mesquita trabalhava na burocracia de uma empresa da categoria é confirmada por João Aveline, jornalista comunista que acompanhou o movimento sindical no estado desde os anos 50 e, no final daquela década, passou a fazer a cobertura do mesmo para o jornal "Última Hora". Aveline entretanto, formula um julgamento muito mais favorável sobre o posicionamento político do sindicalista, mesmo mantendo a versão oficial do partido sobre os motivos pouco honrosos que o teriam levado à desfiliação:[172]

> "Muito pressionado (a guerra fria estava no auge), [ele] se amedrontou e, publicamente, se desligou do Partido Comunista e foi expulso. [...] Dias depois o Mesquita expulsou o Elóy Martins do Sindicato. Mas o Mesquita, posteriormente, teve uma postura de recuperação dessa sua própria condição de pessoa que agiu assim. Ele [...] voltou à condição de presidente do Sindicato, e aí nós tivemos [...] uma relação de frente única muito salutar. [...] Estimulado pelo retorno ao convívio dos comunistas, que então tinham com ele uma relação mais ampla e menos auto-suficiente, [...] e pela pressão que se amainou em relação ao movimento sindical, ele então teve um comportamento muito bom."[173]

O próprio Mesquita, por sua vez, tinha uma explicação bastante distinta para a sua decisão de desvincular-se do comunismo, em junho de 1948:

> "Achei que assim devia proceder porque nunca estive de acordo com o procedimento do PCB no célebre caso da prisão de Marino dos Santos. Então ambos éramos vereadores, eleitos na legenda do PSP, já que o PCB estava na ilegalidade. Estávamos juntos quando a prisão se deu. Fui abafado pelos policiais e quando me soltaram já tinham levado o Marino. Imediatamente, procurei entrar em ligação com a direção do PCB, mas todos meus esforços foram em vão. Não encontrei ninguém, tinham se entocado. Procurei então com um cunhado do preso os advogados do PCB. Nenhum quis ir em defesa ou procura do Marino, e então vali-me, junto

---

[172] *Idem.*

com o cunhado do Marino, de um advogado particular, quem de fato tratou de localizá-lo, coisa que foi muito longa e difícil. Bem, diante do fato, achei que não podia pertencer a um partido que na hora em que um de seus mais destacados elementos era preso, simplesmente o abandonava (Marino tinha sido o vereador mais votado em Porto Alegre). Imagine-se o que poderia esperar eu, que era um simples 1° suplente. Então publicamente, no plenário da Câmara, abandonei o PCB. »[174]



O prefeito Leonel Brizola em visita ao Sindicato dos Metalúrgicos. Final dos anos 50.

Onze anos mais tarde, o sindicalista ingressaria no PTB. Porém, considerava que o fizera "por via indireta". Como presidente do Comando Sindical do Rio Grande do Sul, foi convidado a visitar o então presidente da legenda, João Caruso, que lhe comunicou haver o PTB reservado 5 vagas em sua legenda para que dirigentes sindicais concorressem à eleição para vereadores da capital. Mesquita reuniu as direções dos sindicatos locais, lhes expôs a proposta e, na mesma reunião os candidatos foram escolhidos, sendo ele o único que viria a se eleger. Seu ingresso no PTB, portanto, esclarecia, se dera apenas para servir ao movimento sindical.[175]

Pois se, apesar da ruptura traumática, fora capaz de protagonizar uma reaproximação com os comunistas, e viria posteriormente a fazer um balanço favorável de sua relação com o partido, mesmo eleito pelo PTB, fazia questão de se não assumir qualquer tipo de compromisso com esta legenda, a qual considerava ter exercido um papel nefasto no movimento sindical. O envolvimento de sindicalistas no PTB no episódio que levou à intervenção do sindicato dos metalúrgicos, em 1947, era apontado por Mesquita

---

[173] Entrevista com João Aveline, 25/10/99.
[174] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.

como o principal fator que o "empurrou para dentro do PCB", cujos militante com ele então se solidarizaram: "aliás, o PTB pode ser acusado de ser o maior fabricante de 'comunistas', em certa época". Ele acusava o partido de, juntamente com a Delegacia Regional do Trabalho, o Círculo Operário e Federação dos Metalúrgicos ter planejado a greve de dezembro de 1946 e, quando a mesma foi assumida pelo sindicato, articulado a intervenção com base na denúncia da ilegalidade da paralisação. O episódio foi a senha para que os metalúrgicos entendessem qual era o caráter da "ditadura Dutra", durante a qual foi nomeado um delegado de Polícia como delegado do Trabalho e todos os sindicatos que protagonizaram greves, sofreram intervenções:[176]

> "O governo do general Dutra foi mais nocivo ao movimento sindical que o Estado Novo. Poucos sindicatos no Brasil conseguiram escapar da intervenção do Ministério do Trabalho, todas as lideranças foram sacrificadas, em nome do combate aos extremismos, e nesse combate o governo teve como aliados os círculos operários e o PTB."[177]

Mesquita reconhecia que líderes trabalhistas como Ferando Ferrari, Leonel Brizola, Salgado Filho e Alberto Pasqualini tinham grande influência no operariado. Entre os sindicalistas ligados ao partido porém, só considerava digno de respeito Sílvio Sanson, um marceneiro que foi delegado do IAPI, prefeito de Guaporé, deputado estadual e federal: "era um cidadão muito íntegro, em quem se podia ter confiança, era uma exceção à regra."[178]

Afinal de contas, perguntava-se ele, por que o movimento operário deveria manifestar qualquer gratidão pelo PTB:

> "Um partido que teve força no governo e o Ministério do Trabalho nas mãos por várias vezes, e que se dizia representar os trabalhadores no governo, nada fez, em verdade pelos sindicatos, teve isto sim sempre atitudes eleitoreiras, nada mais, bastará verificar o que temos ainda hoje, como estrutura sindical. O PTB sempre disse amém à legislação fascista que

---

[175] *Idem.*
[176] *Idem.*
[177] *Idem.*

> governa os sindicatos brasileiros, veio do Estado Novo e continua até hoje: ausência de direito de greve, falta de autonomia e liberdade sindical, ditadura do Ministério do Trabalho sobre o movimento sindical, corrupção, tudo continua, e diga-se de passagem, não por culpa das direções sindicais. Por conveniência dos homens do PTB, mais interessados em manterem seus postos na política do que em servir aos operários, que numa contradição de não se entender, eram seus eleitores."[179]

O partido, avaliava ele, nem sequer tinha uma proposta tática definida de atuação no movimento operário, a não ser que como tal pudesse ser considerada:

> "a distribuição de benesses às direções apelegadas ao Ministério do Trabalho, [...] de cargos na Justiça do Trabalho, no Conselho das instituições previdenciárias, viagens ao exterior ou um emprego para um patente chegado à direção sindical. O Ministério do Trabalho tinha uma folha pesada em pagamentos ao alto peleguismo nacional."[180]

O PTB, ele reconhecia, fora de fato fundado por operários "alguns de bom quilate", mas em contrapartida, a maioria dos sindicalistas do partido estariam ligados ao Ministério do Trabalho e à polícia local. A "cobertura" para a fundação do mesmo teria sido dada pelo próprio delegado do Trabalho da época, "e o PTB, nada mais foi no início do que a ala trabalhista do PSD". Ao ser convidado para a reunião de fundação do partido, Mesquita ter-se-ia negado a participar, "em virtude da falta de seleção dos elementos que o deviam fundar, tanto que foi presa fácil, nas mãos dos políticos profissionais".[181]

Com a intervenção, a primeira gestão de Mesquita, em 1947, foi interrompida e ele, um trabalhador estável, voltou a trabalhar. Quando, em dezembro de 1950, a intervenção do sindicato dos metalúrgicos foi levantada, volta a se candidatar e se elege novamente. Na eleição concorreram 4 chapas: uma composição entre PCB e PTB, duas de membros da intervenção e a de Mesquita, que ganhou com mais do que o dobro da soma

---

[178] *Idem.*
[179] *Idem.*
[180] *Idem.*
[181] *Idem.*

dos votos das outras três, num universo de 500 votantes: "aqui a grande contradição, o PTB tinha me lançado nos braços dos comunistas, agora vinham coligados contra mim." Ao iniciar esta nova gestão, o sindicalista novamente encontrou a entidade esvaziada. De 9000 sócios, regredira para 600. A sede anterior havia mudado para "um galpão na rua Santos Dumont", e o sindicato "estava desmoralizado frente à classe", que estava há 4 anos sem receber aumentos salariais. Tinham ainda que enfrentar a Justiça do Trabalho, que definia os metalúrgicos como privilegiados, por ganharem mais do que os outros trabalhadores, e considerava que não tinham direito a aumento.[182]

De março de 1951 a março de 1952, a entidade recuperou o quadro de associados, chegando a 8000 membros. As contas, foram saldadas, e até mesmo crédito na praça obtido. Os metalúrgicos, recorda Mesquita "já tinha firmado conceito e tinham poder, estavam incomodando". O quadro da assistência médica foi reforçado, atendendo em alguns casos tanto sindicalizados quanto não sindicalizados. Em 1952, realizaram uma greve utilizando os procedimentos que permitiam que a mesma fosse declarada legal. Resistiram ao longo do movimento com doações de comida e remédios, e o saldo positivo do movimento aumento o prestígio e a força da entidade. Fortaleceram também o quadro de delegados, que agora passavam a ser representantes de seção, e não mais de fábrica, sendo o seu número definido de acordo com a quantidade de trabalhadores da empresa. Deste modo, "cada reunião virava uma assembléia". Esse fortalecimento da organização de base contribuiu para o desenvolvimento de movimentos reivindicatórios por dentro das fábricas, tornando-se comuns as paralisações por seção. Fazendo um balanço geral, Mesquita considerava que entre 1953 e 1960, "o sindicato cresceu como classe e como força econômica", e citava como realizações significativas, além das greves e do alto índice de sindicalização, a sede, incluindo "um grande auditório para as assembléias", assim como as atividades de teatro, cinema, esporte, arte coral, centro de tradições gaúchas, o jornal *Folha Metalúrgica*, a colônia de férias e o Instituto Educacional. [183]

Porém, tão importantes quanto as conquistas específicas e o espaço de sociabilidade construído pelo sindicato para a categoria metalúrgica, era o papel da

---

[182] *Idem.*
[183] *Idem.*

entidade como uma das principais articuladoras das ações intersindicais que marcaram o período. Como relembra João Aveline:

> "O movimento sindical geral, era clandestino. Porque tinha umas organizações oficiais, que eram os sindicatos e federações, mas não havia um órgão intersindical legal. [...] No Estado do Rio Grande do Sul, foi formada a UET, União Estadual dos Trabalhadores, [Mas] o movimento sindical se negava ao relacionamento e não reconhecia a UET como órgão de cúpula [...]. Então, essa organização, como não podia deixar de ser, fracassou. [...] Sindicatos e federações, era um movimento integrado por pelegos, rigorosamente pelegos, e por pessoas que, não sendo pelegos, não tinham uma visão maior e eram pessoas até bem intencionadas. [...] Naquele tempo nós caracterizávamos o movimento sindical como [sendo todo] apelegado, mas não era isso!"[184]

Ao ser entrevistado, em fins dos anos 70, Mesquita foi informado de que, para alguns cientistas sociais, movimentos como o MUT (1945), PUA (Pacto de Unidade e Ação – 1953) e o PUI (Pacto de Unidade Intersindical – 1954), constituíram-se em 'organizações paralelas' ao movimento sindical oficial, com a finalidade de atuar fora dos marcos impostos pela estrutura do Ministério do Trabalho, e que teriam agido sob a direção do PCB. Perguntado se esta explicação se aplicava ao Rio Grande do Sul, sua resposta foi irônica, e ao mesmo tempo reveladora da complexidade presente no processo de definição das estratégias do movimento sindical do período:

> "Ao que parece, esses cientistas descobriram a pólvora. Não é necessário ser analista ou cientista social para saber que tais movimentos surgiram sob a inspiração não só do PCB mas de todos aqueles dirigentes sindicais não vinculados ao Ministério do Trabalho e seu Fundo Sindical, para opor-se à criminosa política anti-sindical dos governos apoiados na escória sindical. Daí o nascimento de tais organismos. [...] Cabe destacar que esses organismos foram criados também para combater outros 'organismos

---

[184] Entrevista com João Aveline, 25/10/99.

> paralelos': círculos operários, Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio, Juventude Operária Católica, etc. todos a serviço do governo e dos patrões. Isso parece que passou desapercebido aos cientistas crioulos."[185]

Já em 1946, foi criado o Comando Sindical, em Porto Alegre, que se estendeu ao restante do Rio Grande do Sul nos anos 50, sendo que, nos seu último período de existência, até a Delegacia da CNTI, "órgão apelegado", foi envolvida nesse órgão paralelo. Mesquita o presidiu em várias ocasiões, assim como ocorreu posteriormente com o também metalúrgico Luiz Vieira, ex-comunista que abandonou o PCB em 1955. A orientação no sentido de formar as intersindicais era defendida também pelos comunistas, visando construir um espaço de unidade das lutas:[186]

> "Essa orientação era correta do ponto de vista de unidade dos sindicatos, que havia a possibilidade de se ter mesmo com reformistas e trabalhistas. Tomava-se as medida em função do que fosse mais favorável a luta dos trabalhadores. [...] Agora, o ruim é que era mais fácil fazer a propaganda trabalhista do que fazer a propaganda de classe, de luta, então os comunistas levavam a pior."[187]

A orientação em prol da unidade estava tão enraizada na prática sindical dos comunistas que as mudanças na linha política que apontavam em sentido contrário dificilmente chegavam a ser implantadas:

> "Em 1951 ainda havia a orientação de sindicato paralelo, mas nós aqui já estava atuando completamente diferente. Quando veio a orientação de que se devia participar de só um sindicato, nós aqui já estávamos participando há muito tempo."[188]

---

[185] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.
[186] *Idem.*
[187] Entrevista com Elóy Martins, 17/01/92.
[188] *Idem.*

Participando da mesma entidade, comunistas e trabalhistas nutriam uma relação de competição sistemática, que não raramente assumia a forma do conflito aberto:

> "Nós tínhamos dois jornais no sindicato, um com orientação PCB e outro com orientação PTB. É lógico que o PTB tinha mais dinheiro, fazia uma propaganda sofisticada da greve [legal], [da] conciliação, e nós, a nossa propaganda era da luta com o patrão. Não temos nada com o governo, a luta era com o patrão. [...] Nós levávamos uma vantagem, de que a luta do partido era mais organizada que a do PTB. Mas por trás, eles tinham mais vantagem com a massa. Porque a massa, [...] no início tem medo."[189]

Mesquita lembra que os militantes de ambos os partidos "em verdade, não se suportavam", mas ao contrário de Martins, considera que o resultado da disputa tendia a favorecer os comunistas:

> "A diferença ideológica e organizacional era imensa entre os dois. Os trabalhistas sempre foram o cavalo de montaria dos comunistas, enquanto estes estiveram na ilegalidade, sempre foram superiores, sempre tiveram elementos seus infiltrados em lugares estratégicos. A prova está que no governo Goulart, este deu a chefia do gabinete de imprensa a um comunista, prova de habilidade e força de barganha dos mesmos. Aliança pública nunca houve no Rio Grande do Sul, havia acordo por dentro, que os trabalhistas não queriam que viessem a público, [pois queriam ser] tidos como democráticos e inimigos do comunismo internacional."[190]

João Aveline confirma que os comunistas tiveram um bom relacionamento com Jango, uma aliança baseada em acordos respeitados por ambas as partes (ao contrário do que ocorria com Brizola). Ele enfatiza também que, apesar das suas críticas acirradas ao PTB, Mesquita nutria uma excelente relação com o presidente nacional do partido em meados dos anos 50, iniciada antes deste ser nomeado ministro do Trabalho e mantida ao longo de toda a sua carreira política. Aveline atesta que, apesar da proximidade pessoal

---

[189] *Idem.*
[190] *Idem.* Mesquita refere-se ao jornalista Raul Ryff.

com o político petebista, Mesquita sempre manteve a sua autonomia, fato de que o sindicalista se orgulhava:[191]

> "No governo Jango, o sindicato procurou fazer uma linha independente, não se ligar demais. [...] Fazíamos homenagens, etc., mas na hora [que o governo tinha que] levar pau, levava. Não era como o pelego que ia pedir emprego. O sindicato só foi fazer parte da Justiça do Trabalho depois de 1964. O próprio Brizola mandou riscar o meu nome [da lista de indicações para juíz classista] por causa de uma passeata. No início do governo Brizola houve problemas de abastecimento de alimentos. Então, o sindicato teve que ir para a rua."[192]

Se o posicionamento diante do governo Jango viria a atestar seu zelo pela autonomia sindical, a atitude da repressão frente a Mesquita quando do golpe militar ficaria para a posteridade, na voz de adversários e apoiadores, como certificado de combatividade:

> "Dá até pra tirar alguma coisa do Mesquita de 64. Em 64 houve intervenção, com ele mesmo na Presidência."[193]

> "Ele foi cassado. Mas ele não parou. Ele era uma verdadeira formiguinha [depois do golpe], fazia reunião na casa dele e tudo."[194]

Não se trata apenas de julgar as opções políticas e a trajetória de uma liderança, já que Mesquita, conduzindo o principal sindicato de base fabril de Porto Alegre durante a maior parte da República Populista, pode ser considerado como um símbolo da exploração das possibilidades de atuação do movimento operário no espaço institucional no período e da luta pela sua ampliação.

---

[191] Entrevista com João Aveline, 25/10/99.
[192] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.
[193] Entrevista com Elóy Martins, 17/01/92.
[194] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.

Capítulo VI - Os direitos, a lei e a ordem:

Greves e mobilizações gerais na luta pela cidadania operária

As greve gerais, assim como outras formas de luta envolvendo trabalhadores de diversas categorias na defesa de direitos e de prerrogativas comuns, tiveram um papel fundamental na constituição do movimento operário como um ator social e político na história porto-alegrense. A análise das particularidades assumidas por esses movimentos coletivos em diferentes conjunturas nos permite identificar tanto as mudanças no contexto social e político-institucional em curso no país, no estado e na cidade, quanto as próprias redefinições na composição de classe, nas suas formas de organização e na correlação de forças entre as diversas correntes políticas atuantes no seu interior.

Apesar dos traços singulares que individualizam cada mobilização na sua historicidade, algumas questões perpassam de forma recorrente estes momentos em que o conflito cotidiano com o capital e as especificidades dos interesses de cada grupo de trabalhadores se fundem numa definição, sempre provisória e conflituosa, do que são os direitos e os interesses mais amplos da classe. Frente aos patrões, ao Estado e à opinião pública, estas lutas gerais ajudaram a redefinir os limites da legitimidade e da legalidade tanto das demandas operárias quanto das estratégias e táticas de luta adotadas para defendê-las.

"O ramo de oliveira e a dinamite": as greves de 1906, 1917 e 1919

A "greve dos 21 dias" pela jornada de trabalho de 8 horas em outubro de 1906, foi protagonizada por cerca de 3.000 operários, e constituiu-se no marco inaugural da presença operária na cena pública da capital gaúcha. Dela tomaram parte operários de fundições, pedreiras, fábricas de doces, de vidros, de chapéus, de sabão, de móveis, de gravatas, de meias, assim como da fiação e tecelagem, dos curtumes, das funilarias, de um estaleiro, da estiva e da Companhia Força e Luz. Entre as suas conseqüências duradouras, se encontram a fundação da Forgs (Federação Operária do Rio Grande do Sul), assim como de diversos sindicatos de ofício e, de outro lado, a articulação do primeiro embrião do que viria, quase 25 anos depois, a se constituir numa associação estadual de industriais, a partir da realização de reuniões entre os empresários do setor, visando "tomar decisões comuns frente ao problema criado, que assumia grande magnitude". Em 1913, a greve era lembrada

no relatório da Forgs ao Congresso Operário Brasileiro como "um movimento operário que marcou época pelo seu caráter, pelo seu desenvolvimento e pelas conquistas realizadas".[1]

O sucesso inicial da mobilização de 1906 alimentou a expectativa de rápidas conquistas, que esbarrou entretanto na dificuldade em se chegar a um acordo nas conversações, encabeçadas pelo gráfico socialista Francisco Xavier da Costa, representando os trabalhadores, e pelo diretor da empresa Berta, Alberto Bins, representando os empresários. O patronato oferecia como contraproposta uma jornada de 9 horas, frente à qual Xavier tentou ainda regatear para chegar a 8 horas e 45 minutos, mas deparou-se com um irredutível "pegar ou largar". Bins, com pouca sutileza, fez ver ao seu interlocutor "as dezenas de contos de réis que representa a concessão de uma hora que fizeram". Demonstrou também sua indignação com a "indelicadeza" dos grevistas para com seus patrões, aos quais tratavam "como se fossem seus subordinados, desatenciosamente". Apelou ainda para a intimidação pura e simples, ao lembrar que

> "os industriais *podiam* e *podem* usar de represálias muito mais prejudiciais aos paredistas. Assim, no momento em que desejarem, poderão resolver o fechamento das fábricas, restabelecer o horário de 10 horas e obrigar, pela fome, os operários a voltarem ao trabalho."[2]

Tratava-se, portanto, de manter um princípio de autoridade, mais do que estabelecer uma negociação propriamente dita, já que a própria busca por desqualificar o movimento era constante. A imprensa, por exemplo, alardeava que "operários mesmo" havia poucos entre os grevistas. A paralisação seria uma iniciativa de trabalhadores privilegiados, que possuiriam até mesmo economias suficientes para resistir "por uns dois meses", e que estariam se valendo da sua posição estratégica no mercado de trabalho. Tal seria o caso dos tecelões, que só poderiam ser substituídos "mandando vir outros da Europa". Paradoxalmente, os jornais anunciavam também ofertas de "operários",

---

[1] "Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul ao Congresso Operário de 1913". *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* P. 164. Pesavento, Sandra J. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. Op. Cit.* P. 155

[2] *Correio do Povo*, 14/10/06. *Apud*: Pesavento, Sandra J. A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. P. 157.

obviamente sem experiência industrial prévia, que se disporiam a vir "das colônias" para assumir o local do grevistas.[3]

Enquanto o nível de adesão oscilava à medida que a greve se estendia, a repressão começou gradativamente a se acentuar, com piquetes policiais a patrulhar a rua, impedindo a pressão sobre fura-greves, e a utilização da cavalaria e de baionetas para coibir manifestações, assim como inúmeras prisões de grevistas.[4]

Apesar destes conflitos pontuais com as "forças da ordem", chamava mais a atenção dos observadores a tendência predominantemente pacífica do movimento, onde não se vislumbravam "motins, cabeças quebradas ou ataques à propriedade, apenas barulho sem causar danos". Também do lado do Estado, como destaca Joan Bak, a reação à greve foi "supreendentemente livre da repressão violenta que marcou suas predecessoras" no Rio, em Santos e em São Paulo. Os conflitos violentos se localizavam mais na relação direta com os patrões. Na marmoraria de Aloys Friedrich, dirigente do *Tunerbund*, que fora o primeiro estabelecimento a paralisar, o dono, intransigente, após alguns dias de greve instou os trabalhadores a irem pegar suas ferramentas individualmente. Os primeiro que o fizeram, entretanto, foram surpreendidos por um ataque de capangas. Em reação, os operários se organizaram para buscar os instrumentos em grupo. Apavorado com a aproximação dos grevistas, Friedrich solicitou proteção policial, mas com a chegada da Brigada Militar, os trabalhadores explicaram que apenas pretendiam "buscar o que é seu", e assim o fizeram, sob o olhar atento dos "brigadianos".[5]

Do lado operário, a violência fazia sua presença mais na retórica, ainda que oscilante, do que na luta real. O tribuno socialista Carlos Cavaco, por exemplo, chegou a convocar os manifestantes a ir às barricadas, se necessário, e dizia que eles deveriam se dirigir aos patrões com "um ramo de oliveira na mão esquerda e dinamite na mão direita". Ao final desta mesma manifestação, entretanto, proferiu uma palestra para "cadetes militares, famílias, jornalistas e autoridades governamentais – tudo em perfeita ordem". Nas

---

[3] *Correio do Povo*, 18-19/10/06. *Apud:* Pesavento, Sandra J. A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. *Op. Cit.* P. 158.
[4] Petersen, Sílvia R. F. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". *Op. Cit.* P. 307.
[5] Bak, Joan L. "Class, ethnicity and gender: The negotiation of worker's identities in Porto Alegre's 1906 'Strike of 21 days'". *Op. Cit.* Pp. 1, 3.

semanas seguintes, a referência ao recurso aos explosivos foi substituída por citações de Tolstói nas suas conferências literárias para arrecadar fundos para o movimento.[6]

Mesmo com um transcurso pacífico e um final negociado, a greve expôs seus participantes a duras represálias. Segundo o periódico anarquista *A Luta*, fundado durante o movimento, após o seu encerramento os patrões descumpriram sistematicamente os acordos estabelecidos, voltando a ampliar as jornadas. Demitiram também os grevistas, cortaram salários, impuseram multas, enfim, "trataram os operários como cachorros". A análise deste tipo de situação levaria o chefe de Polícia do estado, em 1907, a uma proposição precoce do que viria a ser, décadas depois, a base da Justiça do Trabalho. A greve pacífica, definia ele, era um "recurso legítimo de que pode lançar mão o proletariado contra os abusos dos patrões", mas não deixava de ser ineficaz, já que oferecia apenas uma forma de resolução passageira para os conflitos: "ou são esmagados os grevistas, pela força do capital que não cede, ou são vencidos os patrões pelo peso do número de grevistas". Diante disso, propunha a criação de um "tribunal arbitral", com igual número de patrões e operários, presidido por um "magistrado de respeitabilidade" para resolver em definitivo as disputas.[7]

Os novos sindicatos fundados durante e após a greve de 1906, assim como as associações operárias que a precederam, protagonizaram diversos conflitos com o capital ao longo dos dez anos seguintes. Foi em julho de 1917, entretanto, que um novo movimento geral começou a se esboçar. A União Operária Internacional distribuiu panfletos "nos arrabaldes da Floresta, Navegantes e São João, onde residia a maioria do operariado da capital", conclamando-o a tomar medidas enérgicas contra a "situação calamitosa" em que se encontrava. Como conseqüência dos problemas de abastecimento e da especulação, geradas pela Primeira Guerra Mundical, o governo do estado já regulara o comércio de carne e a exportação de feijão em 1914 e 1915, mas o custo de vida e a escassez continuavam a atingir duramente os trabalhadores. Nesse contexto, a Forgs convoca uma assembléia geral, na qual os exemplos das recentes greves de São Paulo, Rio e Curitiba são citados como fonte de inspiração, e que decide pela criação da Liga de Defesa Popular para

---

[6] *Idem, Ibidem*. Pp. 7, 8.
[7] *Idem, Ibidem*. Pesavento, Sandra J. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. Op. Cit.* Pp. 160-161.

coordenar a luta pelas 8 horas de trabalho (6 horas para mulheres e crianças), por um aumento salarial de 25%, redução de preços de passagens, gêneros e aluguéis. A 31 de julho, os ferroviários de Santa Maria, paralisam suas atividades, frente à recusa do inspetor geral da Viação Férrea, Mr. Cartwright, em conceder um aumento salarial, as 8 horas e a semana inglesa. A atitude dos ferroviários serve de estopim para a generalização do movimento em Porto Alegre.[8]

O movimento deixou a vida da cidade "completamente transtornada". Condutores, motorneiros e empregados da Companhia Força e Luz aderiram, privando Porto Alegre do abastecimento de energia e dos bondes. Carros e carroças só podiam circular mediante salvo-condutos emitidos pela Liga de Defesa Popular. A situação "agravou-se com a adesão dos trabalhadores da Usina Elétrica Municipal, da Companhia Fiat Lux e da Companhia Telefônica". O movimento dos ferroviários, por outro lado, afetou ainda mais "o abastecimento de gêneros alimentícios, assim como impediu o acesso ou saída de passageiros da capital". As poucas mercadorias que chegavam, por via fluvial, encontravam os estivadores do porto parados, fazendo com que "ficassem no porto empilhadas, na impossibilidade de serem recolhidas aos armazéns".[9]

Um dos elementos que chama a atenção na greve de 1917 é a reação do governo do estado, chefiado por Borges de Medeiros, que se colocou, desde o início do movimento, como mediador, articulando reuniões com empresários, tentando convencê-los a aceitar a proposta de reajuste salarial e redução da jornada de trabalho dos grevistas, além de solicitar a cooperação do comércio para tabelar os preços dos gêneros alimentares. Embora sem chegar a um acordo geral, esta atitude contribuiu para abrir espaço para negociações pontuais, com cerca de 180 empresas, que realizaram ao menos concessões parciais aos seus trabalhadores. O governo ainda emitiu um decreto tornando "sujeita à regulamentação oficial a exportação do arroz, banha, batata, feijão e farinha", de modo a limitar a

---

[8] Pesavento, Sandra J. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. Op. Cit.* Pp. 162-163, 167. *Correio do Povo*, 24/10/17 *Apud:* Petersen, Sílvia R. F. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". *Op. Cit.* P. 307.

[9] Pesavento, Sandra J. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. Op. Cit.* P. 163.

especulação com estes gêneros, e concedeu aos "proletários a serviço do estado" um aumento salarial.[10]

Além das medidas concretas, Borges, através de pronunciamentos públicos, demonstrava receptividade ao movimento, buscando enquadrá-lo na doutrina positivista do Partido Republicano Riograndense. Lembrava que "à luz dos ensinamentos de Augusto Comte" urgia "promover definitivamente a incorporação do proletariado na sociedade moderna" e que para tanto era necessário que o salário fosse considerado "como a equivalência da subsistência e não como recompensa do trabalho humano". A greve, portanto, seria "legítima", e por isto contava com "as simpatias gerais da população rio-grandense". O posicionamento era difundido pelo órgão partidário oficial, *A Federação,* no qual, a 02 de agosto, se lia que "a suspensão do trabalho, é sempre um recurso legítimo [...] quanto tem um fim justo, razoável e proporcionado às condições gerais do meio e do movimento". Isso explicaria porque, ao longo da parede, o governo se limitara a uma "repressão contida" (patrulhamento ostensivo, segurança nas fábricas, garantia de trabalho aos não grevistas). Em outubro, um novo movimento dos ferroviários seria francamente apoiado pelo governo, que o utilizou para mobilizar a opinião pública em favor da encampação da Viação Férrea, iniciada a seguir e concluída em 1920.[11]

Entretanto, a greve geral seguinte, em agosto de 1919, receberia do mesmo Borges um tratamento bastante distinto. A vanguarda desta paralisação foi assumida pelos metalúrgicos, que demandavam a extensão da jornada de 8 horas (já concedida pelas empresas Alcaraz, Só, Becker, Maas, Micheletto, Bromberg, Knack, Mabilde, Booth e Claussen) para toda a categoria. Contra esta reivindicação, Alberto Bins, inaugurando uma linha de argumentação que seria reiteradamente utilizada pelos patrões nas décadas seguinte, declarava que se deveria aguardar a aprovação de lei que estava para ser votada no Congresso Nacional, regulamentando a jornada, para evitar que as empresas da capital, ao conceder a redução, fossem prejudicadas pela concorrência das suas congêneres do interior e de outros estados. O argumento não sensibilizou os tecelões da Companhia Fabril Porto-alegrense, Companhia Têxtil Riograndense, Companhia Tecidos Porto-alegrense, A. J. Renner, assim como os operários da fábrica de chapéus de F. C. Kessler, num total de

---

[10] *Idem, Ibidem.* Pp. 164-167.
[11] *Idem, Ibidem.* Pp. 164-167.

3.000 trabalhadores, que entre 25 de agosto a 11 de setembro, paralisaram suas atividades reclamando, além das 8 horas, um aumento salarial de 15%.[12]

Ao se estender à Companhia Força e Luz, o movimento enfrentaria uma postura patronal intransigente, que se recusava às negociações. Após o acirramento da tensão, à medida que a repressão policial tentava quebrar o movimento na empresa, ocorreu um atentado a dinamite contra a usina elétrica da mesma, no dia 06 de setembro. No dia seguinte, a Forgs realizaria um comício em frente à Intendência Municipal, o qual o governo negou-se a autorizar. Com a convocação já em circulação, uma grande quantidade de trabalhadores começou a se dirigir às imediações do local, enquanto o advogado da Federação, Álvaro Massera, negociava com um tenente da Brigada Militar a autorização para realizar o ato, ainda que breve. Tendo obtido tal permissão, os operários começaram a se concentrar e, no momento em que as falas se iriam iniciar, a força pública recebeu ordens diretas do chefe de Polícia, Eurico Lustosa, no sentido de "dispersar o povo à espada e à pata de cavalo", perseguindo os manifestantes em debandada pelas ruas do centro da cidade, com um saldo de um morto e numerosos feridos entre os populares, incluindo mulheres e crianças que assistiam às festividades do dia da Independência.[13]

A dissolução violenta do comício foi seguida pela intensificação do policiamento da Brigada Militar nos bairros operários, pelo fechamento de sindicatos e da própria Forgs. Justificando tais medidas, o governo alegava não estar diante de um "movimento pacífico", e sim de uma "tentativa formal de maximalismo", que pretendia "semear o terror entre os trabalhadores pacíficos, a fim de impor a manifestação grevista". Além do atentado contra a Força e Luz, as provas estariam em publicações como o boletim do sindicato dos operários da Companhia, que afirmava abertamente que "se não podemos vencer de braços cruzados, descruzemo-los e defendamos os nossos direitos, custe o que custar, doa a quem doer". O jornal da Forgs, "O Sindicalista", além disso, estabeleceria explicitamente a relação entre a paralisação e uma tentativa insurrecional, ao dizer que "a expropriação, o soviete, o comunismo enfim, serão o termo fatal e necessário desta evolução composta de greves incessantes, obstinadas e contínuas". Um elemento a mais

---

[12] *A Federação*, 09/09/19. Pp. 173-174. *Apud:* Pesavento, Sandra J. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. Idem, Ibidem.*

[13] Petersen, Sílvia R. F. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". *Op. Cit.*. P. 316-317.

para demonstrar o caráter subversivo da greve seria a sua relação com os eventos similares recentes no Rio de Janeiro, que haviam levado à apreensão do jornal *Spartacus* e ao processo contra o seu editor, José Oiticica.[14]

As oscilações da ação e do discurso do governo gaúcho diante do movimento operário na Primeira República têm sido objeto de debate historiográfico. Aqueles que acentuam o caráter progressista da postura de mediação assumida na greve 1917, como Bodea, tendem a ver no borgismo o embrião do varguismo. Para este autor, o fato de que "as iniciativas mais significativas" durante aquele movimento tenham sido aquelas "tomadas pelas autoridades estaduais", permitiria concluir que ocorria, no período, um "pré-ensaio do fenômeno populista e, mais especialmente, do trabalhismo". As razões para tanto se encontrariam, em primeiro lugar, numa "predisposição sócio-econômica" regional, derivada da grande vinculação da produção gaúcha ao mercado interno, em contraste com a economia de exportação predominante no centro do país. Outro fator fundamental seria a "cisão interna na classe dominante gaúcha", que teria possibilitado a Borges "fazer concessões ao proletariado e às baixas classes médias urbanas". Esta relação se estabelece à medida que o custo social dos decretos tabelando e regulamentando a exportação de bens primários recairia na oligarquia rural que se constituía na principal base da oposição federalista. Por outro lado, a conseqüência fundamental desta experiência de "tratamento peculiar" ao movimento operário seria o fato dela vir posteriormente a habilitar a elite gaúcha a colocar-se, no plano nacional, como condutora da "aliança para baixo" que caracterizaria o período populista.[15]

As continuidades entre os governos do PRR e a ação nacional de Vargas no pós-30 são entretanto relativizadas por autoras como Pesavento e Petersen. Para a primeira, independentemente da intervenção pontual de Borges, "prevalecia a negociação privada nas relações entre o capital e o trabalho" e "os empresários podiam recuar das concessões feitas no momento em que quisessem". Portanto, não haveria uma atuação sistemática "pró-operária e trabalhista", e a maleabilidade doutrinária do "comtianismo borgista" em relação ao conflito entre capital e trabalho se inclinaria, na maior parte dos casos, por uma

---

[14] "Despotismo de uma época" e "Tentativas maximalistas" *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* Pp. 213-220.

intervenção em favor dos industriais, a partir da solicitação destes. Um exemplo disso seria o requerimento de policiamento ostensivo encaminhado ao governo pela cervejaria Bopp, em 1920, diante de uma ameaça de greve. Para questionar a idéia de um posicionamento "avançado" dos gaúchos diante das questões trabalhistas, Pesavento retoma as análises de Castro Gomes sobre a atuação da bancada gaúcha no Congresso Nacional, fortemente controlada por Borges, que foi um dos principais obstáculos à aprovação de uma legislação social nos anos 20. Como um dos argumentos no sentido de que a regulamentação não deveria ser federal, mas sim estadual, os deputados gaúcho apontavam o fato de que no Rio Grande do Sul os operários gozavam de condições de vida e de trabalho muito superiores àquelas reinantes no centro do país. O fato era reconhecido até mesmo por parlamentares "trabalhistas", como Maurício de Lacerda, admirador da Constituição estadual gaúcha de 1891, que já então regulara as condições de trabalho dos "proletários a serviço do Estado", e da atuação de Borges na greve de 1917.[16]

Apesar deste precedentes intervencionistas, Borges considerava o Código de Trabalho em debate no Congresso uma "aberração administrativa", que violaria a liberdade dos contratos de trabalho. Pela doutrina do PRR, a intervenção do Estado só poderia se dar "em nome do bem comum da sociedade". O privatismo deveria dominar nas relações econômicas, e a Constituição estadual não permitia leis que regulamentassem "qualquer profissão" ou abrigassem "a qualquer trabalho ou indústria". É verdade que o positivismo ia além do liberalismo ortodoxo ao reconhecer o conflito de classes como parte da "ordem das coisas", mas a defesa da regulamentação das condições de trabalho pelos gaúchos se limitava aos não-cidadãos e retirados do mercado de trabalho (mulheres, crianças e inválidos). Enquanto agiam no sentido de obstaculizar a aprovação de leis federais, os deputados gaúchos pregavam aos empresários que adotassem por iniciativa própria medidas "profiláticas", relativas ao atendimento de necessidades imediatas dos operários. Eventualmente, se dispunham a aceitar a normatização federal em práticas já difundidas no âmbito estadual: "equiparação de jornaleiros a funcionário públicos efetivos, higienização

---

[15] Bodéa, Miguel. *A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho.* Porto Alegre: Pró-Arte/L&PM, 1977. Pp. 37, 45, 75.

[16] Pesavento, Sandra J. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. Op. Cit.* Pp. 168, 170, 171, 174, 199-207; Gomes, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho : política e legislação social no Brasil - 1917/1937.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

das fábricas, seguro social, garantias contra acidentes através das caixas de auxílios, etc.", derivadas de uma visão paternalista que, embora se negando a regulamentar as relações entre capital e trabalho, favorecia "medidas estatais de proteção ao trabalhador industrial que, de resto, era pouco expressivo numa economia pecuarista como a do Rio Grande do Sul". Estas medidas é que teriam criado a imagem do "sucesso do governo estadual no trato com a questão social" em contraposição ao fracasso do governo federal no mesmo campo.[17]

A idéia da intervenção reguladora do Estado no mercado de trabalho só viria a ser incorporada pela "segunda geração republicana", e se expressaria no manifesto da Aliança Liberal, redigido por Lindolfo Collor, no qual se defendia o posicionamento segundo o qual "a proteção aos interesses operários deve ser completa", e a legislação trabalhista básica representaria todo um "novo mundo moral, que se levanta em nossos dias".[18]

"Nossos direitos de homens, de cidadãos e de proletários": as greves de 1929, o Bloco Operário e Camponês e a Revolução de 1930

Bem antes da constituição da Aliança Liberal, entretanto, importantes leis relativas às relações de trabalho haviam, finalmente, sido aprovadas pelo Congresso Nacional. No mesmo momento em que as articulações em favor da chapa presidencial composta por Getúlio Vargas e João Pessoa se desenrolavam, surgiam as primeiras greves pela aplicação incondicional da legislação estabelecida, característica então inovadora para um movimento paredista, mas que se tornaria comum no pós-30, quando a defasagem entre regulamentação estatal e realidade social viria a se acentuar. Quando confrontados com a intensa atividade legislativa do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, em 1931, os próprios empresários gaúchos lembrariam ao governo federal, em sutil tom de ameaça, a dificuldade de passar da norma à prática:

---

[17] Pesavento, Sandra J. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. Op. Cit.* Pp. 208-238; Petersen, Sílvia R. F. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". *Op. Cit.* Pp. 279-280.
[18] Pesavento, Sandra J. *A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho. 1889-1930. Op. Cit.* Pp. 208-238.

> "por ocasião da criação da lei de férias, houve nesta capital uma greve geral, ficando constatado de modo insofismável pelos senhores Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor, a dificuldade de aplicação desta lei."[19]

O surto de paralisações de 1929 começou a 11 de janeiro, quando "a atividade industrial da cidade sofreu [...] um grave colapso, com a declaração de greve de mais de mil operários". De imediato, a grande imprensa expressou a posição ambígua das classes dominantes diante do movimento, pois se era direito de cada um "trabalhar ou deixar de fazê-lo", a greve por outro lado afetava o "interesse coletivo", atingindo a economia, "inclusive o consumo". Até aquele momento, porém, os culpados pela quebra da ordem não pareciam ser subversivos infiltrados mas, o que era ainda mais grave, as autoridades federais constituídas:

> "Se é mau vezo atribuir sistematicamente aos governos a responsabilidade de todos os males que afligem a vida nacional, desta vez, como de muita outras, a imputação será irrecusavelmente legítima".[20]

A razão do problema era a lei de férias aprovada no congresso dois anos antes, cuja aplicação os grevistas exigiam, mas que, na ausência de fiscalização havia se tornado uma "providência arbitrária, de que os patrões são os únicos juízes". Não havendo garantia de que seria cumprida igualmente por todas as empresas do país, a lei seria impraticável em vários setores. Nas fábricas de tecidos, devido às "circunstâncias particulares que as singularizam, pela sua imediata dependência das condições de trabalho nos demais centros produtores do país", um industrial cumpridor da lei ficaria em desvantagem, já que a produção não era toda consumida no mercado interno regional, e "nos outros mercados nacionais de consumo, a lei de férias sofre invariavelmente as burlas inevitáveis, decorrentes da própria desorganização" da fiscalização. Sem que "os demais estados da União" estivessem sujeitos esse regime de trabalho, ele representaria um ônus a debilitar a

---

[19] "Centro da Indústria Fabril. Relatório da Diretoria, 1930-1931. Porto Alegre: Globo, 1932. Pp. 19-22". *Apud:* Reichel, Heloísa (coord.); Carvalho Júnior, Francisco; Lewis, Márcia (pesq.). *Op. Cit.* Pp. 110-111.
[20] *Correio do Povo*, 12/01/29

competitividade da indústria local, o que provava que os legisladores tinham feito uma obra "atabalhoada, incompleta e desorganizadora".[21]

Era inegável que os operários lutavam pelo gozo de um direito adquirido, mas os jornais buscavam justificar a atitude empresarial em nome duma noção de justiça que, em benefício das "classes conservadoras", poderia transcender o rigor jurídico:

> "Boa ou má, a lei de férias está em vigor e, nesse caso, o operariado nacional tem o irrecusável direito de gozar de suas regalias e benefícios.
>
> Mas não é eqüitativo, não é lógico, que esse ônus que se criou para todos os industriais do país e como regalia a todo o operariado nacional, venha recair, exclusivamente, sobre certas circunscrições da República, beneficiando-se as demais desse injustificável regime de exceção."[22]

O alerta, porém, havia soado, e urgia uma intervenção estatal mediando um acordo, antes que a greve se estendesse "a outros ramos de atividade, onde a incompreensão dos deveres e regalias de patrões e operários estão ao sabor de interpretações aleatórias". O secretário do Interior e substituto interino de Vargas no governo estadual, Oswaldo Aranha, prontamente atenderia ao chamado, reforçando as críticas à lei "imperfeitamente elaborada e deficientemente redigida" mas obtendo, apesar deste obstáculo legal, um acordo "a contento dos operários e dos patrões, o que é bem raro acontecer", que encerraria a paralisação no seu segundo dia.

Tal desfecho pronto e positivo seria apenas uma prova do empenho do Executivo estadual em resolver, a bom termo, a questão social:

> "Não estivesse, contudo, o governo do Rio Grande do Sul animado dos melhores propósitos de concórdia, não subordinasse os seus atos como presidente do estado o Sr. Getúlio Vargas, ao mesmo espírito de inquebrantável respeito às praxes de uma verdadeira democracia de que, até agora, não quis desviar-se, que a greve, de pacífica, poderia degenerar em conflito de maior monta, com as correspondentes alterações da ordem

---

[21] *Correio do Povo*, 12/01/29

> pública, e aos mil operários que a sustentaram seguir-se a adesão de outros milhares, irradiando-se pelas demais classes trabalhadoras com o inevitável e costumado concurso das violências e das represálias, da miséria em muitos lares, dos prejuízos materiais sofridos por uns e outros e da justificada inquietação que se alastraria a todas as artérias da vida porto-alegrense e, quiçá, de todo o estado."[23]

A solução "com honra" foi obtida através da recepção dos líderes grevistas por Aranha no seu gabinete, onde lhes explicou que a lei não era cumprida no restante do país, mas prometeu "os seus bons ofícios junto ao Conselho Nacional do Trabalho, no sentido de ser procurada uma solução que concilie os interesses dos patrões e dos operários", enquanto reafirmava o reconhecimento do direito de greve "pacífica". No domingo, dia 14, os grevistas reuniram-se na Praça dos Navegantes, para ouvir do advogado Pinheiro Machado as condições do acordo, ocasião em que foram concitados pelo Dr. Oliverio de Deus Vieira Filho a "cumprirem a palavra empenhada" pelos seus dirigentes e voltarem ao trabalho. A ele, se opôs Carlos Ferrari, conclamando os trabalhadores a não considerarem o compromisso de Aranha como uma vitória, pois as promessas governamentais seriam "meras ilusões". Prevaleceu entretanto o posicionamento de que os operários poderiam contar com o prestígio de Getúlio Vargas para assegurar o cumprimento da lei "não apenas no estado, mas em todo o país".[24]

No transcorrer do movimento não ocorreram incidentes, e a paralisação esteve longe de ser total. Em todas as fábricas houve gente trabalhando, com exceção da Gerdau, cujo proprietário fazia questão de declarar ao jornal que se mantinha "firme em não conceder as férias enquanto a referida lei estiver sem fiscalização", à qual não compareceu um único operário". Na Renner, de 600 trabalhadores, apenas 180 não aderiram. Já no dia 12, porém, uma comissão de grevistas procurou o proprietário, A. J. Renner, e avisou que devido a acordo mediado pelo governo, voltaria ao trabalho na segunda-feira. A fábrica Berta e Bins operou normalmente, enquanto na Bier, metade dos duzentos operários não compareceram. A metalúrgica Wallig não teve adesões à greve, e creditou isso ao fato de

---

[22] *Correio do Povo*, 12/01/29
[23] *Correio do Povo*, 13/01/29

que, assim como a Gerdau e a Renner, praticava o regime de 8 horas, sem se referir à reivindicação específica do movimento. Na Fiação e Tecidos Porto-alegrense, que recentemente fora ultrapassada pela Renner na posição de maior empresa da cidade, 140 trabalharam e 240 fizeram greve.[25]

Janeiro, entretanto, fora apenas um prenúncio. Em março, surgia um novo "movimento grevista na fábricas e padarias". Oswaldo Aranha interveio novamente, solucionando paredes que desta vez duravam mais de uma semana, atingindo entre outras Renner, Fiação e Tecidos e Rio Guahyba, com uma mudança no foco das reivindicações, que desta vez incluíam aumento de salários, 48 horas semanais de trabalho e pagamento adicional de 50% sobre a "féria dos serões". Mesmo após a mediação de Aranha, os Moinhos Porto-alegrense e Riograndense continuam em greve, pois só se dispunham a negociar através da Federação Operária (provavelmente por não possuírem sindicato próprio), condição negada pelos patrões. Os padeiros também continuavam paralisados, até que os proprietários de padarias aceitassem as condições de trabalho pleiteadas pelo sindicato, e o mesmo ocorria com a Fábrica de Calçados Sant'Anna, onde os 200 operários aguardavam um posicionamento do proprietário. Já na Fiação e Tecidos, tudo parecia solucionado, até que a direção da empresa afixou em um mural um cartaz, "consignando, não apenas o horário" de trabalho negociado, mas também "algumas instruções a respeito dos deveres dos operários". Estes, achando que a atitude "colidia com o que ficara acordado", abandonaram o trabalho, levando os demais industriais a se reunir com Aranha e este a procurar a direção da companhia, fazendo com que a mesma modificasse o conteúdo do cartaz. [26]

Foi neste clima de ascensão das lutas operárias que se realizaram as comemorações do primeiro de maio pela recém fundada Confederação Regional do Trabalho (CRT), que consistiram num comício no largo em frente à Intendência, assistido por "numerosos operários, vindos de vários pontos da cidade". O principal orador do evento seria o dirigente da CRT, Plínio Mello, e os trabalhos foram dirigidos por Antônio Candido Thomaz. Na convocação do ato, seus organizadores salientavam que o

---

[24] *Correio do Povo*, 13/01/29, 15/01/29
[25] *Correio do Povo*, 13/01/29
[26] *Correio do Povo*, 19/03/29, 22/03/29.

proletariado do Brasil comemorava a data "em condições excepcionais", como decorrência da política econômica de desvalorização da moeda nacional, que favorecia a ação dos "açambarcadores de gêneros", levando a uma situação "angustiosa", de "miséria e privações", e provocando uma situação em que "o país inteiro é sacudido pelas greves". Portanto, seria a hora da reversão de uma tendência declinante, causada nos anos anteriores não apenas pela repressão, mas por erros na condução das lutas e das organizações dos trabalhadores:

> "assistimos, em 1920-21, à destruição do movimento operário, edificado a custa de tantas dedicações e tamanhos sacrifícios. Todas as conquistas alcançadas foram-se, pouco a pouco, diante da impossibilidade de resistência de um movimento sindical desmantelado. Falta de uma visão clara do caminho que nos há de levar à emancipação, falta de disciplina, de unidade de pensamento e de ação, incapacidade de direção, organização de sindicatos a base de ofício, dispersando as forças operárias, enquanto os capitalistas se unem cada vez mais, concentrando a produção – tudo isso acarretou a derrota do proletariado. [...] Todos os operários dentro dos sindicatos de indústria e de empresa!"[27]

A convocatória da manifestação do primeiro de maio deixava claro também o caráter nacional da nova onda de greves, lembrando que, naquele mesmo momento, a polícia paulista mantinha fechada a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG) e presos os seus dirigentes, em função de um movimento paredista de grande repercussão. Um destaque particular, entretanto, no que diz respeito ao foco destas lutas, deve se dados à pauta de reivindicações, que se concentrava, de um lado, no estabelecimento e no cumprimento de leis de proteção ao trabalho, e de outro na revogação de leis anti-sindicais:

> "Pelo dia de 8 horas de trabalho! Pelo pagamento extraordinário nos serões! Pelo cumprimento da Lei de Férias, de Acidentes de Trabalho e Menores! Aumento de salários de acordo com o aumento do custo de vida! Contra as leis que limitam e suprimem o direito de livre organização operária,

> garantida pela Constituição! Contra as leis que suprimem a liberdade de reunião, palavra e imprensa para os trabalhadores! Contra as leis que arrancam do seio do proletariado os seus militantes, deportando-os para o estrangeiro e para as Clevelândias!"[28]

O ato do dia de luta dos trabalhadores naquele ano ficaria na memória de uma nova geração de militantes operários, recentemente arregimentados para a atuação nos sindicatos e no Bloco Operário e Camponês (BOC). Mais de 50 depois, Elóy Martins lembraria este momento como o seu "batismo de fogo", marcado pelas complexas relações de disputa e confluência que caracterizariam as duas forças políticas emergentes do movimento operário, ou seja, comunistas e getulistas:

> "Quando descíamos a rua da Praia fomos atingidos por uma enorme provocação, não sei se partiu de policiais ou de comunistas ultra-sectários, pois nenhuma faixa ou cartaz tratava o assunto de tal forma. Fomos surpreendidos aos gritos de : '- Abaixo Getúlio!`, '- Morra Getúlio!`.[...]
>
> Quando chegamos na praça 15 de Novembro a Brigada Militar começou a nos cercar. Na travessia para a praça Parobé fomos violentamente atacados, foi uma luta impressionante, a massa não recuou, com os paus dos estandartes, que não eram poucos, procuramos enfrentar os brigadianos. [...] Para mim foi uma grande experiência, do valor da unidade e do instinto de classe. Por cima da brutalidade da polícia de Getúlio, nós colocávamos a unidade dos trabalhadores getulistas e prestistas na luta pelas nossas reivindicações."[29]

A continuidade da agitação operária chamava a atenção da imprensa para as precárias condições de vida dos trabalhadores, e levava as autoridades à busca de medidas visando enfrentar os problema mais agudos que atingiam o operariado e os bairros fabris.

---

[27] *Diário de Notícias*, 01/05/29. *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit* .Pp. 307-311; *Correio do Povo*, 02/05/29.
[28] *Diário de Notícias*, 01/05/29. *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937.* Pp. 307-311.
[29] Martins, Elóy. *Um depoimento político. Op. Cit.* Pp. 35-36.

A reivindicação por uma sub-intendência é levantada, já no início do ano, diante da necessidade de "melhoramentos nos bairros Navegantes e São João", tais como o nivelamento de ruas, instalação de esgoto e pavimentação de trechos de avenidas. Já em junho, o tema central passa a ser "a carestia da vida". O preço do pão, por exemplo, subira para 200 réis por unidade, 1$400 por quilo, o maior até então registrado. Os proprietários de padarias alegavam que a alta se devia ao custo das novas "exigências da diretoria de higiene", mas escondiam que farinha estava mais barata do que nos anos anteriores. O aumento do custo de vida se fazia sentir "principalmente na classe operária, que reside no arrabalde São João", onde um religioso não identificado o apontava como uma das principais causas do trabalho infantil nas fábricas, já que haveriam na região "centenas de famílias que passam a café simples e pão seco porque não tem como comprar leite". Em relação ao problema dos "menores", acreditava que somente seria resolvido com uma combinação de medidas: fim do caráter facultativo do ensino público, barateamento do pão, carne, leite e outros alimentos de primeira necessidade, construção de casas populares e criação de creches.[30]

Nos meses seguintes, "a vida das classes pobres" continuava "se tornando insuportável devido à alta dos gêneros de primeira necessidade". Além do alto custo, padarias como a Brasil e a Garibaldi vendiam o pão abaixo do peso, chegando a cobrar 1$200 por um suposto meio quilo, que de fato pesava 300 gramas. No Navegantes, operários deixavam de comer arroz por causa da alta, e "famílias inteiras viram-se obrigadas a suprimir o pão do seu café da manhã, substituindo-o por farinha de mandioca, que com ele misturam". A própria qualidade da farinha deixava a desejar, sua má aparência e cheiro forte denunciando que poderia se tratar de produto de safras passadas. A imprensa clamava "que os poderes lancem suas vistas para o que se passa na zona dos Navegantes, no meio das classes pobres, onde há um verdadeiro clamor". Um "almoço operário" composto de pão, salame e café virava até mesmo tema de uma crônica publicada pelo *Correio do Povo*, aparentemente visando sensibilizar a classe média e as autoridades em relação à situação.[31]

---

[30] *Correio do Povo*, 15/01/29, 17/03/29, 15/6/29, 16/6/29
[31] *Correio do Povo*, 04/7/29, 05/9/29

Sob este pano de fundo, marcado pela alta visibilidade da questão social, é que se desenrolariam novas greves, embora motivadas por razões distintas, e os rumos dos movimentos começariam a ser marcados por um processo de radicalização. Em setembro, cerca de quinhentos motorneiros e condutores da Companhia Carris Porto Alegrense paralisaram em solidariedade ao seu diretor demissionário, Leovegildo Paiva. Ele deixara a empresa após um desentendimento com G. E. Sands, representante da Companhia Brasileira de Força Elétrica (da qual a Carris era um ramo local) no Rio Grande do Sul, a respeito da circulação de bondes na linha Moinhos de Ventos aos domingos, em função das corridas no prado da "Protetora do Turf", implementada pelo primeiro e desautorizada pelo segundo. Queixando-se do "tratamento grosseiro" que lhe dispensara o americano, Paiva declarava que, nunca obtivera da empresa mais "conforto e vantagens materiais" mas, "como brasileiro", exigia ao menos "que lhe dispensem a consideração a que tem direito". Enquanto Dario Barbosa, 3° delegado auxiliar, era destacado para "acompanhar o movimento" paredista, Oswaldo Aranha, tentava em vão obter um acordo entre Sands e Paiva, obtendo desse o compromisso de ao menos preparar um cartaz agradecendo a solidariedade dos trabalhadores e solicitando a sua volta ao trabalho. Ao mesmo tempo que registravam as tratativas de cúpula, os jornais se inquietavam: "Estarão os comunistas em contato com os grevistas?". O temor era despertado pelo fato de que "homens de nacionalidade estrangeira", haviam sido vistos perto da estação, sugerindo que os grevistas aproveitassem a mobilização para reivindicar um aumento salarial, o que de fato passou a ocorrer.[32]

Logo porém, uma comissão de grevistas visitou Aranha, solicitando garantias de retorno aos "lugares que exerciam" antes do movimento e acertando o restabelecimento do "tráfego transviário" para o mesmo dia. A direção da Carris aceitava o acordo e, ao mesmo tempo, anunciava que a demanda por reajuste era improcedente, já que os motorneiros estavam de salário aumentado em 1$500 por hora desde o início do mês em curso. Quando a comissão de grevistas se retirava do gabinete de Aranha, "satisfeita com os resultados obtidos nesta conferência", destacou-se porém uma voz dissonante:[33]

---

[32] *Correio do Povo*, 10/09/29
[33] *Correio do Povo*, 11/09/29

> "o indivíduo Pelagio Gil, que, em altas vozes, declarava que não se devia acreditar na palavra do governo e que a greve deveria continuar.
> Pelagio Gil foi preso, sendo imediatamente conduzido à Chefatura de Polícia, sendo ali interrogado pelo Sr. Dario Barbosa.
> Essa autoridade constatou ser Pelagio Gil, além de comunista, secretário da Confederação Regional do Trabalho.
> Pelagio Gil ficou detido."[34]

A CRT, que se auto-definia como uma "organização que luta pela emancipação da classe trabalhadora do jugo capitalista", imediatamente, atacou a "reação burguesa", explorando a semelhança entre a ação policial estadual e a do governo federal, ao qual o primeiro se opunha. Ao mesmo tempo, criticava a complacência dos líderes operários getulistas para com a repressão:

> "A polícia 'liberal' com este ato demonstrou igualar-se aos beleguins policiais de Júlio Prestes e Washington Luís que praticam diariamente atos monstruosos contra o proletariado, quando este quer lutar contra a exploração e opressão de que é vítima.[...]
> TRABALHADORES! Nesses momentos em que vemos os nossos filhos morrerem à míngua de pão, morrerem de tuberculose e outras moléstias nas fábricas. Agora que nos falta o dinheiro para os gêneros de primeira necessidade, a burguesia veio ainda mais aumentar a nossa chaga, procurando arrancar a nossa única arma, a nossa organização. [...]
> Nem mais um operário fora dos sindicatos!
> Abaixo o partido 'operário' nacional, organização policial para desvirtuar o proletariado da luta contra a classe capitalista"[35]

A prisão de Gil, assim como o aumento da vigilância policial, não impediram a continuidade da agitação operária, que gradativamente assumia um caráter mais explicitamente político. Em outubro, quando o *Correio do Povo* inaugurou a coluna "Vida Operária", definindo um espaço específico para o registro da intensa mobilização que

---

[34] *Correio do Povo*, 11/09/29
[35] "Processo de Expulsão de Marcos Piatigorski, Leon Piatigorski, Nicolau Artzvenco, Simão Brodin e Pelayo Gil Ribas". MNJI Caixa IJJ7/172. AN-RJ. Fls. 21.

marcou o período, uma das suas primeiras notícias a ser nela incluída era a do lançamento local, numa reunião dos "operários residentes em São João e Navegantes", do Bloco Operário e Camponês (BOC), visando "arregimentar os trabalhadores para que façam política independente, de classe e não se deixem arrastar pelos partidos não proletários".[36]

Como uma de suas primeiras ações, o BOC organizou reuniões de solidariedade aos grevistas da Renner, que "após 28 dias de resistência pacífica", haviam sido colocados em *lock-out* pela empresa. Foi desencadeada uma campanha de auxílio para assegurar o sustento destes trabalhadores, e a CRT enviou uma carta às entidades filiadas, apelando para que dessem a sua contribuição. Realizaram-se também atos públicos de denúncia da atitude patronal, como um comício na Praça Navegantes, no qual Plínio Mello, em seu discurso, destacou as "vantagens da organização operária". Ele relembrava que na origem da situação dos trabalhadores da Renner não estava apenas a greve, mas também o caso da operária Sophia Paproska, que havia sido "maltratada" pelo porteiro da firma. O *lock-out* contra operários e operárias seria uma retaliação contra aqueles "considerados os mais exaltados ao lado dos companheiros despedidos", e que haviam, "ao mesmo tempo, tomado iniciativas, junto à polícia, em favor da operária Paproska". O BOC também organizou atos de apoio a outras greves que ocorriam no período no estado, como a dos mineiros de São Jerônimo e a dos gráficos de Pelotas, assim como de protesto contra o atentado sofrido pelos grevistas da Fábrica Barreto, em Niterói.[37]

Outro grande processo de mobilização desencadeado pela CRT e pelo BOC visava à comemoração do 12° aniversário da Revolução Russa. A preparação dos festejos foi longamente debatida em reuniões específicas do Centro dos Jovens Proletários, da Federação de Esportes Proletários e do Comitê das Mulheres Trabalhadoras, assim como dos Sindicatos dos Operários em Indústrias de Couros, Peles e Calçados; dos alfaiates e classes anexas (indústria do vestuário); do mobiliário; e dos trabalhadores em hotéis, bares e anexos. O BOC realizou também um comício preparatório, na Praça Pinheiro Machado, arrabalde de São João, onde oradores de todas as organizações se pronunciaram, sendo o mesmo seguido por uma passeata na qual as associações portavam suas respectivas bandeiras, enquanto os militantes distribuíam panfletos convocando para o ato massivo, a

---

[36] *Correio do Povo*, 01/10/29

[37] *Correio do Povo*, 03/10/29, 08/10/29, 09/10/29, 10/10/29, 16/10/29, 20/10/29

ser realizado no dia 7 de novembro, às 3 da tarde, na Praça dos Bombeiros. No panfleto, justificava-se a importância de tal manifestação para o movimento operário local:[38]

> "A URSS é a aliada natural e a esperança suprema das classes laboriosas e oprimidas do mundo inteiro, que nela tem o exemplo prático da constituição e do funcionamento da verdadeira democracia, do governo do trabalho. Ela é ainda o baluarte irredutível, o ponto de apoio dos povos que lutam contra o imperialismo.
>
> O Bloco Operário e Camponês inscrevendo como um dos princípios fundamentais de seu programa político o reconhecimento 'de jure' da União Soviética, não poderia deixar passar desapercebida a gloriosa data que marca no movimento de libertação mundial do proletariado, a etapa inicial de sua verdadeira emancipação."[39]

A defesa da "pátria dos trabalhadores" era acompanhada pela reivindicação de medidas imediatas voltadas à melhoria das condições de vida da classe, que passavam também pela efetivação da ainda escassa legislação social brasileira:

> "- Queremos casas baratas para os operários!
>
> - Exigimos o cumprimento integral das leis de férias, acidentes e menores!"[40]

O grande ato, afinal, começou no local previsto e foi seguido por uma passeata, encerrando-se com uma concentração em frente à sede da CRT, na Praça Parobé. Aí, desenrolou-se um comício, aberto por Plínio Mello, que foi sucedido na tribuna por representantes de diversas organizações operárias da capital e de algumas cidades do interior do estado: Uniões dos Operários em Fábricas de Tecidos (Coradino de Assis), da Indústria de Couros, Peles e Calçados (Angelo Lafuentes) e dos Trabalhadores da Construção Civil (Miguel Barrealo); Federações dos Esportes Proletários (Jacob Koutzii) e dos Jovens Proletários (Oscar Zitler Ribeiro); PCB (Setembrino Palma) e Juventude Comunista de Porto Alegre (Mário Flores); Comitê das Mulheres Trabalhadoras (Dolores Robles e Eugênia Aveska); Centro Trabalhista Taquarense (Lário Soares e Firmino

---

[38] *Correio do Povo*, 20/10/29, 23/10/29, 25/10/29, 27/10/29, 03/11/29, 06/11/29

[39] "Processo de Expulsão de Marcos Piatigorski, Leon Piatigorski, Nicolau Artzvenco, Simão Brodin e Pelayo Gil Ribas". MNJI Caixa IJJ7/172. AN-RJ. Fls. 34.

Siqueira); Federação Operária de Pelotas (Tolentino Marques Cardoso); e, finalmente, Liga dos Trabalhadores de Santa Maria (Felipe Garcia). Eles saudavam os "resultados do movimento revolucionário do proletariado na Rússia em comparação à situação do proletariado em todo o mundo", e a decisão do BOC em não apoiar nem "candidatos reacionários", nem a Aliança Liberal nas eleições próximas, lançando candidatos próprios. Houve ainda protestos contra a recente dissolução de um congresso operário pela polícia do Rio de Janeiro, mas em Porto Alegre, a manifestação terminou sem incidentes, ao som de uma banda de música que tocava "A Internacional", "cantada toda vez que falava cada orador".[41]

O ato foi considerado tamanho sucesso que a CRT passou a enviar fotos do mesmo para os sindicatos ainda não filiados do interior e da capital, como uma espécie de cartão-de-visita. Em seguida, a Confederação lançaria a convocação de um Congresso Operário para janeiro do próximo ano, num novo comício, em que se voltava a protestar contra a ação policial na capital federal, desta vez dissolvendo o ato pelo aniversário da Revolução Russa, onde o BOC lançaria seus candidatos à sucessão presidencial.[42]

Imediatamente após estas manifestações públicas, que pela primeira vez davam visibilidade às diversas organizações de massas articuladas pela militância comunista, ocorreria uma nova tentativa de greve na Carris, denunciada desde o início como sendo "insuflada por elementos" vinculados a esta tendência política. Segundo a versão inicialmente divulgada pela imprensa, a Liga dos Operários Republicanos (LOR), articulada ao Partido Republicano Riograndense, teria convocado a pedido dos funcionários da empresa, uma assembléia para o dia 08 de novembro, visando organizar um sindicato que atuasse dentro de uma "política de cooperação" de classes. No momento em que a reunião se iniciava, Plínio Mello e Manoel Pereira teriam incitado os operários a se filiarem à CRT, prometendo a conquista de aumentos de salários, e teriam tido a palavra cassada pela mesa. Sendo fundada no mesmo encontro a União Sindical dos Operários da Carris, sua diretoria, composta por Cypriano Coimbra, Dorval Medina e Dorival Marques dos Santos, foi imediatamente demitida pela Companhia. O pretexto para a retaliação era a

---

[40] *Idem*. Fls. 34.
[41] *Correio do Povo*, 08/11/29, 10/11/29.
[42] *Correio do Povo*, 14/11/29.

acusação de serem os novatos sindicalistas também comunistas mas, independentemente disso, a Carris frisava a "proibição terminante de quaisquer organizações desse caráter por parte dos operários por ela contratados". Os grevistas chegaram a procurar o desembargador Florêncio de Abreu, chefe de Polícia, para que interviesse em seu favor, mas o delegado Dario Barbosa, encarregado de verificar a questão, corroborou a visão da firma de que a "pretendida organização da União Sindical obedecia a uma infiltração comunista, chefiada por elementos conhecidos como agitadores de greves". A intransigência em reconhecer o sindicato acabou sendo, ela sim, o principal elemento detonador da greve, convocada como uma reação da classe à atitude patronal de por "no olho da rua os nossos abnegados companheiros 50, 108 e 193", e na qual se demandavam 15 reivindicações distintas, da readmissão dos demitidos a aumento de salários, passando pela demissão de 3 auxiliares de tráfego. Os grevistas denunciavam ainda que:

> "os 'americanos' mandam mais em nosso país que as nossas próprias autoridades; a liberdade de associação que nos é garantida por lei, a ela não temos o menor direito dentro da Carris". [43]

Paralelamente, a CRT vinha a público para esclarecer que a sua função era de luta econômica e, portanto, não de agitação comunista, embora reconhecesse "o PCB como o único partido que luta pelos trabalhadores". Sua versão para a origem do incidente da fundação da união era bastante distinta, alegando a Confederação ter sido convidada por operários da Carris para auxiliar na sua organização, enquanto a LOR "centro de exploração eleitoral do operariado porto-alegrense" é que teria se intrometido no processo sem ser chamada. A greve, explicava ainda a CRT, fora causada pelas demissões, não por agitação, e deveria ser vista não como uma ação com "o intuito de perturbar a ordem pública", mas como "o uso de um direito de que podem e devem lançar mão os trabalhadores na conquista de suas reivindicações tanto econômicas como políticas".[44]

Enquanto a CRT seguia no seu trabalho de organização sindical, que culminaria em janeiro de 1930 na realização de um congresso operário estadual, o BOC preparava-se para a campanha eleitoral, organizando comitês em bairros, como o Monte Serrat e a Tristeza,

---

[43] *Correio do Povo*, 19/11/29

onde, após uma visita preliminar do Comitê das Mulheres Trabalhadoras, se organizou uma conferência operária local. Estruturou também uma comissão de propaganda e realizou comícios na praça Montevidéu, em frente à intendência, para a distribuição de um manifesto de apresentação dos seus candidatos a uma vaga de senador e três de deputado nas eleições do ano seguinte.[45]

No início de 1930, entretanto, a atuação do BOC passaria a ser marcada cada vez mais por uma complexa mistura de agitação política legal e trabalho conspirativo, que acabaria fornecendo a justificativa para que uma dura repressão sobre ele se abatesse, levando à prisão e à deportação de vários de seus líderes.

Em fevereiro, Napoleão de Alencastro Guimarães, primeiro-tenente do Exército, se encontrava de serviço no 7° Batalhão de Caçadores quando, à hora do almoço, teve a sua atenção despertada pela conversação travada, através de uma janela voltada para os lados da praça Argentina, entre "o praça que o servia" e um civil que, pelo lado de fora, "se achava encostado à dita janela." Aproximando-se, Guimarães percebeu que se tratava de uma "incitação à rebelião". O desconhecido dizia ao militar

> "que, num caso de guerra, ou de desordem, ele, soldado, não deveria atirar contra os amotinados, pois que todos eram irmãos, mas deve voltar suas armas contra os oficiais, a quem não deviam obedecer".[46]

Em seguida, o praça em questão, Santo Trevisano, "soldado de rancho da segunda companhia", recebeu de seu interlocutor um número de *A Classe Operária*, jornal do PCB, que deveria entregar "aos presos políticos que houvessem no dito quartel". Trevisano negou conhecer quem lhe entregara o jornal, que na época se constituía no principal instrumento de propaganda comunista, contando, em Porto Alegre com um número expressivo de leitores, já que montavam a 200 apenas aqueles que, no final de 1929, não haviam pago a renovação das suas assinaturas.[47]

---

[44] *Correio do Povo*, 27/11/29
[45] *Correio do Povo*, 12/10/29, 18/12/29, 25/12/29, 28/12/29
[46] "Processo de Expulsão de Marcos Piatigorski, Leon Piatigorski, Nicolau Artzvenco, Simão Brodin e Pelayo Gil Ribas". MNJI Caixa IJJ7/172. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Fls. 15.
[47] *Idem*. Fls. 15-16, 33.

O episódio poderia facilmente ser considerado um embuste armado para justificar a vigorosa repressão que se seguiu à militância comunista na cidade em nome do combate à subversão. O fato, porém, é que a tentativa de, com base numa análise peculiar da conjuntura política nacional, desencadear um movimento insurrecional era explicitada pelo material de propaganda apreendido em poder dos membros do BOC, além de reiterado de forma complementar por vários depoimentos distintos.

Enquanto Santo Trevisano recebia *A Classe Operária*, os soldados da Brigada Militar eram o público visado pelo folheto "Pela greve dos soldados", que os conclamava não apenas a aderir ao movimento operário, mas também a armá-lo:

> "Na caserna, vivemos pior do que os operários! Rancho infame! Soldos miseráveis! Etapas reduzidas! Obediência cega de escravos. E em nossos lares, mulher, mãe pai, filhos, pobres como nós, a passarem fome.
>
> Somos homens e nos tratam como escravos!
>
> Somos cidadãos e não podemos votar!
>
> Como acabar com isso? Como conseguiremos os nossos direitos de homens, de cidadãos e de proletários? [...]
>
> A nossa salvação está na união com os nossos companheiros de classe, os operários, que nunca se esquecem de nós [...]
>
> Preparemos a greve geral e armemos os nossos companheiros de classe, os operários!
>
> Viva a vitória da greve dos soldados!
>
> Comitê militar de reivindicações dos soldados da Brigada Militar"[48]

As armas nas mãos dos operários seriam uma necessidade para a constituição do "Comitê operário e camponês de luta contra a intervenção no Rio Grande do Sul", oferecendo uma alternativa de esquerda aos preparativos militares desencadeados nos primeiros meses de 1930 pelo governo do estado com vistas a contestar o resultado do processo eleitoral em curso para a presidência da República e a resistir a uma ameaçada ingerência do governo federal:

---

[48] *Idem*. Fls. 14.

> "Os 'liberais' procuram lutar contra a intervenção organizando as chamadas 'ligas anti-intervencionistas'. Tais ligas, entretanto, não podem merecer a confiança dos trabalhadores porque são organizações burguesas, destinadas a defender os interesses da classe patronal; constituem elas o embrião de futuras legiões fascistas que irão esmagar o proletariado, se este, desde já, não procurar desmascará-las por todos os meios.
>
> Só a organização de grupos armados genuinamente proletários, de trabalhadores das cidades e dos campos, poderá oferecer resistência à invasão das tropas do governo federal. E, também, só desse modo é que poderão os trabalhadores do Rio Grande do Sul minorar a situação de miséria a que se verão arrastados."[49]

É claro que o governo do PRR não assistiria passivamente a esta pretensa concorrência na condução do processo revolucionário, e a polícia de Pelotas não hesitou em dissolver uma passeata do comitê local "de Operários e Camponeses contra a Intervenção", que saíra pelas ruas

> "exigindo armas para a luta contra a intervenção federal de Washington Luís e Júlio Prestes, lacaios do Imperialismo Inglês e contra o Separatismo que vem sendo preparado pela mistificação das liga Anti-Intervencionistas organizadas pela Aliança Liberal *que visa o separatismo e implantar o fascismo no Rio Grande do Sul entregando-o aos banqueiros da América do Norte.*"[50]

A súbita mudança de conjuntura que colocara a questão da sucessão presidencial e da luta contra a intervenção federal no centro da ação do BOC, ainda se misturava com a pauta de reivindicações sindicais que marcaram a primeira metade de 1929, e no mesmo panfleto se reivindicava itens de natureza tão distintas quanto os seguintes:

- "Pelo cumprimento das leis que beneficiam o proletariado! [...]
- Higiene e luz nos bairros operários! [...]

---

[49] *Idem*. Fls. 20.
[50] *Idem*. Fls. 24.

- Armas para os 'Comitês de Operários e Camponeses de luta contra a Intervenção e o Separatismo'"[51]

Conforme declarações posteriores do militante da CRT Antonio Jacob Schimdt à polícia, no início de 1930 travavam-se dentro da entidade discussões sobre a possibilidade de um levante operário, havendo entretanto polêmica sobre a data mais adequada para tal. As discussões se teriam acentuado após a visita de Fernando Lacerda, do Comitê Central do PCB, ao estado. Militares, de número e patente não especificados, estariam participando das confabulações. Outro militante, Luiz Brandão Birnfield, que se declarava simpatizante do PCB, confirmava a orientação dos panfletos, para que, havendo uma greve geral e uma revolta operária, "os soldados fizessem causa comum com os amotinado, desobedecendo os oficiais", e assegurava que "tanto no Exército como na Brigada Militar existem adeptos do comunismo". Jacob Koutzii, o representante da "Federação de Esportes Proletários" teria ficado encarregado das reuniões com estes militares quando elas deixaram de ser feitas na sede da CRT.

No material de divulgação apreendido com os militantes do BOC, percebe-se que a preparação para um cenário de luta armada derivava não apenas da análise da conjuntura nacional, mas também de uma leitura sobre a situação internacional, na qual os comunistas identificavam uma tendência à repetição do cenário de guerra mundial, desta vez polarizada entre Inglaterra e Estados Unidos. A guerra seria parte da disputa pela hegemonia econômica internacional e da necessidade capitalista de desenvolver a indústria armamentista e consumir estoques de produtos gerados pelo aumento da produtividade industrial. O dado novo era que, para dar continuidade à reação desencadeada pelos capitalistas após a primeira guerra, seria necessário destruir a União Soviética:

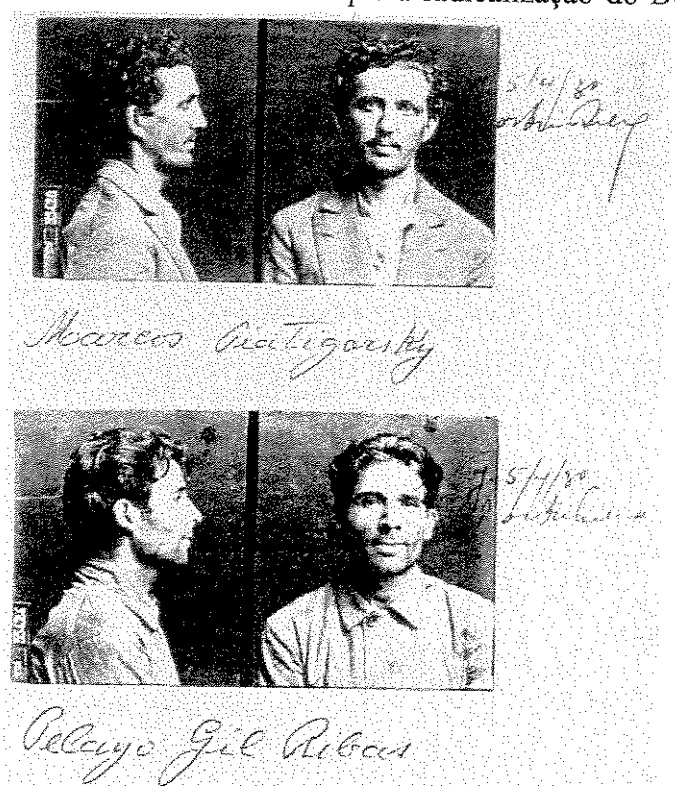
> "Os países que lutaram em nome da 'democracia', tanto vencidos quanto vencedores, tiram aos trabalhadores todos os direitos e oprimem barbaramente aos povos coloniais. [...] A classe capitalista mundial não recuará de boa vontade do propósito de esmagar o país dos trabalhadores. [...] Desde já precisamos explicar aos operários o caráter das guerras capitalistas, diariamente devemos lutar pela união de todos os oprimidos e pregar a fraternidade de todas as vítimas da opressão capitalista e, se a

---

[51] *Idem*. Fls. 24.

guerra estalar contra a vontade da classe operária as armas que nos serão entregues para o assassinato recíproco, deveremos voltá-las contra os provocadores das guerras."[52]

É verdade que a radicalização do BOC, ao explicitar a orientação de armar os operários nunca ultrapassou, efetivamente, o plano da retórica. O governo gaúcho, por outro lado, não perdeu a oportunidade que a pregação insurrecional lhe oferecia para abater a atuação da esquerda. Em abril de 1930, apesar do caráter progressivamente acentuado da sua crise de relacionamento com o governo federal, não hesitou em lhe entregar, para efeitos de deportação, os militantes estrangeiros Marcos Piatigorski, seu irmão Leon e seu cunhado Simão Brodin além de Nicolau Artzvenco e Pelayo Gil Ribas, presos em Porto Alegre e São Leopoldo, alguns deles quando preparavam-se para deixar o país rumo ao Uruguai. Destes, Brodin foi o único que alegou não fazer parte do ou ao menos simpatizar com o PCB.[53]



Identificações criminais de Marcos Piatgorsky e Pelayo Gil Ribas. AN-RJ.

Uma análise da trajetória destes organizadores operários, assim como de suas declarações à polícia, nos ajuda a melhor compreender sua leitura do momento político, assim como as motivações que orientavam sua atuação. Marcos Piatgorsky já militava no Rio de Janeiro, de onde veio para Porto Alegre em outubro de 1929, trazendo uma carta de apresentação do Comitê Central do PCB, assinada por Otávio Brandão. Com o nome de

---

[52] "Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul – Comissão Executiva do Bloco Operário-Camponês – Comitê Executivo Regional do Rio Grande do Sul". Porto Alegre, 26/07/29. *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* Pp. 313-316.

guerra "Jeca", tinha a tarefa de encontrar com Plínio Mello para orientar-lhe sobre a nova linha política, preconizando que o partido mantivesse o operariado "em constante agitação" e organizasse "grupos de defesa dos comícios", de modo a se preparar para, no cenário da luta política entre as oligarquias evoluir para a luta armada, "aproveitar a oportunidade para lançar-se à frente das massas e conseguir diversas reivindicações sociais, transformando a guerra civil em uma revolução agrária e anti-imperialista". Marcos entretanto, lamentava que durante as últimas manifestações de rua do BOC houvessem ocorrido alguns excessos, que classificava como "abusos de legalidade", e se dizia disposto a abandonar o partido.[54]

Já o jovem Leon Piatgorsky, de 17 anos, declararia à Polícia que sua relação com o movimento se iniciara no ano anterior, também no Rio de Janeiro, quando procurara a União Regional dos Operários da Construção Civil, a fim de "conseguir colocação", e recebera como presente um exemplar de *A Classe Operária*, após a leitura do qual passara a considerar-se "simpatizante do comunismo", já que avaliava que "o proletariado carecia de certas prerrogativas que só com aquele regime seria possível". Vindo para Porto Alegre em janeiro de 1930, alegava ter freqüentado a CRT também em busca de vaga no mercado de trabalho. Seu prontuário na polícia carioca, porém registrava um engajamento maior do que aquele que Leon buscava demonstrar. Com o nome de guerra "Theodoro Xavier", fora detido a 18 de maio de 1929, na Praça Mal. Floriano, "quando aguardava a realização de um comício de propaganda comunista, apreendendo-se em seu poder livros do referido credo político". A 20 de junho daquele ano, teria sido novamente preso na sede dos 'jovens proletários do Brasil', "como medida de repressão ao movimento comunista".[55]

Nicolau Artzvenco, por outro lado, era entre os estrangeiros aquele que há mais tempo se encontrava em Porto Alegre. Ingressara no sindicato dos marcineiros, em 1926, e fora convidado por Salomão Grimberg para se filiar ao PCB em 1929. No partido, chegara a fazer parte do Comitê Regional, freqüentando a sede e organizando manifestações, além de pertencer à Célula UR. Buscando desvencilhar-se da movimentação insurrecional articulada pelo BOC, Artzvenco explicaria à polícia que se encontrava afastado da atuação

---

[53] Sobre a trajetória migratória destes militantes, ver Capítulo II.

[54] Os próximos parágrafos, quando não indicado, baseiam-se nos vários "Termos de Declaração" incluídos em: "Processo de Expulsão de Marcos Piatigorski, Leon Piatigorski, Nicolau Artzvenco, Simão Brodin e Pelayo Gil Ribas". MNJI Caixa IJJ7/172. AN-RJ.

partidária, e que, no tempo em que militara, "o trabalho dentro do partido era apenas de organização sindical".

O espanhol ou argentino (a identificação varia em diferentes depoimentos) Pelayo Gil Ribas, o único dos imigrantes não classificado como "russo", datava seu ingresso na militância comunista de 1927, quando conhecera Artzvenco, e A. Petroski. Na ocasião da prisão, também dizia ter-se afastado há dois meses da organização, "devido à diretriz que ultimamente imprimiram a esse partido". Ribas, integrante da Célula MR, que fora "incumbido da organização sindical" do partido até o ano anterior, declarava reprovar muitos dos "cartazes com dizeres" que estavam presentes nas manifestações recentes do BOC e da CRT, assim como os "excessos de alguns companheiros durante as referidas manifestações". Entretanto, mantinha as suas opções ideológicas, destacando que

> "arregimentou-se em sindicato, aceitando as idéias de reivindicação operária; que não renega o seu credo; que não é, a rigor, comunista, mas, como simpatizante, conhece no comunismo um regime ideal para os trabalhadores; que independentemente das pregações a que assistiu, o declarante, por temperamento, está com o comunismo, não como inimigo da sociedade [...], porém, do capitalismo."

Para ilustrar sua discordância com as diretrizes recentes do partido, Ribas lembrava que num comício de comemoração a Lênin, em janeiro de 1930, os operários haviam agido 'convenientemente', e que tudo transcorria "dentro da ordem", até que o surgimento de cartazes de "abaixo o capitalismo", tivesse quase provocado a degeneração do ato "em conflito, unicamente porque elementos políticos se intrometeram, desvirtuando o sentido da manifestação".

Ele fora, em 1929, o secretário geral da CRT, presidida por Plínio Mello. Este último era então um militante político já experiente que em 1922, aos 22 anos, participara da campanha oposicionista de Assis Brasil ao governo do estado do Rio Grande do Sul, e após o fracasso da Revolução de 1923, passaria a estudar na Faculdade de Direito de São Paulo, período no qual, sob influência de Lívio Xavier e Mário Pedrosa, ingressou no PCB.

---

[55] "Prontuário nº 15.874, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Departamento Federal de Segurança Pública". Aperj, Fundo DOPS.

Mello já fora responsabilizado pelo partido, em 1927, por "discutir com os comunistas gaúchos a influência e a importância da pequena burguesia, representada por Luís Carlos Prestes" na linha política adotada pelo partido para o país. Em 1929, voltaria novamente a Porto Alegre, encarregado de estabelecer contato com a Coluna Prestes, "levar as resoluções do III Congresso" nacional do partido aos militantes do estado e sair candidato a deputado pelo BOC.

Diante do crescimento da mobilização operária, foi procurado, no final daquele ano por um oficial, "a mando do Oswaldo Aranha, para um entendimento". Aranha, "um sujeito muito insinuante" questionou-o sobre o que considerava ser uma atitude de rompimento com a Frente Única Gaúcha, provavelmente referindo-se à antiga ligação de seu interlocutor com os liberais no estado. Frente à resposta de Mello que, se definindo como comunista explicitou sua oposição tanto a Vargas quanto a Júlio Prestes, o secretário do Interior gaúcho teria insistido na busca de uma "combinação", insinuando a hipótese de suborno, enquanto por outro lado definia-se como um "menchevique", ao qual os "bolcheviques" deveriam se unir na conjuntura revolucionária que se esboçava. A negativa de Mello à colaboração teria custado a repressão ao BOC gaúcho e, a quinze dias das eleições, sindicalistas, estudantes e candidatos ligados ao bloco foram presos, torturados nas dependências da Brigada Militar e deportados, para o exterior, no caso dos estrangeiros acima citados, e para outras regiões do país, no caso dos brasileiros.[56]

A discussão de Mello com Aranha pode ser considerada emblemática dos encontros e desencontros entre o movimento operário e a idéia de revolução no período. Enquanto esta era concebida por parte de uma nova geração de militantes operários na ótica da "guerra de classes", capaz de abrir espaço para a conquista das "prerrogativas" que somente o comunismo possibilitaria, o processo "revolucionário" efetivamente em curso, desencadeado pelos conflitos no interior das classes dominantes, lhes oferecia, como únicas alternativas, um papel subordinado ou a repressão pura e simples. Embora potencialmente útil para as elites dissidentes, a nova fase de organização e mobilização operária tinha de ser mantida em um rígido enquadramento. Como analisa De Decca,

---

[56] "Plínio Mello". Seção Memória, *Teoria e Debate*, nº 7, julho-setembro de 1989. Pp. 30-32.

> "as diversas forças políticas do período não se viram amedrontadas pela execução de um programa político capaz de constituir o governo operário e camponês, mas sim porque tal programa, mesmo que fragilmente desenvolvido, apareceu definido na órbita de um partido dos trabalhadores, cuja existência tornou-se progressivamente incômoda tanto para o governo quanto para a oposição."[57]

Vista da ótica da base operária, entretanto, a equação entre os distintos e contraditórios elementos em jogo na conjuntura assumiria uma configuração distinta. Nas memórias de Elóy Martins, em 1930 um jovem recém ingressado no BOC, eram as possibilidades abertas pelo novo momento histórico, e não a derrota de uma suposta oportunidade revolucionária que prevaleceriam:

> "No Rio Grande do Sul havia uma enorme contradição, as massas eram getulistas e prestistas, somente os comunistas tinham posições firmes contra Vargas, os elementos fracos politicamente, como eu, achavam que o movimento de 30 favorecia os trabalhadores."[58]

"Os direitos que se dizia existir em lei": a greve dos padeiros de 1933/1934

Ação

Após a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), em 1931, com a intensa atividade legislativa desencadeada no período em que Lindolfo Collor esteve a frente da pasta, o movimento operário entrou em compasso de espera em relação às mudanças que os novos direitos sociais estabelecidos trariam às condições de vida dos trabalhadores. Quando Salgado Filho assumiu o Ministério, em 1932, a expectativa começava já a transformar-se em impaciência, diante do sistemático descumprimento da legislação pela imensa maioria dos empresários e da impotência, ou falta de vontade política, do governo provisório em assegurar a sua efetivação.

---

[57] De Decca, Edgar. *1930: O silêncio dos vencidos. Op. Cit.* P. 205
[58] Martins, Elóy. *Um depoimento político. Op. Cit.* Pp. 35-36.

Em Agosto de 1933, o Ministério baixava o decreto número 23.140 sobre as condições de trabalho na indústria da panificação, que estabelecia entre outros itens a semana de trabalho de 48 horas semanais, a jornada de 8 horas e o repouso dominical, salvo convenção coletiva em contrário.[59] Imediatamente, o Sindicato dos Padeiros de Porto Alegre passa a pressionar a Inspetoria Regional do Trabalho (IRT) no sentido de que esta garanta o cumprimento da nova lei, pela qual o trabalho não reiniciaria aos domingos antes das 24 horas. Por seu turno, os empresários do setor realizam a contraproposta de uma convenção estabelecendo o reinício do trabalho aos domingos às 20 horas no verão e às 18 no inverno.

Não havendo acordo, ambas as partes passam a debater através da imprensa sobre a viabilidade de oferecer pão novo à população na manhã de segunda-feira com o gozo integral do repouso dominical. Segundo os patrões, este último implicaria em que o fornecimento do produto só se regularizasse às 16 horas daquele dia. Os padeiros, por outro lado, sustentavam que o mesmo já estaria assegurado às 8 da manhã. Criado o impasse, os trabalhadores não comparecem ao trabalho no domingo, 29 de outubro de 1933, sem deixar de destacar que não se encontram em greve (o que a lei não permitia) e que quem inviabilizava a continuidade dos trabalhos eram os patrões, ao desrespeitarem a legislação.

Paralelamente, a IRT recusa-se a aceitar a intervenção da Federação Operária do Rio Grande do Sul (Forgs) no caso, em função do não reconhecimento desta entidade pelo Ministério do Trabalho. Em represália, a Forgs convoca uma assembléia da qual participam 25 sindicatos que decidem, todos juntos, devolver as suas cartas sindicais e partir para a livre sindicalização. Argumentam os sindicalistas que, após três anos de legislação social "revolucionária", os trabalhadores ainda não haviam sentido os seus benefícios, e que 108 reclamatórias trabalhistas encaminhadas à IRT haviam tido solução favorável aos empregadores. A decisão de rejeitar a oficialização das entidades segundo o decreto 19.770, que regulamentava a sindicalização, é comunicada ao ministro do Trabalho através de um

---

[59] As informações fundamentais da primeira parte deste artigo baseiam-se na imprensa diária do período e podem ser também encontradas em Lucas, Maria Elizabeth da S. *A Federação Operária do Rio Grande do Sul e o movimento operário gaúcho de 1931 a 1935*. Porto Alegre: Monografia (Bacharelado), IFCH/Ufrgs, 1978 e Machado, Carmem Lúcia B. *O movimento operário sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937. Op. Cit.*

telegrama, onde se exige o afastamento do inspetor Regional do Trabalho, Ernani de Oliveira.

Seguiram-se diversas tentativas de mediação do conflito, todas infrutíferas. A tensão se acentua e os proprietários de padarias reagem ao aumento da pressão sindical com a demissão de ativistas ao longo do mês de novembro. Com este acirramento, o confronto extrapola definitivamente o seu caráter setorial, com as negociações envolvendo de um lado o Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (Cinfa) e do outro lado a Forgs, recentemente refundada. A entidade patronal busca destacar a disponibilidade de realizar concessões por parte do empresariado (que estaria expressa, por exemplo, na proposta de restringir o trabalho nas padarias aos sindicalizados) e critica o que considera demonstrações de intransigência dos trabalhadores, que não aceitam realizar uma convenção regulamentando (e restringindo) a aplicação da lei. Já a Forgs radicaliza sua posição, e passa a exigir o direito de greve.

O sindicato dos padeiros delibera pela "retirada do trabalho para aguardar a solução do problema" dos seus 350 associados. O lado patronal reage com a demissão dos grevistas (que no dia 18 de dezembro já chegavam a 400) e com o início de novas contratações. Diariamente reúnem-se os operários na sede da sua Federação e passam a aguardar a visita do ministro do Trabalho à capital gaúcha (programada para breve) para exigir o cumprimento da lei. A greve (o termo é cautelosamente evitado) prossegue, como destaca o Sindicato: "graças à solidariedade material do operariado em geral."[60]

No começo de Janeiro o fiscal e o sub-fiscal da Inspetoria Regional do Trabalho (respectivamente Israel Rangel e João Lattuada) passam a autuar padarias que não cumprem o decreto 23.104, sendo acusados pelos patrões de desvirtuarem o seu papel de mediadores, assumindo a defesa dos trabalhadores, o que contraditaria a máxima de Salgado Filho, "esclarecer antes de punir". A resposta de Rangel virá na forma de um parecer de 15 laudas dirigido ao inspetor Ernani de Oliveira e publicado pela imprensa. Nele, acusa o advogado patronal de petulante, por pedir um menor rigor no cumprimento da lei, e deduz daí a negação da própria legislação e do caráter da IRT, como organismo responsável pela sua aplicação. Passa em seguida a defender o princípio do descanso

---

[60] Machado, Carmem Lúcia B. *O movimento operário sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937. Op. Cit.* 273.

dominical como "assente nas nações cultas" e referendado desde os primórdios da civilização (além de condição para o cumprimento dos deveres religiosos dos trabalhadores). Sustenta ainda que este direito estaria garantido a não ser que houvesse acordo (aceito pelas duas partes) em contrário:

> "Pois se o decreto 23.104 garantia o descanso no domingo, o que somente por convenção coletiva de trabalho poderia ser substituído por outro dia, deveria o assunto ter sido terminado neste ponto "[61]

O fiscal considerava a postura patronal ao afastar os operários sindicalizados uma afronta à idéia do ministro do Trabalho de que "o progresso só ocorre com harmonia social". Para concluir, conclamava o inspetor do Trabalho a não ficar alheio à fome dos filhos dos padeiros e vir a ser o "sol que ilumine a escura existência" da categoria, garantindo o "prestígio do cargo e a confiança dos operários".

Quatorze de Janeiro. A greve prossegue, os demitidos já são 426. A assembléia da Forgs decide enviar ao Rio de Janeiro seu presidente, o barbeiro Policarpo Hibernon Machado, para tratar do "caso Padeiral", incluindo a busca do cumprimento das normas referentes às condições de higiene das padarias (que estariam sendo desrespeitadas devido ao alto custo das mesas de mármore, fermentos selecionados e outros materiais necessários à sua observância). Além disso, Hibernon aproveitaria a oportunidade para encaminhar reclamações contra os "direitos conferidos e sonegados" dos operários dos municípios de Novo Hamburgo, Montenegro, Triunfo e das minas de Arroio dos Ratos e São Jerônimo. Ao retornar, o presidente da Forgs vem acompanhado do "alto funcionário" do Ministério do Trabalho, Waldir Niemeyer, encarregado de "preparar" a vinda do ministro à capital gaúcha. O risco de um desfecho favorável aos operários no episódio leva o sindicato patronal a alertar o Cinfa, tentando evitar o que seria um "precedente perigosíssimo". As duas entidades reúnem-se com a IRT e deixam clara a sua posição de não abrir mão de três pontos: a impossibilidade de readmitir os grevistas (o que implicaria a demissão dos novos contratados), a legalidade da sua proposta de convenção coletiva e a necessidade tanto do trabalho aos domingos quanto da jornada superior a 8 horas.

---

[61] *Idem, Ibidem.* . 385.

Niemeyer, por sua vez, conversa com os dois lados envolvidos no conflito e articula um acordo conciliatório envolvendo o retorno ao trabalho e a readmissão dos grevistas, que trabalhariam em regime de rotatividade de turnos com os novos contratados. O acordo ainda previa a assinatura de uma convenção coletiva de acordo com a lei. Com a aprovação de ambas as partes para esta base de entendimento, a situação parece encaminhar-se para uma conclusão. Entretanto, na hora de assinar o acordo os patrões buscam alterá-lo, levando o "alto funcionário" a se retirar do processo. Em declarações à imprensa sobre este episódio, Niemeyer salientou a colaboração dos operários e criticou a intransigência patronal, que inviabilizou o acordo.

Cinqüenta e sete dias de greve. A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Panificação renuncia coletivamente, enviando telegrama ao ministro do Trabalho em que ressalva o esforço de Niemeyer na busca de uma solução para o impasse. Grevistas começam a voltar ao trabalho e tanto o interventor federal no estado quanto o Cinfa passam a agir e dar declarações como se a questão estivesse solucionada. Reage a Forgs em nota pública, onde salienta que o dissídio não fora resolvido, tendo entretanto o Sindicato dos Padeiros decidido pela liberdade de retorno ao trabalho e delegado à Federação a condução da negociação.

A 20 de Fevereiro, Salgado Filho finalmente chega à cidade. No dia seguinte, participa de sessão na Forgs onde destaca a importância do cumprimento da lei, defendendo entretanto o inspetor do Trabalho das críticas dos sindicalistas com a frase evasiva "ninguém acusa este funcionário de improbidade ou malversações". No mesmo ato, o ministro entrega pessoalmente a carta de reconhecimento sindical oficial da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Posteriormente, após reunião fechada com a diretoria do Cinfa, preside o estabelecimento de um acordo definitivo que inclui a volta dos Padeiros grevistas ao trabalho, estabelece o repouso dominical com reinício do trabalho às 22 horas e o encaminhamento das divergências entre patrões e empregados à Comissão Mista de Conciliação e Julgamento.

ILUSÃO E REVOLTA

Vários trabalhos tem analisado o "caso Padeiral" como ponto de inflexão na relação entre o sindicalismo gaúcho e o Estado na década de 30. A maioria destes estudos vê no episódio a passagem de um momento de colaboração de classes para outro de

radicalização. Iludidos com a nova legislação social, os trabalhadores teriam levado alguns anos até descobrirem a ineficácia do Estado para garantir o seu cumprimento. Revoltados, teriam partido para o confronto, permanecendo impotentes para deter o projeto corporativo que se consolidaria no Estado Novo.[62]

Estas interpretações seguem uma tradição de estudos que centram a análise do movimento operário no período em sua relação com o projeto corporativista do Estado getulista. Entre os autores clássicos que estudaram o sindicalismo brasileiro encontraremos tanto aqueles para quem este projeto já estaria plenamente definido no decreto 19.770 de 1931, como Azis Simão, quanto aqueles para quem o caráter paraestatal (com o desvio do Sindicato do seu papel reivindicativo e autônomo) só se daria após 1937, com medidas como o imposto sindical, tese defendida por exemplo por Evaristo de Moraes Filho. De qualquer forma, julgado o movimento operário exclusivamente por sua reação a este projeto em desenvolvimento, as opções reservadas aos trabalhadores se limitariam a consentir na sua "domesticação" ou rejeitar o sindicalismo oficial e, neste caso, a luta parecia fadada ao fracasso, diante do poderio do adversário. As provas deste misto de derrota e capitulação estariam na força demonstrada pela estrutura sindical brasileira e na incapacidade do sindicalismo em romper com seus limites por décadas a fio.[63]

Outro tipo de enfoque pode ser encontrado em Werneck Vianna, com sua ênfase nas redefinições da relação do Estado com a "questão social" ao longo de diferentes conjunturas da história republicana brasileira. Para ele, este momento histórico particular seria marcado por uma fissura na ordem legal, tendo a constituinte de 1934 aprovado um texto baseado na idéia de autonomia e liberdade sindicais mas não sendo definida a legislação ordinária correspondente, enquanto o Executivo viria a baixar novo decreto mantendo o atrelamento legal dos sindicatos ao Estado. Para o autor esta brecha teria permitido o crescimento das lutas operárias, que entretanto logo seriam abafadas pela

---

[62] Em ordem cronológica estes trabalhos são Lucas, Maria Elizabeth da S. *A Federação Operária do Rio Grande do Sul e o movimento operário gaúcho de 1931 a 1935. Op. Cit.*; Munakata, Kazumi. *A legislação Trabalhista no Brasil. Op. Cit.*; Pesavento, Sandra J. e Fonseca, Pedro C. Dutra. *Relatório final: Industrialização gaúcha 1930/1940.* Porto Alegre: datilografado, 1990.

[63] Simão, Azis. *Sindicato e Estado.* São Paulo: Dominus, 1966; Moraes Filho, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

coesão das classes dominantes em torno do corporativismo estatal, especialmente após o levante da ANL em novembro de 1935.[64]

Podemos perceber, nessa ênfase sobre a importância da "fissura legal" como explicação para a onda de greves de 1934-1935, que mesmo uma análise que supera a idéia do Estado como centro único da elaboração de um projeto corporativista demiúrgico, ainda reduz o espaço de ação do movimento operário nesta conjuntura a uma reação às possibilidades abertas pelas contradições no plano jurídico-institucional. A própria ocorrência da greve dos padeiros, iniciada em 1933, portanto antes da Constituinte, contesta este tipo de relação causal. Além do mais, como teria a classe operária brasileira, que, ao que supõe-se, demonstrara tanta autonomia e combatividade na Primeira República se tornado tão impotente e submissa?

Ao recolocar esta questão em 1980, Munakata recuaria até a greve geral de 1917, considerando que já aí a crescente generalização das reivindicações traria implicitamente a necessidade de consagração legal das conquistas efetuadas, colocando o problema da relação com o Estado e a lei na pauta do movimento operário. Do mesmo modo a busca, por parte do Estado, da formulação um "discurso competente" que neutralizasse politicamente a questão social viria já da reforma constitucional de 1926, e da iniciativa de elaboração de algumas leis trabalhistas (em relação a acidentes de trabalho, aposentadoria e férias, por exemplo).[65]

Mesmo que a regulamentação e o cumprimento destas leis raramente tenha ocorrido, sua mera existência teria colocado em novo patamar o problema da relação entre movimento e Estado. Tratava-se agora de definir se dever-se-ia ou não lutar pelo respeito a esses direitos. Segundo Munakata, a negativa em fazê-lo por parte dos anarquistas e a aceitação por parte do PCB explicam a ascensão do segundo e a perda de terreno pelos primeiros. Nesse processo de crescimento, os comunistas teriam buscado criar uma nova estrutura sindical centralizada com controle da central sindical sobre os sindicatos e destes sobre as lutas espontâneas dos trabalhadores constituindo um "bloco de ferro" do proletariado adequado aos objetivos maiores da luta política. Ao retirar o poder de decisão dos trabalhadores e convertê-lo em privilégio dos militantes, a constituição dessa estrutura

---

[64] Werneck Vianna, Luís. *Liberalismo e sindicato no Brasil. Op. Cit.*
[65] Munakata, Kazumi. *A legislação Trabalhista no Brasil. Op. Cit.*

seria um passo rumo à burocratização do sindicato, preparando o terreno para o corporativismo estatal.

O trabalho de Munakata, de um lado, situa a origem do problema da relação com a lei e o Estado como uma conseqüência do próprio desenvolvimento da luta operária, e não como mero artifício de um projeto de dominação imposto de fora para dentro ao sindicalismo. Entretanto, no momento seguinte, confere ao PCB o mesmo poder de enquadramento e desvio das tendências autônomas do movimento que as análises clássicas reservavam ao Estado. Situada como "caso exemplar" do processo em curso, para ele a greve dos padeiros surge como resultado da política colaboracionista que teria caracterizado a Forgs após sua reorganização em 1933 e ponto de partida para a ascensão do PCB à posição de força hegemônica no sindicalismo gaúcho. Tratar-se-ia portanto da derrota de uma tentativa tardia de resgate da autonomia perdida. Diante dos ardis varguistas e de uma força política burocratizante em ascensão, o operariado estaria adentrando o território da legalidade totalmente desarmado, e se tornaria presa fácil do corporativismo.

Nesta perspectiva, a única via de resistência ao projeto de atrelamento dos sindicatos ao Estado passava, então, pela recusa à oficialização das entidades, como ocorreu com a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) de São Paulo até 1935. Portanto, estando os sindicatos ligados à Forgs na sua reorganização (em 1933) oficializados, a Federação seria "ministerialista". Do mesmo modo, a devolução das cartas sindicais em meio ao "caso Padeiral" marcaria a emergência de uma nova linha política:[66]

> "...o ministério [...] perde, assim, de um golpe, quase toda a sua base naquele Estado. E não apenas isso: a partir de então, a presença dos comunistas nos sindicatos gaúchos faz-se sentir cada vez mais, a começar pela própria Forgs."[67]

---

[66] É importante ressaltar que mesmo recusando a oficialização pelo Decreto 19.770, a UTG não menosprezava o problema da sua institucionalização, como demonstra o debate travado com a União dos Trabalhadores em Livros e Jornais do Rio de Janeiro, onde a entidade de São Paulo argumenta que "a quebra de relações com o Ministério do Trabalho não jogaria o vosso sindicato na ilegalidade como afirmais, pois este continuaria com a sua personalidade jurídica garantida pelo Código Civil" Cfe: *O Trabalhador Gráfico*, nº 11. *Apud*: Antunes, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. Op. Cit.*

[67] Munakata, Kazumi. *A legislação Trabalhista no Brasil. Op. Cit.* Pp. 89-90.

Se é verdade que o processo de enfrentamento com a IRT e a greve dos padeiros estão ligados ao crescimento da influência dos comunistas no sindicalismo gaúcho, a sugestão de que isto tenha representado uma guinada de 180 graus na orientação da Forgs não possui a mesma solidez. A realidade política do movimento operário gaúcho era mais complexa do que a análise do conteúdo discursivo dos jornais poderia indicar isoladamente. Comentando a linha do órgão oficial da federação, o autor escreve:

> "... quando, em Outubro de 1933, surge o primeiro número do novo jornal da Forgs -A Voz do Trabalhador-, a orientação desta entidade aparece já totalmente marcada pelo oficialismo ministerialista".[68]

Ocorre que, na edição de 14 de outubro de 1933, a que se refere o comentário acima, o redator responsável pel'"A Voz" era o secretário-geral da Forgs, o barbeiro comunista Policarpo Hibernon Machado, e seu secretário de redação o gráfico anarquista Theodor Johansson. O nome do suposto "ministerialista", Machado, aparece nas atas das assembléias do sindicato dos metalúrgicos sublinhado com o lápis vermelho que a repressão pós-37 reservou aos líderes ou atos considerados subversivos. Nestas mesmas atas, o encontraremos proferindo palestras sobre os títulos sugestivos de "a função econômico-política do sindicato e a luta dos trabalhadores pela sua auto-emancipação" e "as contradições do regime atual".[69] Além disso, o dirigente em questão permanece na direção da Forgs no seu período mais radicalizado, em 1935, concorre à constituinte estadual pela Liga Eleitoral Proletária e reaparece como membro do PCB na efêmera legalidade de 1945-1947. É verdade que como a imensa maioria dos militantes operários comunistas reais, Policarpo não corresponde ao estereótipo de um cego "seguidor" da linha política do PCB:

> "- Ele tinha um predicado especial, era destas pessoas que tem aquele dom de comunicação. [Mas] em toda reunião do partido tinha o problema Hibernon Machado, [...] Quando ele não podia vencer os elementos do partido, de base [...], os caras tavam firmes numa resolução, ele dizia: '- Bem, o partido aqui pode tá certo, mas eu recebo ordens direto de Moscou,

---

[68] *Idem, Ibidem*. P. 89.

> do PCUS'. Aí ele ganhava. [...]. E a Federação Operária conseguiu uma grande mobilização do movimento sindical do Rio Grande do Sul sob a liderança de Hibernon Machado."[70]

Este tipo de relato nos alerta para o fato de que entre linha sindical das diversas forças políticas do movimento e a ação sindical efetivamente desenvolvida muitos fatores se interpunham, inclusive a personalidade e o estilo de direção de lideranças carismáticas (e em certa medida caudilhescas). Portanto, ao analisarmos o discurso dos sindicalistas do período temos que levar em conta que estes não refletem apenas suas convicções pessoais ou partidárias, mas também elementos de tática dentro do debate político, de um lado, e de outro, o respeito ao caráter plural que a Federação Operária ainda conseguia manter.

A gestão então vigente na Forgs fora eleita em Julho de 1933, e o lançamento do "Manifesto ao Proletariado Rio-Grandense", em Agosto do mesmo ano marca sua primeira intervenção pública de destaque. O elemento que aglutinara as diversas forças políticas que dela participavam era a recusa ao atrelamento da Federação ao governo, que já fora derrotado no Congresso Operário quando do debate sobre a criação da Ação Trabalhista. O processo seria assim lembrado por Policarpo na abertura do Congresso Operário de 1934:[71]

> "Fundada [a Forgs] em 3 de fevereiro de 1933, num congresso a soldo da burguesia e da politicagem, por elementos que eram verdadeiras aves de arribação nos meios proletários e que portanto não podiam ter feito obra boa. As três figuras que bem podemos classificar de oportunistas e ambiciosos vulgares pensavam na sua insânia de poderes por muito tempo ludibriar os trabalhadores. Mas enganaram-se. O que fizeram foi desprestigiar uma obra que desde o seu início devia ser grande e honesta.

---

[69] AGE -SMs nº 46 e 48, (8/6 e 20/07/34).
[70] Entrevista com Elóy Martins, 17/01/92.
[71] A Diretoria eleita na abertura do Congresso a partir da votação individual dos membros era composta por: Arlindo B. Sertório (Presidente); Leopoldo Machado (Secretário Geral); João Cantelli (Secretário); Francisco Sá Pereira (Tesoureiro Geral); Benedito S. Pires (Tesoureiro); Laudelino Seipa (1º Delegado); Athanagildo dos Santos (2º Delegado); Júlio de Assis Araújo (3º Delegado); José de Menezes (4º Delegado). Já a que assina o "Manifesto ..." era a seguinte : Roman Martirena, Policarpo Hibernon Machado, Bernardino Caetano Fraga, Leopoldo Machado. Cfe. Petersen, Sílvia R. Ferraz. e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* Pp.. 342-361.

> Os primeiros meses de nossa administração foram todos dedicados ao reerguimento moral desta entidade. Bem podeis compreender que para readquirir confiança do proletariado à uma organização que ele já havia condenado, representa um esforço quase superior às nossas forças; sabeis mais que as administrações passadas cometeram toda sorte de iniqüidades e traições aos trabalhadores, e como reerguer uma Federação assim desmoralizada? Lutando e lutando com sinceridade e com vontade de acertar, e é o que temos feito."[72]

Ingressaram nesta nova direção tanto sindicalistas ligadas ao PCB como socialistas (a exemplo do pelotense João Vitaca, constituinte classista em 1934, pelo partido denominado PSPB) e mesmo getulistas auto-proclamados, que seguiam a opinião expressa pelo delegado Eurypedes Pereira, segundo o qual:

> "... se devia deixar o cidadão operário agir livremente, de acordo com a suas opiniões, nos pleitos eleitorais, que não interessavam diretamente ao proletariado.
>
> E isso dizia com bastante autoridade, porque, tendo sido soldado da revolução de 1930, quando combateu em Itararé, e agora eleitor arregimentado no Partido Republicano Liberal, se externava imparcialmente, despido de paixões, visando simples e puramente defender a sua classe de competições prejudiciais à sua união."[73]

No mesmo sentido, embora com argumentos diferentes, ia a fala do comunista Murilo Machado, da Legião Proletária da cidade de Santa Maria:

> "Não podemos, é certo, fugir à política, mas não é menos certo que constituiria erro gravíssimo acompanharmos ou solidarizarmos com partidos ou governos. Partidos outros que não aquele representado pelo eleitorado trabalhista não nos importam [...] Logicamente não vamos contrariar

---

[72] "Anais do Congresso Operário de Maio de 1934". *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* P. 379.

> medidas governamentais que constituam o reconhecimento de direitos nossos postergados, mas teremos de combater aquelas que venham ferir nossos interesses, e em que posição ficaríamos se o fizéssemos depois de havermos hipotecado solidariedade a este governo?"[74]

A categoria "ministerialista" revela portanto suas limitações para explicar a disputa política que se travava no interior do sindicalismo gaúcho no período pois, como percebemos, a polarização poderia se dar não sobre o conjunto da ação governamental, mas sobre aspectos desta. Encontramos tanto getulistas que, apoiando a legislação social e a legalização dos sindicatos, defenderão e exercerão a autonomia da ação sindical reivindicatória quanto aqueles que pretenderão transformar as entidades em organismos de sustentação direta do governo. Fenômenos como estes irão influenciar também sobre as alianças e a atuação dos setores de esquerda do movimento.

É sintomático que mesmo em maio de 1934, já consolidada a hegemonia comunista na Federação, a data de julho do ano anterior (portanto antes do "Manifesto" e do lançamento da "Voz do Trabalhador", com sua linguagem legalista) seja apontada como referência da retomada da entidade por representantes legítimos dos trabalhadores. Reforçava-se assim os elementos de continuidade desde a partida das "aves de arribação", mesmo que o discurso tenha assumido então uma inflexão muito diferenciada no que diz respeito à análise da legislação trabalhista:

> "Os governos burgueses de todo mundo, nestes últimos tempos tentam iludir os trabalhadores com paliativos batizados pomposamente de leis sociais ou leis de amparo aos trabalhadores. Mas, o proletariado já compreendeu que essas leis longe de ampará-lo amparam e defendem a única e exclusivamente a burguesia."[75]

---

[73] *Idem, Ibidem*. P. 350.

[74] *Correio do Povo*, 04/02/33. *In:* Lucas, Maria Elizabeth da S. *A Federação Operária do Rio Grande do Sul e o movimento operário gaúcho de 1931 a 1935. Op. Cit.* P. 25

[75] Fala de Policarpo Hibernon Machado, Presidente da Forgs, "Anais do Congresso Operário de Maio de 1934". *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* P. 380.

Poderíamos eventualmente imaginar que o "Manifesto ao Proletariado Riograndense", com suas referências a "elementos indesejáveis e estranhos à classe", "mediadores improvisados entre capital e trabalho" e "aproveitadores oportunistas" ecoava o ideário propagado pelo Ministério do Trabalho, segundo o qual o conflito entre capital e trabalho seria originário do vácuo causado pela ausência de mediação estatal e seu aproveitamento por elemento com interesses escusos.[76]

Sabemos porém que a crítica dos "intermediários" espúrios entre capital e trabalho pode ser feita em sentidos opostos: ou denunciando a artificialidade da luta de classes (como ocorre nas posições "ministerialistas") ou defendendo a livre negociação e a necessidade de que a condução das organizações sindicais permaneça nas mãos de "autênticos" trabalhadores. Uma análise do contexto imediato da redação do manifesto pode auxiliar na compreensão sobre quem eram os "aproveitadores oportunistas" a que o texto se referia.

Após a refundação da Forgs, em fevereiro, setores derrotados ligados à União dos Trabalhadores na Construção Civil (UTCC) buscaram constituir uma federação no seu ramo de produção por fora da Federação Operária. Em nome da unidade, a diretoria eleita da Forgs propôs uma composição que inclui Francisco da Silva Duarte, da UTCC na presidência da entidade. Entretanto, quando este tenta impor como representantes classistas do Rio Grande do Sul um engenheiro e um "alto funcionário" do Banco do Brasil, é imediatamente deposto e tachado de "elemento oportunista e indesejável" (os mesmos termos usados posteriormente). O "Manifesto" constituiu-se numa reação a esta situação e na demonstração pela nova diretoria da ruptura definitiva com aqueles atuavam na Forgs com outra finalidade que não a defesa dos interesses dos trabalhadores. Compreende-se assim também a afirmação de que "só autênticos trabalhadores podem sentir e bem traduzir as aspirações e necessidades de sua classe junto às autoridades competentes". Esta defesa da autenticidade da nova direção implicava também o reconhecimento recíproco entre getulistas e comunistas da condição de ambos como lideranças legítimas dos trabalhadores. Por outro lado, por mais legalista que fosse o discurso da Forgs, a ação sindical por ela conduzida no período comportava elementos como combatividade reivindicatória,

---

[76] É este o ponto de vista de Munakata, Kazumi. *Pistas falsas.* Campinas: Mimeo, 1993. Pp. 5 e 6.

organização nos locais de trabalho e democracia interna nas entidades, que se confrontavam com a doutrina corporativista do MTIC.[77]

Finalmente, "ministerialista" é uma categoria limitada porque não dá conta das contradições entre a representação local do Ministério (Inspetoria Regional do Trabalho), vinculada organicamente aos empresários, e a representação nacional, cujos interesses políticos em demonstrar a existência real da legislação social passavam por levar estes mesmos empresários a concessões. Estas contradições refletem-se também no interior do movimento operário e encontraremos quem se alinhe automaticamente a um ou outro setor do aparelho de Estado e quem trabalhe com elas de modo a ampliar a viabilidade da conquista de direitos para os trabalhadores. Se a moderação no tom editorial d'*A Voz do Trabalhador* ligava-se à oficialização dos sindicatos pertencentes à Forgs (e mais tarde, à oficialização da própria federação), refletia também o caráter de frente ampla da entidade, que a equilibrada composição de forças no interior da diretoria reforçava neste momento. Sem uma análise das origens deste caráter supra-partidário e supra-ideológico, que credenciou a Forgs a conduzir a luta pela apropriação efetiva de direitos prescritos em lei, seria difícil compreender sua força e sua especificidade enquanto organização sindical.

A Forgs e a política de unidade operária

> "[...] no governo, o eminente moço que enobrece a pasta ministerial a que se acham afetos os interesses do proletariado, o grande operário do bem, que é o Dr. Lindolfo Collor, desbrava a estrada para a solução de magnos problemas da questão social. Aproveitemos o seu benemérito esforço,

---

[77] Um dos principais articuladores desta Federação da Construção Civil era Reinésio Barbosa, líder da Liga dos Operários Republicanos ligada ao PRR. Cfe: Lucas, Maria Elizabeth da S. *A Federação Operária do Rio Grande do Sul e o movimento operário gaúcho de 1931 a 1935. Op. Cit.* Pp. 28-30. "Manifesto ao Proletariado Riograndense", *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* P. 360. A lei orgânica do Congresso operário, por outro lado denomina de um modo mais amplo os "intermediários" rechaçados:
"Art. 3° - As organizações signatárias da presente Lei Orgânica, repelirão a intromissão em seu seio de todos e quaisquer elementos estranhos às classes trabalhadoras, quais sejam políticos, clérigos e falsos orientadores. Art. 4° - Às organizações filiadas à Federação Operária do Rio Grande do Sul é vedado permitirem no seio de suas assembléias ou mesmo nas reuniões de diretoria a intromissão de consultores jurídicos". Cfe. "Anais do Congresso Operário de Maio de 1934" *In: Idem, Ibidem.* P. 389.

> tomemos o caminho aberto que por este iremos à terra da promissão de que falava Karl Marx, a emancipação da classe operária."[78]

Falas como esta, em que o ministro do Trabalho aparece quase como membro de uma vanguarda marxista, refletem um pouco o clima da época na Porto Alegre do começo da década de 30, especialmente se o assunto em pauta fosse a legislação social que começava a ser adotada pelo "Ministério da Revolução". Seu autor, o gráfico e jornalista Francisco Xavier da Costa, expressa na sua própria trajetória pessoal as complexas relações entre o movimento operário gaúcho e a elite política regional desde a Primeira República. Considerado o "introdutor das idéias marxistas entre os operários porto-alegrenses", Costa foi fundador e dirigente de vários sindicatos, um dos líderes da greve geral de 1906 e dirigiu por algum tempo a Forgs, na sua primeira fase. Posteriormente, elegeu-se vereador, tornou-se secretário do governo municipal pelo Partido Republicano Riograndense e recebeu o título de Major da Guarda Nacional.[79]

Tratar-se-ia de um caso isolado, uma mera adesão às classes dominantes? Aparentemente não. O fluxo de idéias, posições políticas e líderes entre socialistas e republicanos de matriz positivista foi facilitado pelas condições específicas de recepção do marxismo no Brasil além de elementos compartilhados pelos dois setores na crítica comum ao liberalismo ortodoxo hegemônico no país até 30. Nelson Boeira salienta por outro lado a difusão popular de idéias e imagens positivistas no Rio Grande do Sul que tornavam esta corrente filosófica um caldo de cultura no qual não apenas o debate político, mas o próprio cotidiano gaúcho estavam imersos:[80]

> "Como classificar a publicação do calendário positivista ao lado do calendário gregoriano nos almanaques do começo do século? O que dizer da "Farmácia da Humanidade" e da "Lavanderia Ordem e Progresso"? E das

---

[78] Trecho do discurso de Francisco Xavier da Costa na recepção oferecida a Lindolfo Collor quando de sua primeira vinda como ministro a Porto Alegre, 13 de Setembro de 1931.
[79] Cfe: Marçal, João B. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1985; Petersen, Sílvia R. Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). *Op. Cit.*
[80] Konder, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

> referências ao positivismo nos versos de poetas diletantes do interior e nas charges humorísticas?"[81]

Esta ampla difusão cultural levava a que grande parte dos debates no interior do próprio movimento operário gaúcho fossem travados em termos oriundos do positivismo, que era muitas vezes identificado como uma variante de socialismo. Vejamos por exemplo como o grande escritor e psiquiatra Dyonélio Machado, presidente estadual da ANL em 1935 e constituinte estadual pelo PCB em 1946, preso organizando uma greve de gráficos da Livraria do Globo em 1937, recebeu na cadeia a visita do antigo líder republicano Paim Filho:

> "- Devo isto aos senhores.
>
> Os senhores eram Borges de Medeiros, Protásio Alves, Paim Filho.
>
> - Como?...
>
> - Os senhores me iniciaram, claro que indiretamente, no socialismo. Socialismo de Estado, positivista. Progredi: fui até o socialismo propriamente dito: o socialismo marxista."[82]

Assim como as idéias predominantes em um determinado contexto servem de idioma comum ao desenrolar do debate político, este encontra-se também relacionado ao processo mais amplo de formação de valores políticos a partir da experiência social. Embora possibilitem leituras e posições diferenciadas, esses valores condicionam o desenvolvimento da luta política, servindo de referência comum e fonte de legitimação para as diversas posições colocadas em debate. Um desses valores, presente na consciência de classe dos trabalhadores gaúchos, era a idéia de unidade.[83]

---

[81] Boeira, Nelson. O Rio Grande do Sul de Augusto Comte. *In: RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. P. 54. O autor destaca também a importância da idéia de "incorporação do proletariado à sociedade moderna" na condução da intervenção política do PRR no movimento operário.

[82] Machado, Dyonélio. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990. Pp. 81-82

[83] Ver a esse respeito a análise de Thompson sobre a importância do "idioma empírico" para o sindicalismo inglês e a dificuldade do enfrentamento desta questão pela esquerda britânica. Thompson, E. P. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993; *Idem. A formação da classe operária inglesa. Op. Cit.*, no qual o autor analisa a forma como valores políticos tradicionais, como a idéia do "inglês livre de nascimento" foram apropriados e redefinidos pelo movimento operário, aumentando sua capacidade de intervenção política na sociedade.

Esta valorização da unidade estava assentada na avaliação de experiências de divisão orgânica do movimento, sendo a principal delas a que gerou, entre 1916 e 1918 duas centrais sindicais rivais: a União Geral dos Trabalhadores (UGT, anarco-sindicalista) e a Federação Operária do Rio Grande do Sul (Forgs, socialista, influenciada pela social-democracia alemã). Com este racha, a direção do sindicalismo gaúcho se viu fragilizada para enfrentar a greve geral de 1917 e, na negociação para o encerramento desta luta a Liga de Defesa Popular (hegemonizada pelos anarco-sindicalistas) acabou assinando um acordo considerado desfavorável aos trabalhadores. Ainda em 1918, a divisão foi superada, sendo mantido o nome Federação Operária e adotados os estatutos anarco-sindicalistas da UGT.[84]

A partir de então, a unidade dos operários gaúchos passou a ser encarnada por uma única entidade geral, que resistiu à ascensão de uma nova força dirigente (os comunistas) e à metamorfose dos antigos socialistas (que, em geral, passaram a ser ligados ao Ministério do Trabalho após 1930) sem perder o seu caráter plural.

As manifestações deste valor político e a exploração das diferentes interpretações que lhe podem ser atribuídas, entretanto, ocorriam em situações complexas, permeadas por diferentes interesses e concepções, cuja análise posterior exige muita cautela. Numa destas situações, o gráfico Moarê Martins, secretário da Federação em 1934 e um dos remanescentes do anarco-sindicalismo na diretoria da entidade, foi criticado pela publicação de um artigo n'*A Voz do Trabalhador* intitulado "Deus não existe". A censura, que no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre foi referendada por assembléia geral, não se refere às posições do autor sobre o tema, mas à avaliação de que este tipo de discussão não interessava aos trabalhadores por causar divisão no seio da classe. É verdade que para os oficialistas a crítica a um tal debate poderia ser sustentada pela estrita observância do Decreto 19.1770. Por outro lado os comunistas, já então hegemônicos na Forgs, utilizarão o episódio para em nome da estratégia de "frente única pela base" proceder à destituição do membro da corrente adversária da redação do órgão da Federação Operária.[85]

---

[84] Cfe: Gertz, René. (org.). *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt). Op. Cit.* P. 126

[85] AGE -SM nº 50, (17/08/34). Agradeço a Kazumi Munakata a crítica a uma versão anterior deste capítulo em que as implicações da luta política presentes neste episódio não eram apontadas. Cfe: Munakata, Kazumi. *Pistas falsas.* Campinas: Mimeo, 1993.

Entretanto, mesmo a utilização política e os diversos interesses que permeiam um fato como este não devem ocultar que as posições assumidas logram legitimar-se com referência à idéia de unidade das lutas operárias, para o enraizamento da qual o próprio anarco-sindicalismo desempenhou papel fundamental.[86]

Podemos questionar a intencionalidade ou a ética da conduta da direção comunista da Forgs neste momento no que diz respeito à sua interpretação sobre as implicações da unidade e a forma mais adequada de defendê-la. O que dificilmente será colocado em questão é o fato de que era esta valorização da unidade, construída arduamente nos enfrentamentos internos e externos, que habilitava a Federação Operária como entidade, e não este ou aquele setor político circunstancialmente majoritário na sua direção, a exercer o papel de direção da luta dos trabalhadores gaúchos neste conturbado período.

Com o pé atrás

A importância dada à unidade e a existência de um setor getulista na Forgs ajudam a compreender melhor a moderação do seu discurso em 1933. Apesar de tudo, entretanto, poderíamos imaginar que isto caracterizaria uma concessão ao corporativismo getulista, um envolvimento mesmo dos setores mais à esquerda na celebração da legislação social pós-30. Esta idéia de passividade e falta de crítica, porém, logo se desfaz à medida que analisamos as posições dos sindicalistas do período sobre a questão. Assim, embora se apresente como instrumento de "combate dentro da ordem e do direito", a análise d'*A Voz do Trabalhador* sobre a nova legislação se caracteriza tanto pela cautela e quanto pelo chamamento à luta:

> "Lamentavelmente o operariado nacional viveu, até bem pouco, no mais completo abandono por parte dos poderes públicos sem leis que o amparasse. Pouco, bem pouco podemos dizer da legislação revolucionária

---

[86] Conforme o próprio Munakata destaca o Congresso Operário de 1906 aconselhou o proletariado a "... pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral"; Munakata, Kazumi. *A legislação Trabalhista no Brasil. Op. Cit.* P. 16.

> que, por muito nova , ainda se ressente de falhas, que aos poucos irão sendo sanadas, não sem grande resistência da maioria dos capitalistas."[87]

Em contraste com o ufanismo reinante em relação àquela que era apresentada como "a legislação social mais avançada do mundo", as reticências expressas na idéia de que "bem pouco podemos dizer" e a indicação da resistência patronal como principal adversário a ser enfrentado indicam o esgotamento da "moratória" da ação sindical, que durante três anos aguardara a transformação da lei em direitos efetivos, e prenunciam a passagem para o conflito aberto, quando os trabalhadores tomariam a si esta tarefa. Por outro lado, a própria defesa do direito de greve, que marca o período de confronto com a IRT é feita em termos menos incendiários do que se poderia imaginar:

> "Queremos leis que venham realmente beneficiar o trabalhador, sem muita literatura mas com eficácia, queremos leis que amparem e defendam da ganância do capital, queremos o direito de resistência pacífica e passiva - queremos o direito de greve"[88]

Relatando a situação dos operários de Novo Hamburgo, onde as convenções de trabalho celebradas pelas autoridades haviam privado-os de reivindicar a jornada de 8 horas, *A Voz do Trabalhador* saudava a anulação destas convenções pelo Departamento Nacional do Trabalho em todo o estado e conclamava:

> "Proletários rio-grandenses, cerrai fileiras em torno das organizações de classe e então tereis cumprido com o vosso dever de operários conscientes. Amparai e prestigiai a nossa legislação social, porque nela amparados e escudados é que teremos mais tarde conquistado uma vida mais digna e mais humana"[89]

Uma leitura que privilegie a idéia da ilusão diante da lei "outorgada" por um Estado paternalista, certamente destacará desta passagem o "amparai e prestigiai a nossa legislação social". A análise dos acontecimentos indicará que provavelmente a ênfase mais

---

[87] *A Voz do Trabalhador* nº 01, 14/10/33.
[88] *A Voz do Trabalhador* nº 09, 09/12/33.
[89] "As leis e as organizações operárias", in *A Voz do Trabalhador*, nº 03, 28/10/33.

pertinente estaria, entretanto, em "teremos mais tarde conquistado uma vida mais digna e humana". Pode-se perceber que a estratégia da Forgs, ao invés de oscilar entre a adesão e a recusa à legislação trabalhista pautava-se por uma luta pela apropriação e redefinição do caráter desta legislação. Nesta linha, ao iniciar-se o conflito que culmina na greve dos padeiros, a Federação pode caracterizar-se como defensora da lei, que estaria sendo ameaçada pela omissão do inspetor do Trabalho. Este é chamado de "derrotista", ao contrário do operariado riograndense, que teria abraçado, "com real carinho, a legislação social brasileira".[90]

Para compreendermos a profundidade deste sentimento de co-participação dos trabalhadores gaúchos em relação à criação da nova legislação social, é necessário fazer uma breve referência ao impacto popular da revolução de 30 no estado. No Rio Grande do Sul, grande número de trabalhadores e mesmo de dirigentes sindicais participou da própria mobilização militar. Por outro lado, o impacto da vitória dos "revolucionários" no imaginário político popular com certeza foi intenso. Nas suas memórias, Elóy Martins relembra assim o momento:

> "O dia da vitória foi de festa em Porto Alegre. [...] Via-se em toda a parte tremularem bandeiras e dísticos vermelhos, nas janelas, nas sacadas, postes e nas árvores. O entusiasmo popular dava a impressão de novos tempos de liberdade e melhores dias para a classe trabalhadora"[91]

Já comentamos anteriormente que, ao se remeter à relação entre trabalhadores prestistas e getulistas em 1929 o autor das memórias afirma que os "elementos mais fracos politicamente" do PCB achavam que o movimento de 30 favoreceria aos trabalhadores. Entretanto, mesmo quadros de ponta do partido, como o primeiro-secretário estadual Mário Couto "participaram ativamente da rebelião de 1930". Não que antes do caso Padeiral houvesse consenso sobre os possíveis benefícios da legislação trabalhista para os trabalhadores. Elóy Martins cita, por exemplo, a palestra de Mário Couto em uma

---

[90] *A Voz do Trabalhador* nº 03, 28/10/33.
[91] Martins, Elóy. *Um depoimento político. Op. Cit.* P. 40.

assembléia do sindicato dos metalúrgicos comparando esta legislação a um manual de pôquer elaborado por um profissional, onde todas as regras sempre o favorecem.[92]

Se, por um lado, a relação estreita com o processo político que instalara o governo de então limitou durante certo tempo a possibilidade de oposição aberta, restringindo-a a círculos restritos como o sindicato dos metalúrgicos (reduto comunista) por outro lado, à medida que a omissão do Estado com a "questão social" se comprovava, dotava a crítica a esta situação de um tom particularmente duro:

> "[O] abnegado chefe do governo provisório [...] muito nos tem dado e nada nos tem pedido. Mesmo que nos pedisse, não teríamos nada a dar, senão a fome, a nudez, a miséria, porque, antes do mesmo ter conquistado a vitória, nós, trabalhadores, demos o que tínhamos de mais precioso - o sacrifício de nossas vidas! Demos o nosso sangue nos campos de batalha ! Logo, prova-se assim que a glória da Revolução de 1930 foi lavada com o sangue dos trabalhadores brasileiros!
>
> O operariado desta terra é apontado como o único culpado do não cumprimento das leis sociais. [...] a única culpa dos operários gaúchos foi confiar cegamente no cumprimento das leis e terem permanecido dentro do decreto 19.770."[93]

Um dos elementos que contribuiu para abrir espaço à aberta da legislação foram os compromissos públicos assumidos e quebrados pelos representantes do MTIC. Assim, quando se anunciava a vinda de Waldir Niemeyer para intervir pessoalmente no caso Padeiral, este recebeu uma carta aberta pouco amistosa:

> "Defensor acérrimo do Governo Provisório, em gratidão pelo muito que o mesmo nos tem feito, não posso no entanto esconder a minha desconfiança sempre que são destacados funcionários do Ministério do Trabalho para sindicar sobre a aplicação das leis sociais entre nós e entre estes; [...]

---

[92] *Idem, Ibidem*. Pp.37, 65.

> Os operários rio-grandenses estão de pé atrás. Talvez que estejamos fazendo uma injustiça a V. Excia., mas estamos autorizados a pensar como escrevemos, dado o resultado da vossa primeira missão."[94]

Entretanto, se a desconfiança já pautava as relações entre sindicatos e Ministério do Trabalho, o próprio ato de devolver as cartas sindicais, muitas vezes caracterizado na bibliografia como ruptura com o Estado revela, nos seus matizes, a complexidade destas relações. Alguns estudos citam esta devolução como um episódio decorrente da recusa do ministro Salgado Filho em receber os sindicalistas. O ato teria tido como conseqüência a perda da base do Ministério do Trabalho no estado. Na verdade, ocorreram no período vários episódios deste tipo, sendo o primeiro, conforme já nos referimos, em novembro de 1933 (portanto antes da greve propriamente dita), motivado pela recusa do inspetor do Trabalho em aceitar a Forgs nas negociações sobre o problema do cumprimento do decreto número 23.104. Nesse primeiro momento, tratava-se de um conflito com a autoridade local, tanto que é dirigido um telegrama sobre o ocorrido ao Ministro, e logo em seguida enviado o Secretário Geral da entidade ao Rio de Janeiro para tratar do assunto.[95]

O segundo caso ocorreu em 1934, após a greve, mas provavelmente não foi causado pela recusa de Salgado Filho em receber sindicalistas. Este tipo de recusa só ocorreu em Pelotas, onde ao contrário de Porto Alegre os sindicatos oficiais tinham sido fundados pelo Círculo Operário criado na cidade em 1932 pelo padre Leopoldo Brentano, o que possibilitou ao Ministro não receber a Frente Sindicalista, dirigida pelos setores de esquerda do movimento. A devolução das cartas ligava-se, mais diretamente à avaliação geral que os sindicalistas gaúchos faziam sobre o resultado do "caso Padeiral", que aparece na resolução da Forgs:[96]

---

[93] *O Proletário*, nº 17, 10/03/34. O texto consta de um discurso que seria lido por membros da Frente Sindicalista de Pelotas quando da passagem de Salgado Filho pela cidade. Como o ministro não reconheceu a Frente e reuniu-se com o Círculo Operário, o mesmo foi apenas publicado.
[94] "Carta aberta ao Dr. Waldir Niemeyer", assinada por Jaime Costa. *In: O Proletário*, 10/02/34.
[95] Cfe: Munakata, Kazumi. *A legislação Trabalhista no Brasil. Op. Cit.* P. 89; Pesavento, Sandra J. e Fonseca, Pedro C. Dutra. *Relatório final: Industrialização gaúcha 1930/1940. Op. Cit.* P. 110.
[96] Cfe: *O Proletário* nº 17, 10/03/34.

> "O Congresso Operário de Primeiro de Maio de 1934 resolveu: nenhuma organização operária poderá até o próximo congresso se dirigir à IRT ou ao Ministério do Trabalho e reclamar direitos dos seus associados.
>
> Motivo: as leis não satisfazem os trabalhadores e as autoridades não merecem a nossa confiança, por serem patronais".[97]

Este tipo de reação já era antecipado na assembléia geral extraordinária de 10 de fevereiro de 1934 do Sindicato dos Padeiros, realizada após "55 dias procurando os direitos que se dizia existir em lei" e 10 dias antes do desfecho final do caso, negociado pessoalmente por Salgado Filho. A negativa dos patrões em assinar a ata do acordo mediado por Waldir Niemeyer levava ao questionamento da crença na lei. Nesse contexto, é aprovada a proposta do presidente Leopoldo Machado no sentido de decretar o fim da luta, a demissão da diretoria e o retorno ao trabalho sem pleitear horários, férias ou encaminhar reclamações à Inspetoria do Trabalho. Nessa mesma sessão, a carta de sindicalização da entidade (que portanto havia sido retomada após novembro de 1933) é coberta de crepe "...até que exista lei para os panificadores...".[98]

Já no Sindicato dos Metalúrgicos, a carta sindical é devolvida em julho de 1934, em função do descontentamento com a IRT, mas em novembro do mesmo ano uma assembléia decide pela nova oficialização da entidade. Esta oscilação ocorre mesmo em casos aparentemente definitivos, como os citados anteriormente. Tanto a deliberação de que as entidades não recorrerão à IRT até o próximo congresso, quanto o ato de cobrir a carta sindical "até que exista lei", preservam a margem de manobra para um recuo caso o Estado passe a cumprir o papel que dele se espera, o que não parece ser totalmente descartado. No que diz respeito especificamente à greve dos padeiros, seria o caso de questionar se este gesto aparentemente impotente pesou sobre a intervenção pessoal de Salgado Filho na questão, quando o movimento já se encontrava exaurido.[99]

---

[97] *A Voz do Trabalhador* nº 40, 21/07/34.
[98] Ata de Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Padeiros (de agora em diante: AGE-SP) s/n, 10/02/34.
[99] Ata de AGE -SM, nº 47, 06/07/1934.

O fato do discurso da Forgs colocar os trabalhadores como parceiros na implantação da legislação social contra a ação de Ernani de Oliveira e dos empresários situa estas ações de devolução das cartas menos como uma mudança de opinião sobre o interesse dos trabalhadores nesta parceria do que como uma ameaça de deixar toda a responsabilidade deste processo nas mãos do Estado. Em realidade, tanto o ceticismo em relação à possibilidade de conquistas legais sem conflito já era difundido, à medida que era grande a influência do PCB, quanto sabia-se, realisticamente, que a livre sindicalização e a ausência de recursos à IRT eram apenas recursos táticos para aumentar o poder de barganha do movimento. Ou, ao menos, o desenvolvimento concreto da ação sindical apontava nesse sentido. Como o "caso Padeiral" pode bem exemplificar, ao lutar pela aplicação da legislação conjugando ação institucional e luta pela transformação da lei em direitos efetivos, a Forgs tensionou duplamente a política de Vargas e Salgado Filho. Em primeiro lugar, porque revelava a falta de vontade política real de cumprir mesmo a legislação já sancionada pelo governo, ao menos quando isto implicasse em choques com o empresariado. Em segundo lugar porque, sem confrontar-se abertamente com o caráter da legislação, dava demonstrações de que a aplicação e, o que era tão importante quanto, a generalização de direitos só poderia ocorrer com luta e organização, o que entrava em contradição com a lógica do sistema corporativo. Enfrentava-se assim o desafio da luta pelo exercício da autonomia no espaço institucional.

A perspectiva estratégica de garantir vitórias por categorias, que apontassem no sentido de uma legislação universalista, pode ser vista, por exemplo, no comentário d'"A Voz" sobre a conquista da regulamentação dos salários profissionais pelos trabalhadores em madeira do estado. O jornal considera este direito, "aspiração dos trabalhadores em geral", como um passo na conquista do salário-mínimo. Dentro desta estratégia, ao contrário do que se poderia supor, os decretos de caráter geral, como o que dispõe sobre a jornada de 48 horas para todos os trabalhadores, se demonstram (ao menos num primeiro momento) menos promissores para a luta do que outros específicos, como aqueles sobre condições de trabalho (incluindo horário) nas barbearias ou, no caso, nas padarias. O caráter vago dos decretos gerais facilitava a tática de descumprimento patronal, enquanto os decretos

específicos possibilitavam, por sua maior precisão, o estabelecimento de precedentes na prática, visando furar o cerco imposto pela burguesia.[100]

O empresariado gaúcho defrontava-se, no período, com a perda do contato direto e das consultas que lhe eram feitas antes da adoção das leis sociais na gestão de Lindolfo Collor. Diante deste quadro, o Cinfa adotou a seguinte estratégia:

> "...intensificar seu contato com as entidades de classe do centro econômico do país, tal como a Federação Industrial do Rio de Janeiro, que atuava junto às comissões do Ministério para, através dela, fazer chegar seu posicionamento até a mesa de negociação; obstaculizar, de maneira mais ou menos sutil, a implantação das leis sociais que não lhes conviessem; estabelecer sólidas e estreitas relações com o representante do Ministério do Trabalho no plano regional."[101]

Os padeiros de Porto Alegre sofriam, desde 1932, os efeitos desta estratégia. Apesar dos decretos 21.186, de 22 de março e 21.364 de 4 de maio daquele ano estabelecerem a jornada de 8 horas no comércio e na indústria e o pagamento de adicional nas horas-extra, os proprietários lhes davam interpretação diferente, como se depreende do debate em uma reunião almoço do Cinfa:

> "O senhor Carlo Tannhauser expõe que o decreto que estabeleceu as 8 horas de trabalho determina que as horas excedentes a essas deverão ser pagos, mas não determina de forma taxativa que se faça acréscimos que elevem o salário-hora. Assim é que a combinação ou contrato estabelecido entre os proprietários de padaria e os padeiros, estabelecendo o salário-hora prevê o caso do trabalho por tempo maior de oito horas, devendo as horas excedentes ser pagas também, mas por salário igual ao das oito primeiras horas."[102]

---

[100] *A Voz do Trabalhador* nº 01, 14/10/33; Decreto nº 22.279 de 1933, *In: 'A Voz do Trabalhador* nº 03, 28/10/1933.
[101] Pesavento, Sandra J. e Fonseca, Pedro C. Dutra. *Relatório final: Industrialização gaúcha 1930/1940. Op. Cit.* P. 109.
[102] *Idem, Ibidem.* P. 118

Este tipo de interpretação levou o MTIC a censurar os empresários e causou o protesto do sindicato do padeiros, mas não foi capaz de gerar uma mobilização mais intensa da categoria até que o decreto 23.104 (específico sobre as condições de trabalho na panificação) fosse promulgado.

As raízes do "caso Padeiral" eram, entretanto, mais profundas. Desde a sindicalização da categoria, em 1905, até 1919, se verificaram oito paralisações. A luta pelo repouso semanal aos domingos iniciara-se em 1913 com um greve, durante a qual grupos de padeiros atacavam carroças de distribuição de pão com iodofórmio e querosene, inutilizando as cargas. O direito é conquistado mas descumprido, e o protesto contra esta situação leva à prisão de padeiros em 1915, gerando nova paralisação vitoriosa. Já em 1916, o objetivo da greve era a redução da jornada de trabalho.[103]

Em meio à polêmica que antecipa a greve de 1933, o ex-padeiro e então proprietário de padaria, Alexandre Piccini, atestava a viabilidade do trabalho diurno referindo-se a uma lei municipal de 1927, pela qual o trabalho das padarias era interrompido no domingo e só retomado às 24 horas. Lamentava que "tempos depois desapareceu este convênio", e o trabalho no domingo voltou a ser reiniciado às 12 horas. É bastante compreensível, portanto, que na sessão de oficialização do sindicato e filiação à Forgs, ocorrida após a frustrada negociação sobre a aplicação da lei da jornada de trabalho de 1932 a referência à trajetória de lutas da categoria fosse feita:[104]

> "Pede a palavra o nosso sócio Heitor Tanhasco dizendo que não podia deixar passar aquele momento sem lembrar os companheiros desaparecidos, os quais foram os incansáveis batalhadores e mártires da organização dos padeiros para o descanso dominical que é uma das aspirações dos padeiros;

---

[103] Marçal, João Batista. *Primeiras Lutas Operárias no RGS: Origens do Sindicalismo Rio-Grandense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985. P. 118; Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* Pp. 26, 83, 118. Conforme o relato verbal de antigos militantes aos atuais sindicalistas da categoria, o iodofórmio (produto de odor intenso) era injetado em ovos que posteriormente eram lançados sobre as carroças. Sobre os potenciais e riscos da ação direta desenvolvidas pelos padeiros nos anos 20, ver Capítulo V.

[104] *A Voz do Trabalhador*, nº 4.

convoca a nova diretoria para que o serviço diurno e o repouso dominical seja um fato."[105]

A legitimidade da reivindicação dos padeiros era reforçada pelo fato desta ser uma luta histórica em torno de direitos que em diversos momentos tinham já sido reconhecidos e posteriormente eram, na prática, negados. Este foi um dos elementos que contribuiu para tornar a greve um grande momento de enfrentamento e, do ponto de vista do Estado, um problema político de primeira magnitude. Outro ponto forte da categoria, que lhe possibilitava grande organização e poder de pressão, era o controle exercido pelo Sindicato sobre o mercado de trabalho através da sua bolsa de colocação.[106]

A forte ligação ao local de trabalho e o domínio técnico do processo produtivo possibilitariam ao Sindicato Padeiral a organização necessária para o enfrentamento de uma greve de longa duração e a autoridade para intervir no debate sobre a viabilidade da aplicação da nova legislação sem prejuízo ao fornecimento de pão para a população. Já sua longa trajetória de luta e seu papel na própria construção da Forgs permitiam que esta categoria, que estava longe de ocupar uma posição econômica estratégica, cumprisse o papel histórico de servir como vetor da reelaboração das experiências de luta operária autônoma diante da busca por efetivar os direitos operários no contexto, marcado pela intervenção estatal.[107]

O pomo da discórdia

Uma paralisação de quase 60 dias é, sempre, um movimento de envergadura impressionante, demonstrando grande força organizativa. Quando envolve um setor de atendimento à população, afetando diretamente o fornecimento de um bem básico para a alimentação cotidiana, é de se imaginar que cause grande transtorno e tensão na sociedade. Em função disto, o apoio da opinião pública torna-se de fundamental importância, e a legitimação que esta venha ou não a dar aos grevistas, assim como o seu julgamento sobre

---

[105] Ata de Assembléia Geral Ordinária nº 18, Sindicato dos Padeiros, 14/01/33.

[106] O funcionamento anterior desta bolsa explica porque o sindicato reagiu com frieza à primeira proposta de acordo oferecida pelos proprietários de padaria. O que os empresários ofereciam (a limitação do trabalho nas padarias aos sindicalizados) em grande medida já ocorria, como resultado do reconhecimento da bolsa de trabalho pela maioria das padarias. Sobre o funcionamento da bolsa, e sua importância na estratégia sindical, ver Capítulo V.

as atitudes tomadas pelos empresários ou pelo Estado podem determinar o saldo político do confronto. Nesse sentido, tanto padeiros quanto proprietários de padaria buscavam associar as suas propostas ao atendimento da população. Estes últimos argumentam:

> "1. A manipulação de massas depende exclusivamente do preparo do fermento. Para o preparo deste são necessárias mais ou menos 10 horas, para a manipulação das massas mais ou menos quatro horas e mais o tempo de cocção.[...]
>
> 3. (A)... população só receberá o pão novo por volta das 16 horas de segunda-feira."[108]

Respondiam os trabalhadores:

> "1... mesmo os fermenteiros iniciando o trabalho às 0 hora, às 5 da manhã as padarias terão pão suficiente para atender a população.
>
> O fato de terem os proprietários anunciado o fornecimento somente às 16 horas foi para indispor a população contra os operários em panificação, cujo Sindicato procurou e está procurando cumprir a lei".[109]

Para tentar sustentar suas teses, elementos ligados ao sindicato patronal chegaram até a boicotar a distribuição do pão das poucas padarias que, em outubro de 1933 adotaram o repouso dominical integral. Com o desenrolar da luta e da polêmica, outro elementos foram usados para tentar "ganhar" a simpatia popular para cada um dos lados em confronto, entre elas: as normas de higiene não observadas nos estabelecimentos, a intransigência dos adversários e a demissão dos novos contratados que seria gerada pela readmissão dos grevistas.

Nesse sentido, o fato de possuir a seu favor o testemunho tanto do fiscal da IRT quanto posteriormente do representante enviado pelo Ministério do Trabalho fortaleceu em muito as posições dos trabalhadores e deve ter contribuído para que o movimento conseguisse se manter por tanto tempo. Legitimadas por estes pareceres e respaldadas pelo fato de constarem explícita e detalhadamente de um decreto federal as pretensões dos

---

[107] Sobre a relação entre o controle do processo de trabalho e a organização sindical da categoria, ver Capítulo V.

[108] Machado, Carmem Lúcia B. *O movimento operário sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937. Op. Cit.* P. 266.

[109] *Idem, Ibidem.* P. 267-268.

padeiros se consolidaram como expressão de direitos que o discurso do Estado pós-30 e mesmo as leis já adotadas consagravam, mas que, após 3 anos, ainda não eram usufruídos pelos trabalhadores.

Analisando o discurso das partes envolvidas neste episódio e a forma como buscaram afirmar seus pontos de vista na polêmica podemos ter uma noção mais precisa sobre o que estava em disputa no "caso Padeiral". Entre os patrões, ao se reportarem à negativa operária em assinar a convenção coletiva proposta, falava-se em "perigosíssimo precedente", alertando o conjunto da classe para uma dimensão talvez insuspeita da questão, aparentemente tão específica. As atas do Cinfa são mais explícitas. Referindo-se às reivindicação de readmissão dos demitidos e pagamento dos dias parados, a entidade aponta que:

> "Se isso acontecesse, ficaria aberto um precedente de tal ordem subversivo do método de trabalho, que viria a afetar a classe patronal. Amanhã seriam eles a estabelecer as normas de funcionamento dos estabelecimentos, alheios às necessidades do negócio, aos interesses do empregador, ao desenvolvimento da indústria, atendendo unicamente às aspirações dos seus orientadores"[110]

Esse tipo de argumento não era exatamente uma novidade, e certamente constituía uma forma recorrente de mobilizar a consciência de classe dos empresários através do temor da perda de algo que lhes era tão caro quanto a propriedade em si: o controle absoluto sobre o processo e as regras contratuais que regem o trabalho. Já em 1906, diante de uma greve geral que mobilizou 3.000 operários em prol da jornada de trabalho de 8 horas Alberto Bins, líder industrial do ramo da fundição e futuro prefeito municipal se posicionava no mesmo sentido:

> "Disse ele que a questão de hora de trabalho, levantada pelos grevistas, era uma questão muito séria, era questão de princípios:

---

[110] Citado em Machado, Carmem Lúcia B. *O movimento operário sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937. Op. Cit.* P. 280.

> Nem na velha Europa, onde o partido socialista, depois do católico, é o mais forte, ainda não conseguiram impor sua vontade. A ser isto adotado em nossa capital constituiria este fato uma vitória de tal natureza, que colocaria os patrões na posição de caixeiros de seus operários, que amanhã, se julgariam no direito de fazer novas imposições.[111]

A recorrência deste discurso pode nos levar a considerar que o tom apocalíptico nele presente constitui apenas um recurso para aumentar o seu impacto. Podemos porém também pensar que ele expressa a consciência de que a crescente organização e pressão operárias, mesmo não alcançando plenamente os seus objetivos, atingem de forma decisiva as relações de trabalho e que determinadas concessões, mesmo que pontuais, poderiam se constituir em estímulo para reivindicações crescentes. Esta questão parece ter preocupado o empresariado de forma constante desde que as primeiras lutas operárias começaram a se manifestar na Primeira República. Entretanto, a conjuntura de 1933-1934 oferecia alguns agravantes. Embora de pouca eficácia prática no que diz respeito ao cumprimento da lei, o simples reconhecimento pelo Estado varguista da legitimidade da aspiração por um direito trabalhista básico e universal, somada à legalização dos sindicatos, havia fortalecido a pressão do movimento sindical. O processo de fundação de entidades e aumento na sindicalização haviam se espalhado pelo estado, criando uma estrutura orgânica potencialmente poderosa.

De outro lado, o descumprimento da lei começava a corroer as bases da relação entre Estado e sindicatos. Já em janeiro de 1933 voltam a ocorrer greves como a dos mineiros de São Jerônimo, em função de atrasos no pagamento e custo de gêneros alimentícios. O Estado começava a perder a capacidade de se antecipar aos conflitos e garantir a "harmonia social" apenas através de sua ação legisferante.[112]

Este risco parecia particularmente grave diante da agenda política colocada para 1934, que previa a eleição da Assembléia Nacional Constituinte e o fim do Estado de exceção, com eleições para presidente da República. Neste contexto, era natural que os

---

[111] *Correio do Povo*, 07/10/06. *In:* Petersen, Sílvia R. F. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". *Op. Cit.*

[112] Machado, Carmem Lúcia B. *O movimento operário sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937. Op. Cit.* P. 139.

getulistas, que tinham como grande trunfo político a "moderna legislação trabalhista", e haviam contribuído para colocá-la no centro do debate político, buscassem contornar qualquer crise que colocasse em cheque a efetividade desta legislação. Este era o flanco atingido pela linha de intervenção do sindicato dos trabalhadores no caso Padeiral. Vejamos este telegrama de 28 de dezembro de 1933:

> "Dr. Salgado Filho - Ministro do Trabalho - Rio. Padeiros despedidos em massa em 18 do corrente único crime pedir cumprimento lei, população sem pão, esperamos V. Excia. braços cruzados verificar verdades quem pretende destruir legislação brasileira trabalho. Ass. Laudelino Seipa, presidente."[113]

No mesmo sentido ia a declaração do líder padeiro e dirigente da Forgs, Leopoldo Machado, de que "o Sr. ministro do Trabalho nos fará justiça, caso contrário, importará na queda da legislação social brasileira". O desgaste político causado ao governo pela greve e o temor sobre o seu desfecho não podem ser subestimados, à medida que, além de tudo, o sindicato em questão se constituía em uma das maiores bases dos getulistas no sindicalismo gaúchos. Era getulista o próprio João Lattuada, padeiro indicado para o cargo de Sub-Fiscal do Trabalho pelo Sindicato quando este ainda gozava de boas relações com a IRT, que assume papel de destaque no movimento ao lado dos trabalhadores. Mesmo sindicatos ligados ao Círculo Operário de Pelotas, arqui-rival da Federação Operária, aderem num primeiro momento do conflito à denúncia do desrespeito à legislação no Estado e à cobrança de providências do MTIC a respeito.[114]

Além do aspecto político conjuntural, de fato o debate entre as interpretações divergentes sobre o decreto 23.104 envolvia uma questão jurídica cuja definição poderia constituir precedente para a aplicação do conjunto das leis trabalhistas. A questão era se, ao prever o repouso dominical integral e a jornada de oito horas, salvo convenção em contrário, a lei assegurava de antemão estes direitos, ou se obrigava à assinatura de convenção coletiva regulamentando-os e restringindo-os. Ou seja, estava em discussão a auto-aplicabilidade da legislação. O largo alcance que esta definição poderia ter explica por

---

[113] *Idem, Ibidem.* P. 272.

[114] *Idem, Ibidem.* P. 274. Cfe: Entrevista com Elóy Martins, 21/01/91. Lattuada viria a ser presidente do Círculo Operário de Porto Alegre. Cfe: Marçal, João Batista. *Primeiras Lutas Operárias no RGS: Origens do Sindicalismo Rio-Grandense. Op. Cit.* P. 58.

que, sendo específica, a greve dos padeiros era uma luta por precedentes gerais, sustentada com a solidariedade de toda a classe trabalhadora porto-alegrense e dirigida pela Forgs.

Vitória ou derrota ?

A maioria dos pesquisadores que defrontou-se com o caso Padeiral analisou-o como uma derrota do movimento operário gaúcho frente ao Estado e ao empresariado. Este ponto de vista era, aparentemente, compartilhado pelos sindicalistas do período. Como podemos perceber na ata de uma assembléia já citada:[115]

> "Pede a palavra o companheiro Mário Lattuada, que diz que finda a nossa luta a classe não havia de se esfacelar, que ele como representante junto à Federação iria dizer a todos os trabalhadores que as leis sociais no Rio Grande do Sul foram derrubadas por trinta e poucos proprietários de padarias, e que portanto os trabalhadores desiludissem que não existe lei para eles."[116]

Essa avaliação transpareceria também na decisão do Congresso Operário de primeiro de maio de 1934 de não mais recorrer à IRT em função da não confiabilidade desta repartição e do fato de que as leis sociais não satisfaziam aos trabalhadores. Entretanto, ao contrário do que estas avaliações contemporâneas indicam, os termos do acordo final e o próprio processo de sua realização dificilmente poderiam ser vistos como uma derrota inequívoca do movimento. Ao conquistar o reinício do trabalho no domingo às 22 horas e a readmissão dos demitidos, na verdade o sindicato obtinha um acordo mais favorável do que o anteriormente aprovado, mediado por Waldir Niemeyer, e que só não foi adotado porque os patrões pretenderam introduzir modificações na hora de assiná-lo. O primeiro acordo só garantia a readmissão dos grevistas e remetia as demais questões para uma convenção coletiva posterior, sem garantir os termos desta última.

Por outro lado, é verdade que não se obteve o cumprimento integral do decreto 23.104 nem a demissão do inspetor Regional do Trabalho. De todo modo, são raríssimas as

---

[115] A única sugestão em contrário é de Lucas, Maria Elizabeth da S. *A Federação Operária do Rio Grande do Sul e o movimento operário gaúcho de 1931 a 1935. Op. Cit.* para quem "a validade das leis sociais foi posta em perigo". A autora dá ênfase particular para a intervenção pessoal de Salgado Filho na conclusão do episódio.

[116] AGE -SP s/n, 10/02/34.

ocasiões em que uma greve obtém a totalidade das reivindicações formuladas. Já citamos a importância dada pelo Estado à capacidade de antecipação à luta e criação de direitos conciliatórios, que aparentemente havia sido demonstrada entre 1930 e 1933. Uma avaliação da conjuntura seguinte demonstra que esta capacidade foi perdida momentaneamente, e só recuperada no Estado Novo à custa, de um lado, de uma intensa repressão, e de outro, da garantia do cumprimento de um leque mínimo de direitos trabalhistas através da Justiça do Trabalho.

Uma avaliação totalmente negativa das lutas deste período parece pressupor que a intenção original do projeto getulista incluía, de fato, ampliar e generalizar a legislação de proteção ao trabalho e fiscalizar efetivamente a sua aplicação, e que isto ocorreria naturalmente. A análise do caso Padeiral nos leva a questionar este raciocínio, ao menos quando o cumprimento da legislação enfrentasse resistência dos patrões, ou seja, ao contrário do que afirmava o discurso destes, na imensa maioria das vezes.

É importante também analisar o saldo político do movimento para a Forgs. O fato da entidade receber pessoalmente das mãos do ministro do Trabalho a sua oficialização após ter dirigido um movimento tão acirrado, ter assumido publicamente a defesa do direito de greve e seus dirigentes principais serem progressivamente identificados como esquerdistas não pode ser menosprezado. Se é verdade que o PCB, que se tornava força hegemônica no sindicalismo no estado, era desde o princípio descrente em relação ao cumprimento dos direitos trabalhistas e questionava a idéia de "harmonia social", o desenvolvimento da luta dos padeiros e o papel desempenhado pela Federação contribuem para tornar este tipo de visão amplamente difundido no meio operário.

Reafirmava-se, assim, a necessidade da organização e mobilização sindicais para a obtenção de conquistas reais, e a oficialização foi praticamente o reconhecimento disto pelo Estado. Portanto, as avaliações pessimistas sobre o resultado do episódio devem ser analisadas no contexto de uma oportunidade privilegiada para que, diante do desgaste da visão colaboracionista no movimento a crítica ao caráter da legislação social brasileira se afirmasse e fosse compartilhada pelas bases sindicais. Longe de refletir a desilusão de sindicalistas que esperavam ingenuamente a garantia de seus direitos como beneplácito do Estado, estas avaliações apenas consolidavam o ceticismo já antes manifesto e atualizavam a defesa da autonomia operária em um momento onde a possibilidade de atuação por dentro

do sindicalismo oficial começava a se restringir progressivamente. A greve dos padeiros abria assim um período de ascensão e radicalização das lutas dos trabalhadores que atingiria o seu ápice em 1935.

Negociação e conflito: a greve geral abortada de 1935 e a luta pela efetivação da lei

Entre 1931 e 1937, o Estado brasileiro criou uma série de leis trabalhistas sem que se mostrasse efetivamente capaz de ou disposto a assegurar sua implementação. A busca por assegurar o cumprimento e a generalização de um leque de direitos básicos, contra a resistência empresarial, daria a tônica da primeira crise entre trabalhadores e a política trabalhista varguista.

Os desdobramentos da greve dos padeiros, encerrada em fevereiro de 1934, levaram a um duplo recrudescimento. A Forgs assumia um discurso cada vez mais radical e claramente partidarizado. Já a repressão policial adquiria caráter progressivamente violento. Se os padeiros realizaram o seu movimento sem enfrentar prisões e intervenção no seu sindicato, já no segundo semestre de 1934 o quadro era outro. Em setembro, o segundo secretário do sindicato dos metalúrgicos, o húngaro Millan Knafelz, seria preso e deportado. No mesmo período, ocorria a prisão de uma caravana operária oriunda de Porto Alegre em visita a Santa Maria.[117]

No final de 1934, ocorrem greves por fábrica, como a da empresa Schmelling & Hertsfeltz.



Baldelino Lemos (de terno branco), interventor no Sindicato dos Metalúrgicos, compartilha "frios, doces e líquidos" com autoridades civis, religiosas e militares, durante o Estado Novo. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

[117] A expressão orgânica da partidarização da Forgs é a fundação da Liga Eleitoral Proletária (LEP), criada e mantida pela Federação para concorrer às eleições de 1934, que declara publicamente em seu manifesto seguir a "linha revolucionária do Partido Comunista do Brasil - Seção da I.C.". Cfe: Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* P. 405. AGE -SMs nº 52 (14/9/1934) e nº 53 (28/9/1934).

Em 1935, a atividade grevista se alastrava. Mal os marítimos encerravam a sua paralisação nacional, os operários em fábricas de tecidos de Porto Alegre lançavam uma plataforma pleiteando: aumento salarial (entre 30% e 50%); salário igual para ambos os sexos; sábado inglês ("trabalhar meio dia e receber o dia inteiro"); cumprimento da lei de férias; abolição dos serões ("particularmente para os jovens e mulheres"); diversas questões relativas a higiene, condições de trabalho, e regulamentação da aprendizagem. Não sendo atendidos, no mesmo dia, 11 de janeiro de 1935, decidiam paralisar o trabalho.[118]

Os empresários alegavam a existência da legislação social para justificar sua recusa ao diálogo direto com os grevistas. Já a Forgs argumentava que não se entenderia com "terceiros" (a IRT), seguindo conselho dos próprios patrões, que sempre haviam condenado a presença de "intermediários" nas negociações.[119]

A grande limitação do movimento têxtil foi não conseguir a adesão da maior indústria do ramo, a Renner. Era a partir desta base, e contando com a adesão do ex-dirigente da Forgs, Roman Martirena, que o Inspetor Regional do Trabalho, Ernani de Oliveira, buscava convencer os trabalhadores da inutilidade da greve e da necessidade de fundar um novo sindicato, já que o atual encontrar-se-ia tomado por "elementos extremistas".[120]

A imprensa ofereceu sua colaboração à versão de que os operários estariam sendo arrastados à greve contra a sua vontade, narrando estorietas como a da operária Eva Lourenço da Silva. Após argumentar com um grupo de grevistas que "era pobre, tinha que sustentar a mãe que é viúva, e por isso voltara ao trabalho", Eva teria escapado de ser esbordoada pela colega Flora Popp apenas por reagir utilizando a tesoura que portava consigo. A idéia da greve "artificial", conduzida por "agitadores" servia mais uma vez para justificar a feroz repressão arquitetada por empresários e governo.[121]

---

[118] AGE -SMs nº (14/9/1934) e nº 55 (26/10/1934). Houve polêmica pelo fato de a greve ter sido decretada sem conhecimento prévio do sindicato, sendo nomeada uma comissão para negociar junto com os grevistas. *Correio do Povo*, 12/01/35. *In:* Petersen, Silvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit. P*p. 416-418.

[119] *Correio do Povo*, 13 e 15/01/35. *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* Pp. 418-423.

[120] *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/01/1935. *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* Pp. 418-422. Sobre a política anti-sindical da Renner, ver Capítulo III.

[121] *Correio do Povo*, 17/01/35. *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* Pp. 426-428.

Foi nesse contexto que, atendendo aos apelos dos têxteis à solidariedade das demais categorias, os metalúrgicos declararam-se em greve em 16 de janeiro de 1935. A orientação da Forgs era no sentido do desencadeamento de uma greve geral no estado, havendo um processo de preparação por parte de mineiros, ferroviários, gráficos da Livraria do Globo e transviários (trabalhadores no serviço de bondes). Nos setores de transportes, capazes de influírem na paralisação da cidade e do estado, o PCB possuía suas células mais organizadas.[122]

Enquanto os jornais alardeavam o iminente retorno ao trabalho nas fábricas de tecidos (noticiado desde que a greve iniciara), os metalúrgicos desencadeavam o seu movimento. A tática adotada era a de um "arrastão" partindo do Estaleiro Alcaraz (situado na Ilha do Chico Inglês, em meio ao Rio Guaíba) e seguindo pelas principais fábricas concentradas no bairro Navegantes. Paralisado o estaleiro por volta das 11 horas da manhã, os grevistas seguiram rumo à fábrica Berta de fogões (de propriedade do ex-prefeito Alberto Bins), onde foram surpreendidos pela polícia e obrigados a recuar para a sede do sindicato.

Nenhuma outra empresa havia aderido, o que na interpretação de Eloy Martins teria ocorrido em função de dois fatores: a organização dos grupos de fábrica teria sido superestimada e o presidente eleito do Sindicato dos Metalúrgicos, José Baldelino Lemos, estaria de fato ligado à polícia e teria sabotado o movimento. Surpreendida pelo vazamento de informações e sem a adesão esperada, a greve efetivou-se de modo apenas parcial. Aderiram 60% dos operários das indústrias Alcaraz & Cia e Só & Cia, parcela não especificada dos empregados das empresas Micheletto e Geral de Indústrias e a totalidade dos operários do estaleiro Martellet & Irmãos. Não houve paralisação nas importantes empresas Berta, Wallig, José M. Becker e Mabilde.[123]

---

[122] Martins, Elóy B. *Um depoimento político. Op. Cit.* P. 59; Marçal, João B. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul. Op. Cit.* P. 41.

[123] O relato acima baseia-se fundamentalmente em Martins, Elóy B. *Um depoimento político.* P. 59. Em função de sua atuação durante a greve, Baldelino foi afastado da presidência do sindicato em março do mesmo ano assim que as atividades da entidade foram retomadas (Cf. AGE -SM nº 60 de 1º/3/1935), sendo entretanto reeleito como vice na assembléia seguinte. A partir daí, as atas registram sua atuação propondo o fechamento da Forgs e colaborando com a Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS) e com a IRT ao longo de todo o Estado Novo, quando voltou à presidência da entidade. *Correio do Povo,* 19/01/35, *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* Pp. 431-434.

A gravidade das represálias em preparação podia ser pressentida na recusa do inspetor Regional do Trabalho em revelar à imprensa as deliberações adotadas a portas fechadas entre empresários do setor metalúrgico, polícia e Interventoria do Estado no segundo dia da greve. No dia seguinte, o primeiro secretário do PCB no estado, Dr. Mário Couto, era assassinado numa emboscada policial à plena luz do dia no centro da cidade. O episódio foi a senha para o desencadeamento de uma série de prisões arbitrárias, como a de 13 operários que se encontravam no interior da sede da Forgs quando a mesma foi fechada e outras efetuadas nos bairros afetados pelas greves, a partir do patrulhamento ostensivo realizado pela Brigada Militar. A 22 de Janeiro, o movimento estava encerrado sem que nenhuma das reivindicações tivesse sido atendida.[124]

Após a greve de 1935, apesar das dificuldades causadas pelo acirramento da repressão e do controle da vida sindical, as tendências pró e anti-Vargas conduziam seu enfrentamento em um terreno comum: havia leis e elas não eram cumpridas. Reconhecia-se tanto que a luta era agora travada centralmente no terreno legal, quanto que a efetivação dos direitos teria de superar a resistência patronal. As divergências se davam sobre o grau de autonomia da ação dos trabalhadores na defesa dos seus interesses. O comunista Eloy Martins marcava posição no sindicato sob intervenção, discursando que quando não havia leis os trabalhadores se entendiam melhor, mas aproveitava o diagnóstico sobre a miséria do momento e questionava o inspetor Regional do Trabalho, presente ao sindicato, sobre a possibilidade de se fazer campanha em prol do salário-mínimo. O deputado classista Carlos Santos, por outro lado, quando afiançava que 1930 trouxera vantagens para os trabalhadores, era forçado a reconhecer que os patrões não queriam cumprir as leis e solicitar aos sindicalizados que fizessem "força para ajudar".[125]

Avançava também a busca por converter o sindicato em intermediário nas relações entre capital e trabalho, com a vinculação do gozo das férias e do encaminhamento

---

[124] Entre os crimes atribuídos pelos comunistas gaúchos à polícia secreta do governador Flores da Cunha se incluem também o assassinato a machadadas do ex-líder estudantil Waldemar Rippol, o suicídio forjado do jornalista Aparício Cora de Almeida e o aparente envenenamento do gráfico Moarê Martins, dirigente da Forgs e irmão do metalúrgico Eloy Martins. Cfe: Martins, Elóy B. *Um depoimento político. Op. Cit.* Pp. 61-64; Marçal, João Batista. *Comunistas gaúchos: A vida de 31 militantes da classe operária.* Porto Alegre: Tchê!, 1986. Pp. 39-43. Também *Correio do Povo*, 17, 19 e 22/01/1935, *In:* Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth (Org.). *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Op. Cit.* Pp. 426-428, 431-434, 436-437.

[125] AGE -SMs nº 76 (04/10/1935) e nº 81 (13/12/1935).

de reclamações às Juntas de Conciliação e Julgamento à sindicalização. Enquanto os sindicalizados outorgavam às entidades poderes para gestionar os benefícios que a lei lhes facultava, os patrões dirigiam-se a elas cobrando a conduta dos associados no trabalho e justificando suas atitudes no cumprimento ou não da lei. Em junho de 1935, um associado solicitou informações sobre seu pedido de férias. O vice-presidente esclareceu que a IRT concedera ao trabalhador apenas cinco dias, atendendo à alegação de que ele não tinha hora para entrar no serviço, "tomava chimarrão com o dono" e, enfim, era "quase como um sócio" da firma. O sindicato decidiu ir à Inspetoria para tentar resolver a "questão", mas também escolheu uma comissão para verificar com o "companheiro" se a empresa dizia mesmo a verdade.[126]

Muitos anos após as greves de janeiro de 1929, as atas das assembléias dos metalúrgicos de Porto Alegre ainda estão recheadas de referências às orientações governamentais sobre a "justa" interpretação da lei de férias e as formalidades necessárias ao exercício deste direito. Muitos processos de associados que enfrentavam o "desprestígio" e a "má-vontade" dos empresários para com aquela lei foram encaminhados à IRT e ao menos uma greve de fábrica foi motivada pela concessão de férias apenas para alguns trabalhadores. Entretanto, a legitimação do exercício desse direito passava por mediações bastante complexas. Ao tentar descaracterizar o vínculo empregatício (o trabalhador era "quase um sócio"), o empresariado identificava a letra fria da lei com a quebra de uma suposta reciprocidade nas relações de trabalho. A reação sindical era também sensível a este tipo de argumentação. Ao invés de considerar o direito às férias integrais como um dado, se escolhia uma comissão para verificar se era "verdade" o que dizia a empresa.[127]

De fato, o enfrentamento deste tipo de situação tocava em algo muito caro aos operários organizados: seu orgulho profissional. A cultura sindical do período se pautava por uma ética de trabalho marcada pela observância de horários, produtividade, sobriedade, linguagem e comportamento respeitosos com relação a colegas e empregadores. Essa

---

[126] A respeito da relação entre a valorização da disciplina no trabalho e a visão governamental e patronal sobre o papel do sindicato, ver Munakata, Kazumi. *A legislação Trabalhista no Brasil. Op. Cit.* Pp. 90-95. AGE - SMs nº 68 (14/6/1935) e nº 69 (s/d).

[127] AGE -SMs nº 42 (20/4/1934), nº 65 (26/4/1935), nº 73 (9/8/1935), nº 81 (13/12/1935) e nº 91 (12/11/1936).

postura era considerada condição prévia para o exercício de um papel reivindicatório. O sindicalista Nery Zamora, por exemplo, fazia numa assembléia geral uma ardente defesa da "disciplina" nas fábricas e da necessidade de se evitar "divergências" com os patrões, mas voltava a se pronunciar depois de dois meses para destacar que "a Inspetoria Regional do Trabalho foi criada apenas para tapear os trabalhadores" e que "sem luta nada se conquista".[128]

O sindicato era cobrado e se sentia responsável pela atitude profissional dos seus associados. Buscava assim afirmar-se a partir do reconhecimento da capacidade e seriedade da categoria, somado a um intenso trabalho de organização de base. O exercício do poder de negociação assim obtido, esperava-se, estaria refletido no estabelecimento de convenções coletivas de trabalho, como a negociada com a empresa Cipriano Micheletto. Três propostas patronais relativas à questão das horas-extra foram rejeitadas pela assembléia. Inicialmente, o proposto era 25% de pagamento suplementar, acrescido posteriormente de 100% quando o trabalho extraordinário excedesse a duas horas. Havendo acordo sobre os percentuais, a terceira versão da convenção mesmo assim não foi aceita por manter a obrigatoriedade da realização do "serão", caso o patrão assim o desejasse. Não sabemos em que termos a negociação foi concluída, mas segundo o registro do sindicato, a primeira convenção de trabalho efetiva viria a ser firmada apenas em 1952.[129]

A violenta repressão à greve de janeiro de 1935, que prenunciou não apenas o Estado Novo, mas a própria caça aos comunistas desencadeada a partir da tentativa insurrecional de novembro daquele ano, representou um duro baque para o movimento operário porto-alegrense. Os sindicatos mais importantes da cidade permaneceriam sob intervenção ou com diretorias fantoches por cerca de 10 anos. O fracasso em sustentar uma greve no setor têxtil e do vestuário no momento em que este consolidava sua expansão, com a Renner se tornando um imenso complexo industrial com avançadas políticas de "capitalismo de bem-estar", representaria uma debilidade estrutural de longo prazo, no que

---

[128] AGE -SMs nº 73 (9/8/1935) e nº 77 (18/10/1935). Outro ponto de vista, que considera esta defesa da disciplina uma decorrência da hegemonia do PCB no movimento operário é defendido por Munakata, Kazumi. *A legislação Trabalhista no Brasil. Op. Cit.* Pp. 49-51.

[129] Na AGE -SM nº 86 (6/3/1936), por exemplo, uma construtora pede certificado de conduta de um sindicalizado e na AGE -SM nº 86 (6/3/1936) uma firma remete ofício ao sindicato condenando outro por abandonar o emprego. Na AGE -SM nº 90 (21/8/1936) decide-se pela expulsão do associado Osvaldo Rocha

diz respeito à implantação do movimento no parque fabril emergente do 4° Distrito. Porém, nas categorias ou empresas em que o longo ciclo de greves de 1929 a 1935 havia dado origem a grupos clandestinos de fábrica e a uma tradição de luta cotidiana, a organização operária amadureceria aguardando o momento de voltar a lançar-se em movimentos com visibilidade pública e de reconquistar o espaço sindical oficial.

---

por ter praticado atos desabonadores à empresa Micheletto. AGE -SMs n° 83 (29/2/1936), n° 84 (7/2/1936), n° 88 (18/3/1936) e n° 90 (21/8/1936).

Greves e movimentos 1945-1952



Manifestação Queremista em Porto Alegre. Acervo: Sindicato do Metalúrgicos de Porto Alegre.

O período de democratização que se seguiu à queda do Estado Novo foi um dos mais ricos na história da luta sindical no país. Em Porto Alegre, algumas categorias começaram a mobilizar-se, a partir da pressão dos grupos de fábrica sobre os sindicatos, já no ano de 1944. Foi este o caso dos metalúrgicos, que no final de novembro daquele ano, desencadearam uma paralisação que duraria quinze dias, reivindicando um aumento salarial de 1.000 réis por dia.[130]

Uma nova temporada grevista ocorreria entretanto em 1945, numa conjuntura marcada, por uma lado, pela iminente vitória aliada sobre o nazi-fascismo (logo confirmada), à qual seguiu-se um amplo movimento pela democratização do país, mas

[130] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.

também pela revolta generalizada contra os lucros excepcionais obtidos pelos especuladores no período da guerra, que havia provocado uma enorme carestia.

No que diz respeito às forças políticas atuantes no movimento operário, dois processos merecem destaque. De um lado, a formação do PTB, que pretendia dar organicidade à imensa simpatia dos trabalhadores pela figura de Vargas, ao menos na medida em que este era identificado com a legislação social produzida por seu regime. De outro, a preparação do PCB para viver um curto, porém fértil, período de legalidade. Os comunistas, que inicialmente ensaiaram uma aproximação das forças "democráticas" anti-Vargas, logo avaliaram que a melhor opção conjuntural seria contribuir para a manutenção do enfraquecido ditador enquanto realizava-se a constituinte, impedindo a consolidação de uma nova aliança conservadora no poder. Daí seu apoio ao movimento "queremista", buscando transformar o lema "Queremos Getúlio!" no algo mais complexo "Queremos Constituinte com Getúlio!".

Nesta breve fase oficialista, os comunistas se viram subitamente transformados, ainda que transitoriamente, num simulacro de partido da ordem, apelando aos trabalhadores que não fizessem greves, que "apertassem os cintos" e colaborassem com os patrões "progressistas" e "democráticos" contra o imperialismo. Como demonstra Paoli, esta linha política chocava-se frontalmente como o avanço das lutas operárias que, aproveitando a euforia democrática, se disseminavam pelo país, paralisando as fábricas e tomando as ruas. A contradição vivida pela esquerda era aquela entre a definição estratégia assumida por suas direções e a fidelidade àquela que ela mesmo definira como sendo sua principal base social:

> "A contestação política que se apercebeu deste tempo apenas como degrau para chegar a idéias tradicionais de tomada do poder, consciência unitária de classe e generalização hierárquica de objetivos, certamente transformou-se, neste momento, em uma retórica que não apreendeu os fundamentos de sua ação e os desafios concretos propostos para a classe."[131]

---

[131] Paoli, Maria Célia. "O trabalhador urbano na fala dos outros". *Op. Cit.* P. 99

O impasse entre as orientações conflitantes do movimento e do partido colheu os militantes operários comunistas em pelo fogo cruzado, mas muitos deles, ainda que com alto custo, optaram por seguir a tendência definida pelas bases. Elóy Martins relembra que:

> "Meu espírito de classe entrava em choque com a orientação partidária, a qual aceitava de forma forçada. Não podia entrar na minha cabeça o apoio irrestrito a Vargas e posteriormente a política de apertar o cinto para evitar greves." [132]

Naquele ano, numa assembléia dos metalúrgicos no salão da Sociedade Espanhola, discutindo a luta por um aumento de salários, Martins, que seria o último orador, encontrou a massa agitada. Contrariando a linha do PCB e dos camaradas que o antecederam, ele interveio no sentido da deflagração da greve, que logo a seguir foi aprovada. A situação repetiu-se quando, encarregado de levar solidariedade a uma assembléia de ferroviários em Santa Maria, também discursou em favor da paralisação, considerando que

> "se fizesse o contrário, estaria enganando os trabalhadores, pois sem um movimento grevista jamais as reivindicações seriam conquistadas. De volta a Porto Alegre, fui duramente criticado e rebaixado de responsabilidade na direção do partido no município, de secretário passei a simples membro da comissão sindical."[133]

Apesar desta contradições, este foi sem dúvida o momento de maior crescimento na história do PCB. Captando a simpatia geral pela União Soviética após a libertação do leste europeu, e por Luís Carlos Prestes, que logo seria libertado da prisão, o partido conseguiria na sua breve legalidade expressar politicamente não apenas um dos setores mais significativos do movimento operário em rearticulação, mas também uma série de outros segmentos emergentes da sociedade civil organizada, tais como moradores de bairros populares, mulheres, intelectuais e estudantes. Na eleição presidencial do final do ano, seu candidato Yedo Fiúza conseguiria um resultado surpreendente, atingindo 10% da

---

[132] Martins, Elóy. *Um depoimento político. Op. Cit.* P. 77.
[133] *Idem, Ibidem.* P. 77.

votação nacional, índice que em Porto Alegre se elevaria a 30% (oscilando entre 26 e 34% em seis juntas eleitorais), o que fazia dele o segundo candidato mais votado no município, atrás apenas do vencedor, Gal. Eurico Dutra, cuja votação no município ficou entre 43,22 e 61,77%, com média de 48 %. [134]

A definição e implementação de uma linha sindical pelos comunistas, porém, ainda estava sujeita às polêmica apontadas acima quando, no início do ano, se iniciava uma importante seqüência de greves por todo o estado, que atingiria Porto Alegre com maior peso em abril. Já os trabalhistas, estavam em franco processo de constituição e definição de identidade, à medida que se diferenciavam organicamente dos setores conservadores tradicionais que haviam dado sustentação a Vargas, os quais viriam a se agrupar no PSD. Na sua perspectiva, um dos principais trunfos a ser utilizado para conquistar a adesão da mobilizada classe operária do período era o seu acesso a importantes postos políticos, o que, apesar da crise da ditadura, ainda poder-se-ia traduzir em um significativo poder de barganha, ao respaldar o movimento e pressionar os empresário por concessões.

Os conflitos trabalhistas de 1945 poderiam ser prenunciados já em janeiro, quando os frigorífico da região sul do estado, como o Swift de Rio Grande e Rosário, assim como o Armour, de Livramento, iniciaram demissões em massa. Este último, além de colocar 1600 operários na rua, era acusado de substituí-los por trabalhadores uruguaios para escapar das obrigações trabalhistas brasileiras.[135] No final do mesmo mês, os mineiros ligados ao setor carvoeiro, em São Jerônimo, iniciavam uma mobilização reivindicativa, contando com as simpatias do Tenente-coronel José Diogo Brochado da Rocha, presidente da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que os visitara pouco tempo antes. O movimento desembocou numa greve de mais de uma semana, exigindo "aumento salarial e condições humanas de trabalho". A extração do carvão se havia intensificado, à medida que a guerra levara à redução do fornecimento de petróleo, e o trabalho ocorria 24 horas por dia, com

---

[134] Noll, Maria Izabel e Trindade, Hélgio (coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945/1994*. Porto Alegre: Edufrgs/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995. P. 23; Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: TRE-RS.

[135] Moure, Telmo Remião. "O operariado do Rio Grande do Sul e o Estado (janeiro a abril de 1945)". Porto Alegre: Ufrgs-IFCH, Dissertação de Bacharelado em História, 1979. Pp. 16-22, 31.

revezamento contínuo de turmas. O caráter estratégico da produção serviu de justificativa para que, diante da paralisação, o Exército realizasse uma intervenção nas minas.[136]

A 05 de abril, seria a vez dos próprios ferroviários pararem, demandando a permanência de Brochado da Rocha na direção da Viação Férrea, a aprovação do estatuto que os definia como funcionários públicos, um salário-mínimo de Cr$ 500,00, aumentos escalonados de acordo com as faixas salariais, abono familiar de Cr$ 50,00 por filho e, por fim, a ausência de represálias após a greve. No dia seguinte, os principais setores da ferrovia: almoxarifado, via permanente, tráfego e movimento estavam desativados. Apenas o telégrafo "julgado necessário para a coordenação do movimento grevista" foi mantido operando. Brochado, aclamado nas reuniões grevistas, nas quais era saudado como "um ferroviário que participa dos sentimentos da classe", e considerado o "delegado" da categoria junto ao governo, conclamava porém os trabalhadores a que meditassem no "prejuízos que sua atitude traz à nossa economia". Endossando a fala do diretor, o líder grevista Doroci da Silva persuadiu seus colegas a aprovarem o retorno ao trabalho numa assembléia realizada no dia 06, proposta inicialmente não aceita pelos ferroviários da Estação Ramiz Galvão, que entretanto logo seriam dissuadidos de continuar sozinhos na paralisação. Após dez dias, a direção da empresa apresentaria à categoria uma proposta de acordo que incluía aumento de Cr$ 150,00, abono de Cr$ 50,00, seguro coletivo e medicina preventiva, mais a "rápida efetivação" dos estatutos. A proposta foi aceita. Semanas depois, entretanto, o interventor federal do estado, Ernesto Dorneles, apontaria a "intromissão de elementos agitadores" no movimento e, acusando o diretor de "liberalidade com seus funcionários", o demitiria.[137]

Paralelamente, na Carris de Porto Alegre, os bondes eram imobilizados por grevistas às 17 horas do dia 05 de abril, demandando um aumento de 40% sobre os salário vigentes, dois fardamentos gratuitos por ano e oito horas de trabalho diário. A empresa alegava que uma solução para estas reivindicações só poderia vir da administração central, no Rio de Janeiro, e que se encontrava em regime deficitário. Já o prefeito municipal, Antônio Brochado da Rocha, irmão de José Diogo, exigia da companhia o atendimento aos pleitos operários e, tentando obrigá-la a "assumir uma atitude positiva", prometia pagar dos

---

[136] *Idem, Ibidem.* Pp. 27-28.
[137] *Idem, Ibidem.* Pp. 37-42.

cofres públicos aos empregados, se a companhia não tivesse condições de fazê-lo. Demonstrando a importância da fraternidade nas lutas trabalhistas do período, o próximo ator a intervir no processo seria o jornalista Arlindo Pasqualini, irmão do grande líder trabalhista Alberto Pasqualini, diretor da "Folha da Tarde", que se apresentava como mediador do conflito, propondo que a empresa comprovasse o alegado déficit. Como a Carris desconversasse, Brochado, em reunião com operários, funcionários da prefeitura e diretoras da empresa, partiu para a ameaça: "- Se os senhores não assinarem hoje o acordo sobre os salários, amanhã a Prefeitura encampará os bondes!". Reminiscência de Borges e prenúncio de Brizola, o ultimato de Brochado rendeu aos trabalhadores um aumento de Cr$ 150,00 mensais, mantendo-se os 25% estabelecido em lei para horas extraordinárias. Dias depois, a Carris solicitava um aumento de passagens, indeferido pelo prefeitura. Não tardou muito para que os funcionários da Cia de Energia Elétrica Rio Grandense usassem do mesmo expediente que os seus colegas transviários.[138]

No dia seguinte, generalizam-se as paralisações na cidade. Os metalúrgicos buscavam aumentos escalonados por faixa salarial, entre 10% e 40%. Uma comissão de ativistas da categoria dirige-se aos principais estabelecimentos do ramo, conclamando os trabalhadores à greve e tentando abrir negociação com os patrões. Na Cia Siderúrgica Riograndense, é obtido uma acordo, atendendo aos 500 operários da empresa. A Wallig, que contava então com 350 operários, alegava ter concedido aumentos recentes, que atenderiam à maior parte do seu corpo funcional, mas se comprometia a estudar as demais reivindicações e oferecer uma resposta no mesmo dia. Os grevistas seguiram em passeata paralisando a fábrica de Balanças Santo Antônio, a Cia de Fumos Souza Cruz, as Estacas Franck, dirigindo-se, por fim, à Fábrica Berta. Nessa última, de propriedade do ex-prefeito Alberto Bins, repetindo uma cena já vista dez anos antes, depararam-se com um contingente expressivo da Brigada Militar, que visava "garantir a continuidade das atividades para aqueles operários não integrados ao movimento grevista". Os 160 trabalhadores da empresa não aderem à greve, e Bins criticava o movimento, alegando que "o apelo deveria ter partido de comissões designadas pelos sindicatos de classe e não de elementos estranhos às direções das entidades", o que deixa claro o alheamento da

---

[138] *Idem, Ibidem*. Pp. 44-48.

interventoria sindical dos metalúrgicos ao movimento, e sua condução pela militância de base da categoria.[139]

O movimento dos metalúrgicos atingiu outras empresas, além daquelas noticiadas pela imprensa. Foi na fábrica de rádios Tele-União, por exemplo, que se deu o encontro de Joaquim Celso de Lima, com a militância da categoria, o que posteriormente abriria o seu caminho para ingressar no PCB:

> "Um inverno doido, com o vento Minuano entrando pelas vidraças com tamanha violência que fazia a espinha endurecer. Olhar para fora da fábrica pelos vidros e ver milhares de casinhas de tábuas de caixote montadas em cima de pequenos barquinhos ou canoas, flutuando nas águas do Guaíba, agitadas pelo vento. O chuvisqueiro gelado cortava a alma de qualquer pessoa, por mais dura que ela fosse. Nestes dias houve o grito de greve dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre.
>
> Uma manhã dolorosa. Seis e meia, os trabalhadores que iam chegando topavam com pessoas estranhas na porta da fábrica, segurando faixas e gritando:
>
> - Companheiros e companheiras que trabalham em fábrica de rádio também são metalúrgicos! Os metalúrgicos de Porto Alegre estão em greve por aumento de salários, pedem a vocês que participem desta jornada de luta contra a exploração. Vocês também são amparados pelo sindicato e aqui seu representante está presente."[140]

Os operários da Tele-União se dirigiram ao sindicato, participando da formação de piquetes que rumavam para outras fábricas, acompanhados pela polícia, com quem, "aqui e ali", tinham algum enfrentamento. Em frente à Companhia Souza Cruz, porém, as escaramuças deram lugar a um "combate ferrenho", com os grevistas perdendo suas faixas e levando cacetadas. Lima se surpreendeu com a combatividade das suas colegas de

---

[139] *Idem, Ibidem*. Pp. 49-50.
[140] Lima, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso. Memórias de um operário comunista. Op. Cit.* P. 10.

trabalho, em número expressivo, já que o eletro-eletrônico era o segmento metalúrgico com maior presença feminina: "nossas companheirinhas de luta foram tão vigorosas no combate que muitas vezes nos faziam inveja".[141]

O movimento teve que enfrentar a evasão dos fura-greves. Na Tele-União, um capataz arrebanhava os trabalhadores que, ao invés de se dirigir ao sindicato, apareciam para ver se a paralisação continuava, dizendo-lhes que não era contra a greve, e que eles também ganhariam o aumento conseguido. O próprio representante sindical na fábrica "furou", alegando que a empresa o buscara em casa. Os piquetes foram desmobilizados após o calor dos primeiros dias, o mesmo ocorrendo com a repressão policial. A presidência do sindicato, que lutava para assumir o controle do movimento, recomendava calma, e a resolução da luta era canalizada para a negociação com o "ministério e o sindicato patronal". Lima sintetiza em uma palavra a avaliação dos trabalhadores sobre a atuação sindical: "Cachorrada". Restaram apenas seis grevistas até o final do movimento na empresa, no retorno ao trabalho, após um acordo firmado entre o sindicato dos trabalhadores e o das empresas, os trabalhadores foram surpreendidos pela firma, que não pagou o aumento acordado. Os ativistas da fábrica de rádios, após recorrerem ao sindicato, que encaminhou a questão à Justiça do Trabalho, foram premiados com um "bilhete azul".[142]

As greves de 1945 atingiram também uma série de outros setores. Em relação aos bancos, paralisaram o Banrisul, o Nacional do Comércio, o Porto-alegrense e o Agrícola Mercantil. Já os funcionário do Banco do Brasil, de Londres e da Província, declaravam-se satisfeitos, mas solidarizavam-se moralmente com os colegas, enquanto o presidente do sindicato, Artur Garcia, declarava que "o movimento se esboçara à revelia dos administradores da entidade, mas que tudo faria em favor da classe". As reivindicações eram um salário-mínimo de Cr$ 500,00 e aumentos entre Cr$ 150,00 e Cr$ 320,00, de acordo com a faixa salarial (com caráter de abono até que o governo Federal decretasse aumentos gerais), gratificações semestrais nunca inferiores ao ordenado, sábado inglês, retorno de 4 bancários transferidos para o interior "por castigo" e ausência de retaliações. O movimento contou com adesões no interior, especialmente nas agências do Banrisul e do

---

[141] *Idem, Ibidem*. Pp. 9-14.
[142] *Idem, Ibidem*. Pp. 9-14.

Banco Industrial e Comercial do Sul em Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana, São Leopoldo, Cruz Alta, Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul, Júlio de Castilhos, Santo Ângelo e Cachoeirinha.[143]

Na Cervejaria Continental, 800 operários também entraram em greve, exigindo 40% de aumento salarial e uma hora e meia de intervalo para o almoço. Na construção civil, demandava-se o mesmo índice, sob a alegação de que os salários em vigor não possibilitavam nem sequer a reposição de ferramentas. Os obreiros, seguindo a tendência de transviários e ferroviários em buscarem apoio oficial para o seu movimento, solicitavam a mediação de Darci Vignoli, chefe de Polícia, na negociação com empreiteiras. Já os estivadores, guindasteiros e serventes do porto pediam aumentos especificados para cada grupos de trabalhadores, além da demanda comum pelo pagamento de 50% nas horas-extras e 75% nos domingos e feriados. A greve se encerrou quando a Diretoria do porto solicitou que os trabalhadores retornassem, após dois dias, à pedido do governo do estado, que estaria encaminhando "estudos rápidos" para atender às reivindicações. Lixeiros, trabalhadores de tinturarias, da Fábrica de Rapaduras 'Delícia', e de algumas gráficas também entraram em greve (no último caso, a paralisação não atingiu as maiores empresas do ramo: Livraria do Globo, Selbach e Tipografia do Centro). Ameaçaram parar também carpinteiros e marcineiros. No interior, a greve se estendia ao Frigorífico Nacional Sul-Brasileiro, aos avulsos do porto e funcionários públicos municipais de Rio Grande, aos Mineiros de São Jerônimo, assim como aos cobradores e condutores de ônibus de São Leopoldo, Gravataí, Canoas e São Jerônimo.[144]

A estrutura sindical oficial, controlada ainda na sua maioria por interventores, buscou não apenas evitar assumir qualquer responsabilidade sobre o movimento, como também encerrá-lo o mais rapidamente possível. O Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecção de Roupas de Porto Alegre, por exemplo, declarou-se contra "paralisações espontâneas e isoladas" e em nota ao sindicato patronal solicitava a concessão de aumentos a título de abono, a partir de 1° de maio, com a "finalidade única de terminar com os movimentos grevistas que à sua revelia e muito contra

---

[143] Moure, Telmo Remião. "O operariado do Rio Grande do Sul e o Estado (janeiro a abril de 1945). Porto Alegre: Ufrgs-IFCH, Dissertação de Bacharelado em História, 1979. Pp. 50-52.
[144] *Idem, Ibidem*. Pp. 52-55.

a vontade de seus dirigentes, vêm-se realizando entre os componentes da categoria profissional". Algumas empresas, como a Renner, já se haviam antecipado à reivindicação, reajustando espontaneamente os salários e, à medida que o exemplo era seguido, a maioria dos grevistas retornou ao trabalho. Enquanto isso, seis federações, dezesseis sindicatos e uma associação profissional, representando 17 categorias (comércio, vestuário, construção civil e mobiliário, metalúrgicos, fiação e tecelagem, alimentação, alfaiates e costureiras, serviço de teatro e operadores cinematográficos, gráficos, energia termo-elétrica e gás, estivadores e navegação fluvial, oficiais marceneiros, sabão e velas, frios, carnes e derivados) enviavam um telegrama a Vargas reproduzindo o apelo que dirigiam às suas bases, no sentido de que os trabalhadores, honrando seu "espírito de lealdade e patriotismo", se mantivessem

> "na mais absoluta ordem, entregues ao trabalho construtivo, aguardando com serenidade e confiança as providências que já estão sendo tomadas pelo governo para melhoria geral dos atuais salários e combate aos gananciosos e exploradores do povo."[145]

As greves, é bom lembrar, eram ilegais de acordo com a Constituição em vigor. Embora o próprio Executivo municipal e estadual, assim como alguns empresários, manifestassem a opinião de que as paralisações eram legítimas diante do alto custo de vida, e destacassem a sua ordem e pacificidade, o delegado Regional do Trabalho, Norival Paranaguá de Andrade, recentemente homenageado pelo Cinfa por seus "relevantes serviços prestados aos industriais", não hesitaria em taxar os grevistas de "desordeiros e anti-sociais". O juiz Djalma de Castilho Maya, presidente do Conselho Regional do Trabalho também declarava que as paralisações "não encontram justificativa", e que a Justiça poderia ter resolvido as demandas, preservando a "produtiva harmonia". Já outros segmentos da população, como os estudantes de filosofia da Universidade de Porto Alegre e a União Estadual de Estudantes, que chegaram a organizar um comitê de apoio aos grevistas em abril, arrecadando donativos e alimentos, se mostravam preocupados com as "participações políticas no movimento".[146]

---

[145] *Idem, Ibidem*. Pp. 33-34, 53, 58.
[146] *Idem, Ibidem*. Pp. 29, 32-34.

Líderes políticos trabalhistas emergentes, como Alberto Pasqualini, buscavam na análise da paralisação respaldo para a doutrina social que começavam a sistematizar, e que viria a ser identificada com a "ala programática" do PTB. Num artigo publicado no *Correio do Povo* sob o título "A lição das greves", Pasqualini citava com admiração a Constituição Mexicana, que admitia e regulamentava as paredes, comparando-a favoravelmente com a visão repressiva contida na Carta de 1937. Porém, incorporando argumentação cara aos setores desenvolvimentistas do empresariado nacional, escrevia que "o simples aumento de salários, por si só não resolverá o problema", e que era necessário "romper esse círculo vicioso" entre aqueles e o aumento da carestia, sendo a única saída

> "o aumento da produção de utilidades de consumo, a redução dos gastos públicos improdutivos, notadamente, na medida do possível, as despesas militares que absorvem grande porcentagem dos ingressos público, a taxação dos lucros e aplicação da respectiva receita exclusivamente em obras e serviços de assistência social, a simplificação do cipoal legislativo que entrava a produção e entorpece a circulação de riquezas."[147]

Ilegais, e tendo a sua legitimidade como objeto de debate, repletas de contradições e com resultado duvidoso em termos de conquistas concretas para muitas categorias, as greves no estado eram parte de um amplo movimento nacional que recolocava o movimento operário em destaque na cena política. Em fins de abril, ocorreria o lançamento do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), que teria como principal bandeira a luta por reajustes salariais, visando contrabalançar o aumento do custo de vida ocorrido ao longo do Estado-Novo. O MUT viria a ter um importante papel de articulação das lutas sindicais nesta conjuntura.

Ainda no final de 1945, o risco de uma "greve ameaçando a interrupção completa do serviço de bondes e da energia elétrica em Porto Alegre" anunciava aquela que seria a principal demanda unificadora do movimento sindical nos anos seguintes. A paralisação tinha sido "evitada pelo pagamento de um bônus de Ano Novo" (Cr$ 400,00 para os trabalhadores dos bondes, e de um mês de salário, até o limite de Cr$ 1.200,00 para

---

[147] *Idem, Ibidem*. P. 35. Para a similaridade das posições de Pasqualini e de A. J. Renner no que diz respeito ao estímulo à produtividade (não à taxação dos lucros ou à legitimidade da greve), ver Capítulo III.

os eletricitários) pela direção da companhia, a partir de uma requisição do prefeito municipal, Ivo Wolf.[148]

Greves por categoria foram freqüentes no início de 1946, ao ponto do Consulado Norte-americano, no seu informe remetido à Embaixada, que o consolidava num quadro nacional, comentar com surpresa, em abril, que o mês "em nítido contraste" com os anteriores, havia passado "com uma ausência do recurso à greve nas disputas trabalhistas". A calmaria se estenderia até novembro, quando "a primeira greve de importância nos últimos meses" era ameaçada pelos metalúrgicos, cujo sindicato era agora novamente encabeçado por uma direção eleita pela categoria, "cujo presidente é José César Mesquita, representante do Rio Grande do Sul da Confederação dos Trabalhadores do Brasil". Os operários do setor reivindicavam o pagamento de domingos e feriados, e ameaçavam tomar "medidas para fazer valer os seus direitos". A paralisação foi entretanto postergada, quando a imprensa publicou telegrama do diretor do Departamento Nacional do Trabalho, afirmando que a matéria estava sujeita a regulamentação, e que se encontrava na Câmara dos Deputados.[149]

A velha tática, que demandava a paciência operária diante da morosidade indolente do Congresso em regulamentar o usufruto de benefícios anunciados pela legislação, não evitaria porém um novo surto de greves:

> "Embora o cenário das relações de trabalho tenha estado relativamente tranqüilo durante os últimos meses, sementes de confusão jazem muito próximas à superfície, e provavelmente germinarão a qualquer momento. Isso foi claramente demonstrado no dia 24 de dezembro, quando, com apenas 24 horas de divulgação, os trabalhadores do transporte público da cidade entraram em greve." [150]

---

[148] "Richard Castleman, cônsul norte-americano em Porto Alegre, a Adolf Berle Jr., embaixador norte-americano no Brasil". Porto Alegre, 02 de janeiro de 1946. NARA, Departamento de Estado.
[149] "Monthly Labor Report, number eighteen". 01 de abril a 31 de maio de 1946. Embaixada norte-americana no Brasil; "William Belton, cônsul norte-americano em Porto Alegre, a Paul C. Daniels, *Chargé d'Affaires ad interim*, Embaixada norte-americana no Brasil". Porto Alegre, 27 de novembro de 1946. NARA, Departamento de Estado.
[150] "William Belton, cônsul norte-americano em Porto Alegre, a William D. Pawley, Esquire, embaixador norte-americano no Brasil". Porto Alegre, 27 de dezembro de 1946. NARA, Departamento de Estado.

A greve visava protestar contra o não-pagamento do "bônus de natal", e a tática adotada foi a de paralisar os bondes num dia estratégico, com o que os transviários conseguiram da companhia um adiantamento do pagamento que viria a ser devido retroativamente em relação aos domingos e feriados, em fase de tramitação legislativa. A demanda não era específica dos trabalhadores de transporte, e havia uma ameaça de greve geral no ar. William Belton, cônsul norte-americano em Porto Alegre, relatava à Embaixada ter estado presente em uma reunião almoço do Cinfa, cujo presidente, Herbert Bier, "por coincidência, é proprietário de uma fábrica que seria afetada pela greve" (tecelagem Rio Guahyba S.A.), e concluiu dos debates que havia pouca chance dos empregadores atenderem às reivindicações antes da regulamentação governamental. A 11 de dezembro, os metalúrgicos entraram em greve com a mesma bandeira, e a paralização entendeu até 15 de janeiro seguinte, sendo vitoriosa, mas levando a uma intervenção na entidade, articulada, segundo José César de Mesquita, por membros do PTB, "por influência dos patrões, da Delegacia Regional do Trabalho e da polícia local, a quem muitos deles estavam ligados".[151]

A intervenção dos metalúrgicos duraria até 1950, e faria parte de uma nova e intensa onda repressiva, conhecida como a "ditadura Dutra". Quando refletiu-se no plano partidário, com o fechamento do PCB, a repressão contribuiu para que o partido, novamente clandestino, optasse por uma linha esquerdista, que tinha como uma de suas táticas as "greves por decreto". Elóy Martins relembra vários episódios ilustrativos do período. Membros da célula partidária da fábrica de tecidos Rio Guahyba, por exemplo, num determinado dia, acionaram a sirene que marcava o fim do trabalho e saíram por dentro da empresa aos gritos de "- Greve!!! Greve!!!". O resultado foi um movimento fracassado, demissões e militantes abandonando o partido. Tarefa ainda mais dura coube a Martins, encarregado de realizar uma greve de portuários, em cuja célula havia um policial infiltrado. Era tudo muito simples: cabia a Elóy realizar um discurso em frente ao porto, e os membros da célula encaminhariam a paralisação:

> "Dez minutos antes dos portuários começarem a trabalhar, encontrava-me do outro lado da rua na frente do portão central do porto, onde estavam

---

[151] *Idem;* Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.

> vários tiras da DOPS. Nas imediações havia viaturas da polícia. Assim que foi dado início ao trabalho no cais o portão foi trancado, e proibida a passagem de qualquer pessoa. Não podendo entrar procurei, mesmo cercado de tiras, chamar os trabalhadores para a greve. A situação se tornou confusa, do lado de fora havia um bom número de portuários, estivadores e curiosos, o que dificultava a minha prisão."[152]

Martins ainda discutiu com os policiais seu direito de uso à palavra e ensaiou um discurso, causando agitação no cais cuja atividades estavam, de fato, paralisadas diante do tumulto. Enquanto parte dos trabalhadores não podia entrar e os demais não podiam sair, a aglomeração impedia que prisão do "agitador" se efetivasse, enquanto vários estivadores e portuários, que saíam em sua defesa, já se encontravam presos e machucados. Por fim, o metalúrgico "deixou-se prender", foi levado para a delegacia e, após ser deixado esperando por algum tempo, numa ante-sala, resolveu ir embora:



Bônus do Abono de Natal, emitido pela União Estadual dos Trabalhadores. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados, Pasta 19 C.

[152] Martins, Elóy. *Um depoimento político. Op. Cit.* P. 97.

> "Com a notícia de minha liberdade, a resistência dos meus defensores terminou e os grevistas foram trabalhar. Assim foi o fim da greve decretada aos portuários. Ao lado dessa tarefa estúpida que realizávamos, nós, os camaradas ligados ao movimento sindical, particularmente os companheiros da União Estadual [dos Trabalhadores], atuávamos no sentido de ganhar os trabalhadores e os sindicatos, por isso mesmo, ao lado das greves por decretos, saíam movimentos de envergadura."[153]

Uma destas mobilizações de grande peso estava articulada para o final de 1947, tendo novamente como mote o "Abono de Natal", e como vanguarda a Carris. Na assembléia geral que decidiria se os transviários iriam à greve, havia uma comissão de parlamentar acompanhando os trabalhos da qual Elóy Martins, recentemente eleito vereador pela legenda do PSP, fazia parte. Num determinado momento, ele começou entretando a desconfiar de que alguns dos seus pares "estavam combinados, faziam discursos quilométricos", procurando fazer com que o encontro passasse das quatro horas, quando saía o primeiro bonde já que, assim como o presidente do sindicato, Gregório Nascimento, eram contra a greve. Poucos minutos antes do horário de início do serviço, momento crítico para o sucesso da paralisação, falava o jovem deputado Leonel Brizola, e "tudo fazia crer que seu discurso iria longe". Elóy tentou intervir, mas a palavra lhe foi negada:

> "a trama estava bem tramada. Enfrentei a situação na marra, agarrei o microfone e consegui dizer aquilo que os trabalhadores estavam esperando: 'companheiros, são quase quatro horas, horário de saída do primeiro bonde, todos estão de acordo com a greve, portanto, não é necessário mais discursos, o fundamental neste momento é votar a favor ou contra a paralisação'. O entusiasmo e os aplausos da massa foram enormes, O prédio parecia vir abaixo. Para não influenciar na votação, sai para a rua, mas, ao botar os pés na calçada fui violentamente agarrado por um magote de tiras,

---

[153] *Idem, Ibidem*. P. 98.

> que me atiraram par dentro de uma camioneta e levaram-me para a Chefatura de Polícia." [154]

Com a greve decretada, os bondes eram conduzidos por policiais e um dos veículos, ao perder os freios, atingiu uma parada de táxi, deixando vários mortos. Elóy, considerado o instigador da greve, foi responsabilizado diretamente pelo acidente pela imprensa.[155]

O que ele provavelmente podia apenas intuir era que o incidente na assembléia dos transviários se constituía apenas na ponta do iceberg de uma complexa estratégia de desarticulação do movimento grevista, que posteriormente seria relatada com indisfarçavel orgulho pela polícia política porto-alegrense.

No dia 31 de dezembro daquele ano, ao invés de antecipar sua folga de ano novo, Hélio Carlomagno, diretor Estadual de Segurança Social e Economia Popular, concluía um relatório sobre os grande feitos recentemente realizados pela sua diretoria. O documento iniciava-se com a citação da "Tribuna Gaúcha", ("o líder dos jornais comunistas no RS"), que na sua edição nº 461, publicada quatro dias antes, reconhecia o fracasso do movimento, declarando entretanto que o revés não significaria o término da luta dos trabalhadores pela conquista do "abono de natal", que deveria "continuar em todas as empresas, em todos os setores de trabalho". O periódico apontava também, registrou orgulhoso Carlomagno "a polícia de Walter Jobim, agora mancomunado com as empresas estrangeiras" como responsável pelo insucesso, responsabilizando-a por pretender:


Tribuna GAÚCHA
Unidade · Democracia · Progresso
Ano II – P. Alegre — Sábado, 25 de Outubro de 1947 — N.º 410

Clichê do jornal comunista *Tribuna Gaúcha*.

> "quebrar o ânimo dos operários da Carris, encarcerando seus dirigentes de mais prestígio, aqueles que sempre estiveram à frente de todos os movimentos reivindicatórios da classe, aqueles que nunca cedem, que não capitulam, que não se vendem – aqueles, enfim, que sempre ficam com a

[154] *Idem, Ibidem*. P. 99.
[155] *Idem, Ibidem*. P. 100.

> sua classe, sofrendo com ela e com ela lutando por melhores condições de vida. Essa prisão constituiu, antes e acima de tudo, uma lição prática a todos os trabalhadores do Rio Grande do Sul, pois mostrou a nossa necessidade de um sólido movimento sindical, que congregue e organize todos os trabalhadores, os operários de todos os setores e categorias, capacitando-os a avançarem, enfrentando os reacionários, em vez de recuarem, mesmo temporariamente, como aconteceu"[156]

O policial considerava o teor da matéria acima a "confissão mais expressiva da fragorosa derrota do comunismo, operando na ilegalidade". Destacava ainda que a greve "esteve iminente de ser desfechada" e sua supressão "veio quebrar a tradição das paredes de fim do ano". Tal resultado, entretanto, não fora obtido apenas por via repressiva. Discorrendo sobre "a polícia e os trabalhadores", Carlomagno revelaria seus dons de analista da realidade social, psicólogo de massas e estrategista, conduzindo um complexo conjunto de ações integradas com vistas a manter a "harmonia social, planeada, implantada e consolidada, entre nós, pelo benemérito governador do estado". No seu entender, as organizações policiais, naqueles dias de "intensa desorientação demagógica" deveriam devotar particular atenção às "suas relações com as massas e especialmente, os trabalhadores", do que dependeria a possibilidade de manter "um sentimento real de respeito e de admiração e um espírito de cooperação" ou, pelo contrário, "descontentamentos, antagonismos e críticas", capazes de provocar "um mal-estar que geralmente acompanha a desaprovação dos atos da polícia ".[157]

Não bastaria "manter a eficiência policial", pois "a incompreensão de sua tarefa" poderia provocar "a tão prejudicial impopularidade". Por isso, eram necessárias "cautelas especiais para resguardo do malefício". A Diretoria estava empenhada "numa verdadeira campanha em prol da 'cortesia'", de "uma atitude fundamental de 'compreensão e simpatia'" nas relações dos seus membros com as massas, mas sentia que essas idéias eram tidas "como algo superficial", já que o "choque da pressão de emergências súbitas", sob os quais age o policial, tendia a comprometer suas "qualidades sociais". Evitar que as

---

[156] "Frustrada a greve do abono de natal de 1947 - Serviço de Informações - Diversos – Porto Alegre. Espécie: Relatório". Aperj, Fundo DOPS, Seção DPS. Cx. 481. Fls 1-12.

relações com as massas "se tornem formais e frias" era fundamental, e sabendo "impor-se por sua urbanidade", a polícia conquistaria, sem dúvida, o apoio da maioria "nas suas investidas mais enérgicas contra os intoxicados e paralíticos morais, que vivem rondando os trabalhadores com o fito de jogá-los contra as outras classes sociais".[158]

A mudança na atitude policial envolvia também o reconhecimento realista de que mesmo trabalhadores "que, em outros setores são respeitadores da Lei" poderiam tender a contrariar "as disposições sociais e políticas, às vezes, sem intenção". Era necessário portanto, agir com "uma firmeza calma, sem ostentação diplomática e judiciosa, que convença as massas da necessidade de mútua cooperação". Esta abordagem deveria ser complementada pela "aproximação entre a Polícia Política e Social e as organizações trabalhistas (Federações, Sindicatos, Círculos, etc. etc.), por todos os meios ao nosso alcance". O sucesso da nova orientação estava comprovado:

> "Sem a menor vaidade, sentimo-nos perfeitamente à vontade para proclamar os últimos resultados dessa política, porquanto, sem ela jamais, estaríamos em condições para produzir aquilo que conseguimos, isto é, vencer uma parede iminente, em grande parte, graças ao concurso dos próprios trabalhadores, conforme demonstração mais adiante."[159]

Carlomagno registrava com prazer que "tão salutar clima de harmonia social" havia desapontado, profundamente, "o líder comunista AGILDO BARATA, por ocasião de sua recente e demorada estada aqui". Barata criticara abertamente o que considerava ser uma "franca derrocada" do PCB porto-alegrense, causada pelo fato de estarem as "massas locais muito aburguesadas" e faltar, aos líderes proletários, a "necessária habilidade [...] no sentido de divorciá-las da burguesia'. O policial tomava como prova da correção do diagnóstico do líder comunista a ocorrência de um "alarmante decréscimo do coeficiente partidário dos comunistas abrigados sob a legenda do Partido Social Progressista", na última eleição municipal, desconsiderando totalmente o impacto do fechamento do partido e da perseguição aos seus militantes nesta evolução.[160]

---

[157] *Idem.*
[158] *Idem.*
[159] *Idem.*
[160] *Idem.*

A descrição do modo como a greve fora derrotada, prometida acima, fundamentava-se numa análise da conjuntura política e social do ano, situando a partir dela como havia transcorrido "o trabalho policial" na busca das "pistas da greve". A campanha "Tudo pelo abono de natal!" era vista como um desdobramento da eleição municipal, na qual os "candidatos populares" comunistas haviam se abrigado na legenda do PSP. Embalados pelas "retumbantes vitórias dos anos passados", os militantes operários comunistas, sob orientação dos vereadores Marino dos Santos e Elóy Martins, haviam articulado o envio de "memoriais reivindicatórios" a diversas empresas, nas quais constituiriam "comitês de greve", ou "comissões pró-abono". A data-limite para o atendimento das reivindicações era 23 de dezembro, após o que eclodiria a greve. Marino, em particular, era apresentado como um elemento perigoso, cujo papel como instigador de greves já ficara demonstrado em fevereiro de 1946, na qual fora preso. Era também citado como "autor da conhecida obra vermelha 'A fonte das energias do homem revolucionário'", e como "mobilizador de todas as células partidárias, que foram, em massas, ao Palácio do Governo, protestar contra a carestia de vida". Integrava ainda "o triunvirato que dirige, no estado, o Comitê do PCB, operando na ilegalidade".[161]

Se o a agitação comunista era considerada como a causa geral da greve, suas manifestações em diferentes empresas dependeriam do grau de implantação do PCB entre os operários de cada uma delas, além de outros fatores circunstanciais, o que levaria à necessidade de táticas policiais distintas. Na Companhia Cervejaria Brahma, o comitê de greve orientado por Marino tinha 16 integrantes, dos quais 13 foram demitidos, e os 3 que, "em face de sua estabilidade" não puderam ter o mesmo destino, eram mantidos "sob vigilância".[162]

Já a usina termo-elétrica da Companha Energia Elétrica Riograndense, considerada o "ponto nevrálgico das últimas greves que Porto Alegre viveu", tinha exigido uma grande preocupação preventiva de parte do governo, que decidira treinar "elementos de reserva" para operar o equipamento "numa nova e eventual greve dos especialistas titulares". A solução encontrada, "com a prévia anuência do Poder Judiciário", fora a organização de "turmas de sentenciados, rigorosamente selecionadas", cuja capacitação,

---

[161] *Idem.*
[162] *Idem.*

entretanto, teria sido sabotada por "elementos comunistas". O que estaria dando resultado, porém, era a "aproximação da organização policial ao respectivo operariado, honesto e bem intencionado", que teria assim começado a ficar imune às "manobras vermelhas", especialmente depois que o governador do estado lhes concedeu, com cinco meses de antecedência, um aumento de salário "que, na maioria dos casos, atingiu a 50%" visando melhorar a situação dos trabalhadores diante do "contínuo encarecimento do custo das utilidades essenciais". Após este aumento, os "elementos mais representativos" entre os trabalhadores da usina, "após receberem um apoio a seu patriotismo, em longa e secreta reunião presidida pelo titular da Diretoria Estadual de Segurança Social", que inclusive lhes atribuíra toda a representatividade que tinham, deram uma só resposta: "- Na usina não haverá greve", como de fato, se verificou.[163]

Não que os policiais e seus aliados deixassem de estar preparados para "possíveis surpresas". Na reunião definiu-se "por unanimidade, o imediato afastamento dos comunistas – agitadores, muito perigosos, em exercício nos três turnos de operação da referida usina". Os militantes, Monoso Leal, Irael Pereira da Rosa, Luiz Muniz de Fraga, Eugênio Gomes Sobrinho e Oscar Cesário da Silva, teriam sido recrutados pelos vereadores Dr. Marino Rodrigues dos Santos e Eloy Martins da Silva, "seus companheiros políticos, para formarem o 'comitê da greve'". O ardil para afastá-los do local do trabalho foi sua convocação pelo sindicato "para a elaboração de planos sobre a previdência social [...] com a íntima colaboração da Delegacia Regional do Trabalho", imediatamente após o que a empresa baixou, "uma ordem proibitiva de entrada no recinto da Usina, aos que eventualmente, por motivos diversos, estivessem deslocados de seus afazeres normais". Além desta manobra que isolou o comitê de greve da fábrica, "as turmas dos sentenciados" foram colocadas a trabalhar "diretamente subordinadas aos trabalhadores, chefes de turmas, dispensando-se os respectivos capatazes e sub-capatazes oficiais", considerados potencialmente simpáticos à paralisação. Os "cabeças", ou "elementos representativos", também ajudaram a polícia a classificar cada colega de acordo com a sua "periculosidade", "usando as legendas referenciais seguintes: (B = bom; D = duvidoso; - = Sem importância; CMP = Comunista muito perigoso; CP = comunista perigoso; I = inimigo do comunista)".

---

[163] *Idem.*

No relatório, constam 69 nomes, de 3 turmas da usina, sendo 5 considerados CMPs, 4 CPs, e 14 Ds.[164]

Outras empresas representavam também focos de preocupação para a polícia. Na Companhia Carris Porto Alegrense, os comunistas constituíam, "sem exagero", 50% do pessoal do tráfego, oficinas e via permanente, e 20% nos escritórios, liderados por João Oscar de Oliveira, mecânico, que havia sido candidato a deputado e vereador pelo PCB-PSP. Diante deste quadro não restou outra opção a não ser a antiquada detenção dos integrantes do comitê, no dia 23 às 17 horas. 180 membros da Guarda Civil e da Brigada Militar haviam sido convocados para "movimentarem os bondes se preciso", e 200 motoristas de ônibus tinham sido colocados de prontidão com a mesma finalidade, assim como os fins de linha e pontos haviam passado a ser patrulhados. Aparentemente, o relatório foi escrito antes do acidente descrito por Elóy Martins. Na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, entretanto, jogara a favor da "harmonia social" a "resistência da maioria da classe a lançar-se em nova aventura", que foi fortalecida com a concessão de gratificações adicionais de 15 a 25% pelo Executivo e pelo Legislativo estaduais, evitando a "subversão dos 16.000 ferroviários", com a qual os comunistas buscavam "desorganizar a vida da população do estado". A ação dissuasória contara também com a colaboração da Direção da empresa, que distribuíra um boletim à população, esclarecendo sobre os prejuízos à economia regional em hipótese de greve.[165]

A paralisação do entreposto municipal de leite também havia sido evitada pela prisão de Ofir Vallis Pinheiro, então o membro mais intransigente do comitê de greve que pretendia "privar a população desse precioso alimento de primeira necessidade". Pinheiro, anos depois, contribuiria numa longa declaração em primeira pessoa para ampliar significativamente o conhecimento da repressão sobre a atuação do PCB na ilegalidade. Ele, que após deixar o entreposto de leite, em 1949, fora funcionário e posteriormente diretor da "Tribuna Gaúcha", chegando a ser membro do comitê estadual em 1952, detalharia para a DOPS estadual o funcionamento da imprensa e da formação partidária. Forneceria também os endereços onde os membros do Comitê Central em visita à cidade se hospedavam (as casas de da poetisa Lilla Ripoll ou do advogado Júlio Teixeira), assim

---

[164] *Idem.*
[165] *Idem.*

como outros aparelhos, e informaria até mesmo as fontes de finanças do partido, que incluía alguns colaboradores previsíveis, e outros um tanto quanto surpreendentes:

> "João Goulart (Jango); Aníbal de Primio Beck e irmão (dirigentes do PTB e industriais); Victor Graeff, ex-deputado estadual da UDN; Victor Isler, que é o maior contribuinte do partido, tendo a seu cargo um círculo de amigos que se eleva a mais de 100 mil mensais; Dr. Temperani Pereira; Dr. José Antônio Aranha; líderes petebistas e udenistas, respectivamente."[166]

A delação de Ofir incluiria ainda os nomes de lideranças comunistas ferroviários, da juventude, femininos, e entregava os nomes de guerra de Elóy Martins (Jacob) e de Carlos Aveline (Luiz). Detalhava ainda os locais onde existiam comitês distritais em Porto Alegre (Navegantes, Centro, Petrópolis, Independência, Mont Serrat, Canoas), nos quais dizia atuarem cerca de 180 militantes, e as fábricas que possuíam células partidárias: "Wallig, Renner, Zivi, Geral de Indústrias, Parraga, Rio Guahyba, Fiateci e mais umas 5". Como sindicatos considerados "nas mãos do partido" indicava os dos alfaiates, gráficos, estivadores e portuários, além dos aliados como os dos trabalhadores nas indústrias de bebidas e do fumo. Já os de núcleos bairro que considerava fortes na cidade eram os da região norte, definida genericamente como "4º Distrito": Vila Dona Teodora, Sarandi, Navegantes e São João.[167]

Voltando à greve abortada de 1947, o relatório policial indicava ainda que, com o bem planejado trabalho preventivo desenvolvido para a desarticulação da greve geral, a Brigada Millitar, o Exército e a Guarda Civil, colocados de prontidão, pouco tiveram que agir diretamente contra o movimento. Diante dessa complexa, premeditada e onerosa estratégica desenvolvida pela polícia política gaúcha, como articuladora de um amplo esquema anti-greve que envolvia o restante do governo, direções de empresas, operários colaboracionistas, DRT, políticos petebistas e os demais agentes repressivos, soa no mínimo curiosa a conclusão de Carlomagno de que se "as greves não se desencadearam" foi " porque o povo e os trabalhadores não quiseram". É claro que esta vontade não poderia se expressar espontaneamente, e por isso foi necessário que o governo, "como

---

[166] Aperj, Fundo DOPS, Seção DPS. Cx. 469. Fls 197-201.
[167] *Idem*. Fls 197-201.

lídimo representante desse povo", a fizesse efetiva, numa atitude característica da "fibra gaúcha", de quem "jamais pensou [...] em prejudicar a classe operária, como propalou, tendenciosa e perfidamente a imprensa comunista", mas sim em manter o "equilíbrio das relações entre as classes", já que:

> "Colocar o poder ao lado de uma classe, qualquer que seja, em detrimento das demais é a obra da demagogia daqueles que não se orientam pelo bem comum e não tem olhos voltados para a grandeza moral e material do Estado e da Nação.
>
> Quer sem dúvida, o governo procurar polir as pequenas arestas do desnível entre as classes, mas não desejará a felicidade e o bem estar de uma, construída sobre os escombros da felicidade das outras."[168]

Com tamanha capacidade política e estratégica, e cumprindo no governo papel político tão destacado, não admira que Carlomagno tenha sido eleito deputado estadual pelo PSD. Já seu colega, Theobaldo Neumann, ("esse pederasta do Neuman", conforme o também delegado anteriormente responsável pela Dops, Plínio Brasil Milano, se expressou a Delcy Silveira, quando o libertava da tortura que lhe impusera o primeiro durante uma noite do Estado Novo) foi candidato a deputado estadual pelo PTB, ao lado de Leonel Brizola, na chapa composta por Alberto Pasqualini para governador e Jango Goulart para o Senado.[169]

Não surpreende, portanto, que a sociologia policialesca, desenvolvida na academia da DOPS gaúcha, permeasse um dos folhetos dirigidos pelo PTB estadual "ao trabalhador", contrastando a sua forma de ação com a dos comunistas, numa referência mais ou menos explícita à acusação, imputada aos vereadores Marino dos Santos e Elóy Martins, de serem os principais instigadores das greves do período. Nele, se retratava o período de sofrimento que a classe trabalhadora estava passando, igualando como vilões "os tubarões" exploradores do trabalho "mediante um salário de fome" e os "agitadores

---

[168] "Frustrada a greve do abono de natal de 1947 - Serviço de Informações - Diversos – Porto Alegre. Espécie: Relatório". Aperj, Fundo DOPS, Seção DPS. Cx. 481. Fls 1-12.
[169] Relação de candidatos às eleições estaduais de 1947. Aperj, Fundo DPS, Caixa 469. Entrevista de Delcy Silveira a Thaís Battibugli e Luís Fernando Baia Antonietto, 31/07/98.

comunistas", que ao se aproveitarem da "criatura revoltada e descrente" em que a exploração transformava o operário, demonstrariam "tanta desumanidade" quanto os primeiros. Se a revolta era justa, não devia ser explorada com fins políticos, o que apenas tornava a situação "ainda mais aflitiva".[170]

A greves ilegais só serviriam para "trazer a desgraça ao lar daqueles que se deixaram iludir", já que seriam a oportunidade aguardada pelos patrões "para se verem livres dos que têm estabilidade, graças à legislação social que nos legou o benemérito governo do senador Getúlio Vargas", e facilitariam à polícia "represálias violentas" com as quais ela

> "alegando combate ao comunismo enche as prisões de trabalhadores, enquanto os culpados, os chefes comunistas, aqueles que para tirarem partido político não tiveram o escrúpulo de jogar o operário na desgraça, valem-se das suas imunidades e depois vão para as Câmaras fazer discursos demagógicos, procurando convencer que estão defendendo aqueles que eles próprios desgraçaram. ***Trabalhador!*** Abre teus olhos. Não permite que explorem tua desgraça. Estabelece um paralelo entre o ***Partido Trabalhista Brasileiro***, que desde a sua fundação vem trabalhando dentro da lei e por intermédio de seus representantes que nas Câmaras só procuram legislar, como estão sempre vigilantes contra os atentados aos teus direitos."[171]

Ao contrário dos comunistas, alegavam os trabalhistas só pedir os votos dos trabalhadores para utilizá-los em sua defesa, nunca para jogá-los em aventurais ilegais, com promessas ilusórias de "melhoria de vencimentos, quando os seus verdadeiros fins são outros e inconfessáveis". O panfleto alertava ainda para que o operário não se voltasse contra os colegas, que o convidavam para participar de uma greve:

---

[170] Folheto "Ao trabalhador". 16 de março de 1948. Aperj, Fundo DOPS, Série Estados, Pasta 19 C. fl. 537.
[171] *Idem*. Grifos no original.

"Não. Esses apenas cumpriram ordens dos verdadeiros culpados que são homens bem acomodados na vida e até gozando das imunidades de representantes do povo." [172]

A continuidade da denúncia de que os parlamentares comunistas, aproveitando-se das suas imunidades, se dedicavam a semear o conflito social fez com que os mesmos fossem objeto de um cerco cada vez mais fechado. Marino e Elóy já haviam sofrido diversas prisões, e este mesmo fora até seqüestrado e torturado pela polícia política carioca em viagem ao Rio de Janeiro. Quando porém, no primeiro trimestre de 1948, seguiam atuando juntamente à lideranças sindicais na organização de "um grande número de greves afetando grandes empreendimentos industriais e serviços públicos", foi armada uma arapuca para o primeiro, em cuja pasta, esquecida acidentalmente no plenário da Câmara Municipal, foram encontrados "planos subversivos" para uma "greve geral estadual e uma rebelião". Marino foi cassado e preso.[173]

A rígida divisão entre não-comunistas e comunistas no interior do sindicalismo marcava ainda as comemorações do primeiro de maio de 1950. A programação oficial incluía, pela manhã, uma missa campal no parque Farroupilha; à tarde, paradas e jogos de futebol, "patrocinados pelo industrialista A. J. Renner e outros grupos similares"; à noite, uma revista, encenada em vários teatros locais. Já o Partido Socialista Brasileiro realizava um ato "anti-americano, apesar de não-comunista", em frente à prefeitura. Devido à pouca importância do partido na cidade, a concessão que obtivera de local tão estratégico só poderia ser explicada, segundo o Consulado, como uma maneira de evitar que o mesmo fosse tomado por partidários de Getúlio Vargas, em campanha para voltar à presidência da República. Já os comunistas, a sob o manto de um encontro do Comitê Petróleo para o Rio Grande do Sul, realizavam também no parque Farroupilha, mas às 4 da tarde, um comício ao qual compareceram 300 a 400 pessoas, marcado por "ataques freqüentes aos Estados Unidos". Falando no ato, Júlio Teixeira,

---

[172] *Idem*. Grifos no original.

[173] "Brazil - Porto Alegre Consular District (State of Rio Grande do Sul) – Contribution to Economic Review – First Quarter 1948". Robert W. Adams, vice-cônsul norte-americano em Porto Alegre. Porto Alegre, 09 de abril de 1948. NARA, Departamento de Estado. Sobre o episódio do suposto plano subversivo encontrado com Santos e sua expulsão da Câmara de Vereadores, ver Capítulo V.

> "foi especialmente duro em relação ao aprisionamento, há um dia ou dois, de Elóy Martins, vereador municipal comunista, e Ivo Correa Pires, um jornalista comunista, apanhados distribuindo panfletos sediciosos aos trabalhadores da companhia de bondes."[174]

Enquanto em Porto Alegre os atos repressivos haviam sido anteriores ao "dia do trabalho", um grave choque entre a polícia e manifestantes ocorrera durante a comemoração em Rio Grande, com um saldo de quatro mortos: dois comunistas, um soldado da brigada e um transeunte. Entre os primeiro, estava "Angelina Gonçalves, porta-estandarte morta quando carregava a bandeira brasileira à frente do desfile". O incidente levava o Consulado a comentar sua impressão geral de que

> "as autoridades do Rio Grande do Sul têm se inclinado ao uso da força um tanto bruscamente, e em quantidades possivelmente maiores do que as necessárias para suprimir a atividade comunista e o Consulado acredita que a longo prazo, essas táticas podem fazer o jogo dos comunistas. [...] Outro punhado de mártires foi criado, e uma munição valiosa dada aos comunistas para ajudá-los a manter o seu movimento unido."[175]

No final de 1950, com a eleição de Vargas, ocorreria um distensionamento na repressão à atividade sindical, com o levantamento gradativo da maioria das intervenções. No sindicato dos metalúrgicos, por exemplo, no início de 1951, José César Mesquita, retorna à presidência. Em outubro do mesmo ano, começa o debate nas assembléias da entidade visando à decretação de uma greve. A proposta dos comunistas Mário Teixeira e Lúcio Rochadel era a de greve imediata por tempo indeterminado. Já Mesquita (afastado do PCB desde 1948), defendia uma tática de paralisações parciais e progressivas, com um dia de trabalho, seguido por um dia de greve, de modo a realizar um "preparo psicológico" dos trabalhadores para uma paralisação por tempo indeterminado. Enquanto o debate tático ocorria nas assembléias sindicais, a união Estadual dos Trabalhadores dos Trabalhadores (UET) iniciava a articulação entre as entidades sindicais para a campanha pela pelo reajuste

---

[174] "May Day in Rio Grande do Sul". V. Lansing Collins, Jr., cônsul norte-americano em Porto Alegre. Porto Alegre, ao Departamento de Estado, 09 de maio de 1950. NARA, Departamento de Estado.
[175] *Idem*.

do salário-mínimo, bandeira central do movimento operário gaúcho ao longo do segundo governo Vargas. A 9 de novembro de 1951, um ato com mais de 500 pessoas em favor desta bandeira foi realizado, no qual a representante dos trabalhadores do Renner e suplente de vereadora em exercício, Julieta Batistioli, leu um manifesto a ser encaminhado ao Ministério do Trabalho, protestando com base no próprio dispositivo da CLT que estabelecia as bases de cálculo do mínimo, contra o valor de Cr$ 800,00, fixado para o mesmo no Rio Grande do Sul, para o qual colheria as seguir as assinaturas dos presentes. Enquanto isso, a DOPS gaúcha observava atentamente a movimentação de Elóy Martins, que sob o nome de guerra "Lobato", realizava tentativas de organização de greves políticas entre os transviários, mineiros e ferroviários.[176]

No final do ano, dois novos movimentos capitaneados pelo PCB começavam a ganhar visibilidade, articulando um leque amplo de forças "progressistas", mas expressando também todas as tensões existentes entre as correntes políticas e sindicais de base operária na cidade. Quando o III Congresso Gaúcho pela Paz ocorreu, nos dias 20 e 21 de outubro, seus organizadores realçavam a pluralidade social e ideológica dos participantes. Havia 16 conselhos da paz na cidade, em bairros ou empresas, e todos estavam empenhados em obter uma maior pontuação recolhendo a maior quantidade de assinaturas possíveis nos abaixo-assinados contrários ao envio de tropas brasileiras à Coréia, e a favor de uma "redução de armamentos e orçamentos militares (com aumento das verba para saúde, educação e transportes)". A meta estadual no momento era passar das 200.000 assinaturas já coletadas para 300.000. Já o ato contra a carestia, realizado no dia 25 do mesmo mês, foi considerado um fracasso, não apenas por ter reunido somente 40 pessoas, mas pelo conflito desencadeado entre os participantes quando o presidente do sindicato dos padeiros, João Francisco Vanini, foi vaiado e ameaçado de agressão após elogiar a Getúlio Vargas na sua fala. O movimento acabou aprovando um manifesto sobre a eleição municipal, contendo ataques a Vargas e a seus parentes "aboletados" no governo do estado (seu primo Dornelles, seu filho Maneco e seu "afilhado", Jango), taxados de "representantes dos imperialistas estrangeiros e dos grande fazendeiros e capitalistas exploradores e opressores

[176] Boletim 45, 15 de outubro de 1951, pp. 10-11; Boletim 47, 15 de novembro de 1951; Boletim 49, 31 de dezembro de 1951. Aperj, Fundo DOPS, Série Estados, Pasta 19 D.

do nosso povo". A crítica era dirigida também ao PSB, cujos membros locais eram identificados como "pupilos de João Goulart" e "falsos socialistas".[177]

No que diz respeito ao movimento sindical, se a greve dos metalúrgicos acabou não ocorrendo em 1951, em agosto do ano seguinte, diante da negativa patronal em negociar um aumento salarial, a proposta de uma tática inovadora explorando as brechas legais para que a categoria voltasse a pegar confiança na entidade, desgastada pelas intervenções, foi finalmente implementada. Conforme relata Mesquita, o que estava em jogo "não era tanto o dinheiro, como iniciar uma luta para reaver o tempo perdido" em relação à organização da classe, durante a intervenção. A forma para isso encontrada foi a realização de uma greve legal, decretada do único modo permitido pelo decreto 9.070 (conhecido como "lei anti-greve"), com a realização de votação em urna, em frente a cada fábrica, acompanhada por um representante do Ministério do Trabalho. Deste modo, os metalúrgicos conseguiram paralisar as principais empresas da sua base, numa "demonstração de sua capacidade de superar dificuldades, lutando contra a classe patronal e a própria polícia". A única exceção era a "Siderúrgica Riograndense, porque era de interesse nacional, aí trancaram a produção", realizando uma operação-tartaruga. A greve durou 32 dias, sendo o método seguido posteriormente por outras categorias. Mesmo que este não fosse o objetivo central da direção sindical, a greve rendeu aos metalúrgicos um significativo reajuste salarial, e levou à assinatura do primeiro dissídio coletivo da categoria. Com base nesta mobilização, o sindicato avançaria em 1953 para conquistar o aumento do tempo anual de férias, de 15 para 20 dias úteis.[178]

1952 seria também um ano importante no que diz respeito à reorganização do PCB em Porto Alegre, com a realização da Conferência Municipal que pretendia "reintegrar o partido nos métodos leninistas de organização, com a eleição de baixo para cima de sua direção máxima no município". Na tese oficial do conclave, se avaliava que desde a última conferência, realizada em 1947, o partido havia batalhado contra os "desvios e influências pequeno-burguesas" no seu interior, e que, se mais não fora obtido, isso devia-se à "linha política reformista que então seguíamos". O novo momento, porém, seria de um

---

[177] Relatório-Boletim 46, 31 de outubro de 1951, Reservado. Aperj, Fundo DOPS, Série Estados. Pasta 19E.

ascenso revolucionário, tendo à frente Prestes, "discípulo mais fiel de Stálin", e com o partido guiado pelo Manifesto de Agosto até a

> "conquista de um governo democrático e popular, a fim de tirarmos o Brasil do campo da guerra, locando-o no campo da paz, liderado pela gloriosa e invencível União Soviética, tendo à frente o guia genial de todos os povos, o grande Stálin". [179]

A luta entre o "campo da paz" e o "campo da guerra", que expressava a ansiedade da esquerda mundial com o apogeu da guerra fria, e ganhava atualidade no país com o debate sobre o envio de tropas para lutar na Coréia, estaria, para os comunistas, refletida na própria situação econômica e política do Rio Grande do Sul. Aqui, as conseqüências da hegemonia da política belicista estariam no fato dos imperialistas dominarem posições-chave, levando a um agravamento da situação de miséria e opressão das massas. O truste dos frigoríficos estaria estocando carne para a guerra, o que explicaria a subida inédita do preço. A Viação Férrea fora entregue ao capital estrangeiro com um financiamento privilegiado, para a conversão de 50% das locomotivas para diesel. O próprio plano de eletrificação em implementação não liquidava o monopólio existente, no qual 75% das ações estavam na mão de alienígenas, e era realizado com empréstimos de milhões de dólares, agravando a situação de dependência externa. Enquanto isso, continuava a evasão de capitais, através do "envio de milhões" pelos frigoríficos (Anglo, Swift, Armour), e pelas Cias Carris, Energia Elétrica, Light e Sudan, a cada ano, para as suas matrizes. A prova maior da subordinação do governo Dornelles à "política guerreira do governo central" seria entretanto a presença de missões norte-americanos no estado, visando atrelar as indústrias regionais ao esforço de guerra. Conselheiros militares visitavam os militares gaúchos, e a base aérea de Gravataí, era controlada e dirigida por

---

[178] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982; "*1931-1991 – 60 anos de luta*". Porto Alegre: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre, 1991. Pp. 10-11

[179] "Tese política para a Conferência Municipal de Porto Alegre". S/d (cerca de abril de 1952). Aperj, Fundo DOPS, Série Estados. Pasta 19E.

"ianques fardados", sob cuja orientação era realizados levantamentos topográfico de cidades da fronteira por "fortalezas aéreas".[180]

Já a situação das massas operárias e camponesas, avaliava a tese comunista, era de exploração sem precedentes. A ascensão dos preços de gênero, a estagnação dos salários e o desemprego seriam os elementos que estariam levando a um novo ciclo de mobilização operária, iniciado no ano anterior com as greves dos ferroviários (Santa Maria e Rio Grande), transviários (Porto Alegre e Rio Grande), graniteiros (Porto Alegre) e trabalhadores em celulose (São Francisco de Paula), e até mesmo uma greve geral em Novo Hamburgo. Um dado inovador no cenário das lutas sociais, porém, era o crescimento dos movimentos pela paz e contra a carestia, que era atribuído ao fato de que Porto Alegre, com 400.000 habitantes e 50.000 operários industriais, estava cansada da demagogia dos grupos políticos tradicionais, que não se interessavam pelos "problemas reais da população". O transporte público estaria "um descalabro", com ônibus e camionetas a Cr$ 1,50 e Cr$ 2,00, respectivamente, enquanto o bonde aumentara para Cr$ 0,80. Havia falta de água em bairros pobres, e o esgoto era um luxo disponível apenas para o centro e proximidades, o que contribuía para manter diversas doenças endêmicas. A Cia de Energia Elétrica, um ramo da Bond and Share, impunha à cidade um racionamento injustificável, enquanto o prefeito a contemplava com negociatas, comprando por 360 milhões somente os "ferros-velhos" a que os bondes se encontravam reduzidos, deixando sob o controle da empresa a rentável energia. Por outro lado, concedia abonos salariais aos transviários que seriam pagos, através do reajuste de tarifas, com o dinheiro do povo. Os tributos municipais



Matéria sobre a campanha contra o aumento do preço da carne. *Tribuna Gaúcha*, 1948.

[180] *Idem*.

isentavam os "arranha-céus" do centro da cidade e cobravam pesadas alíquotas de casas modestas. Além disso, a capital gaúcha era uma cidade

> "praticamente sem saneamento, infestada de mosquitos e toda sorte de moléstias, a própria água, escassamente servida à população, conforme foi positivado há cerca de 1 mês pelos próprios técnicos do DES, está infestada de bacilos Coli, portadores de tifo e desinteria."[181]

A carne convertera-se em um artigo de luxo, atingindo até Cr$ 20,00 por quilo, o leite subira para Cr$ 3,20, submetido ao da empresa DEAL, e o pão, cujo preço oscilava entre Cr$ 5,80 e Cr$ 8,00 o quilo, tinha a sua qualidade comprometida pela "mistura de raspa de mandioca e farinha de arroz, usada e abusada pelos proprietários de moinho". O aluguel de um chalé de madeira, por sua vez, chegara à faixa entre Cr$ 800,00 e Cr$ 1.000,00, enquanto o salário-mínimo, de Cr$ 800,00, era "insuficiente para uma pessoa, quanto mais para uma família", e o salário médio na cidade não chegaria a Cr$ 1.000,00.[182]



Campanha contra o aumento do preço da carne, 1952, à frente José César Mesquita. No cartaz à direita, abaixo da figura da vaquinha, se lê: "Greve contra a fome".

Já o partido, embora fosse considerado na época "muito mais forte, muito mais ligado às massas do que no período da legalidade", necessitava aperfeiçoar a sua direção, armando de uma "teoria revolucionária", assim como tornar-se "ligado às massas, enraizado nas grandes empresas".

---

[181] *Idem.*
[182] *Idem.*

A tese conclamava os militante a "com ardor bolchevique, procurar auto-criticamente" em si próprios "a causa do atraso que constamos na organização das forças revolucionárias do nosso povo". Estas debilidades apareceriam por exemplo na passividade, e espontaneidade diante das lutas da classe operária, como os graniteiros, que haviam estado em greve por 30 dias sem que se organizasse uma campanha de solidariedade. Já na greve da Carris, diante da possibilidade de levar para a massa uma mobilização anti-imperialista, o partido se limitara a pedir à população uma contribuição financeira para os grevistas, "rebaixando o nível da luta". A subestimação da necessidade de uma organização de amplas massas (feminina, em defesa das liberdades, do petróleo, organização sindical de empresa), convergindo na "Frente Democrática de Libertação Nacional", seria causada pelo baixo nível político e ideológico da militância, de origem predominantemente pequeno-burguesa, que seria propensa, entre outros vícios, ao golpismo.[183]

Na Conferência Regional da Paz de 1949, por exemplo, esta tendência golpista, acirrada pela provocação de infiltrados, teria gerado um final trágico, com troca de "garrafadas", entre os participantes e prejuízos de longo prazo para o partido e o movimento. A Direção Estadual teria pecado também ao não vigiar o "traidor Crispim", que difundira no estado a "linha de colaboração de classes". Já no que diz respeito ao trabalho de organização sindical, o partido teria subestimado a importância de tirar os sindicato da influência de elementos do Ministério do Trabalho e organizar comissões de empresa "que garantam a continuidade da luta em qualquer circunstância". A tarefa para recuperar o terreno perdido seria disputar a direção do Congresso Sindical Gaúcho, fazendo dele o contrário do que pretendia o Ministério do Trabalho "um congresso que unifique o proletariado do Rio Grande do Sul, enfim, um congresso de operários em defesa de suas reivindicações".[184]

Embora os movimentos intersindicais e de defesa das reivindicações populares gerais avançassem, os conflitos partidários continuavam provocando atritos no seu interior, e a atitude intolerante dos comunistas, em muitas ocasiões, levaria a derrotas e retrocessos. Quando a União Estadual dos Trabalhadores (UET) organizou o comício de 1° de Maio de

---

[183] *Idem*.
[184] *Idem*. O "traidor" em questão era José Maria Crispim, do Comitê Central, que "baixara" em Porto Alegre em 1948, onde permaneceu até 1950.

1952, João Latuada, que fora fiscal da antiga Inspetoria Regional do Trabalho durante a greve dos padeiros, e posteriormente presidente do Círculo Operário Porto-alegrense (COPA), discursava representando a Delegacia Regional do Trabalho, mas, ao afirmar que "o trabalhador devia a modelar legislação trabalhista a um grande amigo do operário, o preclaro presidente da República, Doutor Getúlio Vargas", foi vaiado com tal intensidade que teve de abandonar o microfone. Já as greves contra o aumento do preço da carne, sob o slogan "- queremos carne a seis cruzeiros!", estava sendo bem sucedida até o momento em que, [185]

> "numa grandiosa manifestação no Largo da Prefeitura, com milhares de pessoas, começaram a surgir faixas e cartazes contra o imperialismo norte-americano, em defesa do petróleo, da paz mundial, etc.. Desse momento em diante a luta de massas contra a carestia começou a esvaziar."[186]

Elóy Martins toma o episódio como um exemplo da "luta existente entre os ativistas ligados ao povo e os sectários que davam ordens absurdas e irresponsáveis" no interior do PCB.[187]



Espetáculo musical da campanha contra a carestia. Sindicato dos Metalúrgicos, 1952.

Apesar do sectarismo, a atividade de mobilização de massas continuava, centrada na denúncia da carestia, como ocorria no comício organizado a 17 de março de 1953 pela Frente Intersindical (FIS), que apesar de dirigida pelos comunistas, continuavam abrigando sindicalistas simpáticos a Vargas, como João Francisco Vanini. No ato citado, Vanini registrava o recente aumento do café, prognosticando que o pão também iria em breve subir de preço, devido à majoração do custo da farinha de trigo, e declarava-se indignado com

---

[185] Boletim nº 2, 10 de maio de 1952. Aperj, Fundo DOPS, Série Estados. Pasta 19 F. Fls. 09.
[186] Martins, Elóy. *Um depoimento político. Op. Cit.* P. 98.
[187] *Idem*. P. 98

> "o propalado aumento das passagens dos transportes coletivos, esclarecendo que empresas há que iniciaram com apenas 04 veículos e hoje possuem frotas de 20 ônibus, o que demonstra não proceder a alegação de que se acham em regime deficitário."[188]

Na semana seguinte, os organizadores da campanha contra a carestia de vida, tendo à frente a Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul convocavam o "protesto da panela vazia", também no Largo da Prefeitura. Nele Julieta Batistioli, "dizendo-se porta-voz dos operários das Indústrias Renner, atacou o atual sistema de governo"

> "no qual os operários são relegados a plano secundário pois não são consultados sobre coisa alguma, razão pela qual deviam intensificar a luta por melhores salários e, consequentemente, melhores condições de vida"[189]

Dedicando o restante do seu discurso a questões mais específicas, Batistioli passou a investir contra o Instituto Riograndense do Arroz, no que concernia, principalmente, à falta do arroz popular nas feiras livres e à elevação do seu preço. Aconselhou também os trabalhadores a "exigirem que seus sindicatos reivindiquem um salário-mínimo de mil e quinhentos cruzeiros", e apelou a todas as mulheres presentes para cerrarem fileiras em torno da Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul, "a única organização que verdadeiramente defende os interesses das donas de casa lutando contra a carestia da vida e demais males e necessidades que as afligem".[190]

Se o movimento contra a carestia avançava, o conflito partidário continuava expondo-o a tensões e conflitos, que chegaram a provocar, ainda em 1953, sua cisão, com os comunistas e alguns aliados defendendo que o mesmo fosse coordenado pela FIS, enquanto os não comunistas, que se recusavam a entregar a direção do mesmo a uma entidade paralela, passaram a organizar reuniões entre as direções sindicais para tratar do assunto. Apesar da divisão, um grande ato público foi realizado pela FIS no dia 10 de abril no Largo da Prefeitura, com uma presença expressiva de dirigentes sindicais e políticos: Vidal Pires (presidente do sindicato dos tecelões), João Francisco Vanini (presidente do

---

[188] Boletim nº 12, s/d. Aperj, Fundo DOPS, Série Estados. Pasta 19 F.
[189] Boletim nº 8, s/d. Aperj, Fundo DOPS, Série Estados. Pasta 19 F.
[190] *Idem*.

sindicato dos padeiros), Lino Bueno (associação dos portuários), Baltazar Neto (coligação dos ferroviários), Leopoldo Machado (líder da greve dos padeiros de 1933, agora vereador pelo PTB), Roque Cruz Vargas (presidente do sindicato dos alfaiates), Álvaro Ayala (membro da direção do sindicato dos trabalhadores da termo-elétrica), Walter Guimarães, (presidente da UET), Gabriel Quintana (presidente do sindicato dos gráficos) e Terézio Meireles (alfaiate e vereador comunista, eleito pela legenda do Partido Republicano).[191]

Dentre todos os citados, apenas Vanini e Machado eram identificados pelas DOPS como não-comunistas, embora Quintana e Ayala (que posteriormente se ligaria publicamente ao PCB) fossem, em outros documentos da época, identificados como membros do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Mesmo que houvesse um exagero na identificação de todos os demais como comunistas, a FIS certamente seguia a linha definida pelo PCB, e a capacidade de articular um tal conjunto de lideranças operárias indica uma notável retomada de espaços nas direção do movimento sindical por parte dos comunistas nos dois anos que se haviam passado desde o momento em que as intervenções nas entidades foram levantadas. No dia 11 de junho de 1953, a portaria 127 do Ministério do Trabalho decretaria o fechamento da UET, assim como de outras entidades sindicais paralelas. O movimento operário havia entretanto readquirido, nas mobilizações dos últimos anos, força e capacidade de mobilização suficiente para se tornar, ainda que involuntariamente, um dos atores da crise que levaria à queda de Vargas no ano seguinte.

A greve geral de 1954 e o primeiro fim da "Era Vargas"

Ao longo de todo o ano de 1954, o sindicalismo gaúcho mobilizou-se por duas reivindicações de interesse geral dos trabalhadores e que sintetizavam a sua trajetória de lutas dos últimos anos: o reajuste do salário-mínimo e o controle de preços. Já em janeiro, dirigentes das entidades sindicais dos trabalhadores nas indústrias de alimentação do estado enviavam telegramas a João Goulart, ministro do Trabalho, congratulando-o pela "atitude desassombrada" que o mesmo tivera, impedindo "que se consumassem os anunciados aumentos nos preços da carne, da banha e de outros artigos de primeira necessidade", ao mesmo tempo que endossava o trabalho da Comissão de Salário-Mínimo do Rio Grande do Sul, que havia concluído ser necessário reajustar o mesmo para Cr$ 1.800,00. Ao agir

---

[191] Boletim nº 7, 15 de abril de 1953. Aperj, Fundo DOPS, Série Estados. Pasta 19 F.

assim, declaravam os sindicalista, Goulart não capitulava "às investidas de conhecidos reacionários que procuram reduzir o operariado à mera máquina de produzir".[192]

Os representantes dos trabalhadores na comissão estavam, entretanto, atentos para a continuidade da ação dos "reacionários", e denunciavam a "formação de 'caixinhas' por parte das Confederações de Indústria e Comércio", com a finalidade de "bombardearem com opiniões encomendadas e delegações de 'cercos'" o presidente da República e o ministro do Trabalho, visando minar o seu apoio aos novos níveis do salário-mínimo. Vigilantes, os representantes operários resolveram se declarar em reunião permanente, orientaram as entidades sindicais a remeter ofícios e telegramas ao Executivo federal e se organizarem para uma campanha em defesa das suas bandeiras, com "pichamentos, colocação de faixas, comícios-relâmpago nas saídas das fábricas aos trabalhadores", convocando ainda uma passeata para o dia 28 de janeiro.[193]

O metalúrgico José César Mesquita anunciava que os sindicalistas exigiam dos "governantes que decretem de imediato" o novo mínimo, e ameaçava que os mesmos iriam chamar uma greve geral se a decretação não ocorresse até primeiro de fevereiro. Dirigentes da comissão viajavam também para o interior, visando garantir o caráter estadual do movimento e, em matéria paga, os sindicatos denunciavam o "alto tubaronato", que alegava não estar em condições financeiras para arcar com o novo patamar salarial, mas não vacilava em gastar "importâncias fabulosas para barrar sua majoração, em bases justas para os trabalhadores não especializados". Poucos dias antes da manifestação programada, a maioria das entidades representativas dos trabalhadores já havia realizado assembléias gerais extraordinárias "com o propósito de proporcionar aos sindicalizados um pronunciamento oficial" sobre a questão.[194]

A campanha, definiam as lideranças dos trabalhadores, era "justa, humana, cristã", pois já em agosto de 1953, uma família de 3 pessoas consumiria mais do que 2.400 cruzeiros mensais para manter suas despesas de alimentação, vestuário e moradia, como mostra o quadro abaixo, que ilustra o padrão de consumo considerado "digno" pelo sindicalismo no período:

---

[192] *Diário de Notícias*, 20/01/54
[193] *Diário de Notícias*, 26/01/54.
[194] *Diário de Notícias*, 27-28/01/54.

Consumo familiar mensal – Agosto de 1953[195]

Artigo	**Unidade**	**Consumo** mensal	**Agosto de 1953**	
			Preço	*Gasto*
Carne	Kg.	19,800	10,00	198,00
Leite	Lts.	22 ½	3,50	78,80
Feijão	Kg.	13,500	5,20	70,20
Arroz	Kg.	9,000	9,00	81,00
Farinha	Kg.	4,500	13,50	60,80
Batatas	Kg.	18,000	6,20	111,60
Legume e verduras	Kg.	27,000	7,92	213,80
Pão	Kg.	18,000	7,00	126,00
Café	Kg.	1,800	40,00	72,00
Açúcar	Kg.	9,000	5,50	49,50
Banha	Kg.	2,700	18,00	48,60
Manteiga	Kg.	2,250	50,00	112,50
Frutas	Unid.	270	0,30	81,00
Fósforo	Pact.	1	3,50	3,50
Lenha	Talha	1 ½	44,00	66,00
Sabão	Kg.	3,400	14,00	47,60
Transporte	-	-	-	60,00
Moradia	-	-	-	400,00
Luz	-	-	-	33,00
Vestuário	-	-	-	413,20
Barbeiro	-	-	-	22,00
Higiene	-	-	-	51,50
Total geral				**2.400,60**

Chegado o dia 28, às primeiras horas da noite, "seguiu a massa operária rumo às redações dos jornais", onde discursaram diversos oradores (Antônio Guidice, presidente do Sindicato da Carris; Antenor Pereira, presidente do Sindicato das Empresas de Transmissões; Valdemar Silveira, presidente do Sindicato dos Marceneiros). Seguindo a mobilização para frente do Palácio do Governo, lá discursou José César Mesquita, presidente do sindicato dos metalúrgicos, solicitando a interferência do governador Dornelles em favor das demandas operárias. Este, que, em reunião no seu gabinete, se entendera previamente com alguns dirigentes sindicais sobre sua participação no ato, declarou à audiência que tinha "ouvido atentamente as palavras do orador que o antecedera e que tudo envidaria, no que estivesse ao seu alcance, no sentido de que as autoridades

federais se capacitassem das reivindicações dos trabalhadores do Rio Grande". Após esta breve fala, retirou-se, e em seguida, foram fechadas "as amplas janelas palacianas e apagadas as luzes", atitude da qual "não gostaram os trabalhadores [..] os quais se retiraram dali mais ou menos descontentes", tomando o rumo do Largo da Prefeitura, onde o ato teve continuidade.[196]

O empresariado não tardaria a reagir, e no dia seguinte ao ato dos trabalhadores, a Federação do Comércio Varejista, publicava nota na imprensa, com o propósito declarado de "evitar confusões, que tentem quebrar a harmonia existente entre empregados e empregadores". Os comerciantes lembravam que o mínimo de Cr$ 800,00 deveria vigorar até janeiro de 1955, e que seus representantes na comissão mista, entretanto, haviam concordado com um reajuste imediato para Cr$ 1.200,00 na capital e Cr$ 1.000,00 no interior. O valor de Cr$ 1.800,00, pretendido pelos sindicatos, significaria um aumento de 125%, "quando as condições de encarecimento da vida jamais atingiram este nível", e tornaria "inevitável o aumento do custo de vida".[197]

A greve acabou não ocorrendo no início de fevereiro, mas a campanha continuava, com a preparação de um novo comício para o dia 25 daquele mês, visando apressar "por parte do governo, a assinatura do ato, instituindo os novos níveis de Salário-mínimo". A "Campanha pró-Salário-Mínimo de Cr$ 1.800,00", tinha agora uma diretoria própria, composta pelos dirigentes sindicais Bernardino Caetano Fraga, José Baldelino Lemos, José César Mesquita, Gabriel Quintana, Herack Fagundes Wagner, Luiz de Castro Lisboa e Roque Cruz Vargas. Ela se organizava também em comissões: direção geral, propaganda, finanças, observação e fiscalização, esta última criada "com o fim de evitar que elementos perturbadores e oportunistas aproveitem nosso ensejo para mais uma vez, desvirtuar o verdadeiro sentido das justas reivindicações dos trabalhadores".[198]

A vigilância, lembravam os organizadores da campanha, precisava ser total, já que enquanto o reajuste salarial não era implementado, servia por outro lado de pretexto para "os grande monopolistas", que promoviam "a todo instante novas majorações no preço dos gêneros alimentícios e utilidades essenciais à vida, tais como a carne, a banha, o café, o

---

[195] Fonte: Comissão de Salário-mínimo do Rio Grande do Sul. *In: Diário de Notícias*, 27/01/54.
[196] *Diário de Notícias*, 29/01/54.
[197] *Diário de Notícias*, 29/01/54.

leite, o arroz, etc.". No comício, de Porto Alegre, realizado efetivamente no dia 26 por causa da chuva no dia anterior, discursaram 18 sindicalistas de diversas categorias: padeiros, comunicações, bancários, enfermeiros, marceneiros, ferroviários, marítimos, bebidas, alfaiates, bancários, portuários, fumo, Carris, tecelões, além de Bernardino Fraga (Delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). As manifestações se estendiam também ao interior do estado, com um comício em Novo Hamburgo e outro, no dia 27, em Caxias, onde se encontrava o presidente Vargas, ao qual foi entregue um memorial expressando a apreensão dos trabalhadores frente à ação daqueles que tentavam "a todo custo barrar" o novo mínimo. Os trabalhadores reivindicavam ainda o "congelamento dos preços de utilidades na base de julho de 1953", e lembravam ao presidentes que também estavam "interessados na ordem e na defesa dos sagrados postulados democráticos", mas discordavam

> "de a todo momento sermos acusados de desordeiros e que a bandeira surrada e desmoralizada do anticomunismo, empunhada por oportunistas e maus brasileiros, sirva para nos roubarem a liberdade de lutarmos por nossas justas reivindicações e pela liberdade e autonomia de nossas organizações de classe".[199]

O valor reivindicado, lembravam eles em novo memorial a Vargas dois meses depois, havia sido "aprovado pelo então ministro João Goulart", e portanto não faria sentido realizar estudos para a fixação de novos níveis, como queriam os empresários. Além disso, "a fome e a miséria" estariam rondando os lares operários, e já não seria possível "nem sequer viver, quanto mais viver decentemente". O documento comunicava também que as assembléias sindicais de Porto Alegre haviam aprovado "medidas enérgicas por parte dos trabalhadores, a se iniciarem pela entrada em greve, no próximo dia 03 de maio, caso não seja assinado o decreto, no próximo dia primeiro". Usava ainda, como advertência, as próprias declarações recentes do presidente em Santos, de que "se aproximava o dia em que os trabalhadores fariam justiça com as próprias mãos".[200]

---

[198] *Diário de Notícias*, 13, 18/02/54.
[199] *Diário de Notícias*, 24, 27, 28/02/54.
[200] *Diário de Notícias*, 13/04/54.

Os argumentos empresariais contra o reajuste tinham no Conselho Nacional e Economia um poderoso aliado. Em abril, o órgão emitiria um parecer oficial, o momento econômico de 1954 daquele em que o salário-mínimo fora criado, em 1940, quando "visava proteger a mão-de-obra desqualificada", não entrava "em conflito com planos econômicos", e além do mais, "a marcha da inflação se apresentava em ritmo não assustador". Lembrando que o que vigorava no Brasil não era o "'mínimo fisiológico' segundo o pensamento ricardiano", mas sim uma "intervenção protecionista do Estado, buscado evitar os casos extremos de baixa remuneração", o Conselho se posicionava contrário ao aumento nas bases propostas. Sentindo que os defensores da elevação perdiam terreno, a comissão de sindicalistas gaúchos seguiu para o Rio, visitando Vargas, Goulart e entidades de trabalhadores, e começou a preparar uma "greve simbólica de 10 minutos, a 3 de maio", caso o decreto atendendo a reivindicação não fosse assinado no dia do trabalhador. Seria uma "paralisação geral do trabalho", mas tudo "dentro da mais absoluta ordem".[201]

Entretanto, neste momento a paralisação não seria necessária. Na véspera do 1° de maio, a imprensa noticiava que tinham sido "aceitas por Vargas as bases do salário-mínimo de João Goulart", lembrando que a oposição ao reajuste dentro do próprio governo, encabeçada por Oswaldo Aranha, tinha sido um dos motivos da saída do presidente do PTB do Ministério do Trabalho, e que, desse modo, o atendimento do pleito trabalhista, "objeto de incansável luta sua desde aquele tempo", poderia ser por ele considerado uma grande vitória política. A medida foi saudada com uma "grandiosa manifestação popular na capital da República". Para o Rio Grande do Sul, os valores fixados eram de Cr$ 1.800,00 para a capital, e de Cr$ 1.600,00 e Cr$ 1.700,00 para distintas áreas do interior.[202]

Se o próprio *Diário de Notícias*, em franca oposição ao governo, reconhecia a vitória de Jango, apesar de sua demissão, quanto mais o fariam os seus apoiadores no movimento operário gaúcho, que incluíam petebistas e alguns independentes. Num "manifesto aos trabalhadores do Rio Grande do Sul", nomes de destaque na luta pelo reajuste do mínimo, como Fraga, Mesquita, Giudice e Lemos, buscavam capitalizar politicamente a conquista sindical. Eles lembravam, numa frase que parece ser a abertura

---

[201] *Diário de Notícias*, 14, 21, 27/04/54.
[202] *Diário de Notícias*, 30/04/54.

padrão deste tipo de documento, que "nunca, como nos dias atuais, a classe trabalhadora necessitou estar mais vigilante para salvaguarda de seus mais lídimos e vitais interesses". A causa para tanto, porém, estava num conflito que perpassava o interior do próprio governo Vargas. O 'Plano Aranha", cujo titular pedira "apenas seis meses para deter a crescente elevação do custo da vida", havia se mostrado "impotente, quando não de uma ineficácia que dir-se-ia intencional, beneficiando tão somente as classes privilegiadas". Já o Congresso Nacional, estaria perdido em discussões estéreis, deixando de votar projetos de interesse dos trabalhadores, como aqueles sobre a participação nos lucros, os lucros extraordinários, a aposentadoria integral e a supressão da assiduidade integral. Enquanto aprovava facilidades para a importação de Cadilacs, muito dos seus integrantes consideravam exagerado o valor proposto para o salário-mínimo. O cenário era desolador, mas a esperança tinha nome, sobrenome e apelido:

> "contra os interesses dos trabalhadores atuam poderosamente forças reacionárias do capitalismo egoísta. Secreta ou abertamente, através de seus conhecidos 'testas-de-ferro', os seus agentes assalariados e todos aqueles que, sempre que se trata de elevar o nível de vida dos trabalhadores, só sabem falar em aumento de produção e em contração do trabalho, como se não estivéssemos produzindo com eficiência e trabalhando como escravos de muitos maus patrões que esquecem nossas mais elementares necessidades! **UM HOMEM**, entretanto – Trabalhadores do Rio Grande e do Brasil – tem permanecido firme e inabalável ao nosso lado, ao lado dos trabalhadores e vigilante na defesa dos seus interesses. O congelamento dos preços , a decretação do salário-mínimo e a extensão dos benefícios sociais ao trabalhador rural – são providências da sua iniciativa. Através dele, pretendia e pretende o presidente Vargas conseguir a redenção do trabalhador nacional. Este HOMEM, este GIGANTE – não precisaríamos apontar – é **JOÃO GOULART**, o "JANGO" que vive no coração de todos os trabalhadores brasileiros." [203]

---

[203] *Diário de Notícias*, 01/05/54. Grifos no original.

Como na Santíssima Trindade, era o filho, ou no caso, o afilhado político, o escolhido pelo pai para salvar os fiéis: "SEGUIR JOÃO GOULART é marchar para a VITÓRIA, para a REDENÇÃO, e para a VIDA". Jango, afinal de contas, parecia até o momento o grande sacrificado, através da demissão, e para consumar a libertação dos trabalhadores, seria apenas necessário apontar seu "nome impoluto [...] para o supremo



João Goulart, ministro do Trabalho, recebido por sindicalistas gaúchos. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

posto da Nação."[204]

A luta, entretanto, estava longe de encerrada. Tanto a implementação do reajuste concedido por Vargas seria postergada, quando os aumentos de preços tendo-a como pretexto ameaçavam anular a conquista antes que fosse usufruída. No dia 14 de maio, eram realizados uma passeata e um comício "pelo congelamento imediato de preços e para tornar eficaz o aumento salarial". Já no final do mês, pressentindo o risco de que anunciada vitória do início do mês perdesse toda a efetividade, a comissão de sindicalistas resolveu organizar

seções em cada município do estado, a fim de dar continuidade ao movimento reivindicatório e denunciar estabelecimentos comerciais que estivessem a retiver mercadorias, ao mesmo tempo que estabelecia o prazo de 31 de julho para que governo congelasse os preços, "sob pena de uma greve geral em todo o estado".[205]

A classe trabalhadora, alertava a comissão não se achava "alheia ao movimento que vem se alastrando entre os empregadores, visando restringir ou anular os benefícios consagrados aos trabalhadores do país pelos recentes decretos do Poder Executivo". "Ordeiros e disciplinados, conscientes de sua real participação no progresso da Nação", os operários discordavam de qualquer tentativa de alteração que ameaçasse as conquistas que pleiteavam há mais de 10 anos. Se os seus sindicatos eram órgãos "de colaboração de classe com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social", o mesmo papel deveria caber "também às entidades de empregadores", ao invés destas se dedicarem a sabotar a implementação da legislação. Não era mais possível tolerar "a existência de salários de fome ou de aposentadorias de esmoleiros", e os sindicatos reagiriam "contra aqueles que se obstinam em negar-lhes o direito à subsistência e de uma vida digna na atividade ou inatividade", declarava a Convenção Estadual pró-Salário-mínimo e Congelamento de Preços, realizada em Porto Alegre nos dias 28 e 29 de maio, que contara com a presença de 36 sindicalistas da cidade e dezenas de representantes de Canoas, Pelotas, Rio Grande, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Uruguaiana, Montenegro, Erechim, Cachoeira do Sul, Carazinho, Ijuí, São Leopoldo, Passo Fundo, Tupanciretã, Livramento, Bagé, São Gabriel, Santa Maria, Cruz Alta e Canela.[206]

Em junho, como a situação se arrastasse sem nenhum resultado concreto, a agora rebatizada "Comissão Executiva do Movimento Sindical pró-Salário-Mínimo e Congelamento dos Preços" lançaria novo manifesto "aos trabalhadores e ao povo do Rio Grande do Sul", em que denunciava a

> "intranqüilidade existente nas mais amplas camadas da nossa sociedade e especialmente entre as classes menos favorecidas, pela situação verdadeiramente caótica ora reinante no país em conseqüência do

---

[204] *Diário de Notícias*, 01/05/54. Grifos no original.
[205] *Diário de Notícias*, 14/05/54, 30/05/54
[206] *Diário de Notícias*, 01/06/54.

> negativismo dos órgãos de controle de preços, facilidade na obtenção de lucros descomedidos e, sobretudo, pela resistência, desonesta e inescrupulosa, das altas categorias econômicas às conquistas sociais, obtidas com lutas e sacrifícios sem conta."[207]

A comissão refutava o argumento de que o tabelamento de preços era impossível, citando Inglaterra, França e Rússia como países que "se valem deste recurso para refrear a ganância dos Escariotes do século XX", e novamente convocava, "como primeira manifestação", uma paralisação de 24 horas para o dia 06 de julho, "caso não tenha sido assinado o decreto do congelamento".[208]

Em meados de junho, a situação se tornaria ainda mais acirrada, quando um ministro do Supremo Tribunal Federal concedeu uma liminar suspendendo a execução do reajuste do mínimo em Minas Gerais. A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), imediatamente lançou nota esclarecendo que não tomara "qualquer iniciativa na consecução de medida judicial" e que esperava que devido às "boas relações sempre existentes em nosso estado entre capital e trabalho", se pudessem manter entendimentos no sentido de "solucionar de maneira harmoniosa, dentro de suas possibilidades, o que estabelece o Decreto 35.450". Começava a se falar na perspectiva de uma greve geral em todo o país, caso o STF confirmasse a liminar concedida à Federação das Indústrias de Minas Gerais, mas a Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul buscava jogar água na fervura, afirmando que a decisão, mesmo se mantida, valeria "apenas para os estados impetrantes do mandado de segurança", e que os demais empregadores estariam "obrigados ao cumprimento da lei".[209]

O sindicato dos metalúrgicos, auto-definindo-se como "um dos grande vanguardeiros" do movimento, tomaria a iniciativa de responder à nota da FIERGS, reafirmando o seu compromisso de "lutar até o fim na defesa dos menos favorecidos". Chamando sua base à mobilização, sustentava que a decisão de realizar uma greve no dia 06 de julho era "um marco inicial das nossas futuras vitórias, nossa força será ou não respeitada, dependendo apenas da atitude que tomarmos" e conclamava: "- Não traí a classe

---

[207] *Diário de Notícias*, 06/06/54.
[208] *Diário de Notícias*, 06/06/54.

metalúrgica, não traí o destino de teus próprios filhos, não traí os destinos de nossa grande e querida pátria". Em relação à insinuação patronal de um acordo, que certamente implicaria em concessões da parte dos trabalhadores, a recusa era taxativa: "a única solução harmoniosa, será pura e simplesmente o pagamento em data hábil dos novos níveis do salário-mínimo". Num alerta que se dirigia diretamente aos trabalhadores, a entidade advertia também que seria "ilegal qualquer acordo feito por fora com os senhores empregadores, no sentido de receberem importâncias inferiores aos novos níveis de salário-mínimo".[210]

Com a aproximação da data marcada para a paralisação, Mesquita e Giudice lançam nova nota assinada nos jornais, explicando que a atitude era tomada porque o "congelamento de preços está ameaçado de não mais sair, e o pagamento do Salário-mínimo, ameaçado de sofrer um golpe, por parte da classe patronal". Lembrando que "os trabalhadores gaúchos jamais foram arruaceiros", os sindicalistas sustentavam porém que este era o "início, apenas, de uma luta entre os que exploram e pretendem matar o povo a fome e os explorados que irão em sua luta até o ponto final". A decisão de entrar em greve fora tomada porque

> "como descendentes de uma raça varonil e valente que jamais consentiu em ver seus direitos espezinhados, amamos, como ninguém nossa Pátria, defendemos com intransigência o regime democrático, em que vivemos, respeitamos a tudo e a todos, mas não podemos suportar por mais tempo o espetáculo triste de vermos nossos filhos clamar por pão, sem podermos atender seu apelo." [211]

Às vésperas da greve, era divulgada a noticia de que o STF, por cinco votos a três, havia derrubado o mandado de segurança mineiro. O movimento, entretanto, não se deteria. Cinco federações e oitenta e um sindicatos, que compunham a Comissão Executiva da Greve, organizaram a distribuição de "turmas volantes de representantes sindicais", que percorreram a cidade "exortando os trabalhadores à paralisação de suas atividades por 24

---

[209] *Diário de Notícias*, 24, 27/06/54.
[210] *Diário de Notícias*, 29/06/54.
[211] *Diário de Notícias*, 04/07/54.

horas", realizando uma concentração às 16 horas em frente à Prefeitura. Os grevistas tiveram o cuidado de assegurar o funcionamento dos serviços de utilidade pública: hospitais, creches e asilos; energia elétrica (apenas solicitando que o comercio deixasse de acender os luminosos); fornecimento de leite (normal, apesar de parte dos funcionários da DEAL estar em greve). Os transportes, porém, foram totalmente paralisados. Segundo o chefe de Polícia, não ocorreram durante o movimento quaisquer choques, apenas o policiamento preventivo, necessário para "garantir que não haja alteração da ordem".[212]

Segundo o *Diário de Notícias*, ao realizar um balanço da jornada, em Porto Alegre houve paralisação total das atividades comerciais e bancárias e parcial das indústrias, onde os proprietários alegavam que "compareceram inúmeros trabalhadores". Já Mesquita, ao contrário, lembraria posteriormente que na cidade "a greve foi geral, parando setores que nunca tinham parado". Santa Maria, o próprio jornal reconhecia, ficara sem energia elétrica, e em Rio Grande, Pelotas, Caxias do Sul, São Gabriel, Santa Cruz do Sul, Carazinho e Erechim, a adesão fora total. Apesar disso, considerando que o motivo do movimento no Rio Grande do Sul era descabido, o novo ministro do Trabalho, Segadas Viana, declarava não acreditar que a paralisação se repetisse em outros estados, e ameaçava com o seu poder de intervenção, ao dizer que iria "investigar se o movimento foi realmente feito pelos presidente de sindicatos". Para a análise dos resultados obtidos pelo movimento, realizou-se uma Convenção Sindical Estadual, que decidiu pela convocação de nova greve para o dia 15 de setembro, caso as medidas demandadas não fossem efetivadas. Foi encaminhada ainda a apresentação de memoriais aos presidentes da República, do Senado e da Câmara Federal, assim como a articulação com entidades de Rio, São Paulo e Minas, no sentido de que o próximo movimento viesse a ter efetivamente um caráter nacional.[213]

De acordo com Mesquita, o movimento pelo reajuste do mínimo e pelo congelamento de preços fora concebido com o objetivo central de fornecer suporte política a Getúlio Vargas contra os golpistas que ameaçavam derrubá-lo: "a greve era mascarada, não podia aparecer como de apoio ao governo". Se esta era a verdadeiro motivação, a parede pode ser considerada um fracasso. Lá pelas 9 da manhã do dia 24 de agosto de 1954,

---

[212] *Diário de Notícias*, 06/07/54.
[213] *Diário de Notícias*, 08, 21/07/54; *Correio do Povo*, 07/07/54; Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.

a notícia do suicídio de Vargas já havia se espalhado pela cidade. A rádio lia repetidamente a carta-testamento "com suas referências incendiárias aos interesses do capital estrangeiro, que em Porto Alegre são tradicionalmente identificadas com os interesses dos Estados Unidos". Uma multidão começou a se concentrar em frente à sede do PTB, na Praça da Alfândega, onde oradores indignados alimentaram a carga emocional do momento, até que se chegasse a "um estágio de histeria de massas.[214]

A partir das 9 e meia, a "turba", que segundo observadores chegou a contar com cerca de três mil participantes, passou a atacar sucessivamente diversos alvos que eram identificados como sendo ligados aos inimigos de Vargas: os jornais "O Estado do Rio Grande" (ligado ao Partido Libertador) e *Diário de Notícias* (pertencentes aos Diários Associados de Assis Chateaubriand); as rádios Farroupilha e Difusora (também de propriedade de Chateaubriand); as sedes dos partidos políticos de oposição ao governo, como PL, UDN, PSP, PSD, PSB e PRP; finalmente, com um ímpeto particular, o Consulado Norte-americano, o National City Bank of New York, a fábrica local de Coca Cola, a Cervejaria Brahma, a Importadora Americana, e várias outras cassas de negócios "real ou imaginariamente" relacionadas ao capital americano. Todos os escritórios onde o Consulado funcionava, ocupando apenas o sexto andar, foram completamente destruídos e saqueados, inclusive o consultório do Dr. Eliseu Paglioli, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde lecionava neuro-cirurgia, figura pública ligada ao PTB porto-alegrense, que aparentemente pagou caro pela infeliz vizinhança. Na representação consular propriamente dita, não sobraram mais do que destroços:

> "Luminárias, lâmpadas, janela e estantes de livros com portas de vidro, foram todos quebrados e o vidro espalhado pelo piso. Tapetes, escrivaninhas, cadeiras, arquivos, máquinas de escrever, máquinas de

---

[214] Entrevista de José César Mesquita a Maria Elizabeth Grimberg, 1982; "Civil disturbance in Porto Alegre on August 24, 1954". Porto Alegre, 28 de agosto de 1954. Robert S. Hoard, cônsul norte-americano em Porto Alegre e Edward T. Purcell, oficial de assuntos públicos do Consulado ao Departamento de Estado. Pp. 1-5. NARA, Departamento de Estado; Para uma análise geral dos acontecimentos daquele dia, Cfe: Ferreira, Jorge. "O Carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto". *In:* Gomes, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

> calcular, correspondência e materiais de escritório foram atirados na rua, seis pisos abaixo, e queimados".[215]

Cerca de 4 da tarde, unidades do exército confrontaram-se com uma multidão numa das principais avenidas da cidade e, quando os manifestantes recusaram-se a dispersar e continuaram avançando em direção à tropa, esta abriu fogo, matando 3 pessoas e ferindo outras 10. "Esta demonstração de forças produziu resultados imediatos, e não houve mais manifestações ou resistência naquela área."[216]

Na sua análise sobre os acontecimentos, o Consulado foi enfático ao afirmar que:

> "A rebelião do dia 24 teve um caráter inconfundivelmente anti-Estados Unidos. [Isso] sustenta a hipótese de que embora os motins do dia tenham começado como uma reação da turba petebista às notícias do suicídio, sob pressão, do presidente, elementos comunistas rapidamente participaram e asseguraram a ênfase nos alvos anti-Estados Unidos. O Partido Socialista, que em Porto Alegre segue estritamente a linha comunista, publicou anúncios pagos na imprensa local chamando a atenção para o caráter anti-imperialista da carta-testamento do presidente. Vários dias depois da rebelião, elementos comunistas ainda estavam ativos na cidade. No dia 26, um orador comunista criticou o Consulado por tentar salvar da rua no dia 25 os papéis e materiais 'que o povo do Brasil tinham jogado ao fogo!'.
>
> Em Porto Alegre muitos homens de negócios são da opinião que a base do PTB tem um bocado em comum com a dos comunistas. Os objetivos e a prontidão em recorrer à violência na sua obtenção são idênticos em ambos os grupos. É muito provável que a força da turba do dia 24 [...] fosse a de elementos trabalhistas e comunistas trabalhando juntos num objetivo

---

[215] "Civil disturbance in Porto Alegre on August 24, 1954". Porto Alegre, 28 de agosto de 1954. Robert S. Hoard, cônsul norte-americano em Porto Alegre e Edward T. Purcell, oficial de assuntos públicos do Consulado ao Departamento de Estado. P. 2. NARA, Departamento de Estado.
[216] *Idem.*

> comum de destruição e violência. A rebelião, definitivamente. não era desorganizada."[217]

Teriam sido os comunistas os responsáveis pelo caráter anti-imperialista da ação da multidão? De fato, como relata Elóy Martins, o partido iniciou o dia mais como objeto do que como sujeito da ação. A análise de conjuntura do PCB no período, reavalia, "era incorreta e impopular, não correspondia à realidade". Enquanto Getúlio "enfrentava o combate das forças mais reacionárias e fascistas, dirigidas pelos generais golpistas, incentivadas pelo imperialismo norte-americano", os comunistas, ainda que sua oposição ao governo se desse "pela esquerda", eram vistos como se simplesmente fizessem coro com aqueles que pretendiam derrubar o presidente, realizando os mesmos ataques e lutando pelo isolamento do governo. Diante do suicídio, a "turba" teve poucas dúvidas em incluir os comunistas no extenso rol dos inimigos de Vargas sujeitos a retaliação:

> "Ao chegarmos na sede de nosso jornal, 'A Tribuna Gaúcha', verificamos ter a massa empastelado a redação, onde havia máquinas de escrever e outros utensílios quebrados, mesas, cadeiras, etc. Os manifestantes preparavam-se para ir às oficinas do jornal quando conseguimos mobilizar grupos de companheiros e desviar o povo de tal objetivo."[218]

Aparentemente, portanto, a busca de objetos de ataque comuns fora, para os comunistas integrados à multidão, mais um mecanismo de defesa do que a prova de uma extraordinária capacidade de manipulação. Ela expressava porém, o caldo de cultura comum aos militantes populares formados num contexto marcado por fatores como o nacionalismo estimulado desde a Segunda Guerra, a consolidação da hegemonia americana e o impacto negativo da atuação de subsidiárias americanas nas condições da vida cotidiana das grandes cidades brasileiras. O imperialismo, para os trabalhadores urbanos brasileiros, talvez nunca tenha sido tão concreto nem estado tão à mão. Ao apontá-lo ou, ao menos, ao permitir que fosse apontado como o responsável pelo seu sacrifício, Vargas contribuía para

---

[217] *Idem.* Ou a avaliação do consulado sobre os socialistas, ou a prática política dos mesmos, mudara significativamente nos últimos dois anos.
[218] Martins, Elóy. *Um depoimento político.* Porto Alegre: Edição do Autor, 1989. Pp. 115-116.

criar, depois de morto, um fator inequívoco de unidade entre as correntes políticas de base operária, de um modo que jamais fizera em vida:

> "Após a morte de Getúlio surgiu um novo período de lutas. A carta-testamento de Vargas mobiliza as massas getulistas, tornando mais fácil a unidade entre comunistas e trabalhistas, [e] ao acusar as forças ocultas, incentivava o movimento nacionalista."[219]

Fora-se a expressão de todas as complexidades e contradições associadas ao processo de institucionalização dos direitos sociais dos trabalhadores brasileiros, e a ordem, voluntária ou não, que marcara as suas formas de manifestação nas últimas décadas, nunca seria quebrada de forma tão violenta, ainda que fugaz, quanto naquele dia.

---

[219] *Idem, Ibidem*. Pp. 115-116.

Epílogo:

Trabalhadores e participação política na República Populista

O suicídio de Vargas não causou comoção apenas nas ruas, mas também no interior das fábricas:

> "O diretor [da Forjas Taurus] era da UDN. Então, quando mataram o Getúlio, ele subiu numa cadeira e escreveu num mural: 'O nosso presidente deu um tiro na guampa e escafedeu-se!'. Uma coisa assim. Quando ele desceu, ele estava preso com um braço de cada lado. [...] Nós tínhamos gente do PTB que trabalhava lá. Agarraram ele à unha. [...] Dentro do Taurus, os operários prenderam o diretor. [...] Chamava-se Sr. Adão, um inspetor de polícia [aposentado], que trabalhava lá dentro, que deu voz de prisão pra ele. [...] Não foi fácil aquela vez que Getúlio se matou."[220]

Episódios como este nos oferecem uma imagem das relações entre a classe operária e o processo político nacional bastante distante das formulações clássicas presentes na teoria do populismo. Não se trata aqui de uma massa amorfa manipulada por um líder carismático, mas de operários conscientes e organizados que, numa aliança com a militância petebista, assumem para si funções de autoridade pública, diante do que consideram um desrespeito por um símbolo da era em que conquistaram importantes direitos e o reconhecimento da sua dignidade como trabalhadores e cidadãos.

À medida que novas pesquisas têm sido desenvolvidas e a sensibilidade para a experiência operária tem se aguçado, a necessidade de uma nova estrutura conceitual capaz de balizar a análise do período pós-30 tem se colocado. Angela Castro Gomes está sem dúvida entre as pioneiras na proposição destes novos paradigmas desde ao menos a metade dos anos 80. Foi nos últimos anos porém que a autora desenvolveu uma refutação mais explícita do próprio conceito de populismo. Ele seria uma invenção acadêmica datada, cuja trajetória histórica no Brasil teria se iniciado nas reuniões do chamado "Grupo de Itatiaia",

---

[220] Entrevista com Armando Pinheiro, 27 /07/99.

que a partir de agosto de 1952, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, passou a discutir um amplo leque de problemas sociais e políticos brasileiros. O grupo incluía Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe, mas por detrás da respeitabilidade acadêmica de muitos destes nomes, teria tido de fato o papel de sistematizar os preconceitos existentes entre a elite liberal-conservadora em relação às mudanças em curso na política nacional. As críticas se dirigiriam tanto à política de massas em si mesma, que estaria incorporando ao jogo político setores populares inorgânicos, criando a base para a demagogia, quanto, de outro lado, à conformação assumida pela classe dirigente no período, que teria perdido sua representatividade e seu poder de exemplaridade.[221]

Para Gomes, Francisco Weffort, ao levar adiante o desenvolvimento de uma teoria do populismo, teria inicialmente esboçado uma superação do caráter pejorativo existente no conceito, buscando dar conta da ambigüidade do fenômeno. Ele chega a conceber a própria categoria de "manipulação" de uma maneira que poderia "ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas, quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas", e em algumas ocasiões até mesmo admite substituí-la pelo termo "aliança". Ao enfocar conjunturas específicas, verificaria ainda que a relação "originária" de dependência, gerando como subproduto "o reconhecimento da própria cidadania das massas, consagrada por uma série de direitos legais", teria levado o populismo a uma possível evolução. Porém, o julgamento *a posteriori*, baseado na derrota dos projetos reformistas pelo golpe militar de 1964, teria selado uma interpretação do regime populista em que o mesmo era considerado condenado desde as origens por suas contradições inerentes: "uma democracia incompleta e não uma democracia parlamentar plena, na qual tristemente não se pode transformar". Esta crítica sobre as deficiências da política populista, lembra a autora, baseava-se em grande medida numa teleologia de inspiração marxista, que associava o populismo diretamente às supostas debilidades estruturais da classe operária brasileira, ou aos equívocos estratégicos supostamente cometidos por suas organizações e lideranças. Tal abordagem, entretanto, completa Gomes, tem sido fortemente abaladas por novas referências teóricas, como aquelas propostas por E. P. Thompson, poderosa

---

[221] Gomes, Angela de Castro. "O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito". *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 1, n ° 2, 1996. Pp. 31-58.

influência na produção acadêmica brasileira das últimas duas décadas. Estariam pouco a pouco sendo descartadas as hipóteses:

> "que postulavam um certo modelo de consciência de classe revolucionária para o operariado, permitindo todo um conjunto de interpretações que se respaldava no desvio ou na inconsistência daqueles atores quando, não preenchendo os requisitos delineados, interferiam nos rumos dos acontecimentos históricos que insistiam em não seguir o curso imaginado."[222]

A autora argumenta que seu estudo clássico, *A invenção do trabalhismo,*[223] buscava investigar "a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil", rompendo com o conceito de populismo e com a noção correlata de manipulação política, que anulariam *a priori* a possibilidade de conceber os trabalhadores exercendo "um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades". A alternativa proposta teria sido substituí-los pela idéia de "pacto trabalhista", que:

> "procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um todo-poderoso Estado, nem uma classe passiva, porque fraca numérica e politicamente. [...] Os benefícios materiais 'oferecidos' e implementados [...], bem como a própria forma com que vêm revestidos, serão 'recebidos' e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências."[224]

Esta proposta de abandono do conceito de populismo tem conquistado adeptos. Para Daniel Aarão Reis Filho, ele seria um expediente político e intelectual unindo a direita vitoriosa e a esquerda frustrada após o golpe de 1964 para banir a memória da "tradição trabalhista". Esta formulação remeteria em primeiro a "um programa nacionalista, estatista e popular", englobando política externa independente, intervencionismo na economia, "institutos de aposentadora e pensões,

---

[222] *Idem. Ibidem.* P. 51.
[223] *Idem. A Invenção do Trabalhismo. Op. Cit.*

sindicatos assistencialistas, justiça do trabalho, em cuja administração as lideranças sindicais participavam ativamente" e ainda "as estatais, com seus generosos planos de carreira, financiamentos específicos e proteção contra o desemprego".[225]

Uma "vasta rede de sindicatos oficiais e *organizações sindicais paralelas*", se identificaria também com esta tradição, assim como "alguns partidos", particularmente o PTB, "com sua galeria de líderes carismáticos: Getúlio Vargas, João Goulart, Hugo Borghi, Ivete Vargas, Leonel Brizola, entre outros", ao qual Reis Fº atribui, nos últimos anos da sua existência "uma identidade relativamente consolidada" que teria lhe assegurado "nos grandes centros urbanos, boa parte dos votos dos trabalhadores assalariados", mas também "a liderança de lutas nacionalistas", como aquelas relativas ao capital estrangeiro, remessa de lucros, "pela afirmação do poder e da cultura nacionais". Do mesmo modo, o PTB teria conduzido a luta por outras bandeiras reformistas: distribuição de renda e de poder como "aumentos salariais, reforma tributária", "voto para os analfabetos e para os graduados das forças armadas", e "controle sobre o poder econômico nas eleições".[226]

Mas além de uma expressão partidária, campanhas e bandeiras de luta, o trabalhismo, expressão nacional das "tradições nacional-estatistas" criadas pelas classes populares da América Latina, e expressas no restante do sub-continente por lideranças como Juan Perón, Lazaro Cardenas, Augusto Sandino, Jacob Arbenz, Camilo Cienfuegos e Fidel Castro, abarcaria também:

> "as lutas sociais reformistas, ritmadas pelos dissídios coletivos, arbitradas pela Justiça do Trabalho, mediadas, quando isso era possível, pelas suas lideranças. E o recurso da greve e das manifestações, mais ou menos amparadas, às vezes protegidas e estimuladas, não raro contidas, e até mesmo reprimidas, segundo as conjunturas, pelos governos."[227]

Já Jorge Ferreira, fundamentando-se diretamente numa leitura de Gomes, enfatiza que se trataria de um "projeto trabalhista", formulado pelo Estado,

---

[224] *Idem.* "O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito". *Op. cit.* P. 54
[225] Reis Filho, Daniel Aarão. "O colapso do colapso do populismo ou A propósito de uma herança maldita". *In:* Ferreira, Jorge (org.).*O populismo e sua história. Debate e Crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo.
[226] *Idem. Ibidem.*

particularmente a partir de 1942, numa inflexão da ditadura do Estado Novo, que teria contribuído "de maneira decisiva, para configurar uma identidade coletiva da classe trabalhadora". Tratar-se-ia de "uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns", e que integraria "idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os trabalhadores muito antes de 1930". Portanto:

> "o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica. [...] Não foi casual que o PTB, a institucionalização do projeto, tenha sido a organização mais popular durante a experiência democrática pós-45, tornando-se, em 1964, a maior agremiação no espectro político do país."[228]

Deslocado de cena o populismo, por pejorativo, impreciso e ideologicamente contaminado, estaríamos diante de um fenômeno extraordinariamente totalizador: o trabalhismo. Este, por sua vez, seria ao mesmo tempo um pacto entre trabalhadores e Estado que "expressa a constituição da classe", e portanto uma forma particular da sua consciência, mas também uma "tradição" que articularia estruturas jurídicas, assistenciais, sindicais e partidárias com mobilização social (assim como sua contenção e repressão). Acima de tudo, porém, o trabalhismo envolveria líderes carismáticos, capazes de "expressar" os interesses, crenças e valores de suas bases. Substituído o conceito em nome da valorização da agência histórica dos trabalhadores, caberia perguntar que papel estaria a eles reservado no novo paradigma.

Seria o caso de lembrar, talvez, que originalmente, *A invenção do trabalhismo* não se apresentava como uma história "da constituição da classe trabalhadora brasileira", mas sim da sua "incorporação ao cenário político", através da qual ela "ganhou o *status* de ator político relevante na vida institucional do país". Esta perspectiva, justificada pelo fato de que a identidade da classe não decorre "de posições experimentadas apenas ao nível das

---

[227] *Idem. Ibidem.*

[228] Ferreira, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". *In:* Ferreira, Jorge (org.).*O populismo e sua história. Debate e Crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo.

relações de produção" certamente contribuiu para que a análise se concentrasse na disputa entre "o conjunto diferenciado de propostas que lutam e competem pelo monopólio da 'palavra operária'". Neste intento, socialistas, anarquistas e comunistas teriam sido fracassados, e o Estado ditatorial de Vargas bem sucedido, à medida que, vencida a resistência do início dos anos 30, "fechou-se com vigor o espaço para qualquer tentativa de encaminhar o processo de constituição da classe trabalhadora a partir dos próprios trabalhadores". O trabalhismo, portanto, visava mais do que "falar para um público", pretendendo "produzir este público, identificado como a classe trabalhadora brasileira".[229]

Talvez aqui esteja um delicado ponto de deslizamento conceitual. Seria este processo de "produção de um público" para o discurso emanado do Estado, o equivalente à "constituição da classe"? Não parece ter sido esta a intenção original da autora. *A invenção do trabalhismo,* em vários momentos, advoga a capacidade da "audiência" operária ressemantizar, a partir de suas experiências e valores, tanto o discurso estatal, quando o próprio processo simbólico envolvido na concessão de benefícios. À medida, porém, que não analisa a cultura operária, suas formas de ação coletiva, nem o funcionamento de organizações de classe concretas, torna-se difícil perceber como esta apropriação cultural se desenvolvia na prática social. Não por acaso, o livro dá pouca atenção às greves ocorridas ao longo dos 50 anos analisados, e em conjunturas decisivas para demonstrar como, no pós-30, *não* estavam descartados os "processos de constituição da classe trabalhadora a partir dos próprios trabalhadores", como entre 1933 e 1935, a narrativa se desloca exclusivamente para o plano parlamentar. Estranhamente, para um trabalho que reivindica inspiração thompsoniana, a luta de classes em geral faz nele apenas uma pálida figuração, com os capitalistas estando completamente ausentes. Já o Estado, ao invés de uma estrutura político-institucional que serve de cenário a uma forma particular de exercício de hegemonia de classe, comparece nas conclusões como um ator unívoco, capaz de estabelecer, em nome próprio, pactos com uma classe operária cujos contornos eram por ele mesmo definidos. O ângulo a partir do qual o trabalho enfoca a história operária, certamente contribui para a conclusão de que o fazer-se da classe, após a 'invenção do trabalhismo', teria sido deslocado definitivamente do espaço da sua experiência para as

---

[229] Gomes, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo. Op. cit.* Pp. 24, 30, 325.

mãos do aparato estatal. É importante destacar porém que, embora considerando este desfecho uma "incorporação real – embora controlada – dos trabalhadores à vida política nacional", Gomes lamentava as suas deficiências:

> "o PTB, assim como os sindicatos no Brasil, nasceu sob a chancela de um Estado autoritário, para atuar em um regime não mais autoritário, mas certamente ainda conservador. Projetos de participação política mais mobilizadores e instrumentos de representação mais autônomos não tinham espaço nesta espécie de 'pluralismo limitado' do pós-45."[230]

Estávamos portanto, em 1988, ainda muito distantes da tendência atual de se minimizar, ignorar ou justificar os graves limites colocados no período para o exercício da cidadania e da autonomia por parte da classe trabalhadora, que, ao contrário do que se parece supor, não se encontrava completamente subsumida no sistema político e no aparelho de Estado, muito menos "expressa" por lideranças carismáticas. Além do risco de substituir o estigma pela apologia, ao trocarmos o "populismo" por "trabalhismo" podemos estar mantendo, ou até mesmo aprofundando o equívoco de tentar explicar elementos diferentes de um mesmo momento histórico por um único termo.

Houve, evidentemente, um projeto político trabalhista, expresso pelo PTB e em alguns momentos por certas dissidências do partido, articulado por diversos agentes políticos no final do Estado Novo, entre eles políticos, burocratas ligados à "questão social" e sindicalistas, que veio a lograr grande aceitação entre os trabalhadores urbanos de várias partes do país. Em outros, como foi o caso de São Paulo, deu-se um processo semelhante, mas com algumas diferenças significativas, entre elas a dimensão do vertiginoso crescimento numérico da classe trabalhadora, originando o ademarismo e o janismo, que como recorda French, eram movimentos essencialmente antitrabalhistas e antigetulistas. Se algumas das características desses fenômenos paulistas foram generalizadas abusivamente para pensar o país como um todo pelos clássicos da teoria do populismo, seria um equívoco ainda maior formular um paradigma explicativo para o período que pretendesse considerar o centro do desenvolvimento econômico nacional como uma exceção. Compreender as

relações entre sociedade e política no período, salienta French, exige a adoção de um modelo interativo de classe social, que articule a análise das mudanças na composição interna da classe operária com as transformações vividas por outros segmentos sociais (como a classe média), que criaram a possibilidade do estabelecimento de alianças entre eles sem que isso implicasse necessariamente em passividade e subordinação dos trabalhadores a líderes carismáticos. A configuração destas alianças, assim como os mecanismos institucionais e práticas sociais que estabeleciam suas condições de existência é que o autor conceitua como "sistema político populista", salientando que este, apesar das desigualdades existentes, "influenciou o comportamento de todos os participantes".[231]

O "sistema político populista", como destacam Silva e Costa, definiria o enquadramento geral através do qual "as mediações institucionais, a lei, o direito, a justiça, as encenações e a retórica públicas traçavam muitas vezes os limites do que poderia ser politicamente possível". Ele não anularia a existência de diversos projetos políticos que se digladiavam no período, nem substituiria a ação das classes sociais, cuja interação conflitiva "impunha limites à exploração política e econômica", não obstante a eventual realização de alianças:

> "O populismo visto pelos trabalhadores era não raras vezes diferente da auto-imagem construída pelas autoridades sobre seus próprios atos e discursos. Ao contrário da adesão cega e ativa, podia funcionar um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis, impondo ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas. Portanto, o exercício da hegemonia não se define de nenhuma maneira *a priori*, mas está sujeito a constantes rearranjos, submetido a freqüentes negociações e concessões, não impondo uma visão de mundo

---

[230] *Idem. Ibidem.* Pp. 328-329.

[231] "Pensar a América Latina. Entrevista de Daniel James e John French". *In:* Fortes, Alexandre; Negro, Antonio Luigi; Silva, Fernando T. ; Costa Hélio da; Fontes, Paulo. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho. Op. Cit.* Pp. 189-196; French, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo: 1900-1950. Op. Cit.* Pp. 266-8.

> com total abrangência e persuasão em todos os aspectos, lugares e experiências de vida dos trabalhadores."[232]

Esta formulação não estigmatiza o período, mas também evita que abramos mão, ao estudá-lo, do exercício da crítica e da formulação de juízos, fundamentados pelas evidências, sobre as contradições, dilemas e perplexidades, expressos muitas vezes por aqueles que o vivenciaram. Um destes protagonistas foi recentemente tomado como um exemplo da inadequação da interpretação canônica do populismo, e da superioridade analítica da noção de "pacto trabalhista". José Vecchio, sindicalista transviário de Porto Alegre e primeiro presidente estadual do PTB no estado, concedeu em 1983 um longo e rico depoimento ao Cpdoc. Recentemente, Jorge Ferreira tomou esta fonte como base para o desenvolvimento de um artigo sobre "sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul".[233]

"Ao contar a sua história e a luta de seus companheiros", Vecchio, na avaliação de Ferreira, "demonstrou sua admiração por Getúlio Vargas, mas sem abrir mão de sua autonomia", sendo portanto "impossível qualificá-lo como "pelego". A valorização de Vargas, na narrativa do sindicalista, é construída em contraposição a uma imagem de arbítrio e exclusão dos trabalhadores sob o governo de Borges de Medeiros: "a brigada matava gente a porrete, [...] era muita violência, ele era um homem terrível". Baseando-se no depoimento, Ferreira afirma que "nos anos 20, os trabalhadores gaúchos não dispunham propriamente de sindicatos", e que, no caso da categoria de Vecchio, o início da organização trabalhista dataria de 1932, quando o mesmo foi um dos fundadores da Caixa de Aposentadoria dos Empregados da Companhia Energia Elétrica de Carris Porto-Alegrense.[234]

Apesar de seu entusiasmo pelo regime varguista, Vecchio relembra que "os primeiros tempos do sindicalismo oficial foram de decepção". As assembléias sindicais

---

[232] Silva, Fernando Teixeira da e Costa, Hélio da. "Trabalhadores Urbanos e Populismo: um Balanço dos Estudos Recentes" *In:* Ferreira, Jorge (org.).*O populismo e sua história. Debate e Crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo.

[233] Ferreira, Jorge. "Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio". *In:* Reis Filho, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX).* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. Pp. 182-218.

[234] *Idem, Ibidem.* Pp. 182-187.

dependiam de licença da Delegacia do Trabalho, e da DOPS, que enviavam cada uma o seu inspetor para acompanhar os trabalhos da mesa, e "se algum operário se exaltava, recebia voz de prisão logo ao sair do sindicato". A corrupção grassava na Inspetoria do Trabalho, tornando-a ineficaz em assegurar o cumprimento da lei. Este quadro não impede Ferreira de concluir que no período "as políticas públicas patronadas pelo Estado apontavam para outras práticas, sobretudo no reconhecimento dos trabalhadores como ator coletivo legítimo no cenário político, se não central". Exemplo deste reconhecimento seria a própria relação de negociação direta que Vecchio declara ter se estabelecido entre os sindicalistas gaúchos, que defendiam a sindicalização obrigatória como forma de sustentar as entidades, e o presidente da República, que lhes explicou a dificuldade de aprovar a medida, mas também assegurou que iria resolver o problema, o que teria sido a origem do imposto sindical, "para os ativistas, uma necessidade para a própria viabilização do sindicato".[235]

Esta possibilidade de conquistas negociadas era o principal argumento do transviário para rechaçar as opções políticas esquerdistas. Se antes de 1930 "nós não tínhamos nada", dizia, como optar por vias radicais "e nos submeter a lideranças que não tinham expressão, não tinham um programa, que apenas entendiam de falar". O caráter disruptivo do radicalismo teria se manifestado na greve dos padeiros de 1933-1934, quando, entrando o conflito "no 24° dia, e sem solução imediata", o ministro do Trabalho, Salgado Filho teria se oferecido como mediador mas, ao chegar à sede da entidade, "encontrou, na mesa da diretoria, a carta de reconhecimento da entidade coberta com papel crepe, insinuando luto, e quatro velas, uma em cada canto da mesa". A atitude, considerava Vecchio, fora uma afronta: "como alguém que toma a iniciativa de ir na tua casa, deve demonstrar a que partido pertence?". Ferreira endossa as conclusões do sindicalista, destacando que os comunistas, a quem atribui a direção do movimento dos padeiros, teriam ido "além dos limites permitidos na cultura política popular, feriram crenças e padrões comportamentais vividos e partilhados entre eles". Veio o Estado Novo, e embora Vecchio tenha sido preso seis vezes no período, relembra que ele e seus companheiros sindicalistas estavam "confiantes de que Getúlio saberia conduzir o país [...] e nós nos submetemos". A

---

[235] *Idem, Ibidem*. Pp.188-194

ditadura, avalia, para os trabalhadores, "foi muito melhor", acrescentando, "bendito golpe!", o que leva Ferreira a comentar que:

> "Trata-se, sem dúvida, de algo estranho para aquele convencido de que ao movimento operário interessa somente a democracia. No entanto, historicamente, nada garante a relação direta entre um e outra. Diversas experiências históricas demonstram que, em determinadas situações, a democracia interessa ao movimento operário, mas, em outras não."[236]

No período da democratização, Vecchio participou inicialmente da ala sindical do PSD, com o qual logo se indispôs, ao perceber que os sindicalistas seriam utilizados para montar um esquema clientelista a serviço dos caciques políticos do partido. Tomando conhecimento do boato de que Paulo Baeta Neves estava articulando a criação do PTB, no Rio, teria estimulado a ida do sindicalista marceneiro Sílvio Sanson para a capital federal, o qual retornou com a notícia de que "o partido que surgia era sério e tinha o aval de Vargas". Quando o ex-presidente decidiu, isoladamente, apoiar a candidatura Dutra, os trabalhistas porto-alegrenses teriam se frustrado, mas coube a Vecchio apaziguá-los, lembrando-lhes que "o prestígio do PTB emana do prestígio de Vargas", e que portanto, só lhes restava "uma obrigação: é acompanhar e apoiar a proclamação, ele dirá no futuro por quê." A autonomia partidária teria sido recuperada com o lançamento de Alberto Pasqualini como candidato próprio ao governo do estado. Pasqualini, originário do Partido Libertador, era ex-secretário do Interior e Justiça do estado, e já havia publicado o conjunto de artigos desenvolvendo as idéias básicas de um programa reformista nacional, assim como articulado uma agremiação política própria, a União Social Brasileira (USB). Seu ingresso no PTB gaúcho serve como argumento para Ferreira endossar as análises de Miguel Bodea segundo as quais "o PTB gaúcho, desse modo, adquiriu, desde a sua fundação, o caráter de um *partido de esquerda*, e não apenas de um *partido popular* como ocorria nos outros estados".

---

[236] *Idem, Ibidem*. Pp. 195-196.

Mas Vargas estava comprometido com Walter Jobim, do PSD, na eleição estadual, e pressionou o PTB pela retirada da candidatura de Pasqualini, sem obter sucesso:[237]

> "Por diversas vezes Vecchio foi chamado por Vargas em sua fazenda. Sempre cioso de sua origem como operário e sindicalista, e preservando sua autoridade como presidente do PTB gaúcho, bem como a sua legitimidade política diante dos seus companheiros de partido, em muitas ocasiões, pela sua capacidade de negociação e de manter um diálogo em condições de igualdade com o ex-presidente". [238]

O poder dos sindicalistas dentro do PTB gaúcho, entretanto, estava prestes a ser solapado por "intelectuais oriundos da USB e ativistas da ala moça, como [Leonel] Brizola e [Fernando] Ferrari". Após participar do lançamento da candidatura presidencial de Vargas em São Borja, Vecchio, chegando em Porto Alegre, descobriu que Brizola, Wilson Vargas e Dinarte Dornelles haviam destituído o comitê municipal, controlado pelo "grupo operário", o que os levou à criação do PTB-Movimento Independente. Quando Brizola foi lançado candidato a prefeito, em 1951, os dissidentes apoiaram Ildo Meneghetti (PSD), fazendo entretanto campanha para Maneco Vargas (PTB), filho de Getúlio, que concorria a vice. A eleição de ambos os candidatos que apoiou possibilitou a Vecchio o maior trunfo de sua carreira política: ter derrotado Brizola. Logo a seguir, foi convidado por Vargas para acompanhá-lo ao Rio de Janeiro, assumindo algum cargo federal, mas teria respondido: "Não, presidente, não sirvo para capanga". A recusa leva Ferreira a concluir que "Vecchio, sempre



Brizola e Temperani Pereira em reunião de campanha com eleitoras do Quarto Distrito, 1955.

---

[237] Cfe: Bodea, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Edufrgs, 1992.

[238] Ferreira, Jorge. "Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio". *Op. Cit.* Pp. 197-204.

independente, nada mais queria do que a amizade sincera daquele que tanto admirava". "José Vecchio e seus companheiros sindicalistas" expressariam a síntese de todo um período histórico do movimento operário do Rio Grande do Sul, eles:

> "recusaram as propostas dos anarquistas, entraram em concorrência com os comunistas, aderiram ao sindicalismo oficial, apoiaram as políticas públicas de Vargas, inclusive as implementadas durante na ditadura do Estado Novo [...] Pode-se alegar que [...] não defenderam os 'reais' e 'verdadeiros' interesses da classe trabalhadora. É possível. Mas quem pode enumerar quais são os 'reais' e 'verdadeiros' interesses da classe ou, ao menos dizer onde se encontra o Livro Sagrado dos Mistérios em que foram revelados aos mortais?"[239]

Tão difícil para um observador externo quanto definir "verdadeiros" interesses de classe, certamente será estabelecer "os limites permitidos na cultura política popular" ou definir em que circunstâncias "a democracia interessa ao movimento operário", exercício muito mais perigoso, especialmente quando realizado por intelectuais.

A memória, como sabemos, é uma construção cultural seletiva, ordenada e formatada retrospectivamente a partir de motivações do presente e da lógica deduzida pelo depoente da sua interpretação sobre os resultados do processo. Tomar como fatos estabelecidos lembranças descontextualizadas e auto-elogiosas pode ser um procedimento perigoso. Borges de Medeiros tanto reprimia quanto negociava com operários, dependendo das circunstâncias. Havia sindicatos em Porto Alegre antes de 1930, um deles foi fundado em 1929 para representar os trabalhadores da Carris, sendo objeto de disputa entre comunistas e getulistas. O sindicato dos padeiros não era dirigido por comunistas no momento da greve de 1933-1934 (o que Vecchio nem sequer afirma), mas por getulistas, que ao se indignarem com a falta de efetividade da legislação, realmente cobriram sua carta sindical com crepe "até que a lei valesse", atitude respaldada não apenas pela sua categoria, mas por várias outras organizações de trabalhadores. Getúlio Vargas provavelmente não

---

[239] *Idem, Ibidem*. Pp. 205-213.

consultou José Vecchio a cada decisão relevante da sua vida política, e certamente não discutiu com ele a criação do imposto sindical.

O líder transviário certamente se tinha em alta conta, mas nem sempre era correspondido por seus contemporâneos. O jornal comunista *Tribuna Gaúcha*, em 1947, por exemplo, não poupava adjetivos para criticar a intervenção do mesmo desautorizando o acordo realizado entre o PCB e o deputado trabalhista João Simões Lopes, candidato a prefeito na eleição municipal de Pelotas, que tinha como única condição o compromisso na defesa conjunta da "legalidade de todos os partidos e do respeito aos mandatos dos representantes do povo":

> "Desmascara-se mais uma vez o Sr. José Vecchio como autêntico reacionário e pró-fascista. Com seu histerismo anti-comunista, o presidente do Diretório Estadual do PTB, coloca-se contra os seus próprios correligonários – Os principais itens do acordo entre comunistas e o PTB relacionam-se com a defesa da constituição e o falso operário Vecchio coloca-se contra isso."[240]

Anos mais tarde, Joaquim Celso de Lima estava organizando um grupo de base entre os trabalhadores dos moinhos da capital gaúcha, cujo sindicato se encontrava sob intervenção no início dos anos 50. Definida uma pauta de reivindicações a ser enviada à Justiça do Trabalho, ela teve que ser encaminhada através de

> "um deputado da dissidência do PTB, o PTB Independente, José Vecchio [que] levou para o seu escritório os pertences do sindicato, os quais se resumiam em um armário pequeno com livros e pastas. (Assim como o nosso, outros tantos havia lá, inativos, mais de dez.) E esse tal deputado, no parlamento, se dizia representante daquelas categorias, dando a impressão e que atrás de si havia uma legião de trabalhadores que o acompanhavam, organizados naquelas entidades. Dava pena ver aqueles armários em fileiras, empoeirados, cheios de baratas. Naquela situação, [o sindicato sob

---

[240] *Tribuna Gaúcha*, 25/10/47. Aperj, Fundo DOPS, Seção Estados. Pasta 19 C.

> intervenção], há simplórios aventureiros à procura de um patrono; não seria outro senão o anfitrião dos armariozinhos, membro do PTB, e do melhor, segundo ele, pois era dissidente! Tendo em vista que o Ministério do Trabalho estava nas mãos do mesmo partido, tudo estava em casa."[241]

Evidentemente, não é justo definirmos Vecchio pela imagem que dele faziam seus adversários políticos. Mas o que dizia sobre si mesmo contribui sem dúvida para a compreensão das características particulares do tipo de liderança política por ele exercida. Falando sobre o ex-interventor federal no estado, Flores da Cunha, Vecchio o classifica como:

> "Caudilho, sim. Igual a mim. [...] É, eu sou pior do que ele. Porque ele roubava, eu não roubava. [...] O caudilho para ser caudilho tem que ser grosso, fazer besteira, fazer loucura, isso é o caudilho. O Getúlio era um diplomata. Ele era um *gentleman*. [Eu] quando ando pela rua é assim: chapéu de aba larga, lenço no pescoço [e] uma faca prateada deste tamanho, na cinta, ou então um 38. Não para matar ninguém, mas se é preciso, eu mato."[242]

A continuidade de formas tradicionais de exercício de autoridade no interior do PTB, nos recorda Maria Celina D'Araújo, contribuiu indiretamente "para solapar a estabilidade das instituições democráticas brasileiras":

> "Não obstante seu sucesso eleitoral, não houve no PTB uma estratégia definida nas relações com o governo e com as bases eleitorais para a manutenção de um padrão democrático duradouro. Este fator, associado a um processo interno de mando intolerante e caudilhesco, levou o PTB a uma situação insustentável, que alimentou a própria crise do regime."[243]

José Vecchio era sem dúvida um trabalhador com orgulho de sua condição, consciência de classe e auto grau de politização. Isso porém não é suficiente para definir

---

[241] Lima, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso. Memórias de um operário comunista. Op. Cit.* P. 138.
[242] Vecchio, José. *Op. cit.* Pp. 100, 101, 113.
[243] D'Araújo, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65. Op. Cit.* P. 16.

sua representatividade, nem legitima necessariamente as formas por ele utilizadas para exercer sua liderança. Nas suas próprias memórias, ele aparece como sendo capaz de agir de forma autônoma frente a Vargas, mas mesmo quando dele diverge, defende que os seus seguidores mantenham em relação a este uma lealdade cega, baseada no "uso do prestígio" do ex-presidente. No que diz respeito à relação de Vecchio com suas bases, valeria a pena ainda lembrar que os transviários estavam, desde os anos 30, entre as categorias com a maior concentração de militantes comunistas.

Na verdade, é possível desconfiar que boa parte da simpatia de Vecchio pela ação do regime de Vargas em relação aos sindicatos viesse do fato de que a intervenção dos órgãos governamentais na vida da entidade (da qual posteriormente se queixava), juntamente com a capacidade de articular o apoio político da prefeitura municipal para as reivindicações da categoria é que permitia às lideranças trabalhistas enfrentarem a concorrência dos comunistas. Em 1947 quando a DOPS, para evitar que os bondes paralisassem pelo "abono de natal", desencadeou uma forte operação repressiva, a ação, segundo relatos, foi articulada com os petebistas, como também ocorreu no mesmo período com outras categorias. Vecchio era sem dúvida muito autônomo frente às autoridades para ter exercido o papel de interventor no seu sindicato, mas não teria escrúpulos em apoiar uma intervenção, assim como não o tinha de resolver disputas políticas pela força. Eram interventores ou dirigentes de sindicatos "de gaveta" boa parte dos seus colegas "sindicalistas" que fundaram o PTB no estado, como o metalúrgico Baldelino Lemos.

Houve porém, uma série de outras expressões da participação da classe operária, e do complexo industrial do "Quarto Distrito" de uma forma mais ampla, no processo político local de Porto Alegre, particularmente no que diz respeito à Câmara Municipal. A trajetória de alguns dos vereadores eleitos pode nos dizer muito sobre o rico processo de redefinição das relações entres sociedade e política no período.

Já encontramos Leopoldo Machado, por exemplo, como líder da tão citada greve dos padeiros. Ele era na verdade egresso de Santa Maria, no interior do estado, onde já em 1920 fora presidente do Sindicato dos Padeiros local. Foi obrigado a mudar-se para Porto Alegre após as prisões desencadeadas pela greve de 1923. Em 1925 já participava como delegado do Sindicato Padeiral de Porto Alegre do 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, ocasião em que foi eleito para a comissão de administração do jornal da

FORGS, *O Syndicalista*, de tendência libertária. Getulista ao iniciar-se o movimento da categoria, em 1933, decepcionou-se com a atuação do Estado no episódio e, em 1935, concorreu a deputado estadual pela Liga Eleitoral Proletária, dirigida pelos comunistas, da qual foi secretário. Durante o Estado Novo, organizou padarias comunitárias num projeto patrocinado pelo Círculo Operário Porto-Alegrense (COPA), dirigido na época por seu ex-colega e ex-fiscal do Trabalho, João Lattuada. Em 1951, eleger-se-ia vereador pelo PTB. No exercício do mandato, Machado daria continuidade à sua vinculação às lutas dos trabalhadores, sendo um dos poucos parlamentares petebistas a participar ativamente dos movimentos contra a carestia. Defendeu também, dentro da Câmara a solidariedade à greve pelo reajuste do salário mínimo em 1954. Mas, ao ser debatido em plenário a proposta, levantada pelos sindicalistas, de tabelamento de preços, demonstrou ter incorporado o que era a tônica do argumento patronal, ou seja, que "o barateamento do custo de vida" só seria possível através do "o aumento de produção". Colocava-se também contra a proposta de taxação de lucros extraordinários, argumentando que "o governo estaria melhor fixando lucros razoáveis às firmas importadoras".[244]

Um dos colegas de legislatura de Machado era Terésio Meireles, alfaiate e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário, cuja candidatura emergira dum processo político ao mesmo tempo complexo e, em certa medida, cômico. Conforme relembra João Aveline, os comunistas, no início dos anos 50, andavam "desesperados atrás de uma legenda" para concorrerem às eleições, e se aproveitaram de uma convenção do Partido Republicano (PR), então sob intervenção, cujo estatuto dizia que seriam delegados todas aquelas pessoas que manifestassem o desejo de nele ingressarem. O PCB, clandestino, orientou então seus militantes do interior a enviar telegramas para o PR estadual, manifestando sua adesão à agremiação. No dia do evento, o interventor "estava exultando de satisfação pela grande afluência de pessoas [...], a sala encheu!". Ocorre que no mesmo período se havia dado a dissidência do PTB, comandada por José Vecchio, que resolveu adotar o mesmo expediente de "ocupação" do PR para

---

[244] Cfe: Atas do Sindicato dos Padeiros de Santa Maria; *O Correio do Povo*, 30/09/1925. *In:* Petersen e Lucas. *Op. cit.* Pp. 276, 280, 405; "Relatório do Círculo Operário Porto-Alegrense, 1944". Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945. P. 19. Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, NPH-Ufrgs; *Diário de Notícias*, 03/07/54.

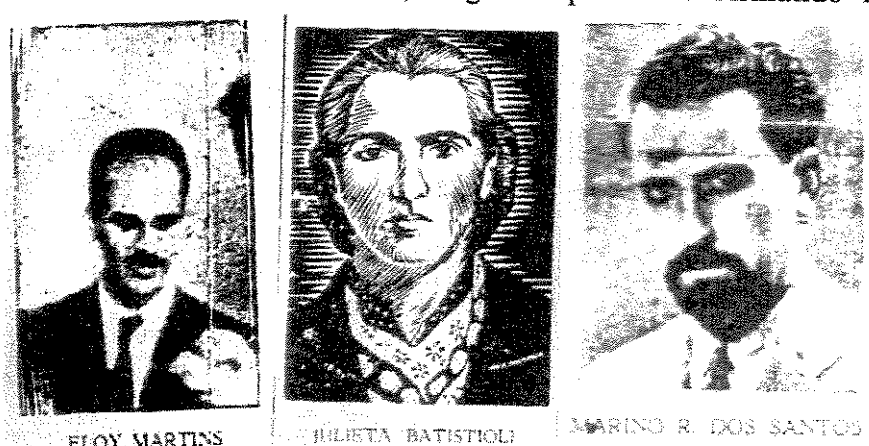
lançar seus candidatos. Houve tentativa de negociação para o lançamento de uma nominata conjunta, mas sem sucesso:



Jantar organizado pela Associação dos Amigos do Quarto Distrito em apoio à candidatura de Temperani Pereira a deputado federal. Sociedade Gondoleiros, 1955.

"deu um bode, um bode filho da puta dentro da reunião, e, resultado: eles nos venceram, no voto. [...] Nós desligamos o telefone, fizemos o diabo lá dentro! E saiu candidato por parte deles um camarada chamado Terésio Meireles. [Mas] ele viu aquela discussão, viu a nossa palavra, o nosso discurso e tal, e o Terésio se definiu [a nosso favor]. Como prêmio de consolação, ficou o Terésio indicado por eles, mas a rigor, já sendo o nosso! [...] Os caras queriam comer o Terésio vivo! [...] Apesar do nosso sectarismo em relação as pessoas que não tinham nascido comunistas, nós aceitamos a idéia [da candidatura] do Terésio."[245]

Também em 1951, elegeu-se pelo PTB Armando Temperani Pereira, que se tornaria um dos maiores ideólogos da linha trabalhista "programática" no estado, juntamente com Alberto Pasqualini. Advogado trabalhista e



Candidatos comunistas à vereança. *Tribuna Gaúcha*, 1947.

[245] Entrevista com João Aveline, 25/10/99.

professor universitário, Temperani era ativo participante de vários movimentos de "frente de massas" organizados pelo PCB, exercendo a presidência da "Bomba", de bomba atômica, apelido da Campanha pela Paz Mundial. A polícia política não vacilava em considerá-lo como sendo, de fato, um comunista, acusado até mesmo de contribuir financeiramente com o partido. Temperani teve sempre uma votação maciça no "Quarto Distrito", o mesmo ocorrendo com seu colega de legislatura na Câmara e presidente da associação de amigos da região, o moderado comerciante Aloísio Filho. Quando Temperani candidatou-se a deputado federal, Aloísio transformou-se num de seus maiores cabos-eleitorais. Ele entretanto preferiu manter-se no legislativo municipal e, enquanto exerceu mandato parlamentar, relembra seu amigo Zenon Galecki, chegava a levar mais de 40 minutos da sede da Sociedade Gondoleiros, que também presidia, até a da Associação de Amigos do Quarto Distrito, a poucas quadras de distância, interrompido a cada passo por eleitores que lhe traziam demandas do bairro ou desejavam com ele debater a situação política regional e nacional.[246]

A calçadista Julieta Batistioli, o médico Marino dos Santos e o metalúrgico José César Mesquita, que juntamente com Elóy Martins compunham a bancada de vereadores e suplentes eleitos pelo PCB através da legenda do PSP em 1947, a estas alturas são já nossos velhos conhecidos. Apenas as ausências coincidentes de Martins (provavelmente preso ou fugindo de uma detenção) e do membro não-comunista do PSP, Derli Chaves (eleito deputado estadual), permitiu que os três se encontrassem simultaneamente no plenário em julho de 1951, protagonizando um debate revelador das complexidades e tensões que envolviam a participação dos trabalhadores na política no período. Mesquita havia rompido com o PCB em 1948, e embora viesse a estabelecer uma aliança sindical com o mesmo no final dos anos 50, neste momento era considerado um dos maiores inimigos dos comunistas em Porto Alegre. Já Julieta, "escrachada publicamente" pelo partido por se recusar a fazer um comício em frente às Lojas Renner defendendo que as trabalhadoras devolvessem os vales a serem trocados por mercadorias que a empresa distribuíra por ocasião do Natal,

---

[246] Entrevista com Zenon Galecki, 25/10/99; Entrevista com Armando Temperani Pereira Filho, 10/10/98.

afastou-se da militância e terminou seu mandato a contragosto, embora ainda se identificasse, em linhas gerais, com a proposta partidária.

O debate começou quando Mesquita apresentou um projeto "no sentido de que as companhias de ônibus dêem um atestado no caso de acidente em viagem, acidentes promovidos por outros veículos, etc.", que possibilitasse aos trabalhadores justificar as ausências ao trabalho e atrasos decorrentes, sem incorrer nas penalidades da lei da "assiduidade integral", o que lhes custaria a perda não apenas do dia de trabalho, mas também do valor equivalente ao repouso semanal e também, acumulando-se ao longo do ano, de dias de férias.[247]

Julieta, inicialmente, pretendeu apresentar uma emenda ao projeto, lembrando que:

> "a maioria das faltas dos operários ao serviço não são por causa destes acidentes aqui mencionados [...] A maioria das falhas – e isso se dá comigo, [que moro no Passo da Areia, trabalho na Renner] e preciso me valer dos ônibus – é atraso no ponto de parada. [...] Por esta razão eu apresento uma emenda, acrescentando mais a letra 'E' [ao projeto], no sentido de que seja dado um atestado pelas empresas quando os operários ficam esperando na parada, em virtude dos ônibus passarem com excesso de lotação."[248]

Logo porém a discussão se deslocou para a avaliação sobre a efetividade da medida proposta. Para o vereador Luiz de Bastos, ela seria inócua. Ele concordava que a lei da assiduidade integral, era "um alto negócio para a classe patronal", mas sendo a mesma federal, e não tendo o legislativo municipal competência para tratar de questões trabalhistas, a classe patronal iria aceitar os atestados apenas se quisesse. Julieta reagiu: "- O caso é o seguinte: nós vamos legislar. O nobre vereador César de Mesquita apresenta esses casos e eu quero dizer que não são só esses". Bastos tornou a argumentar que as empresas não teriam "culpa, por exemplo, que na hora do 'pique' esses veículos sejam insuficientes".

---

[247] *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*, Gestão 1947-1951, Vol. 35, Julho de 1951. Porto Alegre, Imprensa Oficial do Estado. Pp. 239-280. BCM-PA.
[248] *Idem.*

Marino do Santos explicou que não se tratava de culpá-las, "mas de justificar a falta do operário", e ao ouvir como réplica que a Câmara iria "fazer uma lei sem valor", lembrou que muitas destas já existiam no país.[249]

Na sessão seguinte, entretanto, Julieta e Marino passariam a questionar o projeto em debate e este último em particular, partiria para o ataque ao seu autor. A operária do Renner dizia que "na verdade acho que esta lei, pedida pelo vereador César de Mesquita, de nada vem a favor da classe operária" e propunha que a Câmara atacasse a raiz do problema: "era preciso que essas companhias de transporte, quando firmam um contrato com o município, assegurem que irão cumprir este compromisso de por o número de ônibus necessários às linhas".[250]

Contra-argumentando em relação ao benefício a ser conquistado pelo trabalhadores, Mesquita lembrava que o projeto de lei tinha sido apresentado "atendendo a um apelo dos operários das fábricas", e que não entrava em contradição com a luta contra a assiduidade, em relação à qual o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre já estava encaminhando negociações com os patrões. Este movimento, porém seria mais complexo, e implicaria "uma luta contra a Justiça do Trabalho", que havia decidido condicionar qualquer "aumento de salário [...] a 100% de assiduidade".[251]

A defesa do metalúrgico, porém, era refutada por Marino, para quem, o fato do projeto ser apresentado "como um serviço à classe operária" não impedia que se questionasse o seu mérito:

> "Será que esta é a melhor resposta por parte daqueles que se credenciam como operários e como defensores dos direitos da classe operária? Ou será que esta é uma resposta que daria qualquer representante da burguesia, interessado em satisfazer, provisoriamente, a classe operária, ou de dar a ilusão de satisfação à classe operária?"[252]

A questão de fundo, lembravam os comunistas, era o problema da disciplina do trabalho, à qual estavam relacionada toda a discussão a respeito da justificativa de faltas,

---

[249] *Idem.*
[250] *Idem.*
[251] *Idem.*
[252] *Idem.*

que normalmente ficavam submetidas ao arbítrio da própria empresa. Era o que ocorria nos casos em que os operários, com algum problema de saúde, recorriam ao atendimento médico das empresas, o qual quase que invariavelmente se esquivava de lhes fornecer o atestado necessário para que fossem se recuperar em casa. Julieta expunha casos da Renner, como o de uma operária que estava doente do fígado, recebeu medicação errada e foi mantida trabalhando, enquanto o quadro se agravava, assim como de outra, obrigada a trabalhar com um furúnculo no joelho, situação que só foi revertida com sua intervenção: "- Não vá trabalhar; vá à diretoria da fábrica e mostre o joelho e se o patrão mandar trabalhar, será caso de polícia e nós daremos parte da firma". O vereador Alfredo Hoffmeister, porém ponderava que, "sem desmerecer com isso a classe operária", existia de fato "aquele caso em que o operário procura o médico para conseguir licença a fim de não ir ao trabalho, sem realmente ter qualquer coisa". Marino, por sua vez destacava que "o médico que está muito preocupado com isso acaba negando para todos", servindo deste modo ao interesse empresarial e que, normalmente, os atestados "que interessam à classe operária" eram anulados, pois mesmo que o operário recorresse a um médico particular, a validação do documento obtido dependeria "de um grande processo de legalização, etc., e de uma série de mistérios".[253]

Mesquita, porém, rejeitava a analogia entre os atestados médicos, controlado pelos patrões ou submetidos a uma complicada aprovação burocrática, e a medida que propunha, pela qual "o próprio fiscal ou responsável pelo veículo, que é às vezes o chofer" daria o atestado, aos passageiros, em caso de acidente. Os comunistas, entretanto, não se convenciam, e Marino insistia que "a classe operária deseja coisas simples, coisas que também ela compreenda e não só aqueles que são advogados e doutores em leis" e que nenhum resultado seria obtido sem "a derrogação da cláusula de assiduidade 100%". Mais do que isso, o projeto seria simplesmente demagógico, "um meio de desviar o sentido da luta da classe operária pela sua reivindicação":

> "Ele se apresenta como um meio de justificar a inação do autor, de justificar a posição de concessão do autor, [...] de capitular ante a pressão da burguesia e tomar posição contra o seu partido, o partido da classe operária,

---

[253] *Idem.*

> dando a ilusão de que é possível servir-se a classe trabalhadora quando se coloca fora ou contra a sua vanguarda organizada."[254]

Estava exposta uma velha ferida que ainda não cicatrizara. Já tratamos anteriormente do polêmico episódio envolvendo a prisão de Marino, justificada pela posse de um suposto "plano terrorista", e do posterior desligamento de Mesquita do PCB, explicado em versões conflitantes por ele e pelos membros do partido. A reação do metalúrgico à provocação pública foi surpreendente. Na sessão seguinte da câmara, iniciou sua participação referindo-se a "gente que se diz defensor dos operários, mas de fato só tem traído os interesses da classe operária", no que foi aparteado por Marino: "- Vossa Excelência é, justamente um exemplo, olhe-se num espelho". Mesquita entretanto, seguiu adiante, munido de dois volumes de "divulgação marxista" sobre "as maravilhas da legislação social soviética". Questionado por Marino se estava defendendo o operário soviético ou o operário brasileiro, respondeu que a legislação trabalhista brasileira havia sido atacada, "chamada de inócua, de servil ao capitalismo" e que por isso se justificava

> "fazer um pequeno comparativo, não custa nada. Vamos ver se lá no paraíso proletário existem todas essas maravilhas que são ditas pelo vereador Marino dos Santos. Vamos ver se existe ou não este atestado de ideologia, se não existe esta malfadada assiduidade cem por cento que combatemos e condenamos, que o sindicato dos metalúrgicos condena."[255]

Os ânimos se acirraram. Marino desafiava Mesquita, dizendo que se este provasse que na URSS existiam "burgueses explorando os trabalhadores", ele se renderia à posição do adversário, "aliás, muito boa, pois eleito por um partido proletário, o traiu por medo à polícia". Mesquita reagia dizendo que o comunista, quando foi cassado, "não tinha o direito nem de concorrer", pois seu partido "estava na ilegalidade" (um argumento que teria valido então contra sua própria candidatura), no que era interrompido pela exclamação de Julieta:"- A classe operária não está na ilegalidade!".[256]

---

[254] *Idem.*
[255] *Idem.*
[256] *Idem.*

O sindicalista, entretanto, estava disposto a seguir na sua leitura do código de trabalho soviético:

> "A disciplina no trabalho não é apenas um princípio jurídico, mas antes de tudo, uma obrigação moral dentro da sociedade soviética. O artigo 130 da Constituição obriga todo cidadão soviético a acatar a disciplina do trabalho [...] O trabalhador pode ser despedido quando a empresa em que trabalha é liquidada, total ou parcialmente, ou quando limita o volume dos seus trabalhos. Neste último caso, enquadra-se igualmente, aquele em que uma redistribuição dos cargos permite diminuir o número de operários, sem que isso afete o volume do próprio trabalho [...] A dispensa também pode se utilizada com medida disciplinar, quando o trabalhador não cumpre, sistematicamente, suas obrigações e depois de outras medidas que não tenham dado o resultado esperado".[257]

Instado por Marino a deixar a Rússia e discutir os problemas brasileiros, Mesquita ironizava: "- Mas é Vossa Excelência que diz que os interesses do Brasil estão ligados aos interesses da Rússia", e seguia enumerando as cláusulas trabalhistas socialistas que estabeleciam o direito da empresa demitir em casos de delitos ligados ao trabalho, detenção por mais de dois meses, afastamento por investigação judicial, não comparecimento por mais de dois meses, ou ainda:

> "quando o operário ou o empregado são afastados de seu posto de trabalho pelo Comissariado do Povo para o Controle do Estado, por medida disciplinar e também quando o trabalhador, por sentença do tribunal, é proibido de exercer determinada profissão ou de ocupar um cargo semelhante ao que desempenha."[258]

O médico comunista interrompia, questionando quantos eram os desocupados e quantos moravam em "malocas" na União Soviética, mas obtinha como resposta que "a revolução socialista foi em 1917 e somente em 1930 é que conseguiram acabar com o

---

[257] *Idem.*
[258] *Idem.*

desemprego" enquanto, no Brasil, "o governo assumiu há 5 meses e se exige que acabe com tudo de uma vez". Mesquita prosseguia a leitura, destacando um ponto em particular:

> "A despedida também pode verificar-se a pedido do sindicato. A legislação soviética, com isso proporciona às organizações sindicais uma arma efetiva para lutar contra os desorganizadores premeditados e contra os burocratas que infringem a legislação social. A lei protege os funcionários das organizações sindicais de base contra possíveis perseguições por parte da direção por motivo de seu trabalho social. A dispensa dos membros de comitês sindicais e de seus representantes na comissão de dissídios necessita do consentimento do sindicato respectivo."[259]

Seu comentário sobre este tópico era ferino: "aqui no Brasil essas pessoas que procuram defender o patrão são chamadas de 'puxa-sacos'. Lá também existem, está provado, [os] 'puxa-sacos'". A continuidade das provocações trazia à tona novamente a origem do conflito entre Mesquita e o PCB. Abordando o assunto, Marino declarava que nunca quisera discutir o fato anteriormente "por uma questão de escrúpulo", e acusava o metalúrgico de ter "trocado de lado [...] com medo da polícia" e de ainda querer "manter a máscara". Mesquita contra-atacava, dizendo que quem tivera medo da polícia fora a direção comunista: "os seus advogados; o Dr. Teixeira arrumou uma viagem para Canela e o Dr. Pinheiro Machado arrumou uma viagem par a Santa Maria." O médico não aceitava os argumentos e insistia que debatia com o ex-partidário contra a vontade, "porque desde aquele dia em diante [...] passei a ter até vergonha de apartear Vossa Excelência, de considerar a sua existência". Mesquita retrucava que sua posição política era bem conhecida: "de um lado, sou chamado de comunista pela classe patronal, de outro lado, os comunistas me taxam de vendido aos patrões", o que abria o flanco para um derradeiro ataque, que encerraria definitivamente as condições de diálogo:

> "Este é o destino amargo e doloroso de todo o camarada que quer transação e não quer estar em lugar definido. É o destino da mãe de São Pedro que

---

[259] *Idem.*

não ia para o inferno porque era mãe de São Pedro, e não entrava no céu porque tinha lá os seus pecadinhos."[260]

Estranho universo este, em que o imaginário cristão sobre pecado e salvação serve de argumento aos comunistas, diante das dificuldades em se construir a unidade na defesa dos direitos dos trabalhadores. A votação sobre o projeto terminou empatada, resultado que foi revertido em seu favor pelo presidente da mesa, vereador Ábio Hervê. A efetividade da medida parecia ser de antemão questionável, mas a forma como se desenvolveu o debate a seu respeito não deixa de ser significativa.

O grande fato, sem dúvida, era que tal debate, com tais protagonistas, tomasse lugar no parlamento local. Apesar de todas as suas limitações, o espaço institucional permitia a expressão da diversidade de correntes políticas e lideranças atuantes no movimento operário ou que ao menos tinha como projeto canalizar as demandas sociais da classe trabalhadora mesmo que isso, como era o caso dos parlamentares comunistas, implicasse na burla ao rigor repressivo da legislação vigente. Essa situação possibilitava que tanto os elementos unificadores da classe, expressos em bandeiras de luta e campanhas gerais, se articulassem de forma orgânica ao processo político quanto que as tensões e conflitos existentes no seu interior, envolvendo distintas concepções, estratégias e parâmetros éticos, tivesse nele mais um espaço de desenvolvimento.

Ao longo da argumentação desenvolvida por Julieta, Mesquita e Marino, percebemos a presença de vários dos temas que perpassavam a experiência da classe trabalhadora e a construção de sua cidadania no período. Em primeiro lugar, discute-se a própira possibilidade de regulamentar de forma efetiva as relações de trabalho, frente ao ceticismo de 20 anos em que existira um "abismo entre o que era chamado a 'lei' e a 'realidade' do que era praticado nos locais de trabalho e aceito nos tribunais trabalhistas".[261] No debate sobre a disciplina no local de trabalho, onde se reconhecia o arbítrio patronal, mas prevalecia a idéia da impossibilidade de aboli-la diante do risco de que "uma minoria" se aproveitasse para "tirar vantagem", estavam presentes os valores

---

[260] *Idem.*

[261] French, John D. *A legislação trabalhista brasileira: Afogados em leis, mas famintos (por justiça?).* Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, no prelo.

associados a uma ética compartilhada por trabalhadores e industriais, porém definida de forma hegemônica em favor dos interesses destes.

O debate trazia à tona também a contraposição entre um modelo de sociedade idealizada e a atuação pragmática nas condições e a partir das possibilidades existentes no contexto do país, posição fortalecida pelo acento nacionalista dominante no período. Ao mesmo tempo, a existência da repressão à militância operária e de esquerda era tomada como um dado naturalizado. Tratava-se de saber apenas quem tinha mais ou menos medo da polícia. Estes aspectos criavam uma situação em que o desenvolvimento da unidade necessária ao fortalecimento do movimento enfrentasse sérias dificuldades, o que sem dúvida era agravado pelo sectarismo da esquerda, de um lado, e pelo anticomunismo, de outro.

A configuração assumida na abordagem destes temas expressava as condições gerais em que se estabelecera a nova configuração da classe operária local. A hegemonia econômica, política e cultural burguesa, etnocêntrica e patriarcal certamente colocava limites ao desenvolvimento do potencial de mobilização e organização dos trabalhadores. Sua superação era buscada no fortalecimento de uma identidade comum, a partir das experiências de exposição aos riscos da condição operária, da solidariedade no local de trabalho, da construção de espaços de sociabilidade e práticas culturais específicas e da reapropriação, exercida no cotidiano, das "benesses" capitalistas, transmutadas em direitos. O movimento operário buscava canalizar este processo para as suas organizações, contrapondo-se às iniciativas eclesiásticas e patronais, ao mesmo tempo que explorava os potenciais colocados pelo reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos no discurso oficial. A condição para tanto era definir a ação coletiva como condição para o exercício, generalização e ampliação de direitos, explorando a lógica da lei como fonte de legitimação perante a opinião pública e a própria estrutura institucional estatal. Ao mesmo tempo, era necessário burlar e enfrentar a repressão, a cooptação e as estratégias visando anular o potencial de conflito decorrente da luta de classes.

O saldo obtido nesta luta foi parcial, apesar de significativo. O sindicalismo não logrou se estabelecer solidamente em importantes setores da nova classe operária. No têxtil, houve debilidades, descontinuidades e uma grande dificuldade de implantação dentro das fábricas. Na vestuário, a própria fragmentação entre especializados e não-especializados,

sobreposta à divisão de gênero, levava a que, mesmo estando o sindicato nas mãos de uma frente unitária de esquerda, sua representatividade em relação ao conjunto da categoria ficasse comprometida. Na alimentacão, extremamente heterogênea, apenas alguns pólos de organização de base foram estabelecidos. Foi nos metalúrgicos, por outro lado, que a articulação entre uma tradição contínua de organização no local de trabalho e a retomada, nos períodos de relaxamento da repressão, do espaço do sindicato, possibilitaram a construção de uma instituição operária de massas, capaz de congregar a "família operária" e de servir de pólo aglutinador ao movimento intersindical.

Se o espaço conquistado pelo movimento operário assegurava aos trabalhadores instrumentos para exercerem os seus direitos conquistados e alargar gradativamente os limites da sua cidadania ele, pelas limitações expostas, estava muito aquém de representar plenamente a dimensão e os potenciais colocados na nova configuração de classe. Por outro lado, sem estar imunes às tensões e contradições apontadas, outras cadeias de representação e canalização de demandas, de maior ou menor organicidade, se articulavam também no universo da participação eleitoral e, até 1964, criariam condições para o alargamento dos "limites do que poderia ser politicamente possível".

Fontes

Entrevistas realizadas pelo autor

Abrelino Freitas, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Porto Alegre, 12/01/96.

Álvaro da Silva, ferroviário aposentado, 10/10/1995.

Ana Sulypa, costureira da Renner aposentada, 10/10/95.

Armando Pinheiro, metalúrgico sindicalizado aposentado, 27 /07/99.

Armando Temperani Pereira Filho, filho do falecido vereador e deputado Armando Temperani Pereira. 10/10/98.

Elóy Martins, metalúrgico aposentado, ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre e do Partido Comunista Brasileiro, 17/01/92, 18/03/97, 21/01/91.

Ennio Terra, ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Porto Alegre 25/10/99.

Fernando Morais Pereira, ex-gerente comercial da Varig, 17/10/98.

Gregório Tomaczewski, alfaiate da Renner aposentado e líder da comunidade ucraniana de Porto Alegre, 18/03/97.

Ibirará Fortes, aeroviário aposentado, e Gilberto Reis, 22/07/99.

João Aveline, militante comunista e correspondente sindical do jornal *Última Hora* em Porto Alegre, a partir do final dos anos 50, 25/10/99.

João Flores ("Machadinho"), padeiro aposentado, 17/01/92.

Paulo Kalakun, ex-funcionário do Departamento de Pessoal da Renner e da manutenção da Varig, e Leda Kalakun, ex-costureira da Renner, 22/07/99.

Salvador Soares dos Santos, ex-cortador de capas da Renner e ex-proprietário de bar no campo de futebol da fábrica Gerdau, 26/07/95.

Suely Cwzyerbynsky Galinatti, tecelã aposentada da Arrozeira Brasileira, 17/10/98.

Teodolina Rossi , costureira aposentada da Renner, e Ernesto Rossi, autônomo do setor de transportes aposentado, 27/07/95.

Valter Roman Jochade, ex-funcionário da Varig, 18/03/97.

Zenon Galecki, comerciante, ex-presidente da Sociedade Polonesa de Porto Alegre e da Associação de Amigos do Quarto Distrito, 25/10/99.

Entrevistas realizadas por outros pesquisadores

Clara Koutzii, depoimento ao projeto de história oral do Instituto Cultural Marc Chagall de Porto Alegre.

Delcy Silveira, ex-dirigente comunista, a Thaís Battibugli e Luís Fernando Baia Antonietto, 31/07/98.

Ian Kerr, gerente da Varig na Bahia, a Robert Alexander, 13/08/62.

José César Mesquita, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre, a Maria Elizabeth Grimberg, 1982.

Julieta Batistioli, tecelã aposentada da Renner e ex-vereadora pelo Partido Comunista Brasileiro em Porto Alegre (eleita pela legenda do PSP), a Francisco Carvalho Júnior, 29/06/90. Laboratório de Pesquisa em História Oral: Banco de Depoimentos. Núcleo de Pesquisa em História, Ufrgs.

Kurt Renner, filho do fundador das Organizações Renner, A. J. Renner, e um dos diretores da empresa, a Robert Alexander, 02/05/56.

Plinio Mello, dirigente do Bloco Operário e Camponês no Rio Grande do Sul, a Dainis Karepovs, Valentim Facioli e José Castilho Marques Neto. Publicada em *Teoria e Debate*, nº 7, julho-setembro de 1989.

Jornais

A Voz do Trabalhador, 1933-1935. Coleção Arquivo Edgar Leuenroth.

Correio do Povo, 1929. Coleção da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Diário de Notícias, 1954. Coleção Maria Elizabeth Grimberg.

O Proletário, Pelotas, 1928-1933. Coleção Arquivo Edgar Leuenroth.

O Syndicalista, 1919-1928.Coleção Arquivo Edgar Leuenroth.

Arquivos e bibliotecas (com siglas correspondentes):

Arquivo de História Oral do Instituto Marc Chagall, Porto Alegre.

Arquivo Edgar Leuenroth, Unicamp: AEL.

Arquivo Histórico de Porto Alegre, Porto Alegre: AHPA.

Arquivo Nacional, Brasília: AN-BSB.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: AN-RJ.

Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo: Apesp.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Aperj.

Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre: BCM-PA.

Biblioteca da Federação da Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: FIERGS.

Biblioteca da Fundação Estadual de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: FEE-RS.

Biblioteca da Secretaria Municipal de Planejamento, Porto Alegre.

Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: TRE-RS.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: BN.

Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: Cpdoc.

Library of Congress, Washington, DC, Estados Unidos.

Museu da Varig, Porto Alegre: MV.

National Archives and Records Administration II, College Park, Maryland, Estados Unidos: NARA.

Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: NPH-Ufrgs.

Perkins Library – Duke University, Durham, Estados Unidos.

Public Records Office, Londres: PRO.

Documentação sindical:

Atas de Assembléias Gerais do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação de Porto Alegre.

Atas de Assembléias Gerais do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre.

Acervo Fotográfico do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre.

Obras de referência

Microsoft® Encarta® 97 Encyclopedia. © 1993-1996 Microsoft Corporation. All rights reserved.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. 1999-2000. http://www.brittanica.com

Bibliografia

1931-1991 – 60 anos de luta. Porto Alegre: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre, 1991.

40 Anos Renner – Indústria do Vestuário – Uma organização vertical sem similar no país ou no exterior. Porto Alegre: Renner, 1952.

Alexander, Robert J. *Labor relations in Argentina, Brazil, and Chile.* New York: Mc-Graw Hill, 1962.

Anderson, Benedict. *Imagined communities.* London / New York: Verso, 1991, 2 ed.

Antunes, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil.* São Paulo, Cortez, 1982.

Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul, 3° Volume, Situação Social. Porto Alegre: Departamento Estadual de Estatística, 1941.

Araújo, Angela Maria Carneiro. *A construção do consentimento: Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta.* São Paulo: Scritta, 1998.

Baily, Samuel. "The adjustment of Italian immigrants in Buenos Aires and New York, 1870-1914". *American Historical Review* V. 88, n° 2, 1983.

Bak, Joan L. "Class, ethnicity and gender: The negotiation of worker's identities in Porto Alegre's 1906 'Strike of 21 days'". Comunicação apresentada à *Fifteenth Latin American Labor History Conference.* Duke University, 17-18 de abril de 1998.

Batalha, Cláudio H. M. "Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República". *Ciências Sociais Hoje.* São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1990. Pp. 117-127.

Batalha, Cláudio Henrique Moraes. "Le syndicalisme 'amarelo' à Rio de Janeiro (1906-1930)." Tese de Doutorado, Universidade de Paris I, 1986. 2 vols.

Benevides, Maria Vitória. *Cidadania ativa.* São Paulo: Ática, 1992.

Bertonha, João Fábio. "Trabalhadores imigrantes entre identidade étnica e de classe: o caso dos italianos de São Paulo (1890-1945)". Comunicação apresentada à *XVI Jornadas de Historia Económica.* Quilmes, Argentina. Setembro de 1998.

Biondi, Luigi. "Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patrícias e o nascente sindicalismo". *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, v. XXVI, n° 1, julho de 2000.

Bodea, Miguel. *A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho.* Porto Alegre: Pró-Arte/L&PM, 1977.

Bodea, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Edufrgs, 1992.

Bodnar, John . *The transplanted.* Blomington: Indiana University Press, 1985.

Boeira, Nelson. O Rio Grande do Sul de Augusto Comte. *In: RS: Cultura e Ideologia.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

Boletim Municipal. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Ano III, número 7, volume 4. janeiro a abril de 1941.

Braga, Rubem. *Uma fada no front.* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

Burden, William A. M. *The struggle for airways in Latin America.* New York: Arno Press, 1977.

Carone, Edgard (org.). *O P.C.B. Volume 1: 1922-1943.* São Paulo: DIFEL, 1982.

Castoriadis, Cornelius, *A experiência do movimento operário.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

Chakrabarty, Dipesh. "Time of history and time of gods". *In:* Lowe, Lisa e Lloyd, David. (org.) *The politics of culture in the shadow of capital.* Durham/Londres: Duke University Press, 1997.

Chauí, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

"Contribuição para a história do bairro fabril de Porto Alegre". *Orientação,* nº I. Porto Alegre, Abril de 1943.

Costa, Hélio da. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra.* São Paulo: Scritta, 1995.

DaMatta, Roberto. "A propósito de microscenas y macrodramas: Notas sobre el problema del espacio y del poder en Brasil". *Nueva Sociedad,* nº 104.

D'Araújo, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

De Decca, Edgar. *1930: O silêncio dos vencidos.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

Deutsch, Sarah. *No separate, refuge: Culture, class and gender on an Anglo-Hispanic frontier in the American Southwest, 1880-1940.* New York: Oxford University Press, 1987.

Diehl, Astor. "Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul- 1932-1964". Porto Alegre, Dissertação de Mestrado - PCU/RS, 1987.

Farnsworth-Alvear, Ann. "Talking, fighting, flirting: workers' sociability in Medellin textile mills, 1935-1950". *In:* French, John e James, Daniel (org.). *The gendered worlds of Latin American women workers: From household and factory to the union hall and ballot box.* Durham/Londres: Duke University Press, 1997.

Fay, Cláudia Musa. "A nacionalização da Condor". *In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH. Anais da XII Reunião.* Porto Alegre, 1992.

Ferraris, Pino. "Apunti lezioni Universita di Campinas". São Paulo: *mimeo,* agosto de 1990.

Ferreira, Jorge. "O Carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto". *In:* Gomes, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

Ferreira, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". *In:* Ferreira, Jorge (org.).*O populismo e sua história. Debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo.

Ferreira, Jorge. "Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio". *In:* Reis Filho, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX).* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

Fontes, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50.* São Paulo: Annablume Editora, 1997.

Fortes, Alexandre. "Buscando nossos direitos... Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937". Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp/IFCH, 1994.

Fortes, Alexandre. "Como era gostoso o meu pão francês: a greve dos padeiros de Porto Alegre (1933/1934). *Anos 90.* IFCH-Ufrgs, Porto Alegre, Novembro de 1997.

Fortes, Alexandre. "Da solidariedade à assistência: Estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX". *Cadernos AEL*, n^{os} 10/11. Campinas, Primeiro e Segundo Semestres de 1999. Pp. 171-218.

Fortes, Alexandre. "O direito na obra de E. P. Thompson". *História Social,* nº 2 . IFCH-Unicamp, 1995.

Fortes, Alexandre e French, John D. *Urban labor history in twentieth century Brazil.* Albuquerque: Latin American Institute - The University of New Mexico - The Brazilian Curriculum Guide Specialized Bibliography, Series II, 1998.

Fortes, Alexandre; Negro, Antonio Luigi; Silva, Fernando T; Costa, Hélio da; Fontes, Paulo. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho.* Campinas: Edunicamp, 1999.

French, John D. e Cluff, Mary Lynn Pedersen. "Women and working-class mobilization in postwar São Paulo, 1945-1948". *In:* French, John e James, Daniel (org.). *The gendered worlds of Latin American women workers: From housekold and factory to the union hall and ballot box.* Durham/Londres: Duke University Press, 1997.

French, John D. "The origin of corporatist State intervention in Brazilian industrial relations, 1930-1934: A critique of the literature". Luso-Brazilian Review XXVIII, nº 2 (1991). Pp. 13-26.

French, John D. *A legislação trabalhista brasileira: Afogados em leis, mas famintos (por justiça?).* Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, no prelo.

French, John. *O ABC dos operários: Lutas e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul: Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

Garcia, Marco Aurélio. "Tradição, memória e história dos trabalhadores". *In:* O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

Gertz, René. (org.). *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt).* Porto Alegre: EST Edições, 1989

Gertz, René. *O fascismo no sul do Brasil. Germanismo, nazismo, integralismo.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

Gomes, Angela de Castro. "O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito". *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 1, n ° 2, 1996. Pp. 31-58.

Gomes, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil - 1917/1937.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Guha , Ranajit. "On some aspects of the historiography of Colonial India" e "The prose of Counter-Insurgency". *In:* Guha , Ranajit and Spivak, Gayatri C. (org.) *Selected subaltern studies.* New York / Oxford: Oxford University Press, 1988.

Habermas, Jurgen. "New social movements". *Telos*, 49.

Hall, Michael M. e Pinheiro, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930). Vol. I: O movimento operário. Vol. II: Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado.* São Paulo: Brasiliense/Alfa-Ômega, 1979.

Hall, Michael M. "Approaches to immigration history". *In: New approaches to Latin American history.* Graham, Richard e Smith, Peter (org.). Aust*In:* University of Texas Press, 1974.

Hall, Michael M. "Immigration and the early São Paulo working class." *Jahrbuch fur Geschichte*, n° 12, 1975.

Handlin, Oscar. *The uprooted.* Boston: Little, Brown and Company, 1951.

Hilton, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil. A história da espionagem alemã no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Hobsbawm, Eric J. e Ranger, Terence. *The Invention of traditions.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 12 ed.

Hobsbawm, Eric J. *Mundos do trabalho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Hobsbawm, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Huggins, Martha K. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina.* São Paulo, Cortez, 1998.

"Junkers Ju 52: Europe's ubiquitous transport". *Mechanical Engineering.* Fevereiro de 1991.

Kirk, Neville. *Change, continuity and class. Labour in British society (1850-1920).* Manchester/Nova Iorque: Manchester University Press, 1998.

Konder, Leandro. *A derrota da dialética.* Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Kubijovyc, Volodymyr. *Ukraine: a concise encyclopaedia.* Shevchenko scientific society, Inc. University of Toronto Press: Toronto, 1963.

Kula, Witold; Assorodobraj-Kula, Nina, e Kula, Marcin, (org.). *writing Home: Immigrants in Brazil and the United States, 1890-1891.* Boulder/New York: East European Monographs/Columbia University Press, 1986.

Kushnir, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição : as polacas e suas Associações de Ajuda Mutua.* Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Lavrin, Assunción. *Women, feminism, and social change in Argentina, Chile and Uruguay: 1890-1940. Lincoln/Londres: University of Nebraska Press, 1995.*

"Le potentiel militaire d'une aviation commerciale: 'La Deutsche Lufthansa'". *Revue du Ministere de l'air.* Paris, 1935 s/n.

Ledur, Paulo Flávio. *SENAI.* 50 Anos de Rio Grande do Sul (1942-1992). Porto Alegre: SENAI/FIERGS, 1992.

Lenharo, Alcir. *A sacralização da política.* Campinas: Papirus, 1986.

Levi, Giovanni. *Inherited power.* Chicago e Londres: The Chicago University Press, 1988.

Lima, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso. Memórias de um operário comunista.* São Paulo: Diniz, 1984.

Linck, Geraldo Tollens. *Na esteira do Irma. Encontro de pioneiros.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Lobato, Mirta Z. "Memorias del passado, sombras de una nacion". Comunicação apresentada ao Simpósio: *Memoria, historia y formacion de identidades. IV Encuentro Nacional de Historia Oral: "Conflitos y experiencias del siglo XX".* Buenos Aires, Argentina. Agosto de 1999.

Lobato, Mirta Z.. "Women workers in the 'cathedrals of corned beef': Structure and subjectivity in the Argentine meatpacking industry". *In:* French, John e James, Daniel (org.). *The gendered worlds of Latin American women workers: From household and factory to the union hall and ballot box.* Durham/Londres: Duke University Press, 1997.

Luca, Tânia. R. de Luca. *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo.* São Paulo: Contexto, 1990.

Lucas, Maria Elizabeth da S. *A Federação Operária do Rio Grande do Sul e o movimento operário gaúcho de 1931 a 1935.* Porto Alegre: Monografia (Bacharelado), IFCH/Ufrgs.

Lüdtke, Alf. "The 'Honor of Labour' – Industrial workers and the power os symbols under National Socialism". *In:* Crew, David F. *Nazism and German society, 1933-1945.* Londres e Nova Iorque: Routledge, 1994.

Machado, Carmem Lúcia B. "O movimento operário sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937". Porto Alegre: Dissertação de Mestrado. Ufrgs/Pós-Graduação IFCH, 1983.

Machado, Dyonélio. *Memórias de um pobre homem.* Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

Maia Neto, J. *Homem e progresso.* Porto Alegre: Sulina, 1963.

Maram, Sheldon L. "The immigrant and the Brazilian labor movement, 1890-1920." *In:* Alden, Dauril e Dean, Warren (org.). *Essays concerning the socio-economic History of Brazil and Portuguese India.* Gainesville: University Presses of Florida, 1977.

Maram, Sheldon L. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Marçal, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Globo, 1985.

Marçal, João Batista. *Comunistas gaúchos: A vida de 31 militantes da classe operária.* Porto Alegre: Tchê!, 1986.

Marçal, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.

Maroni, Amnéris. *A estratégia da recusa.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

Martins, Elóy B. *Um depoimento político.* Porto Alegre: Edição do autor, 1989.

Mason, Tim. "The containment of the working class in Nazi Germany". *In: Nazism, fascism and the working class.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Mason, Tim. *Social policy in the Third Reich – The working class and the 'National Community'.* Providence e Oxford: Berg, 1993.

Mattos, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988).* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996 (tese de doutorado).

Mazower, Mark. *Dark continent: Europes's Twentieth Century.* Londres/Nova Iorque/Victoria/Toronto/Auckland: Allen Lane-The Penguin Press, 1998.

Michuk I. *Ukraine and its people. A handbook with maps, statistical tables and diagrams.* Munique: Ukrainian Free University Press, 1949.

Middlebrook, Kevin J. *The paradox of revolution. Labor, the state, and authoritarianism in Mexico.* Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1995.

Moraes Filho, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

Moure, Telmo Remião. "O operariado do Rio Grande do Sul e o Estado (janeiro a abril de 1945)". Porto Alegre: Ufrgs-IFCH, Dissertação de Bacharelado em História, 1979.

Munakata, Kazumi. "O lugar do movimento operário". *In: Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo.* Anpuh-Unesp, 1980.

Munakata, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

Munakata, Kazumi. "Pistas falsas". Campinas: Mimeo, 1993.

Nálevka, Vladimir. "Los Congressos eslavos de Buenos Aires y Montevideo en la Segunda Guerra Mundial". *Ibero-Americana Pragensia*. Praga. Año IX, 1975.

"Navegantes: anatomia de um bairro". Porto Alegre: Secretaria Municipal de Planejamento, 1969.

Negri, Toni. *Del Obrero-masa al obrero-social*. Barcelona: Anagrama, 1980.

Negro, Antonio Luigi, "Servos do tempo". *In:* Arbix, Glauco; Zilbovicius, Mauro (org.). *De JK a FHC. A reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

Negro, Antonio Luigi. "Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa". *In: Revista Brasileira de História* (revista da Anpuh, Associação Nacional de História), vol. 16, n ° 31/32, 1996.

Noll, Maria Izabel e Trindade, Hélgio (coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945/1994*. Porto Alegre: Edufrgs/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

Offe, Claus. "New social movements: Challenging the boundaries of institucional politics". *Social Research*, Vol. 52, n° 4, Inverno de 1985.

Ortner, Sherry B. *High religion: A cultural and political history of Sherpa Buddhism*. Princeton / Chichester: Princeton University Press, 1989.

Palermo, Silvana. "Union culture in the Argentine national railroads". Comunicação apresentada à *Fifteenth Latin American History Conference*, 17 a 18 de Abril de 1998. Duke, Carolina do Norte, Estados Unidos.

Paoli, Maria Célia. "O trabalhador urbano na fala dos outros". *In:* Leite Lopes, José Sérgio (org.). *Cultura e Identidade* Operária. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987.

Paoli, Maria Célia. "Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno". *In: Estudos Avançados*, Vol. 3, n° 7, 1989.

Pawliczko, Ann Lencyk (org.). *Ukraine and Ukrainians throughout the world. A demographic and sociological guide to the homeland and the diaspora.* Shevchenko scientific society, Inc. University of Toronto Press: Toronto, 1994.

Pellanda, Ernesto. *A. J. Renner – Um capitão da indústria*. Porto Alegre: Globo, 1944.

Pequeno manual dos empregados. Porto Alegre: A. J. Renner – Indústria do Vestuário, 1946.

Perazzo: Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo.* São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

Pesavento, Sandra J. *A burguesia gaúcha: Dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

Pesavento, Sandra J. e Fonseca, Pedro C. Dutra. *Relatório final: Industrialização gaúcha 1930/1940*. Porto Alegre: datilografado, 1990.

Petersen, Sílvia R. Ferraz e Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937.* Porto Alegre: Edufrgs/Tchê, 1992.

Petersen, Sílvia R. Ferraz. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". *In:* Dacanal, José H. e Gonzaga, Sergius. *RS: Economia & Política.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

Petersen, Sílvia R. Ferraz. "Cruzando fronteiras: As pesquisas regionais e a história operária brasileira". *In:* Araújo, Angela Maria Carneiro. *Trabalho, cultura e cidadania. Um balanço da história social brasileira.* São Paulo: Scritta, 1997. Pp. 85-103.

Prado, Maria Lígia Coelho. "Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra". Revista USP, São Paulo (26), junho/agosto de 1995.

Py, Tte Cel Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil – A conspiração nazi no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Reichel, Heloísa (coord.); Carvalho Júnior, Francisco; Lewis, Márcia (pesq.). *O surgimento de uma grande empresa no parque industrial gaúcho. O caso das indústrias Renner.* Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: FINEP/Ufrgs, s/d.

Reichel, Heloísa Jochims. *A indústria têxtil no Rio Grande do Sul – 1910/1930.* Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1978.

Reis Filho, Daniel Aarão. "O colapso do colapso do populismo ou A propósito de uma herança maldita". *In:* Ferreira, Jorge (org.).*O populismo e sua história. Debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo.

Renner, A. J. *Assuntos econômicos e sociais.Coletânea de artigos e estudos.* Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1950.

Rodrigues, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo: Símbolo, 1979.

Rodrigues, Leôncio M. *Industrialização e atitudes operárias.* São Paulo: Brasiliense, 1970.

Rodrigues, Leôncio M. "Sindicalismo e classe operária (1930-1964)". *In:* Fausto, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira,* Tomo 10. São Paulo: Difel, 1987.

Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Sales, Teresa. "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira" e "Caminhos da cidadania: Comentários adicionais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* nº 25, 1994.

Salter, Stephen. "Germany". *In:* Salter, Stephen e Stevenson John. *The working class and politics in Europe and America:1929-1945.* Londres e Nova Iorque: Longaman, 1990.

Sánchez, George J. *Becoming Mexican American: Ethnicity, culture, and identity in Chicano Los Angeles, 1900-1945.* New York: Oxford University Press, 1993.

Santos, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Savage, Mike. "Class and labour history". Paper prepared for Conference on '*The state of labour and working class history in Europe*'. Fevereiro de 1997.

Seitenfus, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

Seleções do Boletim do Renner. Porto Alegre: A. J. Renner – Indústria do Vestuário, 1948.

Sewell, Jr. William H. *Work and revolution in France.* Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

Seyferth, Gyralda. "Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo". *In:* Pandolfi, Dulce. (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Silva Jr., Adhemar Lourenço da. "'Povo! Trabalhadores!': Tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)". Porto *Alegre*: IFCH-Ufrgs/ Dissertação de mestrado em história, 1994.

Silva Jr., Adhemar Lourenço da. "Nota prévia sobre o socorro mútuo no Rio Grande do Sul (1854-1889)". Comunicação apresentada à Mesa Redonda: *Tópicos de história operária.* V Encontro Estadual de História (ANPUH-RS), 1998.

Silva, Fernando Teixeira da e Costa, Hélio da. "Trabalhadores urbanos e populismo: Um balanço dos estudos recentes" *In:* Ferreira, Jorge (org.).*O populismo e sua história. Debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, no prelo.

Silva, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: Direitos e cultura de solidariedade (1937-1968).* São Paulo: Hucitec/ Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

Simão, Azis. *Sindicato e Estado.* São Paulo: Dominus, 1966.

Smith, Steve. "Craft conciouness, class conciouness: Petrograd, 1917". *In: History Workshop*, (11), Primavera de 1981.

Souza Netto, F. de A. *Legislação trabalhista.* São Paulo: Livraria Acadêmica/Saraiva, 1989, 2 ed.

Souza-Lobo, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência.* São Paulo: Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

Thompson, E. P. "El delito del anonimato". *In: Tradición, revuelta y consciência de clase.* Barcelona: Crítica, 1989. 3 ed.

Thompson, E. P. "Patrician society, plebeian culture". *Journal of Social History.*

Thompson, E. P. "La economia 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII". *In: Tradición, revuelta y consciência de clase.* Barcelona: Crítica, 1989, 3 ed.

Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (3 Vol.).

Thompson, E. P. *As peculiaridades dos ingleses.* Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993.

Thompson, E. P. *Customs in common.* London: Penguin, 1993.

Thompson, E. P. *Senhores e caçadores.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Tronti, Mario, *Operários e capital.* Porto: Afrontamento, 1976.

Van der Linden, Marcel (org.). *Social secutity mutualism: The comparative history of mutual benefits societies.* Berna/Berlim/Frankfurt a.M./Nova Iorque/Paris/Viena: Peter Lang, 1996.

Vecchia, Theresa. "'My duty as a woman': Gender, ideology work, and working-class women's lives in São Paulo, Brazil". *In:* French, John e James, Daniel (org.). *The gendered worlds of Latin American women workers: From househokd and factory to the union hall and ballot box.* Durham/Londres: Duke University Press, 1997.

Veríssimo, Luís Fernando. *Aquele estranho dia que nunca chega: As melhores crônicas de política e economia.* Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

"Vida e alma de uma cidade – Retrato de corpo inteiro do Quarto Distrito". Departamento Estadual de Estatística. Porto Alegre, Junho de 1959.

Weber, Regina. "A formação do trabalhador fabril: historia oral em Ijui-RS". Campinas: IFCH-Unicamp/Dissertação de Mestrado, 1989.

Weffort, Francisco. "Origens do Sindicalismo Populista". *Estudos Cebrap*, nº 4, 1973.

Weinstein, Barbara. "Unskilled worker, skilled housewife: constructing the working-class woman in São Paulo, Brazil". *In:* French, John e James, Daniel (org.). *The gendered worlds of Latin American women workers: From househokd and factory to the union hall and ballot box.* Durham/Londres: Duke University Press, 1997.

Werneck Vianna, Luís. *Liberalismo e sindicato no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Yans-McLaughlin, Virginia. "Metaphors of self in history: Subjectivity, oral narratives, and immigration studies". *In:* Yans-McLaughlin, Virginia (org.). *Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics.* New York: Oxford University Press, 1990.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE